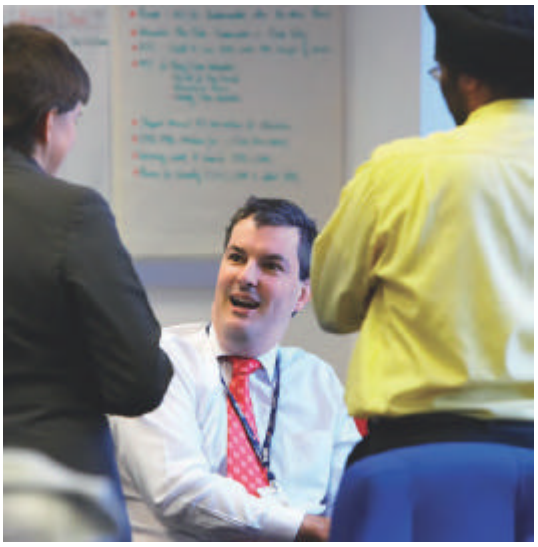
RBS
The Royal Bank of Scotland Group

Relatório e Contas Anual 2007

Lucro antes de impostos aumenta
8%

Retorno do Investimento aumenta
19,9%

Lucro por acção ajustado aumenta
18%



Dividendo aumenta
10%

rbs.com

Fazer com que as coisas aconteçam

Destaques 2007

- O lucro operacional do Grupo aumenta 9%, para 10,3 mil milhões de libras
- O lucro após impostos aumenta 19%, para 7,7 mil milhões
- Os ganhos ajustados por acção ordinária aumentam 18% para 78,7p
- O dividendo total aumenta 10%, para 33,2p
- Rácio de capital 17,3%
- Rácio de capital total 11,2%

Índice

02 Avaliação do nosso sucesso
04 Perfil do Grupo
06 Perfil por divisão
08 Mensagem do Presidente
10 Análise do Director-Geral do Grupo

Análise por divisão
13 Corporate Markets
15 Retail markets
17 Ulster Bank
18 Citizens
19 RBS Insurance
20 Manufacturing
21 ABN AMRO

Relatório e contas
22 Combate ao crime
22 Criação de capacidade financeira
23 Promoção da inclusão financeira
24 Serviço ao cliente
24 O Citizens na comunidade
25 Os nossos colaboradores
25 O RBS e o ambiente

Responsabilidade Empresarial
27 Análise por actividade
91 Governação
117 Demonstrações financeiras
213 Informações complementares
235 Informações aos accionistas

Avaliação do nosso sucesso

Enfoque no crescimento e na eficiência

Rendimento
(m£)

O rendimento total do Grupo aumentou 11%, i.e., para 31.115 milhões de libras em 2007

Rácio CIR (cost: income) ajustado
(%)

O rácio CIR do Grupo foi 43,9%. Excluindo o ABN AMRO, o CIR do Grupo melhorou 1,4 pontos percentuais, subindo para 40,7%. O RIC é calculado excluindo a amortização do activo incorpóreo adquirido, os custos de integração e os proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias em 2005, após deduzir a depreciação das locações operacionais das receitas das rendas

Lucro operacional do Grupo*
(m£)

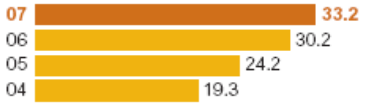
O lucro operacional do Grupo registou um aumento de 9%, atingindo 0,282 milhões de libras em 2007.

* Lucros antes de impostos, amortização do activo incorpóreo adquirido, custos de integração e proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias em 2005

Ganhos por acção ajustados**
(pence)

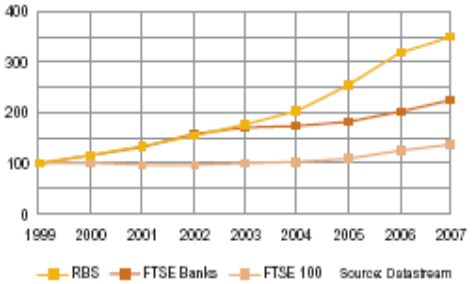
Os ganhos por acção aumentaram 18%, chegando aos 78,7p em 2007, ajustados para amortização dos activos incorpóreos adquiridos, custos de integração e proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias em 2005

Dividendo por acção ordinária**
(pence)



Os administradores recomendaram um dividendo final de 23,1p por acção ordinária que, quando acrescentado ao dividendo provisório de 10,1p, perfaz um total de 33,2 p em 2007, representando um aumento de 10%.

Crescimento cumulativo dos dividendos ordinários por acção
(1999-2007)



** Os dados do ano anterior foram reexpressos de modo a reflectirem a emissão de acções ordinárias bonificadas de 2 para 1 em Maio de 2007

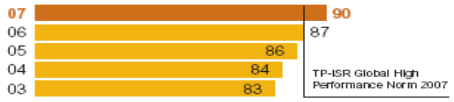
Lucro operacional do Grupo*	**2007 m £**	**2006 m £**
Corporate Markets		
Global Banking & Markets	**3.687**	3.779
Banca Empresarial no RU	**1.961**	1.762
Total Corporate Markets	**5.648**	5.541
Retail Markets		
Retail	**2.470**	2.250
Wealth Management	**413**	318
Total Retail Markets	**2.883**	2.568
Ulster Bank	**513**	421
Citizens	**1.323**	1.582
RBS Insurance	**683**	749
Manufacturing	**—**	—
Rubricas centrais	**(752)**	(1.447)
Lucro operacional do Grupo (excluindo ABN AMRO)	**10.298**	9.414
ABN AMRO	**128**	—
Rubricas centrais	**(144)**	—
Lucro operacional do Grupo	**10.282**	9.414

* o lucro operacional para cada divisão é constituído pelos lucros antes de impostos, a amortização do activo incorpóreo adquirido e os custos de integração, após a imputação de custos de Manufacturing quando apropriado.

As demonstrações são preparadas de acordo com as IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro. Certas normas relacionadas com instrumentos financeiros só foram adoptadas a partir de Janeiro de 2005. O Grupo apresentou informação comparativa numa base pró forma que inclui o efeito estimado destas normas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

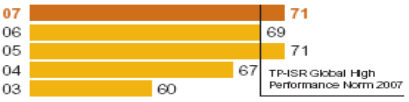
Os nossos colaboradores – inquérito de opinião anual aos colaboradores

Evolução da taxa de resposta ano após ano
(%)



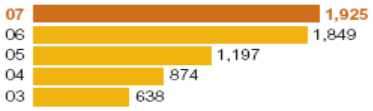
O Inquérito de Opinião aos Colaboradores do RBS é realizado anualmente de forma independente e distribuído a todos os colaboradores No ano transacto obtivemos a maior taxa de resposta de sempre, tendo ultrapassado a Norma de Elevado Desempenho Global

Satisfação e dedicação profissionais
(%)



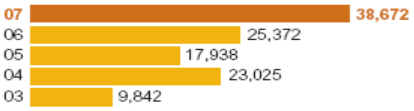
Um dos indicadores a que estamos mais atentos é o da Satisfação e Dedicação Profissionais.
Em 2007 superámos mais uma vez a Norma de Desempenho Global

Dados de *work-out*
(número de eventos)



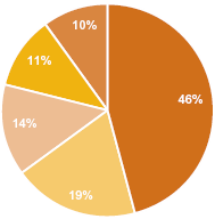
O *Work-Out* destina-se a simplificar a organização e melhorar o desempenho das equipas e o serviço ao cliente O programa de *Work-Out* é totalmente conduzido pelos nossos colaboradores que identificam as potenciais áreas de melhoria. O programa teve um impacto significativo e em 2007 registámos um número recorde de eventos

Dados de *work-out*
(número de colaboradores participantes)



O perfil e sucesso da Iniciativa de *Work-Out* tem aumentado todos os anos; em 2007 registámos um número recorde de trabalhadores participantes em todo o mundo. Os trabalhadores que participam nas sessões de Work-Out registam consistentemente níveis mais elevados de satisfação e dedicação ao trabalho no inquérito de opinião anual aos colaboradores

Colaboradores– Análise geográfica RBS incluindo ABN o AMR	%
RU	46
Europa	19
Resto do Mundo	14
EUA	11
Ásia Pacífico	10
Total colaboradores	226,400



57,7m	Investidos nas nossas comunidade	1m	Novas contas de poupança abertas no RU
36%	Redução do balanço de CO2 do Grupo.	24%	redução dos prejuízos globais por fraude
40m	de clientes atendidos em seis continentes	No.1	do RU na redução de fraudes pela internet

Perfil do Grupo

O RBS foi nomeado Banco Global do Ano 2007 pela Banker magazine

Grã-Bretanha

Corporate Markets
Retail Markets
Ulster Bank
RBS Insurance
Manufacturing
ABN AMRO

O Royal Bank of Scotland opera na Grã-Bretanha desde 1727. O Grupo ocupa posições de liderança numa série de mercados, incluindo o de banca empresarial e PME, contas correntes, *merchant acquiring* (aquisições comerciais) e seguro automóvel. Na banca empresarial, o RBS é a marca número um na Inglaterra, País de Gales e Escócia, enquanto que o RBS e o NatWest se classificam em primeiro e segundo lugar entre os grandes bancos de High Street para os clientes que se dizem 'extremamente satisfeitos' com o seu principal fornecedor de conta corrente

Para além do RBS e do NatWest, as nossas marcas incluem o Direct Line, o Churchill, o Coutts e o Lombard. No ano passado celebrou-se o 10º aniversário do nosso consórcio Tesco Personal Finance. Em 2007 expandimos a nossa actividade no RU e antevemos opções atractivas para a continuação do crescimento orgânico

• Operamos a maior rede de multibanco gratuito dos EUA com mais de 6 800 máquinas

• A nossa divisão de Global Banking & Markets ('GBM') tem relações com mais de 95% das empresas do FTSE 100

• A RBS Insurance é a companhia de seguros automóvel número um nos EUA e número dois nos seguros gerais e de habitação

Américas

Corporate Markets
Citizens
ABN AMRO

O Citizens Financial Group ('CFG') era uma pequena empresa de Rhode Island quando o RBS o adquiriu em 1988. Desde então transformou-se no nono maior Grupo de banca comercial dos EUA baseado nos depósitos. Com a aquisição do NatWest em 2000, o Greenwich Capital juntou-se ao Grupo. O RBS Greenwich Capital é um dos principais fornecedores de serviços nos mercados de corporate finance e capital de empréstimo nos EUA.

As nossas marcas nos EUA incluem o Citizens, o Charter One, o RBS Greenwich Capital, o RBS Lynk e o consórcio Kroger Personal Finance. A aquisição do ABN AMRO veio reforçar a nossa presença nas Américas, um mercado de 750 milhões de pessoas e um PIB de 19.000 mil milhões de dólares em 2007. Vamos continuar a desenvolver as nossas sólidas franquias nos EUA e ao mesmo tempo explorar estas novas oportunidades

• O Citizens é o nono maior banco nos EUA em termos de depósitos.

• A divisão de Global Banking & Markets na América do Norte tem relações com 80% das empresas Fortune 100

• A actividade de Derivados de Taxas de Juro do RBS Greenwich Capital está classificada entre as cinco maiores nos EUA

Europa e Médio Oriente

Corporate Markets
Retail Markets
Ulster Bank
RBS Insurance
Manufacturing
ABN AMRO

O Ulster Bank passou a fazer parte do RBS na sequência da aquisição do NatWest em 2000, permitindo ao Grupo passar a ter presença na banca de retalho e empresarial em toda a ilha da Irlanda. Nos últimos anos registámos um acentuado crescimento orgânico nos Mercados Empresariais da Europa Continental e da região nórdica através do GBM. Com a aquisição do ABN AMRO, o GBM tornou-se o número um na Europa em termos de relacionamento com grandes empresas e instituições financeiras. O Direct Line opera na Alemanha, na Itália e em Espanha. Recentemente desenvolvemos a nossa presença no Médio Oriente, especialmente através das divisões de banca privada e gestão da riqueza.

Em 2007, os países da Europa e do Médio Oriente em que temos presença tinham uma população combinada de mais de 750 milhões de habitantes. Com o seu PIB superior a 15.000 mil milhões de dólares dos EUA a região tem mais de sete vezes a dimensão do RU

• O RBS tem relações com mais de 95% das empresas do Dow Jones Eurostoxx 50.

• Na Europa o rendimento da nossa Divisão GBM aumentou 39%.

• O Ulster Bank tem mais de 1.100 máquinas de Multibanco.

Ásia-Pacífico

Corporate Markets
Retail Markets
Manufacturing
ABN AMRO

O RBS cresceu organicamente na Ásia-Pacífico, graças à sua importante implantação em sectores como a gestão de riqueza e o financiamento de projecto. Em 2005 estabelecemos uma parceria estratégica com o Banco da China. A aquisição do ABN AMRO veio reforçar a nossa presença na região da economia mundial com mais rápido crescimento.

Em 2007, os países da região da Ásia-Pacífico em que temos presença tinham uma população combinada da ordem dos 3,4 mil milhões de pessoas.

Com um PIB de mais de 27.500 mil milhões de dólares a sua economia já tem mais de duas vezes a dimensão da dos EUA. Estima-se que entre 2000 e 2007, estes países cresceram 86%. Não obstante o seu acelerado crescimento, e incluindo o Japão, o PIB per capita nos Países da Ásia-Pacífico em que operamos estava a apenas 17% do nível dos EUA em 2007, o que significa que existe margem de manobra para um crescimento contínuo a longo prazo.

• O RBS é o banco empresarial número cinco na Ásia Pacífico, excluindo o Japão, medido pelo número de relações empresariais.

• Com a aquisição do ABN AMRO, temos acesso a 3,7 milhões de novos clientes de retalho.

• O RBS Coutts registou um incremento de 51% em termos de dólares dos EUA.

Perfil por divisão

Corporate Markets

A divisão Corporate Markets dedica-se fundamentalmente ao fornecimento de serviços de gestão de dívidas e de riscos às médias e grandes empresas e instituições financeiras no RU e no resto do mundo. As suas actividades estão organizadas em dois sectores, Global Banking & Markets e UK Corporate Banking, visando uma maior atenção às diferentes necessidades destes dois segmentos de clientes.

A divisão **Global Banking & Markets** é um importante parceiro bancário de grandes empresas e instituições financeiras em todo o mundo, fornecendo um vasto leque de serviços de financiamento através da concessão de empréstimos, gestão de riscos e de investimento aos seus clientes.

A divisão **Corporate Banking** no RU o maior fornecedor de serviços bancários, de financiamento e gestão de riscos aos clientes empresariais do RU. Através da sua rede de Gestores de Relações em todo o país distribui todo o tipo de produtos e serviços de Corporate Markets' às empresas

GBM – principais classificações globais em 2007

A revista ifr nomeou-nos Bond House of the Year em libras esterlinas em 2007.

A Risk Magazine distinguiu-nos com o prémio Inflation Derivatives House de 2007.

Contribuição (m£)

UKCB – Principais destaques 2007

As perdas por imparidade diminuíram 5%, reflectindo a elevada qualidade da carteira.

A média dos empréstimos e adiantamentos atingiu 11% e dos depósitos 14%

Contribuição (m£)

Retail Markets

A divisão Retail Markets engloba os sectores de Retalho e de Gestão de Riqueza.

O sector de Retalho compreende as marcas de retalho RBS e NatWest. Fornece uma gama completa de produtos bancários e serviços financeiros relacionados aos mercados particulares, premium e das pequenas e médias empresas (PME) através da maior rede de balcões e máquinas multibanco do RU, pelo telefone e a internet. O sector de retalho é o líder de mercado britânico na banca para as PME

Emite cartões de crédito e de débito e outros produtos financeiros através do RBS, do NatWest e de outras marcas, incluindo o MINT, o First Active RU e o Tesco Personal Finance. É o principal *Merchant acquirer* na Europa e o terceiro a nível global

O sector de **Gestão de Riqueza fornece serviços de** banca privada e investimento ao seus clientes globais através do Grupo Coutts, do Adam & Company, do RBS International e do NatWest Offshore, no RU e internacionalmente em mercados seleccionados na Europa e na Ásia-Pacífico.

Retalho – Principais destaques 2007

Abrimos mais de 975,000 novas contas correntes particulares, mantendo a posição número um conjunta do Grupo nesse mercado.

O Bancassurance registou um acréscimo de vendas de 28%, ascendendo aos 342 milhões de libras..

Contribuição (m£)

Gestão de Riqueza– Principais destaques 2007

O rendimento do Coutts & Co no RU aumentou 22%.

Um estudo da ComPeer indicou o Adam & Company como líder de mercado no fornecimento de serviços de investimento, informação e desempenho aos gestores de riqueza

Contribuição (m£)

Ulster Bank

O Ulster Bank, incluindo o First Active, fornece uma gama completa de serviços financeiros em toda a Ilha da Irlanda. O sector de Banca de Retalho possui uma rede de balcões e opera nos sectores particular, comercial e de gestão de riqueza. O sector de Mercados Empresariais fornece serviços nos mercados empresarial e institucional.

Principais destaques 2007

O crédito às empresas aumentou 29%, abrangendo uma variedade de sectores industriais.

Entre os produtos inovadores lançados em 2007 incluem-se o eSavings, First Active Regular Saver e o Reward Reserve

Contribuição (m£)

Citizens

O Citizens dedica-se às actividades bancárias de retalho e empresarial através da sua rede de balcões em 13 Estados dos EUA e das suas unidades não em balcões noutros Estados. Classificou-se como a nona maior organização de banca comercial nos EUA com base nos depósitos em 30 de Setembro de 2007. O Grupo financeiro Citizens inclui os dois Citizens Banks, o RBS Lynk, o nosso sector de *merchant acquiring* nos EUA, e o Kroger Personal Finance, o nosso consórcio de cartões de débito com o maior Grupo de supermercados dos EUA.

Principais destaques 2007

O RBS Lynk, o nosso sector de *merchant acquiring* nos EUA, processou mais 30% de transacções do que em 2006.
O Kroger Personal Finance, o nosso consórcio com o segundo maior grupo de supermercados nos EUA, vendeu mais de dois milhões de produtos

Contribuição (m£)

RBS Insurance

A RBS Insurance vende e subscreve seguros de retalho e seguros às PME pelo telefone e a internet, assim como através de mediadores e parcerias. O Direct Line, o Churchill e o Privilege vendem produtos de seguros gerais directamente ao cliente. Através do sua divisão Internacional, o RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente automóvel, em Espanha, na Alemanha e na Itália. O Sector de Intermediários e Mediadores vende produtos de seguros gerais através de mediadores independentes

Principais destaques 2007

O Seguro Habitação cresceu em todas as nossas marcas próprias no segundo trimestre, tendo as vendas de apólices de Seguro Habitação efectuadas através dos nossos estabelecimentos bancárias atingido 40%.
Como fundador signatário, em 2007, dos Princípios ClimateWise vamos colaborar com o governo e os clientes visando a adopção de comportamentos amigos do ambiente

Contribuição (m£)

Manufacturing

A divisão de Manufacturing apoia as actividades de atendimento ao cliente e fornece tecnologia operacional, apoio ao cliente pelo telefone, gestão de contas, crédito e transferências de dinheiro, compras globais, bens imóveis e outros serviços. É o motor das eficiências e dá apoio ao crescimento do rendimento nas múltiplas marcas e canais, utilizando uma plataforma única e escalável e processos comuns sempre que possível.

Também promove a alavancagem do poder de compra do Grupo e tornou-se o centro de excelência para a gestão da mudança em larga escala e complexa

Principais destaques 2007

Mantivemos o aumento dos custos em 1%, apesar do investimento para fazer face a maiores volumes de transacções e ao desenvolvimento das nossas actividades.
Colaborámos no lançamento da banca por telemóvel em Setembro, que permite aos clientes acederem a mini-extractos e saldos de conta através de alertas em texto

Custos totais (m£)

ABN AMRO

O ABN AMRO é um importante Grupo bancário internacional com uma posição de liderança nos pagamentos internacionais e uma sólida franquia de banca de investimento com uma implantação especial nos mercados emergentes. Para além de oferecer uma gama de serviços financeiros de retalho na Ásia e no Médio Oriente, o ABN AMRO possui unidades de negócio regionais na Europa, no Países Baixos e na América do Norte,

América Latina e na Ásia. Os sectores e do ABN AMRO a reter pelo RBS englobam principalmente as suas actividades grossistas globais e de retalho internacionais na Ásia,, na Europa de Leste e no Médio Oriente

Principais destaques 2007

Mantivemos o aumento dos custos em 1%, apesar do investimento para fazer face a maiores volumes de transacções e ao desenvolvimento das nossas actividades.
Colaborámos no lançamento da banca por telemóvel em Setembro, que permite aos clientes acederem a mini-extractos e saldos de conta através de alertas em texto

Custos totais (m£)

Mensagem do Presidente

O RBS teve mais um ano de sucesso em 2007, não obstante algumas das mais difíceis situações nos mercados financeiro e de crédito durante algum tempo. O trabalho árduo dos nossos colaboradores permitiu-nos obter um sólido desempenho financeiro e operacional e concluir com êxito a aquisição do ABN AMRO, a maior aquisição bancária jamais efectuada.

Em 2007 o rendimento total do Grupo aumentou 11%, ascendendo a 31.115 milhões de libras (2006 – 28.002 milhões de libras) e o lucro operacional registou um acréscimo de 9%, atingindo 10.282 milhões de libras (2006 – 9.414 milhões de libras), com os ganhos ajustados por acção ordinária a aumentar 18%, i.e., para 78,7p. O Conselho de Administração recomenda um dividendo total de 33.2p, mais 10% do que em 2006.

Aquisição do ABN AMRO
O Grupo iniciou o ano de 2007 focalizado no crescimento orgânico contínuo, tendo para o efeito criado uma série de opções atractivas. Quando se verificou que o ABN AMRO estava á procura de opções alternativas para o crescimento da empresa, competia-nos ponderar as implicações e oportunidades criadas por essa decisão.
Após uma análise muito profunda, a discussão do assunto pelo Conselho de Administração e uma consulta aos accionistas, o Grupo decidiu lançar uma oferta sobre o ABN AMRO como participante de um consórcio com os nossos parceiros Banco Santander e Fortis.

Aquisição do ABN AMRO
O Grupo iniciou o ano de 2007 focalizado no crescimento orgânico contínuo, tendo para o efeito criado uma série de opções atractivas. Quando se verificou que o ABN AMRO estava á procura de opções alternativas para o crescimento da empresa, competia-nos ponderar as implicações e oportunidades criadas por essa decisão.
Após uma análise muito profunda, a discussão do assunto pelo Conselho de Administração e uma consulta aos accionistas, o Grupo decidiu lançar uma oferta sobre o ABN AMRO como participante de um consórcio com os nossos parceiros Banco Santander e Fortis.

os bancos em todo o mundo. Outra das consequências foi a precipitação de um abrandamento do ritmo de actividade de algumas economias, especialmente nos EUA.

Colhemos os benefícios do enfoque do Grupo, há longa data, na qualidade do crédito e na diversificação dos nossos fluxos de rendimento que nos permitiram obter lucros recorde não obstante a difícil conjuntura.

Conselho de administração
Não se verificaram alterações na composição do Conselho de Administração durante o exercício. Esta estabilidade e continuidade foram benéficas para o Grupo e são especialmente importantes na actual envolvente económica. Gostaria de agradecer aos meus colegas pelo seu apoio e dedicação em 2007.

Ambiente
Apraz-me registar que a seriedade das políticas de ambiente do Grupo foi reconhecida. O RBS foi incluído no Carbon Disclosure Project's Climate Disclosure Leadership Index e a Innovest, um organismo de notação elevou-nos à categoria AAA pela nossa gestão dos riscos sociais e ambientais, que culminou com a nomeação do RBS como uma das 100 empresas mais sustentáveis globalmente no Fórum Mundial Económico de Davos em 2008. O compromisso que assumimos em relação ao ambiente também beneficia a nossa actividade e em 2007 continuámos a ser um dos maiores financiadores mundiais de projectos de energias renováveis.

2008
Ainda temos muito trabalho a fazer em 2008. Os mercados vão continuar a ser exigentes e temos uma importante integração pela frente.
Mas também dispomos de um conjunto de oportunidades sem paralelo e a sua concretização permitir-nos-á prosseguir a impressionante trajectória de crescimento que tem caracterizado o RBS ao longo da última década.

Sir Tom McKillop
Presidente

Análise do Director-Geral do Grupo

Para o Grupo Royal Bank of Scotland, 2007 foi marcado por um novo desempenho operacional sólido e pela aquisição do ABN AMRO.

A diversidade e qualidade da nossa plataforma de negócio permitiu-nos obter bons resultados financeiros, tendo o lucro operacional do Grupo RBS alargado aumentado 9%, ou seja, para 10.282 milhões de libras. O nosso ímpeto no sentido da obtenção de ganhos manteve-se, não obstante o impacto das difíceis condições do mercado de crédito no segundo semestre do exercício.

Os nossos resultados demonstram a resistência do Grupo face às difíceis circunstâncias. As inundações do Verão ocorreram durante o mais húmido período de Maio a Julho na Inglaterra e País de Gales desde que começaram a existir registos em 1766. O RBS Insurance respondeu magnificamente às necessidades dos clientes em dificuldades, mas o impacto nos lucros é evidente. O ritmo da actividade nos EUA abrandou com a queda do mercado da habitação, dificultando a actividade da Global Banking & Markets ('GBM') e do Citizens. Mais tarde no Verão, teve início a deslocação dos mercados de crédito, o que tornou o segundo semestre um período turbulento para o sector dos serviços financeiros.

O facto de termos conseguido um tal desempenho financeiro nesta conjuntura deve-se à nossa acção em duas áreas: ao longo de vários anos diversificámos os fluxos de rendimento do Grupo e no ano passado também beneficiámos do nosso enfoque na qualidade do crédito e na gestão de riscos, tendo as nossas imparidades, excluindo o ABN AMRO, baixado 1%.

Os nossos clientes e actividades

Actualmente o Grupo serve mais de 40 milhões de clientes em 53 países de todo mundo. Em cada um desses mercados continuaremos a concentrar-nos incessantemente nas necessidades dos clientes.

A GBM registou novamente um elevado desempenho no primeiro semestre e explorou plenamente a volatilidade no segundo trimestre para obter excelentes desempenhos na negociação de taxas de juro e de câmbio.

Inevitavelmente, o segundo semestre registou volumes de originação inferiores nos mercados de crédito e depreciações nas exposições relacionadas com o crédito hipotecário nos EUA.

A nossa divisão de Corporate Banking no RU registou mais um ano de grande sucesso, mantendo o seu recorde consistente de uma elevada subida de um dígito do rendimento e aumentando ainda mais a sua quota de mercado a partir de uma posição de liderança. Continuando a investir na qualidade do serviço conseguimos classificações de liderança na satisfação dos clientes e o número de clientes aumentou 4%.

O sector de retalho registou um acentuado crescimento dos produtos de poupança e investimento, mantendo uma atitude prudente em relação ao crédito pessoal. O nosso sucesso baseia-se na satisfação dos clientes e neste parâmetro o RBS e o NatWest mantiveram o nível acima dos outros maiores bancos de High Street. A trajectória do sector de Gestão de Riqueza continua a ser muito positiva. Continuámos a expandir a franquia regional do Coutts RU e conseguimos um crescimento significativo na Ásia-Pacífico.

O Ulster Bank manteve o seu elevado recorde de crescimento e continuámos a investir nas boas oportunidades de crescimento futuro apresentadas pelo Mercado irlandês. O Citizens prosseguiu o desenvolvimento da sua franquia, aumentando a base de clientes na banca de consumo em 2% e obteve bons resultados nas suas operações crescentes de banca empresarial e comercial.

No RBS Insurance, explorámos a nossa sólida posição como seguradora de linhas pessoais líder no RU, concentrando-nos ainda mais na subscrição selectiva dos segmentos mais rentáveis e reduzindo volumes noutros. Obviamente, os resultados foram afectados pelas inundações, mas à parte isso, o lucro operacional aumentou substancialmente.

A divisão de Manufacturing é essencial para a forma como operamos, reforçando a nossa determinação de servir os clientes e ao mesmo tempo obter benefícios de escala que podem derivar da partilha de infra-estruturas, processos e serviços nas nossas actividades. Mantivemos o custo do crescimento em apenas 1%, apesar do investimento contínuo em tecnologia e bens imóveis para fazer face ao aumento dos volumes de transacções e ao desenvolvimento da nossa actividade.

Capital

O rácio de capital tier 1 do Grupo em 31 de Dezembro era de 7,3%

e o rácio de capital total 11,2%, situando-se dentro dos valores pretendidos.

Na altura da oferta sobre o ABN AMRO manifestámos a intenção de reconstruir os nossos rácios de capital. Continuamos empenhados neste objectivo e o aumento dos retornos financeiros agora esperados da aquisição vai ajudar a acelerar o cumprimento dos compromissos de regeneração do capital do Grupo.

Posicionados para o crescimento

Nesta década assistiu-se a um crescimento económico bastante mais acentuado no mundo em desenvolvimento, especialmente na Ásia, do que no Ocidente. O comércio e os fluxos de caixa foram os principais motores da prosperidade crescente. Este crescimento estimulou a procura de muitos bens, nomeadamente de energia. Nas dinâmicas economias asiáticas, o número de pessoas ricas está a aumentar e em todo o mundo a riqueza é cada vez mais comum.

Nos últimos anos criámos opções que permitirão ao Grupo explorar as oportunidades de crescimento rentável derivadas destas alterações económicas. O crescimento económico acelerado aumenta a procura de serviços de gestão de riscos de rotina e pagamentos em que possuímos excelentes capacidades. O desenvolvimento económico requer investimentos em infra-estruturas, que contribuem para os nossos trunfos no financiamento de projectos. O aumento da procura de bens foi um dos factores que nos impeliu a constituir o próximo consórcio com a Sempra Commodities. Aumentámos o número de banqueiros privados no Coutts Asia para explorar o mercado crescente de gestão de riqueza da região.

Também tínhamos posicionado o Grupo para um crescimento contínuo em mercados com maturidade. Na banca de retalho no Reino Unido previmos que as famílias iam poupar mais e promovemos com sucesso as nossas vendas de produtos de poupança e investimento. Concentrámo-nos no investimento no serviço ao cliente na Corporate Banking no RU e reforçámos a nossa posição de liderança do mercado. Nos Estados Unidos, as nossas capacidades de distribuição e de produtos criaram uma plataforma excelente nos mercados empresarial e comercial.

ABN AMRO

A aquisição do ABN AMRO dá-nos capacidade para acelerar as nossas estratégias de crescimento fora do RU, sobretudo nos mercados em rápida expansão, ao mesmo tempo que acrescenta capacidades complementares e franquias de clientes à nossa carteira de negócios. A integração teve um auspicioso começo, esperando-se actualmente que as sinergias totalizem 2,3 mil milhões de euros em comparação com a nossa estimativa inicial de 1,7 mil milhões de euros.

Os nossos colaboradores

A qualidade e o trabalho diligente dos nossos colaboradores são a razão do sucesso do Grupo. Todos os anos procuramos as suas opiniões, referenciamos as suas respostas face aos nossos pares e actuamos em conformidade com o que nos dizem. Embora a quebra verificada na envolvente externa e as exigências da transacção do ABN AMRO tenham tornado 2007 um ano difícil para muitos empregadores, o programa Your Feedback 2007 obteve uma participação recorde de 90% dos nossos colaboradores. Alcançámos progressos em todas as quinze medidas superando a Norma Sobre Serviços Financeiros Globais em cada indicador.

Estrutura do Grupo

A arquitectura organizacional do RBS manteve-se substancialmente inalterada desde 2000. Neste momento necessita de evoluir para corresponder ao facto de estarmos presentes em mais de 50 países e facilitar a integração e operação das actividades do ABN AMRO. Esta nova estrutura organizacional irá proporcionar-nos o enquadramento certo para gerir o Grupo alargado de forma a explorar plenamente o acréscimo de oportunidades de crescimento atractivas que presentemente estão ao nosso alcance.

Algumas das nossas actividades podem servir melhor as necessidades dos clientes se nos organizarmos numa base global. Outras, devem ser geridas com um enfoque mais regional. Por isso, estabelecemos a Global Markets que compreende duas divisões, a Global Banking & Markets ('GBM') e a Global Transaction Services ('GTS'). A primeira corresponde em grande medida à GBM existente, potenciada com as capacidades de produtos e franquias de clientes do ABN AMRO. A GTS combinará a capacidade de classe internacional do ABN AMRO nos pagamentos internacionais com a nossa actual banca de transacções empresarial e com as nossas actuais actividades de banca de transacções empresariais e aquisições comerciais. Classifica-se entre as cinco maiores empresas de pagamento a nível mundial, com um lucro operacional aproximado de 1,6 mil milhões de libras em 2007.

As nossas restantes franquias bancárias possuem características mais distintamente nacionais ou regionais. Faz sentido continuar a geri-las nesta base. Neste momento estamos representados no maior número de países e para assegurar a coordenação e controlo efectivos agrupámos as nossas actividades de banca de retalho e comercial em quatro divisões regionais: UK Retail and Comercial Banking, US Retail and Comercial Banking, Europe and Middle East Retail and Comercial Banking, Asia Retail and Comercial Banking.

O RBS Insuring manterá a sua actual estrutura e estratégia. Vamos ampliar ainda mais o nosso modelo de Manufacturing em todo o Grupo alargado globalmente.

Perspectivas

É tentador pensar na tarefa que nos espera em 2008 apenas em termos da integração do ABN AMRO e da criação de sinergias substanciais ao nível dos custos e das receitas. Porém, se o fizéssemos estaríamos a negligenciar as verdadeiras oportunidades para o Grupo alargado.

Embora o futuro pareça tão difícil como sempre de prever, torna-se claro que entramos em 2008 com um ímpeto real lançado pelo nosso crescimento orgânico e com a nossa gama de produtos, as nossas capacidades de distribuição e as franquias dos clientes materialmente melhoradas. Associado à nossa presença mais expressiva nas economias maiores e em mais acelerado crescimento do mundo, temos muito trabalho pela frente, mas é com a confiança de que será em benefício dos nossos accionistas, os nossos clientes e colaboradores.

Sir Fred Goodwin
Director-Geral do Grupo

Corporate Markets – Global Banking & Markets

Destaques

• Em termos de relações com grandes empresas e instituições financeiras, presentemente somos o número um no RU e na Europa e o número cinco nos EUA e Ásia Pacífico, excluindo o Japão.

• A divisão GBM foi nomeada Inflation Derivatives House of the Year nos Prémios de Risco atribuídos pela revista Risk.

• A revista ifr nomeou-nos Sterling Bond House of the Year Ano e European and North American Securitisation Houses of the Year.

Contribuição (m£)

A nossa divisão GBM registou novamente um elevado desempenho no primeiro semestre e ao longo de 2007 alcançou bons progressos, sobretudo no continente europeu e na Ásia.
Exploramos ao máximo a volatilidade do mercado no segundo trimestre, tendo obtido excelentes desempenhos na negociação de taxas de juro e de câmbio com uma subida do rendimento de mercado tiveram como resultado volumes de originação significativamente inferiores nos mercados de crédito, assim como depreciações nas exposições relacionadas com o crédito hipotecário nos EUA. Globalmente, continuámos a beneficiar da diversidade dos nossos fluxos de rendimento

Continuámos a construir a GBM em todo o globo, fazendo investimentos significativos nas pessoas, em infraestruturas e em tecnologia para apoiar o crescimento e desenvolver novas capacidades em termos de produtos. A nossa delegação em Pequim atingiu o estatuto de sucursal, permitindo-nos fornecer uma gama de produtos mais vasta aos clientes chineses. Mudámos para novas instalações em Paris para dar resposta ao crescimento.

Explorando as nossas já extensas relações, o ABN AMRO vai alargar a nossa presença a mais de 50 países, aumentando a capacidade da empresa para satisfazer as necessidades dos clientes em todo o globo. A integração das actividades grossistas do ABN AMRO na GBM traz trunfos consideráveis em títulos de capital, finanças empresariais e serviços de consultoria, mercados emergentes e serviços de transacções, incluindo gestão de caixa e financiamento das exportações.

A delegação da GMB em Tóquio foi co-angariadora da securitização dos ¥65,1 mil milhões de débitos relativos às vendas a prestações de telemóveis da SoftBank Mobile

A GBM foi o único *bookrunner* da operação financeira para o financiamento da construção de seis parques eólicos da EDF Energies Nouvelles em França, no valor de 266 milhões de euros

© EDF

Corporate Markets – Corporate Banking RU

Iniciámos uma nova relação com o principal operador do mercado da cerveja e da publicidade do País de Gales SA Brain & Co Ltd

Depois de trabalhar mais de 200 anos com um dos nossos principais concorrentes britânicos, uma das mais antigas sociedades de advogados de Essex, a Gepp & Sons, convenceu-se a mudar as suas relações bancárias para o UKCB

Destaques

- Segundo um estudo independente a nossa quota de mercado na Escócia aumentou para 46%. Mesmo onde temos uma presença significativa, podemos crescer se fornecermos um serviço de alta qualidade.
- Um estudo independente indicou que o RBS é a marca Nº 1 no serviço na Inglaterra e País de Gales e na Escócia.

Contribuição (m£)

A nossa actividade de Corporate Banking no RU teve mais um ano bem sucedido, mantendo o seu recorde consistente de elevada subida do rendimento de um dígito e aumentando ainda mais a sua quota de mercado a partir de uma posição de liderança

Uma razão importante para este desempenho sustentado é o nosso modelo de relacionamento bancário, que envolve um compromisso de longo prazo com os clientes. Em 2007, investimos em várias centenas de Gestores de Relações e contratámos equipas especializadas em relações e produtos em todo o RU para proporcionar um serviço local 'global' aos clientes. Também investimos em documentação simplificada e mais fácil de utilizar em nova tecnologia móvel que permite ao nosso pessoal dedicar mais tempo às empresas que servimos

A inovação dos produtos tem sido fundamental para satisfazer as necessidades dos clientes. Melhorámos substancialmente os canais de fornecimento com o lançamento da nova Bankline, a nossa plataforma bancária electrónica avançada baseada na web. 50.000 clientes empresariais e profissionais passaram a ter acesso à nova Bankline e deram-nos um feedback muito positivo sobre ela. O Lombard introduziu um plano de compensação das emissões de carbono dos veículos, e os nossos serviços a empresas que têm negócios com o estrangeiro melhoraram com o Supplier Finance – um novo produto financeiro da cadeia de abastecimento global – e o Tradeflow – um produto de financiamento automático online do serviço de exportações.

Mantivemos o nosso rigoroso enfoque na qualidade do crédito e na gestão de riscos. Como resultado, embora o montante que emprestamos tenha aumentado, a qualidade da carteira manteve-se estável e as perdas por imparidade diminuíram.

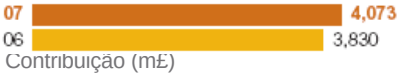
Retail Market – Retail

Destaques

- Entre os grandes bancos de High Street, o RBS e o NatWest são o número um e número dois, respectivamente, para os clientes que se dizem 'extremamente satisfeitos' com o seu principal fornecedor de conta corrente.

- Com 2,278 RBS e NatWest sucursais, a nossa rede é a maior do RU. Abrimos, actualizámos ou renovámos 224 sucursais em 2007.

- 50% dos estudantes universitários do 1º ano em full-time na Inglaterra e no País de Gales com conta de estudante



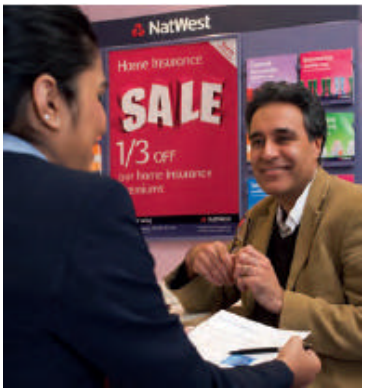
O nosso foco no serviço ao cliente, em produtos fortes e uma atitude prudente perante o risco foram as bases do nosso sucesso em 2007. Originámos mais empréstimos pessoais através das sucursais e menos através de canais directos. Reconhecendo que os consumidores estão a mudar dos pedidos de empréstimo para as poupanças, concentrámo-nos na venda de produtos de poupança e investimento e o NatWest abriu mais de um milhão de novas contas de poupança.

Na Banca de Negócios mantivemos a nossa quota líder no mercado das PME e investimos nas pessoas, na tecnologia e na qualidade do serviço para garantir o futuro crescimento, incluindo o regresso de 500 gestores às sucursais, onde podem trabalhar num contacto mais próximo com os clientes.

O Tesco Personal Finance celebrou o seu décimo aniversário, atraindo 1,6 milhões de novas contas, o que elevou o total acima dos 5,2 milhões.

2007 foi mais um ano de sucesso para a nossa parceria de cartões de crédito com o Banco da China. Foi emitido um total de 2,3 milhões de novos cartões em todos os canais e a nossa força como parceiro co-marca reflectiu-se em sete novos acordos co-marca com grandes empresas na China, incluindo com a Air China.

O sector Retailer Solutions – o *merchant acquirer* número um no RU e número três a nível mundial – beneficiou da crescente preferência dos consumidores pelos cartões em relação ao dinheiro e pelas compras via electrónica. Estas contribuíram para impulsionar as transacções em 11%, tendo as compras online atingido 39%.



Em Setembro, a unidade de retail Markets lançou a sua *Revolve account* para jovens dos 11 aos 18 anos. Os clientes podem desenhar e personalizar o aspecto do seu cartão de débito.

Trabalhando em estreita colaboração com o RBS Insurance, a unidade de Retail Markets alcançou progressos excelentes na venda de Seguro Habitação através das marcas RBS e NatWest.

Retail Markets – Wealth Management

Recentemente redenominámos os nossos balcões Coutts International, como este em Singapura, como RBS Coutts. Isto permite-nos explorar a solidez da marca global

A Ásia-Pacífico é uma região cada vez mais importante para a Gestão de Riqueza em 2007 Registámos um crescimento de 27% no número de clientes.

Destaques

- O número de clientes do Coutts no RU aumentou 7%.
- 11.000 clientes de todo o mundo investem mais de 8 mil milhões de libras nos mercados de títulos através do Discretionary Investment Management Scheme (Plano de Gestão do Investimento Voluntário) do Coutts & Co.
- A Euromoney classificou o Coutts & Co como o Melhor do RU para clientes muito ricos

Contribuição (m£)

A Gestão de Riqueza proporcionou um acentuado crescimento orgânico, reflectindo a solidez da nossa marca e da nossa carteira de produtos e o alcance geográfico do Grupo. Neste mercado existem importantes oportunidades a longo prazo, com a previsão da riqueza das Grandes Fortunas a atingir 51,6 triliões de dólares dos Estados Unidos em 2011 , o que traduz uma taxa anual de 7%.

O programa de expansão regional do Coutts no RU prosseguiu e fora do RU o ímpeto manteve-se especialmente na região Ásia-Pacífico. A partir do início de 2008 redenominámos o Coutts International como RBS Coutts para explorar a solidez da marca global do Grupo.

No âmbito da nossa parceria com o Banco da China, a nossa nova iniciativa de banca privada conjunta abriu ao público em Pequim e Xangai em Março.

O Coutts & Co lançou o seu primeiro programa de aprendizagem financeira para os filhos dos clientes em Julho de 2007. O Curso sobre Activo & Responsabilidades com a duração de 2 dias e meio destinava-se a iniciar os jovens na gestão da riqueza dar-lhes capacidades para obterem sucesso financeiro.

Ulster Bank

Destaques

• A divisão de Corporate Markets do Ulster Bank foi distinguida com o KPMG Business Banking Excellence Award pelo terceiro ano consecutivo

• Com mais de 1100 máquinas, a nossa rede multibanco tornou-se a segunda maior na ilha da Irlanda.

• Financiámos a primeira instalação de produção de biodisel em larga escala na Irlanda, contribuindo para que este país cumpra as suas obrigações no âmbito da Directiva sobre Biocombustíveis da UE

Contribuição (m£)

O Grupo Ulster Bank obteve resultados impressionantes, ao mesmo tempo que expandiu a sua implantação e introduziu novos produtos inovadores. Em toda a Irlanda abrimos sete sucursais e centros de negócios conjuntos do Ulster Bank e três lojas First Active e renovámos 46 estabelecimentos. Dois novos balcões móveis permitiram-nos melhorar ainda mais o serviço fornecido aos clientes em localidades rurais.

Tirámos partido da nossa integração com a plataforma IT do RBS para lançar novos produtos, incluindo um número único do mercado irlandês. Estes incluíram uma nova proposta de banca de negócios para jovens empresas; o OneCard, o primeiro cartão tudo-em-um no mercado Irlandês que permite às pequenas empresas racionalizar o seu processo de pagamentos; e o primeiro cartão de crédito personalizado, que permite aos clientes assinalar os s eus cartões com a imagem à sua escolha.

O First Active registou um ano recorde nos investimentos, aproveitando a oportunidade apresentada pela maturidade do Special Savings Account Ireland, um plano de poupança apoiado pelo governo.

A nossa divisão Corporate Markets aproveitou os pontos fortes do Grupo alargado para financiar a construção da auto-estrada N6 e o alargamento do anel rodoviário N50 à volta de Dublin. O consórcio para estas Parcerias Público/Privado envolveu empreiteiros da Espanha e da Irlanda e o Ulster Bank colaborou estreitamente com o GBM em Madrid, os banqueiros de relacionamento com empresas Espanholas.

O Grupo Ulster Bank continuou a aumentar a sua implantação em toda a ilha da Irlanda. Em 2007, abrimos sete novas sucursais e centros de negócios conjuntos do Ulster Bank e três novas lojas First Active. Esta é a nova sucursal e centro de negócios em Blackpool, County Cork

Citizens

A ePrize LLC, a maior agência de promoções interactivas do mundo, foi um dos primeiros destinatários do Programa de Criação de Emprego Charter One, um compromisso de empréstimo de 200 milhões de dólares a empresas que criam emprego em Michigan

Ellen Wolf, director financeiro, da American Water, com Thomas Connor, do RBS Greenwich Capital e Steve Stambaugh do Citizens discutem o investimento privado de Obrigações Sénior não Garantidas

Destaques

- Continuamos a ser o Nº 1 no crédito às pequenas empresas em Nova Inglaterra, Pensilvânia e Delaware, nos EUA
- Desde finais da década de 1980, o Citizens aprovou mais de 41.000 empréstimos às pequenas empresas, num total de mais de 2 mil milhões de dólares.
- Lançámos os extractos electrónicos em 2007 e esperamos poupar pelo menos 10 milhões de folhas de papel em 2008
- Introduzimos a Customer Relationship Review (análise das Relações com os Clientes), uma ferramenta automática que traça o perfil e faz a gestão dos dados dos clientes, para aumentar e melhorar o serviço ao cliente

Contribuição (m£)

Uma conjuntura económica muito difícil afectou os nossos sectores de empréstimos, crédito hipotecário e crédito automóvel. Contudo, o Citizens continuou a evoluir no desenvolvimento da sua franquia empresarial e comercial, explorando os pontos fortes do Grupo alargado e permitindo-nos fazer investimentos privados, ofertas públicas de obrigações e sindicações de empréstimos para fornecer soluções internacionais aos clientes. As receitas Cambais e de Derivados do Citizens aumentaram mais de 20%.

O Kroger Personal Finance, o nosso consórcio com o segundo maior Grupo de supermercados dos EUA, vendeu mais de dois milhões de produtos , incluindo 1-2-3 Rewards® MasterCards ®, e cartões pré-pagos e cartões oferta.

Os nossos colegas que atendem clientes diariamente muitas vezes sabem melhor o que podemos fazer para melhorar o nosso serviço. Por isso, no ano passado realizámos uma série de actividades para ter a certeza de que essas ideias seriam apresentadas. O resultado foram mais de 270 melhorias no fornecimento do serviço. O nosso investimento foi compensado com um aumento da classificação em termos de satisfação dos clientes para 85%.

RBS Insurance

Destaques

- Normalmente recebemos 350 reclamações de inundações num mês de Verão. Entre 14 de Junho e 22 de Julho recebemos aproximadamente 11.500 reclamações de inundações, incluindo 3.900 num só dia

- Gerimos reclamações no valor de 4 mil milhões de libras e respondemos a 8,5 milhões de reclamações pelo telefone.

O nosso departamento de reclamações recebeu o prémio Investors in Excellence e a nossa rede de oficinas conseguiu o BSI Kitemark for Vehicle Body Repair.

- O Churchill, o Direct Line e o Green Flag receberam prémios 'Best Of' da Your Money em 2007.

Contribuição (m£)

Estamos justificadamente orgulhosos com a forma como o RBS Insurance respondeu às inundações de Junho e Julho. Foi um grande desafio em todos os aspectos. Invocando o nosso Severe Weather Event Plan, conseguimos enfrentar o elevado aumento dos números de chamadas e reclamações, assegurando que os nossos clientes recebessem a ajuda de que necessitavam o mais rapidamente possível.

Colaborando estreitamente com a divisão de Retail Markets, alcançámos excelentes progressos na venda de seguros Habitação através das marcas RBS e NatWest. Continuámos a desenvolver o nosso modelo de operação a baixo custo, agilizando os nossos processos através da conjugação das funções de Vendas, Serviços e Reclamações, que nos permitiu fornecer aos nossos clientes padrões de serviço eficiente e consistente.

Continuámos a diversificar os nossos fluxos de rendimento a partir do núcleo tradicional dos seguros Habitação e Automóvel no RU. Introduzimos o "Open for Business" do Direct Line em Setembro, oferecendo produtos de seguros simples e acessíveis às pequenas empresas e a nossa divisão internacional registou um acentuado crescimento, com as apólices de seguro automóvel a atingir 7%.

Nas últimas duas semanas de Junho, a equipa do RBS Insurance que trata das reclamações de seguro contra inundações recebeu mais chamadas num só dia do que é habitual num mês de Verão normal.

O Direct Line lançou os seus novos produtos de seguros 'Open for Business' em Setembro
O Direct Line lançou os seus novos produtos de seguros 'Open For Business' em Setembro

Manufacturing

O sector de Manufacturing apoiou o lançamento do cartão de débito contactless quando a Equipa AT&T Williams Formula 1 efectuou a primeira transacção pública do RU na zona leste de Londres.

Lançámos um novo compromisso de serviço ao cliente em que temos por objectivo reembolsar os clientes que tenham sido vítimas inocentes de fraude no espaço de 24 horas após o contacto

Destaques

- A divisão Manufacturing teve um papel central na criação do Tesco Compare, um site internet que permite aos clientes comparar e comprar seguros automóvel a mais de 30 marcas diferentes no RU
- Em caso de extravio ou furto do cartão de débito podemos ajudar o cliente a ter acesso a numerário de emergência em mais de 7.000 caixas de multibanco.
- A nossa equipa dedicada ao sector de Património geriu a abertura de novas delegações na Índia, Singapura e Paris, assim como a reestruturação e expansão da rede de sucursais do Ulster Bank.

Total custos (m£)

A nossa divisão de Manufacturing teve um ano muito forte, apoiando o desenvolvimento das nossas actividades ao mesmo tempo que continuava a dar uma enorme atenção ao controlo de custos.

Fizemos investimentos significativos para proteger os nossos clientes de fraude em 2007, através da introdução *do* Chip & PIN nas nossas sucursais do RU e da Irlanda e do lançamento do 2 Factor Authentication para as transacções bancárias online. A nossa Equipa de Apoio nos Casos de Furto de Identidade ajuda as vítimas de crime no RU e a introdução de processos mais aperfeiçoados tem por objectivo reembolsar os clientes que foram vítimas de fraude no espaço de 24 horas após o contacto.

A divisão de Manufacturing esteve na linha da frente de uma série de inovações. Em Agosto, o RBS tornou-se o primeiro banco britânico a utilizar a tecnologia de Contactless Payment. Também apoiou o lançamento da banca por telemóvel em Setembro.

O nosso programa eSourcing continua a criar poupanças, tendo-nos ajudado a limitar o aumento do custo total a 1%. Esta ferramenta online é utilizada em todas as divisões e geografias para determinar a origem de mercadorias e serviços. As poupanças são mais rapidamente realizadas através da diminuição do tempo de proposta, o que contribui para que este programa seja um dos dez maiores a nível mundial.

ABN AMRO

Destaques

- Os números de clientes da banca de retalho na Ásia aumentaram 12%, atingindo 3,7 milhões. O crescimento foi impulsionado principalmente pelo Van Gogh Preferred Banking, o nosso serviço de banca de relações para clientes ricos.
- Os números de titulares de cartões de crédito na Ásia aumentou 18%, chegando aos 3,3 milhões.
- A banca empresarial na Ásia registou um bom aumento do seu rendimento em toda a região em 2007.
- Abrimos 16 novas sucursais na China, Índia, Indonésia, Hong Kong e Malásia.

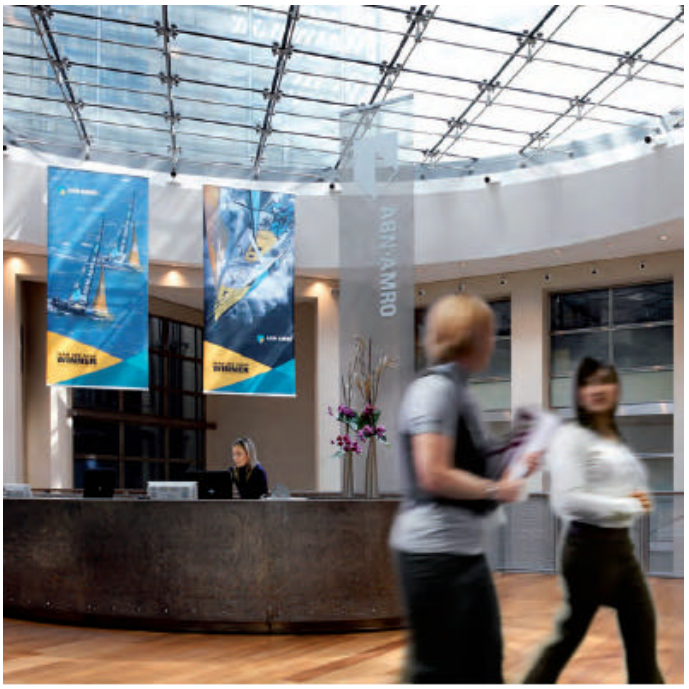
Contribuição (m£) – desde a data de aquisição em 17 de Outubro de 2007

07 ▌ 128

Desde que concluímos a aquisição do ABN AMRO em Outubro, a nossa confiança nas oportunidades que esta oferece ao Grupo aumentou. Traz muitos recursos humanos excelentes, sólidas franquias e produtos e alarga a nossa presença nos mercados em mais rápido crescimento do mundo, para além de diversificar os nossos fluxos de rendimento. Esperamos garantir maiores poupanças de custos e benefícios de receitas do que inicialmente previsto.

Obtivemos bons progressos em termos de integração. Foram feitas nomeações para os Concelhos Fiscal e de Administração e para cargos de gestão sénior. Confirmámos quais as actividades que o RBS vai manter. A migração para a marca e o modelo RBS começou.

Embora as actividades do mercado de crédito tenham reflectido as condições que prevalecem no mercado, os capitais próprios, as taxas e as instituições financeiras revelaram um bom desempenho. A banca de transacções manteve um bom ímpeto, reflectindo um acentuado crescimento dos saldos de gestão de caixa e uma expansão significativa do financiamento às exportações. As empresas de banca de retalho a nível internacional registaram um bom desempenho em todo o exercício de 2007.

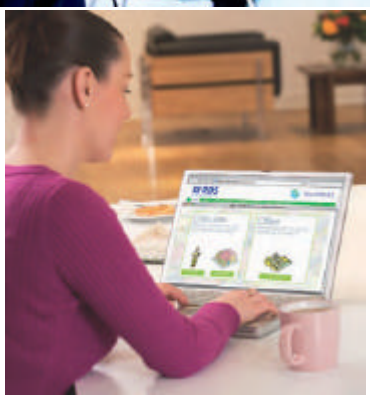


Combinado com o ABN AMRO, o RBS passou a ser o maior banco empresarial na Europa em termos de relações com grandes empresas e instituições financeiras. Esta é a sucursal de Paris do ABN AMRO

A Índia já é um importante mercado para o ABN AMRO. Tem uma rede de 28 balcões

Ben Morri tirou partido do nosso plano YourWorld bike-to-work que permite aos colaboradores fazer poupanças consideráveis no custo de uma bicicleta. Também utiliza os bilhetes YourWorld de compensação de carbono e os bilhetes de autocarro sazonais isentos de imposto

Em Junho lançámos o site para os colaboradores YourWorld. Este site contém uma calculador a de carbono, conselhos para a eficiência energética e ofertas de produtos com desconto que reduzem o balanço de CO2t



O RBS é uma empresa responsável. Efectuamos estudos rigorosos que nos permitem estar confiantes que conhecemos os problemas mais importantes para os nossos *stakeholders* e tomar medidas práticas em resposta a esses problemas. Em 2007 estendemos essa pesquisa, promovendo uma maior participação dos *stakeholders* do Ulster Bank, do RBS Insurance, e dos dos EUA. Nesta secção descrevemos algumas das prioridades dos nossos *stakeholders* e as medidas que tomámos em resposta às mesmas.

Combate ao crime

Os inquiridos referiram que o crime financeiro é a sua maior preocupação. Isto reflecte o facto de a fraude de identidade ser o crime em mais rápido crescimento no RU e a cobertura dos meios de comunicação que os casos com mais visibilidade recebem. Compreendemos as razões das preocupações dos *stakeholders* e desenvolvemos importantes esforços para alcançar a nossa visão de um RBS como o local mais seguro para fazer negócio.

Tomámos uma série de medidas para proteger os nossos clientes. Colaborando com outras entidades, o nosso contributo para as iniciativas da indústria em 2007 foi equivalente a 14000 dias de tempo de agentes de polícia. O RBS foi um dos primeiros bancos a transferir dados para o novo Fraud Intelligence Sharing System. A nossa equipa interna dedicada à melhoria da segurança e ao combate à fraude emprega mais de 90 pessoas só no RU. Durante 2007, o Grupo implementou 30 iniciativas para combater a fraude. Nos EUA, o Fraud Stopper Program dos Citizens compensa os colaboradores que ultrapassam as suas responsabilidades profissionais normais para prevenir a fraude contra o Grupo.

A nossa atenção ao crime faz todo o sentido em termos económicos. Num estudo independente aos clientes que tinham sido vítimas de fraude nos seus cartões, o nível de satisfação em relação ao RBS e NatWest foi superior a 80%.

Criar capacidade financeira

Quando as pessoas são ensinadas a lidar com o dinheiro e trabalhar com empresas de serviços financeiros, têm maior probabilidade de tomar as decisões certas e evitar dificuldades. O nosso compromisso de criar capacidade financeira começou há 14 anos com o

100% da electricidade comprada no RU e para a Ilha da Irlanda foi obtida de fontes de energia renováveis

Programas *double matching* (dupla equivalência) para os colaboradores: estenderam-se aos Estados Unidos, Europa e Ásia-Pacífico.

Programa Face2Face with Finance for Schools. Durante esse período, investimos mais de 40 milhões de libras em actividades relacionadas, desde dar lições a quase 1,5 milhões de crianças em idade escolar a apoiar 20 mil cursos de formação grátis para consultores em endividamento. Em 2007, os nosso colaboradores deram mais de 16 mil lições a mais de 635 mil alunos.

A fim de assegurar uma sólida base de dados para as nossas actividades neste domínio, criámos o Painel de Investigação MoneySense, um grupo de 10.000 alunos do ensino secundário dos 11 aos 18 anos de idade. Vamos manter-nos em contacto com este grupo de jovens ao longo dos próximos cinco anos para compreender como níveis diferentes de educação e compreensão financeira afectam as suas capacidades, aspirações e decisões quando entram na vida adulta.

O trabalho que realizamos para criar capacidade financeira ultrapassa os jovens nas escolas. Em Outubro, o Face2Face with Finance foi introduzido ainda com mais firmeza no coração da nossa empresa e redenominado como MoneySense.

Fomos além da nossa base de clientes na criação de capacidade através de parcerias de meios de comunicação com dois jornais nacionais britânicos. A campanha Metro Debt Alert, realizada em parceria com o Citizens Advice tentou ajudar as pessoas a compreenderem melhor as suas finanças e incentivou as que estavam preocupadas a procurar ajuda numa fase precoce. A nossa parceria com o Daily Mail ofereceu aos seus leitores um guia grátis sobre Como Assumir o Controlo do Seu Dinheiro.

Promoção da inclusão financeira

Algumas pessoas podem ter dificuldade em aceder a serviços financeiros, nomeadamente em três áreas: contas bancárias, conselhos de crédito e débito. Somos o maior fornecedor britânico de Contas Bancárias Básicas destinadas aos clientes que tiveram dificuldade em entrar no sistema bancário.

Reconhecemos que a melhor maneira de satisfazer as necessidades financeiras de certas pessoas é através de organizações fora do sector bancário e colaboramos com organismos do *Third Sector* para melhorar o fornecimento de crédito acessível às pessoas com baixos rendimentos. Em Janeiro, o RBS foi seleccionado como o principal parceiro bancário do Scotcash, uma nova Instituição de Financiamento ao Desenvolvimento Comunitário fundada para dar acesso ao crédito a pessoas de Glasgow que não têm acesso total aos serviços financeiros normais

20 colaboradores do sector de Wealth Management passaram uma semana a colaborar com a instituição de beneficência, Habitat for Humanity, construindo cinco habitações para uma comunidade rural perto de Bangalore, Índia

Ao prestar consultoria sobre dinheiro, o nosso trabalho tem por objectivo melhorar a qualidade e disponibilidade de informação para as pessoas que enfrentam dificuldades na gestão das suas finanças. Evidentemente, muito do que fazemos nesta área faz parte do serviço que oferecemos por rotina aos clientes. Além de conceitos gerais, disponíveis através do MoneySense, a nossa investigação demonstra que os clientes apreciam conselhos de gestão de dinheiro adaptados que os ajudem quando têm de tomar decisões especificas. Em 2007, a nossa resposta inclui o recrutamento de mais de mil consultores de serviço ao cliente nos nossos balcões do RBS e do NatWest e a realização de 1,2 milhões de análise financeiras pessoais com os nossos clientes.

Também apoiamos o sector de consultoria sobre dinheiro. Os nossos esforços nesta área são canalizados através do Money Advice Trust ('MAT'), uma instituição de caridade fundada em 1991 para melhorar a prestação de conselhos grátis e independentes sobre dinheiro. Continuamos a ser o maior patrocinador do MAT. O nosso apoio permite ao MAT dar formação a consultores em endividamento.

Mais de 90% do sector de conselhos grátis sobre dinheiro recebe formação através da utilização de materiais financiados pelo RBS e os nossos financiamentos permitem a disponibilização de 5.000 vagas em cursos de formação grátis por ano. Decidimos concentrar o nosso apoio especificamente nos conselhos cara a cara porque são o canal preferido para as pessoas com mais baixos rendimentos.

Nos EUA, a Conta de Desenvolvimento Individual do Citizens oferece às famílias de baixo rendimento incentivos de poupança para a compra de uma casa, o ensino pós-secundário ou criação de uma empresa. Esta estratégia anti-pobreza combina a aprendizagem em matéria de gestão financeira com incentivos de poupança para aquisição de activo a longo prazo que melhore a segurança económica e o poder de obtenção de rendimentos ao longo da vida dos participantes.

Em Dezembro, doámos 1 milhão de libras a 91 instituições de beneficiência para crianças, seleccionadas pelo pessoal e os leitores do Daily Mail. O ministro da tutela, Rt Hon Beverley Hughes MP entregou mais de 100.000 libras à instituição vencedora, a Tommy's. O programa musical Outreach do Ulster Bank's destina-se a ajudar a desenvolver o talento nas crianças do ensino básico na Irlanda. Crianças da St Paul's Junior National School em Dublin apreciam o seu workshop.

Serviço ao cliente

A nossa liderança consistente entre os principais bancos de High Street em termos de satisfação do cliente resulta do desejo de facilitar o mais possível a utilização dos nossos serviços. Operamos a maior rede de sucursais na Grã-Bretanha e a segunda maior na ilha da Irlanda e continuamos a alargar essa mesma rede em ambos os países. Operamos uma em cada 5 de todas as caixas multibanco grátis no RU, a maior rede grátis do país. No entanto, os nossos *stakeholders* dizem-nos que algumas comunidades no RU não têm acesso razoável a uma máquina multibanco grátis. Para resolver este problema, empenhamo-nos em instalar mais máquinas de multibanco em bairros onde elas não existiam e com 494 instaladas brevemente atingiremos o nosso objectivo de 500 máquinas.

As comunidades remotas de toda a Escócia, Inglaterra e País de Gales, muitas vezes distantes de uma sucursal e outros serviços, podem utilizar um dos nossos 20 balcões móveis. Estes fazem mais de 25.000 paragens por ano e cobrem mais de 190 milhas. No ano passado introduzimos quatro novos balcões móveis no norte do País de Gales e Yorkshire, operados pelo RBS e em Cumbria e Devon pela marca NatWest.

Em Janeiro, lançámos um novo produto destinado a satisfazer as necessidades das crescente comunidade polaca no RU. A conta de boas-vindas do NatWest permite o acesso fácil a serviços bancários aos falantes polacos no RU. Como sabemos que enviar dinheiro para casa é importante para eles, tomamos medidas com o PKO Bank Polski, o maior banco de retalho da Polónia, para que os clientes possam efectuar transferências de dinheiro grátis entre a sua Conta de Boas-Vindas no NatWest e qualquer conta existente no PKO Bank Polski. A Conta de Boas-Vindas ganhou o prémio de Best Innovation in Banking da Scottish Financial Enterprise.

O Ulster Bank recrutou especialistas em línguas estrangeiras para vários dos seus balcões e publica uma 'Welcome Brochure' (Brochura de boas-vindas) com textos em polaco, português, lituano e mandarim.

O Citizens na comunidade

O Citizens tem uma orgulhosa tradição de participação e investimento na comunidade. Durante 2007, investimos 25 milhões de dólares em mais de 4.000 organizações sem fins lucrativos e ao longo dos últimos 6 anos

£57,7 milhões investidos nas nossas comunidades durante 2007

O RBS obteve a mais elevada classificação AAA da Innovest para a gestão de riscos sociais e ambientais

os nossos investimentos em obras de beneficência aumentaram 500%. Alargámos o nosso programa britânico Give As You Earn aos EUA; no âmbito do programa Colleague Matching Gift, lançado em Agosto, o Citizens oferece um donativo equivalente aos dos seus colaboradores para organizações elegíveis até 1000 dólares dos EUA por ano.

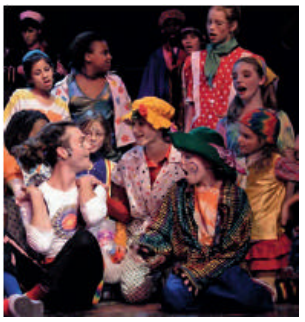
A Lei Sobre o Reinvestimento Comunitário (CRA) nos EUA incentiva as instituições financeiras a contribuírem para a satisfação das necessidades das comunidades com baixo e moderado rendimento. Existem quatro classificações CRA: Excelente, Satisfatória, Necessita de melhorar e Não Cumprimento Substancial. O Citizens tem a classificação de Excelente em cada Estado onde opera e mantivemos a classificação CRA Excelente em todas as nossas aquisições.

Os nossos colaboradores

A participação em trabalho voluntário é um exemplo de como os nossos colaboradores apoiam as comunidades em que trabalham. Damos aos colaboradores mais horas livres para participarem em actividades de beneficência do que qualquer outra empresa do RU. Lançámos o Colleagues in Action no Citizens para dar maior destaque ao trabalho voluntário dos nossos colaboradores. Mais de metade deles referem que o grupo faz um trabalho 'muito bom' no apoio às instituições de caridade e quase nove em cada 10 dizem que somos socialmente responsáveis nas comunidades em que operamos.

A nossa política de apoio à participação nas acções comunitárias é uma das razões para os resultados consistentemente sólidos alcançados no inquérito de opinião aos colaboradores anual em que consistentemente suplantamos o desempenho dos nossos pares. Mais de 80% dos colaboradores consideram que são tratados com respeito no emprego. Dois em cada três acreditam que o RBS faz um bom trabalho no desenvolvimento do potencial dos nossos recursos humanos. Parece que conseguimos o equilíbrio certo entre o trabalho e a vida familiar com 8 em cada dez colaboradores a dizerem que a sua carga horária é razoável. Quase 9 em cada 10 colaboradores acham que estão suficientemente informados sobre o desempenho do grupo e mais de 80% dizem que de um modo geral somos eficientes na informação que lhes damos. Em todos estes itens e noutros os nossos resultados superam o Índice de Elevado Desempenho Global, que compila os resultados alcançados pelas empresas com melhor desempenho do mundo.

Como acreditamos que o nosso pessoal é a razão do sucesso persistente que temos vindo a registar investimos no seu desenvolvimento. A RBS Business School é fundamental para o nosso compromisso para com o pessoal no sentido de explorar todo o seu potencial.



O Programa Charter One's Champion in Action ajudou mais de 90 pequenas instituições sem fins lucrativos que apoiam as suas comunidades locais. O Near West Theatre, Cleveland, Ohio dá aos jovens locais a possibilidade de se dedicarem a actividades criativas e foi o primeiro a beneficiar quando o programa foi alargado ao Midwest.

Por outro lado, ajuda-nos a desenvolver os nossos produtos e serviços para satisfazer as necessidades dos clientes e manter e aumentar o valor que devolvemos aos nossos accionistas. No ano passado reunimos com o novo Conselho Consultivo Estratégico da nossa Business School, cujos membros incluem alguns dos maiores líderes mundiais em formação de executivos. O nosso Programa de Desenvolvimento de Gestores Sénior, desenhado e ministrado para nós pela Harvard Business School, foi suplementado pelo Programa de Liderança de Executivos desenvolvido pela Duke Corporate Education.

O RBS e o ambiente

Reconhecemos as ameaças constituídas pelas alterações climáticas e esforçamo-nos por fazer a diferença onde podemos. Tais medidas passam por diminuir o balanço de CO2 do Grupo e impactos ambientais mais extensos, ajudando os nossos colaboradores a mudar o seu comportamento e contribuindo responsavelmente para os mais exigentes padrões acordados no plano internacional. Em 2007, elevámos a prioridade dada ao ambiente e imprimimos uma maior coerência às nossas actividades com o estabelecimento do Programa Ambiental do Grupo.

O nosso balanço de CO2

A indústria de Serviços Financeiros é uma indústria com um baixo balanço de CO2 e o RBS regista um dos mais baixos dos bancos britânicos. Estamos empenhados em reduzir ainda mais a intensidade das emissões de carbono nas nossas operações e as iniciativas que tomamos destinam-se a diminui-las em 1/5 até 2011. Vamos alcançar esse objectivo através de uma série de acções. Desde Outubro de 2007, toda a nossa electricidade no RU e na Irlanda veio de fontes renováveis.

Barbara Norris é um dos 6.000 colaboradores que deram lições de MoneySense em 1,500 escolas por todo o RU. Aqui vemo-la a ajudar os alunos na Ramsey School Essex

Sharon Johnson, que trabalha no RBS desde que terminou a escolaridade há 17 anos, pediu um período sabático de dois meses para colaborar com o Sepilok Orangutan Sanctuary na ilha de Bornéu

A fase um do nosso programa de investimento imobiliário de 55 milhões de libras está quase concluída e vamos reduzir as nossas emissões anuais de dióxido de carbono em 97.000 toneladas. Estamos a fazer experiências piloto de aplicação de tecnologias de eficiência energética nos nossos 'edifícios para o futuro' em Blackpool e Rotherham na Inglaterra. No ano passado, o Grupo reciclou 21.000 toneladas de papel e a introdução dos extractos electrónicos em Novembro vai diminuir significativamente os 15 milhões de extractos que enviamos pelo correio mensalmente.

Os nossos colaboradores

Os nossos colaboradores disseram-nos que levam a sério o seu impacto pessoal no ambiente e esforçam-se por minimizá-lo tanto quanto possível. Tomámos uma importante medida para os ajudar com o lançamento do 'Your World'. Através deste serviço baseado na Internet, os colaboradores no RU, na Irlanda e nos EUA podem calcular as suas emissões de carbono, obter conselhos sobre como reduzi-las e comprar serviços de energia e transporte a preços competitivos que também os ajudarão a alcançar esse objectivo.

A nossa actividade de concessão de crédito

O RBS é um dos dez adoptantes iniciais dos Equator Principles, que são uma referência na gestão do impacto social e ambiental dos projectos de financiamento. Só financiamos projectos que cumprem esses exigentes padrões. O nosso interesse pelas questões ambientais também faz todo o sentido do ponto de vista económico e o grupo é um dos maiores financiadores de projectos de energias renováveis a nível mundial.

Reconhecimento

Os nossos esforços para a gestão do impacto ambiental do Grupo foram reconhecidos por outras entidades. A agência de notação Innovest elevou-nos à categoria AAA pela gestão dos riscos e oportunidades sociais e ambientais e fomos mais uma vez incluídos nos índices de sustentabilidade Dow Jones e FTSE4GOOD. O RBS foi incluído no Carbon Disclosure Project's Climate Disclosure Leadership Index e fomos um dos únicos 4 bancos a receber globalmente uma pontuação de 95% ou superior. No Fórum Económico Mundial em Davos, estivemos entre as 100 empresas mais sustentáveis pela primeira vez.

28 Apresentação da informação
29 Declarações relativas ao futuro
30 Descrição da actividade
32 Factores de risco
34 Destaques financeiros
35 Resumo da demonstração dos resultados consolidados
38 Análise dos resultados
48 Desempenho por divisão
66 Balanço consolidado
68 Fluxos de caixa
69 Recursos de capital
70 Gestão dos riscos e do capital

Apresentação da informação

No Relatório e Contas, e salvo especificado de outro modo o termo 'empresa' significa o Royal Bank of Scotland Group plc, 'RBS' ou o 'Grupo' significa empresa e as suas subsidiárias, 'The Royal Bank' significa 'The Royal Bank of Scotland plc e 'NatWest' significa o National Westminster Bank Plc.

A empresa publica as suas publicações financeiras em libras esterlinas ("£" ou "esterlina"). As abreviaturas 'm£' e 'mm£' representam milhões e milhares de milhões de libras esterlinas, respectivamente, e as referências a 'pence' representam os pence do Reino Unido (RU). A referência a 'dólares' ou '$' visa os dólares dos Estados Unidos da América (EUA). As abreviaturas 'm$' e 'mm$' representam milhões e milhares de milhões de dólares, respectivamente e as referências a 'cents' representam os cêntimos dos EUA. A abreviatura '€' representa o 'euro', a moeda única europeia, e as abreviaturas 'm€' e 'mm €' representam milhões e milhares de milhões de euros respectivamente

Certas informações contidas neste relatório são apresentadas separadamente para as actividades nacionais e estrangeiras. As actividades nacionais consistem principalmente nas transacções nacionais do Grupo no RU. As actividades estrangeiras compreendem as transacções realizadas pelo Grupo através de sucursais especificamente organizadas no RU para transacções de serviços bancários internacionais e transacções realizadas fora do RU

A análise geográfica na média do balanço e das taxas de juro, as alterações do rendimento líquido de juros e a média das taxas de juro, os rendimentos, spreads e margens neste relatório foram compilados com base na localização do estabelecimento – RU e estrangeiro. A gestão acredita que esta apresentação fornece informações mais úteis sobre os rendimentos, spreads e margens das actividades do Grupo do que a que seria fornecida através da apresentação com base na análise das actividades nacionais e estrangeiras utilizada noutras partes deste relatório, dado reflectir mais aproximadamente a base na qual o Grupo é gerido. 'RU' neste contexto inclui as transacções a nível nacional e as realizadas através dos estabelecimentos do RU que processam transacções bancárias internacionais

Os resultados, o activo e o passivo de cada unidade empresarial são classificados como comerciais ou não comerciais com base na sua actividade predominante. Embora este método possa dar origem a que alguma actividade não comercial seja classificada como comercial e vice-versa, o Grupo acredita que qualquer classificação incorrecta daí resultante não é directamente relevante

Padrões da Informação Financeira a Nível Internacional

Conforme exigido pela Lei sobre as Empresas de 1985 e o Artigo 4 do Regulamento IAS da União Europeia, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo são elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relato Financeiro) emitidas pela International Accounting Standards Board ("IASB") Comissão de Normas Contabilísticas Internacionais) ("IASB") e as interpretações dadas pela International Financial Reporting Interpretations Committee (Comissão de Interpretações da Informação Financeira Internacional) da IASB (conjuntamente "IFRS') adoptadas pela União Europeia. Também estão em conformidade com as IFRS emitidas pela IASB. Com a implementação das IFRS em 1 de Janeiro de 2005, o Grupo aproveitou a opção dada nas IFRS 1 "Adopção das Normas de Internacionais de Relato Financeiro pela Primeira Vez" para implementar as IAS 39 'Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Medição', IAS 32 'Instrumentos financeiros: Divulgação e Apresentação' e IFRS 4 'Contratos de seguro' a partir de 1 de Janeiro de 2005 sem reformular a sua demonstração de resultados e balanço de 2004

A data de transição para as IFRS para o Grupo e a empresa e a data dos seus balanços IFRS iniciais foi 1 de Janeiro de 2004.

As demonstrações financeiras de 2004 publicadas pelo Grupo foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites no RU ("UK GAAP" ou "anteriormente GAAP") então em vigor que incluem as normas emitidas pela Comissão de Normas Contabilísticas do RU, as declarações do Grupo de Estudo de Assuntos Urgentes, as Declarações de Prática Contabilística Recomendada aplicáveis e as disposições da Lei sobre as Empresas de 1985.

Aquisição do ABN AMRO

Em 17 de Outubro de 2007, a RFS Holdings B.V. ("RFS Holdings"), uma empresa detida conjuntamente pelo RBS, o Fortis N.V., o Fortis SA/NV e o Banco Santander S.A. (os "Bancos do Consórcio") e controlada pelo RBS, concluirão a aquisição do ABN AMRO Holding N.V. ("ABN AMRO")

Em devido tempo, a RFS Holdings vai implementar uma separação metódica das unidades empresariais do ABN AMRO, em que o RBS detém as seguintes unidades empresariais do ABN AMRO:

- Continuação das actividades da Unidade Empresarial América do Norte;
- Unidade Empresarial Clientes Globais e Clientes Grossistas nos Países Baixos (incluindo os anteriores clientes grossistas neerlandeses) e América Latina (excluindo o Brasil);
- Unidade Empresarial Ásia (excluindo o Saudi Hollandi); e
- Unidade Empresarial Europa (excluindo o Antonveneta).

Há outros activos que continuarão a ser partilhados pelos Bancos do Consórcio.

Resultados Oficiais

A RFS Holdings é detida conjuntamente pelos Bancos do Consórcio. É controlada pela empresa e, portanto, totalmente consolidada nas suas demonstrações financeiras. Por conseguinte, os resultados oficiais do grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 incluem os resultados do ABN AMRO no período de 17 de Outubro de 2007 a 31 de Dezembro de 2007. As participações do Fortis e do Santander estão incluídas em participações minoritárias.

Declarações relativas ao futuro

Certas partes deste documentos contém 'declarações relativas ao futuro' conforme definido na "United States Private Securities Litigation Reform Act de 1995, nomeadamente declarações que incluem palavras como 'esperamos', 'estimamos', 'projecto', 'prevemos', 'acredita', 'deve', tenciona', 'plano', 'probabilidade', 'risco', 'valor-em-risco ("VaR")', 'alvo', 'meta', 'objectivo', 'irá', 'esforçar-se', 'perspectiva','optimista', 'potenciais' e expressões ou variações similares dessas expressões, incluindo, mas de forma não restritiva, as partes como 'Mensagem do Presidente' e 'Análise do Presidente do Conselho de Administração do Grupo'.

Em particular, este documento inclui declarações relativas ao futuro, referentes, mas de forma não restritiva, às exposições potenciais do grupo a vários tipos de risco de mercado, como o risco das taxas de juro, o risco das taxas de câmbio e o risco do preço dos bens e capital próprio. Essas declarações estão sujeitas a riscos e incertezas. Certas divulgações dos riscos de mercado dependem de opções em termos das principais características e pressupostos do modelo e estão sujeitas a v árias limitações. Pela sua natureza, algumas divulgações de riscos de mercado são apenas estimativas e, como tal, os ganhos e perdas futuros reais podem diferir materialmente dos que foram estimados.

Outros factores que podem causar divergência material dos resultados efectivos relativamente aos estimados pelas declarações relativas ao futuro contidas neste documento incluem, mas de forma não restritiva, condições económicas gerais no RU e noutros países em que o Grupo exerce actividades comerciais significativas ou investimentos, incluindo os Estados Unidos; as políticas monetárias e de taxas de juro praticadas pelo Banco da Inglaterra, o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e outros bancos centrais do G-7, inflação, deflação, turbulência imprevista nos mercados de juros, taxas de câmbio de divisas estrangeiras, preços de mercadorias e de capitais próprios, alterações das leis britânicas e estrangeiras, regulamentos e impostos, alterações das conjunturas de concorrência e preços; desastres naturais e outros; a incapacidade de cobertura económica de certos riscos; adequação das reservas para prejuízos, aquisições e reestruturações; alterações tecnológicas; alterações dos gastos de consumo e hábitos de poupança e o sucesso do Grupo na gestão dos riscos envolvidos nas operações acima indicadas.

As declarações relativas ao futuro contidas neste documento são válidas apenas na data do presente relatório e o Grupo não se compromete a actualizar qualquer declaração relativa ao futuro de modo a reflectir acontecimentos ou circunstâncias após a data do presente documento ou a reflectir a ocorrência de acontecimentos imprevistos.

Para um maior esclarecimento de certos riscos enfrentados pelo Grupo, ver factores de risco nas páginas 32 e 33.

Análise por actividade

Descrição da actividade

Introdução

O Royal Bank of Scotland Group plc é a empresa holding de um dos maiores grupos mundiais de serviços bancários e financeiros, com uma capitalização de mercado de 44,4 mil milhões de libras em 2007. Sediado em Edimburgo, o Grupo opera no RU, nos EUA e internacionalmente através das suas duas principais subsidiárias, o Royal Bank e o NatWest. Tanto o Royal Bank como o NatWest são importantes bancos de compensação do RU cujas origens remontam há 275 anos. Nos EUA, a subsidiária do Grupo Citizens classifica-se como a 9ª maior organização de banca comercial por depósitos. O Grupo possui uma base de clientes vasta e diversificada e fornece uma ampla gama de produtos e serviços a clientes pessoais, comerciais, grandes empresas e instituições.

Em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo possuía um activo total de 1.900,5 mil milhões de libras e um capital próprio de 53,0 mil milhões de libras. É fortemente capitalizado com um rácio de capital total de 11,2% e um rácio de capital tier 1 de 7,3% em 31 de Dezembro de 2007.

Estrutura organizacional e resumo de actividade

As actividades do grupo estão organizadas nas seguintes divisões empresariais: Corporate Markets (que engloba a Global Banking & Markets e UK Corporate Banking), Retail Markets (que compreende os sectores de Retail e Wealth Management), Ulster Bank, Citizens, RBS Insurance e Manufacturing. Segue-se uma descrição de cada uma das divisões.

A divisão Corporate Markets centra-se no fornecimento de serviços de gestão de dívida e risco às pequenas e médias empresas e a instituições financeiras no RU e no resto do mundo.

A divisão Global Banking & Markets ('GBM') é um importante parceiro bancário de grandes empresas e instituições financeiras em todo o mundo, fornecendo aos seus clientes uma extensa gama de serviços de financiamento de dívidas, gestão de riscos e investimentos. A GBM possui uma grande variedade de clientes nos mercados seleccionados. Tem relações com uma esmagadora maioria das empresas e instituições do RU, da Europa e dos EUA. A principal actividade da GBM nos EUA é realizada através do RBS Greenwich Capital.

A divisão UK Corporate Banking é o maior fornecedor de serviços bancários, financeiros e de gestão de riscos aos clientes empresariais do RU. Através da sua rede de gestores de relações em todo o país, distribui a gama completa de produtos e serviços de Corporate Markets às empresas.

A divisão Retail Markets lidera a coordenação e fornecimento da nossa estratégia de retalho multimarcas em toda a nossa gama de produtos e compreende o sector de Retalho (incluindo as nossas actividades de canais directos) e gestão de Gestão de Riqueza.

A divisão de Retail compreende as marcas de retalho tanto do Royal Bank como do NatWest e uma série de fornecedores directos que oferecem uma gama completa de produtos bancários e serviços financeiros relacionados aos mercados particular, premium e das pequenas empresas através de vários canais de distribuição.

Na banca de retalho de núcleo, a divisão de Retalho oferece uma gama de produtos completa a todo o mercado particular e das pequenas empresas: transferência de dinheiro, poupança, empréstimos, hipotecas e seguros. A escolha dos clientes e a flexibilidade dos produtos são essenciais para a proposta de banca de retalho e os clientes conseguem aceder a serviços através de toda uma série de canais, incluindo a maior rede de balcões e máquinas multibanco do RU, a internet e o telefone.

O sector de Retalho também inclui as actividades de retalho do Grupo não baseadas em balcões que emitem uma gama completa de cartões de crédito e de débito a clientes particulares e empresariais e fornece serviços de processamento de cartões às empresas de retalho. É o maior *merchant acquirer* da Europa e o terceiro globalmente.

Também inclui o Tesco Personal Finance, o One account, o MINT, First Active UK, o Direct Line Financial Services e o Lombard Direct que oferecem produtos aos clientes através de canais directos, principalmente no RU. Na Europa Continental, a divisão de Retalho oferece uma gama de produtos similar através das marcas RBS e Comfort Card.

A divisão de Wealth Management fornece serviços de banca privada e investimento aos seus clientes através de uma série de subsidiárias bancárias privadas no RU e no estrangeiro e actividades bancárias offshore. O Coutts é um dos maiores gestores de riqueza internacionais, com estabelecimentos na Suíça, no Dubai, no Mónaco, em Hong Kong e em Singapura, assim como a sua *premier position* no RU. O Adam & Company é o maior banco privado da Escócia. As actividades bancárias offshore - The Royal Bank of Scotland International e NatWest Offshore – fornecem serviços de banca de retalho a clientes locais e expatriados principalmente nas Ilhas do Canal, na Ilha de Man e Gibraltar.

O Ulster Bank Group incluindo o First Active, fornece uma gama completa de serviços financeiros de retalho e por grosso na República da Irlanda e na Irlanda do Norte, apoiados por uma extensa rede de balcões e de centros de negócio. A divisão de Retail Markets opera nos sectores bancários particulares e abastados. A de Corporate Markets fornece uma vasta gama de serviços nos mercados comercial, empresarial e de riqueza. As actividades do RBS European Consumer Finance ('ECF') que anteriormente faziam parte da divisão de Retail Markets do RBS são agora geridas no Ulster Bank. O ECF fornece produtos financeiros ao consumidor, em especial créditos *revolving* baseados em cartões e empréstimos a prazo fixo, na Alemanha e nos países do Benelux.

O Citizens é a segunda maior organização de banca comercial na Nova Inglaterra e a nona maior nos EUA em termos de depósitos. Fornece serviços bancários de retalho e empresariais com a marca Citizens em Connecticut, Delaware, Massachusetts, New Hampshire, Nova Jersey, no Estado de Nova Iorque, Pensilvânia, Rhode Island e Vermont e a marca Charter One em Illinois, Indiana, Michigan e Ohio. Através da sua rede de balcões o Citizens fornece uma gama completa de serviços bancários de retalho e empresariais, incluindo banca pessoal, hipotecas residenciais e gestão de caixa.

Além disso, dedica-se a uma grande variedade de produtos de crédito comercial, crédito ao consumo, depósitos comerciais e de consumo, serviços de cartão de crédito comercial, serviços fiduciários e serviços de investimento de retalho. O Citizens inclui o RBS Lynk, a nossa actividade de *merchant acquiring*, e o Kroger Personal Finance, o nosso consórcio de cartões de crédito com o segundo maior grupo de supermercado dos EUA.

O RBS Insurance é a segunda maior seguradora geral no RU, por prémios em bruto. Vende e subscreve seguros de retalho e às PME pelo telefone e pela internet, assim como através de

mediadores e parcerias. O Direct Line, o Churchill e o Privilege vendem produtos de seguros gerais aos clientes. Através da sua Divisão Internacional, o RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente seguros Automóvel, na Espanha, Alemanha e Itália. A Divisão de Intermediários e Mediadores vende produtos de seguros gerais através de mediadores independentes.

A divisão de Manufacturing apoia as actividades no contacto directo com o cliente e oferece apoio operacional, tecnológico e ao cliente em comunicações telefónicas, gestão de contas, crédito e transferências de dinheiro, compras globais, imobiliário e outros serviços.

Cria óptimas eficiências e apoia o crescimento do rendimento através de múltiplas marcas e canais, utilizando uma única plataforma escalável e processos comuns sempre que possível. Também explora o poder de compra do Grupo e tornou-se o centro de excelência para a gestão de mudanças em larga escala e complexas.

Os custos incorridos pela divisão de Manufacturing estão relacionados com custos principalmente referentes às operações bancárias e de seguros do Grupo no RU e na Irlanda. Estes custos reflectem actividades que são partilhadas entre as várias divisões no contacto com o cliente e, portanto, não podem ser directamente imputados a cada divisão. Em vez disso, o Grupo monitoriza a controla c ada uma das suas divisões de atendimento do cliente em termos de geração de receitas e custos directos, ao passo que na divisão de Manufacturing esse controlo é exercido através de medidas de eficiência e alvos apropriados.
Para efeitos de informação financeira, os custos de Manufacturing foram imputados às respectivas divisões no contacto com o cliente numa base que a gestão considera razoável.

O ABN AMRO é um importante Grupo bancário internacional com uma posição de liderança nos pagamentos internacionais e uma forte franquia de banca de investimento com trunfos especiais nos mercados emergentes, para além de oferecer uma gama de serviços financeiros de retalho e comerciais em todo o mundo, através de unidades empresariais relacionais na Europa, nos País es Baixos, na América do Norte, na América Latina e na Ásia.

Como referido na página 28, o ABN AMRO foi adquirido pelos Bancos do Consórcio em Outubro de 2007 através da subsidiária do Grupo RFS Holdings. As unidades empresariais do ABN AMRO que serão retidas pelo RBS são principalmente as actividades grossistas globais e as de retalho internacionais na Ásia e no Médio Oriente. A seu tempo, estas serão integradas nas actividades existentes no Grupo e diversificarão ainda mais o alcance global deste último.

A divisão Centre compreende funções do Grupo e empresariais, como angariação de capitais, recursos financeiros, gestão de riscos, recursos jurídicos, comunicações e recursos humanos. Gere as necessidades de capitais do Grupo e os projectos de regulamentação de todo o Grupo e fornece serviços às divisões operacionais.

Concorrência

O Grupo enfrenta uma intensa concorrência em todos os mercados onde opera. No RU, os seus principais concorrentes são os outros bancos de retalho e comerciais do RU, sociedade para o crédito "habitação" e os outros grandes bancos internacionais que estão representados em Londres.

A concorrência pelos clientes empresariais e institucionais no RU vem dos bancos britânicos e de grandes instituições financeiras estrangeiras que também estão activos e oferecem capacidades bancárias de investimento e comerciais combinadas. No financiamento de activo, o Grupo compete com bancos e fornecedores de financiamento de activo especializados, tanto cativos como não cativos. Nos mercados de banca empresarial institucional europeus e asiáticos, o Grupo compete com os grandes bancos nacionais que estão activos nestes mercados e com os grandes bancos internacionais.

No mercado da banca para as pequenas empresas, o Grupo compete com outros bancos de compensação do RU, fornecedores de financiamento especializados e sociedades para o crédito "habitação".

No segmento da banca particular, o Grupo compete com bancos do RU e sociedades para o crédito "habitação", grandes retalhistas, companhias de seguros vida e entidades apenas pela internet. No mercado hipotecário, o Grupo compete com os bancos e sociedade para o crédito "habitação" do RU. As actividades de seguro vida do Grupo competem com Consultores Financeiros Independentes e companhias de seguros vida.

No mercado de cartões de crédito no RU actuam grandes retalhistas e emissores de cartões especialistas, incluindo grandes operadores dos EUA, para além dos bancos do RU. A actividade competitiva é exercida através de uma série de dimensões, incluindo preços introdutórios e a mais longo prazo, planos de fidelidade e compensação e pacotes de benefícios. Para além dos canais de distribuição físicos, os fornecedores competem através da actividade de marketing directo e a internet. O mercado mantém-se competitivo tanto entre os emissores como com outros métodos de pagamento.

Na Europa, na Ásia e no Médio Oriente, o Grupo alargado compete actualmente na banca de retalho com os bancos locais e internacionais. Numa série destes mercados existem barreiras regulamentares à entrada ou expansão e a propriedade estatal dos bancos. A competição está geralmente a intensificar-se à medida que mais actores entram nos mercados que são vistos como estando em desregulamentação e a oferecer um significativo potencial de crescimento.

No sector de Wealth Management, o Royal Bank of Scotland International compete com outros bancos britânicos internacionais, oferecendo serviços bancários offshore. O Coutts e Adam & Company competem como bancos privados com bancos de compensação e privados do RU e com bancos privados internacionais. A concorrência nas actividades de gestão de riqueza intensificou-se à medida que os bancos aumentavam o seu enfoque na concorrência pelos clientes ricos e com elevada situação líquida.

O RBS Insurance compete nos seguros particulares e, até certo ponto, nos seguros comerciais. Existe uma forte concorrência vinda de uma série de companhias de seguros que agora operam actividades de vendas directas pelo telefone e a internet. A concorrência no mercado de seguros automóvel no RU continua a ser especialmente intensa e a comparação de preços nos sites internet passou a ter um papel importante no mercado. O RBS Insurance também compete com seguradoras locais nos mercados de seguros automóvel directos na Espanha, na Itália e na Alemanha.

Na Irlanda, o Ulster Bank e o First Active competem na banca de retalho e comercial com os maiores bancos e sociedade para o crédito "habitação" irlandeses e com outros bancos e sociedades para o crédito "habitação" britânicos e internacionais que estão activos no mercado.
A concorrência está a intensificar-se à medida que instituições britânicas, irlandesas e outras instituições europeias tentam expandir as suas actividades.

Nos Estados Unidos, onde a concorrência é aguerrida, o Citizens compete nos mercados bancários de retalho e semi-empresariais da Nova Inglaterra, Mid-Atlantic e Mid West com bancos e outras instituições financeiras locais e regionais. O Grupo também compete nos EUA nos mercados de crédito às grandes empresas e de financiamento especializados e em actividades comerciais e de vendas de rendimento fixo.
A concorrência vem principalmente dos grandes bancos comercias e de investimento dos EUA e de bancos internacionais.

Factores de risco
Seguidamente descrevem-se alguns factores de risco que podem afectar os resultados futuros do Grupo e torná-los materialmente diferentes dos resultados esperados. Os resultados do Grupo também são afectados pela concorrência e outros factores.
Os factores discutidos neste relatório não devem ser vistos como uma exposição completa e abrangente de todos os potenciais riscos e incertezas.

A actividade e os ganhos do Grupo são afectados por condições comerciais, económicas e geopolíticas de carácter geral.
O desempenho do Grupo é influenciado por condições económicas sobretudo no RU, nos EUA e na Europa. O abrandamento destas economias pode dar origem a uma redução geral da actividade económica e à consequente perda de rendimento para o Grupo. Além disso, podem provocar uma incidência mais elevada de perdas de crédito e nas carteiras comerciais do Grupo. As condições geopolíticas podem igualmente afectar os ganhos do Grupo. Actos e ameaças de terrorismo e a resposta dos governos no RU, nos EUA e noutros países a esses actos e ameaças podem afectar o nível de actividade económica.
Os negócios do Grupo também estão expostos ao risco de interrupção da actividade e ao abrandamento económico após a irrupção de uma pandemia.

O desempenho financeiro do Grupo é afectado pela qualidade do crédito a mutuários.
Os riscos decorrentes de alterações de qualidade do crédito e da recuperabilidade de empréstimos e montantes em dívida de contrapartes são inerentes a uma grande variedade de actividades do Grupo. Alterações adversas na qualidade do crédito aos mutuários e contrapartes do Grupo ou uma deterioração geral das condições económicas do RU, dos EUA e da Europa ou globais ou resultantes de riscos financeiros sistémicos podem afectar a recuperabilidade e o valor do activo do Grupo e exigir um aumento da provisão para perdas por imparidade e outras provisões.

As alterações das taxas de juro, das taxas de câmbio, das cotações e outros factores de mercado afectam a actividade do grupo.
Os riscos de Mercado mais importantes que o Grupo enfrenta são os riscos relacionados com as taxas de juro, as taxas de câmbio e as cotações das obrigações e das acções. As alterações dos níveis das taxas de juro, das curvas de rendimento e dos spreads podem afectar a margem da taxa de juro realizada entre os custos da concessão e da obtenção de empréstimos. As alterações das taxas de câmbio, sobretudo das taxas de câmbio libra esterlina – dólar e libra esterlina – euro afectam o valor do activo e do passivo denominados em moeda estrangeira e os proveitos indicados pelas subsidiárias do Grupo não localizadas no RU, principalmente o Citizens, o RBS Greenwich Capital e o Ulster Bank e podem afectar o rendimento das transacções cambiais. O desempenho dos mercados financeiros pode provocar alterações do valor das carteiras de investimento e comercial do Grupo. O Grupo implementou métodos de gestão dos riscos para atenuar e controlar estes e outros riscos de mercado a que o Grupo está exposto. No entanto, é difícil prever exactamente as alterações das condições económicas ou do mercado e os efeitos que essas alterações podem ter no desempenho financeiro e nas operações económicas do Grupo.

O desempenho económico do Grupo pode ser afectado se os seus recursos de capital não forem eficientemente geridos.
O capital do Grupo é fundamental para a sua capacidade de exercer as suas actividades, crescer organicamente e explorar as oportunidades estratégicas. O Grupo é obrigado, pelos legisladores do RU e noutras jurisdições em que realiza actividades regulamentadas, a manter recursos de capital adequados. O Grupo atenua o risco através da gestão cuidadosa do seu balanço e recursos de capital através de actividades de angariação de capitais, atribuição de capitais disciplinada e cobertura das exposições às divisas do capital.

O Risco de liquidez é inerente às operações do Grupo.
O risco de liquidez é o risco que o Grupo corre de não conseguir cumprir as suas obrigações à medida que vencem. Este risco é inerente às operações bancárias e pode ser agravado por uma série de factores empresariais específicos, como uma confiança excessiva numa determinada fonte de financiamento, alterações das notações de crédito ou fenómenos que afectam todo o mercado como a deslocação do mercado e grandes desastres. A gestão da liquidez do Grupo concentra-se na manutenção de uma estratégia de financiamento diversificada e apropriada para o seu activo, no controlo da variação dos vencimentos e na monitorização cuidadosa dos seus compromissos não utilizados e passivo contingente.

Os resultados futuros do Grupo podem ser afectados pela falta de liquidez do Mercado.
Os mercados financeiros estão por vezes sujeitos a importantes condições de stress em que quebras acentuadas dos valores percepcionados ou reais do activo são acompanhadas de uma grave redução da liquidez do mercado, como se verificou com os acontecimentos recentes no mercado hipotecário residencial subprime dos EUA. Em mercados deslocados, as estratégias de cobertura e outras estratégias de gestão de riscos podem não ser tão eficazes como são em condições normais do mercado, os acontecimentos de mercado graves são difíceis de prever e se ocorrerem podem ter como resultado perdas significativas para o Grupo. Em 2007, o Grupo registou depreciações significativas das suas posições no mercado de crédito, principalmente nas exposições subprime nos EUA. O Grupo continua a ter exposição neste mercado e à medida que as condições de mercado mudam, o justo valor dos instrumentos do Grupo pode decair ainda mais. Além disso, a recente volatilidade e iliquidez do mercado dificultou a valorização de alguns dos instrumentos financeiros do Grupo. As avaliações em períodos futuros que reflectem as condições prevalecentes no mercado podem ter como resultado alterações significativas do justo valor destes instrumentos. Além disso, o valor finalmente realizado pelo Grupo dependerá do preço de mercado nesse momento e pode ser materialmente inferior ao justo valor actual. Qualquer um destes factores pode exigir que o Grupo reconheça mais depreciações que são susceptíveis de afectar adversamente os resultados futuros do Grupo.

As actividades de seguros do grupo têm riscos inerentes que envolvem reclamações.

As futuras reclamações na actividade de seguros gerais e de vida do Grupo podem ser superiores às previstas devido à alteração das tendências na experiência das reclamações resultantes de catástrofes climatéricas, desenvolvimentos demográficos, alterações da mortalidade e outras causas fora do controlo do Grupo. Essas alterações afectariam a rentabilidade dos produtos e serviços de seguros actuais e futuros. O Grupo ressegura alguns dos riscos que assumiu.

Os riscos operacionais são inerentes à actividade do Grupo.

As actividades do Grupo dependem da capacidade de processar um número muito elevado de transacções com eficiência e precisão. As perdas operacionais podem resultar de fraude, de erros dos colaboradores, da não documentação correcta das transacções ou da não obtenção das devidas autorizações, do não cumprimento dos requisitos legais e das regras de Condução do Negócio, de avarias do equipamento, de desastres naturais ou da falha dos sistemas externos, por exemplo, dos fornecedores ou contrapartes do Grupo. Embora o Grupo tenha implementado controlos de risco e acções de minimização das perdas e sejam dedicados recursos substanciais ao desenvolvimento de procedimentos eficientes e à formação do pessoal, apenas é possível que seja razoavelmente mas não absolutamente certo que tais procedimentos sejam eficazes no controlo de cada um dos riscos operacionais a que o Grupo está exposto.

Cada uma das actividades do Grupo está sujeita a regulamentação substancial e supervisão regulamentar. Quaisquer desenvolvimentos regulamentares significativos podem ter influência na forma como o Grupo conduz a suas actividades e nos resultados das operações.

O Grupo está sujeito a leis, regulamentos, medidas administrativas e políticas de serviços financeiros em cada local onde opera. Esta supervisão e regulação, principalmente no RU e nos EUA, se for alterada, pode afectar materialmente a actividade do Grupo, os produtos e serviços que oferece ou o valor do seu activo.

O futuro crescimento dos resultados do Grupo e do valor para os accionistas depende de decisões estratégicas em matéria de crescimento orgânico e potenciais aquisições.

O Grupo dedica recursos de gestão e planeamento substanciais ao desenvolvimento de planos estratégicos para o crescimento orgânico e a identificação de possíveis aquisições que envolvem gastos substanciais para gerar crescimento nas actividades ligadas ao cliente. Se estes planos estratégicos não forem bem sucedidos, os resultados do Grupo podem crescer mais lentamente ou diminuir.

O risco de litígios é inerente às operações do Grupo

No decurso normal da actividade do Grupo surgem acções judiciais, reclamações contra e a favor do Grupo e arbitragens: o resultado de tais processos judiciais pode afectar o desempenho financeiro do Grupo.

O Grupo está exposto ao risco de alterações de legislação fiscal e da sua interpretação e a aumentos da taxa de IRC e de outros impostos nas jurisdições onde opera.

As actividades do Grupo estão sujeitas a tributação a várias taxas em todo o mundo, taxas essas que são calculadas de acordo com a legislação e a prática locais. As medidas dos governos para aumentar as taxas de imposto ou aplicar mais impostos diminuem a rentabilidade do Grupo.
Quaisquer revisões da legislação local ou da sua interpretação também podem afectar os resultados futuros do Grupo.

As propostas dos Bancos do Consórcio para a restruturação do ABN AMRO são complexas e podem não obter os benefícios previstos para o Grupo.

O plano de reestruturação é complexo, envolvendo uma reorganização substancial das operações e da estrutura jurídica do ABN AMRO. Além disso, contempla actividades que decorrem em simultâneo numa série de divisões e jurisdições. A implementação da reorganização e a concretização dos benefícios previstos nos calendários programados será difícil. A execução da reestruturação requer recursos de gestão anteriormente dedicados às actividades do Grupo e a retenção de pessoal do ADN AMRO devidamente qualificado. O Grupo pode não obter os benefícios da reestruturação quando previsto ou nem sequer chegar a obtê-los.

Destaques financeiros

no exercício findo em 31 de Dezembro	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Rendimento total(1)	31.115	28.002	25.569
Lucro antes de impostos, amortização do activo incorpóreo adquirido, custos de integração e proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias	10.282	414	8.251
Lucro antes de impostos	9.900	9.186	7.936
Lucro a distribuir aos titulares de acções ordinárias	7.303	6.202	5.392
Rácio CIR (2)	43,9%	42,1%	42,4%
Ganhos básicos por acção (pence) (3)	76,4	64,9	56,5
Ganhos por acção ajustados (pence) (3, 4)	78,7	66,7	58,6
Retorno do investimento pós-impostos ajustado (5)	19,9%	19,0%	18,2%
em 31 de Dezembro	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Total do activo	1.900.5	871.432	776.827
Empréstimos e adiantamentos a clientes	829.250	466.893	417.226
Depósitos	994.998	516.365	453.274
Capital próprio	53.038	40.227	35.435
Rácio de solvabilidade - tier 1	7,3%	7,5%	7,6%
– total	11,2%	.7%	11,7%

Notas:

(1) O rendimento total em 2005 exclui os proveitos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias. Na página 120 da demonstração de resultados consolidada legalmente obrigatória, estas rubricas estão incluídas no valor total das receitas.

(2) O coeficiente de exploração representa as despesas operacionais, excluindo a amortização do activo incorpóreo adquirido, os custos de integração e os prejuízos sofridos com a venda de subsidiárias, expressos como percentagem do rendimento total, excluindo os ganhos da venda de investimentos estratégicos e após deduzir a depreciação de locações operacionais das receitas provenientes de rendas.

(3) Os dados das acções do ano anterior foram reexpressos de modo a reflectirem a emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

(4) Os lucros por acção ajustados baseiam-se nos ganhos ajustados para amortização do activo incorpóreo adquirido, nos custos de integração e nos proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias.

(5) O retorno do investimento pós-impostos ajustado baseia-se no lucro a distribuir aos titulares de acções ordinárias ajustado para amortização do activo incorpóreo adquirido, nos custos de integração e nos proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias e na média dos fundos de titulares de acções ordinárias.

Síntese dos resultados

Como referido na página 28, os resultados do ABN AMRO estão totalmente consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo. Por conseguinte, os resultados oficiais do RBS no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 incluem os resultados do ABN AMRO respeitantes ao período de 17 Outubro de 2007 a 31 de Dezembro de 2007. As participações do Fortis e do Santander estão incluídas nas participações minoritárias.

Resumo da demonstração dos resultados consolidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

A demonstração de resultados seguinte apresenta separadamente a amortização do activo incorpóreo adquirido, os custos de integração e os proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias. Na demonstração de resultados consolidada oficial, página 120, estas rubricas estão incluídas nas receitas não provenientes de juros e nas despesas operacionais conforme apropriado

	2007	2006	2005
	m£	m£	m£
Receitas de juros líquidas	12.668	10.596	9.918
Taxas e comissões a receber	8.465	7.116	6.750
Taxas e comissões a pagar	(2.311)	(1.922)	(1.841
Outras receitas não provenientes de juros	6.184	6.239	4.963)
Receitas provenientes de prémios de seguro	6.398	6.243	6.076
Quota-parte das resseguradoras	(289)	(270)	(297
Receitas não provenientes de juros	18.447	17.406	15.651
Total receitas	31.115	28.002	25.569
Despesas operacionais	14.053	12.252	11.298
Lucro antes de outros encargos operacionais	17.062	15.750	14.271)
Reclamações de seguro	4.770	4.550	4.413
Quota-parte das resseguradoras	(118)	(92)	(100)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	12.410	11.292	9.958
Perdas por imparidade	2.128	1.878	1.707
cro antes de impostos, amortização de bens incorpóreos adquiridos, custos de integração e proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias	10.282	9.414	8.251
Amortização de activo líquido adquirido	274	94	97
Custos de integração	108	134	458
Ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias	—	—	240
Lucro antes de impostos	9.900	9.186	7.936
Imposto	2.052	2.689	2.378
Lucros depois de Impostos, resultantes de unidades operacionais em laboração	7.848	6.497	5.558
Perdas resultantes de unidades operacionais descontinuadas, líquidas de impostos	136	—	—
Lucro do exercício	7.712	6.497	5.558
Participações minoritárias	163	104	57
Outras participações	246	191	109
Lucros a distribuir aos titulares de acções ordinárias	7.303	6.202	5.392
Ganhos básicos por acção ordinária*	76,4p	64,9p	56,5p
Amortização de activos incorpóreos	1,5p	0,7p	0,6p)
Custos de integração	0,8p	1,1p	3,3p
Ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias	—	—	(1,8p)
Ganhos ajustados por acção ordinária	78,7p	66,7p	58,6p

* Os dados por acção do exercício anterior foram reexpressos para reflectir a emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

2007 comparativamente com 2006

Lucro

Os lucros antes de impostos aumentaram 8%, designadamente de 9.186 milhões para 9.900 milhões de libras. Os lucros antes de impostos, a amortização do activo incorpóreo adquirido e os custos de integração registaram um incremento de 9% ou 868 milhões de libras, passando de 9.414 milhões para 10.282 milhões de libras. Os resultados do ABN AMRO estão incluídos a partir da data de aquisição, ou seja, 17 Outubro 2007.

Rendimento total

O Grupo conseguiu um elevado crescimento do seu rendimento durante 2007. O rendimento total subiu 11% ou 3.113 milhões de libras, atingindo 31.115 milhões de libras, não obstante o impacto significativo dos desenvolvimentos nos mercados de crédito globais no segundo semestre de 2007.

O rendimento de juros líquido aumentou 20%, i.e., para 12.668 milhões de libras e representa 41% do rendimento total (2006 – 38%). A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes e a dos depósitos de clientes cresceram ambas 26%.

As receitas não provenientes de juros aumentaram 1.041 milhões de libras, atingindo 18.447 milhões de libras e representam 59% do rendimento total (2006 – 62%).

Margem de juro líquida

A margem de juro líquida do Grupo, de 2,34%, desceu em relação aos 2,47% de 2006.

Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo a amortização do activo incorpóreo adquirido e os custos de integração, registou um acréscimo de 15%, subindo para 14.053 milhões de libras.

Rácio CIR

O rácio CIR (cost: income rácio) do Grupo foi de 43,9% comparativamente com 42,1% em 2006.

Reclamações de seguro líquidas

As reclamações das carteiras de Bancassurance e seguros gerais, depois de resseguros, aumentaram 4%, cifrando-se em 4.652 milhões de libras, um aumento que reflecte as condições climatéricas adversas no Verão de 2007. Excluindo o impacto das inundações no Verão, as reclamações de seguros gerais líquidas diminuíram 7%.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade aumentaram 13%, elevando-se a 2.128 milhões de libras em comparação com 1.878 milhões de libras em 2006.

Os elementos de risco dos empréstimos e os empréstimos potencialmente problemáticos representaram 1,64% do valor bruto dos adiantamentos a clientes, excluindo as operações de compra com acordo de revenda (repos) em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 1,57%).

A cobertura das provisões para elementos de risco nos empréstimos e nos empréstimos potencialmente problemáticos foi de 56% (2006 – 62%).

ntegração

Os custos de integração baixaram para 108 milhões de libras, comparativamente com 134 milhões em 2006.

Impostos

A taxa de imposto efectiva em 2007 foi de 27% (2006 – 29,3%). A taxa de referência é inferior à taxa de IRC normal no RU de 30%, devido principalmente a certas mais-valias não tributáveis e a alterações dos saldos fiscais diferidos após a alteração da taxa de IRC.

Ganhos e dividendos

Os ganhos por acção ordinária aumentaram 18%, de 64,9p para 76,4. Os ganhos por acção ordinária ajustados para amortização do activo incorpóreo adquirido e os custos de integração também subiram 18%, de 66,7p para 78,7p.

Recomenda-se um dividendo final de 23,1p por acção ordinária, o que perfaz um dividendo total no exercício de 33,2p, representando um aumento de 10%. Se for aprovado, o dividendo final será pago em 6 de Junho de 2008 aos accionistas registados em 7 de Março de 2008. O dividendo total é coberto 2,4 vezes pelos ganhos antes da amortização do activo incorpóreo adquirido e dos custos de integração.

Balanço

O total do activo ascendeu a 1.900,5 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007. A aquisição do ABN AMRO em Outubro de 2007 aumentou o activo em 774,2 mil milhões de libras, sendo o saldo substancialmente representado pelo crescimento dos empréstimos aos clientes e do activo circulante.

Os acréscimos a clientes, excluindo os acordos de recompra e os empréstimos de capital obtidos ("operações de compra com acordo de revenda (reverse repos) aumentaram 70% em 2007, passando de 283,0 mil milhões de libras para 686,9 mil milhões. Os depósitos de clientes, excluindo os acordos de recompra e os empréstimos de capital concedidos ("operações de venda com acordo de recompra"), aumentaram 71%, ou seja, de 227,2 mil milhões de libras para 547,5 mil milhões.

Os rácios de capital em 31 de Dezembro de 2007 eram de 7,3% (Tier 1) e 11,2% (Total).

Emissão com bónus

Em Maio de 2007, o Grupo capitalizou 1.576 milhões de libras da sua conta de prémios de acções através da emissão de duas novas acções ordinárias bonificadas de 25p cada por cada acção detida.

Rentabilidade

O retorno pós-impostos ajustado das acções ordinárias detidas, que se baseia no lucro a distribuir aos titulares de acções ordinárias antes de operações descontinuadas, da amortização do activo incorpóreo adquirido e dos custos de integração e a média do capital dos titulares de acções ordinárias foi de 19,9% em relação aos 19,0% de 2006.

2006 comparativamente com 2005

Lucro

Os lucros antes de impostos, a amortização do activo incorpóreo adquirido, os custos de integração e os proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias aumentaram 14% ou 1,163 milhões de libras, subindo de 8.251 milhões para 9.414 milhões de libras.

Os lucros antes de impostos aumentaram 16%, de 7.936 milhões para 9.186 milhões de libras, reflectindo um elevado crescimento do rendimento orgânico em todas as divisões.

Total de receitas

O Grupo conseguiu um elevado crescimento do rendimento durante 2006. O rendimento total aumentou 10% , passando de 2.433 milhões para 28.002 milhões de libras.

O rendimento de juros líquido aumentou 7%, atingindo 10.596 milhões de libras, e representa 38% do rendimento total (2005 – 39%). A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes e a dos depósitos de clientes aumentaram 14% e 11% respectivamente.

As receitas não provenientes de juros aumentaram 11%, para 17.406 milhões de libras, e representam 62% do rendimento total (2005 – 61%).

Margem de juro líquida

A margem de juro líquida do Grupo, de 2,47%, baixou em relação aos 2,55% registados em 2005, devido principalmente ao efeito económico misto do crescimento o de actividades do crescimento do crédito às empresas e do crédito hipotecário e ao impacto da horizontalização da curva de rendimento em dólares dos EUA.

Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo a amortização do activo incorpóreo adquirido e os custos de integração, subiram 8%, atingindo 12.252 milhões de libras.

Rácio CIR

O CIR do Grupo foi de 42,1% comparativamente com 42,4% em 2005.

Reclamações de seguros líquidas

As reclamações da carteira de bancassurance e seguros gerais, após resseguros, aumentaram 3%, para 4.458 milhões de libras, reflectindo o crescimento de volume.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade ascenderam a 1.878 milhões de libras comparativamente com 1.707 milhões em 2005, traduzindo um aumento de 10%.

Os elementos de risco nos empréstimos e nos empréstimos potencialmente problemáticos representaram 1,57% do valor bruto da rubrica Empréstimos e adiantamentos a clientes, excluindo as operações de compra com acordo de revenda em 31 de Dezembro de 2006 (2005 – 1,60%).

A cobertura das provisões para elementos de risco nos empréstimos e nos empréstimos potencialmente problemáticos foi de 62% comparativamente com 65% em 31 de Dezembro de 2005. Esta percentagem reflecte os montantes anulados e as alterações do mix de exposições não garantidas para garantidas.

Integração

Os custos de integração cifraram-se em 134 milhões de libras, em comparação com os 458 milhões registados em 2005. Incluem os custos relacionados com a integração do First Active e do Charter One, bem como a amortização dos custos de software respeitantes à integração do Churchill. Os custos de integração em 2005 incluíram os custos de software inerentes à aquisição do NatWest que tinham sido anulados quando incorridos segundo as GAAP do RU mas segundo as IFRS foram capitalizados e amortizados. Todo este software estava totalmente amortizado em finais de 2005.

Ganhos e dividendos*

Os ganhos básicos por acção ordinária aumentaram 15%, i.e., de 56,5p para 64,9p. Os ganhos por acção ordinária ajustados para amortização do activo incorpóreo adquirido, custos de integração e proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias aumentaram 14%, i.e., de 58,6p para 66.7p.

Foi pago um dividendo final de 22,1p por acção ordinária, perfazendo um dividendo total no exercício de 30,2p, o que representa um aumento de 25%. O dividendo total estava coberto 2,2 vezes pelos ganhos antes da amortização do activo incorpóreo adquirido e dos custos de integração.

*reexpresso tendo em conta o efeito da emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

Balanço

O total do activo em 31 de Dezembro de 2006 atingiu 871,4 mil milhões de libras, reflectindo um aumento de 12% em relação ao valor total do activo de 776,8 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2005.

O crédito a clientes, excluindo os acordos de recompra e o os empréstimos de capital obtidos ("operações de compra com acordo de revenda"), aumentou 10% ou 35,7 mil milhões de libras em 2006 , atingindo 404 mil milhões de libras. Os depósitos de clientes, excluindo os acordos de recompra e os empréstimos de capital concedidos ("operações de venda com acordo de recompra), aumentaram 9%, i.e., de 26,1 mil milhões para 320,2 mil milhões de libras.

Os rácios de capital em 31 de Dezembro de 2006 eram de 7,5% (Tier 1) e
11,7% (Total).

Rentabilidade

O retorno pós impostos ajustado do capital em acções ordinárias, que se baseia no lucro a distribuir aos titulares de acções ordinárias antes da amortização do activo incorpóreo adquirido, dos custos de integração e dos ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias, e da média do capital em acções ordinárias foi de 19,0% em comparação com 18,2% no exercício de 2005.

Análise dos resultados
Rendimento de juros líquido

	2007	2006	2005
	m£	m£	m£
Juros a receber (1. 2)	33.818	24.966	21.505
Juros a pagar (1, 2)	(21.288)	(14.557)	(11.720)
Receitas de juros líquidas (1. 2)	12.530	10.409	9.785
	%	%	%
Rendimento bruto do activo da actividade bancária remunerado	6.32	5.93	5.60
Custo do passivo da actividade bancária remunerado	(4.40)	(3.85)	(3.35)
Spread de juros da actividade bancária	1.92	2.08	2.25
Benefícios dos fundos não remunerados	0.42	0.39	0.30
Margem de juro líquida da actividade bancária	2.34	2.47	2.55
Rendimentos, spreads e margens da actividade bancária	%	%	%
Rendimento bruto (3)			
Grupo	6.32	5.93	5.60
RU	6.72	6.16	6.07
Estrangeiro	5.79	5.52	4.76
Spread de juros (4)			
Grupo	1.92	2.08	2.25
RU	22.31	2.37	22.48
Estrangeiro	1.41	1.52	1.89
Margem de juro líquida (5)			
Grupo	2.34	2.47	2.55
RU	2.46	2.57	2.66
Estrangeiro	2.18	2.29	2.35
Taxa base (média) do Royal Bank of Scotland plc	5.51	4.64	4.65
Taxas do mercado interbancário de Londres (LIBOR) a três meses (médias):			
Libra esterlina	6.00	4.85	4.76
Eurodólar	5.29	5.20	3.56
Euro	4.28	3.08	2.118

Notas:

(1) O activo remunerado e o passivo remunerado, excluem o activo e o passivo da carteira de bancassurance de retalho atribuíveis aos titulares de apólices, devido à sua natureza distinta. Como resultado, o rendimento líquido dos juros foi ajustado em 85 milhões de libras (2006 – 63 milhões de libras; 2005 – 59 milhões de libras).

(2) O rendimento dos juros foi ajustado em 313 milhões de libras (2006 – 215 milhões de libras; 2005 – 115 milhões de libras) e os encargos com juros em 536 milhões de libras (2006 – 465 milhões de libras; 2005 – 307 milhões de libras) para registar os juros sobre o activo e o passivo financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas. O activo remunerado e o passivo remunerado relacionados também foram ajustados.

(3) O rendimento bruto é a taxa de juro obtida sobre a média do activo da actividade bancária remunerado.

(4) O spread de juro é a diferença entre o rendimento líquido e a taxa de juro paga sobre a média do passivo da actividade bancária remunerado.

(5) A margem de juro líquida é o rendimento líquido do juro da actividade bancária como percentagem da média do activo da actividade bancária. remunerado

Média do balanço e juros relacionados

	2007			2006		
	Media do balanço m£	Juros m£	Taxa %	Média do balanço q	Juros m£	Taxa %
Activo						
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis – RU	357	16	4.48	2.059	90	4,37
– Estrangeiro	131	5	3,82	70	3	4,29
Emprést. e adiant. inst. banc. - RU	20.999	1.028	4,90	15.850	697	4,40
– Estrangeiro	13.795	626	4.54	7.440	282	3.79
Empréstimos e adiantamentos a clientes – RU	269.460	18.541	6.88	239.469	15.204	6.35
– Estrangeiro	183.799	11.090	6,03	121.093	6.977	5,76
Títulos de dívida – RU	14.197	898	6,33	13.143	662	5.04
– Estrangeiro	32.420	1.614	4.98	22.012	1.051	4.77
Total activo remunerado – actividade bancária (2, 3) – actividade comercial(4)	535.158 313.204	33.818	6.32	421.136 202.408	24.966	5.93
Total activo remunerado Activo não remunerado (2. 3)	848.362 311.914		623.544 210.358			
Total do activo	1.160.276		833.902			
Percentagem de activo aplicável às operações no estrangeiro	38.0%		35.2%			
Passivo e capital próprio						
Depósitos de bancos – RU	52.951	2.234	4.22	35.998	1.393	3.87
– Estrangeiro	34.559	1.417	4.10	28.813	1.228	4.26
Contas de clientes: depósitos à vista – RU	93.764	3.296	3.52	86.207	2.428	2.82
– Estrangeiro	30.739	1.035	3.37	13.127	44	3.36
Contas de clientes: depósitos de poupança – RU	36.334	1.658	4.56	30.933	1.058	3.42
– Estrangeiro	29.908	1.005	3.36	19.766	529	2.68
Contas de clientes: outros depósitos a prazo – RU	88.702	4.202	4.74	67.806	2.807	4.14
– Estrangeiro	47.056	2.283	4.85	36.839	1.636	4.44
Títulos de dívida em emissão – RU	67.310	3.582	5.32	55.912	2.670	4.78
– Estrangeiro	50.064	2.650	5.29	25.249	1.076	4.26
Passivo subordinado – RU	23.752	1.312	5.52	24.008	1.231	5.13
– Estrangeiro	4.763	242	5.08	2.639	160	6.06
Financiamento interno da actividade comercial– RU	(68.395)	(3.307)	4.84	(44.475)	(1.893)	4.26
– Estrangeiro	(7.454)	(321)	4.31	(4.930)	(207)	4.20
Total passivo com juros – actividade bancária (2. 3) – actividade comercial(4)	484.053 316.540	21.288	4.40	377.892 204.810	14.557	3.85
Total passivo remunerado	800.593			582.702		
Passivo não remunerado						
Depósitos à vista – RU	18.416			17.909		
– Estrangeiro	14.455			11.668		
Outras rubricas do passivo (3. 4)	283.453			184.747		
Capital próprio	43.359			36.876		
Total passivo e capital próprio	1.160.276			833.902		
Percentagem do passivo aplicável às operações no estrangeiro	35.9%			32.3%		

Notas:

(1) A análise do RU e Estrangeiro foi efectuada com base na localização do estabelecimento.

(2) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem o activo e o passivo de bancassurance de retalho atribuível aos titulares das apólices, dada a sua natureza distinta.
Como resultado, o rendimento de juros líquido foi ajustado em 85 milhões de libras (2006 – 63 milhões de libras).

(3) O rendimento de juros foi ajustado em 313 milhões de libras (2006 – £215 milhões de libras) e os encargos com juros em 536 milhões de libras (2006 – £465 milhões) para registar o juro sobre o activo e o passivo financeiros designados ao justo valor através de lucros ou perdas. O activo remunerado e o passivo remunerado relacionados também foram ajustados.

(4) Os juros a receber e os juros a pagar sobre o activo circulante e o passivo estão incluídos no rendimento das actividades comerciais

	2006		
	Média do balanço m£	Juros m£	Taxa %
Activo			
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis – RU	3.160	138	4.37
– Estrangeiro	63	2	3.17
Emprést.e adiant.inst. banc. – RU	15.338	649	4.23
– Estrangeiro	9.465	308	3.25
Empréstimos e adiantamentos a clientes – RU	212.991	13.510	6.34
– Estrangeiro	104.594	5.207	4.98
Títulos de dívida – RU	15.553	697	4.48
– Estrangeiro	22.526	994	4.41
Total activo remunerado – actividade bancária (2, 3) – actividade comercial(4)	383.690 172.990	21.505	5.60
Total activo remunerado Activo não remunerado (2, 3)	556.680 180.368		
Total do activo	737.048		
Percentagem do activo aplicável às operações no estrangeiro	35.3%		
Passivo e capital próprio			
Depósitos de bancos – RU	34.742	1.192	3.43
– Estrangeiro	27.383	891	3.26
Contas de clientes: depósitos à vista – RU	73.653	2.056	2.79
– Estrangeiro	13.858	299	2.16
Contas de clientes: depósitos de poupança – RU	26.727	778	2.91
– Estrangeiro	21.700	381	1.76
Contas de clientes: outros depósitos a prazo – RU	60.454	2.328	3.85
– Estrangeiro	32.024	979	3.06
Títulos de dívida em emissão – RU	52.672	2.071	3.93
– Estrangeiro	19.621	633	3.23
Passivo subordinado – RU	23.948	1.122	4.69
– Estrangeiro	2.642	154	5.83
Financiamento interno da actividade comercial– RU	(37.626)	(1.125(	2.99
– Estrangeiro	(2.186)	(39)	1.78
Total passivo remunerado – actividade bancária (2. 3) – actividade comercial(4)	349.610 172.744	11.720	3.35
Total passivo remunerado	522.354		
Passivo não remunerado			
Depósitos à vista – RU	17.484		
– Estrangeiro	11.181		
Outras rubricas do passivo (3. 4)	153.081		
Capital próprio	32.948		
Total passivo e capital próprio	737.048		
Percentagem do passivo aplicável às operações no estrangeiro	33.5%		

Notas:

(1) A análise do RU e do Estrangeiro foi efectuada com base na localização do estabelecimento.

(2) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem o activo e o passivo de bankassurance atribuíveis aos titulares de apólices, devido à sua natureza distinta. Como resultado, o rendimento liquido do juro foi ajustado em 59 milhões de libras.

(3) O rendimento do juro foi ajustado em 115 milhões de libras e os encargos com juros em 307 milhões de libras para registar o juro sobre o activo e o passivo financeiros designados ao justo valor através de lucros ou perdas. O activo remunerado e o passivo remunerado também foram ajustados.

(4) Os juros a receber e os juros a pagar sobre o activo e o passivo comerciais estão incluídos no rendimento das actividades comerciais

Análise das alterações do rendimento de juros líquido – análise do volume e das taxas

As variações de volume e das taxas foram calculadas com base nos movimentos dos saldos médios ao longo do período e nas alterações das taxas de juro sobre a média do activo remunerado e a média do passivo remunerado. As alterações causadas por uma combinação de volume e taxas são imputadas proporcionalmente aos movimentos de volume e taxas.

	2007 relat. a 2006 Aum./dim.) devido a alt. de::			relat. a 2005 Aum./dim.) devido a alt. de		
	Media do balanço m£	Taxa Média m£	Alt. Liq. m£	Média do balanço m£	Taxa Média m£	Alt. Liq. m£
Activo remunerado						
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis RU	(76)	2	(74)	(48)	--	(48)
Estrangeiro	2	--	2	--	1	1
Emprést. e adiant. inst. banc. RU	245	86	331	22	26	48
Estrangeiro	279	65	344	(72)	46	(26)
Empréstimos e adiantamentos a clientes RU	2000	1.337	3.337	1.681	13	1.694
Estrangeiro	3.769	344	4.113	886	884	1.770
Títulos de dívida RU	56	180	236	(115)	80	(35)
Estrangeiro	516	47	563	(23)	80	57
Total juros a receber da actividade bancária RU	2.225	1.605	3.830	1.540	119	1.659
Estrangeiro	4.566	456	5.022	791	1.011	1.802
	6.791	2.061	8.852	2.331	1.130	3.461
Passivo remunerado Depósitos de bancos RU	(706)	(135)	(841)	(44)	(157)	(201)
Estrangeiro	(237)	48	(189)	(49)	(288)	(337)
Contas de clientes: depósitos à vista RU	(227)	(641)	(868)	(353)	(19)	(372)
Estrangeiro	(593)	(1)	(594)	17	(159)	(142)
Contas de clientes: depósitos de poupança RU	(206)	(394)	(600)	(133)	(147)	(280)
Estrangeiro	(318)	(158)	(476)	37	(185)	(148)
Contas de clientes: outros depósitos a prazo RU	(950)	(445)	(1.395)	(296)	(183)	(479)
Estrangeiro	(485)	(162)	(647)	(164)	(493)	(657)
Títulos de dívida em emissão RU	(584)	(328)	(912)	(133)	(466)	(599)
Estrangeiro	(1.263)	(311)	(1.574)	(209)	(234)	(443)
Passivo subordinado RU	13	(94)	(81)	(3)	(106)	(109)
Estrangeiro	(111)	29	(82)	--	(6)	(6)
Financiamento interno da actividade comercial RU	1.129	285	1.414	231	537	768
Estrangeiro	109	5	114	81	87	168
Total juros da actividade bancária a pagar RU	(1.531)	(1.752)	(3.283)	(731)	(541)	(1.272)
Estrangeiro	(2.898)	(550)	(3.448)	(287)	(1.278)	(1.565)
	(4.429)	(2.302)	(6.731)	(1.018)	(1.819)	(2.837)
Movimentos in rendimento de juros líquido RU	694	(147)	547	809	(422)	387
Estrangeiro	1.668	(94)	1.574	504	(267)	237
	2.362	(241)	2.121	1.313	(689)	624

Receitas não provenientes de juros

	2007	2006	2005
	m£	m£	m£
Taxas e comissões a receber	8.465	7.116	6.750
Taxas e comissões a pagar	(2.311)	(1.922)	(1.841)
Rendimento de actividades comerciais	1.327	2.675	2.343
Outro rendimento operacional	4.857	3.564	2.620
	12.338	11.433	9.872
Rendimento de prémios de seguro	6.398	6.243	6.076
Quota-parte de resseguradoras	(289)	(270)	(297)
	6.109	5.973	5.779
	18.447	17.406	15.651

2007 comparativamente com 2006

As receitas não provenientes de juros aumentaram 6%, i.e.de 1.041 milhões de libras para 18.447 milhões de libras, incluindo 960 milhões de libras da aquisição do ABN AMRO. O crescimento orgânico significativo foi compensado por depreciações no sector de Global Banking & Markets relativamente às exposições financeiras relacionadas com hipotecas nos EUA e alavancadas. O rendimento não proveniente de juros representa 59% do rendimento total (2006 – 62%). Excluindo o rendimento de prémios de seguros gerais, o rendimento não proveniente de juros aumentou 8%, i.e. 905 milhões de libras, para 12.338 milhões de libras.

Na rubrica do rendimento não proveniente de juros, as taxas e comissões a receber aumentaram para 9% ou 1.349 milhões de libras i.e. para 8.465 milhões de libras, enquanto que as taxas e comissões a pagar aumentaram 20%, ou 389 milhões de libras, para 2,311 milhões de libras.

O rendimento das actividades de negociação de instrumentos financeiros desceu de 2.675 milhões de libras para 1.327 milhões de libras. A taxa de juro e as actividades cambiais beneficiaram do aumento da volatilidade e verificou-se um bom crescimento baseado numa gama de produtos alargada. Estas evoluções favoráveis foram, no entanto, mais do que contabalançadas pelas depreciações nos mercados de crédito (ver exposições ao mercado de crédito na página 43).

Os outros rendimento operacionais aumentaram 36%, ou 1.293 milhões de libras, i.e. para 4.857 milhões de libras. Este aumento deveu-se principalmente ao crescimento do rendimento de actividades de rendas e garantidas por activo e aos investimentos de capital na divisão de Corporate Markets

O rendimento dos prémios de seguro gerais, após resseguros, aumentou 2%, i.e. 6,109 milhões de libras com um bom crescimento das apólices das actividades básicas, sobretudo na Europa Continental.

2006 comparativamente com 2005

O rendimento não proveniente de juros aumentou 11%, i.e., 1.755 milhões de libras, para 17,406 milhões de libras, reflectindo um elevado crescimento orgânico em todas as divisões, especialmente na de Global Banking & Markets, que atingiu 26%, e na de Wealth Management, que atingiu 14%. O rendimento não proveniente de juros representa 62% do rendimento total (2005 – 61%). Excluindo o rendimento dos prémios de seguros gerais, o rendimento não proveniente de juros aumentou 16%, ou 1,561 milhões de libras, i.e. para 11.433 milhões de libras.

Na rubrica dos rendimentos não proveniente de juros, as taxas e comissões a receber aumentaram 5% ou 366 milhões de libras, i.e. para 7,116 milhões de libras, e as taxas e comissões a pagar 4% ou 81 milhões de libras i.e. para 1.922 milhões de libras.

O rendimento das actividades de negociação de instrumentos financeiros, que provém principalmente do fornecimento de produtos de dívida e gestão de riscos aos clientes em taxas de juro, câmbios e crédito, registou um crescimento de 14%, i.e., 332 milhões de libras, reflectindo o aumento dos volumes de clientes.

Os outros rendimentos operacionais aumentaram 36%, ou seja, 944 milhões de libras, para 3.564 milhões de libras. Este aumento deveu-se principalmente ao acréscimo do rendimento de actividades de arrendamento e garantidas por activo e aos investimentos de capital no sector de Corporate Markets.

O rendimento de prémios de seguro gerais, após resseguros, aumentou 3%, ou seja, 194 milhões de libras, para 5.973 milhões de libras com um bom crescimento das apólices de seguro automóvel no RU e na Europa Continental.

Exposições ao mercado de crédito

Grupo (incluindo o ABN AMRO	Exposição líquida em 31 de Dezembro de 2007 m£	Preço médio %
Tranches super senior CDOs ABS		
CDOs de alto grau	2.581	84
CDOs mezanino	1.253	770
CDOs *squared*	--	--
Existências de instrumentos financeiros subprime		
Grau de investimento	937	79
Títulos sem grau de investimento	255	54
Residuais	100	50
Fundos alavancados	8.698	95

O grupo detém uma posição de liderança na estruturação, distribuição e negociação de títulos garantidos por activo (ABS). Estas actividades incluem a compra de títulos garantidos por hipotecas, incluindo títulos garantidos por hipotecas subprime dos EUA e a sua "reempacotamento" em obrigações de dívida garantida (CDOs) para venda subsequente aos investidores. O Grupo mantém a exposição a algumas das tranches super senior destes CDOs que são contabilizadas ao justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2007, a exposição do Grupo a estas tranches super senior, líquida de coberturas e depreciações, totalizou 2,6 mil milhões de libras para os CDOs de elevada qualidade, que incluem colaterais de empréstimos comerciais, assim como garantias hipotecárias prime e subprime, e 1,3 mil milhões de libras para os CDOs mezanino que se baseiam principalmente nas garantias hipotecárias residenciais. Ambas as categorias de CDO têm elevados *attachement points*. Também se verificou uma exposição de 1,2 mil milhões de libras às hipotecas subprime através da negociação de títulos garantidos por hipotecas e CDOs e 100 milhões de libras através de residuais de securitização.

No segundo semestre de 2007, a taxa crescente de incumprimento do crédito hipotecário e as expectativas de declínio dos preços da habitação nos EUA provocaram uma deterioração dos valores estimados destas exposições. As nossas avaliações destas exposições a exposições super sénior de CDO ABS têm em consideração os outputs do nosso modelo registado, as referências do mercado observáveis e ajustamentos de avaliação prudentes. As exposições e residuais da carteira comercial são *mark- to-market* com base nos preços directos, quando disponíveis, ou nas referências do mercado observáveis.

As posições de financiamentos alavancados utilizados totalizaram 8,7 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007. As posições são avaliadas tendo em consideração preços de sindicação recentes do mesmo activo ou de activo similar, os preços no mercado de crédito secundário e com referência aos índices aplicáveis aos produtos de crédito, como o LevX, o LCDX e o ITraxx e nos índices de swap de incumprimento de crédito CDX

Grupo (incluindo o ABN AMRO	Exposição líquida de cobert em 31 de Dezembro de 2007 m£
Alt-A	
Grau de investimento	1.972
Títulos sem grau de investimento	261
CLOs	1.386
Hipotecas comerciais	8.808
Avalistas financeiros	2.547

O Grupo tem 2,2 mil milhões de libras em instrumentos de negociação de hipotecas residenciais Alt-A dos EUA, dos quais mais de 85% com grau de investimento. As exposições às obrigações de empréstimos garantidas totalizaram 1,4 mil milhões de libras. A exposição ao crédito hipotecário comercial, que consiste em empréstimos originados para efeitos de securitização, totalizaram 8,8 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007.

A carteira consistia predominantemente em hipotecas comerciais originadas na Europa. O Grupo cobre algumas das suas posições com contrapartes, incluindo avalistas financeiros. Em 31 de Dezembro de 2007 tinha 2,5 mil milhões de libras de exposição de derivados a avalistas financeiros. Todas as exposições acima são contabilizadas ao justo valor.

Despesas operacionais (excluindo amortização do activo incorpóreo adquirido e dos custos de integração)

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Despesas administrativas:			
encargos com o pessoal	7.534	6.647	5.844
Instalações e equipamentos	1.762	1.411	1.274
Outras despesas administrativas	3.081	2.626	2.592
Total despesas administrativas	12.377	10.684	9.710
Depreciação e amortização	1.676	1.568	1.588
	14.053	12.252	11.298

2007 comparativamente com 2006

As despesas operacionais, incluindo os custos de amortização e integração de activos adquiridos, aumentaram 15%, 1.801 milhões de libras, para 14.053 milhões de libras, incluindo 1,880 milhões de libras relacionados com o ABN AMRO. Para o respectivo ajustamento, as despesas operacionais baixaram 79 milhões de libras, 1%, reflectindo a rigorosa gestão de custos e os benefícios da plataforma de Manufacturing do Grupo. Outras melhorias da produtividade estiveram na base do crescimento dos volumes comerciais e permitiram ao Grupo manter elevados níveis de satisfação dos clientes.

O rácio de despesas operacionais do Grupo (excluindo os custos de amortização e integração dos activos incorpóreos adquiridos e após compensação da depreciação das locações operacionais por contrapartida do rendimento de rendas): rendimento total foi 43,9% comparativamente com 42,1% em 2006.

2006 comparativamente com 2005

As despesas operacionais, excluindo os custos de amortização e integração dos bens incorpóreos adquiridos aumentaram 8%, para 12,252 milhões de libras, em consonância com o elevado crescimento dos volumes comerciais.

Os encargos com o pessoal aumentaram 803 milhões, 14%, para 6.647 milhões, reflectindo o crescimento e a expansão das actividades na divisão de Corporate Markets, onde o número de efectivos aumentou 1.600.

As despesas com instalações e equipamentos aumentaram 137 milhões de libras,11%, para 1.411 milhões, reflectindo a continuação do nosso programa de melhoria da rede de agências e o investimento contínuo nos nossos grandes centros operacionais.

Outras despesas administrativas aumentaram 1%, 34 milhões, para 2.626 milhões, reflectindo as melhorias de eficiência, o aumento dos volumes comerciais.

O rácio de despesas operacionais do Grupo (excluindo os custos de amortização do activo incorpóreo adquirido e os custos de integração e após compensação da depreciação das locações operacionais por contrapartida do rendimento de rendas): rendimento total foi de 42,1% comparativamente com 42,4% em 2005.

Custos de integração

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Encargos com o pessoal	18	76	148
Instalações e equipamentos	4	10	39
Outras despesas administrativas	26	32	131
Depreciação e amortização	60	16	140
	108	134	4588

Os custos de integração em 2007 ascenderam a 108 milhões de libras comparativamente com 134 milhões de libras em 2006 e 458 milhões de libras em 2005, englobando a amortização de software desenvolvido internamente e outros custos. Os custos de software eram anteriormente amortizados à medida que eram incorridos segundo as GAAP do RU, mas segundo as IFRS são actualmente amortizados ao longo de 3-5 anos. Todo o software relacionado com a integração do NatWest estava totalmente amortizado em finais de 2005. O saldo dos custos de integração refere-se principalmente à integração das aquisições do Churchill, do First Active e o Citizens, incluindo o Charter One, que foi adquirido em Agosto de 2004.

Os acréscimos em relação aos custos de integração estão apresentados abaixo.

	Em 31 de Dezembro de 2006 m£	Imput. demonst. Result. m£	Utilizados durante o ano m£	Em 31 de Dezembro 2007 m£
Encargos com o pessoal	23	18	(37)	4
Instalações e equipamentos	—	4	(2)	2
Outros	8	86	(93)	1
	31	108	(132)	7

Perdas por imparidade

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Novas perdas por imparidade	2.518	2.093	1.879
menos: recuperações de montantes anteriormente anulados	(390	(215)	(172)
Imputação à demonstração de resultados	2.128	1.878	1.707
Englobando:			
Perdas por imparidade de empréstimos	2.106	1.877	1.703
Outras perdas por imparidade	22	1	4
Imputação à demonstração de resultados	2.128	1.878	1.707

2007 comparativamente com 2006

As perdas por imparidade foram de 2.128 milhões de libras, em comparação com 1.878 milhões de libras. As perdas por imparidade no ABN AMRO no período desde a aquisição foram 263 milhões de libras. Para ajustamento, as perdas por imparidade baixaram 13 milhões de libras, 1%, reflectindo a melhoria de Corporate Markets e Retail Markets, parcialmente compensada por imparidades mais elevadas no Citizens. As novas perdas por imparidade subiram 20%, de 425 milhões de libras para 2,518 milhões de libras. As recuperações de montantes anteriormente cancelados subiram 175 milhões de libras, 81%, para 390 milhões de libras. Consequentemente a imputação líquida à demonstração de resultados subiu 250 milhões, 13%, para 2,128 milhões.

As provisões totais para imparidades no balanço, incluindo o ABN AMRO, ascenderam a 6.441 milhões de libras, comparativamente com 3.935 milhões em 2006.

A cobertura total das provisões (rácio das provisões totais do balanço para imparidades: elementos totais do rácio do crédito) diminuíram de 62% para 60%. O rácio das provisões totais do balanço para a imparidade: elementos de risco totais do crédito e dos empréstimos potencialmente problemáticos também diminuíram para 56% em comparação com 62% em 2006, reflectindo os montantes anulados e o perfil de risco ligeiramente inferior da carteira.

2006 comparativamente com 2005

As perdas por imparidade foram de 1.878 milhões de libras comparativamente com 1.707 milhões de libras em 2005. As novas perdas por imparidade subiram 11%, 214 milhões de libras, para 2.093 milhões de libras. As recuperações de montantes anteriormente cancelados subiram 43 milhões de libras, 25%, para 215 milhões de libras.

Consequentemente, a imputação líquida à demonstração de resultados subiu 171 milhões, 10 %, para 1.878 milhões de libras. As melhorias de Corporate Markets que reflectiram uma conjuntura de crédito benigna compensaram parcialmente perdas por imparidade mais elevadas na divisão de Retail Markets e no Citizens.

As provisões totais do balanço para imparidades ascenderam a 3.935 milhões de libras em comparação com 3.887 milhões de libras em 2005.

A cobertura total das provisões (rácio das provisões totais do balanço para imparidades: elementos de risco totais do crédito) diminuiu de 65% para 62%. O rácio das provisões totais do balanço para imparidades: elementos de risco totais do crédito e dos empréstimos potencialmente problemáticos também diminuiu para 62% comparativamente com 65% em 2005, reflectindo os montantes cancelados e a mudança do mix da exposição não garantida para garantida.

Impostos

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Imposto	2.052	2.689	2.378
	%	%	%
IRC no RU	30.0	30.0	30.0
Taxa de imposto efectiva	20.7	29.3	30.0

A carga fiscal efectiva difere da carga fiscal esperada, que foi calculada aplicando a taxa normal de IRC no RU
Como segue:

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Carga fiscal esperada	2.970	2.756	2.381
Valores não dedutíveis	263	288	309
Valores não tributáveis	(595)	(251)	(166)
Movimentos cambiais tributáveis	16	5	(10)
Redução do passivo por impostos diferidos após alteração da taxa de IRC no RU	(189)	--	--
Lucros no estrangeiro tributados a outras taxas	(37)	63	77
Perdas não utilizadas – de exercícios anteriores transitadas	(9)	14	(5)
Ajustamentos relativos a períodos anteriores	(367)	(186)	(208)
Carga fiscal efectiva	2.052		

A taxa de imposto efectiva do exercício foi 20,7% (2006 – 29,3%; 2005 – 30,0%). A taxa de referência é inferior à taxa normal de 30% do IRC no RU, devido principalmente a certas mais-valias não tributáveis, a alterações dos saldos fiscais diferidos após a alteração da taxa de IRC e ao abrandamento das provisões fiscais após a conclusão dos assuntos do ano anterior.

Desempenho por divisão

O lucro antes da amortização de activo incorpóreo adquirido, dos custos de integração e dos proveitos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias e após a imputação de custos de Manufacturing, quando apropriado, de cada divisão, está indicado abaixo e descrito como 'lucro operacional' nas análises por divisão que se seguem. As imputações dos Custos de Manufacturing são apresentadas separadamente nos resultados de cada divisão.

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Corporate Markets			
Global Banking & Markets	3.687	3.779	3.053
UK Corporate Banking	1.961	1.762	1.571
Total Corporate Markets	5,648	5.541	4.624
Mercados de Retal			
Retail	2,470	2.250	2.207
Wealth Management	413	318	249
Total Retail Markets	2.883	2.568	2.456
Ulster Bank	513	421	361
Citizens	1.323	1.582	1.575
RBS Insurance	683	749	727
Manufacturing	—	—	—
Rubricas centrais	(752)	(1.447)	(1.492)
Lucro operacional (excluindo o ABN AMRO)	10.298	9.414	8.251
ABN AMRO	128	—	—
Rubricas centrais	(144)	—	—
Os lucros antes da amortização do activo incorpóreo adquirido. os custos de integração e o valor líquido da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias	10.282	9.414	8.21

O desempenho de cada uma das divisões está analisado nas páginas 49 a 64

Corporate Markets

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Rendimento de juros das actividades bancárias líquido	4.111	3.805	3.442
Receitas não provenientes de juros	6.211	6.488	5.348
Total receitas	10.322	10.293	8.790
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	2.457	2.539	2.007
– outras	732	628	536
– depreciação de locações operacionais	684	736	733
	3.873	3.903	3.276
Contribuição antes de perdas por imparidade	6.449	6.390	5.514
Perdas por imparidade	219	274	335
Contribuição	6.230	6.116	5.179
Imputação de custos de Fabrico	582	575	555
	5.648	5.541	4.624
	mm£	mm£	mm£
Total do activo*	682,1	472.4	409.2
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto*			
– carteira de operações bancárias	221,7	181,1	158,7
– carteira de negociação	20,0	15,4	11,8
Activos detidos em regime de locações	12,0	13,9	13,2
Depósitos de clientes*	159,5	132,6	111,1
Activos ponderados em função dos riscos	257,2	231,2	202,6

* excluindo os repos e reverse repos

2007 comparativamente com 2006

A divisão Corporate Markets registou um aumento do lucro operacional de 2% em 2007, para 5,648 milhões, não obstante as condições difíceis dos mercados de crédito globais. O rendimento total foi fixo, em 10,322 milhões de libras, dado que a deterioração do mercado de crédito no segundo semestre do exercício provocou depreciações substanciais do rendimento da Global Banking e Markets, mas os bons progressos na UK Corporate Banking combinados com um rigoroso controlo de despesas e a diminuição das imparidades aumentaram os lucros.

A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes, incluindo as operações de reverse repos, subiu 17% e a média dos depósitos de clientes (excluindo operações de repos) 19%. A carteira mantém-se bem diversificada por contraparte, sector e geografia e a qualidade de crédito média continua a melhorar. O activo registou um elevado crescimento fora do RU, especialmente na Europa Ocidental e na Ásia. As condições do crédito às empresas em termos globais mantiveram-se positivas e as perdas por imparidade representaram 0,1% dos empréstimos e adiantamentos a clientes. O activo com risco ponderado aumentou 11%.

2006 comparativamente com 2005

A divisão de Corporate Markets obteve um elevado desempenho em 2006, com excelentes resultados em muitas das nossas actividades. O rendimento total, após dedução da depreciação de locações operacionais, aumentou 19%, para 9,557 milhões de libras, com a contribuição a crescer 18%, para 6.116 milhões de libras. O lucro operacional aumentou 20%, para 5,541 milhões de libras.

A média dos empréstimos e adiantamentos subiu 19% e a dos depósitos de clientes 17%. A nossa carteira mantém-se bem diversificada por contraparte, sector e geografia e equilibrada na distribuição do crédito. O activo cresceu acentuadamente fora do RU, especialmente na Europa Ocidental. As condições do crédito em termos globais mantiveram-se positivas e as perdas por imparidades representaram 0,14% dos empréstimos e adiantamentos a clientes.

A média do activo com risco ponderado aumentou 12%, com distribuição do capital disciplinada e retornos crescentes. O rácio do lucro operacional: média do activo com risco ponderado melhorou de 2,3% para 2,5%.

Corporate Markets – Global Banking & Markets

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Receitas de juros líquidas das actividades bancárias	1.785	1.632	1.487
Taxas e comissões líquidas a receber	1.368	1.032	816
Actividades de negociação de instrumentos financeiros	849	2.211	1.949
Rendimento de activo em regime de locação (líquido de custos de financiamento relacionados)	679	677	622
Outro rendimento operacional (líquido de custos de financiamento relacionados)	1.899	1.279	744
Receitas não provenientes de juros	4.795	5.199	4.131
Total receitas	6.580	6.831	5.618
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	1.826	1.975	1.518
– outras	518	442	371
– depreciação de locações operacionais	365	406	398
	2.709	2.823	2.267
Contribuição antes de perdas por imparidade	3.871	4.008	3.331
Perdas por imparidade	39	85	139
Contribuição	3.832	3.923	3.192
Imputação de custos de Manufacturing	145	144	139
Lucro operacional	3.687	3.779	3.053
	mm£	mm£	mm£
Total do activo*	579.4	383.7	330.9
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto*			
– carteira de operações bancárias	121.1	94.3	82.0
– carteira de negociação	20.0	15.4	11.8
Activo em regime de locação	10.2	12.2	11.9
Depósitos de clientes*	72.9	54.1	44.7
Activos ponderados em função dos riscos	152.6	138.1	120.0

* excluindo operações de repos e reverse repos

2007 comparativamente com 2006

A divisão de Global Banking & Markets (GBM) obteve um elevado desempenho em muitas das suas actividades em 2007, com um crescimento especialmente acentuado das actividades de negociação de taxas de juro e de câmbio, mas os resultados financeiros foram afectados por uma conjuntura difícil do mercado de crédito no segundo semestre do exercício. O lucro operacional foi de 3.687 milhões de libras, 2% abaixo do resultado recorde de 2006.

Embora muitos departamentos da divisão de GBM tenham registado um crescimento substancial, o rendimento total de 6.580 milhões de libras foi 4% inferior ao de 2006, reflectindo depreciações cumulativas de 2007 das nossas posições financeiras relacionadas com a subprime e alavancadas e mais 456 milhões em resposta ao agravamento do perfil de crédito de certos garantes financeiros.

Estas perdas foram parcialmente compensadas por uma redução de 123 milhões de libras no valor contabilístico da nossa própria dívida e por um ganho de 950 milhões de libras realizados com a venda da Southern Water. A redução do lucro daí resultante, líquida de depreciações, ganhos e custos variáveis, foi de 484 milhões de libras. Excluindo estes efeitos, o rendimento subjacente aumentou 8% e o lucro operacional subjacente 10%, reflectindo o ímpeto operacional contínuo da empresa.

A força da GBM e o sucesso da diversificação das suas capacidades em termos de produtos tiveram como resultado a continuação do acentuado crescimento que conseguimos na Ásia e na Europa Continental nos últimos anos. Na Ásia estabelecemos uma plataforma sólida, com boas capacidades em termos de produtos e relações com os clientes. Em 2007, o resultado foi um crescimento do rendimento na Ásia de 96%, com um crescimento excelente das nossas actividades na China e no Japão. Na Europa, o rendimento aumentou 39%, com resultados especialmente positivos na região nórdica e na Península Ibérica onde a divisão de GBM expandiu ainda mais a sua sólida posição no fornecimento de serviços financeiros e de gestão de riscos a empresas e instituições financeiras. O rendimento no RU aumentou 21%, ao passo que os resultados na América do Norte diminuíram em consequência das condições do mercado de crédito que afectaram as actividades garantidas por activo e de crédito estruturadas da GBM.

O rendimento de juros líquido aumentou 9%, para 1,785 milhões. A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes, excluindo as operações de reverse repos, aumentou 22% em virtude de termos expandido a nossa base de clientes fora do RU e de a média dos depósitos dos clientes ter aumentado 25%.

O rendimento de taxas líquido aumentou 33% para 1,368 milhões, reflectindo a nossa posição tier cimeira na angariação, estruturação e distribuição de financiamentos em larga escala. Conseguimos um crescimento especialmente elevado nos mercados de empréstimos não EUA.

O rendimento das actividades de negociação de instrumentos financeiros diminuiu em 1.362 milhões de libras. As actividades de negociação de taxas de juro e de câmbio tiraram partido do aumento da volubilidade que gerou um crescimento do rendimento de 78% e 48% respectivamente. Estes elevados desempenhos foram suplementados por um bom crescimento da nossa crescente gama de produtos, incluindo derivados de capital próprio e produtos de investimento a retalho.

Contudo, nos mercados de crédito, as depreciações que reflectiram a deterioração da envolvente do mercado da habitação dos EUA provocaram uma acentuada descida do rendimento.

As actividades de locação e outras actividades baseadas no activo alcançaram um sucesso contínuo na originação, estruturação, financiamento e gestão de activo físico, nomeadamente aeronaves, comboios, navios e imobiliário para os nossos clientes. O rendimento do activo em regime de locação, líquido de custos de financiamento relacionados e depreciação de locações operacionais, aumentou 16%, para 314 milhões de libras.

Os outros rendimentos operacionais aumentaram para 1,895 milhões de libras, líquidos de custos de financiamentos relacionados, incluindo a venda bem sucedida do Southern Water concluída durante o segundo semestre. A maioria da nossa carteira de participações privadas restante foi vendida a um fundo, gerido pelo RBS, melhorando assim a eficiência do capital ao mesmo tempo que se ofereciam retornos mais previsíveis e estáveis.

2006 comparativamente com 2005

A divisão de Global Banking & Markets teve um elevado desempenho em 2006, proporcionando um excelente crescimento do rendimento ao mesmo tempo que continuava a construir a nossa sólida franquia internacional. O rendimento total aumentou 22%, para 6.831 milhões de libras, a contribuição 23%, para 3,923 milhões de libras, e o lucro operacional 24% para 3.779 milhões.

A GBM é líder no fornecimento de soluções de financiamento da dívida e gestão dos riscos, cobrindo a originação, estruturação e distribuição de uma grande variedade de activo. Em 2006 angariámos mais de 450 mil milhões de dólares de financiamento para os nossos clientes empresariais e institucionais, mais 17% do que em 2005. Classificámo-nos na primeira posição entre os gestores de securitizações globais garantidas por activo e por hipotecas e na quarta entre os gestores de empréstimos sindicados globais, enquanto que em termos de gestores de obrigações internacionais passámos da 13ª para a 8ª posição. Estas posições na tabela de classificação demonstram o nosso sucesso no alargamento e aprofundamento da nossa franquia.

Em 2006 investimos ainda mais na ampliação das nossas capacidades em termos de produtos e no nosso alcance internacional. O rendimento na América do Norte aumentou 18% na moeda local, não obstante as receitas fixas na nossa actividade de títulos baseados em hipotecas residenciais, dado que os investimentos que fizemos nos nossos mercados de capital de dívida, nos mercados de crédito e nas actividades de negociação taxas e de crédito se revelaram frutuosos.

Na Europa, o rendimento aumentou 26% na moeda local em consequência de bons desempenhos na Alemanha, França, Espanha, Itália e região Nórdica. Participámos em muito dos maiores financiamentos internacionais em 2006. A Ásia Pacífico também registou um progresso substancial, com um aumento do rendimento de 35% em termos de dólares dos EUA. Estabelecemos uma presença promissora na região, construindo a nossa capacidade em termos de produtos e relações com os clientes.

O rendimento líquido das actividades bancárias aumentou 10%, para 1,632 milhões de libras, representando 24% do rendimento total da GBM. A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 20% quando expandimos ainda mais a nossa base de clientes fora do RU.

O rendimento líquido das taxas aumentou 26%, para 1,032 milhões de libras, reflectindo a nossa posição tier cimeira na angariação, estruturação e distribuição de financiamentos privados e públicos em grande escala. Aumentámos a nossa penetração junto dos clientes e em 2006 fomos o terceiro subscritor mais activo de obrigações para as empresas europeias, incluindo as britânicas.

Os custos diminuíram 4%, para 2,854 milhões de libras, de harmonia com o rendimento. Continuámos a investir na expansão da nossa implantação geográfica, nas nossas infra-estruturas e na nossa gama de produtos.

O risco de crédito da carteira manteve-se estável e as perdas por imparidade diminuíram para 39 milhões de libras em 2007, sem deterioração da qualidade do crédito às empresas em geral. A liquidez e rentabilidade dos nossos clientes empresariais mantiveram-se geralmente sólidas.

O activo total aumentou para 579,4 mil milhões de libras, reflectindo principalmente um aumento de 128,8 mil milhões de libras em activo de derivados (na sua maioria taxas e divisas) acompanhado de um aumento correspondente do passivo de derivados. O aumento resultou do elevado crescimento da taxa de juro impulsionada pelos clientes e das actividades de negociação cambial numa conjuntura de mercado mais volátil. A gestão cuidadosa dos riscos e do capital manteve o nosso activo de riscos ponderados em 152,6 mil milhões de libras, o que corresponde a um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

O rendimento das actividades de negociação continuou a aumentar regularmente, subindo 13%, para 2,211 milhões, como resultado dos bons volumes de produtos de gestão de dívida e de riscos fornecidos aos nossos clientes. Um elevado desempenho nos produtos de crédito foi suplementado pelo crescimento na nossa gama de produtos crescente, incluindo derivados de capital próprio e crédito estruturado, parcialmente contrabalançado pelo impacto de um mercado de títulos garantidos por hipotecas norte-americano mais lento. O valor médio da carteira de negociação em risco manteve-se modesto em 14,2 milhões de libras.

As nossas actividades de locação e outras actividades baseadas em activo alcançaram um sucesso contínuo na originação, estruturação, financiamento e gestão de activo físico, designadamente aeronaves, comboios, navios e imobiliário para os nossos clientes. Este sucesso deu origem a um bom crescimento do rendimento líquido do activo em regime de locação, que aumentou (líquido de custos de financiamento e de depreciação de locações operacionais relacionados) de 224 milhões de libras para 271 milhões de libras.

Estas actividades também geram valor através da propriedade de uma carteira de activo que gerimos activamente. Os bons resultados destas actividade, assim como dos investimentos de capital em que operamos com os nossos clientes empresariais e com patrocinadores financeiros, alavancando a nossa capacidade financeira para estruturar e participar numa grande variedade de oportunidades de investimento reflectiram-se noutro rendimento operacional, que aumentou para 1.279 milhões de libras (líquido dos custos de financiamento relacionados) a partir de 744 milhões de libras em 2005.

Mantivemos uma boa disciplina de custos ao mesmo tempo que continuámos a investir na expansão da nossa implantação geográfica, das nossas infraestruturas e da nossa gama de produtos. O nosso rácio de rendimento dos custos líquido de depreciação de locações operacionais foi de 39.9%. As despesas totais aumentaram 22%, para 2.967 milhões de libras. A remuneração variável relacionada com o desempenho aumentou, passando a representar 41% dos custos totais.

O risco da carteira manteve-se estável e a conjuntura do crédito empresarial continuou a ser positiva. As perdas por imparidade baixaram para 85 milhões de libras, com a distribuição das imparidades ao longo do exercício a reflectir recuperações no primeiro semestre.

A média do activo com riscos ponderados aumentou 11% e o rácio do lucro operacional: média do activo com riscos ponderados melhorou de 2,6% para 2,9%.

Corporate Markets – UK Corporate Banking

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Receitas de juros líquidas das actividades bancárias	2.326	2.173	1.955
Receitas não provenientes de juros	1.416	1.289	1.217
Total receitas	3.742	3.462	3.172
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	631	564	489
– outras	214	186	165
– depreciação de locações operacionais	319	330	335
	1.164	1.080	989
Contribuição antes de perdas por imparidade	2.578	2.382	2.183
Perdas por imparidade	180	189	196
Contribuição	2.398	2.193	1.987
Atribuição de custos de Manufacturing	437	431	416
Lucro operacional	1.961 mm£	1.762 mm£	1.571 mm£
Total do activo*	102.7	88.7	78.3
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto*	100.6	86.8	76.7
Depósitos de clientes*	86.6	78.5	66.4
Activos ponderados em função dos riscos	104.6	93.1	82.6

* excluindo operações de repos e reverse repos

2007 Comparativamente com 2006

A divisão de Corporate Banking no RU ('UKCB') registou mais um ano de sucesso em termos de crescimento rentável, consolidando a nossa posição de líder de mercado e conseguindo melhorias significativas na satisfação dos clientes. O rendimento total cresceu 8%, para 3.742 milhões de libras, e a contribuição 9%, para 2.398 milhões de libras. O lucro operacional aumentou 11%, para 1.961 milhões de libras.

Registou-se um crescimento significativo dos volumes de clientes, com a média dos empréstimos e dos adiantamentos a subir 11% e a média dos depósitos 14%. O rendimento de juros das actividades bancárias líquido aumentou 7%, para 2.326 milhões de libras, à medida que a margem de juro diminuía ligeiramente em relação ao ano anterior. Nos últimos meses assistiu-se a margens mais sólidas em algumas áreas.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 10%, para 1.416 milhões de libras, como resultado do aumento das taxas e do progresso contínuo na distribuição dos produtos de negociação e de financiamento de facturas, bem como dos produtos de taxas de juro e cambiais.

As despesas totais aumentaram 6%, para 1.601 milhões de libras, com o investimento direccionado para a melhoria do serviço ao cliente. Criaram-se cerca de 600 novas vagas de funções de atendimento ao cliente e acrescentou-se uma importante nova funcionalidade à plataforma de banca electrónica Bankline. Estas iniciativas contribuíram para pontuações de satisfação dos clientes muito favoráveis em 2007.

As perdas por imparidade totalizaram 180 milhões de libras, menos 5% do que em 2006, reflectindo a elevada qualidade da carteira. Os parâmetros do crédito empresarial mantiveram-se estáveis.

2006 Comparativamente com 2005

A divisão de Corporate Banking no RU registou um ano de sucesso em todas as suas actividades, consolidando as suas posições de líder de mercado na banca empresarial e comercial e criando um bom ímpeto no fornecimento de uma gama crescente de serviços de financiamento e gestão de riscos à sua base de clientes. Por conseguinte, a UKCB aumentou o seu rendimento total em 9%, para 3.462 milhões de libras, e a contribuição de 10% para 2.193 milhões de libras. O lucro operacional aumentou 12%, para 1.762 milhões de libras.

O rendimento de juros das actividades bancárias líquido aumentou 11%, para 2.173 milhões de libras. Conseguimos um aumento de 18% na média dos empréstimos e adiantamentos de clientes, com um bom crescimento em todos os segmentos de clientes. Aumentámos a média dos depósitos dos clientes em 21%, demonstrando a atractividade da nossa gama de produtos de depósito para os clientes comerciais e empresariais. As alterações no mix de depósitos e uma certa diminuição das margens de crédito, principalmente no 1º semestre do exercício, provocaram uma modesta diminuição da margem de juro líquida da UKCB.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 6% para 1.289 milhões de libras, reflectindo um bom crescimento das taxas de originação e uma melhor distribuição dos produtos de negociação e de financiamento de facturas, assim como das taxas de juro e dos câmbios.

As despesas totais aumentaram 8%, para 1.511 milhões de libras. O aumento das despesas directas, excluindo a depreciação das deslocações operacionais, reflectiu o recrutamento de mais gestores de relações e outros colaboradores para aumentar a qualidade do serviço fornecido à nossa base de clientes em expansão, assim como mais investimentos na nossa proposta de banca electrónica.

As perdas por imparidade foram 4% inferiores às registadas em 2005, com 189 milhões de libras. O risco da carteira manteve-se estável e a conjuntura do crédito benigna.

Retail Markets

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Receitas de juros líquidas	4.760	4.604	4.404
Receitas não provenientes de juros	4.030	3.851	3.678
Total receitas	8.790	8.455	8.082
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	1.699	1.616	1.539
– outras	742	748	788
	2.441	2.364	2.327
Reclamações de seguro líquidas	518	488	486
Contribuição antes de perdas por imparidade	5.831	5.603	5.269
Perdas por imparidade	1.200	1.311	1.148
Contribuição	4.631	4.292	4.121
Imputação de custos de Manufacturing	1.748	1.724	1.665
Lucro operacional	2.883 mm£	2.568 mm£	2.456 mm£
Total activos bancários	1.251	118.4	113.0
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto			
– hipotecas	72,0	69,7	64,6
– pessoais	21,5	20,5	21,0
– cartões	8,4	8,2	8,7
– crédito comercial	20,2	18,1	16,7
Depósitos de clientes*	130,4	115,5	105,2
Activo de gestão de investimentos – excluindo depósitos	42,1	34,9	31,4
Activos ponderados em função dos riscos	80,8	77,0	79,2

* os depósitos de clientes excluem a bancassurance

2007 Comparativamente com 2006

A divisão de Retail Markets registou um elevado desempenho em 2007, com o lucro operacional a aumentar 12%, para 2.883 milhões de libras em consequência de um bom crescimento do rendimento, de um rigoroso controlo das despesas e da diminuição dos custos de imparidade. O rendimento total cresceu 4% para 8.790 milhões de libras, e o rendimento liquido de reclamações também aumentou 4%, para 8.272 milhões de libras.

Estes resultados sólidos reflectem a ênfase nos produtos de poupança e investimento, na rentabilidade em vez do volume do crédito ao consumo e um investimento significativo na nossa actividade de Wealth Management no RU e na Ásia. Os depósitos de clientes aumentaram 13%, para 130,4 mil milhões de libras, ao passo que os empréstimos e adiantamentos aumentaram 5% para 122,1 mil milhões.

Os resultados de todo o ano revelam um ímpeto no desenvolvimento da empresa, com um lucro operacional no segundo semestre do exercício 14% mais elevado do que no período homólogo de 2006.

As despesas foram mantidas sob rigoroso controlo, com ganhos de eficiência que nos permitiram investir e desenvolver o negócio. As perdas por imparidade mantiveram a evolução favorável a que se assistiu no primeiro semestre do exercício, descendo 8% em todo o exercício. As tendências de mora nos cartões de crédito e nos empréstimos pessoais não garantidos continuaram a melhorar, assim como a qualidade da nossa base de activo.

O Activo com riscos ponderados aumentou 5%, para 80,8 mil milhões de libras no final de 2007.

2006 Comparativamente com 2005

A divisão de Retail Markets conseguiu um bom desempenho em 2006 com o rendimento total a subir 5%, para 8.455 milhões de libras. A contribuição antes de perdas por imparidade aumentou 6%, para 5,603 milhões, a contribuição 4%, para 4.292 milhões de libras e o lucro operacional de 5%, para 2.568 milhões de libras.

Respondendo à evolução da procura dos seus clientes, a divisão de Retail Markets reforçou as suas capacidades em produtos de depósito e investimento e foi recompensada com um sólido crescimento nestas áreas. O crescimento do crédito centrou-se nas hipotecas residenciais de elevada qualidade e nos empréstimos às pequenas empresas, ao passo que o crédito pessoal não garantido manteve-se estável, à medida que limitávamos a nossa actividade no mercado dos empréstimos directos e a procura dos clientes se manteve controlada. Utilizámos a nossa gama completa de marcas para fazer face à flexibilidade dos mercados, concentrando-nos nos produtos e canais mais apropriados à luz das condições prevalecentes no mercado. As despesas foram mantidas sob rigoroso controlo, com o investimento adicional na nossa actividade recompensado por ganhos de eficiência e os benefícios de combinar a Banca de Retalho e os Canais Directos numa unidade unificada.

O recrutamento de clientes centrou-se nos nossos canais das sucursais, onde obtivemos um bom crescimento das contas de poupança e somos líder de mercado conjunto nas contas correntes pessoais. O nosso empenho no serviço ao cliente, através da maior rede de balcões e máquinas de multibanco no RU, reflecte-se nas pontuações de satisfação do cliente, que são elevadas da indústria no RU.

O activo médio com riscos ponderados baixou 3%, reflectindo uma alteração do mix de actividades no sentido do crédito hipotecário, assim como a cuidadosa gestão do balanço, incluindo o aumento da utilização das securitizações.

Retail

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Receitas de juros líquidas	4.191	4.108	3.965
Receitas não provenientes de juros	3.571	3.458	3.333
Total receitas	7.762	7.566	7.298
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	1.361	1.317	1.281
– outras	614	621	663
	1.975	1.938	1.944
Reclamações de seguro líquidas	518	488	486
Contribuição antes de perdas por imparidade	5.269	5.140	4.868
Perdas por imparidade	1.196	1.310	1.135
Contribuição	4.073	3.830	3.733
Imputação de custos de Manufacturing	1.603	1.580	1.526
Lucro operacional	2.470	2.250	2.207
	mm£	mm£	mm£
Total do activo da actividade bancária	111,1	107.4	102.9
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto			
– hipotecas	67,3	65.6	61.1
– pessoais	17,3	17.2	17.2
– cartões	8,3	8.1	88.6
– crédito comercial	18,7	16.9	16.3
Depósitos de clientes*	96,5	87.1	79.8
Activos ponderados em função dos riscos	73,3	70.6	73.2

* os depósitos de clientes excluem a bancassurance

2007 Comparativamente com 2006

A divisão de Retail obteve sólidos resultados em 2007, aumentando o lucro operacional em 10%, para 2,470 milhões de libras, como resultado de um bom crescimento do rendimento na banca tanto de consumo como comercial, aliado a um rigoroso controlo de custos e à redução das perdas por imparidade. O rendimento total aumentou 3%, para 7,762 milhões de libras, ao passo que o rendimento líquido de reclamações registou um crescimento de 2%, para 7,244 milhões de libras, e a contribuição de 6% para 4,073 milhões de libras.

Acelerámos a expansão da nossa franquia bancária do consumidor, abrindo mais de 975.000 novas contas correntes particulares em 2007 e mantendo a posição número um conjunta do Grupo no mercado de contas correntes. O RBS e a NatWest continuam a liderar os outros maiores bancos de High Street na Grã-Bretanha em termos de satisfação do cliente. Continuámos a concentrar-nos nas vendas através do canal balcão e acrescentando mais consultores para os clientes nos nossos balcões conseguimos um aumento significativo dos volumes.

O Bancassurance continuou o seu excelente progresso com um crescimento das vendas de 28% para 342 milhões de libras equivalente a prémios anuais, representando uma duplicação das vendas de 2005. Investimos mais na nossa equipa de vendas, terminando o ano com mais de mil gestores de planeamento financeiro.

Na banca comercial, reforçámos a nossa equipa de gestão e melhorámos os processos operacionais, obtendo bons resultados. Durante 2007 devolvemos mais 500 gestores de negócios aos balcões, lançámos produtos adicionais para satisfazer as necessidades do mercado das novas empresas e acrescentámos novas funções para atender as minorias étnicas, as mulheres de negócios e a banca comunitária.

Na nossa actividade de cartões e financiamento directo, mantivemos a tónica nas vendas de cartões de crédito através do canal balcão, onde as novas vendas comerciais subiram 47% em 2006, e continuámos a encarar com precaução as vendas directas. A nossa actividade de atribuição de cartões continuou a aumentar a sua quota de mercado, reforçando a sua posição de líder de mercado com um aumento de 11% das transacções em 2007.

A média dos depósitos de clientes foi 9% superior, impulsionada pelo crescimento acelerado das poupanças pessoais, de 12%, e dos depósitos comerciais de 11%, a par de um modesto crescimento nos saldos de contas correntes. O aumento dos saldos das poupanças beneficiou de um bom nível de vendas de novas contas aos clientes das sucursais, com o NatWest a abrir mais de 1 milhão de novas contas de poupança.

A média dos empréstimos e adiantamentos aumentou 3%, com uma média de crédito hipotecário de 5% e uma média do crédito às empresas de 9%. A actividade hipotecária concentrou-se nos canais balcões onde o crédito líquido foi 14% mais elevado do que no ano anterior. Também tirámos partido de melhores margens no segmento intermediário na última parte do exercício para melhorar os volumes. Os saldos de empréstimos directos diminuíram ao longo do ano enquanto mantivemos a nossa estratégia de concentrar o crédito pessoal não garantido na rentabilidade e não no volume, embora tenhamos continuado a aumentar o crédito através do canal balcão. Após uma diminuição dos saldos dos cartões de crédito no primeiro semestre do exercício, melhorámos o recrutamento e a retenção no segundo semestre.

O rendimento de juros líquido aumentou 2%, para 4.191 milhões de libras, com um acentuado crescimento dos depósitos a contribuir para atenuar o impacto de menores volumes de crédito não garantido e uma média mais baixa dos saldos dos cartões.

A margem de juro líquida baixou modestamente, em sintonia com as orientações anteriores, tendo as margens de poupança sido consistentes com 2006, apesar de um aumento da concorrência pelos depósitos.

O rendimento não proveniente de juros foi de 3.571 milhões de libras, 3% superior ao de 2006, com um crescimento acentuado do rendimento do investimento contrabalançado por níveis mais baixos de crédito directo e menos taxas de conta corrente.

As despesas totais aumentaram 2%, para 3.578 milhões, impulsionadas pelo aumento do investimento nos recursos pessoais, no atendimento ao cliente nos balcões e nas nossas actividades de bancassurance e investimento. Outros custos diminuíram 1%, para 614 milhões de libras.

As perdas por imparidade diminuíram 9% para 1.196 milhões de libras, reflectindo uma evolução favorável das tendências de mora nos cartões de crédito e nos empréstimos pessoais não garantidos. As situações de mora nas hipotecas continuaram a ser reduzidas e mantivemos critérios de crédito conservadores – o rácio médio de empréstimo:valor das hipotecas de retalho foi de 46% em termos globais e 63% nas novas hipotecas subscritas em 2007, tendo a situação evoluído favoravelmente à medida que o ano avançava. A qualidade do crédito às pequenas empresas manteve-se positiva.

2006 comparativamente com 2005

A divisão de Retail obteve um bom desempenho em 2006, alcançando um crescimento de 4% do rendimento total, que atingiu 7.566 milhões de libras. A contribuição antes de perdas por imparidade subiu 6% para 5,140 milhões de libras, a contribuição 3%, para 3,830 milhões, e o lucro operacional 2%, para 2,250 milhões.

Progredimos na banca particular, com um bom crescimento dos produtos de poupança e investimento, combinados com um efectivo controlo de custos e melhorias da qualidade da nossa carteira de crédito. A angariação de cartões de crédito e de crédito pessoal não garantido continua a concentrar-se nos segmentos de menor risco, com uma diminuição da ênfase na aquisição através do marketing directo.

Continuámos a expandir a nossa franquia de clientes, aumentando a base de contas correntes particulares em 232.000, em 2006, como consequência do nosso enfoque continuo na qualidade e no serviço ao cliente. Continuámos a registar a percentagem mais elevada de mudança de contas correntes de clientes de outros bancos e actualmente somos lideres conjuntos no mercado de contas correntes particulares. O RBS é o primeiro e o NatWest o segundo conjuntamente entre os maiores bancos de High Street na Grã-Bretanha em termos de percentagem dos maiores clientes de contas correntes que estão "extremamente satisfeitos" na globalidade.

O rendimento de juros líquido aumentou 4%, para 4.108 milhões de libras, com um crescimento mais acelerado nos depósitos a contribuir para atenuar a diminuição dos volumes de crédito não garantido. A margem de juro líquida melhorou ligeiramente no segundo semestre.

A média dos saldos dos depósitos de clientes foi 9% mais elevada, impulsionada pelos saldos de poupanças particulares, que cresceram 12% e acelarando o crescimento de 7% nos depósitos comerciais. A média do crédito hipotecário subiu 8%, tendo o aumento dos volumes no segundo semestre dado origem a uma quota de mercado de 7% do crédito líquido nesse período. O nosso produto hipotecário de compensação continua a ter um bom desempenho. Para o exercício em termos globais, a média do crédito pessoal não garantido e o crédito por cartões de crédito manteve-se estável, reflectindo a diminuição da procura dos consumidores no RU e a nossa concentração nos negócios de qualidade com os clientes existentes. No segundo semestre, reduzimos ainda mais a nossa actividade no mercado de empréstimos directos, mas os saldos não garantidos dos nossos clientes do RBS e do NatWest estão substancialmente em consonância com o primeiro semestre. A média do crédito às empresas aumentou 5%, reflectindo a nossa atitude de precaução em relação ao crédito.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 4%, para 3.458 milhões de libras. Registou-se um sólido crescimento das nossas actividades de investimentos e banca privada, assim como das taxas de banca comercial, que atenuou o abrandamento do rendimento de seguros relacionado com o crédito pessoal.

Não obstante os investimentos com vista ao crescimento futuro, as despesas totais aumentaram apenas 1%, para 3.518 milhões, ao passo que as despesas directas se mantiveram estáveis em 1.938 milhões de libras. Os encargos com o pessoal aumentaram 3%, para 1.317 milhões de libras, reflectindo o investimento continuo no serviço ao cliente e a expansão das nossas actividades de bancassurance e investimento. Continuámos a obter ganhos de eficiência em resultado da consolidação das nossas actividades de retalho. Outros custos, como as despesas de marketing desceram 6%, para 621 milhões, beneficiando também da consolidação.

As perdas por imparidade aumentaram 15%, para 1.310 milhões, mas no segundo semestre diminuíram. A mudança ano após ano das perdas por imparidade diminuiu de 19% no primeiro semestre para 12% no segundo. As situações de mora nos cartões de crédito estabilizaram e a taxa de aumento das situações de mora do crédito pessoal não garantido continuou a diminuir. As situações de mora hipotecária continuam a ser muito baixas – o rácio médio empréstimo:valor das hipotecas da divisão de Retail foi de 46% em termos globais e 64% sobre as novas hipotecas subscritas em 2006. A qualidade do crédito às pequenas empresas manteve-se estável.

Bancassurance

A carteira de Bancassurance teve um excelente ano, com as vendas a aumentar 56%, para 267 milhões de libras equivalente do prémio anual. O crescimento reflecte o continuo aumento da ênfase no recrutamento de Gestores de Planeamento Financeiro, mais 25%, e nos níveis de produtividade, mais 43%. O aumento das vendas dos investimentos colectivos baseado num bom período de contas de investimentos em investimentos (ISA) e o acentuado aumento das pensões individuais impulsionado pelo A-Day, ajudou a sustentar o rendimento. As vendas de obrigações garantidas também se revelaram especialmente favoráveis e contribuíram para a melhoria significativa de uma nova margem comercial ao longo do período. A gama de produtos foi reforçada em todas as linhas. Os últimos dados sobre a quota de mercado indicam um aumento de 6,6% para 9%. Numa base de valor integrado nas GAAP do RU para os seguros de vida, os contratos de investimento e as empresas de investimento aberto, ajustado para a volatilidade do mercado de investimento, o lucro antes de impostos foi de 78 milhões de libras em comparação com 42 milhões em 2005.

As reclamações líquidas que incluem vencimentos, liquidações e passivo em relação aos titulares das apólices, mantiveram-se estáveis em 488 milhões de libras, comparativamente com 486 milhões de libras em 2005.

Wealth Management

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Receitas de juros líquidas	569	496	439
Receitas não provenientes de juros	459	393	345
Total receitas	1,028	889	784
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	338	299	258
– outras	128	127	125
	466	426	383
Contribuição antes de perdas por imparidade	562	463	401
Perdas por imparidade	4	1	13
Contribuição	558	462	388
Imputação de custos de Manufacturing	145	144	139
Lucro operacional	413	318	249
	mm£	mm£	mm£
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto	10.5	8.8	7.8
Activo de gestão de investimentos – excluindo depósitos	35.1	28.2	25.4
Depósitos de clientes	33.9	28.4	25.4
Activos ponderados em função dos riscos	7.5	6.4	6.0

2007 comparativamente com 2006

A oferta de serviços de serviços de banca privada e investimento pela divisão de Wealth Management continuou a proporcionar um aumento muito acentuado do rendimento em 2007, 16%, para 1.028 milhões de libras. A contribuição aumentou 21%, para 558 milhões de libras, o lucro operacional 30%, para 413 milhões de libras.

Continuámos o programa de expansão regional contínuo do Coutts & Co's no RU, o que nos ajudou a aumentar o número de clientes em 7% e o rendimento em 22%. Fora do RU, o Coutts International foi redenominado como RBS Coutts, para alavancar a força global do Grupo nos mercados da Europa Continental e da Ásia Pacífico e o RBS Coutts manteve o seu ímpeto na região da Ásia Pacífico, conseguindo aumentar o número de clientes em 27% e o rendimento em 51% em termos de dólares dos EUA.

O crescimento dos volumes bancários contribuiu para um aumento de 15% do rendimento de juros líquido, para 569 milhões. A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 13% e a dos depósitos 17%.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 17%, para 459 milhões, reflectindo mais elevadas taxas de gestão de investimentos e as vendas de novos produtos, incluindo novos veículos de investimento especializados em recursos de capital privado e recursos naturais, assim como o crescimento continuo dos novos volumes de negócio subjacentes sobretudo no RU e na Ásia. O activo em gestão aumentou para 35,1 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007, mais 24% do que no ano anterior.

As despesas totais aumentaram 7%, para 611 milhões de libras, com as despesas directas a registar um aumento de 9%, 466 milhões de libras, reflectindo o investimento contínuo no RU e na Europa Continental a par de uma expansão significativa da nossa equipa de banqueiros privados na Ásia. O número total de efectivos aumentou 12%.

2006 comparativamente com 2005

A divisão de Wealth Management obteve um elevado crescimento, com o rendimento total a aumentar 13%, para 889 milhões de libras. A contribuição aumentou 19%, para 462 milhões de libras, e o lucro operacional 28%, para 318 milhões de libras.

A oferta de serviços de banca privada e investimento pelo sector de Wealth Management proporcionou um robusto crescimento do rendimento orgânico em 2006. O nosso investimento contínuo no Coutts RU, na Adam & Company e nas nossas actividades offshore ajudou-nos a conseguir um aumento global dos números de clientes de cerca de 5%. Os clientes do Coutts RU aumentaram 9%. Fora do RU, o Coutts International conseguiu recrutar mais banqueiros privados experientes na região Ásia-Pacífico. Aumentámos o número de clientes na região em 13% e o rendimento em 24%.

O crescimento dos lucros bancários contribuiu para um aumento de 13% do rendimento de juros líquido, para 496 milhões de libras. A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 14% e dos depósitos 10%, com a margem de juro líquida a manter-se próximo dos níveis de 2005.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 14%, para 393 milhões de libras, reflectindo taxas de gestão de investimentos e taxas de desempenhos mais elevadas, assim como um crescimento significativo dos volumes de novos negócios, sobretudo no RU. O activo em gestão aumentou 11%, para 28,2 mil milhões de libras no fim do ano.

As despesas totais aumentaram 9%, para 570 milhões de libras. Num mercado de recrutamento altamente competitivo, o número de efectivos aumentou 7%, reflectindo o nosso investimento contínuo no RU e uma maior expansão na Ásia.

As perdas por imparidade regressaram aos níveis históricos, após uma série de elementos específicos nos anos anteriores.

Ulster Bank

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Receitas de juros líquidas	979	873	759
Receitas não provenientes de juros	318	252	244
Total receitas	1.297	1.125	1003
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	302	254	217
– outras	159	131	122
	461	385	339
Contribuição antes de perdas por imparidade	836	740	664
Perdas por imparidade	104	104	95
Contribuição	732	636	569
Imputação de custos de Manufacturing	219	215	208
Lucro operacional	513 m£	421 m£	361 m£
Total do activo	54.8	44.5	37.2
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto			
– hipotecários	18,3	15,0	13,2
– créditos comerciais	24,8	19,6	13,7
– outros	4,0	3,6	2,6
Depósitos de clientes	21,8	18,1	15,9
Activos ponderados em função dos riscos	36,0	29,7	23,8
Taxa de câmbio média – €/£	1,461	1,467	1,463
Taxa de câmbio à vista – €/£	1,361	1,490	1,457

2007 comparativamente com 2006

O Ulster Bank manteve o sucesso na criação da sua actividade bancária particular e empresarial na ilha da Irlanda, com o rendimento total a subir 15%, para 1,297 milhões de libras, a contribuição 15%, para 732 milhões de libras, e o lucro operacional 22%, para 513 milhões de libras. Estes resultados reflectem um sólido aumento das vendas em todas as actividades, impulsionado por uma melhor gama de produtos inovadores e a expansão da rede de distribuição.

O rendimento de juros líquido aumentou 12%, para 979 milhões de libras, reflectindo um crescimento significativo tanto dos empréstimos como dos depósitos. A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 24%, com especial ênfase no crédito às empresas, em que se registou um aumento do spread de 29% numa variedade de sectores industriais. A nossa carteira hipotecária também registou um crescimento muito positivo em 2007, não obstante o abrandamento do mercado da habitação, com saldos médios 17% mais elevados. Fomos especialmente bem sucedidos na atracção de *remortgagers*, com o nosso pacote Switcher. O mesmo se pode dizer em relação ao mercado de mudança de contas correntes, em que angariámos 100 mil novos clientes de contas correntes durante o exercício.

Este facto, conjuntamente com o lançamento de novos produtos, como as contas de poupança eSavings Account e Reward Reserve, contribuiu para um aumento de 17% da média dos depósitos de clientes. A margem de juro líquida diminuiu, reflectindo uma conjuntura de mercado mais competitiva e o aumento dos custos de financiamento.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 26%, para 318 milhões de libras, impulsionado pelos elevados desempenhos nos sectores de Corporate Markets e cartões de crédito. Lançámos com sucesso a nossa nova actividade de Wealth durante o exercício.

As despesas totais aumentaram 13%, para 680 milhões de libras, enquanto continuávamos o nosso programa de investimento para fazer face ao futuro crescimento do negócio. Continuámos a expandir a nossa implantação de balcões e centros de negócio e recrutámos mais pessoal para o atendimento dos clientes, especialmente na divisão de Corporate Markets.

Apesar de condições do mercado menos favoráveis, as tendências de mora não registaram qualquer deterioração em 2007 e as perdas por imparidade mantiveram-se estáveis em 104 milhões de libras.

2006 comparativamente com 2005

O Ulster Bank alcançou um grande progresso na banca tanto pessoal como empresarial na República da Irlanda e no Norte da Irlanda, com o rendimento total a subir 12%, para 1.125 milhões de libras. A contribuição aumentou 12%, para 636 milhões de libras, e o lucro operacional 17%, para 421 milhões de libras.

O rendimento de juros líquido aumentou 15%, para 873 milhões de libras, reflectindo um bom crescimento, tanto nos empréstimos como nos depósitos de clientes, A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 28% e dos depósitos de clientes 15%. Um dos principais enfoques durante 2006 foi a expansão da nossa franquia bancária empresarial, tendo conseguido aumentar o número de clientes empresariais em 7% na Republica da Irlanda e na Irlanda do Norte. Isto contribuiu para um sólido crescimento tanto do crédito empresarial, em que a média dos empréstimos e adiantamentos aumentou 32%, como nos depósitos, com o Ulster Bank a conquistar uma quota de novas contas correntes comerciais muito para além da sua quota de mercado histórica, sobretudo na República da Irlanda. Os saldos médios hipotecários aumentaram 26%, embora a taxa de crescimento tenha sido mais lenta no segundo semestre, em que se observaram sinais de um ritmo de expansão mais controlado no mercado hipotecário. A alteração do mix comercial resultante do acentuado crescimento do crédito e das hipotecas empresariais, a par de algumas pressões competitivas, estiveram na origem de uma modesta redução da margem de juro líquida no primeiro semestre, com a margem a estabilizar no segundo semestre.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 3%, para 252 milhões de libras. O Ulster Bank conseguiu um bom crescimento das taxas de cartões de crédito e multibanco, bem como da vendas de produtos de investimento, que só foi parcialmente compensado com a introdução da nova gama de contas correntes do Ulster Bank, que estão isentas de taxas de transacção.

As despesas totais aumentaram 10%, para 600 milhões de libras, à medida que continuámos o nosso programa de investimento para sustentar o futuro crescimento da empresa. Recrutámos mais pessoal para o atendimento ao cliente, sobretudo na banca empresarial, abrimos três novos centros de negócios e continuámos o nosso programa de melhoria de balcões. No final de 2006, 70% dos balcões do Ulster Bank tinham sido actualizados.

Durante 2006 concluímos com sucesso a migração dos nossos sistemas centrais para o modelo de Manufacturing do Grupo RBS e, como consequência, agora temos acesso a toda a gama de produtos RBS.

A conjuntura do crédito mantém-se benigna e as perdas por imparidade aumentaram 9 milhões, para 104 milhões de libras, em consonância com o crescimento do crédito.

Citizens

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Receitas de juros líquidas	1.975	873	759
Receitas não provenientes de juros	1.147	252	244
Total receitas	3.122	1.125	1003
Despesas directas			
– encargos com o pessoal	741	254	217
– outras	717	131	122
	1.458	385	339
Contribuição	1.664	636	569
Imputação de custos de Manufacturing	341	215	208
Lucro operacional	1.323	421	361
	mUSD	mUSD	mUSD
Total do activo	161.1	162.2	158.8
Empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto			
– hipotecas	19,1	18.6	18.8
– empréstimo sobre o valor líquido da propriedade	35,9	34.5	31.8
– outros créditos ao consumo	21,7	23.2	24.8
– corporate e comercial	37,6	32.7	29.2
Depósitos de clientes	115,0	106.8	106.3
Depósitos de clientes (excluindo financiamentos no mercado grossista)	105,0	101.8	105.2
Activos ponderados em função dos riscos	114,4	113.1	106.4
Taxa de câmbio média – US$/£	2.001	1.844	1.820
Taxa de câmbio à vista – US$/£	2.004	1.965	1.721

2007 comparativamente com 2006

No contexto da degradação das condições do mercado da habitação e do crédito, a franquia do Citizens demonstrou resistência em 2007, com um desempenho especialmente positivo na banca empresarial e comercial. O modesto crescimento das margens de juro líquidas e o acentuado aumento das taxas em vários produtos, elevaram o rendimento em 2%, para 6,249 milhões de dólares, o que, associado ao rigoroso controlo de custos, teve como resultado uma contribuição antes de perdas por imparidade a crescer 2%, para 3.329 milhões de dólares. No entanto, as perdas por imparidade aumentaram 0,31% dos empréstimos e adiantamentos para 0.60%, resultando numa diminuição do lucro operacional de 9%, para 2,647 milhões. Em termos de libras esterlinas, o rendimento total diminuiu 6%, para 3.122 milhões de libras, e o lucro operacional, 16%, para 1,323 milhões de libras.

O rendimento de juros líquido aumentou 3%, para 3,954 milhões de libras. A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 4%, com um elevado crescimento do crédito empresarial e comercial, de 13%, tendo sido dada uma grande atenção ao nosso apetite pelo risco à luz das condições prevalecentes no mercado. A média dos depósitos de clientes aumentou 1%, mas as margens de depósito diminuíram devido à competição pelos preços dos depósitos e à migração contínua das contas de verificação de baixo custo e das poupanças líquidas para produtos de custo mais elevado. Não obstante esta migração, a margem de juro líquida do Citizens aumentou ligeiramente, para 2,80% em 2007, comparativamente com 2,72% em 2006, graças, em parte, a melhores spreads de crédito na última parte do exercício.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 1%, para 2.295 milhões de dólares. As taxas comerciais e empresariais aumentaram acentuadamente, com bons resultados sobretudo nos câmbios, derivados de taxas de juro e gestão de caixa, impulsionados pelo aumento da cooperação com a divisão RBS Corporate Markets. Também se alcançaram bons progressos na emissão de cartões de crédito, onde aumentámos a nossa base de clientes em 20%, e na actividade de *merchant acquiring*, em que o RBS Lynk conseguiu um crescimento significativo, processando mais 30% de transações do que em 2006 e expandido a sua *merchant base* em 5%.

Em resposta a uma conjuntura de mercado mais difícil, o Citizens intensificou a disciplina de custos, com uma redução do número de efectivos a contribuir para limitar o crescimento das despesas totais a 2%, não obstante as melhorias de infra-estruturas e processos, bem como o investimento contínuo em oportunidades de crescimento, incluindo banca semi-empresarial, cartões de débito sem contacto e *merchant acquiring*.

O aumento das perdas e da provisões provocou um agravamento dos custos de imparidade, de 333 milhões de dólares em 2006 para 682 milhões de dólares em 2007. Num contexto de abrandamento da actividade económica, a carteira do Citizens está a ter um bom desempenho, embora tenhamos sofrido uma inversão a partir dos níveis de imparidade muito baixos observados nos últimos anos, o que reflecte tanto a expansão programada da nossa carteira de empréstimos comerciais como o impacto do mercado da habitação. Também se verificou um aumento das reservas. As classificações FICO médias das nossas carteiras de consumidores, incluindo as linhas de crédito à habitação, continuam a ser superior a 700, com 97% do crédito garantido. Os rácios médios, empréstimo:valor no final de 2007 eram 58% na nossa carteira de hipotecas residenciais e 74% na nossa carteira de capital próprio a nível nacional.

2006 comparativamente com 2005

O Citizens registou um aumento do seu rendimento total de 3%, para 6,115 milhões de dólares, e o seu lucro operacional de 2%, para 2,917 milhões de dólares. Em termos de libras esterlinas o rendimento total do Citizens aumentou 2%, para 3,317 milhões de libras, ao passo que o seu lucro operacional aumentou ligeiramente para 1,582 milhões de libras.

Conseguimos um bom crescimento dos volumes de crédito, com a média dos empréstimos e adiantamento a clientes a crescer 10%, no crédito às empresas, a média dos empréstimos excluindo as locações financeiras a aumentar 15%, reflectindo o sucesso do Citizens na atracção de novos clientes semi-empresariais e no aumento do seu número total de clientes comerciais em 4%, para 467.000. No crédito pessoal, o Citizens aumentou a média do crédito hipotecário e do crédito à habitação em 14%, embora o mercado hipotecário tenha sofrido um abrandamento no segundo semestre. A média das dívidas dos cartões de crédito a receber, embora se tenha mantido relativamente baixa, aumentou 19%.

Aumentámos a média dos depósitos dos clientes 4%, embora os saldos à vista no final de 2006 tivessem mudado pouco em relação ao fim de 2005. À medida que as taxas de juro continuavam a aumentar e a curva de rendimento nos EUA se invertia, assistimos à migração dos depósitos de cheques a baixo custo e das poupanças líquidas para depósitos a prazo a custo mais elevado. Esta migração é a principal razão para o declínio da margem de juro líquida do Citizens para 2,72% em 2006, comparativamente com 3,00% em 2005. A descida abrandou ao longo do exercício, com uma margem de juro líquida no segundo semestre 6 pontos base inferior à do primeiro. As margens de juro líquidas inferiores mais do que contrabalançaram o benefício da média mais elevada dos empréstimos e depósitos, deixando o rendimento de juros líquido marginalmente inferior, i,.e. 3.844 milhões de dólares.

O rendimento não proveniente de juros aumentou 9%, para 2.271 milhões de dólares. As taxas comerciais e empresariais aumentaram substancialmente, com bons resultados especialmente nas taxas de câmbio, nos derivados de taxas de juro e na gestão de caixa, beneficiando de uma maior actividade com a Corporate Markets. Verificaram-se bons progressos nos cartões de débito, em que a emissão foi impulsionada pelo lançamento, em Setembro, do nosso programa "Everyday Rewards". O Citizens também se tornou o principal emitente, nos EUA, dos cartões de débito sem contacto Paypass™ com 3,65 milhões de cartões emitidos. Os nossos clientes de cartões de crédito aumentaram 20% e o RBS Lynk, o nosso sector de *merchant acquiring*, também registou um crescimento significativo, processando mais 40% de transacções do que em 2005 e expandindo a sua *merchant base* em 11%.

O rigoroso controlo dos custos e uma redução de 5% do número de efectivos limitaram o aumento das despesas totais a apenas 1%, apesar do investimento contínuo em oportunidades de crescimento, como a banca semi-empresarial, os cartões de débito sem contacto, as aquisições comerciais (merchant acquiring) e banca de supermercados.

O Citizens continuou a expandir a sua rede de balcões. A parceria com os supermercados Stop & Shop ajudou-nos a expandir a nossa franquia de banca para os supermercados em Nova Iorque e em Outubro anunciámos a compra do GreatBanc, Inc. reforçando a nossa posição no mercado de Chicago e elevando-nos à categoria de 4º maior banco na zona de Chicago, com base nos depósitos. A aquisição ficou concluída em Fevereiro de 2007.

As perdas por imparidade totalizaram 333 milhões de dólares, representando apenas 0,31% dos empréstimos e adiantamentos a clientes e ilustrando a qualidade superior da nossa carteira. A qualidade de crédito sólida subjacente permaneceu inalterada à medida que a nossa carteira crescia, com os elementos de risco no crédito e nos empréstimos problemáticos a representar 0,32% dos empréstimos e dos adiantamentos, o mesmo nível que em 2005. O nosso crédito ao consumo destina-se a clientes de primeira classe com pontuações FICO médias nas nossas carteiras, incluindo linhas de crédito de capital próprio para habitação, superiores a 700, e 95% dos empréstimos estão garantidos.

RBS Insurance

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Prémios recebidos	5.607	5.713	5.641
Quota-parte de resseguradoras	(220)	(212)	(246)
Receitas de prémios de seguro	5.387	5.501	5.395
Taxas e comissões líquidas	(465)	(486)	(449)
Outros rendimentos	734	664	543
Total rendimento	5.656	5.679	5.489
Despesas directas			
– Despesas com o pessoal	297	319	316
– Outras	447	426	411
	744	745	727
Reclamações de seguro – valor bruto	4.091	4.030	3.903
Quota-parte de resseguradoras	(81)	(60)	(76)
Reclamações – valor líquido	4.010	3.970	3.827
Contribuição	902	964	935
Imputação de custos de Manufacturing	219	215	208
	683	749	727
Apólices em vigor (000's)			
– Automóvel marca própria	*6.713*	*6.790*	*6.580*
– Não automóvel marca própria (habitação, salvamento, animais domésticos, HR24)	*3.752*	*3.759*	*3.762*
– Parcerias e mediadores (automóvel, habitação, salvamento, PME, animais domésticos, HR24)	*9.302*	*11.242*	*11.317*
Reservas de seguros gerais – total (m£)	8.192	8.068	7.776

2007 comparativamente com 2006

Em 2007 o RBS Insurance alcançou bons progressos nos mercados competitivos. O rendimento total manteve-se em 5.656 milhões de libras, na linha dos níveis de 2006, com o crescimento nas actividades de marca própria contrabalançado por uma diminuição nas parcerias.

O lucro operacional diminuiu 9%, para 683 milhões de libras, reflectindo o impacto das graves inundações ocorridas em Junho e Julho. Excluindo o impacto de 274 milhões de libras das inundações, a contribuição cresceu 22% e o lucro operacional 28%, baseado numa firme gestão das reclamações e nos benefícios de uma melhor selecção dos riscos neste e em anos anteriores. Continuámos a concentrar-nos na subscrição selectiva de negócios mais rentáveis.

As nossas actividades de marca própria tiveram um bom desempenho, com o rendimento a aumentar 1% e a contribuição 4%. Excluindo o impacto das inundações, a contribuição da marca própria aumentou 24%. No mercado dos seguros automóvel no RU, prosseguimos uma estratégia de direccionamento para os condutores de mais baixo risco e aumentámos as taxas de prémio para compensar a inflação das reclamações, melhorando a rentabilidade através da implementação de maiores aumentos de preços nas categorias de mais elevado risco. As nossas actividades internacionais tiveram um bom desempenho, com a Espanha a apresentar um elevado aumento dos lucros e, de acordo com o plano, as nossas actividades na Alemanha e na Itália também conseguiram rentabilidade em 2007. O seguro habitação cresceu em todas as nossas marcas próprias no segundo semestre e conseguimos um sucesso especial na distribuição de apólices de seguro habitação através dos nossos balcões bancários, com uma subida das vendas de 40%.

Nas nossas parcerias e negócio de mediação, fornecendo serviços de subscrição e processamento a terceiros, concentrámo-nos em oportunidades mais rentáveis e, consequentemente, não renovámos uma série de grandes contratos de salvamento. Também nos retirámos de alguns segmentos menos rentáveis do mercado de mediação. O resultado foi uma redução de 17% das apólices em vigor, mas o rendimento diminuiu apenas 2%. A contribuição das parcerias e dos mediadores baixou 22% devido a reclamações relacionadas com as inundações. Excluindo o impacto das inundações, a contribuição das parcerias e dos mediadores aumentou 18%

Para o RBS Insurance em termos globais, o rendimento dos prémios de seguro, líquido de taxas e comissões, foi 2% inferior, com 4.922 milhões de libras, reflectindo um modesto crescimento das nossas marcas próprias, contrabalançado por uma diminuição de 5% no segmento das parcerias e dos mediadores. Os outros rendimentos aumentaram 11%, para 734 milhões de libras, reflectindo um aumento do investimento.

As despesas totais mantiveram-se estáveis em 963 milhões de libras. Nesta rubrica, os encargos com o pessoal diminuíram 7%, reflectindo o nosso contínuo enfoque na melhoria da eficiência, mas mantendo os níveis de serviço. O agravamento de 5% dos custos não relacionados com o pessoal reflecte o aumento do investimento em marketing nas nossas próprias marcas.

As reclamações líquidas aumentaram 1%, para 4,010 milhões de libras. As reclamações brutas relacionadas com as inundações em Junho e Julho custaram mais de 330 milhões de libras, com um impacto líquido, após dedução da comparticipação nos lucros e dos resseguros, de 274 milhões de libras. Excluindo o impacto das inundações, os custos das reclamações líquidas baixaram 7%. Na carteira dos seguros automóvel, embora a média dos custos das reclamações tenha continuado a aumentar, foi amenizada por melhorias na selecções dos riscos e de gestão, assim como pela continuação das eficiências no processamento das reclamações. O rácio operacional combinado do RU para 2007, incluindo os custos de Manufacturing, aumentou para 98,0%, reflectindo um rácio de perdas mais elevado e a redução do rendimento das parcerias. Excluindo o impacto das inundações, o rácio operacional combinado foi de 91,9%.

2006 comparativamente com 2005

O RBS Insurance aumentou o rendimento total em 3%, para 5.679 milhões de libras, e a contribuição também registou um acréscimo de 3%, para 964 milhões de libras, e o lucro operacional cresceu a mesma percentagem, para 749 milhões de libras.

Conseguimos um crescimento global das apólices de 1% nas nossas actividades, incluindo um progresso excelente nas actividades na Europa. O nosso consórcio em Espanha aumentou os números de apólices em 14%, para 1,34 milhões.

No RU aumentámos a nossa carteira do ramo automóvel de marca própria em 3%, concentrando-nos em clientes mais rentáveis adquiridos através das nossas marcas directas, com obtenção de bons resultados através do canal internet, que representou metade de todas as novas apólices de seguros de marca própria no ano passado.

Implementámos aumentos de preço do seguro automóvel no segundo semestre do exercício e a média das taxas de prémio do seguro automóvel no mercado aumentou no 4º trimestre. No entanto, as taxas de prémios mais elevadas vão levar tempo a entrar no rendimento e a competição nos preços continua a ser intensa.

As nossas apólices de linhas de seguro pessoais não automóvel de marca própria mantiveram-se estáveis, apesar de um progresso especialmente o Tesco Personal Finance. As PMEs também conseguiram um bom desempenho com as apólices vendidas através da nossa actividade intermediária a crescer 10%.

Contudo, algumas das nossas carteiras de parceria continuam a envelhecer e não renovámos uma série de outras parcerias. Como tal o número de apólices de parceria em vigor diminuiu 1%.

O rendimento dos prémios de seguro aumentou 2%, para 5.501 milhões de libras, reflectindo um aumento global modesto do número total de apólices em vigor.

As taxas e comissões líquidas a pagar aumentaram 8%, para 486 milhões de libras e os outros rendimentos aumentaram 22%, para 664 milhões de libras, reflectindo um aumento do investimento.

As despesas totais aumentaram 3%, para 960 milhões de libras. Uma boa disciplina de custos manteve as despesas directas em 745 milhões de libras, mais 2%. Os encargos com pessoal aumentaram 1%, reflectindo melhorias de eficiência apesar do investimento contínuo nos níveis de serviço. O agravamento de 4% nos custos não relacionados com o pessoal incluiu o aumento das despesas de marketing para corresponder ao crescimento na Europa Continental.

As reclamações líquidas aumentaram 4%, para 3.970 milhões de libras. A envolvente das conjuntura das reclamações do seguro habitação manteve-se benigna, enquanto que os aumentos subjacentes dos custos das reclamações médios do seguro automóvel foram parcialmente compensados pelas eficiências de compra e melhorias na gestão de riscos.

O rácio operacional combinado do RU para 2006, incluindo os custos de Manufacturing, foi de 94,6%, comparativamente com 93,4% em 2005, reflectindo um rácio de perdas mais elevado e a descontinuação de algumas parcerias.

Manufacturing

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Custos de pessoal	763	762	724
Outros custos	2.151	2.110	2.52
Total custos de Manufacturing	2.914	2.872	2.776
Imputados às divisões	(2.914)	(2.872)	(2.776)
	—	—	—
Análise dos custos de Manufacturing:			
Tecnologia do Grupo	984	974	959
Património do Grupo	962	932	857
Apoio ao cliente e outras operações	968	966	960
Total custos de Manufacturing	2.914	2.872	2.776

2007 comparativamente com 2006

Os custos de Manufacturing aumentaram 1%, para 2.914 milhões de libras, à medida que novas melhorias de produtividade nos permitiram sustentar o crescimento dos volumes de negócio e manter elevados níveis de satisfação dos clientes continuando ao mesmo tempo a investir na continuação do desenvolvimento da nossa actividade. Os custos de pessoal mantiveram-se estáveis, dado que a inflação salarial foi compensada por uma redução do número de efectivos nas Operações, resultante de eficiências do processo. Outros custos aumentaram 2%, reflectindo o investimento imobiliário e o crescimento contínuo dos volumes de transacções processadas.

Os custos de Tecnologia do Grupo foram mantidos sob um estrito controlo, aumentando apenas 1%, para 984 milhões de libras, uma vez que as melhorias significativas de produtividade foram equilibradas pelo investimento em desenvolvimento de software.

Os custos imobiliários do Grupo aumentaram 3%, para 962 milhões de libras, reflectindo a renovação e expansão da rede do Ulster Bank e a continuação do investimento para corresponder ao elevado crescimento da nossa actividade na Europa e na Ásia, incluindo a abertura de uma nova sucursal de Corporate Markets em Paris e a continuação do desenvolvimento da nossa carteira de estabelecimentos na Índia e em Singapura.

Os custos do Apoio ao Cliente e outras operações mantiveram-se em grande medida estáveis, com 968 milhões de libras e novas melhorias significativas de produtividade que nos permitiram continuar a absorver aumentos significativos dos volumes de serviço. Ao mesmo tempo, mantivemos a tónica na qualidade do serviço e os nossos centros de chamadas instalados no RU continuaram a registar as melhores classificações de satisfação dos clientes no mercado. O nosso investimento em reengenharia de processos nos centros operacionais sob a bandeira do 'Work-Out' (formação) deverá proporcionar novas melhorias de eficiência.

2006 comparativamente com 2005

Os custos de Manufacturing aumentaram 3%, para 2.872 milhões de libras, beneficiando do investimento em programas de eficiência, sustentando o crescimento da actividade e mantendo elevados níveis de satisfação dos clientes. Os custos de pessoal aumentaram 5%, com os aumentos da Tecnologia do Grupo parcialmente compensados por uma diminuição do número de efectivos nas Operações.

Os custos Tecnologia do Grupo foram 2% mais elevados, cifrando-se em 974 milhões de libras, com melhorias significativas da produtividade equilibradas pelo investimento em desenvolvimento de software. No maior projecto de integração levado a cabo desde o NatWest, inserimos o Ulster Bank na plataforma de tecnologia RBS.

Os custos relativos aos bens imóveis do Grupo aumentaram 9%, para 932 milhões de libras, reflectindo a continuação do nosso programa de melhoria de balcões e o investimento contínuo em grandes centros operacionais, incluindo Manchester, Birmingham e Glasgow.

O Apoio ao Cliente e outras operações mantiveram os custos virtualmente estáveis, em 966 milhões de libras, e tal como a rubrica de Tecnologia de Grupo, conseguiram melhorias significativas de produtividade. Ao mesmo tempo, mantivemos o nosso enfoque na qualidade do serviço e os nossos centros de chamadas instalados no RU continuaram a registar níveis de satisfação do cliente líderes no mercado. O investimento nas políticas de 'lean manufacturing' nos nossos centros operacionais deverá proporcionar novas melhorias de eficiência.

Rubricas centrais

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Custos de financiamento e custos gerais	145	862	950
Custos dos departamentos e outros custos	461	442	402
	606	11.304	1.352
Imputação dos custos de Manufacturing	146	143	140
Total Rubricas centrais	752	1.447	1.492

2007 comparativamente com 2006

Os custos centrais foram substancialmente mais baixos reflectindo, em parte, os ganhos realizados com uma série de alienações programadas que faziam parte das medidas de financiamento do Grupo para a aquisição do ABN AMRO. Estes ganhos contribuíram para uma redução de 717 milhões de libras nos custos de financiamento e gerais, que também beneficiou de uma redução de 152 milhões de libras do valor contabilístico da nossa própria dívida registada ao justo valo, e o recebimento de um dividendo relativo ao nosso investimento no Banco da China. Estes benefícios foram parcialmente contrabalançados por pagamentos de goodwill no montante de 119 milhões de libras relativamente às taxas de administração de conta corrente. Excluindo os ganhos realizados no total 475 milhões de libras, os custos de financiamento e gerais cifraram-se em 620 milhões de libras, menos 28% do que em 2006.

Os custos dos departamentos e outros aumentaram 4%, para 461 milhões de libras, reflectindo, em grande medida, a centralização de certas funções e o aumento dos requisitos regulamentares.

2006 comparativamente com 2005

O valor total das rubricas centrais diminuiu 3%, para 1.447 milhões de libras.

Os custos de financiamento e gerais foram 9% mais baixos, com 862 milhões de libras, reflectindo, em grande parte, uma redução ano após ano de 41 milhões de libras na volatilidade relacionada com as IFRS. O Grupo faz a cobertura dos seus riscos económicos e a volatilidade atribuível aos derivados das coberturas económicas que não cumprem os critérios das IFRS para as contabilização das coberturas é transferido para a função de tesouraria central do Grupo.

Os custos dos departamentos e outros custos subiram 10%, para 442 milhões de libras devido principalmente aos custos adicionais das pensões e aos custos de securitização.

Número de trabalhadores em 31 de Dezembro (equivalentes a tempo inteiro arredondados até à centena mais próxima)

	2007	2006	2005
Global Banking & Markets	10.300	8.600	7.400
UK Corporate Banking	9.500	8.800	8.400
Retail	37.500	38.900	39.600
Wealth Management	5.000	4.500	4.200
Ulster Bank	6.400	5.600	5.100
Citizens	22.500	23.100	24.400
RBS Insurance	17.300	17.500	19.300
Manufacturing	25.200	25.400	26.100
Central Items	2.900	2.600	2.500
	136.600	135.000	137.000
RFS Holdings	89.800	--	--
Total Grupo	226.400	135.000	137.000

2007 comparativamente com 2006

Excluindo o ABN AMRO, o número de trabalhadores em 31 de Dezembro de 2007 atingiu 136.600, o que significa um aumento de 1 600 em comparação com o ano anterior.

A aquisição do ABN AMRO pela RFS Holdings acrescentou 89.800 efectivos ao número total do Grupo em 31 de Dezembro de 2007. Oportunamente este número irá diminuir à medida que as unidades empresariais forem transferidas para os outros Bancos do Consórcio.

2006 comparativamente com 2005

O número de trabalhadores em 31 de Dezembro de 2006 era 135.000, o que traduz uma redução de 2.000 em relação ao ano anterior.

Balanço consolidado
em 31 de Dezembro de 2007

	2007 m£	2006 m£
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.866	6.121
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis	18.229	5.491
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	219.460	82.606
Empréstimos e adiantamentos a clientes	829.250	466.893
Títulos de dívida	276.427	127.251
Acções	53.026	13.504
Saldos de compensação	16.589	7.425
Derivados	337.410	116.681
Imobilizações incorpóreas	48.492	18.904
Imobilizações corpóreas	18.750	18.420
Contas de regularização do activo	19.066	8.136
Activo dos grupos para alienação	45.954	—
Total do activo	1.900.519	871.432
Passivo		
Depósitos de bancos		
Contas de clientes	312.633	132.143
Títulos de dívida emitidos	682.365	384.222
Saldos de compensação e posições curtas	273.615	85.963
Derivados	91.021	49.476
Contas de regularização do activo	332.060	118.112
Obrigações relativas a benefícios de reforma	34.024	15.660
Impostos diferidos	496	1.992
Seguros a pagar	5.510	3.264
Passivo subordinado	10.162	7.456
Passivo incluído nos grupos para alienações	37.979	27.654
	29.228	—
Total passivo	1.809.093	825.942
Participações minoritárias	38.388	5.263
Capital próprio	53.038	40.227
Total capital próprio	91.426	45.490
Total passivo e capital próprio	1.900.519	871.432
Análise dos acordos de recompra incluídos acima		
Acordos de recompra e empréstimos de capital obtidos		
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	175.941	54.152
Empréstimos e adiantamentos a clientes	142.357	62.908
	318.298	117.060
Acordos de recompra e empréstimos de capital concedidos		
Depósitos de bancos	163.038	76.376
Contas de clientes	134.916	63.984
	297.954	140.360

Resumo do balanço consolidado

O total do activo de 1.900,5 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 representa um aumento de 1.029,1 mil milhões de libras em comparação com 31 de Dezembro de 2006, dos quais 774,2 mil milhões de libras estão relacionados com a aquisição do ABN AMRO. Excluindo o ABN AMRO, o valor total do activo total aumentou 254,9 mil milhões de libras, 29%, para 1.126.3 mil milhões de libras, reflectindo em grande parte um aumento do activo de derivados, que foi acompanhado de um acréscimo correspondente do passivo de derivados e do financiamento garantido através de operações de reverse repos e do crescimento do crédito em todas as divisões.

Os títulos do tesouro e outros títulos elegíveis aumentaram 12,7 mil milhões de libras, para 18,2 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, os títulos do tesouro e outros títulos elegíveis aumentaram 11,0 mil milhões de libras, para 16,5 mil milhões de libras devido a um incremento da actividade de negociação de instrumentos financeiros.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos aumentaram 136,9 mil milhões de libras, para 219.5 mil milhões de libras, com um incremento das operações de reverse repos e dos empréstimos de capital obtidos de 121,8 mil milhões de libras, para 175,9 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, os empréstimos e adiantamentos a bancos registaram um acréscimo de 14,8 mil milhões de libras, 18%, para 97,4 mil milhões de libras, sendo que as operações de reverse repos aumentaram 13,5 mil milhões de libras, 25%, para 67,6 mil milhões de libras e as aplicações em bancos, 1,3 mil milhões de libras, 5%, para 29,8 mil milhões de libras.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 362,4 mil milhões de libras, para 829,3 mil milhões de libras. Nesta rubrica as operações de reverse repos aumentaram 79,4 mil milhões de libras, para 142,4 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 76,9 mil milhões de libras, 16%, para 543,8 mil milhões de libras, com as operações de reverse repos a aumentar 16,1 mil milhões de libras, 26%, para 79,1 mil milhões de libras. Excluindo as operações de reverse repos, o crédito aumentou 60,8 mil milhões de libras, 15%, para 464,7 mil milhões de libras, reflectindo o crescimento em todas as divisões.

Os títulos de dívida aumentaram 149,2 mil milhões de libras, para 276,4 mil milhões, dos quais 121,8 mil milhões estão relacionados com a aquisição do ABN AMRO. Excluindo o ABN AMRO, os títulos de dívida aumentaram 27,4 mil milhões de libras, 22%, para 154,6 mil milhões de libras, devido principalmente ao aumento das participações da carteira de negociação na divisão de Corporate Markets.

As acções de capital aumentaram 39,5 mil milhões de libras, para 53,0 mil milhões de libras, reflectindo principalmente a aquisição do ABN AMRO, parcialmente contrabalançada por uma redução de 0,8 mil milhões de libras do valor da participação no Banco da China.

As imobilizações incorpóreas registaram um incremento de 29,6 mil milhões de libras, para 48,5 mil milhões de libras, devido à aquisição do ABN AMRO, e representaram um goodwill de 24,5 mil milhões de libras e outras imobilizações incorpóreas de 5,1 mil milhões de libras.

As imobilizações corpóreas aumentaram 0,3 mil milhões de libras, 2%, para 18,8 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, as imobilizações corpóreas baixaram 1,9 mil milhões de libras, 10%, para 16,6 mil milhões, principalmente devido à venda de bens de investimento do Canary Wharf e às transacções de venda seguida de locação no RU e nos EUA.

Os saldos de compensação aumentaram 9,2 mil milhões de libras, para 16,6 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, os saldos de compensação baixaram 2,1 mil milhões de libras, 28%, para 5,3 mil milhões, devido à redução da actividade dos clientes.

Os derivados, o activo e o passivo, aumentaram, reflectindo a aquisição do ABN AMRO, o acréscimo dos volumes de negociação e os efeitos dos movimentos das taxas de juro e de câmbio nas actuais condições do mercado.

As contas de regularização do activo aumentaram 10,9 mil milhões de libras, para 19,1 mil milhões de libras, reflectindo principalmente a aquisição do ABN AMRO.

O activo e o passivo dos Grupos para alienação compreendem as unidades empresariais do ABN AMRO que foram adquiridas exclusivamente com vista à alienação, incluindo o Banca Antonveneta e as divisões de Asset Management e Private Equity.

Os depósitos de bancos aumentaram 180,5 mil milhões de libras, para 312,6 mil milhões de libras, tendo os acordos de recompra e os empréstimos de capital concedidos ("repos") registado um acréscimo de 86,7 mil milhões de libras, para 163 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, os depósitos de bancos aumentaram 10,7 mil milhões de libras , 8%, para 142,8 mil milhões de libras. Os depósitos interbancários aumentaram 11,9 mil milhões de libras, 21%, com 67,7 mil milhões de libras, parcialmente contrabalançados por uma redução das operações de repos de 1,2 mil milhões, 2%, para 75,1 mil milhões de libras.

As contas de clientes aumentaram 298,1 mil milhões de libras, para 682,4 mil milhões de libras, com as operações de repos a aumentar 70,9 mil milhões de libras, para 134,9 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, as contas de clientes aumentaram 57,8 mil milhões de libras, 15%, para 442,1 mil milhões de libras, e as operações de repos aumentaram 11,0 mil milhões de libras, 17%, para 75,0 mil milhões de libras. Excluindo as operações de repos, os depósitos aumentaram 46,8 mil milhões de libras, 15%, para 367,1 mil milhões de libras, com um bom crescimento em todas as divisões.

Os títulos de dívida em emissão aumentaram 187,7 mil milhões de libras, para 273,6 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, o aumento foi de 58,7 mil milhões de libras, 68%, para 144,7 mil milhões de libras.

Os saldos de compensação e posições curtas aumentaram 41,5 mil milhões de libras, para 91,0 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, o aumento dos saldos de compensação e das posições curtas foi de 4,4 mil milhões de libras, 9%, para 53,8 mil milhões de libras, reflectindo o crescimento da actividade de clientes.

As contas de regularização do passivo aumentaram 18,4 mil milhões de libras, para 34,0 mil milhões de libras, reflectindo em grande medida a aquisição do ABN AMRO.

O passivo em impostos diferidos aumentou 2,2 mil milhões de libras, 69%, para 5,5 mil milhões de libras, em grande parte devido à aquisição do ABN AMRO.

O passivo subordinado subiu 10,3 mil milhões de libras, 37%, para 38,0 mil milhões de libras. Excluindo o ABN AMRO, o passivo subordinado manteve-se inalterado, em 27,7 mil milhões de libras. A emissão de 1,0 mil milhões de capital emprestado a prazo fixo e o movimento de 0,7 mil milhões nas taxas cambiais foi compensado pelo resgate de 0,7 mil milhões de capital emprestado a prazo fixo, 0,4 mil milhões de capital emprestado a prazo não fixo e 0,6 mil milhões de libras em acções preferenciais não cumulativas.

As participações minoritárias aumentaram 33,1 mil milhões de libras, para 38,4 mil milhões de libras, reflectindo os 33,8 mil milhões de libras, referentes à aquisição do ABN AMRO, parcialmente contrabalançados por uma redução de 0,4 mil milhões de libras do valor do investimento no Banco da China.

O capital próprio aumentou 12,8 mil milhões de libras, 32%, para 53,0 mil milhões de libras. O lucro do exercício, de 7,6 mil milhões, a emissão de 2,7 mil milhões de libras de capital em acções ordinárias, 3,2 mil milhões de acções preferenciais não cumulativas a taxa fixa e 1,1 mil milhões de outros capitais realizados para financiar o investimento do Grupo no ABN AMRO, para além de outras emissões de 0,4 mil milhões de acções preferenciais não cumulativas a taxa fixa e 0,1 mil milhões de libras de acções ordinárias respeitantes ao exercício das opções de acções, uma diminuição líquida de 1,5 mil milhões de libras após impostos do passivo de pensões do Grupo e 0,4 mil milhões de libras resultantes do efeito das taxas de câmbio foram parcialmente contrabalançados pelo pagamento do dividendo ordinário final de 2006 e do dividendo provisório de 2007, 3,0 mil milhões e dividendos preferenciais de 0,3 mil milhões de libras, 0,5 mil milhões de libras de redução das reservas disponíveis para venda e 0,4 mil milhões de libras de diminuição de reserva para cobertura dos fluxos de caixa.

Fluxos de caixa

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Fluxos de caixa líquidos utilizados em actividades operacionais	25.604	17.441	4.140
Fluxos de caixa líquidos utilizados em actividades de investimento	15.999	6.645	(2.612)
Fluxos de caixa líquidos utilizados em actividades de financiamento,	29.691	(1.516)	(703)
Efeito de alterações das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	6.010	(3.468)	1.703
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	77.304	19.102	2.528

2007

Os principais factores que contribuíram para as entradas de caixas líquidas das actividades operacionais de 25.604 milhões de libras foram o aumento de 28.261 milhões do passivo operacional menos o activo operacional e o lucro antes de impostos de 9.900 milhões de libras, parcialmente contrabalançado pela eliminação das diferenças cambiais de 10.282 milhões de libras e os impostos sobre o rendimento pagos de 2.442 milhões de libras.

A aquisição do ABN AMRO, incluída no investimento líquido em participações em empresas e imobilizações incorpóreas, de 13.640 milhões de libras, foi o principal elemento que deu origem aos fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento de 15.999 milhões de libras, tendo o caixa e equivalentes de caixa adquiridos de 60.093 milhões de libras mais do que compensado o pagamento em dinheiro de 45,856 milhões de libras. As vendas liquidas e os vencimentos dos títulos de 1.987 milhões de libras e as alienações liquidas de imobilizações corpóreas, menos 706 milhões de libras do que as saídas de caixa líquidas de 597 milhões de libras relativas a outras aquisições e alienações representaram os outros factores principais

Os fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento de 29.691 milhões de libras estão relacionados principalmente com a injecção de 31.019 milhões de libras dos parceiros do consórcio em relação à aquisição do ABN AMRO, juntamente com a emissão de 4.829 milhões de títulos de capital e 1.018 milhões de libras de passivo subordinado contrabalançados em parte por pagamentos de dividendos de 3.411 milhões de libras, o reembolso de 1.708 milhões de libras de passivo subordinado, juros sobre o passivo subordinado de 1.522 milhões de libras de e o resgate de 545 milhões de libras de participações minoritárias.

2006

Os principais factores que contribuíram para as entradas líquidas de caixa das actividades operacionais de 17.441 milhões de libras foram os lucros antes de impostos de 9.186 milhões de libras ajustados para a eliminação das diferenças cambiais de 4.516 milhões de libras e a depreciação e amortização de 1.678 milhões de libras, juntamente com um aumento de 3.980 milhões de libras em passivo operacional menos activo operacional.

As vendas líquidas e os vencimentos dos títulos no valor de 8.000 milhões de libras foram parcialmente compensadas pelas vendas líquidas de imobilizações corpóreas de 1,292 milhões de libras, resultantes em entradas de caixa líquidas das actividades de investimento de 6.645 milhões de libras.

A emissão de 671 milhões de libras em acções preferenciais, no valor de 3.027 milhões de libras de passivo subordinado e as receitas de 1.354 milhões de libras de participações minoritárias emitidas foram mais do que contrabalançadas pelo pagamento de dividendos de 2.727 milhões de libras, a aquisição de acções ordinárias no montante de 991 milhões de libras, o reembolso de 1.318 milhões de libras de passivo subordinado e os juros sobre o passivo subordinado de 1.409 milhões de libras, tendo como resultado uma saída de caixa líquida das actividades financeiras de 1.516 milhões de libras.

2005

Os principais factores que contribuíram para a entrada de caixa líquida de 4.140 milhões de libras das actividades operacionais em 2005 foram o lucro antes de impostos de 7.936 milhões de libras menos a eliminação de diferenças cambiais de 3.060 milhões de libras, os aumentos dos depósitos e os títulos de dívida em emissão de 56.571 milhões de libras e os aumentos das posições curtas e dos saldos de liquidação de 10.326 milhões de libras, parcialmente contrabalançados pelos aumentos dos títulos de 28.842 milhões de libras e os aumentos dos empréstimos e adiantamentos de 36.778 milhões.

As compras líquidas de imobilizações corpóreas de 2.592 milhões de libras, incluindo activo de locações operacionais e computadores e outros equipamentos foram os principais elementos que contribuíram para a saída de caixa líquida das actividades de investimento de 2.612 milhões de libras.

A emissão de 1.649 milhões de libras em acções preferenciais e 1.234 milhões de libras em passivo subordinado foi mais do que contrabalançada pelos pagamentos de dividendos de 2.007 milhões de libras e o reembolso de 1.553 milhões de libras de passivo subordinado, tendo como resultado uma saída de caixa líquida das actividades de financiamento de 703 milhões de libras.

Recursos de capital

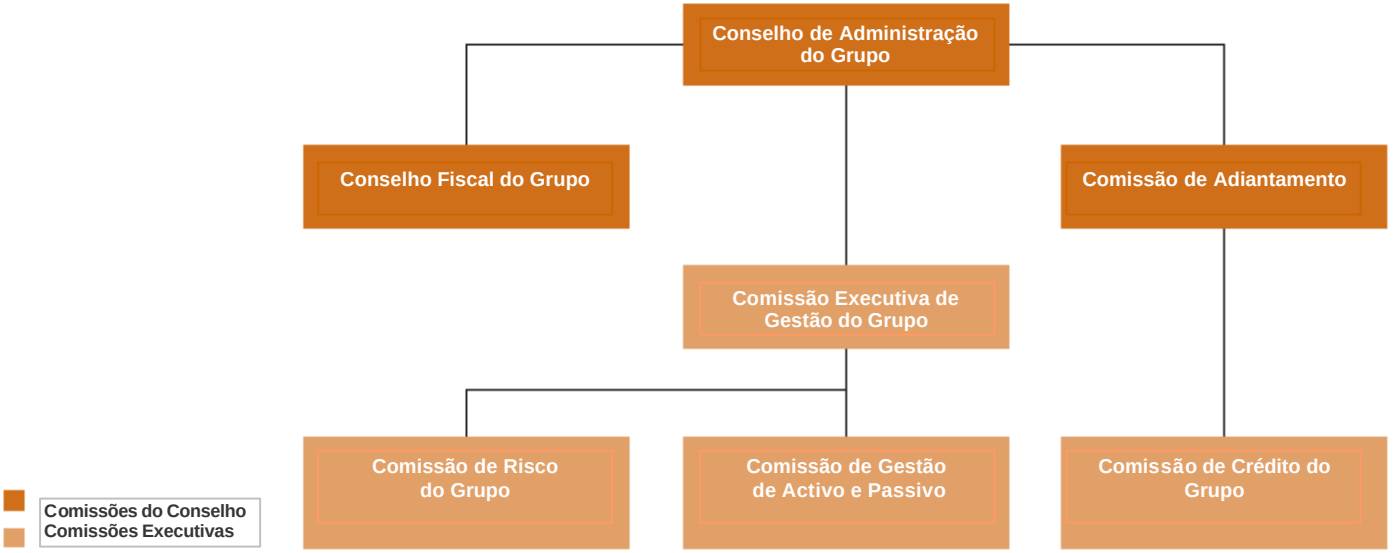
A tabela seguinte analisa os recursos de capital regulamentares do Grupo em 31 de Dezembro:

	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2004 m£	2003 m£
Capital inicial					
Capital tier 1	44.364	30.041	28.218	22.694	19.399
Capital tier 2	33.693	27.491	22.437	20.229	16.439
Capital tier 3	200	—	—	—	—
	78.257	57.532	50.655	42.923	35.838
Menos investimentos em subsidiárias de seguros, empresas associadas e outras deduções de supervisão	(10.283)	(10.583)	(7.282)	(5.165)	(4.618)
Total capital	67.974	46.949	43.373	37.758	31.220
Activos ponderados em função dos riscos					
Carteira de operações bancárias:					
Patrimonial	480.200	318.600	303.300	261.800	214.400
Extra-patrimonial	84.600	59.400	51.500	44.900	36.400
Carteira de negociação	44.200	22.300	16.200	17.100	12.900
	609.000	400.300	371.000	323.800	263.700
Rácios de cobertura dos riscos	%	%	%	%	%
Tier 1	7.3	7.5	7.6	7.0	7.4
Total	11.2	11.7	11.7	11.7	11.7

Nota: Os dados comparativos para 2003 e 2004 na tabela acima estão em conformidade com as GAAP do RU anteriormente publicadas e regulamentadas.
A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Grupo é regulamentado numa base de IFRS.

O Grupo adoptou a politica de manter uma sólida base de capital, expandi-la conforme for apropriado e utilizá-la eficientemente em todas as suas actividades a fim de optimizar o retorno do investimento para os accionistas e manter uma relação prudente entre a base de capital e os riscos subjacentes da actividade. Ao aplicar esta politica, o Grupo tem em conta os requisitos de supervisão da Financial Services Authority ("FSA"). A FSA utiliza o Rácio de Cobertura dos Riscos ("RAR") como parâmetro de avaliação da adequação do capital no sector bancário britânico, comparando os recursos de capital de um banco com o seu activo de riscos ponderados (o activo e as exposições extra-patrimoniais são 'ponderados' de modo a reflectirem o risco de crédito e outros riscos inerentes); por convenção internacional, o RAR não deve ser inferior a 8% com um componente tier 1 de pelo menos 4%. Em 31 de Dezembro de 2007, o RAR total do Grupo era de 11,2% (2006 – 11,7%) e o RAR tier 1 7,3% (2006 – 7,5%).

Gestão dos riscos e do capital
Governação



O Conselho de Administração do Grupo define o apetite e a filosofia geral em termos de riscos; a estrutura de riscos e de capital é a espinha dorsal da execução da estratégia do Conselho. O Conselho de Administração dispõe do apoio de três comissões:

- Conselho Fiscal do Grupo ("GAC") - engloba os administradores não executivos independentes, concentra-se na informação financeira e na aplicação das normas contabilisticas no âmbito da estrutura de controlo interno e da avaliação dos riscos. O GAC monitoriza a identificação, avaliação e gestão de todos os riscos significativos em todo o Grupo. Este trabalho é apoiado pela Auditoria Interna do Grupo que efectua uma avaliação independente da concepção, adequação e eficácia dos controlos internos.

- Comissão de Adiantamentos ("AC") - reporta ao Conselho de Administração; trata das transacções que ultrapassam a autoridade delegada na Comissão de Crédito do Grupo.

- Comissão de Gestão Executiva do Grupo ("GEMC") - uma comissão executiva, assegura que a implementação da estratégia e as operações estejam em conformidade com o apetite de risco acordado. A GEMC é apoiada por:

— Comissão de Riscos do Grupo ("GRC") - recomenda e aprova os limites, processos e políticas que asseguram a gestão eficiente de todos os riscos materiais extra-patrimoniais no Grupo em geral.

— Comissão de Crédito do Grupo ("GCC") - aprova as propostas de crédito com a autoridade que lhe é delegada pelo Conselho de Administração e/ou a Comissão de Adiantamentos.

— Comissão de Gestão do Activo e do Passivo do Grupo ("GALCO") - é responsável por identificar, gerir e controlar os riscos patrimoniais do Grupo. Estes riscos são geridos definindo limites e controlos para a adequação do capital, o financiamento e a liquidez, as exposições intra-Grupo e a taxa de juro não comercial, o risco do capital e de câmbio.

Risco e capital

Faz parte da política do Grupo optimizar o retorno do investimento para os accionistas mantendo ao mesmo tempo uma sólida base de capital e notação de crédito para sustentar o crescimento da empresa e cumprir permanentemente os requisitos legislativos em termos de capital.

Actualmente o Grupo adopta valores-alvo para o rácio de capital tier 1 de 7,0% a 8,0% para o seu planeamento de capital a longo prazo com o objectivo de operar em torno do ponto médio desta escala, ultrapassando os requisitos legislativos mínimos.

A adequação do capital e a gestão de riscos estão intimamente relacionadas. O Grupo efectua uma avaliação regular das suas necessidades de capital internas com base numa quantificação dos riscos materiais a que está exposto. Esta avaliação inclui a utilização de testes de esforço para avaliar se os recursos de capital do Grupo são adequados para se manterem acima dos requisitos mínimos durante uma recessão macroeconómica.
Os resultados desta avaliação de capital interna são analisados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizados para assegurar a adequação dos recursos de capital disponíveis do Grupo, medir os retornos ajustados aos riscos e estruturar o processo anual de planeamento pessoal e financeiro e informar a aprovação dos limites de apetite pelo risco por parte do Conselho de Administração.

A atribuição dos recursos de capital às divisões é determinada no âmbito do processo de planeamento comercial e financeiro anual.

O apetite pelo risco é medido como o nível máximo de risco retido que o Grupo aceita para atingir os seus objectivos comerciais. O apetite pelo risco é geralmente definido por técnicas quantitativas e qualitativas, incluindo testes de esforço, concentração no risco, valor em risco e critérios de subscrição de risco, assegurando que sejam adoptados e aplicados princípios, politicas e procedimentos apropriados.

Os principais riscos a que o Grupo está exposto encontram-se indicados em baixo. Devem ser tidos em consideração conjuntamente com os factores de Risco definidos nas páginas 32 e 33 que podem afectar o desempenho do Grupo.

- Risco de crédito: é o resultante da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido ao incumprimento dos clientes.

- Risco de financiamento e liquidez: é o risco de o Grupo ser incapaz de cumprir as suas obrigações à medida que vencem.

- Risco de mercado: o Grupo está exposto ao risco de Mercado devido às posições detidas nas suas carteiras comerciais e nas suas actividades não comerciais.

- Risco relacionado com as obrigações de pensões: é o risco de o passivo dos vários planos de pensões de benefício definido do Grupo exceder o seu activo e o Grupo ser obrigado ou optar por efectuar contribuições adicionais para os planos.

- Risco de capital: reflecte a variabilidade do valor dos investimentos de capital resultante em ganhos ou prejuízos.

- Risco de Seguro: o Grupo está exposto ao risco de seguro directamente através das suas actividades ou da utilização do seguro como ferramenta para atenuar outras exposições a riscos.

- Risco Operacional: é o risco resultante das pessoas, processos, sistemas, activo fixo e acontecimentos externos do Grupo.

- Risco de regulamentação: é o risco resultante do não cumprimento dos requisitos e expectativas dos muitos reguladores do Grupo ou de não tratar ou implementar qualquer mudança destes requisitos ou expectativas.

Estes processos de gestão dos riscos e do capital tiveram um bom desempenho ao longo de 2007 e continuaram a ser praticados no contexto da perturbação do mercado observada desde Agosto de 2007.

Responsabilidades de gestão

Todo o pessoal tem um papel a desempenhar na gestão quotidiana dos riscos na sua divisão, de acordo com a politica do Grupo, que é definida e gerida por pessoal especializado em:

- Gestão de riscos: crédito, mercado, regulamentação, empresa e seguros, bem como a análise de riscos.

- Tesouraria do Grupo: balanço, gestão de capital, exposição ao crédito intra-Grupo, financiamento e liquidez e políticas de cobertura.

A independência caracteriza a política de gestão de riscos que é reforçada em todo o Grupo por linhas de reporte apropriadas

Desenvolvimentos em 2007

Na sequência da sua aquisição pela RFS Holding, o ABN AMRO está sujeito aos controlos de elevado nível do Grupo e à vigilância pelas funções de controlo do RBS. Embora os seus sistemas de riscos ainda não estejam integrados nos do Grupo, os dados relacionados com o ABN AMRO são apresentados numa base consistente. Para facilitar as comparações com exercícios anteriores, os dados relacionados com o Grupo, excluindo o ABN AMRO, são identificados separadamente. Os dados do ABN AMRO são analisados entre as actividades adquiridas pelo RBS e as adquiridas pelo Fortis e Santander.

Risco de crédito

O risco de crédito é gerido para alcançar um desempenho de risco-recompensa sustentado e superior, mantendo ao mesmo tempo a exposições dentro de parâmetros de apetite pelo risco aceitáveis. Isto consegue-se através de uma combinação de governação, politicas, sistemas e controlos, escorados numa apreciação comercial sólida como descrito abaixo.

- Políticas e apetite pelo risco: as políticas proporcionam clareza em torno da estrutura exigida ao Grupo para a avaliação, aprovação, monitorização e gestão do risco de crédito em que o apetite pelo risco define a tolerância às perdas. Os limites são utilizados para gerir o risco de concentração por nome, sector e país.

- Decisores: a autoridade de crédito é concedida a pessoas ou comissões independentes com experiência, antiguidade e discernimento comercial apropriado. A autoridade sobre o crédito não se estende aos gestores de relações. Departamentos de riscos de crédito internos especializados vigiam independentemente o processo de crédito e tomam as decisões de crédito ou fazem recomendações à comissão de crédito competente.

- Modelos: os modelos de crédito são utilizados para medir e avaliar as decisões de risco e para ajudar na monitorização contínua. Parâmetros como Probabilidade de Incumprimento, Exposição ao Incumprimento, Perda em Caso de Incumprimento (ver abaixo) e Perda Esperada são calculados utilizando modelos devidamente autorizados. Todos os modelos de crédito estão sujeitos a revisão independente antes da implementação e os modelos existentes são analisados pelo menos numa base anual.

- Técnicas de atenuação para diminuir o potencial de perda: o risco de crédito pode ser atenuado através de medidas financeiras ou de segurança física, a atribuição dos valores a receber ou a utilização de derivados de crédito, garantias, participações nos riscos, seguro de crédito ou compensação.

- Sistemas de riscos e qualidade dos dados: os sistemas são bem organizados para produzir informações atempadas, exactas e completas para comunicação de riscos e administrar os principais processos de crédito.

- Análise e reporte: a análise da carteira e o reporte são utilizados para assegurar a identificação de riscos de concentração emergentes e movimentos adversos na qualidade do risco de crédito.

- Testes de esforço: os testes de esforço fazem parte integrante da análise da carteira, consistindo numa avaliação da potencial vulnerabilidade a acontecimentos económicos geopolíticos excepcionais mas plausíveis que ajudam a gestão a identificar riscos que não são aparentes em circunstâncias mais benignas. Os testes de esforço informam as decisões sobre o apetite pelo risco.

- Gestão da carteira: a gestão activa das concentrações da carteira medida pelo reporte de riscos e os testes de esforço quando o risco de crédito pode ser atenuado através da promoção de vendas de activo, protecção de crédito de compra ou restrição do apetite pelo risco para as novas transacções.

- Gestão do crédito: a monitorização das transacções com os clientes e a gestão é um processo contínuo que assegura um desempenho satisfatório e que a documentação, a segurança e as avaliações estão completas e actualizadas.

- Identificação das dívidas problemáticos: as políticas e sistemas incentivam a identificação precoce dos problemas e a contratação de pessoal especializado em cobranças e na gestão das dívidas problemáticas.

- Provisões: avaliação independente através de modelos de melhores práticas para as perdas colectivas e latentes. A avaliação profissional é aplicada a casos individuais para assegurar que tais perdas sejam identificadas de uma forma abrangente e devidamente tratadas.

- Recuperação: maximizar o retorno para o Grupo através do processo de recuperação.

Basileia II

O RBS recebeu o acordo (a chamada 'renúncia') da Autoridade de Serviços Financeiros do RU para adoptar a metodologia baseada em notações internas avançadas (AIRB) para calcular as necessidades de capital para a maior parte da empresa com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008. Por conseguinte, o Grupo será um dos poucos bancos cujos sistemas e políticas de riscos alcançaram o nível de crédito avançado, o mais sofisticado que está disponível no quadro do novo Basileia II.

A abordagem AIRB ao Basileia II baseia-se nos seguintes parâmetros.

- Probabilidade de incumprimento ("PD"): a probabilidade de um cliente não efectuar o reembolso completo e atempado das obrigações de crédito ao longo do horizonte de tempo de um ano. Os clientes são classificados com uma pontuação de crédito interna que corresponde à probabilidade de incumprimento. Cada classificação de crédito do cliente em todas as escalas de classificação do Grupo pode ser incluída numa qualificação de crédito ao nível do Grupo (ver página 74).

- Exposição ao incumprimento ("EAD"): estes modelos estimam o nível esperado de utilização de uma facilidade de crédito na altura do incumprimento de um mutuário. A EAD é normalmente superior à utilização corrente (p.ex. no caso de serem efectuados novos levantamentos de uma facilidade de crédito renovável antes do incumprimento) mas normalmente não excede o limite do valor total da facilidade de crédito.

- Perda em caso de incumprimento ("LGD"): modelos que estimam a perda económica que pode ocorrer num caso de incumprimento, em que a dívida não pode ser recuperada. Os modelos LGD do Grupo têm em conta o tipo de mutuário, a facilidade de crédito e qualquer atenuação do risco como uma caução ou garantia que seja detida.

Activos com risco de crédito

Os activos com risco de crédito são uma medida do risco interno da exposição do Grupo aos clientes. Consistem em empréstimos e adiantamentos (incluindo créditos a descoberto), crédito a prestações, contas a receber de locações financeiras, títulos de dívida e outros instrumentos negociados abrangendo todos os tipos de clientes.

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Corporate Markets			
– Global Banking & Markets	330,2	233.4	206.5
– UK Corporate Banking	86,8	76.0	66.5
Retail Markets			
– Retail	112,8	108.1	103.2
– Wealth Management	11,7	10.0	8.9
Ulster Bank	46,5	37.0	31.9
Citizens	71,8	67.5	74.5
RBS Insurance	9,0	7.2	6.7
	668.8	539.2	498.2
ABN AMRO excluindo participação minoritária	131.8	--	--
	800.6	539.2	498.2
ABN AMRO participação minoritária	206.0	--	--
	1,006.6	539.2	498.2

Excluindo as operações de compra com acordo de revenda, os activos com risco de crédito em 31 de Dezembro de 2007 eram1.006,6 mil milhões de libras (2006 – 539,2 mil milhões),o que significa um aumento de 467,4 mil milhões de libras durante o exercício, dos quais 337,8 mil milhões resultaram da aquisição do ABN AMRO.

Segue-se uma análise das operações de compra com acordo de revenda.

Acordos de reporte	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Bancos	67,6	54.2	41.8
Clientes	79,1	62.9	48.9
RBS excluindo o ABN AMRO	146,7	117.1	90.7
ABN AMRO excluindo a participação minoritária	169,9	--	--
	316,6	117.1	90.7
ABN AMRO participação minoritária	1,7	--	--
	318,3	117.1	90.7

As operações de compra com acordo de revenda em 31 de Dezembro de 2007 atingiam 318,3 mil milhões de libras (2006 – 117,1 mil milhões), o que corresponde a um aumento de 201,2 mil milhões, 171,6 mil milhões dos quais resultaram da aquisição do ABN AMRO.

Qualidade do activo com risco de crédito

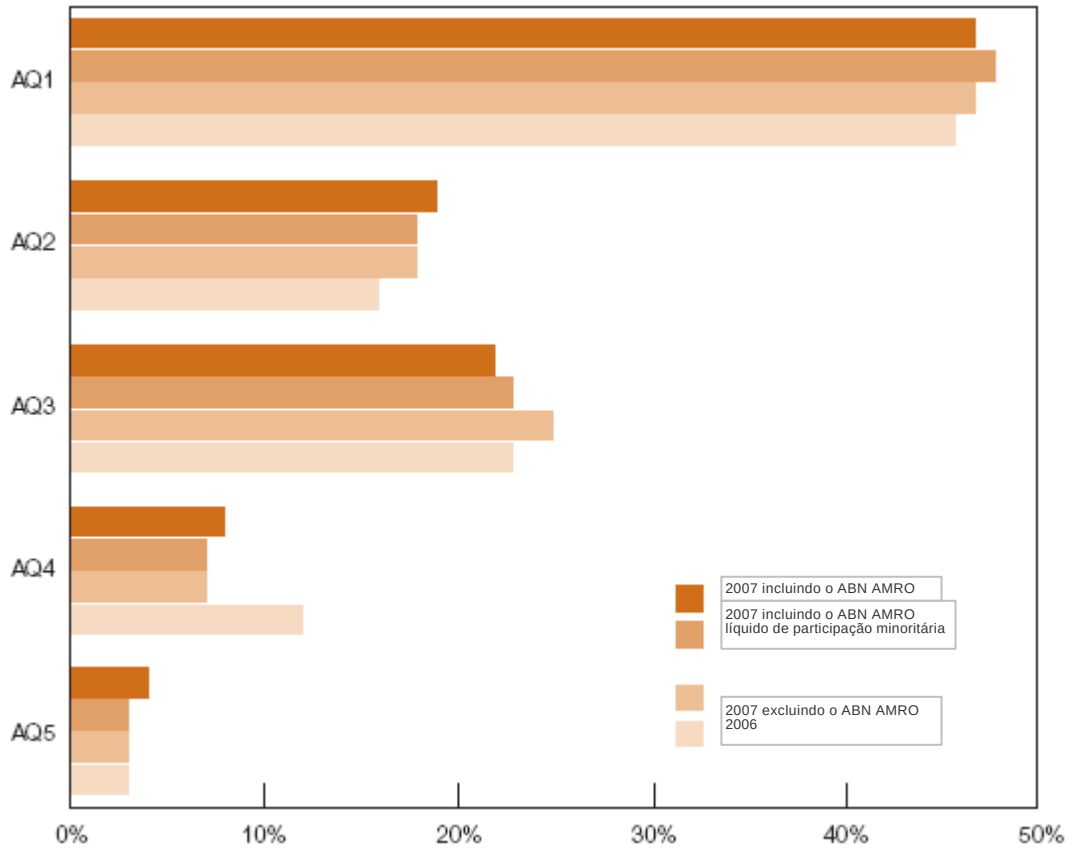
O reporte e vigilância internos do activo sujeito a risco é diferenciado principalmente por notações de crédito. As notações internas são utilizadas para avaliar a qualidade de crédito dos mutuários. Os clientes são classificados com uma pontuação de crédito interna baseada em vários modelos padrão que reflectem a probabilidade de incumprimento. Todas as notações de crédito do Grupo se baseiam numa escala de qualidade do activo ao nível do Grupo.

Os limites superior e inferior e o ponto médio para cada uma destas classificações de qualidade ao nível do Grupo, expressos como probabilidade anual de incumprimento, são os seguintes:

Grau de qualidade do activo	Probabilidade anual de incumprimento			
	Mínima %	Média %	Máxima %	S&P equivalente
AQ1	0,00	0,10	0,20	AAA a BBB-
AQ2	0,21	0,40	0,60	BB+ a BB
AQ3	0,61	1,05	1,50	BB- a B+
AQ4	1,51	3,25	5,00	B+ a B
AQ5	5,01	52,50	100,00	B e abaixo

Distribuição dos activos com risco de crédito por qualidade do activo

Em 31 de Dezembro de 2007, incluindo o ABN AMRO líquido da participação minoritária, a exposição às contrapartes Investment Grade (AQ1) representou 48% (2006 – 46%) do activo com risco de crédito e 97% (2006 – 97%) estavam relacionados com exposições a contrapartes com a classificação AQ4 ou superior. A exposição à qualidade mais baixa do activo (AQ5) manteve-se em 3%.

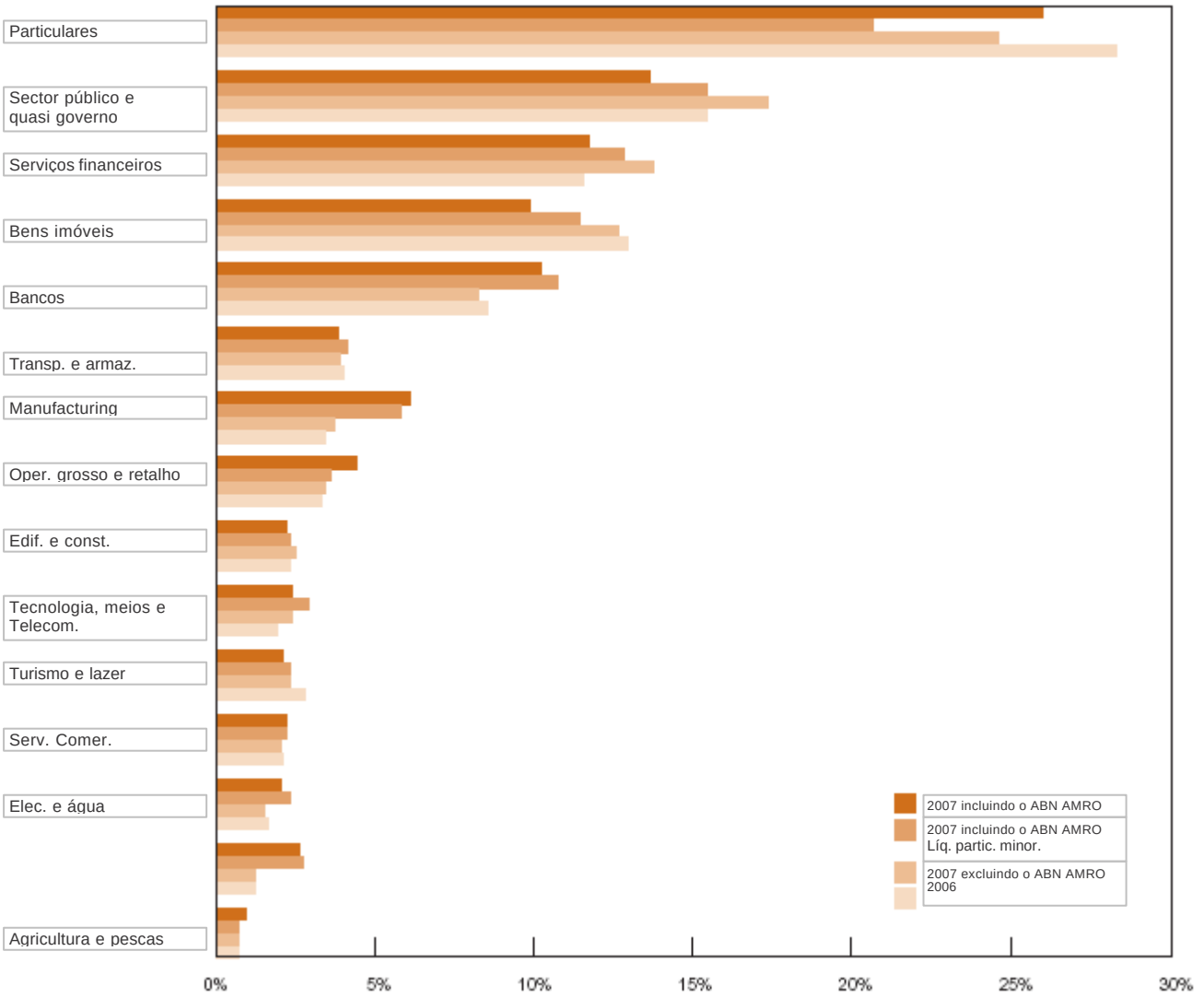


Nota: Os dados do gráfico são apresentados líquidos de provisões e operações de compra com acordo de revenda

Distribuição do activo com risco de crédito por sector industrial

A análise da indústria tem um papel importante na avaliação do potencial risco de concentração a partir do interior da carteira de crédito. É dada especial atenção aos sectores da indústria em que o Grupo acredita existir um elevado grau de risco ou potencial de volatilidade no futuro.

O Grupo também utiliza uma análise de cenários e testes de esforço para controlar o risco de sectores da indústria relacionados para os *clusters*.



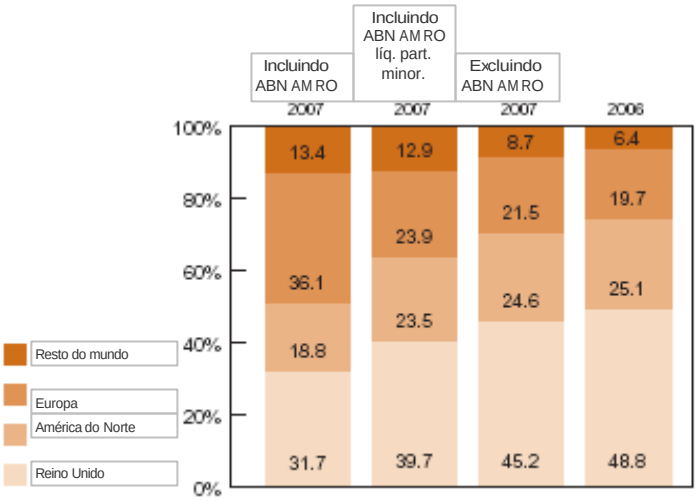
Nota: Os dados do gráfico são apresentados líquidos de provisões e operações de compra com acordo de revenda.

Em 31 de Dezembro de 2007, incluindo o ABN AMRO, líquido de participação minoritária, 21% do activo com risco de crédito (2006 – 28%) está relacionado com os particulares e inclui o crédito hipotecário e outros empréstimos de menor dimensão que estão intrinsecamente bem diversificados. A exposição da indústria incluiu 40% do activo com risco de crédito (2006 – 36%) que está bem diversificado numa série de sectores. Os bancos e os serviços financeiros representam 24% do activo com risco de crédito (2006 – 20%) e o sector público e o activo com risco de crédito quasi-governo constituem os restantes 15% (2006 – 16%).

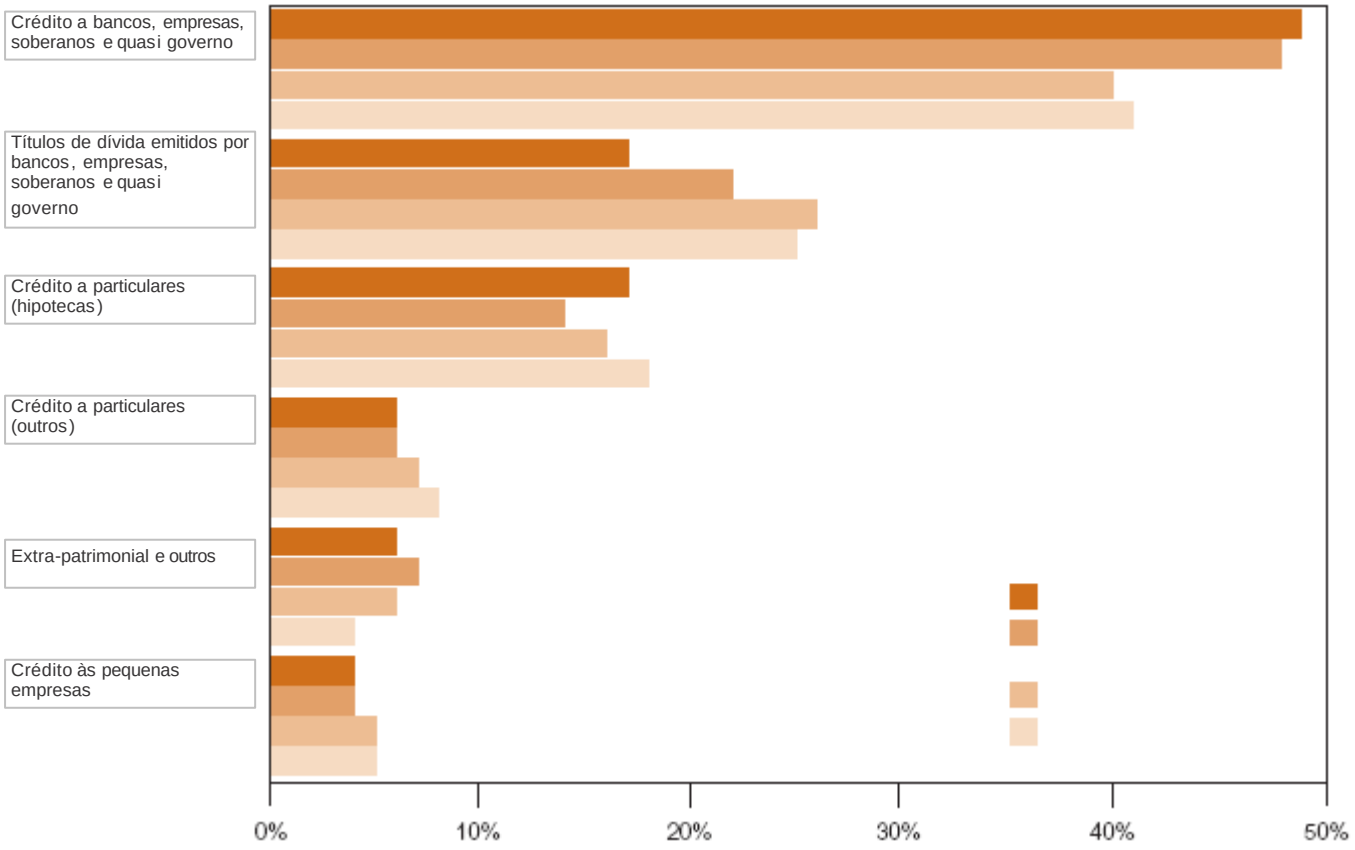
Distribuição do activo com risco de crédito por geografia

A aquisição do ABN AMRO em Outubro de 2007 também mudou o perfil de risco do Grupo, com benefícios resultantes da crescente diversificação disponível graças ao maior alcance do Grupo.

O Grupo opera em mais de 50 países, mas com a maioria do activo no RU, na América do Norte e na Europa.



Distribuição do activo com risco de crédito por produto e tipo de cliente



O Grupo também monitoriza a sua carteira de crédito por tipo de cliente e tipo de produto. Incluindo o ABN AMRO, líquido de participação minoritária, a maior categoria é o crédito aos bancos, empresas, soberanos e quasi-governos, que representou 48% do activo com risco de crédito em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 41%). O crédito a particulares representou 20% (2006 – 26%)

Imparidade dos empréstimos

O Grupo classifica a imparidade dos empréstimos como Elen Empréstimos Potencialmente Problemáticos (PPL). Os REIL represen contabilizados, os empréstimos que estão a aumentar, mas qu reestruturados. Os PPL representam o activo com menos valia em que a informação sobre possíveis problemas de crédito sobre a capacidade futura do mutuário para cumprir as con

Tanto os REIL como os PPL são reportados brutos do valor de garantia detida que pode reduzir a eventual perda, se ocorrer, de qualquer provisão assinalada. Por isso, os activos com mer que estão altamente garantidos, como as hipotecas, têm um ba de cobertura de provisões face ao saldo com menos valias rep

A tabela abaixo indica os empréstimos do Grupo que são classificados como REIL e PPL:

REIL e PPL	Incluindo ABN AMRO 2007 m£	Incluindo ABN AMRO líquido de Particip Minor. 2007 m£	Excluindo ABN AMRO 2007 m£	2006 m£	2005 m£
Empréstimos não contabilizados (1)	10.362	7.949	6.668	6.232	5.926
Emp. contabilizados 90 dias (2)	369	302	256	52	9
Reestruturações de dívidas perturbadas (3)	--	--	--	--	2
Total REIL	10.731	8.251	6.924	6.337	5.937
PPL (4)	671	131	64	52	19
Total REIL e PPL	11.402	8.382	6.988	6.389	5.956
REIL e PPL como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto (5)	1.64%	1.49%	1.49%	1.57%	1.60%

As subcategorias de REIL e PPL são calculadas conforme descrito nas notas 1 a 4 abaixo.

Notas:

(1) Todos os empréstimos para os quais existe uma provisão de menos valias são reportados na categoria não contabilizados.

(2) Empréstimos em que ocorreu um acontecimento de imparidade, mas em que a imparidade não foi reconhecida. Esta categoria é utilizada para as facilidades de crédito não renováveis totalmente garantidas.

(3) As reestruturações da dívida com perturbações representam empréstimosque foram reestruturados após uma concessão do Grupo ao mutuário.

(4) Empréstimos em que ocorreu um acontecimento de imparidade, mas em que não é necessária uma provisão para imparidade. Esta categoria é utilizada para os adiantamentos e as facilidades de crédito renováveis totalmente garantidas em que a identificação como em mora de 90 dias não é viável.

(5) Bruto de provisões e excluindo operações de compra com acordo de revenda.

Os REIL em 31 de Dezembro de 2007 eram de 10.731 milhões de libras (2006 – 6.337 milhões de libras). Excluindo a participação minoritária no ABN AMRO, os REIL foram de 8.251 milhões de libras, o que reflecte um aumento de 1.914 milhões de libras (30%) durante o exercício. Como a percentagem do crédito aos clientes, os REIL e os PPL em conjunto, excluindo a participação minoritária no ABN AMRO, mostram uma tendência favorável, ascendendo a 1,49% dos empréstimos e adiantamentos a clientes em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 1,57%).

REIL por divisão

A tabela abaixo apresenta os REIL por divisão.

REIL	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Corporate Markets			
– Global Banking & Markets	373	492	496
– UK Corporate Banking	1.236	1.034	969
Retail Markets			
– Retail	4.286	4.078	3.783
– Wealth Management	45	43	58
Ulster Bank	667	498	436
Citizens	317	175	195
Outras	—	17	--
	6.924	6.337	5.937
ABN AMRO excluindo participação minoritária	1.327	--	--
	8.251	6.337	5.937
ABN AMRO participação minoritária	2.480	--	--
	10.731	6.337	5.937

Durante 2007, os REIL na divisão de Retail Market aumentaram 210 milhões de libras, no Ulster Bank 169 milhões de libras e no Citizens 142 milhões de libras.

Metodologia das provisões para perdas por imparidade

As provisões para perdas por imparidade são avaliadas em três categorias conforme descrito abaixo:

Provisões avaliadas individualmente são as provisões necessárias para o activo com imparidade individualmente significativa que é avaliado numa base caso a caso, tendo em conta a situação financeira da contraparte e de qualquer fiador. Incorporam uma estimativa do valor descontado de quaisquer recuperações e a utilização da caução ou garantia. O activo continua a ser avaliado numa base individual até ter sido totalmente reembolsado, transferido para a carteira de cumprimento ou anulado.

Provisões avaliadas colectivamente são provisões para créditos com imparidade abaixo de um limite acordado, avaliadas numa base de carteira para reflectir a natureza homogénea do activo como os cartões de crédito ou os empréstimos pessoais. A provisão é determinada a partir de uma análise quantitativa da respectiva carteira, tendo em conta o nível de moras, a caução e a média da experiência de perdas ao longo do período de recuperação.

Provisões para perdas latentes são provisões para a imparidade estimada na carteira de cumprimento, que ainda têm de ser identificadas na data do balanço. Para avaliar a perda latente nas carteiras, o Grupo desenvolveu metodologias destinadas a calcular o tempo durante o qual um activo pode permanecer com imparidade numa carteira de cumprimento antes de ser identificado e reportado como tal.

Análise das provisões

As carteiras de consumidores do Grupo que consistem em créditos de pequeno volume e elevado volume, têm processos automáticos em grande parte altamente eficientes para identificar créditos problemáticos e calendários muito curtos, normalmente três meses, antes da resolução ou da adopção de vários métodos de recuperação.

As carteiras empresariais consistem em créditos de mais elevado valor e baixo volume que tendem a ser estruturados para satisfazer as necessidades individuais do cliente. As provisões são avaliadas caso a caso por especialistas experientes, com o contributo de avaliadores profissionais e contabilistas conforme for apropriado. O Grupo opera uma estrutura de governação das provisões que define limiares e em que é efectuada uma vigilância e exame adequados. Estas opiniões e níveis de provisões são controlados pela Comissão de Provisões de cada divisão. Os casos importantes são apresentados e examinados pelo Fórum de Revisão da Exposição do Grupo a problemas.

A gestão precoce e activa das exposições a problemas assegura que as perdas de crédito sejam minimizadas. São utilizadas unidades especializadas para diferentes tipos de clientes a fim de assegurar que sejam atempadamente tomadas medidas de atenuação do risco apropriadas.

As provisões da carteira são regularmente reavaliadas no âmbito do processo de monitorização contínua do Grupo.

A tabela seguinte apresenta uma análise da carga de provisões para imparidades dos empréstimos.

Carga de provisões p/ imparidade dos empréstimos	Incluindo ABN AMRO 2007 m£	Incluindo ABN AMRO líquido de Particip Minor. 2007 m£	Excluindo ABN AMRO 2007 m£	2006 m£	2005 m£
Carga de provisões para perdas latentes	88	25	2	87	14
Carga de provisões avaliadas colectivamente	1.744	1.669	1.644	1.573	1.399
Carga de provisões avaliadas individualmente	274	244	198	217	290
Imputação total à demonstração de resultados	2.106	1.938	1.844	1.877	1.703
Carga como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto (1)	0.30%	0.34%	0.39%	0.46%	0.46%

Nota:

(1) Bruto de provisões e excluindo operações de compra com acordo de revenda.

As provisões para imparidades de empréstimos imputadas à demonstração de resultados em 2007 foram de 2.106 milhões de libras. Excluindo a participação minoritária no ABN AMRO, carga foi de 1.938 milhões de libras, mais 61 milhões (3%) do que em 2006 e como percentagem do crédito a clientes, a carga de imparidades foi de 0,34% (2006 – 0,46%).

Resumo das provisões para imparidades de empréstimos

Provisões para imparidades dos empréstimos (1)	Incluindo ABN AMRO 2007 m£	Incluindo ABN AMRO líquido de Particip Minor. 2007 m£	Excluindo ABN AMRO 2007 m£	2006 m£	2005 m£
Provisões para perdas latentes	1.050	734	600	593	543
Provisões avaliadas colectivamente	3.834	3.167	2.996	2.645	2.587
Provisões avaliadas individualmente	1.554	1.060	637	695	754
Total provisões	6.438	4.961	4.233	3.933	3.884
Provisões totais como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto bruto2)	0.09%	0.9%	0.9%	1.0%	1.0%

Notas:

(1) Exclui provisões apara empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito de 3 milhões de libras (2006 – 2 milhões de libras; 2005 – 3 milhões de libras). (2) Bruto de provisões e excluindo operações de compra com acordo de revenda.

Em 31 de Dezembro de 2007 as provisões totais para clientes eram 6.438 milhões de libras. Excluindo a participação minoritária no ABN AMRO, as provisões totais para clientes totalizaram 4.961 milhões de libras, mais 1.028 milhões de libras (26%) do que em 31 de Dezembro de 2006.

Provisão das coberturas

Os rácios de cobertura das provisões do Grupo estão apresentados na tabela abaixo

Provisões para imparidades dos empréstimos (1)	Incluindo ABN AMRO 2007 m£	Incluindo ABN AMRO líquido de Particip Minor. 2007 m£	Excluindo ABN AMRO 2007 m£	2006 m£	2005 m£
Total provisões expressas como:					
% de REIL	60%	60%	61%	62%	65%
% de REIL e PPL	56%	59%	61%	62%	65%

O rácio de cobertura das provisões finais para os REIL e os PPL diminuiu de 62% para 56% durante 2007. Excluindo a participação minoritária no ABN AMRO, o rácio de cobertura era 59%. O rácio de cobertura mais baixo reflecte os montantes anulados e a alteração do mix das exposições garantidas para não garantidas.

Movimentos do saldo das provisões para empréstimos

Os movimentos do saldo das provisões estão indicados na tabela abaixo.

	2007 m£	2006 m£
Saldo em 1 de Janeiro de	3.935	3.887
Conversão monetária e outros ajustamentos	137	(61
Aquisição de subsidiárias		
– ABN AMRO excluindo participação minoritária	657	—
– ABN AMRO participação minoritária	1.547	—
– Outros	6	—
Montantes anulados	(2.171)	(1.841
Recuperações de montantes anteriormente anulados	390	215
Imputação à demonstração de resultados	2.106	1.877
Compensação do desconto.(1)	(166)	(142
Saldo em 31 de Dezembro (2)	6,441	3,935

Notas:

(1) O impacto do desconto inerente ao saldo das provisões é compensado à medida que se aproxima o momento de receber os fluxos de caixa recuperados.

(2) Inclui a provisões para empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito de 3 milhões de libras (2006 – 2 milhões de libras).

Uma provisão para imparidades calculada através do método da taxa de juro efectiva deixa um activo descontado; o desconto é compensado a uma taxa constante efectiva até o activo em dívida ser completamente realizado.

Risco de liquidez

A política de liquidez do Grupo destina-se a assegurar que este possa a qualquer momento cumprir as suas obrigações à medida que vençam.

A gestão da liquidez no Grupo concentra-se na estrutura global do balanço e no controlo, dentro de limites prudentes, do risco resultante da discrepância dos vencimentos no balanço e da exposição a compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes. A gestão do risco de liquidez no Grupo é efectuada dentro de limites e outros parâmetros de políticas definidas pela GALCO. O cumprimento é monitorizado e coordenado pela Tesouraria do Grupo tanto no que se refere à política interna como aos requisitos regulamentares da Autoridade dos Serviços Financeiros. Além disso, todas as subsidiárias e filiais fora do RU asseguram o cumprimento de quaisquer requisitos de liquidez regulamentares locais e estão sujeitas à vigilância da Tesouraria do Grupo.

Diversificação das fontes de financiamento

A estrutura do balanço do Grupo é gerida de modo a manter uma diversificação substancial, minimizar a concentração nas várias fontes de depósitos e limitar a dependência em relação a fontes de financiamento por grosso totais a curto prazo (brutas e líquidas da repos) dentro de níveis prudentes.

Durante 2007, as fontes de financiamento do Grupo mantiveram-se bem diversificadas por contraparte, instrumento e vencimento, tanto antes como após a aquisição do ABN AMRO em Outubro de 2007.

	Incluindo ABN AMRO		Excluindo ABN AMRO					
Fontes de financiamento	2007 m£	%	2007 m£	%	2006 m£	%	2005 m£	%
Contas de clientes (excluindo repos)								
Reembolsáveis a pedido	346.074	24	225.908	26	197.771	28	172.853	27
Depósitos a prazo	201.375	14	140.630	17	122.467	17	121.260	19
Total contas de clientes (excluindo repos)	547.449	38	366.538	43	320.238	45	294.113	46
Títulos dívida em emissão venc residual de um ano	117.873	8	55.448	7	44.006	6	22.293	3
Passivo subordinado	37.979	3	27.665	3	27.664	4	28.274	4
Capital próprio	53.038	4	53.177	6	40.227	6	35.435	6
Total contas clientes e fundos a longo prazo	756.339	53	502.828	59	432.125	61	380.115	59
Operações de repo com os clientes	134.916	10	75.029	9	63.984	9	48.754	7
Operações de repo com os bancos	163.038	11	75.155	9	76.376	11	47.905	7
Total contas de clientes, fundos a longo prazo e empr. obtidos colaterizados	1.054.293	74	653.012	77	572.485	81	476.774	73
Títulos de dívida em emissão com vencimento residual de um ano	155.742	11	89.189	10	41.957	5	68.127	11
Depósitos de bancos (excluindo repos)	149.595	10	67.301	8	55.767	8	62.502	10
Posições curtas	73.501	5	47.058	5	43.809	6	37.427	6
Total	1.433.131	100	86.560	100	714.018	100	644.830	100

As contas de clientes, (excluindo repos) e os fundos a longo prazo (títulos de divida a prazo em emissão com período de vencimento residual superior a um ano e capital) continuam a representar o núcleo do financiamento do Grupo. Excluindo o ABN AMRO, estes fundos centrais no total aumentaram 70,7 mil milhões (16%) durante 2007, representando 59% do financiamento total em 31 de Dezembro de 2007. A inclusão do ABN AMRO acrescentou 253,5 mil milhões de libras a esse total em Dezembro de 2007, representando 53% do financiamento total no balanço alargado.

As contas de clientes compreendem uma fonte bem diversificada e estável de fundos de uma grande variedade de clientes de retalho, empresariais e institucionais não bancários. Excluindo o ABN AMRO, as contas de clientes aumentaram 46.3 mil milhões de libras (14%) representando 43% do financiamento total em 31 de Dezembro de 2007. A inclusão do ABN AMRO acrescentou 180.9 mil milhões de libras a esse total em 31 de Dezembro de 2007, representando 38% do financiamento total no balanço alargado.

Os títulos de divida a prazo em emissão, com um prazo de vencimento de mais de um ano aumentaram 11.4 mil milhões de libras (26%) representando 7% do financiamento do Grupo em 31 de Dezembro de 2007, com exclusão do ABN AMRO, reflectindo a actividade do Grupo na angariação de fundos a prazo através dos seus programas de securitização e de notas a médio prazo Euro e EUS.

Incluindo o ABN AMRO, a emissão de títulos de dívida a prazo através dos seus programas similares acrescentou 62,4 mil milhões de libras a esse valor, representando 8% do financiamento total no balanço alargado.

O capital (capital próprio e dívidas subordinadas) aumentou 13,0 mil milhões de libras (19%) constituindo 9% do financiamento total em 31 de Dezembro de 2007.

O crédito com acordo de recompra colaterizado por uma série de títulos de dívida e outros activos é obtido junto de uma série de clientes empresariais e institucionais e bancos. Excluindo o ABN AMRO, o crédito colaterizado com acordo de recompra aumentou 9,8 mil milhões de libras (7%) representando 18% dos fundos do Grupo em 31 de Dezembro de 2007. Incluindo o ABN AMRO o crédito colaterizado com acordo de recompra acrescentou 147,8 mil milhões de libras a esse número, representando 21% do valor total dos fundos que figuram no balanço alargado.

Os fundos por grosso a curto prazo (com vencimento residual até um ano) são obtidos numa base não colaterizada de uma grande variedade de contrapartes e investidores em títulos de dívida, sendo que o maior depositante individual continua a representar menos de 1% do financiamento total do Grupo.

As posições curtas em vários títulos são detidas principalmente pelo RBS Greenwich Capital na Global Banking & Markets do RBS nos EUA e pela Global Markets do ABN AMRO. Excluindo o ABN AMRO, o nível de fundos provenientes da emissão de títulos de divida não garantidos a curto prazo, os depósitos bancários (excluindo os repos) e as posições curtas aumentaram 62,0 mil milhões de libras (44%) representando 23% dos fundos totais em 31 de Dezembro de 2007. Incluindo o ABN AMRO, estes empréstimos por grosso obtidos a curto prazo acrescentaram 175,3 mil milhões de libras àquele valor, representando 26% aos fundos totais no balanç alargado.

Actividade líquida dos clientes

Excluindo o ABN AMRO, o crédito líquido aos clientes, excluindo os repos, aumentou 14,7 mil milhões de libras (17%) durante 2007, à medida que o crescimento dos empréstimos e adiantamentos aos clientes continuou a exceder o crescimento das contas de clientes, aumentando assim consistentemente a dependência em relação aos fundos do mercado grossista para fazer face ao crescimento dos empréstimos.

Incluindo o ABN AMRO, o crédito líquido a clientes, excluindo repos, acrescentou 43,5 mil milhões de libras, reduzindo o rácio de empréstimos e adiantamentos: contas de clientes para 126,6%.

Actividade líquida de clientes	Incluindo ABN AMRO 2007 m£	Excluindo ABN AMRO 2007 m£	2006 m£	2005 m£
Empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos, excluindo reverse repos)	693.331	468.942	407.918	372.223
Contas de clientes (excluindo repos)	547.449	366.538	320.238	294.113
Crédito a clientes menos contas de clientes	145.882	102.404	87.680	78.110
Empréstimos e adiantamentos a clientes com % das contas de clientes (excluindo repos)	126.6%	127.9%	127.4%	126.6%

Gestão da estrutura a prazo

O Grupo avalia regularmente o seu risco de liquidez estrutural e aplica uma variedade de estratégias de gestão do balanço e dos fundos a prazo para manter esse risco dentro dos seus parâmetros de política normais.

O grau de desencontro de maturidades dentro da estrutura global a longo prazo do activo e do passivo do Grupo é gerido segundo directrizes de política interna para assegurar que os compromissos de activo a prazo sejam financiados numa base económica ao longo da sua vida. Ao gerir a sua estrutura global a prazo, o Grupo analisa e tem em conta o efeito do comportamento dos clientes de retalho e empresariais nos vencimentos efectivos do activo e do passivo em que diferem materialmente dos vencimentos contratuais subjacentes.

Testes de esforço

Em Agosto de 2007 as dificuldades do mercado hipotecário subprime dos EUA desencadearam um acontecimento de falta de liquidez sistémica que nessa altura se propagou de uma forma mais alargada ao mercado global garantido por activo e teve um impacto adverso no fornecimento e custo global dos fundos e na liquidez para outros vencimentos que não os de muito curto prazo. O RBS geriu a sua posição de liquidez através dessas condições de mercado, aumentou o seu suplemento de liquidez e permanece com capacidade para satisfazer cabalmente as suas necessidades de fundos.

O Grupo realiza testes de esforço para simular a forma como os acontecimentos podem ter impacto nas suas capacidades de financiamento e de liquidez. Esses testes informam a estrutura global do balanço e ajudam a definir limites prudentes para o controlo do risco resultante do desencontro de maturidades no balanço e de compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes. A natureza dos testes de esforço é mantida sob controlo, de acordo com a evolução das condições do mercado.

Os planos de fundos de contingência são mantidos para prever e responder a qualquer deterioração material das condições do mercado que se aproxime ou seja real. O Grupo continua a estar confiante que pode gerir as suas necessidades de liquidez eficazmente nessas circunstâncias.

Gestão diária

O principal foco da actividade de gestão diária é assegurar acesso a liquidez suficiente para cumprir as obrigações de fluxos de caixa dentro dos principais horizontes de tempo, em particular com um mês de antecedência.

A estrutura de vencimentos a curto prazo do passivo e do activo do Grupo é gerida diariamente para assegurar que todas as obrigações de fluxos de caixa materiais ou potenciais, decorrentes de compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes possam ser cumpridas. As fontes potenciais incluem entradas de caixa do activo que esteja a vencer, novos empréstimos obtidos ou a venda de vários títulos de dívida detidos (após ter em conta as margens de segurança apropriadas).

O risco de liquidez a curto prazo é normalmente gerido numa base consolidada com limites de desencontros de maturidades internos definidos para todas as subsidiárias e filiais não situadas no RU que têm actividades de tesouraria locais materiais, assegurando assim que a manutenção diária da posição de risco de liquidez geral do Grupo não fique comprometida. O ABN AMRO, o Citizens Financial Grupo e o RBS Insurance gerem a liquidez localmente, atendendo a diferentes regimes regulamentares, sujeitos a revisão pela Tesouraria do Grupo. À medida que a integração das actividades do ABN AMRO no Grupo prossegue, as políticas, parâmetros e elementos de medição do risco de liquidez utilizadas são progressivamente alinhadas numa estrutura única.

Actividade líquida do mercado grossista a curto prazo	Incluindo ABN AMRO 2007 m£	Excluindo ABN AMRO 2007 m£	2006 m£	2005 m£
Tit. dívida, acções partic.cotadas, detidas p/ negociação, tit. tesouro e outros tit.eleg.	328.352	174.724	135.775	129.440
Operações de reverse repo com bancos e clientes	318.298	146.675	117.060	90.691
Menos: operações de repos com bancos e clientes	(297.954)	(150.184)	(140.360)	(96.659)
Posições curtas	(73.501)	(47.058)	(43.809)	(37.427)
Títulos de dívida detidos companhias de seguros	(8.062	(6.876)	(6.149)	(5.724)
Títulos de dívida contabilizados como garantia de passivo	(29.709)	(8.911)	(8.560)	(9.578)
Activos negociáveis líquidos	237.424	108.370	53.957	70.743
Por vencimento residual até um mês: Depósitos de bancos (excluindo repos)	112.181	38.470	36.089	35.153
Menos: empréstimos e adiantamentos a bancos (brutos, excluindo reverse repos)	((25.609)	(21.763)	(21.136)	(16.381)
Títulos de dívida em emissão	66.289	28.814	19.924	20.577
Passivo por grosso líquido com vencimento a um mês	152.861	45.521	34.877	39.349
Excedente líquido do activo negociável com vencimento a um mês	84.563	62.849	19.080	31.394

Excluindo o ABN AMRO, o excedente líquido do Grupo no que se refere ao activo negociável acima do passivo por grosso líquido a curto prazo, com vencimento a um mês aumentou 43,8 mil milhões de libras, reflectindo as medidas tomadas pelo Grupo para aumentar a sua cobertura de liquidez em resposta às condições de mercado. Incluindo o ABN AMRO, o excedente líquido de activo comercializável acima do passivo por grosso líquido a curto prazo, com vencimento a um mês foi 84,6 mil milhões de libras.

Liquidez em libras esterlinas

Excluindo o ABN AMRO, mais de 36% do activo total do Grupo está denominado em libras esterlinas, sendo que a FSA exige ao Grupo, numa base consolidada, que mantenha diariamente um rácio mínimo de 100% entre:

- as existências de activo líquido admissível de alta qualidade (principalmente títulos do tesouro dos governos do RU e dos EUA, títulos do tesouro e caixa existentes nas filiais); e

- a soma do fluxo de saídas líquidas por grosso em libras esterlinas com vencimento contratual a cinco dias úteis (compensadas até ao limite de 50%, por 85% de certificados de depósito em libras esterlinas com vencimento superior a cinco dias úteis); e 5% de depósitos de retalho com vencimento contratual de cinco dias úteis ou inferior.

A FSA também define um nível mínimo absoluto para o capital do activo líquido admissível que o Grupo é obrigado a manter diariamente. Os processos internos asseguram que o Grupo atinja ou exceda permanentemente estes requisitos mínimos.

Liquidez em moedas que não sejam a libra esterlina

O Grupo também reconhece a importância da liquidez noutras moedas para além da libras esterlina, que é gerida diariamente dentro de vários limites, tendo em conta a comerciabilidade, dentro de um período curto, de toda a gama de títulos de dívida detidos, se necessário, para fazer face a saídas inesperadas.

O nível de risco contingente resultante da potencial utilização de compromissos não utilizados ou parcialmente utilizados, linhas de crédito de protecção, linhas de crédito stand-by e outras facilidades similares também é activamente monitorizado e reflectido nas medidas do risco de liquidez não em libras esterlinas do Grupo.
A empresa dá especial atenção ao mercado de papel comercial em dólares dos Estados Unidos e à propensão das contrapartes bancárias e empresariais do Grupo que estão activas na angariação de fundos desse mercado para mudar para a utilização de facilidades oferecidas pelo Grupo no caso de qualquer uma das contrapartes experimentar dificuldades específicas ou de um alargamento significativo dos spreads de juros geralmente no mercado do papel comercial.

O Grupo também fornece facilidades de apoio de liquidez às suas próprias condutas e tem pequenas exposições a outras condutas seleccionadas que vão buscar fundos ao mercado de papel comercial garantido por activo ("ABCP"). O risco de liquidez contingente a curto prazo no fornecimento dessas facilidades de apoio é atenuado pelo spread das datas de vencimento do papel comercial absorvido pelas condutas. Os limites sancionados para essas facilidades totalizaram aproximadamente 64 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007, das quais 16 mil milhões de libras estão relacionados com as condutas RBS e 48 mil milhões de libras com as condutas ABN AMRO. As condutas RBS são condutas ABCP multi-vendedores classificados aos níveis A1 ou A1+/P1. Durante as difíceis condições do mercado desde Agosto de 2007, as condutas foram geralmente capazes de continuar a emitir papel comercial classificado embora com vencimentos geralmente mais curtos e níveis de preços superiores aos anteriores. Verificou-se um agravamento da escassez de liquidez no mercado, especialmente em Novembro e Dezembro, para as emissões a mais longo prazo (i.e. mais de um mês) à medida que o fim do ano se aproximava. Os mercados de capitais do RBS e do RBS Greenwich actuam como intermediários para os programas de emissão de papel comercial das condutas e compraram PC nessa qualidade, mas as participações não foram geralmente materiais. A maioria das condutas ABN AMRO também estão classificadas como A1 ou A1+/P1 e experimentaram condições de negociação semelhantes às das condutas RBS embora duas pequenas condutas tenham obtido liquidez. O ABN AMRO Bank e o ABN AMRO Corp actuam como intermediários dos programas e geralmente não detinham CP não materiais em stock. As condutas são consolidadas pelo Grupo.

Desenvolvimentos da regulamentação em matéria de gestão do risco de liquidez

Durante 2007, as condições do mercado externo evidenciaram a necessidade de coordenação, a nível internacional, da gestão do risco de liquidez .

Várias entidades reguladoras locais, nomeadamente da Irlanda do Norte, também introduziram nova regulamentação em matéria de liquidez. O Grupo não teve dificuldade em cumprir os novos requisitos.

Estão previstos novos desenvolvimentos da regulamentação ao longo de 2008, incluindo progressos na harmonização dos requisitos de liquidez. Também se espera que os bancos centrais continuem a trabalhar no sentido de coordenar os seus acordos de fornecimento de liquidez a fim de amenizar as condições do mercado. O Grupo tem trabalhado e continua a trabalhar activamente com as várias entidades reguladoras e os bancos centrais para ajudar a criar um regime de liquidez futura apropriado, que tenha em conta tanto as considerações nacionais como a política internacional integridade gestão do risco de liquidez em grupos bancários integrados como o Grupo.

Risco de mercado

RO risco de mercado é definido como o risco de perda resultante de alterações adversas dos factores de risco com as taxas de juro, as taxas de câmbio e as cotações das acções, e ainda factores relacionados, como as volatilidades do mercado.

O Grupo está exposto ao risco do mercado em virtude de posições detidas nas suas carteiras de negociação, assim como na sua actividade não relacionada com as carteiras de negociação, incluindo as operações de tesouraria do Grupo.

Existem duas fontes de risco de mercado para o Grupo:

• Negociação: os principais factores de risco para o Grupo são as taxas de juro, os spreads de crédito, as cotações das acções e o câmbio.

O principal enfoque das actividades de negociação do Grupo é a facilitação ao cliente – fornecer à base de clientes do Grupo produtos a preços competitivos. O Grupo também se dedica a actividades de: *market making* – praticando quotações de proposta (compra) e oferta (venda) firmes com intenção de lucro proveniente do spread entre as quotações; arbitragem – participando em posições de compensação em mercados diferentes mas intimamente relacionados para tirar partido das imperfeições do mercado, e as actividades registadas – assumindo posições em instrumentos financeiros como ordenante para aproveitar as condições de mercado previstas.

Os instrumentos financeiros detidos nas carteiras comerciais do Grupo incluem, mas de forma não restritiva: títulos de dívida, empréstimos, depósitos, participações, acordos de venda e recompra de títulos e instrumentos financeiros derivados (futuros, forjares, swaps e opções).

Sobre as normas contabilísticas do Grupo e informação sobre as suas exposições aos intrumentos financeiros derivados, ver Normas contabilísticas e a Nota 13 às demonstrações.

• Não negociação: os principais riscos de mercado decorrentes das actividades não inseridas nas carteiras de negociação do Grupo, são o risco da taxa de juro, o risco cambial e o risco do preço das acções.

A actividade de tesouraria e as discrepâncias na revisão dos preços do activo e do passivo nas suas operações bancárias de retalho e comerciais representa a maior parte do risco de taxa de juro não de negociação. O risco de câmbio não de negociação deriva dos investimentos do Grupo nas subsidiárias, associadas e filiais do Grupo no estrangeiro.

O investimento estratégico do Grupo no Banco da China, a carteira de capital de risco e os investimentos detidos pela sua actividade de seguros gerais são as principais fontes de risco do preço da acções não ligado às carteiras de negociação.

As carteiras de instrumentos financeiros que não fazem parte das carteiras de negociação do Grupo compreendem principalmente empréstimos (incluindo locações financeiras), títulos de dívida, acções de participação, depósitos, certificados de depósito e outros títulos de dívida emitidos, capital de empréstimo e derivados. Devido à sua natureza distinta o activo e o passivo a longo prazo da actividade de seguros do Grupo atribuível aos titulares de apólices foi excluído destas divulgações dos riscos de mercado.

Estratégia e processo

A GEMC aprova o apetite pelo risco no mercado da carteira negociação do Grupo, expresso em termos dos limites do índice do valor em risco (VaR) e dos testes de esforço. Estes limites são delegados em actividades de negociação individuais no seio do Grupo. O Conselho de Administração, a GEMC e a GRC analisam mensalmente relatórios que apresentam informação resumida sobre o VaR, as posições de negociação e os testes de esforço.

A função do risco de mercado é independente das actividades de negociação do Grupo e é responsável:

• pela aplicação e o cumprimento efectivos da Declaração da Política de Riscos de Mercado do Grupo (MRPS), alinhando o risco de mercado assumido pelo Grupo com os limites de risco definidos pela GEMC;
• pela identificação, mensuração, monitorização, análise e reporte do risco de mercado gerado pelas várias actividades; e
• pela definição de políticas e metodologias apropriadas para medir e controlar o risco de mercado.

Metodologia de medição do risco de mercado

O Grupo utiliza uma série de metodologias para medir o risco de mercado nas suas carteiras de negociação e de tesouraria. Estas metodologias incluem:

(i) VaR

O VaR é uma técnica que produz estimativas da potencial alteração negativa do valor de mercado de uma carteira ao longo de um horizonte de tempo especificado com certos níveis de confiança. Para efeitos da gestão interna do risco, o VaR do Grupo assume um horizonte de tempo de um dia de negociação e um nível de confiança de 95%. O Grupo também calcula o VaR com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de tempo de dez dias de negociação para efeitos do cálculo do capital de risco de mercado da carteira comercial.

O Grupo utiliza modelos de simulação históricos para calcular o VaR. Esta metodologia, tal como muitos outros modelos de VaR, assume que as alterações dos factores de risco observadas no passado são uma boa estimativa das que são susceptíveis de ocorrer no futuro e por isso está confinada à relevância dos dados históricos utilizados. O método do Grupo, porém, não faz qualquer pressuposto sobre a natureza ou tipo da distribuição das perdas subjacentes. O Grupo utiliza normalmente os quinhentos dias de negociação anteriores dos dados de mercado.

O Grupo calcula tanto o risco de mercado em geral (i.e. o risco devido ao movimento das referências gerais do mercado) como o risco de mercado idiossincrático (i.e. o risco devido a movimentos no valor dos títulos por referência a emitentes específicos) utilizando os seus modelos de VaR.

O VaR do Grupo deve ser interpretado à luz das limitações da metodologia utilizada. Estas limitações incluem:

• Os dados históricos podem não fornecer a melhor estimativa da distribuição conjunta das alterações dos factores de risco no futuro e não reflectir o risco de possíveis movimentos de mercado extremos adversos que não ocorreram na janela histórica utilizada para os cálculos.

• O VaR que utiliza o horizonte de tempo de um dia não reflecte completamente o risco de mercado de posições que não podem ser liquidadas ou cobertas dentro de um dia.

• Os VaR que utiliza um nível de confiança de 95% não reflecte a extensão das potenciais perdas para além desse percentil.

O Grupo calcula basicamente o VaR das carteiras comerciais no fim do expediente e as posições podem mudar substancialmente ao longo do dia de negociação. Existem outros controlos para limitar a exposição intra-dia do Grupo, como o cálculo do VaR para carteiras seleccionadas. Estas limitações e a natureza do índice VaR significam que o Grupo não pode garantir que as perdas não excedam os montantes do VaR indicados. O Grupo realiza testes de esforço para identificar o potencial de perdas para além do VaR.

O VaR para as carteiras de negociação do Grupo discriminadas por tipo de exposição ao risco de mercado, incluindo o risco idiossincrático, está apresentado na tabela abaixo

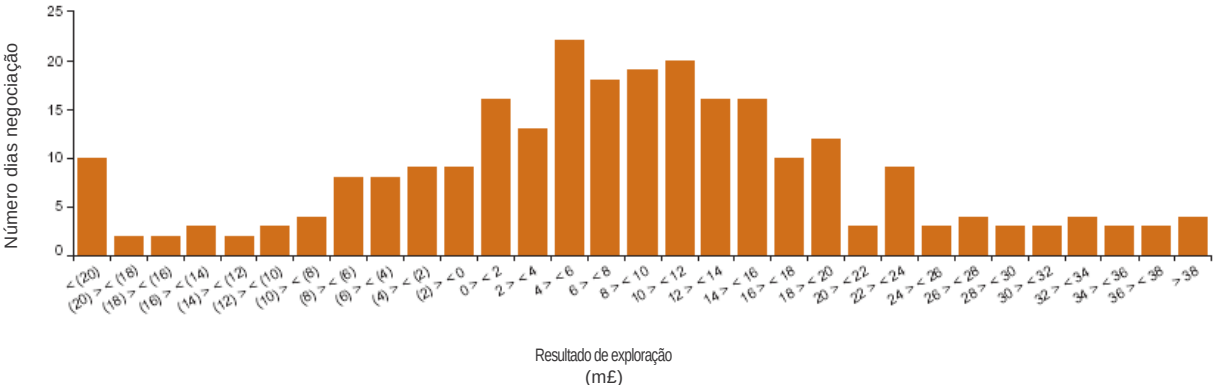
	2007				2006			
	Médio	Fim do período	Máximo	Mínimo	Médio	Fim do período	Máximo	Mínimo
Excluindo o ABN AMRO	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£
Taxa de juro	11,7	9,6	17,6	7,6	8,7	10,2	15,0	5,7
Spread de crédito	17,7	37,9	44,0	12,6	13,2	14,1	15,7	10,4
Divisa	2,6	2,6	6,9	1,1	2,2	2,5	3,5	1,0
Acções	2,4	1,9	6,8	1,4	1,1	1,6	4,4	0,5
Mercadorias	0,2	0,1	1,6	—	0,2	—	1,1	—
Diversificação		(12,4)				(12,8)		
Total do VaR de negociação	20.3	39.7	45.5	13.2	14.2	15.6	18.9	10.4

	2007			
	Médio	Fim do período	Máximo	Mínimo
Excluindo o ABN AMRO	m£	m£	m£	m£
Taxa de juro	12.5	15.0	21.8	7,6
Spread de crédito	18.8	41,9	45.2	12,6
Divisa	2,6	3.0	6,9	1,1
Acções	5,4	14.0	22.0	1,4
Mercadorias	0,2	0,5	1,6	—
Diversificação		(18.7)		
Total do VaR de negociação	21.6	45.7	50.1	13.2

Testes retrospectivos

O Grupo realiza um programa de testes retrospectivos diários, que comparam o lucro ou perda efectivo realizado na actividade de negociação com a estimativa do VaR. Os resultados deste processo de realização dos testes retrospectivos são um dos métodos através dos quais o Grupo monitoriza a adequação contínua do seu modelo de VaR. As excepções aos testes retrospectivos São as situações em que uma perda realizada excede o VaR previsto. Ao nível de confiança de 99% não é de esperar mais do que uma excepção aos testes retrospectivos de 100 em 100 dias de negociação. Durante 2007 o Grupo registou três excepções aos testes retrospectivos ao nível do Grupo consolidado.

As actividades de negociação do Grupo são executadas principalmente pela Global Banking & Markets. O gráfico abaixo mostra o número de dias em que o resultado de exploração da Global Banking & Markets diminuiu dentro do intervalo de valores indicado.



(ii) Testes de esforço

Os testes de esforço medem o impacto de alterações anómalas das taxas e preços de mercado no justo valor das carteiras de negociação do Grupo. A GEMC aprova o limite dos testes de esforço do risco de mercado de alto nível para o Grupo.

O Grupo calcula uma série de testes de esforço do risco de mercado diariamente. O objectivo dos testes de esforço é identificar a perda que as exposições da carteira de negociação corrente do Grupo gerariam em situações de mercado plausíveis mas adversas. O Grupo calcula os testes de esforço históricos e os testes de esforço hipotéticos.

Os testes de esforço históricos calculam a perda que seria gerada se os movimentos de mercado que ocorreram durante um acontecimento de mercado histórico se repetissem. Os testes de esforço hipotéticos calculam a perda que se geraria se ocorresse um conjunto específico de movimentos de mercado adversos.

Para além dos testes de esforço dos riscos de mercado consolidados ao nível do Grupo, também se realizam testes de esforço ao nível da principal estratégia de negociação. Realizam-se testes de esforço adicionais para as estratégias em que os riscos de mercado associados não são devidamente reflectidos pelo VaR.

As exposições dos testes de esforço são discutidas com a gestão sénior e reportadas à GRC, à GEMC e ao Conselho de Administração. As infracções aos limites dos testes de esforço do risco de mercado do Grupo são reportadas à GRC, à GEMC e ao Conselho de Administração.

(iii) Risco de posição e análises de sensibilidade

Para além do VaR e das medições através dos testes de esforço acima referidas, o Grupo efectua uma grande variedade de medições da sensibilidade e do risco de posição, por exemplo escalas de taxas de juro ou matrizes de reavaliação de opções. Estas medições proporcionam valiosos controlos adicionais, muitas vezes ao nível da individual ou da estratégia.

Controlos do risco de mercado

Todas as divisões que estão sujeitas ao risco de mercado no decurso da sua actividade são obrigadas a cumprir os requisitos de MRPS do Grupo. As principais ferramentas de gestão dos riscos são autoridades delegadas, limites especificamente rígidos e elementos que desencadeiam a discussão.

Os limites fazem parte das autoridades de negociação e constituem uma das pedras angulares da estrutura de gestão dos riscos de mercado. O seu incumprimento deve ser alvo de medidas apropriadas, especificadas em pormenor no MRPS. Após a notificação da violação de um limite, o organismo apropriado deve tomar uma das seguintes medidas:

- dar instruções para reduzir as posições de modo a repor o Grupo dentro dos limites acordados ou
- estabelecer um aumento temporário do limite (por exemplo, para permitir a devida compensação das posições), ou
- estabelecer um aumento permanente do limite.

Tesouraria

As actividades de tesouraria do Grupo incluem a sua actividade no mercado monetário e a gestão do fluxo de fundos internos nas actividades do Grupo. As carteiras do mercado monetário incluem os instrumentos de caixa (principalmente títulos de divida, empréstimos e depósitos) e os derivados de cobertura relacionados. O VaR para as carteiras de tesouraria do Grupo, que está relacionado principalmente com o risco das taxas de juro, incluindo os spreads de crédito, foi de 5,5 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 1.5 milhões de libras). Durante o exercício o VaR máximo foi de 6,4 milhões de libras (2006 – 4,4 milhões de libras), o mínimo 1.3 milhões de libras (2006 – 0,6 milhões de libras) e o médio 3.7 milhões (2006 – 2,4 milhões de libras).

Banca de retalho e comercial

O risco das taxas de juro não de negociação nestas actividades pode ter origem em várias situações, incluindo quando o activo, o passivo e os instrumentos extra-patrimoniais têm diferentes datas de revisão de preços.

O risco da taxa de juro não de negociação é calculado em cada actividade com base na determinação do comportamento de revisão dos preços de cada activo, do passivo e dos produtos extra-patrimoniais. Para muitos produtos, as características efectivas de revisão das taxas de juro diferem da revisão de preços contratual. Na maioria dos casos, o prazo da revisão de preços é determinado pela taxa de juro de mercado que melhor de enquadre no comportamento histórico da taxa de juro de um produto. Para as contas correntes não remuneradas, o prazo de revisão dos preços é determinado pela estabilidade da carteira. Os prazos de revisão dos preços utilizados são aprovados pelo menos anualmente pela Tesouraria do Grupo e pelas comissões de activo e passivo das divisões. As principais convenções são anualmente revistas pela GALCO.

No fim do mês é elaborado um relatório da diferença de vencimento estática para cada actividade, em cada divisa funcional, com base na revisão dos preços determinada pelo comportamento, para cada produto. O Grupo tem a política de incluir no relatório da diferença o activo e o passivo não financeiros, principalmente as imobilizações corpóreas e o capital e as reservas do Grupo distribuídos pelos vencimentos a longo e a médio prazo. Este relatório também inclui as transacções de cobertura, principalmente derivados.

Quaisquer exposições residuais à taxa de juro não de negociação são controladas limitando as discrepâncias da revisão dos preços nos balanços das diferentes actividades. As potenciais exposições aos movimentos das taxas de juro a médio e a longo prazo são medidas e controladas utilizando uma versão da mesma metodologia VaR que é utilizada para as carteiras de negociação do Grupo mas sem factores de desconto.
As exposições do resultado líquido registado na contabilidade do exercício são medidas e controladas em termos de sensibilidade ao longo do tempo aos movimentos ocorridos nas taxas de juro.

O risco é gerido dentro dos limites do VaR, aprovados pela GALCO, através da execução do caixa e instrumentos derivados. A execução da cobertura está a cargo da respectiva divisão através das funções de tesouraria do Grupo. A posição de risco residual é reportada às comissões de activo e passivo das divisões, à GALCO e ao Conselho de Administração.

VaR da taxa de juro não de negociação

O VaR da taxa de juro não de negociação, incluindo as actividades de tesouraria e bancárias de retalho e comercial do Grupo, incluindo o ABN AMRO numa base totalmente consolidada, foi de 42,9 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 40,2 milhões de libras), sendo que a principal exposição se referia às alterações das taxas de juro em dólares dos EUA a longo prazo. Durante o exercício, o VaR máximo foi de 53,6 milhões de libras, (2006 – 98,7 milhões de libras), o mínimo de 32,9 milhões de libras (2006 – 40,2 milhões de libras) e o médio de 43.2 milhões de libras (2006 – 76,6 milhões de libras).

O Citizens foi o que mais contribuiu para o VaR da taxa de juro não de negociação em geral. Trabalha com carteiras de investimentos altamente classificados e líquidos, principalmente títulos garantidos por activos emitidos por entidades apoiadas pelo governo dos EUA. Esta metodologia de gestão do balanço é comum nos bancos de retalho dos EUA em que as hipotecas são originadas e subsequentemente vendidas a organismos federais para financiamento através dos mercados de capitais.

O VaR, tal como todas as medições do risco da taxa de juro, tem limitações quando aplicado às carteiras da banca de retalho e a gestão das exposições à taxa de juro do Citizens Financial Group envolve uma série de outros parâmetros de medição do risco das taxas de juro e os limites relacionados. Dois parâmetros que são reportados ao Citizens ALCO e ao Conselho de Administração são:

- A sensibilidade dos resultados líquidos na contabilidade do exercício a uma série de movimentos paralelos nas taxas de juros; e

- A sensibilidade do valor económico do capital próprio ("EVE") a uma série de movimentos paralelos nas taxas de juro.

Os limites aplicados a estes parâmetros são definidos para movimentos paralelos de +/-1% e +/-2%. A metodologia EVE utiliza estratégias de revisão dos preços dos depósitos e os riscos de opções incorporados que existem tanto na carteira de investimentos dos títulos garantidos por hipotecas como na carteira de empréstimos ao consumidor.

O EVE é o valor actual dos fluxos de caixa gerados pelo balanço corrente. A sensibilidade do EVE a um movimento paralelo de 2% no sentido ascendente e descendente das taxas de juro praticadas nos EUA está ilustrada abaixo.

	Aumento/(diminuição) percentual do EVE do Citizens	
2007	Mov. Paralelos ascendentes de 2% nas taxas de juro dos EUA	Mov. Paralelos descendentes de 2% nas taxas de juro dos EUA (Não permitidas taxas de juro negativas)
Fim do período	(6,4)	(9,7)
Máximo	(10,1)	(10,3)
Mínimo	(4,5)	(3,0)
Médio	(8,0)	(7,6)
2006		
Fim do período	(9,6)	(7,2)
Máximo	(10,1)	(10,3)
Mínimo	(8,4)	(1,9)
Médio	(9,4)	(6,0)

Para o Grupo, o outro importante risco de taxas de juro estrutural decorre de uma conjuntura de baixas taxas de juro, sobretudo na libra esterlina, mantida durante uma série de anos. Num tal cenário, os preços dos depósitos podem atingir níveis efectivos abaixo dos quais não é prático reduzir mais as taxas enquanto os preços do activo a taxa variável continuarem a diminuir. Um cenário de baixas taxas prolongadas também geraria progressivamente uma diminuição do rendimento das coberturas a médio e a longo prazo do passivo não remunerado.

Risco cambial

O Grupo não mantém posições cambiais abertas não de negociação relevantes que não sejam as exposições estruturais à conversão cambial decorrentes dos seus investimentos nas subsidiárias estrangeiras e nas empresas associadas e os seus fundos cambiais relacionados. A política do Grupo em relação às posições estruturais é equiparar a exposição estrutural em moeda estrangeira decorrente do valor líquido activo, incluindo o goodwill, nas subsidiárias estrangeiras, os investimentos e as sucursais contabilizados em capital próprio, excepto quando isso aumente de forma relevante a sensibilidade dos rácios de capital regulamentares do Grupo ou da subsidiária aos movimentos cambiais. A política requer que as posições cambiais estruturais sejam regulamente revistas pela GALCO. As diferenças cambiais resultantes da conversão das operações estrangeiras são directamente reconhecidas no capital próprio, juntamente com a parte efectiva das diferenças cambiais decorrentes dos instrumentos de cobertura.

A classificação das emissões de acções preferenciais denominadas em moeda estrangeira no capital próprio exige que essas acções sejam mantidas no balanço pelo valor histórico. Consequentemente, essas emissões de acções produzem o efeito de aumentar a posição estrutural em moeda estrangeira do Grupo.

As tabelas abaixo indicam as exposições estruturais do Grupo em divisas estrangeiras

2007	Invest. Liq. Em operações estrangeiras m £	Coberturas de Invest. Liq. m £	Exposições estruturais em moeda estrangeira m£
Dólar EUA	14,819	2,844	11,975
Euro	46,629	41,220	5,409
Franco suíço	910	863	47
RMB chinês	2,600	1,938	662
Real brasileiro	3,755	—	3,755
Outras divisas não libra esterlina	2,995	875	2,120
	71,708	47,740	23,968
2006			
Dólar EUA	15.036	5.278	9.758
Euro	3.059	1.696	1.363
Franco suíço	462	457	5
RMB chinês	3.013	—	3.013
Outras divisas não libra esterlina	132	107	25
	21.702	7.538	14.164

A exposição em RMB chinês decorre do investimento estratégico do Grupo no Banco da China

Risco das obrigações com pensões

O Grupo também está exposto ao risco inerente aos seus planos de pensões de benefício definido. Os activos dos planos compreendem carteiras de investimento que são detidas para cumprir as responsabilidades projectadas para com os membros do plano. O risco destes planos reside no facto de os retornos das carteiras poderem ser inferiores ao previsto e existirem aumentos superiores aos esperados no valor estimado das obrigações do plano. Nestas circunstâncias, o Grupo pode ser obrigado ou optar por efectuar contribuições adicionais para os planos.

Risco do preço das acções

As posições das acções que não se inserem na carteira de negociação podem dar origem a alterações do rendimento não de negociação do Grupo e reservas que resultam de alterações dos preços/rendimento das acções. Estes movimentos podem cristalizar durante as actividades normais da empresa ou em condições de stress do mercado.

Existem várias razões para deter posições de capital em acções na carteira não de negociação do Grupo, incluindo atingir objectivos estratégicos, mais-valias esperadas e suportar transações de capital de risco . Estes investimentos são contabilizados ao justo valor e as alterações do justo valor são registadas nos lucros ou perdas ou no capital próprio.

Os tipos, a natureza e os montantes das exposições de títulos negociados em bolsa, das exposições às acções do sector privado e de outras exposições varia significativamente. Tais exposições podem assumir a forma de acções de participação cotadas e não cotadas, warrants e opções de acções, investimentos em acções do sector privado e capital de risco preferenciais classificadas como capital próprio e capital no Federal Home Loans Bank e no Federal Reserve Bank.

Risco de seguro

O Grupo está exposto ao risco de seguro, seja directamente através das suas actividades ou através da utilização dos seguros como um instrumento para diminuir as outras exposições a riscos.

Efectivamente, um contrato de seguro transfere o risco do titular da apólice para a seguradora, sendo que, como retorno pelo prémio pago, a seguradora indemniza o titular da apólice em caso de ocorrência de acontecimentos especificados. O risco de seguro decorre das flutuações no calendário, na frequência e/ou na gravidade dos acontecimentos segurados, relativamente às expectativas no momento da subscrição. É gerido de quatro formas distintas:

- Risco de subscrição e preço
- Risco de gestão de reclamações
- Risco de resseguro
- Risco de reserva

Em termos globais, o risco de seguro é previsível, apoiado e grandes volumes de dados ao longo do tempo. Existe incerteza, especialmente em torno das previsões, por exemplo, das variações climatéricas. O risco é minimizado através da aplicação de políticas de risco documentadas, associadas às estruturas de governação.

As características específicas de cada um dos riscos destacados acima são as seguintes:

Risco de subscrição e preço: o Grupo gere o risco de subscrição e preço através de uma grande variedade de processos, incluindo::

- Directrizes de subscrição que especificam a classe, a natureza e o tipo de negócio que pode ser aceite;
- Políticas de preço que são definidas pela gestão sénior;
- Controlo centralizado do texto das apólices e de quaisquer alterações subsequentes.

Risco de gestão das reclamações: verifica-se quando as reclamações são indevidamente processadas ou pagas. As reclamações são geridas através de uma série de controlos informáticos e processos manuais conduzidos por pessoal experiente. Estes, a par de uma série de políticas e procedimentos detalhados, asseguram que as reclamações sejam processadas de forma atempada, apropriada e exacta. Os processos incluem controlos para evitar que o pessoal processe ou pague reclamações para além do seu nível de autoridade, assim como controlos para evitar pagar reclamações não válidas. Utilizam-se elementos de ajustamento de perdas para processar certas reclamações até à conclusão.

Risco de resseguro: utilizam-se os seguintes tipos de resseguros para proteger contra o impacto de importantes acontecimentos catastróficos ou volumes imprevistos de (ou tendências adversas em) grandes reclamações individuais e para transferir o risco que ultrapassa o actual apetite pelo risco da parte do Grupo. O resseguro de riscos acima do apetite do Grupo só é efectivo se o prémio de resseguro a pagar fizer sentido do ponto de vista económico e a contraparte for financeiramente segura. Antes de celebrar um contrato com uma nova resseguradora, é necessário cumprir o processo de Aprovação do Risco de Crédito que utiliza informação obtida internamente e de agências de notação de segurança. As resseguradoras aceitáveis são as classificadas como A- ou superior a menos que especificamente autorizado pelo conselho de administração do RBS Insurance Group.

- Resseguro contra perda excessiva 'por risco individual' para proteger contra perdas individuais importantes.

- Resseguro de excesso de sinistralidade em caso de 'ocorrência' de catástrofes para proteger contra acontecimentos graves, por exemplo tempestades violentas ou inundações.

- Resseguro em quota-parte para proteger contra tendências adversas imprevistas, em que a resseguradora assume uma percentagem acordada dos prémios e reclamações.

Também podem ser utilizadas outras formas de resseguro, mediante a aprovação da gestão sénior.

Risco de reserva: ocorre quando as reservas são avaliadas incorrectamente e os fundos são insuficientes para pagar (ou processar) as reclamações à medida que vencem, quer se trate de reclamações que já ocorreram em relação às reservas para reclamações (incluindo as reservas para despesas de processamento das reclamações) ou de reclamações que ocorrerão em períodos futuros do seguro.

(em relação às reservas para prémios). O Grupo mantém reservas para reclamações não descontadas (incluindo reservas para cobrir reclamações que foram incorridas mas não reportadas (reservas IBNR)) para todas as classes a um nível suficiente para cobrir todas as obrigações à medida que vencem, tendo em conta as estimativas actuariais e a volatilidade observada e esperada nas reclamações de cada classe. A apólice de Grupo garante que as reservas líquidas para prémios não obtidos sejam adequadas para fazer face ao custo esperado das reclamações e das despesas associadas em relação à exposição após a data do balanço. Se as reservas para prémios não obtidos, líquidas de resseguro e custos de aquisição diferidos forem inadequadas, será mantida uma provisão para adequação da obrigação.

A política do Grupo é manter níveis apropriados de provisões, normalmente para além da melhor estimativa actuarial, para as principais classes de actividade.

Frequência e gravidade de riscos específicos e fontes de incerteza

Na sua actividade de seguros o Grupo concentra-se nos produtos de elevado volume e relativamente simples, por exemplo o seguro habitação e automóvel. Isto facilita a geração de dados completos de subscrição e de reclamações, que são utilizados para fixar o preço com precisão e monitorizar os riscos aceites. Esta atenção aos dados de análise dos riscos é reforçada por rigorosos controlos de custos e de procedimentos de processamento das reclamações.

A maior parte dos contratos de seguro gerais são subscritos numa base anual, o que significa que a responsabilidade do Grupo se estende por um período de 12 meses, após o qual o Grupo tem o direito de recusar, renovar ou impor condições de renovação, alterando o prémio, os termos e/ou condições.

A incerteza relativamente à possível frequência e gravidade das reclamações decorre do seguinte:

a) Contratos de seguro automóvel (particular e comercial): a experiência com as reclamações varia mas os principais factores incluem a idade, o sexo e a experiencia de condução, assim como o tipo de veiculo e o local.

b) Contratos de seguro de imóveis (residenciais e comerciais): a incerteza a curto prazo é motivada principalmente pelas condições atmosféricas. Ao longo de um período mais prolongado, a solidez da economia também é um factor.

c) Outros contratos de seguro comerciais: as reclamações podem resultar da interrupção da actividade e de prejuízos decorrentes de negligência do segurado (seguro de responsabilidade civil). As perdas devido a interrupção da actividade resultam da perda de rendimento, receitas e/ou lucros em resultado de reclamações por danos sofridos pelos bens segurados. O seguro de responsabilidade civil inclui a responsabilidade dos empregadores e a responsabilidade contra terceiros/produtos.

As flutuações da conjuntura social, económica e legislativa são uma fonte de incerteza para a responsabilidade geral do Grupo, em particular as sentenças dos tribunais, a legislação, acontecimentos importantes (por exemplo, actos terroristas), quaisquer novas rubricas de danos emergentes e tipos de reclamações que não estão previstas no acto de subscrição da apólice.

Seguros de vida

As três companhias de seguros de vida reguladas do Grupo, a National Westminster Life Assurance Limited, a Royal Scottish Assurance plc e a Direct Line Life Insurance Empresa Limited são obrigadas a cumprir permanentemente os requisitos mínimos de capital, ao abrigo do Prudential Sourcebook da Autoridade de Serviços Financeiros.

Os recursos de capital que cobrem os requisitos regulamentares não são transferíveis para outras áreas do Grupo. Para assegurar que os requisitos de capital sejam continuamente cumpridos cada empresa mantém um suplemento voluntário acima do mínimo regulamentar.

O Grupo não está exposto ao risco de preço, de câmbio, de crédito ou juros nos contratos de seguro de vida de capital variável, mas está exposto á variação das taxas de gestão. Uma diminuição de 10% do valor do activo reduz as taxas de gestão do activo em 2 milhões de libras por ano (2006 – 5 milhões de libras). O Grupo também subscreve contratos de seguro de benefícios mínimos garantidos por morte que o expõem ao risco de as desvalorizações dos investimentos subjacentes poderem aumentar a exposição líquida do Grupo ao risco de morte.

Risco Operacional

Os riscos operacionais são inerentes à actividade do Grupo. As perdas resultantes do risco operacional ocorrem em resultado de fraude, erro humano, falta de processos ou processos mal concebidos, sistemas variados, danos do activo físico, comportamento impróprio ou ocorrências externas.

Para assegurar que seja imputada uma responsabilidade apropriada para a gestão, reporte e aumento do risco operacional, o Grupo pratica um modelo de defesa em três linhas que descreve os princípios para as funções e responsabilidades na gestão dos riscos operacionais:

- A primeira linha de defesa é a gestão hierárquica do sector. É onde a responsabilidade principal reside em termos de identificação, gestão e atenuação dos riscos associados aos produtos e processos da actividade. A responsabilidade inclui testes regulares e a certificação da adequação e eficiência dos controlos, assim como o cumprimento das Políticas do Grupo, incluindo a Política do Risco Operacional e os Princípios do Grupo ("ORPP").

- A segunda linha de defesa é a comunidade do Risco Operacional. O departamento de Risco Operacional do Grupo é responsável pela concepção e propriedade do ORPP. O ORPP estabelece os princípios e níveis mínimos para efectuar uma gestão eficiente do risco operacional. Incorpora os processos, incluindo a avaliação do risco e do controlo, a análise de cenários, a recolha de dados sobre perdas, o processo de aprovação de novos produtos, principais indicadores de risco, o processo de ocorrências notificáveis e o processo de auto-certificação. A implementação do ORPP é facilitada e vigiada pelas equipas de Risco Operacional da Divisão que prestam apoio e conselhos especializados, para além de supervisão e verificação à gestão hierárquica do sector.

• A terceira linha de defesa é a auditoria. A Auditoria Interna do Grupo é a responsável pela avaliação do cumprimento do ORPP e por efectuar uma avaliação independente da adequação e eficácia da estrutura de riscos e de controlo. O Acordo Basileia II introduz, pela primeira vez, um requisito de capital específico para o risco operacional. A partir do lançamento em 2008, o Grupo aplicará inicialmente a política uniformizada.

Risco regulamentar e supervisão
A abordagem ao risco regulamentar tem três elementos distintos:

• Análise de potenciais alterações da regulamentação para assegurar que o Grupo faça face aos riscos decorrentes dessas alterações e as implemente devidamente.

• Monitorização do cumprimento das regras e regulamentos existentes e atenuação das consequências de qualquer não cumprimento inadvertido.

• Gestão de relações eficientes com as entidades reguladoras para assegurar uma comunicação aberta em duas vias.

O Grupo e as suas subsidiárias colaboram plenamente com as autoridades reguladoras em todas as jurisdições em que operam, em resposta aos requisitos de supervisão contínuos dos reguladores.

Através de uma estrutura de políticas de alto nível para todo o Grupo, o risco da regulamentação é gerido desenvolvendo, mantendo e implementando políticas e sistemas locais para assegurar um cumprimento efectivo. Os processos operacionais do Grupo são concebidos de modo a cumprirem todos os requisitos regulamentares legais em todas as jurisdições onde o Grupo opera.

O Grupo colabora com associações comerciais nacionais e internacionais e articula-se proactivamente com os reguladores, especialmente os da Autoridade de Serviços Financeiros do RU (FSA), assim como com outros actores influentes, como a Comissão de Basileia, a Comissão de Supervisores Bancários Europeus e a Comissão Europeia, para obter um conhecimento apropriado das mudanças programadas e contribuir para a formulação da política de regulamentação.

Na sequência da aquisição do ABN AMRO, o Grupo opera em mais de 50 países.

No decurso normal da actividade o Grupo e as suas subsidiárias colaboram com as autoridades reguladoras em várias jurisdições, nos seus inquéritos ou investigações de alegadas ou possíveis infracções às regulamentações. O Grupo colaborou totalmente com várias revisões regulamentares da operação das indústrias de banca de retalho e crédito ao consumidor no RU e noutros países. Estas incluem as revisões pela Comissão de Concorrência e a FSA do seguro de protecção contra pagamentos, as revisões da OFT dos compromissos assumidos após o inquérito da Comissão de Concorrência em 2002 no fornecimento de serviços bancários às PME. A OFT também está a inquirir sobre as taxas de intercâmbio de cartões de crédito e débito e decidiu averiguar as taxas de descoberto não autorizadas. Na UE, a Comissão Europeia está a investigar as taxas de intercâmbio transfronteiriças do MasterCard e anunciou que o seu crédito à banca de retalho identificou barreiras à concorrência em certas áreas da banca de retalho, sistemas e cartões de pagamento.

Como já foi anteriormente divulgado pelo ABN AMRO, o Ministério da Justiça dos Estados Unidos tem estado a realizar uma investigação criminal das actividades de compensação em dólares do ABN AMRO, dos procedimentos de cumprimento de Office of Foreign Assets Control e outras questões ligadas ao cumprimento da Lei do Sigilo Bancário. O ABN AMRO colaborou e continua a colaborar sem reservas com a investigação. Antes da aquisição pelo Grupo, o ABN AMRO tinha chegado a um acordo de princípio com o Ministério da Justiça que resolveria todos os aspectos actualmente conhecidos da investigação em curso através de uma acordo de acusação diferida mediante o pagamento, pelo ABN AMRO, de 500 milhões de dólares (cujo montante foi contabilizado pelo ABN AMRO nas suas demonstrações financeiras provisórias relativas aos seis meses findos em 30 de Junho de 2007). Estão em curso negociações para permitir a celebração de um acordo por escrito.

Algumas das subsidiárias do Grupo receberam pedidos de informação de vários organismos governamentais dos EUA e de organizações auto-reguladoras, incluindo no que se refere às hipotecas e securitizações subprime, obrigações de dívida garantidas e produtos sintéticos relacionados com as hipotecas subprime. O Grupo e as suas subsidiárias estão a colaborar com estes pedidos de informação e investigações.

O resultado destas averiguações está fora do controlo do Grupo, não sendo possível prever o possível efeito, nas operações do Grupo, de futuras alterações das acções e políticas reguladoras.

Governação

92 Conselho de Administração e Secretário

94 Relatório dos administradores

99 Governação da empresa

105 Relatório sobre as remunerações dos administradores

115 Participações dos administradores em acções

116 Declaração das responsabilidades dos administradores

Conselho de administração e secretário

Presidente
1. Sir Tom McKillop (64 anos)
C, N, R
Nomeado para o Conselho de Administração como Vice-Presidente em Setembro de 2005, Sir Tom é administrador não executivo do BP p.l.c., e presidente do Conselho de Ciência. Anteriormente foi Director Geral da AstraZeneca PLC, e já tinha sido presidente da Federação Europeia das Industrias e Associações Farmacêuticas e Presidente do British Pharma Group. É administrador do Conselho para a Indústria e o Ensino Superior.

Administradores executivos
Director-Geral do Grupo
2. Sir Fred Goodwin (49 anos) DUniv, FCIBS, FCIB, FIB, LLD C
Nomeado para o Conselho de Administração em Agosto de 1998, Sir Fred é Revisor Oficial de Contas. Anteriormente foi Director-Geral e Administrador do Clydesdale Bank PLC e do Yorkshire Bank PLC. É presidente do The Prince's Trust, administrador não executivo do Bank of China Limited e presidente do Chartered Institute of Bankers na Escócia.

Director Financeiro do Grupo
3. Guy Whittaker (51 anos)
C
Nomeado para o Conselho de Administração em Fevereiro de 2006, Guy Whittaker ingressou no RBS depois de estar 25 anos ao serviço do Citigroup. Foi anteriormente tesoureiro do Grupo instalado em Nova Iorque e já tinha exercido uma série de cargos de gestão na industria dos mercados financeiros em Londres.

Director Geral, Corporate Markets
4. Johnny Cameron (53 anos) FCIBS
Nomeado para o Conselho de Administração em Março de 2006, Johnny Cameron entrou para o RBS vindo do Dresdner Kleinwort Benson em 1998. Em 2000, foi nomeado Vice-Director Geral da Corporate Banking & Financial Markets (CBFM) com responsabilidades pela integração das actividades do NatWest e do RBS Corporate Banking. Em Outubro de 2001 foi nomeado Director-Geral do CBFM e subsequentemente renomeado para a Corporate Markets em Janeiro de 2006.

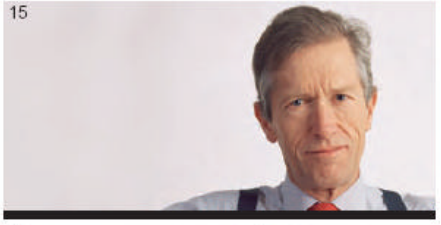
Presidente, RBS America e Citizens Financial Grupo, Inc.
5. Lawrence Fish (63 anos)
Nomeado para o Conselho de Administração em Janeiro de 1993, Lawrence Fish, de nacionalidade americana. é banqueiro de carreira e já foi administrador do Federal Reserve Bank of Boston. È fundador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), administrador da The Brookings Institution e Administrador da Textron Inc. e de numerosas organizações comunitárias nos EUA

Presidente, Conselho de Administração, ABN AMR
6. Mark Fisher (47 anos) FCIBS
Nomeado para o Conselho de Administração em Março de 2006, Mark Fisher é banqueiro de carreira, tendo entrado para o National Westminster Bank Plc em 1981. Em 2000 foi nomeado Director-Geral, de Manufacturing com várias responsabilidades, incluindo a integração das plataformas dos sistemas RBS e NatWest. Mark Fisher é Director-Geral do ABN AMRO e foi nomeado presidente do conselho de administração em Novembro de 2007.

Director-Geral, Retail Markets
7. Gordon Pell (58 anos) FCIBS, FCIB
Nomeado para o Conselho de Administração em Março de 2000, Gordon Pell foi anteriormente Administrador de o Lloyds TSB UK Retail Banking antes de entrar para o National Westminster Bank Plc como administrador em Fevereiro de 2000 e de se tornar Director Geral de da divisão de Retail Banking. Também é Administrador da Race for Opportunity e membro do FSA Practitioner Panel. Foi nomeado presidente da Business Commission on Racial Equality in the Workplace em Julho de 2006 e vice-presidente do Conselho de Administração da Associação de Banqueiros Britânicos em Setembro de 2007.

Administradores não executivos
8. Colin Buchan* (53 anos)
A, C, R
Nomeado para o Conselho de Administração em Junho de 2002, Colin Buchan foi educado na África do Sul e passou a parte inicial da sua carreira na África do Sul e no Extremo-Oriente. Possui uma experiência considerável na banca de investimento nacional assim como na gestão de riscos muito avultados no negócio de participações. Já foi membro do conselho de administração do Grupo UBS AAG e Director de Participações UBS Warburg. Também já presidente da UBS Securities Canada Inc. É Administrador da Standard Life plc, Merrill Lynch World Mining Trust Plc, Merrill Lynch Gold Limited, Royal Scottish National Orchestra Society Limited e World Mining Investiment Company Limited.

9. Jim Currie* (66 anos) D.Litt
R
Nomeado para o Conselho de Administração em Novembro de 2001, Jim Currie é um experiente funcionário público internacional sénior que passou muitos anos a trabalhar em Bruxelas e em Washington. Anteriormente foi Director-Geral na Comissão Europeia com Responsabilidades pela política ambiental da UE e Director-Geral da Customs and Excise e Indirect Taxation. Actualmente é Administrador da Total Upstream UK Limited, The Met Office and Vimetco N.V. bem como consultor internacional da Eversheds.



10. Bill Friedrich* (59 anos)
A
Nomeado para o Conselho de Administração em Março de 2006, Bill Friedrich já foi Vice-Director-Geral do BG Group pplc. Também exerceu funções como consultor geral da British Gas plc e foi sócio da Shearman & Sterling onde exerceu como advogado de assuntos de empresas em geral trabalhando para várias das maiores instituições financeiras mundiais.

11. Archie Hunter* (64 anos)
A (Presidente), C, N
Nomeado para o Conselho de Administração em Setembro de 2004, Archie Hunter é revisor oficial de contas. Foi o sócio sénior escocês da KPMG entre 1992 e 1999 e Presidente do Institute of Chartered Accountants da Escócia em 1997/1998. Possui uma vasta experiência profissional no RU e na América do Norte e do Sul. Actualmente é Presidente do Macfarlane Grupo plc, Director do Edinburgh US Tracker Trust plc e governador do Beatson Institute for Cancer Research.

12. Charles 'Bud' Koch (61 anos)
Nomeado para o Conselho de Administração em Setembro de 2004, Bud Koch é de nacionalidade americana. Possui uma vasta experiência profissional nos EUA e é presidente demissionário do conselho de administração da John Carroll University e administrador do Case Western Reserve University. Foi presidente, Director Geral e administrador geral do Charter One Financial, Inc. e da sua subsidiária participada a 100%, a Charter One Bank, N.A. entre 1973 e 2004. Também é Administrador da Assurant, Inc e Administrador de interesse público do Federal Home Loan Bank of Cincinnati.

13. Janis Kong* (57 anos) OBE, DUniv
R
Nomeada para o Conselho de Administração em Janeiro de 2006, Janis Kong foi presidente executiva da Heathrow Airport Limited, presidente da Heathrow Express Limited e administradora da BAA plc. Actualmente é administradora não executiva da Kingfisher plc e Portmeirion Group plc. Também é presidente do Fórum para o Futuro e membro do Conselho de Administração da Visit Britain.

14. Joe MacHale* (56 anos)
A
Nomeado para o Conselho de Administração em Setembro de 2004, Joe MacHale é actualmente Administrador sénior independente e presidente da Comissão de Auditoria da Morgan Crucible plc, administrador não executivo e presidente da Comissão de Remunerações da Brit Insurance Holdings plc, e administrador da MacMillan Cancer Support. Exerceu uma série de cargos executivos sénior na J P Morgan entre 1979 e 2001 e ultimamente foi Director-Geral da J P Morgan Europa, Médio Oriente e África.

15. Sir Steve Robson* (64 anos)
A
Nomeado para o Conselho de Administração em Julho de 2001, Sir Steve é um ex funcionário público sénior britânico que teve responsabilidades numa grande diversidade de assuntos de finanças. A sua carreira inicial incluiu o posto de secretário privado do Ministro das Finanças e um destacamento no ICFC (actualmente 3i). Também foi segundo secretário permanente do HM das Finanças, onde foi Director-Geral da Direcção de Finanças e de regulamentação. É Administrador não executivo da JP Morgan Cazenove Holdings, Xstrata Plc, The Financial Reporting Council Limited and Partnerships UK plc, e membro da Comissão Consultiva do presidente da KPMG.

16. Bob Scott* (66 anos) CBE, FCIBS
C, N, R (Presidente)
Nomeado para o Conselho de Administração em Janeiro de 2001, Bob Scott é de nacionalidade Australiana. É o Administrador sénior independente. Tem muitos anos de experiencia na industria de seguros a nível internacional e desempenhou uma função de liderança na consolidação da industria de seguros britânica. Já foi Director Geral do Grupo CGNU plc (actualmente Aviva plc) e presidente do conselho de administração da associação de seguradoras britânicas. Actualmente é presidente do Yell Group plc e Administrador não executivo da Swiss Reinsurance Company e do Jardine Lloyd Thompson Grupo plc. Também é um trustee do Crimestoppers Trust, consultor de Duke Street Capital Private Equity e membro do conselho de administração da Pension Insurance Corporácion Holdings LLP.

17. Peter Sutherland* (61 anos)
KCMG C, N, R
Nomeado para o Conselho de Administração em Janeiro de 2001, Peter Sutherland é de nacionalidade Irlandesa. Já foi procurador-geral da Irlanda e entre 1985 e 1989 foi o Comissário Europeu responsável pela política de concorrência. É presidente do BP p.l.c. e do Goldman Sachs International. Já foi presidente do Allied Irish Bank e Director Geral do GATT e o seu sucessor, a Organização Mundial do Comércio.

Secretário do Grupo e Consultor Geral
18. Miller McLean (58 anos)
FCIBS, FIB
C
Miller McLean foi nomeado para o Conselho de Administração em Agosto de 1994. É administrador do Industry and Parliament Trust, presidente não executivo do The Whitehall and Industry Groupo, Administrador do The Scottish Parliament and Business Exchange e presidente do Chartered Institute of Bankers na Escócia.

A membro do Conselho Fiscal
C membro do Presidente's Advisory Grupo
N membro da Comissão de Nomeações
R membro da Comissão de Remunerações
* Administrador não executivo independente

Relatório dos administradores

Os Directores têm o prazer de apresentar o seu relatório juntamente com as demonstrações auditadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Lucro e dividendos

O lucro a distribuir pelos titulares das acções ordinárias da empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ascenderam a 7.303 milhões de libras, comparativamente com 6.202 milhões de libras no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, conforme indicado na demonstração de resultados consolidada apresentada na página 120.

Em 5 de Outubro de 2007 foi distribuído um dividendo provisório de 10,1p por acção ordinária, num total de 953 milhões de libras (2006 – 771 milhões de libras).
Neste momento os administradores recomendam que, mediante a aprovação na Assembleia Geral Anual, seja distribuído um dividendo final de 23,1p por acção ordinária, num total de 2,3 mil milhões de libras (2006 – 2,1 mil milhões) em 6 Junho 2008 aos sócios que figuram no registo no fim do expediente em 7 Março 2008.

Análise por divisão

Actividades

A empresa é uma holding proprietária da totalidade do capital em acções ordinárias emitido do The Royal Bank of Scotland, a principal subsidiária operacional directa da empresa. O "Grupo" engloba a empresa e todas as suas subsidiárias e associadas, incluindo o Royal Bank of Scotland e NatWest. Na nota 16 das demonstrações encontram-se os dados das principais subsidiárias da empresa.

O Grupo dedica-se principalmente à prestação de um vasto leque de serviços bancários, de seguros e outros serviços financeiros. Nas páginas 30 a 32 da análise por divisão encontram-se mais dados sobre a estrutura organizacional e um resumo das actividades do Grupo, incluindo os produtos e serviços fornecidos por cada uma das suas divisões e os mercados competitivos em que operam.

Factores de risco

O desempenho e os resultados futuros do Grupo podem ser materialmente diferentes dos resultados esperados dependendo do resultado de certos potenciais riscos e incertezas. Nas páginas 32 e 33 da Análise por divisão encontram-se dados sobre os principais factores de risco a que o Grupo está exposto.

Os resultados reportados do Grupo também são sensíveis às políticas, pressupostos e estimativas contabilísticos em que a elaboração das suas demonstrações financeiras se baseou. Nas páginas 131 a 138 encontram-se dados sobre as políticas financeiras básicas do Grupo e as principais fontes das apreciações contabilísticas.

A política do Grupo relativamente à gestão de riscos, incluindo os seus objectivos e políticas de gestão dos riscos financeiros e a informação sobre a exposição do Grupo aos riscos relacionados com os preços, o crédito, a liquidez e os fluxos de caixa está explicitada da nota 31 das demonstrações.

Desempenho financeiro

Na análise por divisão contida nas páginas 34 a 69, encontra-se uma análise do desempenho do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, incluindo os dados relativos a cada divisão e à situação financeira do Grupo nessa data.

Desenvolvimentos comerciais

Em Outubro de 2007, a RFS Holdings B.V. ("RFS Holdings"), uma empresa detida conjuntamente pela empresa, o Fortis N.V., o Fortis SA/NV e o Banco Santander S.A. (os "Bancos do Consórcio") e controlada pela empresa, concluíram a aquisição do ABN AMRO Holding N.V. ("ABN AMRO").

Oportunamente o RFS Holdings implementará uma separação organizada das unidades empresariais do ABN AMRO, sendo que a empresa irá reter as seguintes unidades do ABN AMRO:

- Continuação das actividades da unidade situada na América do Norte;
- Unidade empresarial Global Clients e Wholesale Clients nos Países Baixos (incluindo os anteriores clientes grossistas neerlandeses) e América Latina (excluindo o Brasil);
- Unidade Empresarial Ásia (excluindo o Saudi Hollandi); e
- Unidade Empresarial Europa (excluindo o Antonveneta).

Os outros activos continuarão a ser partilhados pelos Bancos do Consórcio.

Colaboradores

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo empregava mais de 226 mil colaboradores (numa base equivalente a tempo inteiro) em todo o mundo, incluindo quase 90.000 no ABN AMRO. Os dados dos custos relacionados com os colaboradores estão incluídos na Nota 2 das demonstrações, página 140.

Recrutamento de Colaboradores

Em todo o Grupo a nível mundial, são recrutados mais de 30.000 colaboradores de níveis diferentes por ano. O Grupo utiliza uma grande variedade de canais de recrutamento, incluindo a função de angariação interna, angariadores externos de executivos, publicidade geral, um mercado de emprego interno aberto, análises de talentos e planeamento detalhado de sucessão para assegurar que o recrutamento e desenvolvimento dos seus colaboradores esteja totalmente em consonância com as suas necessidades organizacionais.

Recompensa dos colaboradores

O Grupo reconhece que o seu sucesso contínuo está intimamente ligado ao desempenho, às aptidões e à dedicação individual dos seus colaboradores.

Pretende atrair e reter as pessoas mais talentosas. Para se manter na liderança do mercado, os salários são, por rotina comparados com os que a concorrência paga para funções semelhantes e o desempenho individual é reconhecido e recompensado.

O Grupo oferece um pacote completo de remunerações e benefícios, o Total Reward, para todos os trabalhadores. O Total Reward é externamente reconhecido como um dos mais inovadores e flexíveis programas de remuneração e benefícios nos sector dos serviços financeiros.

Dentro deste pacote, o RBSelect, o programa de escolha de benefícios do Grupo, tem por objectivo dar a escolher aos seus colaboradores uma grande variedade de benefícios entre os que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida. O que se pretende é assegurar que existam opções para cada pessoa em todo o Grupo e durante 2007 esta metodologia foi alargada a uma vários trabalhadores fora do RU.

Os trabalhadores também participam em planos de incentivos através de bónus específicos da sua actividade e partilham do sucesso contínuo do Grupo através dos planos Profit Share, Buy As You Earn e Sharesave, que alinham os seus interesses com o dos accionistas.

Aprendizagem e desenvolvimento dos colaboradores

O Grupo mantém um firme compromisso de criação e disponibilização de oportunidades de aprendizagem para todos os seus colaboradores através de uma variedade de programas de desenvolvimento pessoal e formação e de redes de aprendizagem. Os colaboradores do Grupo são incentivados a voluntariarem-se para trabalhar com os seus parceiros comunitários. O Grupo continua a investir no desenvolvimento da liderança e da gestão, numa atitude consistente com o seu objectivo de ser o empregador de eleição: atrair, recompensar e reter os melhores talentos.

Muitos dos programas de desenvolvimento do Grupo são ministrados na RBS Business School que esta instalada no Gogarburn Campus.

Comunicação com os colaboradores

O empenho dos colaboradores é incentivado através de uma série de canais de comunicação, tanto ao nível das divisões como do Grupo. Estes canais dão acesso a noticias e informações, nomeadamente através da intranet, revistas, reuniões de equipas lideradas por gestores hierárquicos, sessões de informação realizadas pelos gestores sénior e o diálogo regular com os trabalhadores e os seus representantes.

O Director-Geral do Grupo e outros executivos sénior do Grupo comunicam regularmente com os trabalhadores através de programas do tipo 'Question Time' transmitidos através da rede de televisão interna do Grupo.

Consulta aos colaboradores

Todos os colaboradores são anualmente convidados a preencher o inquérito de Opinião Global aos Trabalhadores. O inquérito é confidencial e gerido de forma independente pela Towers-Perrin Independent Survey Research (TP-ISR). Constitui um canal para os trabalhadores expressarem as suas ideias e opiniões acerca do Grupo numa grande variedade de matérias importantes.

Em 2007, a taxa de resposta foi de 90%. É a mais elevada de sempre e 20% superior à norma relativa aos serviços financeiros. Significa mais de 129.000 trabalhadores a participarem no inquérito em 36 países e em nove línguas. A cobertura do inquérito online aumentou para 95% globalmente.

Em termos de desempenho o Grupo suplantou a 'norma global sobre serviços financeiros' em cada uma das quinze categorias pelo terceiro ano consecutivo. Os resultados do inquérito são apresentados ao Conselho de Administração e aos níveis de divisão e equipa. São elaborados planos de acção para tratar os problemas eventualmente identificados.

O Grupo reconhece as organizações representativas dos trabalhadores, como os sindicatos e as comissões de trabalhadores numa série de divisões e países. Tem um Conselho Europeu de Comunicação com os Trabalhadores que dá aos representantes eleitos a oportunidade de conhecerem melhor o impacto nas suas operações na Europa.

Diversidade

A política de Diversidade da Gestão do Grupo define um enquadramento para alargar a base de talentos do Grupo, atingindo os mais elevados níveis de desempenho e permitindo a todos os colaboradores alcançar plenamente o seu potencial independentemente de factores como a idade, deficiência, género, estado civil, opinião política, raça, religião ou orientação sexual.

O Grupo também esta empenhado em assegurar que todos os potenciais candidatos a emprego sejam tratados de forma justa e equitativa ao longo de todo o processo de selecção. As suas normas abrangentes em termos de recursos humanos incluem a atracção e retenção de indivíduos com deficiência e ajustamentos razoáveis para apoiar os candidatos no processo de selecção quando necessário. O Grupo proporciona adaptações razoáveis do local de trabalho para os recém-contratados e para os colaboradores existentes que se tornem deficientes durante a vigência do seu contrato de trabalho.

Saúde, segurança, bem-estar e protecção

A saúde, segurança, bem-estar e protecção dos colaboradores e clientes continua a ser uma prioridade para o Grupo. São efectuadas revisões regulares tanto das políticas como dos processos para assegurar o cumprimento da legislação e das melhores práticas actuais. O Grupo concentra-se em assegurar que essas políticas correspondam devidamente à necessidades operacionais da empresa. As normas de saúde e segurança nas áreas e actividades de alto risco foram revistas, tendo sido tomadas medidas para melhorar o desempenho.

Durante 2007, o desenvolvimento das medidas de saúde, segurança e bem-estar globais foi uma prioridade chave, para assegurar normas equitativas de saúde e segurança a todos os colaboradores do Grupo. O Programa de Apoio aos Colaboradores, que dá conselhos sobre uma série de assuntos relacionados com a situação pessoal e profissional foi melhorado e a sua cobertura alargada durante o exercício.

Exames antes da contratação

O Grupo pratica uma política de exames pré emprego completos para se precaver contra a possível infiltração e fraude relacionada com os trabalhadores. Para além das medidas de segurança no posto de trabalho já existentes, todas as pessoas contratadas para trabalhar no Grupo são examinadas antes do inicio da relação laboral.

Código de ética

O Grupo dispõe de um código de ética aplicável a todos os colaboradores em todos os países onde opera e que está disponível em 11 línguas.

Responsabilidade empresarial

A excelência profissional exige que o Grupo cumpra as expectativas em constante evolução da parte dos clientes, accionistas, investidores, colaboradores e fornecedores. O Grupo acredita que o cumprimento de elevados níveis de responsabilidade ambiental, social e ética é fundamental para a forma como opera.

Em 2007, o Grupo realizou um estudo para identificar e prioritizar os problemas que interessam aos intervenientes no sector de serviços financeiros. Isso permite-lhe centrar as actividades de responsabilidade empresarial nas questões mais importantes para os intervenientes. O crime financeiro e a corrupção é o principal foco, seguido dos problemas ligados à banca de consumo, às práticas dos colaboradores, ao impacto ambiental, ao investimento na comunidade, ao crédito em geral e ao financiamento de projectos, à inclusão e capacidade financeira e ao apoio às pequenas empresas. O Grupo encara com muita seriedade todas estas responsabilidades, monitorizando-as continuamente e gerindo-as através de políticas e práticas ao nível do Grupo. O Conselho de Administração analisa regularmente as questões em matéria de responsabilidade empresarial e recebe anualmente um relatório formal sobre as mesmas.

No relatório sobre a responsabilidade empresarial de 2007 encontram-se mais dados sobre as políticas de responsabilidade empresarial do Grupo.

Empresa em laboração

Os administradores estão convictos de que o Grupo possui recursos adequados para se manter em laboração no futuro previsível. Por essa razão, continuam a elaborar as demonstrações numa base de 'empresa em laboração'.

Governação empresarial

A empresa está empenhada em elevados níveis de governação empresarial. Para mais informações consultar as paginas 99 a 104

Capital em acções ordinárias

Em Maio de 2007, a empresa capitalizou 1.576 milhões de libras da sua conta de prémios de acções através da emissão de duas novas acções ordinárias bonificadas de 25p cada por cada acção ordinária detida pelos accionistas no fim do expediente em 4 de Maio de 2007. A 8 de Maio de 2007, o capital em acções ordinárias autorizado da empresa aumentou 1.609 milhões de libras (6.434.972.616 acções ordinárias de 25p cada) e o capital em acções ordinárias distribuídas, exigidas e totalmente realizadas 1.576 milhões de libras (6.304.298.670 acções ordinárias de 25p cada).

Durante o exercício, o capital em acções ordinárias também aumentou em 530,6 milhões de acções ordinárias emitidas aos anteriores accionistas do ABN AMRO e 19,1 milhões de acções ordinárias distribuídas em resultado do exercício de opções ao abrigo dos planos de acções da empresa.

A informação sobre o capital social em acções ordinárias autorizado e emitido em 31 de Dezembro de 2007 está contida na Nota 26 das demonstrações.

Capital em acções preferenciais

A informação sobre as emissões e resgates de acções preferenciais durante o exercício e o capital em acções preferenciais autorizado e emitido em 31 de Dezembro de 2007 está contida na Nota 26 das demonstrações.

Autorização para a recompra de acções

Na Assembleia Geral Anual de 2007, os accionistas renovaram a autorização à empresa para efectuar compras de mercado até
958.712.195 acções ordinárias. Os administradores ainda não puseram em prática essa autorização. Os accionistas vão ser convidados a renová-la na Assembleia Geral Anual de Abril de 2008.

Informações adicionais

Se não tiverem sido fornecidas anteriormente no Relatório dos Administradores, o texto que se segue contêm informações adicionais que é obrigatório divulgar ao abrigo da Secção 7 da Lei Sobre as Empresas de 1985 revista.

Os dados sobre o capital social em acções ordinárias e preferenciais estão contidos na Nota 26 das demonstrações, páginas 177 a 179. Os direitos e obrigações ligados às acções ordinárias e às acções preferenciais da empresa estão consignados nos Estatutos da Empresa, cujas cópias podem ser obtidas na Companies House no RU ou mediante pedido por escrito ao Secretário e Conselheiro Geral do Grupo.

Numa votação de braço no ar numa Assembleia Geral da empresa, cada titular de acções ordinárias e acções preferenciais cumulativas presente pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terá um voto. Numa votação nominal, cada titular de acções ordinárias presente pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terá um voto por cada acção detida. Numa votação nominal, os titulares das acções preferenciais cumulativas presentes pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terão quatro votos por cada acção detida. A notificação da Assembleia Geral Anual especifica os prazos para exercer os direitos de voto e nomear um ou mais procuradores para votar resoluções a aprovar na Assembleia Geral.

As acções preferenciais cumulativas representam 0,04% dos direitos de voto totais da empresa, sendo os restantes representados pelas acções ordinárias.

Não existem restrições à transferência de acções ordinárias na empresa para além daquelas que sejam de tempos a tempos impostas pelas leis e regulamentos (por exemplo leis de *insider trading* (abuso de informação privilegiada)). De acordo com as Regras de Cotação da Autoridade dos Serviços Financeiros, certos colaboradores necessitam da aprovação desta para negociar as acções da empresa.

Vários planos de acções da empresa incluem restrições às transferências de acções enquanto estas estivem ligadas aos planos, em particular ao Employee Share Ownership Plan.

Os direitos e obrigações dos titulares de acções preferenciais não cumulativas estão definidos na Nota 26 das demonstrações, página 179.

A empresa não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos entre os accionistas que possam gerar restrições à transferência de títulos e/ou direitos de votação. Não existem pessoas que sejam detentoras de títulos com direitos especiais no que se refere ao controlo da empresa.

Segundo certos planos de acções dos trabalhadores, os trabalhadores elegíveis têm o direito de adquirir acções da empresa e estas ficam à guarda do Royal Bank of Scotland e do Ulster Bank Dublin Trust Company como gestor. Os direitos de voto são exercidos pelos gestores após receberem instruções dos participantes. Se um participante não der instruções ao gestor, o voto não é registado.

O Employee Share Trust de 2001 do Royal Bank of Scotland Group plc e o LC 2001 e o Employee Share Trust de 1992 do Royal Bank of Scotland plc são utilizados para deter acções em nome dos planos de acções dos executivos do Grupo. Os direitos de voto podem ser exercidos pelos gestores mas, de acordo com as directrizes de protecção dos investidores, os depositários abstêm-se de votar. Os fiduciários procuram conselhos independentes antes de aceitarem qualquer oferta para a empresa numa situação de oferta de aquisição.

As regras que regem a nomeação dos administradores estão definidas no Relatório de Governação da Empresa, na página 99. Os Estatutos da Empresa só podem ser alterados através de uma resolução especial numa assembleia-geral de accionistas.

Qualquer mudança de controlo da empresa na sequência de uma oferta de aquisição pode dar origem a que uma série de acordos em que a empresa participa entrem em vigor, sejam alterados ou rescindidos. Além disso, vários contratos de serviço dos administradores executivos podem ser afectados no caso de uma mudança de controlo. Todos os planos de acções dos colaboradores da empresa contêm cláusulas relacionadas com uma mudança de controlo. Os prémios e opções a receber podem passar a ser irrevogavelmente adquiridos e exercidos numa situação de mudança de controlo, mediante, quando apropriado, o cumprimento de quaisquer condições de desempenho existentes nessa altura e na proporção dos prémios. No contexto da empresa no seu todo, estes acordos não são considerados significativos.

Administradores

Os nomes e uma biografia resumida dos Administradores estão contidos nas páginas 92 e 93. Todos os administradores exerceram o cargo ao longo do ano e até à data de assinatura das demonstrações financeiras.

Larry Fish passou a ser Presidente não-executivo do RBS America e do Citizens Financial Group, Inc. com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008. Em 1 de Maio de 2008 tornar-se-á Administrador não-executivo da empresa e continuará a exercer as suas funções de Presidente não-executivo do RBS America e do Citizens Financial Group, Inc.

Colin Buchan, Jim Currie, Janis Kong, Sir Tom McKillop, Sir Steve Robson e Guy Whittaker vão retirar-se e propor-se para reeleição na Assembleia Geral Anual da empresa a 23 de Abril de 2008.

Os dados do contrato de serviço para Guy Whittaker estão contidos nas páginas 108 e 109. Nenhum outro Administrador que seja candidato a eleição ou reeleição tem um contrato de serviço.

Participações dos Administradores

As participações dos administradores nas acções da empresa em 31 de Dezembro de 2007 estão indicadas na página 115. Nenhum dos administradores detinha uma participação no capital de empréstimo da empresa ou no capital em acções e no capital de exploração de qualquer uma das subsidiárias da empresa, durante o período de 1 de Janeiro de 2007 a 27 de Fevereiro de 2008.

Indemnizações aos Administradores

Nos termos da secção 236 da Lei Sobre as Empresas de 2006 os administradores da empresa, os membros da Comissão de Gestão Executiva do Grupo e as Pessoas Autorizadas do Grupo (ao abrigo da lei sobre os serviços e mercados financeiros de 2000) beneficiaram da concessão de Cláusulas de Qualificação para Indemnização de Terceiros Habilitados.

Nos termos da secção 236 da Lei Sobre as Empresas de 2006 a empresa emitiu Cláusulas de Qualificação para Indemnização ao abrigo do Plano de Pensões ('QPSIP') a vários gestores/administradores de fundos internos da empresa que fazem parte dos planos de pensões do Grupo. A intenção é emitir QPSIPs a todos os gestores de fundos dos planos de pensões do Grupo durante 2008.

Divulgação de informação pelos administradores aos auditores:

Cada um dos administradores na data da aprovação deste relatório confirma que:

(a) tanto quanto é do seu conhecimento não existem informações de auditoria relevantes de que os auditores da empresa não sejam conhecedores; e

(b) o administrador tomou todas as medidas que lhe competiam como administrador para tomar conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e certificar-se de que os auditores da empresa têm conhecimento dessa informação.

Esta confirmação é feita e deve ser interpretada de acordo com as cláusulas da secção 234ZA da Lei Sobre as Empresas de 1985.

Participações

A tabela abaixo indica os accionistas que nos comunicaram deter mais de 3% dos direitos de voto nas classes de acções abaixo indicadas.

	Número de acções	% detidas		Número de acções	% detidas
Acções ordinárias Legal & General Group plc	504.686.799	5.04	51/2 % acções preferenciais cumul.: Mr P S e Mrs J M Allen; Miss C L Allen, e Miss J C Allen	451.796	28.23
11% acções preferenciais cumulativas:					
Guardian Royal Exchange Assurance plc	129.830	25.97	Commercial Union Assurance plc	91.429	22.86
Windsor Life Assurance Company Limited	51.510	10.30	Bassett-Patrick Securities Limited*	46.255	11.56
Mr S. J. e Mrs J. A. Cockburn	15.520	3.10	E M Behrens Charitable Trust	20.000	5.00
Mr Stephen J Cockburn	15.290	3.06	Mrs Gina Wild	19.800	4.95
Cleaning Tokens Limited	25.500	5.10	Administ. do plano de pensões da Stephen Cockburn Limited	19.879	4.97
			Miss Elizabeth Hill	16.124	4.03
			Mr W. T. Hardison Jr.	13.532	3.38

*A empresa recebeu uma notificação em nome de A. W. R. Medlock e H. M. Medlock de que cada um deles tem interesses na participação de 51/2 % das acções preferenciais cumulativas registadas da Bassett-Patrick. Securities Limited acima referida e que existem outras participações de 5.300 e 5.000 acções respectivamente dessa classe registadas no nome de cada um deles.

Contribuições para instituições de beneficiência

Em 2007 a contribuição para os programas de Investimento Comunitário do Grupo foi de 57,7 milhões de libras (2006 – 58.6 milhões de libras).
O montante total doado para obras de beneficiência pela empresa e as suas subsidiárias durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi de 32,1 milhões de libras (2006 – 25,4 milhões de libras).

Donativos Políticos

Na Assembleia Geral Anual de 2006, os accionistas deram autorização à empresa para distribuir donativos políticos e incorrer em despesas para fins políticos até ao montante total máximo de 500.000 libras como medida de precaução ao abrigo das definições gerais contidas na Lei sobre os Partidos Políticos, Eleições e Referendos de 2000, por um período de quatro anos. Estas autorizações não foram utilizadas.

Não foram feitos donativos políticos durante o exercício e não existe a intenção de alterar a política de longa data do Grupo de não dar contribuições para qualquer partido politico.

Politica e Prática de Pagamento aos Credores

O Grupo está empenhado em manter uma relação comercial sólida com os seus fornecedores. Por conseguinte, a sua politica é negociar e acordar com os fornecedores termos e condições que incluam o compromisso de pagar aos fornecedores a 30 dias de uma factura devidamente emitida, apresentada de acordo com os termos do contrato, a ou qualquer outro período de pagamento que seja acordado.

Em 31 de Dezembro de 2007, os credores comerciais do Grupo correspondiam a 30 dias (2006 -28 dias) de montantes facturados pelos fornecedores.

Auditores

Os auditores, Deloitte & Touche LLP, indicaram a sua disponibilidade para se manterem em funções. Na próxima assembleia-geral anual será proposta uma resolução para renomear a Deloitte & Touche LLP como auditor da empresa.

Por ordem do Conselho de Administração.
Miller McLean
Secretário
27 de Fevereiro de 2008

O Grupo Royal Bank of Scotland plc
está registado na Escócia sob o Nº 45551.

A empresa está empenhada em elevados padrões de governação, integridade profissional e profissionalismo em todas as suas actividades.

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, cumpriu todas as disposições do Código Combinado Revisto emitido pelo Conselho de Informação Financeira em Junho de 2006 (o "Código") excepto em relação aos poderes reservados ao Conselho de Administração para efectuar a determinação final da remuneração dos administradores executivos, que está explicitada no parágrafo intitulado 'Comissão de Remunerações'.

A empresa também cumpriu as Smith Guidance sobre as Comissões de Auditoria em todos os aspectos relevantes.

Ao abrigo da Lei Sarbanes-Oxley 2002 dos EUA (a "Lei"), às empresas com títulos registados nos EUA aplicam-se normas específicas de governação empresarial e divulgações económicas e financeiras. A empresa cumpre todas as secções aplicáveis dessa lei.

A Bolsa de Valores de Nova Iorque

Como emitente estrangeiro com Acções Depositárias Americanas ("ADS") que representam acções ordinárias, acções preferenciais e títulos de divida cotados na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"), a empresa é obrigada a divulgar quaisquer aspectos significativos em que as suas práticas de governação empresarial difiram das adoptadas pelas empresas dos EUA ao abrigo das normas de governação empresarial para as empresas cotadas da NYSE. Além disso, a empresa tem de cumprir cabalmente as disposições das normas de cotação relativas à composição, às responsabilidades e ao funcionamento das comissões de auditoria. Estas disposições incorporam as regras aplicáveis às comissões de auditoria ao abrigo da Lei Sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934.

A empresa efectuou uma revisão das suas medidas de governação empresarial e está convicta de que as mesmas são consistentes com as práticas de governação empresarial das empresas cotadas na NYSE, à excepção da seguinte. A Comissão de Nomeações é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração que não pode ser actualmente considerado independente ao abrigo do Código Combinado do RU e o Presidente do Conselho de Administração é membro da Comissão de Remuneração, ambas permitidas pelo Código Combinado do RU (dado que o Presidente foi considerado independente quando da nomeação). As comissões de Auditoria, Nomeação e Remunerações da Empresa são de outro modo compostas exclusivamente por administradores não executivos considerados pelo conselho de administração como independentes. As normas de governação empresarial das empresas cotadas na NYSE também exigem que uma comissão de remunerações tenha a responsabilidade directa de rever e aprovar a remuneração do Director Geral do Grupo. O Conselho de Administração e não a Comissão de Remunerações reserva-se o direito de efectuar a determinação final da remuneração do Director-Geral, que está explicitada na página 101, no parágrafo intitulado 'Comissão de Remunerações'.

A Comissão de Auditoria do Grupo cumpre as disposições das normas de governação empresarial das empresas cotadas na NYSE relativas à composição, responsabilidade e funcionamento das comissões de auditoria. Em Maio de 2007, a empresa apresentou à NYSE a informação escrita anual exigida, confirmando o seu cabal cumprimento daquelas e outras disposições aplicáveis.

Além disso, após a cotação das ADS que representam as acções comuns da NYSE foi exigida uma informação escrita provisória que foi apresentada em Outubro de 2007. Para mais informações sobre a Comissão de Auditoria e o seu funcionamento durante 2007, ver o relatório da Comissão de Auditoria nas páginas 103 e 104.

Conselho de administração

O Conselho de Administração é o principal fórum de decisão da empresa. Tem a responsabilidade global de dirigir e controlar a empresa e presta contas aos accionistas do seu desempenho financeiro e operacional.
O Conselho de Administração aprova a estratégia do Grupo e monitoriza o desempenho. Adoptou um programa formal de assuntos, detalhando os principais aspectos dos assuntos da empresa que estão reservados à sua decisão. Este programa é revisto anualmente.

As funções do Presidente e do Director-Geral são distintas e separadas com uma clara divisão de responsabilidades. O Presidente dirige o Conselho e assegura a dedicação e contribuição efectiva de todos os administradores não-executivos e executivos. O Director-Geral do Grupo detém a responsabilidade de todas as actividades do Grupo e actua de acordo com a autoridade que lhe é delegada pelo Conselho de Administração. A responsabilidade pela elaboração das políticas e estratégias e a gestão operacional é delegada no Director-Geral e noutros administradores executivos. Todos os administradores participam na discussão da estratégia, do desempenho e da gestão financeira e de riscos da empresa. As reuniões do Conselho de Administração são estruturadas de modo a permitirem a discussão aberta.

Durante 2007 realizaram-se nove reuniões do Conselho programadas. Os administradores receberam documentação completa antes de cada reunião do Conselho sobre as principais actividades económicas do Grupo. Os membros da gestão executiva assistem e fazem apresentações regulares nas reuniões do Conselho.
Para além das reuniões programadas, durante 2007 realizaram-se 20 reuniões ad hoc do Conselho e da Comissão do Presidente, para discutir a aquisição do ABN AMRO. Estas reuniões contaram com a presença da maioria dos administradores.

O Conselho de Administração tem conhecimento dos outros compromissos dos seus administradores e está convicto de que os mesmos não entram em conflito com os seus deveres como administradores da empresa.

Equilíbrio e independência do Conselho de Administração

O Conselho de Administração compreende actualmente o Presidente, seis administradores executivos e dez administradores não executivos (com efeitos a partir de 1 de Maio de 2008, após a mudança de funções de Larry Fish para administrador não-executivo da empresa, o Conselho será composto pelo Presidente, cinco administradores executivos e onze não-executivos). O Conselho funciona de modo efectivo e eficiente e considera-se que tem uma dimensão apropriada para a escala da empresa e a diversidade das suas actividades. Os administradores disponibilizam ao Grupo o conhecimento, o conjunto de competências, experiência e redes de contactos necessários. As Comissões do Conselho integram administradores com uma variedade de competências relevantes e experiência para que não se crie uma dependência indevida em relação a qualquer pessoa.

Os Administradores não executivos combinam uma vasta experiência económica e comercial com uma capacidade de avaliação independente e objectiva. O equilíbrio entre os administradores não executivos e os executivos permite ao Conselho de Administração exercer uma liderança inequívoca e efectiva e manter os mais elevados padrões de integridade nas actividades económicas da empresa. Os nomes e as biografias de todos os membros do Conselho estão enunciados nas páginas 92 e 93.

A composição do Conselho de Administração está sujeita a revisão continua e para que haja um equilíbrio no Conselho de Administração aplicam-se as disposições do Código. Este exige que o Conselho de Administração determine se os seus membros não executivos são independentes.

O Conselho de Administração é composto por nove administradores independentes e sete não independentes (incluindo os administradores executivos), para além do Presidente. Bob Scott foi nomeado administrador senior independente.

O Conselho de Administração considera que todos os Administradores não executivos são independentes para efeitos do Código, à excepção de Bud Koch que foi anteriormente Presidente e Director-Geral da Charter One Financial, Inc. que foi adquirida pelo Citizens Financial Group, Inc. em 2004. Larry Fish não será considerado administrador não executivo independente a partir de 1 de Maio de 2008.

Reeleição dos administradores

Em cada Assembleia-Geral Anual, um terço dos administradores retiram-se e propõem-se para reeleição e cada Administrador deve propor-se a reeleição pelo menos de três em três anos. Quaisquer Administradores não executivos que tenham exercido funções durante mais de nove anos apresentar-se-ão a reeleição anual e o Conselho de Administração analisará a sua independência nessa altura. A reeleição proposta dos administradores está sujeita a análise prévia pelo Conselho de Administração.

Os nomes dos administradores que se apresentarem para reeleição na Assembleia Geral Anual de 2008 estão indicados na página 97. Serão dadas mais informações na carta do Presidente aos accionistas sobre a Assembleia-Geral Anual da empresa.

Informação, formação e desenvolvimento profissional

Os administradores recebem informação exacta, atempada e inequívoca sobre todos os assuntos relevantes. Todos eles têm acesso aos conselhos e serviços do secretário e do Conselheiro Geral do Grupo, que é responsável, perante o Conselho de Administração, por assegurar que os procedimentos do Conselho e as regras e regulamentos aplicáveis sejam cumpridos. Além disso, todos os administradores podem, se necessário, obter serviços de consultoria profissionais independentes por conta da empresa.

Cada novo Administrador recebe uma formação inicial formal ao entrar para o Conselho de Administração, incluindo visitas às principais unidades empresariais do Grupo e reuniões com os administradores e a gestão sénior. A formação inicial é adaptada às necessidades específicas do Administrador. Os Administradores são informados das oportunidades de formação e desenvolvimento profissional e realizam as acções de formação e desenvolvimento profissional que considerarem necessárias para os ajudar a exercer as suas funções de Administrador .

Avaliação do desempenho

O Conselho de Administração efectuou uma avaliação anual formal e rigorosa do seu próprio desempenho e do das suas comissões e administradores individualmente.

A avaliação do funcionamento e da eficiência do Conselho de Administração, da Comissão de Remunerações e da Comissão de Nomeações foi realizada no Outono de 2007, internamente, através de um questionário pormenorizado e de reuniões individuais com cada Administrador . Entre as áreas contempladas incluíram-se as funções do Conselho de Administração, a sua composição, reuniões e processos, o seu desempenho e comunicação, as suas relações externas e as Comissões do Conselho. Também foi efectuada uma avaliação do desempenho separada da Comissão de Auditoria internamente, no final de 2007, através de um questionário detalhado e de reuniões com os seus membros e as pessoas que assistem as suas reuniões.

O relatório sobre a avaliação do Conselho de Administração, que se destinava a ajudar este último a melhorar o seu desempenho, foi analisado e discutido pelo Conselho de Administração no seu conjunto, que também analisou e discutiu um relatório separado sobre os resultados da avaliação da Comissão de Auditoria. A avaliação do Conselho de Administração incluiu uma avaliação pormenorizada do sua composição, da sua participação na gestão dos riscos e do formato das suas reuniões. O Conselho analisou igualmente o alcance e o equilíbrio das suas actividades e concluiu estava a dedicar tempo suficiente a aspectos essenciais como a monitorização do desempenho económico, o apetite pelo risco e a estratégia.

Com base na sua análise e discussões, o Conselho de Administração concluiu que tem sido eficiente no cumprimento das suas funções e obrigações. Os administradores estão igualmente convictos de que cada uma das Comissões do Conselho de Administração (Auditoria, Remunerações e Nomeações) desempenha eficientemente as funções que lhe foram atribuídas.

Além disso, cada Administrador discutiu o seu próprio desempenho como Administrador e o seu questionário de avaliação com o Presidente. O Administrador sénior independente sondou as opiniões dos administradores executivos e reuniu com os Administradores não executivos do Grupo sem a presença do Presidente para avaliar o desempenho deste último. O Conselho de Administração está convicto de que cada Administrador continua a contribuir efectivamente para o Conselho de Administração e o Grupo e demonstra dedicação no exercício das suas funções como Administrador.

Comissões do Conselho

Para exercer uma supervisão e liderança eficientes, o Conselho de Administração criou algumas Comissões do Conselho com responsabilidades específicas. A presidência e a participação nas comissões são regularmente analisadas. Os nomes e biografias de todos os membros da Comissão do Conselho estão indicados nas páginas 92 e 93.

Os termos de referência das Comissões de Auditoria, Remunerações e Nomeações e os termos e condições habituais de nomeação dos Administradores não executivos estão disponíveis no site do Grupo (www.rbs.com), podendo ser obtidas cópias a pedido.

Comissão de Auditoria

Todos os membros da Comissão de Auditoria são Administradores não executivos independentes. A Comissão de Auditoria realiza pelo menos cinco reuniões por ano. O relatório da Comissão de Auditoria está contido nas páginas 103 e 104.

Comissão de Remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações incluem Administradores não executivos e o Presidente do Conselho de Administração. A Comissão de Remunerações reúne pelo menos três vezes por ano.

A Comissão de Remunerações é responsável por dar apoio ao Conselho de Administração no exercício das suas funções e tratar de todas as divulgações relevantes em matéria de formulação e revisão da política de remunerações dos executivos do Grupo. A Comissão de Remunerações faz recomendações ao Conselho de Administração sobre os acordos de remunerações dos administradores executivos e do Presidente. O Relatório sobre as remunerações dos administradores está apresentado nas páginas 105 a 114.

A responsabilidade de determinar a remuneração dos Administradores executivos não foi delegada na Comissão de Remunerações e, nesse aspecto, as disposições do Código não foram cumpridas. O Conselho de Administração no seu conjunto reserva-se os poderes para proceder à determinação final das remunerações dos administradores, pois considera que este processo em duas etapas permite uma maior ponderação e avaliação e é coerente com a natureza unitária do Conselho de Administração. Nenhum administrador participa em decisões sobre a sua própria remuneração.

Comissão de Nomeações

A Comissão de Nomeações é constituída por administradores não executivos independentes, sob a direcção do Presidente do Conselho de Administração. A Comissão de Nomeações reúne com a frequência necessária.

A Comissão de Nomeações é responsável por dar apoio ao Conselho de Administração na selecção formal e nomeação dos administradores. Avalia os potenciais candidatos e recomenda as nomeações de novos administradores ao Conselho de Administração. As nomeações baseiam-se no mérito segundo critérios objectivos, incluindo o tempo disponível do potencial Administrador e a dedicação que lhe será exigida.

Além disso, a Comissão de Nomeações faz o planeamento da sucessão do Presidente, do Director-Geral do Grupo e dos administradores não executivos, tendo em conta os conhecimentos, o conjunto de competências, a experiência e a rede de contactos de que o Conselho de Administração pode vir a necessitar. O Presidente, o Director-Geral do Grupo e os Administradores não executivos reúnem para discutir o planeamento da sucessão dos executivos. Nenhum administrador participa nas decisões relativas à sua sucessão.

Reuniões

O número de reuniões programadas do Conselho de Administração e das Comissões de Auditoria, as remunerações e nomeações e as presenças individuais dos membros constam da tabela seguinte.

	C. Adm.	Audit.	Remuner.	Nomeações
Número total de reuniões em 2007	9	6	3	2
Número de reuniões a que assistiram em 2007				
Sir Tom McKillop	9	—		2
Sir Fred Goodwin	9	—		—
Mr Buchan	9	6		—
Mr Cameron	9	—		—
Dr Currie	9	—		—
Mr Fish	9	—		—
Mr Fisher	9	—		—
Mr Friedrich	9	6		—
Mr Hunter	9	6		2
Mr Koch	9	—		—
Mrs Kong	9	—		—
Mr MacHale	9	6		—
Mr Pell	9	—		—
Sir Steve Robson	9	5		—
Mr Scott	9	—		2
Mr Sutherland	9	—		1
Mr Whittaker	9	—		—

Relações com os accionistas

A empresa comunica com os accionistas através do Relatório Anual, fornecendo informações antes da Assembleia Geral Anual. Cada accionista pode colocar questões sobre as participações e a actividade do Grupo a qualquer momento ao longo do ano. Os accionistas têm a oportunidade de fazer perguntas na Assembleia Geral Anual ou apresentar antecipadamente questões por escrito. Os presidente das comissões de Auditoria, Remunerações e Nomeações estão disponíveis para responder às perguntas formuladas na Assembleia Geral Anual.

A comunicação com os maiores accionistas institucionais processa-se no âmbito do programa de relações com os investidores da empresa. O Presidente reúne com os 20 maiores investidores do Grupo de 12 em12 a 18 em 18 meses para ouvir os seus comentários sobre assuntos como a estratégia, o desempenho económico e a governação da empresa. Durante o ano, os administradores receberam cópias dos relatórios dos analistas e um relatório mensal do departamento de relações com os investidores do Grupo, que inclui uma análise dos movimentos das cotações das acções do Grupo, o desempenho deste no sector e os comentários dos principais corretores. Além disso, são dadas informações sobre as principais actividades de relacionamento com os investidores e alterações das notações externas. Se não for possível resolver as preocupações através dos canais normais o Administrador sénior independente está à disposição dos accionistas. As medidas tomadas para assegurar que os administradores tenham conhecimento das opiniões dos principais accionistas são consideradas parte integrante da avaliação do desempenho anual do Conselho.

O Presidente, o Director-Geral, o Director Financeiro do Grupo e, se apropriado, o Administrador Sénior independente comunicam as opiniões dos accionistas ao Conselho no seu todo.

O Conselho de Administração encomenda periodicamente um estudo das percepções dos investidores. O estudo é realizado em nome do Conselho por consultores independentes e os seus resultados são analisados pelo Conselho de Administração.

Controlo interno

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do Grupo, que é desenhado de modo a facilitar operações efectivas e eficientes e assegurar a qualidade do reporte interno e externo e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Ao conceber os controlos internos, o Grupo tem em consideração a natureza e a extensão do risco, a probabilidade de este cristalizar e o custo dos controlos. Um sistema de controlo interno destina-se a gerir, mas não a eliminar, o risco de não consecução dos objectivos económicos e só pode dar uma garantia razoável, não absoluta, contra o risco de declarações relevantes inexactas, fraude ou perdas.

O Conselho de Administração estabeleceu um processo para a identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o o Grupo está exposto, processo esse foi aplicado ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e até 27 de Fevereiro de 2008, data em que os administradores aprovaram o Relatório e Contas. Este processo é regularmente revisto pelo Conselho de Administração e cumpre os requisitos das directrizes 'de Controlo interno: Directrizes Revistas destinadas aos Administradores sobre o Código Combinado', emitidas pelo Conselho de Informação Financeira em Outubro de 2005.

A eficácia do sistema de controlo interno do Grupo é regularmente revista pelo Conselho e a Comissão de Auditoria. As comissões de gestão executivos ou os conselhos de administração em cada actividade do Grupo recebem relatórios regulares sobre os riscos significativos a que a sua actividade está exposta e o modo como estão a ser controlados. Além disso, o Conselho de Administração do Grupo recebe mensalmente relatórios de gestão de riscos. Na parte 'gestão de riscos' da 'análise por actividade', nas páginas 70 a 90, encontram-se mais dados sobre a política que o Grupo pratica em matéria de gestão de riscos. A Comissão de Auditoria também recebe regularmente relatórios de Gestão de Riscos do RBS e da Auditoria Interna do Grupo. Além disso, os auditores independentes do Grupo apresentam à Comissão de Auditoria relatórios que incluem dados de quaisquer assuntos de controlo interno importantes que tenham identificado. O sistema de controlos interno das instituições autorizadas e outras entidades reguladas no Grupo também está sujeito a vigilância pelas autoridades reguladoras no RU e no estrangeiro. Na parte 'supervisão e regulação, páginas 231 a 233, encontram-se dados adicionais sobre a supervisão do Grupo pelas entidades reguladoras.

Controlo Interno sobre a Informação Financeira

O Grupo é obrigado a cumprir as disposições da secção 404 da lei Sarbanes-Oxley dos EUA, de 2002, e avalia a eficácia do controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2007.

O Grupo avaliou a eficácia do seu controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2007 com base nos critérios definidos pela comissão de organizações patrocinadoras da comissão Treadway de 'controlo interno – estrutura integrada'.

A gestão excluiu da sua avaliação, o controlo interno sobre a informação financeira da ADN AMRO Holdings que foi adquirida em 17 de Outubro de 2007. A ABN AMRO Holdings N.V. representou 40,7% do activo total do Grupo, uma proporção pouco significativa do capital próprio total dos accionistas, 7,7% do rendimento total do Grupo e 0,2% do lucro após impostos do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Com base na sua avaliação, a gestão concluiu que, em 31 de Dezembro de 2007, o controlo interno do Grupo sobre a informação financeira é eficaz.

Os auditores do Grupo examinaram a eficácia do controlo interno do Grupo sobre a informação financeira e emitiram uma opinião financeira não qualificada.

O relatório da Gestão referente ao controlo interno do Grupo sobre a informação financeira será apresentado à SEC juntamente com o Relatório Anual no formulário 20-F.

Controlos e procedimentos de divulgação

Conforme exigido pelos regulamentos dos EUA, a eficácia dos controlos e procedimentos de divulgação da empresa (definidos nas regras ao abrigo da Lei sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934) foram avaliados. Esta avaliação foi examinada e aprovada pelo Conselho, que deu instruções ao Director-Geral e ao Director Financeiro do Grupo para se certificarem de que, em 31 de Dezembro de 2007, os controlos e procedimentos de divulgação da empresa eram adequados e eficazes e desenhados para assegurar que a informação material respeitante à empresa e às suas subsidiárias consolidadas lhes seria comunicada por outras pessoas nessas entidades.

Alterações dos controlos internos

Durante o período abrangido por este relatório não se verificou qualquer alteração no controlo interno da empresa sobre a informação financeira, que tenha afectado materialmente ou que possa afectar razoavelmente de forma relevante o controlo interno da empresa sobre a informação financeira.

Relatório da Comissão de Auditoria

Os membros da Comissão de Auditoria são Archie Hunter (Presidente), Colin Buchan, Bill Friedrich, Joe MacHale e Sir Steve Robson. Todos os membros da Comissão de Auditoria são administradores não-executivos independentes. A Comissão de Auditoria reúne pelo menos cinco vezes por ano, sendo duas dessas reuniões realizadas imediatamente antes da apresentação das demonstrações financeiras provisórias e anuais ao Conselho de Administração do Grupo. Este programa básico é complementado com reuniões adicionais, conforme seja necessário, sendo acrescentadas quatro em 2007. As reuniões da Comissão de Auditoria são realizadas com a presença dos respectivos administradores executivos, dos auditores internos e externos e dos directores dos departamentos financeiro e de riscos. Pelo menos duas vezes por ano, a Comissão de Auditoria reúne em privado com os auditores externos. Desde 2000, tem realizado um programa anual de visitas às divisões e às funções de controlo do Grupo. O objectivo do programa é permitir à Comissão de Auditoria obter um melhor conhecimento dos problemas de riscos e controlo que o Grupo enfrenta, sendo o convite para assistir às reuniões extensivo a todos os administradores não-executivos. O programa de visitas futuras é analisado anualmente, mas por norma consiste em três ou quatro visitas por ano.

O Conselho está convicto de que todos os membros da Comissão de Auditoria possuem experiência financeira recente e relevante. Embora o Conselho tenha determinado que cada membro da Comissão de Auditoria é um 'Perito Financeiro da Comissão de Auditoria' e é independente, como definido nas regras SEC ao abrigo da Lei Sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934 e das directrizes relacionadas, os membros da Comissão de Auditoria são seleccionados com vista à especialização e experiência da Comissão de Auditoria no seu todo e esta reporta ao Conselho como entidade única. A designação de um ou mais administradores como 'Perito Financeiro da Comissão de Auditoria' não impõe a esse administrador ou administradores quaisquer deveres, obrigações ou responsabilidades superiores aos que lhe forem impostos como membro da Comissão de Auditoria e do Conselho na ausência de tal designação. A designação de um administrador como 'Perito Financeiro da Comissão de Auditoria' não afecta os deveres, obrigações ou responsabilidade de qualquer outro membro do Conselho.

A Comissão de Auditoria é responsável por:

- dar apoio ao Conselho no exercício das suas funções e nas divulgações relevantes a efectuar em relação aos assuntos financeiros do Grupo;
- rever a informação contabilística e financeira e o cumprimento dos regulamentos;
- rever os sistemas de controlo interno do Grupo; e
- monitorizar os processos de auditoria interna, gestão de riscos e auditoria externa do Grupo.

Para mais informações sobre as responsabilidades da Comissão de Auditoria, consultar o site www.rbs.com

A Comissão de Auditoria adoptou a politica de contratar auditores externos para prestar serviços de auditoria e não-auditoria, tendo em conta a legislação aplicável em matéria de prestação de tais serviços por uma empresa de auditoria externa. A Comissão de Auditoria revê a politica anualmente e prospectivamente e aprova o fornecimento de serviços de auditoria e certos serviços não de auditoria pelos auditores externos.

Os serviços de auditoria anual incluem todos os serviços especificados na carta de missão anual, incluindo a auditoria anual e as análises provisórias (incluindo as exigências de informação nos EUA), verificações e relatórios de lucros periódicos às entidades reguladoras, incluindo relatórios de pessoas especializadas requisitados pela autoridade de serviços financeiros (Relatórios de Contabilistas Consultados, etc.).

Os serviços de auditoria anuais também incluem as auditorias oficiais ou não oficiais exigidas por quaisquer empresas do Grupo que não estejam constituídas no RU. Os termos da missão para a realização destas auditorias são acordados separadamente com a gestão e são coerentes com os definidos na carta de missão de auditoria, na medida em que os regulamentos locais o permitam.

Os serviços de não auditoria aprovados prospectivamente incluem as seguintes classes de serviços:

- Angariação de capital, incluindo autorizações, cartas de conforto e as verificações das respectivas declarações de registo;
- Fornecimento de pareceres contabilísticos relacionados com as demonstrações financeiras do Grupo;
- Fornecimento de relatórios que, de acordo com as leis ou regulamentos, devem ser apresentados pelos auditores externos;
- Serviços relacionados com o cumprimento das obrigações fiscais;
- Serviços financeiros empresariais relativos às empresas que permanecerão fora do Grupo; e
- Serviços em questões de insolvência relacionados com os clientes do Grupo.

A Comissão de Auditoria aprova todos os outros serviços de não auditoria permitidos caso a caso antes do seu inicio. Além disso, analisa e monitoriza a independência e objectividade dos auditores externos quando aprova o trabalho não de auditoria a executar por eles, tendo em consideração a legislação aplicável e as orientações éticas. A informação sobre os serviços de auditoria e não-auditoria prestados pelos auditores externos está especificada na Nota 4 às demonstrações do Grupo.

A Comissão de Auditoria efectua uma avaliação anual para aferir a independência e objectividade dos auditores externos e a eficácia do processo de auditoria, tendo em consideração os requisitos profissionais e regulamentares aplicáveis. Os resultados dessa avaliação são comunicados ao Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria é responsável por fazer recomendações ao Conselho de Administração e pela apresentação, por parte deste, das recomendações da Comissão de Auditoria aos accionistas para aprovação na Assembleia Geral Anual no que se refere à nomeação, renomeação e destituição dos auditores externos. O Conselho de Administração aprovou a recomendação da Comissão de Auditoria de que os accionistas fossem convidados a aprovar a renomeação da Deloitte & Touche LLP como auditores externos na Assembleia Geral Anual em Abril de 2008.

A Comissão de Auditoria também define a remuneração dos auditores externos, conforme for autorizado pelos accionistas na Assembleia Geral Anual.

A Comissão de Auditoria aprova os termos da missão dos auditores externos.

Pretende-se que seja efectuada uma análise externa da eficácia da auditoria interna do Grupo de três em três a cinco em cinco anos, na linha das melhores práticas, sendo que as análises internas prosseguirão nos anos intermédios. Em 2007, a KPMG efectuou uma análise da eficácia da Auditoria Interna do Grupo e concluiu que o seu funcionamento era eficiente. O Conselho de Administração teve em consideração os resultados da análise externa e também concluiu que a Auditoria Interna do Grupo funciona bem.

Pretende-se que seja efectuada uma análise externa da eficiência da Comissão de Auditoria de três em três a cinco em cinco anos, com as análises internas do Conselho de Administração a prosseguir nos anos intermédios. A PricewaterhouseCoopers realizou uma análise externa da eficiência da Comissão de Auditoria em 2005. Foi efectuada uma análise interna do desempenho da Comissão de Auditoria em 2007 e realizado e discutido um relatório em separado sobre os resultados pelo Conselho de Administração, que concluiu que esta cumpria eficientemente as suas responsabilidades.

Desde 2005, as Comissões de Auditorias das divisões têm sido responsáveis pela análise da actividade de cada divisão. Estas comissões reportam à Comissão de Auditoria que concluiu que as mesmas funcionam eficientemente.

Archie Hunter
Presidente da Comissão de Auditoria
27 de Fevereiro de 2008

Comissão de Remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações são Bob Scott (Presidente), Colin Buchan, Jim Currie, Janis Kong, Sir Tom McKillop e Peter Sutherland. Incluem administradores não executivos independentes e o Presidente do Conselho de Administração.

Durante o exercício, a Comissão de Remunerações recebeu apoio consultivo de Watson Wyatt e Mercer em assuntos relacionados com a remuneração dos administradores no RU (Watson Wyatt) e nos EUA (Mercer) e do Administrador do Grupo, dos Recursos Humanos e do Secretário do Grupo e Consultor Geral em matérias relacionadas com as remunerações em geral. Além disso, a Comissão de Remunerações teve em conta as opiniões do Administrador-Geral do Grupo sobre a avaliação do desempenho dos administradores executivos.

Para além de aconselhar a Comissão de Remunerações , Watson Wyatt prestou serviços profissionais durante a actividade normal da empresa, incluindo de consultoria actuarial e de administração de benefícios às subsidiárias do Grupo, bem como serviços de consultoria em investimentos e actuarial aos administradores de alguns dos Fundos de pensões do Grupo. Mercer prestou serviços de consultoria e apoio numa série de matérias relacionadas com o cálculo actuarial de benefícios de compensação e pensões e de investimentos. Os consultores da Comissão de Remunerações são nomeados independentemente pela Comissão, que revê a selecção dos consultores anualmente. A Comissão está convencida de que os consultores da Watson Wyatt e Mercer que dão apoio à Comissão trabalham independentemente das equipas de consultoria que realizam outros trabalhos para o Grupo.

Compensação

Política de remunerações

A Comissão de Remunerações efectuou uma análise completa de todos os aspectos do pacote remunerativo em 2005 e o resultado da política de remunerações foi aprovado pelos accionistas na Assembleia Geral Anual da empresa em 2006. Os accionistas aprovaram um novo plano de opção de acções para executivos na Assembleia Geral Anual da empresa em 2007. Durante 2007 a Comissão de Remunerações continuou a rever a política à luz das necessidades da empresa, das alterações ocorridas no mercado e dos comentários dos accionistas.

O objectivo da política de remunerações dos executivos é oferecer, no contexto da estratégia económica da empresa, remunerações sob a forma e num valor que atraia, motive e retenha executivos de alta qualificação. Para alcançar este objectivo, a política estrutura-se em torno dos seguintes princípios básicos:

- As compensações totais serão definidas a níveis competitivos no seio do respectivo mercado, considerando o pacote remunerativo de cada administrador executivo no seu conjunto. O mercado respectivo é o das 20 maiores empresas FTSE e dos grandes bancos do RU, da Europa e dos EUA.

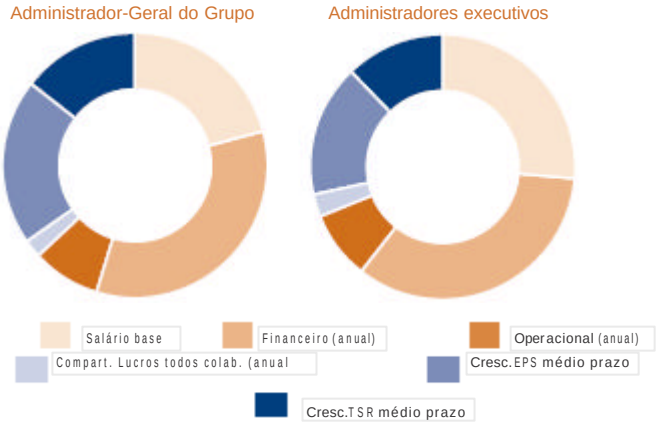
- As potenciais compensações totais serão obtidas mediante a consecução de exigentes metas de desempenho baseadas em parâmetros consistentes com os interesses dos accionistas a curto, médio e longo prazo.

- Os acordos relativamente às remunerações procurarão atingir um equilíbrio apropriado entre as compensações fixas e as relacionadas com o desempenho. Os elementos ligados ao desempenho constituirão a maior parte dos pacotes remunerativos dos executivos. Ver gráficos ilustrativos abaixo.

- Os planos de incentivos e os parâmetros de avaliação do desempenho serão estruturados de modo a manterem-se consistentes ao longo do ciclo económico.

- Os acordos de remunerações serão concebidos de modo a serem consistentes com a estratégia da empresa, promover o trabalho em equipa e corresponder aos melhores padrões da prática empresarial.

Equilíbrio da remuneração dos administradores executivos que exercem funções no RU



O diagrama acima foi elaborado para ilustrar a utilização de parâmetros de avaliação do desempenho no pacote total de compensação directa Para o Administrador-Geral do Grupo, 21% do pacote são fixos e 79% estão relacionados com o desempenho. Para os administradores executivos, 27% são fixos e 73% são relacionados com o desempenho. Os valores são indicados com base no desempenho anual de acordo com os objectivos, sendo os incentivos a longo prazo fixados ao justo valor aproximado na data de concessão(80% do valor nominal das acções para os MPP e 12% para os ESOP). Em 2007 a concessão de MPP que iam ser subscritos caducou na totalidade por falta de cumprimento das condições exigidas em termos de desempenho. As opções de acções para os executivos que iam ser subscritas em 2007 foram subscritas na totalidade. Na data de *devesting* o preço das acções era 6,96 libras e o preço de exercício 5,78 libras. As pensões e outros benefícios foram excluídos deste diagrama. Os parâmetros financeirfos incluem o aumento do lucro, o controlo dos custos e o retorno do capital investido.

Os honorários dos administradores não executivos são revistos anualmente pelo Conselho de Administração, com base nas recomendações do seu Presidente. O nível de remunerações reflecte a responsabilidade e o tempo dedicado pelos administradores e o nível de honorários pagos aos administradores não executivos de grandes empresas britânicas comparáveis. Os administradores não executivos não são abrangidos por qualquer plano de incentivos ou de desempenho.

A Comissão de Remunerações faz recomendações ao Conselho de Administração sobre as remunerações dos administradores executivos e do Presidente. Também aprova as remunerações dos executivos sénior abaixo do nível do Conselho de Administração que são membros da Comissão de Gestão Executiva do Grupo, segundo as recomendações do Administrador-Geral do Grupo e vigia a aplicação da política de remunerações abaixo deste nível. A Comissão analisa todos os incentivos a longo prazo praticados pelo Grupo.

Componentes da remuneração dos executivos

Administradores que exercem funções no RU

Salário

Os salários são revistos anualmente como parte da remuneração total, tendo em conta os pacotes remunerativos recebidos pelos quadros superiores de empresas comparáveis. A Comissão de Remunerações utiliza uma série de dados de estudos provenientes de fontes publicadas e registadas e toma as decisões referentes aos salários individuais tendo em conta a conjuntura em termos de remunerações e o desempenho e as responsabilidades de cada administrador.

Benefícios

O Grupo opera o Fundo de Pensões do Grupo Royal Bank of Scotland ("o Fundo RBS"), um fundo de benefício definido sem contribuições para os colaboradores (incluindo os administradores executivos) que ingressaram no Grupo antes de 1 de Outubro de 2006. Qualquer novo administrador executivo só será elegível para participar no Fundo RBS se já for membro antes de 1 de Outubro de 2006; caso contrário recebe um subsídio em dinheiro.

Na página 114 encontram-se os dados sobre o plano de pensões dos administradores. Os casos em que a empresa paga subsídios em dinheiro em vez do complemento de reforma (ou do complemento de reforma sobre o salário acima do plafond dos ganhos), estão indicados na página 110. Os administradores executivos também recebem cobertura adicional para os benefícios por morte em serviço.

Os administradores executivos são elegíveis para receber uma variedade de subsídios destinados aos colaboradores ou um equivalente em dinheiro, numa base semelhante à dos outros colaboradores. Além disso, os administradores executivos são elegíveis para participar nos planos Shares ave, Buy As You Earn e de Comparticipação nos Lucros. Estes planos não estão subordinados a condições de desempenho dado serem aplicáveis a todos os colaboradores.

Incentivos anuais a curto prazo

Os administradores executivos instalados no RU têm normalmente um potencial de incentivos anual máximo entre 160% e 200% do salário. Por um desempenho excepcional, avaliado em função da consecução de objectivos adicionais difíceis de alcançar, os administradores executivos podem receber incentivos até 200% ou 250% do salário, no caso do Administrador-Geral do Grupo e do Presidente do Conselho de Administração da divisão de Corporate Markets e do Presidente do Conselho de Administração da divisão de Retail Markets. As atribuições basear-se-ão normalmente na consecução de uma combinação de objectivos financeiros e operacionais individuais e do Grupo apropriados, aprovados anualmente por uma Comissão de Remunerações

Para o Administrador-Geral do Grupo, o incentivo anual baseia-se principalmente em parâmetros de desempenho financeiros específicos do Grupo, como o lucro operacional, o crescimento dos lucros por acção e o retorno do capital investido. O restante incentivo anual do Administrador-Geral do Grupo baseia-se numa série de parâmetros não financeiros que podem incluir parâmetros relacionados com os accionistas, os clientes e o pessoal.

Para os outros administradores executivos, uma parte do incentivo anual baseia-se no desempenho financeiro do Grupo e outra no desempenho financeiro da divisão. A parte remanescente do incentivo anual que cada pessoa tem a possibilidade de receber depende da consecução de uma série de parâmetros não financeiros, objectivos específicos e áreas de resultados-chave . O desempenho por divisão inclui parâmetros como o rendimento operacional, os custos, a imparidade dos empréstimos ou o lucro operacional. Os parâmetros não financeiros incluem os referentes aos clientes (número de clientes, satisfação dos clientes, etc.), os referentes ao pessoal (dedicação dos colaboradores, etc.) e de objectivos de eficiência e mudança.

Relativamente a 2007, a Comissão de Remunerações analisou os pagamentos de incentivos anuais para todos os administradores executivos tendo em conta o desempenho face aos objectivos definidos no início do ano, abrangendo o desempenho financeiro do Grupo, os objectivos operacionais de cada administrador e, quando apropriado, os objectivos financeiros da divisão. Para todos os administradores os objectivos operacionais incluíam desenvolvimentos estratégicos especificados e melhores classificações em termos de satisfação dos clientes e dos colaboradores.

Os objectivos referentes ao lucro operacional do Grupo foram totalmente alcançados não obstante o impacto das difíceis condições do mercado de crédito no segundo semestre do ano e as classificações de satisfação dos clientes e dos colaboradores melhoraram de acordo com as expectativas acima referidas. O desempenho financeiro na maioria das divisões ultrapassou os objectivos. Como consequência, a Comissão de Remunerações propôs e o Conselho de Administração (excluindo os administradores executivos) aceitou pagamentos de incentivos anuais até 112,5% dos níveis máximos normais. Os níveis de pagamentos de incentivos aos administradores executivos foram muito diversificados, reflectindo variações do desempenho por divisão.

Incentivos a longo prazo

A empresa dá incentivos a longo prazo sob a forma de opções de acções e atribuição de acções ou equivalente de acções. O seu objectivo é incentivar a criação de valor a longo prazo e alinhar as recompensas dos administradores executivos com os retornos para os accionistas.

Plano de Desempenho a Médio Prazo

O Plano de Desempenho a Médio Prazo ("MPP") foi aprovado pelos accionistas em Abril de 2001. Cada administrador executivo é elegível para um prémio anual ao abrigo do plano sob a forma de acções ou equivalentes de acções. Embora as regras do plano permitam prémios sobre acções num valor até uma vez e meia os ganhos, a Comissão de Remunerações adoptou a política de conceder prémios com base num múltiplo do salário. Normalmente os prémios correspondem ao valor de um salário para os administradores executivos e um salário e meio para o Administrador-Geral do Grupo. Esta política não será alterada sem consulta prévia aos accionistas. Todos os prémios atribuídos ao abrigo do plano estão subordinados aos objectivos de desempenho a três anos.

Os prémios atribuídos em 2006 e 2007 estão subordinados a dois parâmetros de desempenho; 50% do prémio assentam num parâmetro de Retorno Total para os Accionistas ("TSR") relativo e 50% no aumento dos lucros por acção ("EPS") ajustados ao longo do período de desempenho de três anos.

Para o elemento de TSR, a concessão do incentivo depende até que ponto o desempenho do Grupo ultrapassa a mediana do TSR do grupo comparativo ao longo do período de desempenho. Os prémios atribuídos ao abrigo do plano não são adquiridos se o TSR da empresa for inferior à mediana do grupo comparativo. A consecução da mediana do desempenho TSR em relação às empresas comparativas terá como resultado a concessão de 25% do prémio. Se o nível de desempenho for até 9% superior à mediana do desempenho TSR terá como resultado a concessão do incentivo numa base linear de 25% a 125%; se for superior em 9% a 18% o incentivo numa base linear será de 125% a 200%. E atingirá 200% se ultrapassar esse desempenho em pelo menos 18%. Para os prémios atribuídos em 2006 e 2007, as empresas do grupo comparativo foram o ABN AMRO Holdings N.V.; o Banco Santander Central Hispano, S.A.; o Barclays PLC; o Citigroup Inc; o HBOS plc; o HSBC Holdings plc; o Lloyds TSB Group plc e o Standard Chartered PLC. Na sequência da aquisição do ABN AMRO pelos Bancos do Consórcio em Outubro de 2007, a Comissão de Remunerações aceitou que o Fortis N.V. substituísse o ABN AMRO no grupo de comparação para os prémios atribuídos em 2006 e 2007 e para os prémios a atribuir em 2008.

O elemento EPS assegura uma orientação clara para os executivos melhorarem o desempenho financeiro a longo prazo. Para este elemento, o nível de crescimento dos EPS ao longo do período de três anos é calculado comparando os EPS ajustados no ano antes do ano de concessão com o do último ano do período de desempenho.
Todos os anos o calendário de atribuição do incentivo em função do parâmetro de crescimento dos EPS é aprovado pela Comissão de Remunerações no momento da atribuição, tendo em consideração o plano económico, o desempenho relativamente aos elementos de comparação e as previsões dos analistas.

Para os prémios atribuídos em 2006 e 2007, os prémios em função dos EPS não serão concedidos se o crescimento dos EPS for inferior a 5% ao ano composto ao longo do período de três anos. Se o crescimento dos EPS se situar entre 5% e 10% ao ano o prémio atribuído numa base linear será de 25% a 100%. Será de 100% se o crescimento dos EPS for pelo menos de 10% ao ano composto.

Opções

Na Assembleia Geral Anual da empresa em 2007 os accionistas aprovaram um novo plano de opção de acções para os executivos. Subsequentemente foram atribuídas aos administradores executivos opções de acções até um valor máximo de três vezes o salário mediante uma condição de desempenho em termos de EPS.

A condição de desempenho baseia-se no crescimento médio anual dos EPS ajustados do Grupo ao longo do período de desempenho de três anos, começando no ano da atribuição. A aferição do parâmetro de crescimento dos EPS é aprovada pela Comissão de Remunerações no momento de cada atribuição, tendo em consideração o plano económico, as condições económicas vigentes e as previsões dos analistas.

Relativamente à atribuição aos administradores executivos em 2007, as opções só poderão ser exercidas se, ao longo do período de três anos, o crescimento dos EPS ajustados da empresa for de pelo menos 6% ao ano ('o nível de limiar'). A percentagem de opções que são concedidas é determinada numa base linear entre 30% ao nível do limiar e 100% ao nível máximo para o crescimento dos EPS ajustados de 12% ao ano.

Directrizes sobre participações

Em 2006, a Comissão de Remunerações analisou a política em matéria de requisitos para as participações e agora o Grupo adoptou directrizes de participação para os administradores executivos.

O nível de participação visado é 200% do salário anual bruto para o Administrador-Geral do Grupo e 100% do salário anual bruto para os administradores executivos. Os níveis de participação são determinados por referência às acções ordinárias detidas, conjuntamente com quaisquer prémios conferidos ao abrigo do Plano de Desempenho a Médio Prazo do Grupo. Os administradores executivos têm um período de cinco anos para construírem as suas participações de modo a corresponderem aos níveis das directrizes.

Administrador em funções nos EUA – Larry Fish

Larry Fish foi anteriormente Presidente e Director-Geral do Citizens Financial Group, Inc. Em 23 de Março de 2007, foi nomeado Presidente do RBS America e Citizens. Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008 assumiu essa função numa qualidade não executiva e está a auferir uma remuneração fixa de 600.000 dólares ao ano (incluindo os honorários como administrador não executivo da empresa com efeitos a partir de 1 de Maio de 2008).

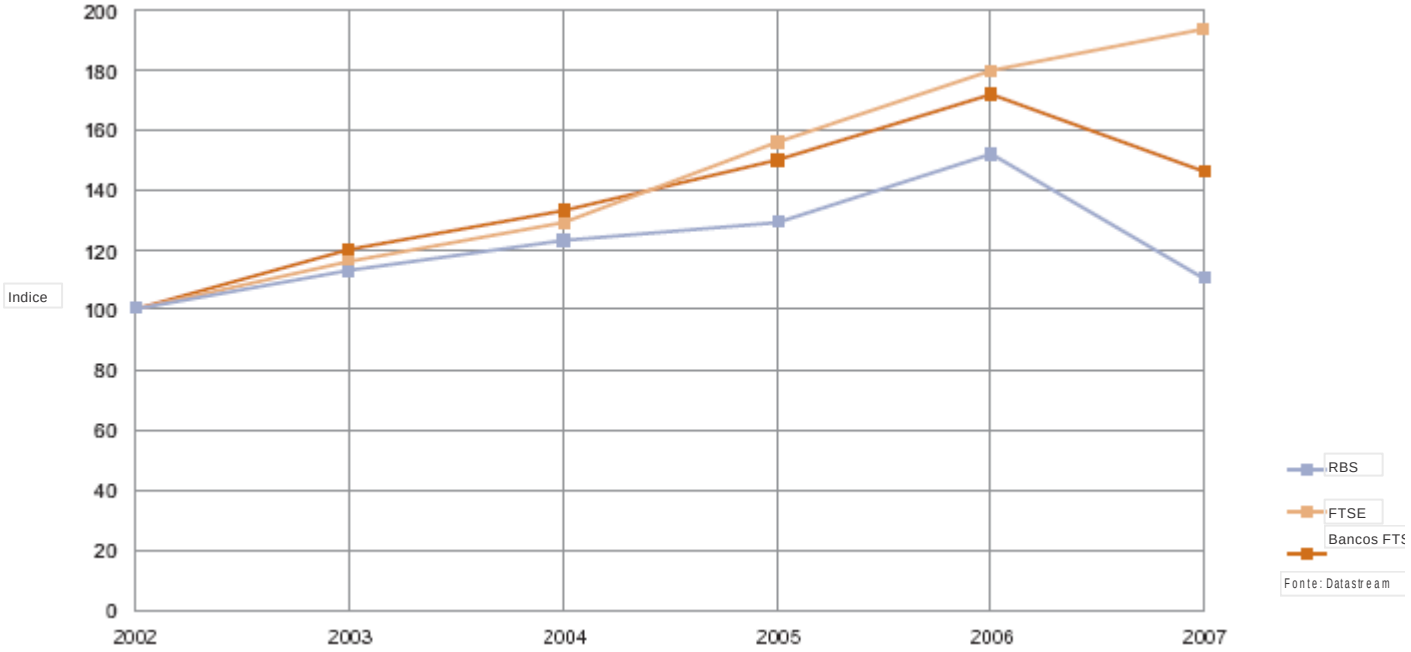
Não participará em qualquer plano de bónus anual nem será elegível para outras regalias ao abrigo de qualquer plano de incentivos a longo prazo. Os prémios de incentivo a longo prazo existentes ser-lhe-ão atribuídos se cumprir todas as condições de serviço e desempenho aplicáveis quando terminar o período de desempenho apropriado.

O direito ao complemento de reforma cessará em 30 de Abril de 2008. Vai ser abrangido pelo plano de seguro de saúde Citizens até esta data, após o que é elegível para aderir ao plano de saúde de reformado Citizens.

Desempenho em termos de retorno total para os accionistas

O gráfico de desempenho abaixo ilustra o desempenho da empresa ao longo dos últimos cinco anos em termos de retorno total para os accionistas comparativamente com o das empresas que fazem parte do Índice FTSE 100. Este índice foi seleccionado porque representa uma amostra das maiores empresas britânicas. O retorno total para os accionistas dos bancos FTSE no mesmo período foi acrescentado para comparação. O retorno total para os accionistas da empresa e os índices foram rebaseados para 100 em 2002

Rendimento total dos accionistas



Contratos de serviço

A política da empresa relativamente à duração dos contratos com os administradores é que os contratos com os administradores executivos geralmente mantêm-se até à rescisão por qualquer uma das partes, mediante o aviso prévio exigido, ou até à reforma. O período de pré-aviso para os contratos de serviço dos administradores executivos não é normalmente superior a 12 meses. Em relação aos administradores executivos recém-contratados, mediante a aprovação prévia da Comissão de Remunerações, o período de pré-aviso da empresa empregadora pode ser superior a 12 meses se se justificar. Se no acto da nomeação for inicialmente aprovado um período de pré-aviso mais longo, este será normalmente estruturado de modo a diminuir automaticamente para 12 meses em devido tempo.

Todos os novos contratos de serviço para os administradores executivos estão sujeitos à aprovação de uma Comissão de Remunerações. Estes contratos normalmente incluem cláusulas-tipo que abrangem o processo de avaliação do desempenho, os procedimentos disciplinares normais da empresa e as condições de demissão em caso de falhas de desempenho ou em situações que envolvam acções que infringem as políticas do Grupo.

Qualquer pagamento de remunerações efectuado em relação com a saída de um administrador executivo está sujeito à aprovação da Comissão de Remunerações, atendendo às condições do contrato de serviço e às razões da rescisão.

A informação sobre os contratos de serviço dos administradores executivos está resumida na tabela e na nota abaixo. (1)

Nome	Data do contrato actual / Empresa empregadora	Período pré-aviso – da empresa	Período pré-aviso – do colab.
Sir Fred Goodwin	1 Agosto 1998 The Royal Bank of Scotland plc	12 meses	6 meses
Mr Cameron	29 Março 1998 The Royal Bank of Scotland pl	12 meses	6 meses
Mr Fisher	27 Fevereiro 2007 The Royal Bank of Scotland plc	12 meses	12 meses
Mr Pell	20 Fevereiro 2006 The Royal Bank of Scotland plc	12 meses	6 meses
Mr Whittaker	19 Dezembro 2005 The Royal Bank of Scotland plc	12 meses	12 meses

Nota:

(1) Com efeitos a partir de 1 de Maio de 2008, o Sr. Fish tornar-se-á administrador não executivo da empresa Tal como sucedeu com outros administradores não executivos, a sua nomeação será objecto de uma carta de missão A nomeação é efectuada para um mandato inicial que termina em 9 de Outubro de 2009 e pode ser terminada antecipadamente por qualquer uma das partes mediante aviso prévio

Excepto conforme referido abaixo, erm caso de despedimento em que não exista um período de pré-aviso contratual, a empresa empregadora pode pagar ao executivo uma quantia em substituição desse período de pré-aviso. Tal pagamento compreenderia, no máximo, o salário base e um valor em numerário referente aos benefícios fixos (incluindo contribuições para planos de pensões). Nas situações que envolvam infracção das políticas da empresa empregadora que dêem origem a despedimento, o executivo pode receber uma indemnização inferior ou nem sequer receber qualquer indemnização. Dependendo das circunstâncias da rescisão da relação laboral, o executivo pode ter direito ou a Comissão de Remunerações pode exercer a sua opção de permitir ao executivo exercer os direitos a receber ao abrigo do plano de incentivo a longo prazos mediante as regras do respectivo plano. Todos os administradores que exerçam funções no RU, à excepção de Guy Whittaker, são membros do Fundo de Pensões ('o Fundo RBS') do Royal Bank of Scotland e têm contratualmente o direito de receber todos os benefícios de pensão segundo os seus termos. As regras do Fundo RBS permitem a todos os membros que se reformem antecipadamente a pedido da sua entidade empregadora receberem uma pensão baseada no serviço prestado sem qualquer desconto por reforma antecipada.

A Comissão de Remunerações analisou esta cláusula do Fundo RBS, que se aplica de forma equivalente aos administradores executivos e aos outros colaboradores. A Comissão de Remunerações concluiu que a alteração das condições do Fundo RBS relativamente à reforma antecipada a pedido da empresa não seria uma medida economicamente vantajosa nesta altura. O Fundo RBS está vedado aos colaboradores, incluindo aos administradores executivos que ingressem no Grupo depois de 30 de Setembro de 2006.

Presidente e administradores não executivos

A data da primeira nomeação como administrador da empresa e a última data para a próxima renomeação são:

	Data primeira nomeação	Última data próxima reeleição
Sir Tom McKillop	1 Setembro 2005	2009
Mr Buchan	1 Junho 2002	2009
Dr Currie	28 Novembro 2001	2008
Mr Friedrich	1 Março 2006	2009
Mr Hunter	1 Setembro 2004	2010
Mr Koch	29 Setembro 2004	2010
Mrs Kong	1 Janeiro 2006	2009
Mr MacHale	1 Setembro 2004	2010
Sir Steve Robson	25 Julho 2001	2008
Mr Scott	31 Janeiro 2001	2009
Mr Sutherland	31 Janeiro 2001	2009

Os administradores não executivos não estão sujeitos a contratos de serviço nem períodos de pré-aviso embora tenham cartas de missão que reflectem as suas responsabilidades e compromissos. Segundo os Estatutos da empresa, todos os administradores devem retirar-se em regime de rotação e apresentar-se a reeleição pelos accionistas pelo menos de três em três anos. As datas indicadas na tabela acima reflectem a última data para reeleição. Contudo, em 2008, pelo menos um terço do Conselho de Administração retirar-se-á rotativamente conforme exigido pelos Estatutos da empresa. O Presidente ou qualquer administrador não executivo não têm direito a indemnização em caso de rescisão antecipada.

As tabelas e notas explicativas contidas nas páginas 110 a 114 indicam a remuneração of cada administrador no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram examinadas pelos auditores da empresa, Deloitte & Touche LLP Remuneração dos Administradores

	Salário / honorários £000	Bónus desempenho £000	Benef. Pensão £000	Regalias	2007 Total £000	2006 Total £000
Presidente						
Sir Tom McKillop	750	—	—	—	750	471
Administradores executivos						
Sir Fred Goodwin	1.290	2.860	—	40	4.190	3.996
Mr Cameron	988	1.900	341	27	3.256	3.496
Mr Fish (2)	999	200	—	54	1.253	2.679
Mr Fisher (3)	726	1.428	178	26	2.358	1.894
Mr Pell	825	1.377	—	2	2.204	2.120
Mr Whittaker	760	1.425	262	3	2.450	4.475

Notas:

(1) Inclui 10% de participação nos lucros.

(2) O Sr. Fish é administrador não executivo da Textron Inc. e recebe os honorários que lhe foram pagos a este título. Em 2007, recebeu um pacote remunerativo da Taxtron Inc. equivalente a aproximadamente 87.565 dólares

(3) Quando da sua nomeação como Presidente do Conselho de Administração do ABN AMRO em 1 de Novembro de 2007, o Sr. Fisher transferiu-se para os Países Baixos. De acordo com a política de transferências internacional do Grupo era elegível para um subsídio de deslocação da sua família para os Países Baixos e para compensação fiscal contínua, custo de vida, alojamento e outras regalias de deslocação, cujo valor é de 15.419 libras e está incluído em benefícios, acima.

Administradores não executivos	Senhas de presença Membros do Cons.	Senhas de presença M. Comité	2007 £000	2006 £000
Mr Buchan	70	52	122	120
Dr Currie	70	15	85	80
Mr Friedrich	70	30	100	69
Mr Hunter	70	92	162	158
Mr Koch (1)	70	—	70	65
Mrs Kong	70	15	85	73
Mr MacHale	70	30	100	95
Sir Steve Robson	70	30	100	95
Mr Scott (2)			160	155
Mr Sutherland	70	27	97	88

Notas:

(1) Para além das suas funções como administrador não executivo, o Sr. Koch tinha um acordo com o Citizens Financial Group, Inc. de prestação de serviços de consultoria durante um período de três anos, que terminou em 1 de Setembro de 2007, na sequência da aquisição da Charter One Financial, Inc. pelo Citizens. Por estes serviços o Sr. Koch recebeu 268,333 dólares em 2007.

(2) Os honorários de administrador sénior independente do Sr. Scott englobam todo o trabalho do Conselho de Administração e da Comissão do Conselho, incluindo a presidência da Comissão de Remunerações .

Nenhum administrador recebeu quaisquer ajudas de custo sujeitas a IRS no RU nem qualquer indemnização por perda do cargo/despedimento. Os administradores não executivos não receberam bónus nem benefícios.

Opções de compra de acções

As opções de subscrição de acções ordinárias da empresa, de 25p cada, concedidas aos administradores e exercidas por estes últimos durante o exercício até 31 de Dezembro de 2007 estão incluídos na tabela abaixo. As opções detidas em 1 de Janeiro de 2007 e o respectivo preço foram reexpressas de modo a reflectirem a emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

		Opções exercidas 2007					
			Preço mercado na data exercício		Preço opção	Opções detidas em 31 Dezembro 2007	
	Opções detidas em 1 Janeiro 2007	Opções Concedidas em 2007	Número	£	£	Número	Período exerc
Sir Fred Goodwin	493.713		493.713	5.32	2,92	—	
	8.889				3,73	8.889	04.03.02 – 03.03.09
	81.918				3,99	81.918	03.06.02 – 02.06.09
	460.944				2,60	460.944	29.03.03 – 28.03.10
	131.100				5,73	131.100	14.08.04 – 13.08.11
	123.900				6,06	123.900	14.03.05 – 13.03.12
	218.400				4,12	218.400	13.03.06 – 12.03.13
	432.525				5,78	432.525	11.03.07 – 10.03.14
	477.153				5,76	477.153	10.03.08 – 09.03.15
	485.961				6,17	485.961	09.03.09 – 08.03.16
	3.801				4,35	3.801	01.10.10 – 31.03.11(1)
		695.188			5,61	695.188	16.08.10 – 15.08.17
	2.918.304					3,119,779	
Mr Cameron	57.582				3,73	57.582	04.03.02 – 03.03.09
	115.233				2,60	115.233	29.03.03 – 28.03.10
	450		450	6,77	5,21	—	
	78.600				5,73	78.600	14.08.04 – 13.08.11
	95.400				6,06	95.400	14.03.05 – 13.03.12
	157.800				4,12	157.800	13.03.06 – 12.03.13
	151.383				5,78	151.383	11.03.07 – 10.03.14
	5.595		5.595	5,24	3,28	—	
	242.916				5,76	242.916	10.03.08 – 09.03.15
	255.129				6,17	255.129	09.03.09 – 08.03.16
		374.332			5,61	374.332	16.08.10 – 15.08.17
	1.160.088					1.528.375	
Mr Fish	323.631				3,11	323.631	11.05.01 – 10.05.08
	112.809				5,76	112.809	10.03.08 – 09.03.15
	333.387				6,17	333.387	09.03.09 – 08.03.16
		523.640			5,61	523.640	16.08.10 – 15.08.17
	769.827					1.293.467	
Mr Fisher	42.843				3,08	42.843	01.04.02 – 31.03.09
	99.873				2,60	99.873	29.03.03 – 28.03.10
	65.400				5,73	65.400	14.08.04 – 13.08.11
	68.100				6,06	68.100	14.03.05 – 13.03.12
	121.500				4,12	121.500	13.03.06 – 12.03.13
	118.944				5,78	118.944	11.03.07 – 10.03.14
	182.187				5,76	182.187	10.03.08 – 09.03.15
	933		933	5,24	4,03	—	
	435				4,35	435	01.10.08 – 31.03.09(1)
	184.260				6,17	184.260	09.03.09 – 08.03.16
		262.033			5,61	262.033	16.08.10 – 15.08.17
		1.611			4,69	1.611	01.10.10 – 31.03.11(1)
	884.475					1.147.186	
Mr Pell	153.648		153.648	4,40	2,60	—	
	87.300				5,73	87.300	14.08.04 – 13.08.11
	82.800				6,06	82.800	14.03.05 – 13.03.12
	149.400				4,12	149.400	13.03.06 – 12.03.13
	141.651				5,78	141.651	11.03.07 – 10.03.14
	151.821				5,76	151.821	10.03.08 – 09.03.15
	187.095				6,17	187.095	09.03.09 – 08.03.16
		259.894			5,61	259.894	16.08.10 – 15.08.17
	953.715					1.059.961	
Mr Whittaker	170.085				6,17	170.085	09.03.09 – 08.03.16
	3.705				4,61	3.705	01.10.13 – 31.03.14(1)
		280.749			5,61	280.749	16.08.10 – 15.08.17
	173.790					454.539	

Notas:

(1) Opções detidas no âmbito dos planos de poupançaacções, que não estão condicionadas pelo desempenho.

As condições de desempenho para opções concedidas em 2007 estão explicitadas na página 107.

Nenhuma das opções foi objecto de alteração dos seus termos e condições durante o período contabilístico até 31 de Dezembro de 2007. Nenhum pagamento é exigido no momento da atribuição de uma opção.

A condição de desempenho aplicável às opções de acções concedidas aos executivos em 2007 e a exercer em Agosto de 2010 está descrita na página 107.

Para as opções de acções concedidas aos executivos em que a primeira data de exercício se situa entre Março de 2002 e Março de 2009 inclusive, as opções só podem ser exercidas se ao longo de um período de três anos, o crescimento dos EPS da empresa tiver excedido o crescimento do Índice dos Preços de Retalho (RPI) + 9% relativamente às opções de acções concedidas aos executivos que podem ser exercidas antes de Março de 2002, uma condição de desempenho é que o crescimento dos EPS da empresa ao longo de três anos tenha excedido o crescimento do RPI + 6%.

O preço de mercado das acções ordinárias da empresa em 31 de Dezembro de 2007 foi de 4.44 libras e o intervalo de valores durante o exercício até 31 de Dezembro de 2007 foi 3,97 a 7,20 libras.

No período de dez anos até 31 de Dezembro de 2007, os prémios concedidos que podiam exigir a emissão de novas acções ao abrigo dos planos de acções da empresa representaram 5,5% do capital social da empresa em acções ordinárias emitidas, deixando uma margem de diluição disponível de 4,5%.

Plano de Desempenho a Médio Prazo

As participações no plano em 1 de Janeiro de 2007 e o respectivo preço de mercado no momento da atribuição na tabela abaixo foram reexpressos para reflectir a emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

	Partic. plano (equiv. acções) em 1 Janeiro 2007	Opções concedidas em 2007	Preço mercado atrib. £	Prémios subsc em 2007 (1)	Prémios exercidos em 2007	Partic. acções (equiv. acções) em 31 Dezembro 2007	Fim período cump. condições qualific
Sir Fred Goodwin	279. 120		5,45			279.120	Subsc.. 31.12.03
	101. 565		6,20			101.565	Subsc 31.12.04
	286. 293		5,76	Zero		—	Caduc 31.12.07
	291. 579		6,17			291.579	31.12.08
		278. 970	6,99			278.970	31.12.09
	958. 557					951.234	
Mr Cameron	167. 472		5,45			167.472	Subsc..31.12.03
	66. 234		6,20			66.234	Subsc..31.12.04
	138. 810		5,76	Zero		–	Caduc 31.12.07
	145. 791		6,17			145.791	31.12.08
		143. 064	6,99			143.064	31.12.09
	518. 307					522.561	
Mr Fish	31. 485		5,76	Zero		–	Caduc 31.12.07
	93. 351		6,17			93.351	31.12.08
		85. 905	6,99			85.905	31.12.09
	124. 836					179.256	
Mr Fisher	60. 000		5,45			60.000	Subsc..31.12.03
	24. 000		6,20			24.000	Subsc..31.12.04
	104. 109		5,76	Zero		–	Caduc 31.12.07
	105. 294		6,17			105.294	31.12.08
		100. 146	6,99			100.146	31.12.09
	293. 403					289.440	
Mr Pell	121. 458		5,76	Zero		–	Caduc 31.12.07
	124. 731		6,17			124.731	31.12.08
		115. 881	6,99			115.881	31.12.09
	246. 189					240.612	
Mr Whittaker	113. 391		6,17			113.391	31.12.08
		107. 298	6,99			107.298	31.12.09
	113. 391					220.689	

Nota :

(1) Os prémios foram concedidos em 28 Abril 2005; estes prémios já caducaram.

Para prémios que tenham sido concedidos, os participantes que detenham prémios baseados em opções podem exercer o seu direito sobre os equivalentes de acções subjacentes a qualquer momento até dez anos a partir da data de concessão.

Durante o exercício nenhuma das condições do plano sofreu qualquer alteração. As avaliações do desempenho constam das páginas 106 e 107.

Prémios em acções com restrições

As participações em 1 de Janeiro de 2007 e os respectivos preços nas datas de atribuição e de *vesting* (subscrição) que figuram na tabela abaixo foram reexpressas de modo a reflectirem a emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

	Prémios detidos em) em 1 Janeiro 2007	Preço merc. atrib em £	Prémios Subsc.. em 2007	Preço Mercado na subsc em £	Valor prémios conc. em £	Prémios detidos em 31 Dezembro 2007	Fim período cump. condições qualific
Mr Whittaker(1)	168.855	6.46	168.855	6.78	1.144.837	--	
	91.449	6.46				91.449	01.02.08(3)
	75.966	6.46				75.966	01.02.09
	37.263	6.46				37.263	01.02.10
	373.533					204.678	

Notas:

(1) Foram concedidos prémios ao Sr. Whittaker em vez dos prémios em acções não subscritas do seu anterior empregador.

(2) O período final para as condições de qualificação está sujeito às eventuais restrições à negociação das acções do Grupo a que o Sr. Whittaker esteja sujeito. Devido ao período de encerramento antes de os resultados do Grupo serem anunciados, o fim do período para as condições de qualificação a cumprir em 2008 é 28 de Fevereiro de 2008.

(3) O prémio já foi concedido e as acções ficarão ao dispor do Sr. Whittaker em 28 de Fevereiro de 2008.

Plano de Incentivos a Longo Prazo do Citizens (LTP) (1)

	Partic. em 1 Janeiro de 2007	Prémios concedidos durante o exercício	Benefícios recebidos durante o exerc.	Partic. em 31 de Dezembro de 2007
Mr Fish	Planos incentivos para os períodos de 3 anos: 01.01.04 – 31.12.06 01.01.05 – 31.12.07 01.01.06 – 31.12.08	Planos incentivos para os períodos de 3 anos: 01.01.07 – 31.12.09	Planos incentivos para os períodos de 3 anos: 01.01.04 – 31.12.06 foi 1,389,148 US$	Planos incentivos para os períodos de 3 anos: 01.01.05 – 31.12.07 01.01.06 – 31.12.08 01.01.07 – 31.12.09

Nota:

(1) Na Assembleia Geral Anual da empresa, realizada em Abril de 2005, os accionistas aprovaram um novo LTIP em dinheiro. O Desempenho é avaliado segundo uma combinação de aumento dos lucros antes de impostos e Retorno relativo do capital investido com base numa comparação entre o Citizens e bancos comparativos dos EUA.

Durante o exercício não se verificaram alterações em qualquer uma das condições do plano.

Regime de pensão dos administradores

Durante o exercício, Johnny Cameron, Sir Fred Goodwin e Gordon Pell acumularam serviço coberto pelo Fundo de Pensões ("Fundo RBS") do Grupo Royal Bank of Scotland ,O Fundo RBS é um fundo de benefício definido registado no HM Revenue & Customs ao abrigo da Lei das Finanças de 2004.

Sir Fred Goodwin e Gordon Pell têm direito a benefícios de pensão adicionais numa base de benefício definido fora do Fundo RBS. Os números indicados abaixo incluem o complemento relativo a estes planos. Foi estabelecido um plano de fundos não registado, para conceder a Sir Fred Goodwin benefícios não cobertos pelo Fundo RBS.

Os benefícios de Johnny Cameron baseiam-se no salário limitado ao plafond do plano e é-lhe concedido um subsídio em numerário em vez da pensão sobre o salário acima deste plafond.

Mark Fisher optou por cessar o complemento futuro do benefício de pensão no seio do Fundo RBS com efeitos a partir de 6 de Abril de 2006. O aumento da pensão indicado na tabela resulta do aumento do seu salário considerado para efeitos da pensão ao longo do ano. Recebe um subsídio em numerário em vez de outros benefícios de pensão.

Guy Whittaker recebe um subsídio em numerário em vez dos benefícios de pensão.

Os subsídios em numerário para Johnny Cameron, Mark Fisher e
Guy Whittaker estão indicados na página 110.

Larry Fish acumula benefícios de pensão ao abrigo de uma série de planos nos EUA. Os benefícios definidos são acumulados ao abrigo do Qualified Plan, do Excess Plan e do Supplemental Executive Retirement Arrangement do Citizens. Além disso, é membro de dois planos de contribuição definida: um Qualified 401(k) Plan e um Excess 401(k) Plan. Vai continuar a acumular benefícios ao abrigo destes planos até 30 de Abril de 2008.

Do valor de transferência total indicado em 31 de Dezembro de 2007, 54% estão relacionados com benefícios de fundos de planos de pensão.

A divulgação destes benefícios foi efectuada de acordo com as Regras Aplicáveis às Empresas Cotadas da Listing Authority do Reino Unido e com os Regulamentos em matéria de Comunicação das Remunerações dos Administradores de 2002.

Planos de benefício definido	Idade em 31 Dezembro 2007	Direitos acumulados em 31 Dezembro 2007 £000 p.a.	Pensão adicional obtida durante o exerc. Findo em 31 Dezembro 2007 £000 p.a.	Pensão adicional obtida durante o exerc. Findo em 31 Dezembro 2007 £000 p.a.	Valor transf. em 31 Dezembro 2007 £000	Valor transf. em 31 Dezembro 2006 £000	Aumento do valor transf. durante o exerc. findo em 31 Dezembro 2007 £000	Valor transf p/ pensão adicional durante o exerc. findo em 31 Dezembro 2007 £000
Sir Fred Goodwin	49	579	69	50	8,370	7,043	1,327	722
Mr Cameron	53	57	6	3	931	824	107	56
Mr Fish	63	$2,080	$251	$251	$24,101	$17,800	$6,301	$2,915
Mr Fisher	47	337	35	24	4,562	3,904	658	323
Mr Pell	57	423	62	49	8,403	6,744	1,659	971

- líquido de reavaliação oficial aplicável às pensões diferidas

Notas:

(1) Existe uma diferença significativa na forma de divulgação exigida pelo Código Combinado e os Regulamentos em matéria de Divulgação das Remunerações dos Administradores, de 2002.. O primeiro exige a divulgação da pensão adicional auferida durante o exercício e o valor da transferência equivalente a essa pensão com base nas condições do mercado bolsista no fim do ano. Os últimos exigem a divulgação da diferença entre o valor da transferência no início e no fim do ano e por isso depende da alteração das condições do mercado bolsista durante o exercício. A divulgação acima referida foi efectuada de acordo com o Código Combinado e os Regulamentos em matéria de Divulgação das Remunerações dos Administradores, de 2002..

(2) O valor da transferências divulgado acima não representa um valor pago ou a pagar ao administrador individualmente Representa uma potencial obrigação do plano de pensões do Grupo.

(3) Estes valores de transferência não têm em conta quaisquer aumentos de benefícios eventualmente a pagar na reforma antecipada.

(4) A proporção de benefícios representada por planos de pensão financiados para Gordon Pell e Larry Fish é 53% e 2% respectivamente. Todos os benefícios para Johnny Cameron, Mark Fisher e Sir Fred Goodwin estão em planos de pensões financiados .

(5) De acordo com as práticas do mercado nos EUA ,a remuneração de Larry Fish que é considerada para efeitos de pensão está limitada a 4 milhões de dólares por ano.

(6) O contrato de serviço como administrador executivo de Larry Fish válido a partir de Fevereiro de 2004 determina que ele pode reformar-se em qualquer idade entre os 60 e 65 anos. Como referido na página 107, vai cessar a acumulação de benefícios de pensão com efeitos a partir de 1 Maio 2008 e receber a sua pensão a partir dessa data. A avaliação dos seus benefícios na tabela acima no fim de 2007 prevê estes pagamentos; os números anteriores baseavam-se na reforma aos 65 anos.

As contribuições e subsídios pagos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 segundo planos de contribuição definida foram:

	2007 000	2006 000
Mr Cameron	—	£46
Mr Fish	$60	$56

Bob Scott
Presidente da Comissão de Remunerações
27 de Fevereiro de 2008

Participações dos administradores em acções

As acções detidas a título de benefícios em 1 de Janeiro de 2007, indicadas nas tabelas abaixo, foram reexpressas de modo a reflectirem a emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

		31 Dezembro 2007				
Administradores executivos	Acções detidas como propriedade real em 1 de Janeiro 2007	Acções detidas como propriedade real	Acções MPP subsc., ou equivalents acçõesq	Opções acções subsc.	Total	Valor em 31 Dezembro 2007 (2,3) £
Sir Fred Goodwin	200.532	694.498	380.685	1.457.676	2.532.859	5.732.777
Mr Cameron	6.036	16.582	233.706	655.998	906.286	1.413.969
Mr Fish	33.360	33.360	—	323.631	356.991	578.548
Mr Fisher	13.494	21.345	84.000	516.660	622.005	747.907
Mr Pell	1.746	155.394	—	461.151	616.545	737.259
Mr Whittaker	154.815	278.191	—	—	278.191	1.235.168

Notas:

(1) Os números contidos nesta tabela baseiam-se nas informações auditadas que constam noutra parte deste Relatório Anual.

(2) O valor baseia-se no preço das acções em 31 de Dezembro de 2007, que era de 4,44 libras. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 o preço das acções variou entre 3,97 e 7,20 libras.

(3) O valor teórico das opções de acções subscritas foi calculado com base no valor 'in the money' utilizando o preço das acções de 4,44 libras em 31 de Dezembro de 2007 menos os preços de opção das opções subscritas

(4) Em 31 de Dezembro de 2007, os administradores executivos detinham uma participação técnica como potenciais beneficiários do Employee Share Trust de 2001 do Royal Bank of Scotland Group plc
(9.570.456 acções) e do Employee Share Trust de 1992 do Royal Bank of Scotland plc (904.326 acções), que são fundos operados em benefício dos colaboradores da empresa e das suas subsidiárias.

Administradores não executivos Presidente	Acções detidas como propriedade real em 1 de Janeiro 2007	Acções detidas como propriedade real em 1 de Janeiro 2007
Sir Tom McKillop	90.000	208.000
Mr Buchan	15.000	40.000
Dr Currie	1.668	1.668
Mr Friedrich	60.768	110.475
Mr Hunter	10.500	10.500
Mr Koch	60.000	90.000
Mrs Kong	21.000	26.000
Mr MacHale	30.000	72.200
Mr Scott	13.344	23.344
Mr Sutherland	16.770	17.643

Durante o exercício, nenhum outro administrador deteve acções ordinárias da empresa.
Em 7 de Janeiro de 2008 e 7 de Fevereiro de 2008, Sir Fred Goodwin e Mr Fisher adquiriram 29 e 33 acções ordinárias de 25p cada, respectivamente, ao abrigo do plano de aquisição de acções Buy As You Earn do Grupo.

Acções preferenciais

O Sr. Fish detinha 20.000 acções preferenciais não cumulativas de 0,01 dólares cada em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 20.000) e o Sr. Koch 20.000 acções preferenciais não cumulativas de 0,01 dólares cada em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 20.000). Nenhum outro administrador detinha participações em acções preferenciais durante o exercício.

Nenhum administrador detinha participações por conta de terceiros em acções da empresa em 31 de Dezembro de 2007, em 1 de Janeiro de 2007 ou na data de nomeação se for posterior.

Declaração das responsabilidades dos administradores

Os administradores são obrigados, por força do Artigo 4º do Regulamento IAS (Regulamento da Comissão Europeia nº 1606/2002) a elaborar as Contas do Grupo e, conforme permitido pela Lei sobre as Empresas de 1985, decidiram elaborar as contas da empresa, para cada exercício, de acordo com as Normas Internacionais relativas à Informação Financeira adoptadas pela União Europeia. São responsáveis pela elaboração das contas de modo a reflectirem razoavelmente a situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo e da empresa. Ao elaborarem essas demonstrações, os administradores são obrigados a:

- seleccionar normas contabilísticas adequadas e aplicá-las de uma forma consistente;

- fazer apreciações e estimativas que sejam razoáveis e prudentes; e

- indicar se as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas, sujeitas a quaisquer discrepâncias relevantes divulgadas e explicitadas nas demonstrações.

Os administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos adequados que reflictam com exactidão razoável, a qualquer momento, a situação financeira do Grupo e lhes permita assegurar que o Relatório e Contas de 1985. Também são responsáveis pela salvaguarda do activo da empresa e do Grupo e, portanto, por tomar medidas razoáveis para a prevenção e detecção de fraudes e outras irregularidades.

Por ordem do Conselho de Administração.

Miller McLean
Secretário

27 de Fevereiro de 2008

Demonstrações financeiras

118 Relatório dos auditores independentes
120 Demonstração de resultados consolidada
121 Balanços
122 Demonstrações dos proveitos e custos reconhecidos
123 Demonstração dos fluxos de caixa
124 Normas contabilísticas
140 Notas sobre as demonstrações

Relatório dos auditores independentes aos sócios do Grupo Royal Bank of Scotland plc

Auditámos as demonstrações financeiras do Grupo Royal Bank of Scotland plc ("a empresa") e as suas subsidiárias (conjuntamente "o Grupo") no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 que compreendem as normas contabilísticas, os balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a demonstração de resultados consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstrações dos proveitos e custos reconhecidos em cada um dos três anos do período findo em 31 de Dezembro de 2007 e as respectivas Notas 1 a 43. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas definidas nas mesmas. Também auditámos a informação na parte do relatório sobre as remunerações dos administradores que é descrita como tendo sido auditada.

Este relatório destina-se exclusivamente aos sócios da empresa, como órgão, segundo a secção 235 da Lei sobre as Empresas de 1985. O nosso trabalho de auditoria foi realizado única e exclusivamente para podermos expor aos sócios da empresa os assuntos que somos obrigados a apresentar-lhes num relatório de auditoria. Na medida permitida pela lei, não aceitamos nem assumimos responsabilidade perante ninguém que não seja a empresa e os seus sócios, como entidade, pelo nosso trabalho de auditoria, por este relatório nem pelas opiniões que formulámos.

Responsabilidades respectivas dos administradores e dos auditores

As responsabilidades dos administradores na elaboração do relatório anual, o relatório sobre as remunerações dos administradores e as demonstrações financeiras de acordo com a legislação aplicável e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adoptadas pela União Europeia, estão definidas na declaração das responsabilidades dos administradores'.

A responsabilidade consiste em auditar as demonstrações financeiras e a parte do relatório referente às remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis e as Normas Internacionais de Auditoria (RU e Irlanda).

Apresentamos a nossas opinião se as demonstrações financeiras transmitem uma imagem verdadeira e fidedigna e se as demonstrações financeiras e a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada foram devidamente elaboradas de acordo com a Lei sobre as Empresas de 1985 e no que se refere às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, Artigo 4 do Regulamento IAS. Também vos transmitimos se, na nossa opinião, a informação apresentada no relatório dos administradores é coerente com as demonstrações financeiras. A informação apresentada no relatório dos administradores também inclui informação específica apresentada na Análise Sectorial que é cruzada com a parte da análise sectorial do relatório dos administradores.

Além disso, informamos se, na nossa opinião, a empresa não manteve registos contabilísticos apropriados, se não recebemos todas as informações e explicações de que necessitamos para a nossa auditoria ou se as informações especificadas pela lei sobre as remunerações dos administradores e outras transacções não foi divulgada.

Analisámos se a declaração de governação da empresa reflecte o cumprimento, por esta, das novas disposições do Código Combinado 2006 especificado para a nossa análise pelas Regras Aplicáveis às Empresas Cotadas na Bolsa da Autoridade de Serviços Financeiros e informamos se não for o caso.

As Regras Aplicáveis às Empresas Cotadas na Bolsa não nos exigem que ponderemos se as declarações do Conselho de Administração ou da gestão sobre o controlo interno cobrem todos os riscos e controlos ou que formemos uma opinião sobre a eficácia dos procedimentos de governação empresarial do Grupo ou os seus procedimentos em matéria de riscos e controlo.

Lemos s restantes informações contidas no Relatório e Contas Anual de 2007 conforme descrito no índice, incluindo a parte não auditada do relatório sobre as remunerações dos administradores, e verificamos se são consistentes com as demonstrações financeiras auditadas. Consideramos as implicações para o nosso relatório se tomarmos conhecimento de quaisquer manifestas declarações incorrectas ou inconsistências materiais com as demonstrações financeiras. As nossas responsabilidades não se estendem a qualquer outra informação para além do Relatório e Contas Anual de 2007.

Base da opinião da auditoria

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (RU e Irlanda) emitidas pela Auditing Practices Board e com as normas da Public Empresa Accounting Oversight Board (Estados Unidos). Uma auditoria inclui a verificação, numa base de teste, das evidências relevantes dos valores e outros dados divulgados nas demonstrações financeiras e na parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada. Também inclui uma avaliação das estimativas e apreciações significativas efectuadas pelos administradores na elaboração das demonstrações financeiras e se as normas contabilísticas são apropriadas para as circunstâncias da empresa e do Grupo, consistentemente aplicadas e adequadamente divulgadas.

Planeámos e realizámos a nossa auditoria de modo a obter toda a informação e explicações que considerámos necessárias para dispor de evidências suficientes para nos darem garantia razoável de que as demonstrações financeiras e a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada estão isentas de declarações incorrectas relevantes causadas por fraude ou outra irregularidade ou erro. Para formarmos a nossa opinião, também avaliámos a adequação global da apresentação da informação nas demonstrações financeiras e na parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada.

Na nossa opinião :

- as demonstrações financeiras do Grupo dão uma imagem fidedigna e razoável, de acordo com IFRS adoptadas pela União Europeia, do estado dos negócios do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e do seu lucro e fluxos de caixa no exercício então findo;

- as demonstrações financeiras da empresa dão uma imagem fidedigna e razoável, segundo as IFRS adoptadas pela União Europeia e aplicadas de acordo com as disposições da Lei sobre as Empresas de 1985, do estado dos negócios da empresa em 31 de Dezembro de 2007;

- as demonstrações financeiras e a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada foram devidamente elaboradas de acordo com a Lei sobre as Empresas de 1985 e, no que se refere às demonstrações financeiras do Grupo, com o Artigo 4º do Regulamento IAS; e

- a informação apresentada no relatório dos administradores é consistente com as demonstrações financeiras.

Opinião separada em relação às IFRS

Conforme está explicitado nas normas contabilísticas, o Grupo, para além de cumprir a sua obrigação legal de obedecer às IFRS adoptadas pela União Europeia, também obedeceu às IFRS emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras dão uma imagem fidedigna e razoável, de acordo com as IFRS, do estado dos negócios do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e do lucro e dos fluxos de caixa no exercício então findo.

Opinião EUA

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de uma forma razoável, em todos os aspectos materiais, a situação financeira do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e os resultados das suas operações e fluxos de caixa em cada um dos três anos do período findo em 31 de Dezembro de 2007, em conformidade com as IFRS adoptadas para aplicação na União Europeia e as IFRS as emitidas pela IASB.

Também auditámos, de acordo com as normas da Public Empresa Accounting Oversight Board (Estados Unidos), o controlo interno do Grupo sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2007, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control-Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Comission. A gestão excluiu da sua avaliação o controlo interno sobre a informação financeira do ABN AMRO Holding N.V., e das suas subsidiárias, cuja aquisição foi realizada em 17 de Outubro de 2007. Assim, a nossa auditoria não incluiu o controlo interno sobre a informação financeira da ABN AMRO Holding N.V. e das suas subsidiárias. A ABN AMRO Holdings N.V. representou 40,7% do activo total do Grupo, uma proporção pouco significativa do valor total do capital próprio, 7,7% das receitas totais do Grupo e 0,2% dos Lucros após impostos do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O nosso relatório datado de 27 de Fevereiro de 2008, que será incluído no Relatório Anual no Formulário 20-F no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a apresentar à Comissão de Valores, expressou uma opinião não qualificada da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a informação financeira do Grupo, excluindo a ABN AMRO Holding N.V. e as suas subsidiárias.

Deloitte & Touche LLP
Revisores Oficiais de Contas e Auditores Registados
Edimburgo, Reino Unido
27 de Fevereiro de 2008

Demonstração de resultados consolidada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Nota	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Juros a receber		33,420	24,688	21,331
Juros a pagar		(20,752)	(14,092)	(11,413)
Receitas de juros líquidas		12,668	10,596	9.918
Taxas e comissões a receber		8.465	7.116	6.750
Taxas e comissões a pagar		(2.311)	(1.922)	(1.841)
Rendimento de actividades comerciais	1	1.327	2.675	2.343
Outro rendimento operacional (excluindo rendimento de prémios de seguro)		4.857	3.564	2.953
Rendimento de prémios de seguro		6.398	6.243	6.076
Quota-parte de resseguradoras		(289)	(270)	(297)
Receitas não provenientes de juros		18.447	17.406	15.984
Total receitas		31.115	28.002	25.902
Encargos com o pessoal		7.552	6.723	5.992
Instalações e equipamentos		1.766	1.421	1.313
Outras despesas administrativas		3.147	2.658	2.816
Depreciação e amortização		1.970	1.678	1.825
Despesas operacionais	2	14.435	12.480	11.946
Lucro antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidade		16.680	15.522	13.956
Reclamações de seguro		4.770	4.550	4.413
Quota-parte de resseguradoras		(118)	(92)	(100)
Perdas por imparidade	12	2.128	1.878	1.707
Lucro operacional antes de impostos		9.900	9.186	7.936
Impostos	5	2.052	2.689	2.378
Lucro das operações contínuas		7.848	6.497	5.558
Perdas das operações descontinuadas, líquidas de impostos		136	—	—
Lucro do exercício		7.712		
Lucro a distribuir por:				
Participações minoritárias	6	163	104	57
Outras participações		246	191	109
Titulares de acções ordinárias		7.303	6.202	5.392
		7.712	6.497	5.558
Por acção ordinária de 25p:	9	76,4p	64.9p	56.5p
Ganhos por acção em circulação				
Ganhos diluídos	9	75,7p	64.9p	56.1p
Dividendos	7	32.2p	25.8p	20.2p

Balanços em 31 de Dezembro de 2007

		Grupo		Empresa	
	Nota	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		17.866	6.121	—	—
Títulos tesouro e outros tít. elegíveis sujeitos a acordos recompra	29	7.090	1.426	—	—
Outros títulos do tesouro e outros títulos elegíveis		11.139	4.065	—	—
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis	10	18.229	5.491	—	—
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	10	219.460	82.606	7.686	7.252
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	829.250	466.893	307	286
Títulos de dívida sujeitos a sujeitos a acordos recompra	29	100.561	58.874	—	—
Outros títulos de dívida		175.866	68.377	—	—
Títulos de dívida	14	276.427	127.251	—	—
Acções de participação	15	53.026	13.504	—	—
Investimentos em empresas do Grupo	16	—	—	43.542	21.784
Saldos de compensação		16.589	7.425	—	—
Derivados	13	337.410	116.681	173	—
Imobilizações incorpóreas	17	48.492	18.904	—	—
Imobilizações corpóreas	18	18.750	18.420	—	—
Contas de regularização do activo	19	19.066	8.136	127	3
Activo de grupos para alienação		45.954	—	—	—
Total do activo		1.900.519	871.432	51.835	29.325
Passivo					
Depósitos de bancos	10	312.633	132.143	5.572	738
Contas de clientes	10	682.365	384.222	—	—
Títulos de dívida em emissão	10	273.615	85.963	13.453	2.139
Saldos de compensação e posições curtas	10	91.021	49.476	—	—
Derivados	13	332.060	118.112	179	42
Contas de regularização do passivo	21	34.024	15.660	8	15
Obrigações com a benefícios de pensões	3	496	1.992	—	—
Impostos diferidos	22	5.510	3.264	3	—
Passivo seguros	23	10.162	7.456	—	—
Passivo subordinado	24	37.979	27.654	7.743	8.194
Passivos incluídos nos grupos para alienações		29.228	—	—	—
Total passivo		1.809.093	825.942	26.958	11.128
Participações minoritárias	25	38.388	5.263	—	—
Participações	26, 27	53.038	40.227	24.877	18.197
Total capital próprio		91.426	45.490	24.877	18.197
Total passivo e capital próprio		1.900.519	871.432	51.835	29.325

As demonstrações foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2008 e assinadas em seu nome por:

Sir Tom McKillop
Presidente

Sir Fred Goodwin
Administrador-Geral do Grupo

Guy Whittaker
Administrador Financeiro do Grupo

Demonstrações dos proveitos e custos reconhecidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Grupo			Empresa		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Investimentos disponíveis para venda						
Avaliação líquida (perdas)/ganhos levados directam capital próprio	(776)	4.792	35	—	—	—
Lucro líquido imputado ao rendimento das vendas	(513)	(313)	(582)	—	—	—
Coberturas de fluxos de caixa						
(Perdas)/ganhos líquidos levados directamente ao capital próprio	(426)	(109)	18	—	—	—
(Ganhos)/perdas líquidos levados a ganhos	(138)	(140)	(85)	3	3	6
Diferenças cambiais na transposição de operações estrangeiras	2.210	(1.681)	842	—	—	—
Ganhos/(perdas) actuariais de planos de benefício definido	2.189	1.781	(799)	—	—	—
Rendimento/(despesas) antes de impostos sobre elementos reconhecidos directamente no capital próprio	2.546	4.330	(571)	3	3	6
Imposto sobre rubricas directamente reconhecidas no capital próprio	(170)	(1.173)	478	(1)	(1)	(2)
Rendim. líq./(despesas) reconhec. direct. no capital próprio	2.376	3.157	(93)	2	2	4
Lucro do exercício	7.712	6.497	5.558	2.499	3.499	2.074
Total rendimento e despesas reconhecidos do exercício	10 .088	9.654	5.465	2.501		
A distribuir por:						
Participações	8.610	7.707	5.355	2.501	3.501	2.078
Participações minoritárias	1.478	1.947	110	—	—	—
	10.088	9.654	5.465	2.501	3.501	2.078

Demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

		Grupo			Empresa		
	Nota	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Actividades operacionais							
Lucros operacionais antes de impostos		9.900	9.186	7.963	2.372	3.486	1.932
Ajustamentos:							
Depreciação e amortização		1.970	1.678	1.825	--	—	—
Juros sobre o passivo subordinado		1.542	1.386	1.271	470	520	583
Imput. plano de pensões de benefício definido		489	580	462	--	—	—
Contrib. numerário para plano de pensões benefício definido		(599)	(536)	(452)	--	—	—
Eliminação de diferenças cambiais		(10,282)	4.516	(3.060)	(58)	(22)	(30)
Outras rubricas não de caixa		(3.235)	(1.120)	(1.412)	1	18	(104)
Fluxo líquido de (saídas)/entradas caixa das activ. comerciais		(215)	15.690	6.570	2.785	4.002	2.381
Alterações do activo e passivo operacionais		28.261	3.980	(519)	15.562	(508)	2.050
Fluxos de caixa líq. das activ. operacionais antes de impostos		28.046	19.670	6.051	18.347	3.494	4.431
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos		(2.442)	(2.229)	(1.911)	6	154	(18)
Actividades de investimento							
Venda e vencimento de títulos		63.007	27.126	39.472	--	—	—
Compra de títulos		(61.020)	(19.126)	(39.196)	--	—	—
Investimento em subsidiárias		—	—	—	(18.510)	—	—
Alienação de subsidiárias		—	—	—	6	—	—
Venda de imobilizações corpóreas		5.786	2.990	2.220	—	—	—
Compra de imobilizações corpóreas		(5.080)	(4.282)		(4.812)	—	—
Actividades descontinuadas		(334)	—	—	—	—	—
Investimento líq. em participações comerc. e imob. incorpóreas		13.640	(63)	(296)	—	—	—
Empréstimos a subsidiárias		—	—	—	—	—	(337)
Reembolsos de subsidiárias		—	—	—	469	547	1.183
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento		15.999	6.645	(2.612)	(18.035)	(550)	(2.115)
Actividades de financiamento							
Emissão de acções ordinárias		77	104	163	77	104	163
Emissão de outras participações		3.600	671	1.649	3.600	671	1.649
Emissão de capital realizado		1.073	—	--	1.073	--	—
Emissão de passivo subordinado		1.018	3.027	1.234	--	399	337
Receitas de participações minoritárias emitidas		31.095	1.354	1.264	--	—	—
Resgate de participações minoritárias		(545)	(81)	(121)	--	—	—
Recompra de acções ordinárias		—	(991)	--		(991)	
Acções compradas por fundos dos trabalhadores		(65)	(254)	--	—	—	—
Acções emitidas planos de comparticip. dos trab. nos lucros		79	108	--	—	7	7
Reembolso do passivo subordinado		(1.708)	(1.318)	(1.553)	(469)	(547)	(1.183)
Dividendos pagos		(3.411)	(2.727)	(2.007)	(3.290)	(2.661)	(1.912)
Juro sobre o passivo subordinado		(1.522)	(1.409)	(1.332)	(455)	(497)	(577)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		29,691	(1,516)	(703)	536	(3.515)	(1.523)
Efeitos das alterações cambiais no caixa e equivalentes de caixa		6.010	(3.468)	1.703	62	(52)	42
Aumento/(diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		77.304	19.102	2.528	916	(469)	817
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de Janeiro		71.651	52.549	50.021	657	1.126	309
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de Dezembro		148.955	71.651	52.549	1.573	657	1.126

Normas contabilísticas

1. Apresentação das demonstrações

As demonstrações são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pela International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee da IASB (conjuntamente "IFRS") adoptadas pela União Europeia ("UE"). A UE não adoptou o texto completo da IAS 39 'Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Medição'; é menos exigente em relação a alguns dos requisitos de coberturas preconizados nas normas. O Grupo não aproveitou este abrandamento das exigências da norma e adoptou a IAS 39 emitida pela IASB: as demonstrações financeiras do Grupo são elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pela IASB. A data de transição para as IFRS pelo Grupo e a empresa (The Royal Bank of Scotland Group plc) e a data dos seus balanços IFRS iniciais foi 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo adoptou as IFRS 7 'Instrumentos financeiros: divulgações' para o período contabilístico que tem início em 1 de Janeiro de 2007. Esta medida não teve efeito nos resultados, nos fluxos de caixa ou na situação financeira do Grupo ou da empresa. Porém, foram feitas alterações às notas sobre as demonstrações e a informação comparativa é apresentada em conformidade.

O Grupo já não é obrigado a incluir as reconciliações do capital próprio e do rendimento líquido ao abrigo das IFRS e das GAAP dos EUA na documentação a apresentar à Comissão de Valores nos EUA.

A empresa foi constituída no RU e registada na Escócia. As demonstrações são elaboradas com base no custo histórico, excepto os seguintes activo e passivo que são contabilizados pelo seu justo valor: instrumentos financeiros derivados, activo e passivo financeiros detidos para negociação, activo e passivo financeiro que são designados ao justo valor através do lucro ou perda, activo financeiro e bens de investimento disponíveis para venda. O activo e o passivo financeiros reconhecidos em coberturas ao justo valor são ajustados para alterações do justo valor relativamente ao risco que é coberto.

As demonstrações da empresa são apresentadas de acordo com a Lei sobre as Empresas de 1985.

2. Base da consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da empresa e de entidades (incluindo algumas entidades para fins especiais) que continuam a ser controladas pelo Grupo (as suas subsidiárias). Existe controlo quando o Grupo tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade; geralmente conferido quando detém a maioria dos direitos de voto. No momento da aquisição de uma subsidiária, o seu activo, passivo e passivo contingente identificáveis estão incluídos nas demonstrações consolidadas ao seu justo valor. Qualquer excedente de custo (o justo valor do activo transferido, do passivo incorrido ou assumido e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo mais eventuais custos directamente imputáveis) de uma aquisição acima do justo valor do activo líquido adquirido é reconhecido como goodwill. A participação dos accionistas minoritários é contabilizada pela sua parte do justo valor do activo líquido da subsidiária.

Os resultados das subsidiárias adquiridas estão incluídos na demonstração de resultados consolidada a partir da data em que o controlo passa para o Grupo. Os resultados das subsidiárias estão incluídos até o Grupo deixar de as controlar através da venda ou de uma alteração significativa das circunstâncias

Todos os saldos intra-grupo, transacções, rendimento e despesas são eliminados com a consolidação. As demonstrações consolidadas são elaboradas através da aplicação de normas contabilísticas uniformes.

3. Reconhecimento das receitas

O rendimento de juros do activo financeiro que é classificado como empréstimos concedidos e contas a receber, disponível para venda ou detido até à maturidade e os encargos com juros sobre o passivo financeiro que não seja o registado ao justo valor através do lucro ou perda é determinado pelo método do juro efectivo. O método do juro efectivo é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro (ou grupo de activo ou passivo financeiro) e de imputação do rendimento de juros ou encargos com juros ao longo da vida útil esperada do activo ou passivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do montante inicial imputado ao instrumento. O cálculo de uma taxa de juro efectiva tem em conta os honorários a pagar ou a receber que fazem parte integrante do rendimento, dos prémios ou dos descontos do instrumento no momento da aquisição ou da emissão, as taxas de resgate antecipado e os custos de transacção. Todas as condições contratuais de um instrumento financeiro são tidas em consideração ao estimar os fluxos de caixa futuros.

O activo financeiro e o passivo financeiro detidos para negociação ou designados ao justo valor através do lucro ou perda são registados ao justo valor. As alterações do justo valor são reconhecidas em lucros ou perdas conjuntamente com os dividendos e juros a receber e a pagar.

As taxas de abertura do processo e utilização são determinadas como percentagem da facilidade em curso. Se for improvável ser celebrado um acordo de empréstimo específico, essas taxas são registadas em lucros ou perdas ao longo da vida útil da facilidade, de outro modo são diferidas e incluídas na taxa juro efectiva sobre o adiantamento.

As taxas relativas aos serviços são reconhecidas como o direito a acréscimos de pagamento através da prestação do serviço ao cliente. Os acordos são geralmente contratuais e o custo do fornecimento do serviço é incorrido à medida que este é prestado. O preço é normalmente fixo e sempre determinável.
A aplicação desta norma a tipos de taxas significativos está descrita abaixo.

Serviços de pagamento: compreendem o rendimento auferido pelos serviços de pagamento, incluindo cheques descontados, débitos directos, Clearing House Automated Payments (o sistema de pagamento electrónico do RU) e pagamentos BACS (a câmara de compensação automática que processa os débitos directos e os créditos directos). Geralmente são debitados por transacção. O rendimento é auferido quando o pagamento ou transacção ocorre. Os custos dos serviços de pagamento são normalmente debitados na conta do cliente, mensalmente ou trimestralmente após a conclusão dos serviços. Os acréscimos são cobrados por serviços fornecidos mas não debitados no fim do período.

Serviços relacionados com cartões: as comissões cobradas na cartões de débito incluem:

Comissão recebida dos retalhistas pelo processamento de transacções de cartões de crédito e de débito o rendimento é contabilizado na demonstração de resultados à medida que o serviço é realizado.

> Taxas interbancárias recebidas: como emitente, o Grupo recebe uma taxa (interbancária) sempre que o titular de um cartão compra bens e serviços. Também recebe taxas interbancárias de outros emitentes de cartões por efectuar adiantamentos de dinheiro através das suas redes de balcões e máquinas multibanco. Estas taxas são cobradas logo que a transacção é efectuada.
>
> A anuidade a pagar pelo titular de um cartão de débito é diferida e imputada ou lucro ou perda ao longo do período do serviço i.e., 12 meses.

Mediação de seguros: é constituída por taxas e comissões recebidas da mediação de seguros. A comissão sobre a venda de um contrato de seguro é considerada no início da apólice quando o seguro é angariado e contratado. No entanto, constitui-se uma provisão para o caso de a comissão ser reembolsável se a apólice for cancelada de acordo com os cancelamentos estimados.

Taxas de gestão de investimentos: as taxas cobradas pela gestão de investimentos são reconhecidas como receitas à medida que os serviços são fornecidos. Os custos marginais que são directamente imputáveis à angariação de um contrato de gestão de investimentos são diferidos e debitados como despesas à medida que as receitas relacionadas são reconhecidas.

Prémios de seguro – ver norma contabilística 10 abaixo.

4. Pensões e outros benefícios pós-reforma

O Grupo concede benefícios pós-reforma sob a forma de pensões e planos de saúde aos colaboradores elegíveis.

Para os planos de benefício definido, o passivo do plano é avaliado numa base actuarial, através do método da unidade de crédito projectada e descontado a uma taxa que reflecte a actual taxa de retorno de uma obrigação societária de alta qualidade com prazo e divisa equivalente ao passivo do plano. O activo do plano é avaliado ao seu justo valor. Qualquer excedente ou défice do activo do plano em relação ao passivo é reconhecido no balanço como activo (excedente) ou passivo (défice). O custo actual do serviço e quaisquer custos passados juntamente com o retorno esperado do activo do plano menos a compensação do desconto sobre o passivo do plano é debitado nas despesas operacionais. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos na totalidade no período em que ocorrem sem lucro ou perda e apresentados na demonstração do rendimento e das despesas reconhecidos.

As contribuições para os planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas na demonstração de resultados quando forem pagáveis.

5. Activo incorpóreo e goodwill

As imobilizações incorpóreas que são adquiridas pelo Grupo são registadas pelo preço de custo menos amortização acumulada e perdas por imparidade. A amortização é imputada ao lucro ou perda sobre o período de vida útil estimado do passivo' através dos métodos que melhor reflectem o modelo de benefícios económicos é está incluído na depreciação e amortização. A vida útil estimada é a seguinte:

Imobilizações incorpóreas em depósitos básicos	6 a 10 anos
Outras imobilizações incorpóreas adquiridas	5 a 10 anos
Software informático	3 a 5 anos

Os gastos com goodwill e marcas gerados internamente são eliminados à medida que são incorridos. Os custos directos referentes ao desenvolvimento de software informático de uso interno são capitalizados depois de estabelecida a sua fiabilidade técnica e viabilidade económica. Estes custos incluem vencimentos, os custos de materiais e serviços e as despesas gerais imputáveis directamente. A capitalização dos custos cessa quando o software é capaz de operar conforme se pretende. Durante e após o desenvolvimento os custos acumulados são revistos quanto a imparidades por contrapartida dos benefícios projectados que se espera que o software venha a gerar. Os custos incorridos antes da determinação da fiabilidade técnica e da viabilidade económica são registados como incorridos, assim como todos os custos de formação e despesas gerais. Os custos das licenças para utilizar o software informático do qual se espera que gere benefícios económicos para além de um ano também são capitalizados.

O goodwill adquirido, sendo o excesso do custo de uma aquisição acima do interesse do Grupo no justo valor líquido do activo identificável e do passivo contingente da subsidiária, associada ou consórcio adquirido é inicialmente reconhecido pelo preço de custo e subsequentemente pelo preço de custo menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O goodwill resultante da aquisição de subsidiárias e consórcios está incluído na rubrica do balanço 'imobilizações incorpóreas' e o das associadas nos seus montantes registados. Os ganhos ou perdas da alienação de uma subsidiária, associada ou consórcio incluem o valor contabilístico de qualquer goodwill relacionado.

Ao implementar as IFRS, o Grupo não reexpressou combinações de negócios que ocorreram antes de Janeiro de 2004. Ao abrigo das anteriores GAAP, o goodwill resultante de aquisições após 1 de Outubro de 1998 foi capitalizado e amortizado ao longo da sua vida útil económica estimada. O godwill decorrente de aquisições antes de 1 Outubro 1998 foi deduzido do capital próprio. O valor contabilístico do goodwill no balanço IFRS inicial (1 de Janeiro de 2004) foi de 13.131 milhões de libras, o seu valor contabilístico ao abrigo das anteriores GAAP.

6. Imobilizações corpóreas

As rubricas de imobilizações corpóreas são registadas pelo preço de custo menos depreciação acumulada (ver abaixo) e perdas por imparidade. Quando uma rubrica das imobilizações corpóreas engloba importantes componentes que têm vidas úteis diferentes, é contabilizada separadamente. Os imóveis que estão a ser construídos ou desenvolvidos para utilização futura como bens de investimento são classificados como imobilizações corpóreas e registados ao preço de custo até à conclusão da construção ou desenvolvimento, altura em que são reclassificados como bens de investimento.

A depreciação é imputada ao lucro ou perda numa base linear, de modo a eliminar o valor depreciável das imobilizações corpóreas (incluindo o activo da empresa utilizado em regime de locações operacionais (excepto bens de investimento – ver norma contabilística 21 abaixo) ao longo das suas vidas úteis estimadas. O montante depreciável é o custo de um activo menos o seu valor residual. Os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas são:

Edifícios próprios e arrendados	50 anos
Arrendamentos a curto prazo	período não expirado da renda
Custos de adaptação dos imóveis	10 a 15 anos
Equipamento informático	até 5 anos
Outro equipamento	4 a 15 anos

Segundo as anteriores GAAP, os bens próprios e os arrendados a longo prazo ocupados pelo grupo para seu próprio uso foram registadas no momento da avalização com base no valor de uso existente. O grupo decidiu utilizar esta avaliação em 31 de Dezembro de 2003 (2.391 milhões de libras) como custo considerado para o seu balanço IFRS inicial (1 De Janeiro de 2004).

7. Imparidade de imobilizações incorpóreas e das imobilizações corpóreos

Em cada data de reporte, o grupo avalia se existe qualquer indicação de que as suas imobilizações incorpóreas ou imobilizações corpóreas estão depreciadas. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do activo e a eventual perda por imparidade. O goodwill é testado quanto a imparidade anualmente ou com mais frequência se os acontecimentos ou as alterações de circunstâncias indicarem que pode estar depreciado. Se um activo não gerar fluxos de caixa que s ejam independentes dos de outros activos ou grupos de activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence. O valor recuperável de um activo é o mais elevado do seu justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso. O valor de uso é o valor actual dos fluxos de caixa futuros obtidos do activo ou da unidade geradora de caixa descontado a uma taxa que reflecte as taxas de juro do mercado ajustadas para riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa que não se reflectiram na estimativa dos fluxos de caixa futuros. Se o montante recuperável de um activo incorpóreo ou corpóreo for inferior ao seu valor contabilístico é imediatamente reconhecida uma perda por imparidade no lucro ou perda e o valor contabilístico do activo é deduzido do montante da perda. A inversão de uma perda por imparidade de imobilizações incorpóreas (excluindo goodwill) ou das imobilizações corpóreas é reconhecida à medida que surge, desde que o valor contabilístico aumentado não exceda o que teria sido se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade. As perdas por imparidade do goodwill não são revertidas.

8. Divisas estrangeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são apresentadas em libras esterlinas, a moeda funcional da empresa.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para libras esterlinas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. O activo e o passivo monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos em libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais decorrentes da conversão são registadas em rendimento de actividades de negociação, exceptuando as diferenças resultantes das coberturas dos fluxos de caixa e das coberturas dos investimentos líquidos em operações estrangeiras. As rubricas não monetárias denominadas em divisas estrangeiras que são expressas ao justo valor são convertidas em libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor nas datas em que os valores foram apurados. As diferenças de conversão resultantes das rubricas não monetárias mensuradas ao justo valor são reconhecidas em lucros ou perdas exceptuando as diferenças relacionadas com o activo financeiro não monetário disponível para venda, por exemplo, acções de participação que estão incluídas na reserva de capital disponível para venda, a menos que o activo seja o elemento com cobertura numa cobertura ao justo valor.

O activo e o passivo das operações estrangeiras, incluindo o goodwill e os ajustamentos ao justo valor decorrentes da aquisição são convertidos para libras às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As receitas e despesas de operações estrangeiras são convertidas em libras às taxas de câmbio médias, excepto se estas não se aproximarem das taxas de câmbio em vigor na data das transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão de uma operação estrangeira são reconhecidas directamente no capital próprio e incluídas em lucro ou perda da sua alienação.

9. Locações

Os contactos de locação de activo são classificados como locações financeiras s e transferirem substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade do activo para o cliente. Outros contratos de locação de activo são classificados como locações operacionais.

As contas a receber de locações financeiras são expressas no balanço pelo valor do investimento líquido na locação, sendo os pagamentos das rendas mínimos e qualquer valor residual não garantido descontado na taxa de juro implícita nesta locação. O rendimento de locações financeiras é imputado aos períodos contabilísticos de modo a proporcionarem uma taxa de retorno antes de impostos sobre o investimento líquido periódica constante. Os valores residuais não garantidos estão sujeitos a revisão regular para identificar potenciais imparidades. Se tiver ocorrido uma redução do valor residual não garantido estimado, a imputação do rendimento é revista e qualquer redução relativa aos montantes acrescidos é imediatamente reconhecida.

O rendimento de rendas de locações operacionais é creditado na demonstração de resultados, numa base de contas a receber ao longo do período de vigência da locação. O activo da locação operacional é incluído em imobilizações corpóreas e depreciado ao longo da sua vida útil (ver norma contabilística 6 acima).

10. Seguro

Seguros Gerais

Os seguros gerais incluem os contratos de curta duração, principalmente os contratos de seguros de bens imóveis e passivo. Devido à natureza dos produtos vendidos – contratos de seguro de imóveis e acidentes, automóvel, habitação e saúde pessoal – a protecção do seguro é dada numa base regular ao longo da vigência da apólice.

Os prémios dos contratos de seguro gerais são reconhecidos no período contabilístico em que têm início. Os prémios não obtidos representam a proporção dos prémios líquidos que estão relacionados com períodos de seguro após a data do balanço e são calculados ao longo do período de exposição previsto na apólice, numa base diária, ao longo das 24 horas, ou que permita a incidência estimada da exposição ao abrigo de apólices com duração superior a doze meses. Quando necessário, faz-se provisão para o valor estimado das reclamações acima dos prémios não obtidos, incluindo a referente a negócios futuros por escrito ou linhas descontinuadas ao abrigo da extinção de acordos de autoridade de subscrição delegada. A provisão destina-se a fazer face a futuras reclamações e despesas relacionadas e é calculada nas classes de negócios relacionadas com base no trransporte separado para o exercício seguinte de despesas de aquisição deferidas após ter em conta o rendimento do investimento.

As despesas de aquisição relacionadas com uma nova e renovada actividade para todas as classes são contabilizadas ao longo do período durante o qual os prémios são obtidos. Os principais custos de aquisição assim deferidos são comissões a pagar, custos associados às televendas e pessoal de subscrição e custos de processamento de reclamações pré-pagas relativos a acordos de processamento de reclamações delegados para reclamações que se espera que ocorram após a data de balanço. As reclamações e os resseguros relacionados são reconhecidos no período contabilístico em que a perda ocorre. Faz-se provisão para o custo total de liquidação de reclamações pendentes na data do balanço, incluindo reclamações que se estima terem sido incorridas mas que ainda não foram reportadas até à data e as despesas de processamento de reclamações. O resseguro relacionado a receber é reconhecido na mesma altura.

Seguro de vida

Os contratos de seguro a longo prazo do Grupo incluem seguro de vida completo, seguro misto, pensão flexível ao longo de toda a vida e contratos de anuidades que se espera permanecerem em vigor durante um longo período de tempo. Os contratos de seguros a longo prazo ao abrigo dos quais o Grupo não aceita um risco de seguro significativo são classificados como instrumentos financeiros.

O Grupo reconhece o valor dos contratos de seguro a longo prazo em vigor como um bem do activo. Os fluxos de caixa associados aos contratos em vigor e ao activo relacionado, incluindo fluxos de caixa de resseguros, são projectados utilizando pressupostos apropriados quanto à futura mortalidade, persistência e níveis de despesa e excluindo o valor de margens de futuros investimentos, para estimar os futuros excedentes atribuíveis ao Grupo. Estes excedentes, descontados a uma taxa ajustada ao risco, são reconhecidos como activo separado. As alterações do valor deste activo estão incluídas em lucros ou perdas.

Os prémios

Dos contratos de seguro a longo prazo são reconhecidos como rendimento quando são a receber. As reclamações referentes aos contratos de seguros a longo prazo reflectem o custo de todas as reclamações que surjam durante o exercício, incluindo os custos de processamento das reclamações. As reclamações são reconhecidas quando o Grupo toma conhecimento das mesmas.

Resseguros

O Grupo tem convenções de resseguros que transferem os riscos de seguros significativos. O passivo por contratos de detido para negociação é calculado como o valor bruto do resseguro, sendo registado um activo de resseguro separado.

11. Impostos

Faz-se provisão para os impostos às taxas correntes promulgadas sobre os lucros tributáveis, que surgem como rendimento ou no capital próprio, tendo em conta a isenção dos impostos no estrangeiro quando apropriado. Os impostos diferidos são contabilizados pelo valor total para todas as diferenças temporárias entre o valor contabilístico de um activo ou passivo para fins contabilísticos e o seu valor contabilístico para efeitos fiscais, excepto em relação aos ganhos no estrangeiro, em que a remessa é controlada pelo Grupo, e o goodwill.

O activo referente a impostos diferidos só é reconhecido na medida em que seja provável vir a ser recuperável.

12. Activo financeiro

No reconhecimento inicial, o activo financeiro é classificado em investimentos detidos até à maturidade, activo financeiro disponível para venda; detido para negociação; designado ao justo valor através do lucro ou perda ou empréstimos e contas a receber.

Investimentos retidos até à maturidade – um activo financeiro pode ser classificado como investimento detido até à maturidade apenas se tiver pagamentos fixos ou determináveis, um vencimento fixo e o Grupo tiver a intenção positiva e a capacidade de detenção até à maturidade. Os investimentos detidos até à maturidade são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver norma contabilística 3 acima) menos quaisquer perdas por imparidade.

Detido para negociação– um activo financeiro é classificado como detido para negociação se for adquirido principalmente para efeitos de venda a curto prazo ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros que são geridos conjuntamente e para os quais existe evidência de lucro a curto prazo ou é um derivado (não numa relação de cobertura de qualificação). O activo financeiro detido para negociação é reconhecido ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos em lucros ou perdas. Subsequentemente, são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre activo financeiro detido para negociação são reconhecidos em lucros ou perdas à medida que surgem.

Designado como ao justo valor através de lucro ou perda – o activo financeiro pode ser designado como ao justo valor através de lucros ou perdas apenas se essa designação (a) eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento; ou (b) se aplicar a um Grupo de activo financeiro, passivo financeiro ou ambos que o Grupo gere e avalia numa base de justo valor; ou (c) estiver relacionado com um instrumento que contem um derivado incorporado que não está claramente relacionado com o contrato principal.

O activo financeiro que o Grupo designa no reconhecimento inicial como sendo ao justo valor através de lucros ou perdas é reconhecido ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos em lucros ou perdas e é subsequentemente mensurado ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre o activo financeiro que são designados ao justo valor através de lucros ou perdas são reconhecidos em lucros ou perdas à medida que surgem.

A principal categoria de activo financeiro designado ao justo valor através de lucros ou perdas é o activo dos titulares de apólices que está na base de contratos de seguro e investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo. A designação ao justo valor reduz significativamente a inconsistência de mensuração que surgiria se este activo fosse classificado como disponível para venda.

Empréstimos e contas a receber – o activo não derivado com reembolsos fixos ou determináveis que não está cotado no mercado activo é classificado como empréstimos e contas a receber excepto o que é classificado como disponível para venda ou detido para negociação ou designado ao justo valor através de lucros ou perdas. Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescidos dos custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente medidos ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver norma contabilística 3 acima) menos quaisquer perdas por imparidade.

Disponível para venda – o activo financeiro que não é classificado como detido até à maturidade; detido para negociação; designado ao justo valor através de lucros ou perdas; ou empréstimos e contas a receber é classificado como disponível para venda. O activo financeiro pode ser designado como disponível para venda no reconhecimento inicial. O activo financeiro disponível para venda é inicialmente reconhecido ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente relacionados. É subsequentemente medido ao justo valor. Os investimentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser medido de maneira fiável são contabilizados ao preço de custo e classificados como activo financeiro disponível para venda. As perdas por imparidade e as diferenças cambiais resultantes da reconversão do custo amortizado do activo financeiro monetário em moeda disponível para venda é reconhecido em lucros ou perdas, juntamente com o juro calculado através do método do juro efectivo (ver norma contabilística 3 acima). Outras alterações do justo valor do activo financeiro disponível para venda são registadas num componente separado do capital próprio dos accionistas até à alienação, quando o ganho ou perca cumulativo é reconhecido em lucros ou perdas.

As compras efectuadas regularmente de activo financeiro classificado como empréstimos e contas a receber são reconhecidas na data da liquidação; todas as outras compras regulares são reconhecidas na data de negociação.

O justo valor para uma posição aberta líquida num activo financeiro que está cotado num mercado activo é o preço de oferta corrente vezes o número de unidades do instrumento detido. Os justos valores do activo financeiro não cotado no mercado activo são determinados através de técnicas de avaliação apropriadas, incluindo o desconto de fluxos de caixa futuros, modelos de preços de opções e outros métodos que são consistentes com metodologias económicas aceites para estabelecer os preços do activo financeiro.

13. Imparidade do activo financeiro

O Grupo avalia em cada data do balanço se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou um Grupo de activo financeiro classificado como detido até à maturidade, disponível para venda ou empréstimos e contas a receber está depreciado. Um activo financeiro ou carteira de activo financeiro está depreciado e afectado por uma perda por imparidade incorrida se existir evidência objectiva de que um ou mais acontecimentos desde o reconhecimento inicial do activo afectaram adversamente um montante ou o calendário dos fluxos de caixa futuros provenientes do activo.

Activo financeiro contabilizado pelo custo amortizado – se existir evidência objectiva de que foi incorrida uma perda por imparidade de um activo financeiro ou Grupo de activo financeiro classificado como empréstimos e contas a receber ou como investimentos detidos até à maturidade, o Grupo avalia o montante da perda como a diferença entre o valor contabilístico do activo ou Grupo de activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados resultantes do activo ou Grupo de activo descontado à taxa de juro efectiva do instrumento no reconhecimento inicial.

As perdas por imparidade são avaliadas individualmente para o activo financeiro que é individualmente significativo e individual ou colectivamente para o activo que não é individualmente significativo. Ao efectuar a avaliação colectiva da imparidade, o activo financeiro é agrupado em carteiras com base em características de riscos similares. Os fluxos de caixa futuros provenientes destas carteiras são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas relacionadas com activo com características de riscos de crédito similares. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos dados actuais observáveis, para reflectir os efeitos das condições actuais que não afectam o período da experiencia histórica.

As perdas por imparidade são reconhecidas em lucros ou perdas e o valor contabilístico do activo financeiro ou Grupo de activo financeiro é reduzido estabelecendo uma dotação para perdas por imparidade. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir e for possível atribuir a redução a um acontecimento após a imparidade ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida ajustando a dotação.

Uma vez uma perda por imparidade reconhecida num activo financeiro ou Grupo de activo financeiro, o rendimento do juro é reconhecido no montante contabilístico utilizando a taxa de juro a que os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao medir a imparidade.

Activo financeiro contabilizado ao justo valor – quando tiver sido directamente reconhecido no capital próprio um declínio do justo valor de um activo financeiro classificado como disponível para venda e existe evidência objectiva de que o activo está depreciado, a perda cumulativa é retirada do capital próprio e reconhecida em lucros ou perdas. A perda é medida como a diferença entre o custo amortizado do activo financeiro e o seu justo valor corrente. As perdas por imparidade sobre os instrumentos de capital próprio disponíveis para venda não são revertidas através de lucros ou perdas, mas as perdas por imparidade sobre instrumentos de dívidas disponíveis para venda são revertidas se ocorrer um aumento do justo valor que esteja objectivamente relacionado com um acontecimento subsequente.

14. Passivo financeiro

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se for incorrido principalmente para efeitos de venda a curto prazo ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros que são geridos conjuntamente e relativamente aos quais existe evidência de lucros a curto prazo ou for um derivado (não numa relação de cobertura de qualificação). O passivo financeiro detido para negociação é reconhecido ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos em lucros ou perdas. Subsequentemente, é medido ao justo valor. Os ganhos e perdas são reconhecidos em lucros ou perdas à medida que surgem.

O passivo financeiro que o Grupo designa no reconhecimento inicial como sendo ao justo valor através de lucros ou perdas é reconhecido ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos em lucros ou perdas, e é subsequentemente medido ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre o passivo financeiro que são designados ao justo valor através de lucros ou perdas são reconhecidos em lucros ou perdas à medida que surgem.

O passivo financeiro pode ser designado ao justo valor através de lucros ou perdas apenas se essa designação (a) eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de medição ou reconhecimento; ou (b) se aplicar a um Grupo de activo financeiro, passivo financeiro ou ambos que o Grupo gere e avalia numa base de justo valor; ou (c) se relacionar com um instrumento que contenha um derivado incorporado e que não está de forma evidente intimamente relacionado com o contrato principal.

As principais categorias de passivo financeiro designado ao justo valor através de lucros ou perdas são (a) passivo estruturado emitido pelo Grupo: a designação reduz significativamente a inconsistência de medição entre este passivo e os derivados relacionados contabilizados ao justo valor; e (b) os contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo: a designação ao justo valor reduz significativamente a inconsistência de medição que surgiria se esse passivo fosse medido ao custo amortizado.

Todo o restante passivo financeiro é medido ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver norma contabilística 3 acima).

O justo valor para uma posição aberta líquida num activo financeiro que está cotado no mercado activo é o preço de oferta corrente vezes o número de unidades do instrumento detido ou emitido. Os justos valores do activo financeiro não cotado num mercado activo são determinados através de técnicas de avaliação apropriadas, incluindo o desconto de fluxos de caixa futuros, modelos de preços de opções e outros métodos que são consistentes com as metodologias económicas aceites para estabelecer o preço do activo financeiro.

15. Desreconhecimento

Um activo financeiro é desreconhecido quando foi transferido e a transferência o qualifica para desreconhecimento. Uma transferência exige que p Grupo: (a) transfira os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do activo; ou (b) retenha o direito aos fluxos de caixa do activo mas assuma a obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a terceiros. Após uma transferência, o Grupo avalia até que ponto reteve os riscos e recompensas da propriedade do activo transferido. Se todos os riscos e recompensas tiverem sido substancialmente retidos, o activo permanece no balaço. Se todos os riscos e recompensas tiverem sido substancialmente transferidos, o activo é desreconhecido. Se todos os riscos e recompensas não tiverem sido substancialmente retidos nem transferidos, o Grupo avalia se reteve ou não o controlo do activo. Se não reteve o controlo, o activo é desreconhecido. Se reteve o controlo, continua a reconhecer o activo na media do seu envolvimento contínuo.

Um passivo financeiro é removido do balanço quando a obrigação é cumprida, cancelada ou expira.

16. Transacções de venda e recompra

Os títulos sujeitos a um acordo de venda e recompra ao abrigo do qual todos os riscos e recompensas da propriedade são substancialmente retidos pelo Grupo continuam a figurar no balanço e as receitas da venda são registadas como depósito. Os títulos adquiridos numa transacção de venda reversa e de recompra ao abrigo da qual o Grupo não está exposto a substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade não são reconhecidos no balanço e o valor pago é registado em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou em Empréstimos e adiantamentos a clientes conforme for apropriado.

As transacções relacionadas com pedidos e concessões de empréstimos de títulos são normalmente garantidas por caixa ou títulos adiantados pelo mutuário. Os empréstimos de títulos obtidos não são reconhecidos no balanço ou os títulos emprestados são desreconhecidos. As garantias de caixa recebidas ou dadas são tratadas como empréstimo ou depósito; a garantia sob a forma de títulos não é reconhecida. Porém, quando os títulos obtidos por empréstimo são transferidos para terceiros, é registado um passivo relativo à obrigação de devolver os títulos à contra-parte que emprestou o capital.

17. Compensação

O activo financeiro e o passivo financeiro são compensados e o montante líquido é apresentado no balanço quando e apenas quando o Grupo possuir correntemente um direito legalmente aplicável de compensar os montantes reconhecidos e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo celebrou uma série de acordos, incluindo acordos - quadro de compensação, que lhe conferem o direito de compensar o activo financeiro e o passivo financeiro mas em que não pretende liquidar os montantes líquidos ou simultaneamente e, por conseguinte, o activo e o passivo em causa são apresentados brutos.

18. Instrumentos de capital

O Grupo classifica um instrumento financeiro que emite como activo financeiro, passivo financeiro ou um instrumento patrimonial, de acordo com a substância do acordo contratual. Um instrumento é classificado como passivo se for uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou permutar activo financeiro ou passivo financeiro em termos potencialmente desfavoráveis. É classificado como capital próprio se evidenciar um juro residual no activo do Grupo após a dedução do passivo. Os componentes de um instrumento financeiro composto emitido pelo Grupo são classificados e contabilizados separadamente como activo financeiro, passivo financeiro ou capital próprio, conforme for apropriado.

19. Derivados e coberturas

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores dos derivados são determinados com base nos preços cotados nos mercados activos quando disponíveis. Se não existir mercado activo para um instrumento, o justo valor baseia-se nos preços dos componentes do derivado, através de modelos de preços ou avaliação apropriados.

Um derivado incorporado num contrato é contabilizado como derivado autónomo se as suas características económicas não estiverem intimamente relacionadas com as características económicas do contrato principal; a menos que todo o contrato seja contabilizado ao justo valor através de lucros ou perdas.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações do justo valor de um derivado são reconhecidos à medida que surgem em lucros ou perdas, salvo se o derivado for o instrumento de cobertura numa cobertura de qualificação. O Grupo participa em três tipos de relação de cobertura: coberturas de alterações do justo valor de um activo ou passivo reconhecido ou compromisso firme (coberturas de justo valor); coberturas da variabilidade dos fluxos de caixa de um activo ou passivo reconhecido ou uma transacção prevista (coberturas de fluxos de caixa); e coberturas do investimento líquido numa operação estrangeira.

As relações de cobertura são formalmente documentadas no início. A documentação inclui a identificação do elemento coberto e do instrumento de cobertura, dados do risco coberto e a forma como a eficácia será avaliada no início e durante o período da cobertura. Se a cobertura não for altamente eficaz na compensação de alterações de justos valores ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, de forma consistente com a estratégia de gestão de riscos documentada, a contabilização da cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor – numa cobertura de justo valor, o ganho ou perda do instrumento de cobertura é reconhecido em lucros ou perdas. O ganho ou perda do elemento coberto atribuível ao risco coberto é reconhecido em lucros ou perdas e ajusta o montante contabilístico do elemento coberto. A contabilização da cobertura é descontinuada se esta deixar de cumprir os critérios da contabilização de cobertura ou se o instrumento de cobertura expirar ou for vendido, rescindido ou exercido ou se a designação de cobertura for revogada. Se o elemento coberto for objecto de utilização do método da taxa de juro efectiva, qualquer ajustamento cumulativo é amortizado em lucros ou perdas ao longo da vida do elemento coberto, utilizando a taxa de jura efectiva recalculada.

Cobertura dos fluxos de caixa – quando um instrumento financeiro derivado é designado como uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de um activo ou passivo reconhecido ou uma transacção prevista altamente provável, a parte efectiva do ganho ou perda sobre o instrumento de cobertura é reconhecida directamente no capital próprio. A parte não efectiva é reconhecida em lucros ou perdas. Quando uma transacção prevista tem como resultado o reconhecimento de um activo financeiro ou passivo financeiro, o ganho ou perda cumulativa é reclassificado a partir do capital próprio nos mesmos períodos em que o activo ou passivo afecta o lucro ou perda. De outro modo, o ganho ou perda cumulativa é retirado do capital próprio e reconhecido em lucros ou perdas ao mesmo tempo que a transacção coberta. A contabilização da cobertura é descontinuada se esta deixar de cumprir os critérios da contabilização de coberturas; se o instrumento de cobertura expirar ou for vendido, rescindido ou exercido; se a transacção prevista já não for esperada; ou se a designação da cobertura for revogada. Com a descontinuação da contabilização da cobertura (excepto quando uma transacção prevista já não é esperada), o ganho ou perda não realizado cumulativo reconhecido no capital próprio é reconhecido em lucros ou perdas quando os fluxos de caixa cobertos ocorrem ou se a transacção prevista resultar no reconhecimento de um activo financeiro ou passivo financeiro nos mesmos períodos durante os quais o activo ou passivo afectar o lucro ou perda. Quando a transacção prevista já não é esperada, o ganho ou perda cumulativo não realizado é reconhecido imediatamente em lucros ou perdas.

Cobertura do investimento líquido numa operação estrangeira – na cobertura de um investimento líquido numa operação estrangeira, a parte das diferenças cambiais resultantes do instrumento de cobertura determinado como sendo uma cobertura efectiva é reconhecida directamente no capital próprio. Qualquer parte não efectiva é reconhecida em lucros ou perdas. O passivo financeiro não derivado, assim como os derivados, pode ser o instrumento de cobertura numa cobertura de investimento líquido.

20. Pagamentos baseados em acções

O Grupo concede opções sobre acções do Royal Bank of Scotland Group plc aos seus colaboradores ao abrigo de vários planos de opções de acções. O Grupo aplicou as IFRS 2 'Pagamento baseado em acções' a concessões ao abrigo destes planos após 7 de Novembro de 2002 que não tinham sido adquiridos em 1 de Janeiro de 2005. A despesa relativa a estas transacções é avaliada com base no justo valor na data em que as opções são concedidas. O justo valor é estimado através de técnicas de avaliação que têm em conta o preço de exercício da opção, o seu termo, a taxa de juro sem riscos e a volatilidade esperada do preço de mercado das acções do Royal Bank of Scotland Group plc. As condições de aquisição não são tidas em conta ao avaliar o justo valor mas são reflectidas ajustando o número de opções incluído na medição da transacção de tal modo que o montante reconhecido reflicta o número realmente adquirido. O justo valor é contabilizado numa base linear ao longo do período de indisponibilidade.

21. Bens de investimento

Os bens de investimento compreendem os bens próprios e arrendados que são detidos para obter rendas ou para aquisição de mais-valias ou ambos. Não é depreciado, mas é expresso ao justo valor com base em avaliações efectuadas por avaliadores registados independentes. O justo valor baseia-se nos preços correntes para bens similares no mesmo local e condições. Qualquer ganho ou perda resultante de uma alteração do justo valor é reconhecido em lucros ou perdas. O rendimento de rendas dos bens de investimento é reconhecido numa base linear ao longo do período de locação. Os incentivos de locação concedidos são reconhecidos como parte integrante do rendimento de rendas total.

22. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreende o caixa e os depósitos à vista em instituições bancárias, juntamente com os investimentos a curto prazo altamente líquidos que são imediatamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um risco de alteração de valor insignificante.

23. Acções nas entidades do Grupo

Os investimentos da empresa nas suas subsidiárias são expressos pelo preço de custo menos qualquer imparidade.

Normas contabilísticas críticas e principais fontes de incerteza das estimativas

Os resultados reportados do Grupo são sensíveis às normas contabilísticas e aos pressupostos e estimativas que estão subjacentes à preparação das suas demonstrações financeiras. A legislação sobre as empresas britânica e as IFRS exigem que os administradores, ao elaborarem as demonstrações financeiras do Grupo seleccionem normas contabilísticas adequadas, as apliquem consistentemente e façam apreciações e estimativas que sejam razoáveis e prudentes. Na ausência de uma norma ou interpretação aplicável, a IAS 8 'normas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros', exige que a gestão crie e aplique uma norma contabilística que permita obter informação relevante e fiável à luz das exigências e das directrizes das IFRS que tratam de assuntos similares e relacionados e da Estrutura para a Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras das IASB.

As apreciações e pressupostos envolvidos nas normas contabilísticas do Grupo que são consideradas pelo Conselho de Administração como as mais importantes para retratar a sua situação financeira estão descritas abaixo. A utilização de estimativas, pressupostos ou modelos que diferem dos adoptados pelo Grupo afectaria os seus resultados reportados.

Provisões para imparidades de empréstimos

As provisões para imparidades de empréstimo feitas pelo Grupo são estabelecidas para reconhecer as perdas por imparidade incorridas na sua carteira de crédito classificado como empréstimos e contas e receber e contabilizadas pelo custo amortizado. Um empréstimo está afectado por imparidade quando existe evidência objectiva de que os acontecimentos ocorridos desde que o empréstimo foi concedido afectaram os fluxos de caixa esperados do empréstimo. A perda por imparidade é a diferença entre o valor contabilístico do empréstimo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados à taxa de juro efectiva original do empréstimo.

Em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos e adiantamentos a clientes brutos totalizavam 885.688 milhões de libras (2006 – 470.826 milhões de libras) e as provisões para imparidades dos empréstimos a clientes ascendiam a 6.438 milhões de libras (2006 – 3.933 milhões de libras).

Existem dois componentes das provisões para imparidades de empréstimos do Grupo: individuais e colectivos.

Componente individual – todos os empréstimos afectados por imparidade que excedam limiares específicos são avaliados individualmente para imparidade. Os empréstimos avaliados individualmente compreendem principalmente a carteira de crédito comercial do Grupo às pequenas e médias empresas. As perdas por imparidade são reconhecidas como a diferença entre o valor contabilístico do empréstimo e o valor descontado da melhor estimativa de reembolsos e receitas de fluxos de caixa futuros estimados de qualquer título detido feita pela gestão.

Estas estimativas têm em conta a capacidade de endividamento do cliente e a flexibilidade financeira; o nível e qualidade dos seus ganhos; o montante e as fontes de fluxos de caixa; a indústria em que a contraparte opera; e o valor realizável de qualquer activo detido. Estimar o montante e o calendário de futuras recuperações envolve uma apreciação significativa. A dimensão dos recebimentos dependerá do desempenho futuro do mutuário e do valor do título, que serão ambos afectados por condições económicas futuras; além disso, a garantia pode não ser facilmente comercializável. O valor real dos fluxos de caixa futuros e a data em que são recebidos pode diferir destas estimativas e, consequentemente as perdas reais incorridas podem diferir das reconhecidas nestas demonstrações financeiras.

Componente colectivo – é constituído por dois elementos: provisões para imparidades de empréstimos referentes aos empréstimos que se situam abaixo dos limites de avaliação individuais (provisões colectivas para imparidades de crédito) e para perdas de empréstimos que foram incorridas mas não separadamente identificadas na data do balanço (provisões para perdas latentes). São estabelecidas numa base de carteira através de uma metodologia de valor actual, tendo em conta o nível de mora, a garantia, a experiência passada em termos de perdas, os *scores* de crédito e os incumprimentos baseados em tendências da carteira. Os factores mais significativos ao estabelecer estas previsões são as taxas de perda esperadas e a vida média relacionada. Estas carteiras incluem contas a receber de cartões de crédito e outros adiantamentos, incluindo hipotecas. A qualidade de crédito futura destas carteiras está sujeita a incertezas que podem dar origem a que as perdas de crédito reais difiram materialmente das provisões para imparidades de empréstimos reportadas. Estas incertezas incluem a envolvente económica, nomeadamente as taxas de juro e o seu efeito nos gastos do cliente, o nível de desemprego, o comportamento em termos de pagamento e as tendências de falência.

Pensões

O Grupo opera uma série de planos de pensão de benefício definido, descritos na nota 3 destas demonstrações. O activo dos planos é avaliado ao justo valor na data do balanço. O seu passivo é avaliado através do método da unidade projectada, que tem em conta os aumentos de proveitos projectados, utilizando pressupostos actuariais que indicam a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros que resultantes tendo em conta o passivo do plano. Estes fluxos de caixa são descontados à taxa de juro aplicável às obrigações emitidas por sociedades de alta qualidade da mesma moeda e prazo que o passivo. Qualquer excedente ou défice reconhecível no activo ou activo do plano é reconhecido no balanço como activo (excedentes) ou passivo (défice).

Para determinar o valor do passivo do plano utilizam-se pressupostos relacionados com a inflação dos preços, o crescimento dos dividendos, o aumento das pensões, o aumento dos proveitos e os colaboradores. Existe uma série de pressupostos que podem ser adoptados para avaliar o passivo dos planos. Pressupostos diferentes podem alterar significativamente o montante do excedente ou do défice reconhecido no balanço e o custo das pensões imputado à demonstração de resultados. Os pressupostos adoptados para os planos de pensão do Grupo estão indicados na nota 3 das demonstrações. No balanço em 31 de Dezembro de 2007 (passivo 2006 – 1.992 milhões de libras) foi reconhecido um activo de pensões de 836 milhões de libras e um passivo de 496 milhões de libras.

Justo valor – instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de lucros ou perdas e o activo financeiro classificado como disponível para venda são reconhecidos nas demonstrações financeiras ao justo valor. Todos os derivados são avaliados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes de operações de justo valor dos instrumentos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de lucros ou perdas estão incluídos na demonstração de resultados. Os ganhos e perdas não realizados do activo financeiro disponível para venda são reconhecidos directamente no capital próprio, a menos que seja reconhecida uma perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros avaliados ao justo valor incluem:

Empréstimos e adiantamentos (detidos para negociação e designados ao justo valor através de lucros ou perdas) – compreendem principalmente os acordos de compra com acordo de revenda (reverse repos) e os empréstimos sindicados. Nos acordos de recompra uma parte concorda em vender títulos a outra e simultaneamente em recomprar os títulos numa data futura a um preço especificado. O preço de recompra é fixado no início, sendo normalmente o preço de venda original acrescido de um montante que representa o juro relativo ao período desde a venda até à recompra. Os empréstimos sindicados avaliados ao justo valor são montantes detidos de sindicações em que o Grupo foi o principal gestor ou subscritor, para além da participação a longo prazo pretendida do Grupo.

Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis e títulos de dívida (detidos para negociação, designados ao justo valor através de lucros ou perdas e disponíveis para venda) – os títulos do tesouro são títulos do tesouro do RU e estrangeiros e outros títulos bancários elegíveis para refinanciamento com os bancos centrais. Os títulos de dívida incluem os emitidos por governos, organismos autárquicos, entidades hipotecárias e instituições financeiras, assim como obrigações de empresas, obrigações não garantidas e participações residuais em securitizações.

Títulos de participação (detidos para negociação, designados ao justo valor através de lucros ou perdas e disponíveis para venda) – compreendem as acções de participação em empresas ou entidades cotadas e não cotadas.

Depósitos de bancos e contas de clientes (detidos para negociação e designados ao justo valor através de lucros ou perdas) – os depósitos avaliados ao justo valor incluem principalmente os acordos de recompra (repos) acima referidos e os contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo.

Títulos de dívida em emissão (detidos para negociação e designados ao justo valor através de lucros ou perdas) – são avaliados ao justo valor e compreendem principalmente os títulos a médio prazo.

Posições curtas (detidas para negociação) – resultam de actividades de negociação e *market making* em que são vendidos títulos de tesouraria e outros títulos elegíveis, títulos de dívida e acções de participação que o Grupo não possui correntemente.

Derivados – incluem swaps, forwards, futuros e opções. Podem ser negociados numa bolsa de valores organizada (negociados em bolsa) ou over-the-counter (OTC) (mercado de balcão). Os titulares de derivados negociados na bolsa são geralmente obrigados a criar diariamente uma margem sob a forma de caixa ou outros colaterais.

Os swaps incluem swaps cambiais, swaps de taxa de juro, swaps de incumprimento de crédito, swaps de retorno total e swaps de capital e swaps de rendimento das acções. Um swap é um acordo de permuta de fluxos de caixa no futuro, segundo uma fórmula pré-acordada. Nas transacções de swaps cambiais, as obrigações de pagamento de juros são permutadas em relação a activo e passivo denominado em diferentes divisas; a permuta de capital pode ser nocional ou real. Os contratos de swap de taxa de juro geralmente envolvem a permuta de obrigações de pagamento de juro fixo ou variável sem a permuta dos montantes de capital subjacentes.

Os forwards incluem os acordos de operações cambiais a termo e os acordos de operações de taxas de juro num período futuro. Um contrato de forward é um contrato de compra (ou venda) de uma quantia especificada de um bem físico ou financeiro, a um preço acordado, numa data futura acordada. Os acordos de operações cambiais a termo são acordos de fornecimento de divisas numa data futura especificada. Os acordos de taxas de juro num período futuro são acordos ao abrigo dos quais duas contrapartes acordam o juro a pagar sobre um depósito nocional a um prazo especificado com início numa data futura específica; não existe permuta de capital.

Os futuros são contratos de compra ou venda de quantidades uniformizadas de bens físicos ou financeiros subjacentes numa data específica negociados em bolsa. O Grupo compra e vende futuros de divisas, de taxas de juro e de acções. As opções incluem operações negociadas em bolsa de opções cambiais, de taxas de juro, de acções e rendimento das acções e operações OTC de opções cambiais e acções, opções de taxas de juro e de opções OTC, caps de taxas de juro e floors e swaptions. São contratos que dão ao titular o direito mas não obrigação de comprar (ou vender) uma quantidade especificada de um bem físico ou financeiro subjacente a um preço acordado numa data acordada ou ao longo de um período acordado.

O justo valor é um montante pelo qual um activo pode ser permutado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e interessadas numa transacção independente. Os justos valores são determinados com base nos preços de cotação nos mercados activos de activo financeiro ou passivo financeiro onde estes estão disponíveis. O justo valor de uma posição aberta líquida num activo financeiro ou passivo financeiro num mercado activo é o preço corrente de proposta ou oferta vezes o número de unidades do instrumento detido. Quando uma carteira de negociação contém activo financeiro e passivo financeiro que são derivados do mesmo instrumento subjacente, o justo valor é determinado avaliando as posições longas e curtas brutas a preços de mercado médios correntes, com um ajustamento ao nível da carteira à posição longa ou curta aberta para corrigir a avaliação da proposta ou oferta conforme for apropriado. Quando o mercado para um instrumento financeiro não está activo, o justo valor é estabelecido através de uma técnica de avaliação. Estas técnicas de avaliação envolvem um grau de estimativa cuja extensão depende da complexidade do instrumento e da disponibilidade de dados baseados no mercado.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros contabilizados pelo justo valor em 31 de Dezembro de 2007, pelo método de avaliação.

Instrumentos financeiros avaliados ao justo valor	Preços cotados em merc.,activos (1) mm£	Técnicas de avaliação baseadas em dados de merc., observáveis (2) mm£	Técnicas de avaliação que incorporam informação que não dados de merc., observáveis (3) mm£	Total mm£
Activo				
Justo valor através dos lucros ou prejuízos				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	—	71,5	0,1	71,6
Empréstimos e adiantamentos a clientes	—	94,4	13,1	107,5
Títulos do tesouro, outros títulos elegíveis e títulos de dívida	83,1	101,7	11,6	196,4
Acções de participação	36,5	8,1	0,8	45,4
Derivados	1,9	330,3	5,2	337,4
Disponíveis				
Títulos do tesouro, outros títulos elegíveis e títulos de dívida	32,1	62,4	1,1	95,6
Acções de participação	5,8	1,0	0,8	7,6
	159,4	669,4	32,7	861,5
Passivo				
Depósitos de instituições financeiras e contas de clientes		131,9	1,5	133,4
Títulos de dívida em emissão	—	42,1	9,2	51,3
Posições curtas	63,6	9,9	—	73,5
Derivados	2,1	325,6	4,4	332,1
Outro passivo financeiro (4)	—	0,9	0,2	1,1
	65,7	510,4	15,3	591,4

Notas:

(1) Activo financeiro e passivo financeiro avaliados com base nos preços cotados não ajustados nos mercados activos para activo ou passivo idêntico. Esta categoria inclui as acções de participação cotadas, os derivados negociados em bolsa, os titúlos do tesouro do RU, dos EUA e outros e os títulos de organismos dos EUA nos mercados activos.

(2) O activo financeiro e passivo financeiro avaliados através de técnicas baseadas nos dados de mercado observáveis. Os instrumentos desta categoria são avaliados através de:

(a) preços cotados para activo ou passivo similares ou activo ou passivo idênticos em mercados que são considerados menos do que activos; ou

(b) técnicas de avaliação em que todos os dados que têm um efeito significativo na avaliação são directa ou indirectamente baseados nos dados de mercado observáveis.

O activo financeiro e o passivo financeiro desta categoria incluem repos, reverse repos, empréstimos hipotecários estruturados e comerciais dos EUA, depósitos estruturados, contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo, títulos de dívida corporate e municipais, a maior parte dos títulos de dívida em emissão, certas acções de participação não cotadas para as quais existem dados disponíveis no mercado recente, a maioria dos deriva dos OTC do Grupo e certos instrumentos cotados em (1) acima onde os mercados são considerados menos do que activos.

(3) São utilizadas técnicas de avaliação que incorporam informações que não são dados do mercado observáveis para instrumentos em que pelomenos um dado (que pode ter um efeito significativo na avaliação do instrumento) não se pode basear em dados de mercado observáveis. Quando os dados podem ser observados a partir de dados de mercado sem custo nem esforço indevidos, o dado observado é utilizado; caso contrário, o dado é estimado. O activo e passivo financeiros desta categoria incluem certos empréstimos hipotecários sindicados e comerciais, acções de participação não cotadas, certos títulos residuais, certos títulos de dívida estruturados em emissão e derivados OTC em que a avaliação depende de dados observáveis, como certos contratos de longa data e exóticos. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no momento do reconhecimento inicial de um instrumento financeiro avaliado através de uma técnica que integre dados não observáveis significativos.

(4) Outros itens do passivo financeiro compreendem o passivo subordinado e as provisões relacionadas com facilidades de crédito sindicado não utilizadas

O Grupo utiliza uma série de metodologias para determinar o justo valor de instrumentos financeiros relativamente aos quais não estão disponíveis no mercado preços observáveis nos mercados activos para instrumentos idênticos.
Estas técnicas incluem metodologias de valor relativo baseadas em preços observáveis para instrumentos similares, metodologias de valor actual em que os futuros fluxos de caixa deste activo ou passivo são estimados e subsequentemente descontados utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco; e modelos de preços de opções Black-Scholes, Monte-Carlo e binomiais. Os principais dados para estas técnicas de avaliação estão indicados abaixo. Os valores entre e para além dos pontos de dados disponíveis são obtidos por interpolação e extrapolação.

- Preços de obrigações – os preços cotados estão geralmente disponíveis para os títulos do tesouro, certos títulos corporate e alguns produtos relacionados com hipotecas.

- Spreads de crédito – quando disponíveis, são derivados dos preços dos swaps de incumprimento de crédito ou outros instrumentos baseados no crédito, como os títulos de dívida. Para outros, os spreads de crédito são obtidos dos serviços de fixação de preço.

- Taxas de juro – são principalmente taxas de juro de referência, como a London London Inter-Bank Offered Rate (LIBOR) e taxas de juro cotadas nos mercados de swaps, obrigações e futuros.

- Taxas de câmbio – existem mercados observáveis tanto spot e forward como nos futuros nas maiores divisas mundiais.

- Preços das acções e rendimento das acções – os preços cotados estão regra geral facilmente disponíveis para acções de participação cotadas nas maiores bolsas de valores mundiais e para os principais índices de rendimento das acções.

- Preços de mercadorias – muitas mercadorias são activamente negociadas em spot, forward e futuros nas bolsas de Londres, Nova Iorque e outros centros comerciais.

- Volatilidades e correlações de preço – a volatilidade é um parâmetro de avaliação da tendência de um preço para mudar ao longo do tempo. A correlação mede o grau até ao qual dois ou mais preços ou outras variáveis são observados no seu movimento conjunto. Se se movimentarem na mesma direcção existe uma correlação positiva. Se se movimentarem em direcções opostas existe uma correlação negativa. A volatilidade é o principal dado na avaliação das opções e do valor de certos produtos como os derivados com mais do que uma variável subjacente que está dependente da correlação. Os valores de volatilidade e correlação são obtidos com base nas cotações dos corretores, nos serviços de *pricing* ou derivados das ~cotações das acções.

- Taxas de pré pagamento - o justo valor de um instrumento financeiro que pode ser pré-pago pelo emitente ou mutuário difere do de um instrumento que não pode ser pré-pago. Na avaliação de instrumentos susceptíveis de pré-pagamento que não estão cotados em mercado activo, o grupo integra o valor da opção de pré-pagamento.

- Spreads de crédito de contrapartes – é feito ajustamento aos preços (ou parâmetros) de mercado quando a solvabilidade da contraparte difere da da contraparte pressuposta no preço de mercado (ou parâmetro), por exemplo muitas cotações de preços de derivados OTC aplicam-se a transacções com uma contraparte que tem um *rating* de credito 'AA'.

O Grupo refina e modifica as suas técnicas de avaliação á medida que os mercados e os produtos se desenvolvem e os preços dos produtos individualmente se tornam mais transparentes.

Embora o Grupo esteja convicto de que as suas técnicas de avaliação são apropriadas e coerentes com outros participantes no mercado, a utilização de diferentes metodologias ou pressupostos pode dar origem a diferentes estimativas do justo valor na data do balanço. As carteiras cujos justos valores se baseiam em técnicas de avaliação que incorporam informações que não os dados de mercado observáveis e a análise de sensibilidade relacionada nas carteiras em 31 de Dezembro de 2007 estão sintetizadas na tabela abaixo.

	Emp. e adiant. mm£	Títulos mm£	Derivados mm£	Total mm£	Depósitos mm£	Títulos dívida em emissão mm£	Derivados mm£	Outro passivo financeiro mm£	Total mm£
Carteira	4.6			4.6					
Empréstimos sindicados	2.2			2.2					
Hipotecas comerciais									
Tranches de CDOs super senior tranches of		3.8		3.8					
Outros títulos de dívida		8,8		8,8					
Derivados exóticos			5,2	5,2			4,4		4,4
Outras carteiras	6,4	1,7		8,1	1,5	9,2		0,2	10,9
	13,2	14,3	5,2	32,7	1,5	9,2	4,4	0,2	15,3

Empréstimos sindicados – os empréstimos sindicados são avaliados tendo em conta os preços de sindicação recentes do mesmo activo ou de activos similares, os preços no mercado de crédito secundário e com referência aos respectivos índices de produtos de crédito e swaps de incumprimento de crédito, como o LevX, LCDX, ITraxx e CDX. Os pressupostos relativos ao período de refinanciamento esperado baseiam-se na experiência do mercado e nas convenções do mercado. Os ajustamentos aos preços observados são efectuados para diferenças entre instrumentos, como a solvabilidade da contraparte, o prazo e a qualidade de qualquer colateral.

O justo valor dos empréstimos sindicados avaliados através de técnicas que não consideram os preços de sindicação recentes para o mesmo activo ou activo similar e os preços no mercado de crédito secundário foi de 4.624 milhões de libras. Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis em relação aos períodos de refinanciamento (que foram submetidos a um teste de esforço de um ano) e o valor atribuído a condições de crédito flexíveis potencialmente favoráveis (às quais não é atribuído qualquer valor nos números reportados) reduziria o justo valor em até 46 milhões de libras ou aumentá-lo-ia em até 83 milhões de libras.

Hipotecas comerciais – as hipotecas comerciais sénior e mezanino são empréstimos garantidos sobre terrenos e edifícios comerciais que foram originados ou adquiridos pelo Grupo para securitização. As hipotecas comerciais sénior são remuneradas à taxa de juro variável e as hipotecas comerciais mezanino ou mais júnior podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa ou variável. Os factores que têm influência nestes empréstimos podem incluir, mas de forma não restritiva, o tipo de empréstimo, o tipo de imóvel subjacente e a localização geográfica, a taxa de juro do empréstimo, os rácios de empréstimo:valor, os rácios de cobertura do serviço da dívida, as taxas de pré-pagamento, a informação sobre perdas cumulativas de empréstimos, rendimentos, procura dos investidores, volatilidade do mercado desde a última securitização e aumento do crédito.

Quando não estão disponíveis preços de mercado observáveis para um determinado empréstimo, o justo valor será normalmente determinado com referência às transações de mercado observáveis noutros empréstimos ou produtos de crédito relacionados, incluindo títulos de divida e derivados de crédito. São feitos pressupostos sobre a relação entre o empréstimo e os dados de referência disponíveis. Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis para os spreads de crédito (tendo em conta que todos os outros factores aplicáveis) reduzia-se o justo valor em até 52 milhões de libras ou aumentar-se-ia em até 49 milhões de libras.

Tranches Super Senior de CDOs garantidos por activo – O Grupo é um participante no mercado de títulos garantidos por activo nos EUA: comprar títulos garantidos por hipotecas residências ('RMBS'), incluindo títulos garantidos por hipotecas subprime dos EUA e reagrupando esses títulos em obrigações de dívida colaterizadas ('CDOs') para venda a investidores. O Grupo mantém a exposição a algumas das tranches super sénior destes CDOs. No segundo semestre de 2007, incumprimentos de hipotecas crescentes e expectativas de diminuição dos preços da habitação nos EUA provocaram uma deterioração do justo valor estimado destas exposições.

Segue-se uma análise das exposições das tranches super sénior do grupo a CDOs:

	Alta qualidade	Mezanino
Exposição (m£)	6.420	3.040
Exposição após coberturas (m£)	3.073	1.790
Attachment point média ponderada(1)	29%	46%
% de activo subprime RMBS subjacente	69%	91%
Dos quais com origem em:		
– 2005 e anteriormente	24%	23%
– 2006	28%	69%
– 2007	48%	8%
Garantia por *rating*:		
– títulos com grau de investimento	98%	31%
– títulos sem grau de investimento	2%	69%
Exposição líquida (m£)	2.581	1.253
Attachment point efectivo pós-depreciação	40%	62%

Nota:

(1) O *attachment point* é o nível mínimo de perdas numa carteira a que uma tranche está exposta, como percentagem da dimensão nocional total da carteira. Por exemplo, uma tranche de 5 – 10 % tem um *attachment point* de 5 % e um *detachment point* de 10%. Quando a perda acumulada do grupo de referência é apenas 5% do valor nocional inicial do grupo, a tranche não será afectada. Contudo, quando a perda excede 5%, qualquer nova perda será deduzida do capital nocional da tranche até ao *detachment point*, 10%, ser atingido.

A avaliação que o Grupo faz das exposições a tranches super senior de CDO garantidas por activo tem em conta os *outputs* de um modelo próprio do Grupo, os dados do mercado e ajustamentos de avaliação apropriados. Existe uma subjectividade significativa na avaliação com actividade do mercado muito reduzida para suportar os níveis de justo valor a que compradores e vendedores interessados transaccionariam.

O modelo próprio do Grupo prevê os fluxos de caixa esperados das hipotecas subjacentes utilizando pressupostos relativos às condições macroeconómicas futuras (incluindo a valorização e depreciação da habitação) e os incumprimentos/delinquências referentes a estas hipotecas subjacentes derivados de dados publicamente disponíveis. Os fluxos de caixa resultantes são descontados utilizando uma taxa de risco ajustada.

Foram elaboradas avaliações alternativas utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis de condições macroeconómicas incluindo a valorização e a depreciação dos preços da habitação e o efeito de variações regionais. Além disso, a taxa de desconto aplicada ao *output* do modelo foi stressada. O *output* da utilização destes pressupostos alternativos foi comparado com os preços indeferidos dos outros dados publicados.

O Grupo acredita que pressupostos alternativas razoavelmente possíveis podem reduzir ou aumentar as perdas cumulativas previstas do modelo em até 20%. Utilizando estes pressupostos alternativos diminuiria o justo valor em até 385 milhões de libras ou aumentá-lo-ia em até 235 milhões de libras.

Outros títulos de dívida – quando não estão disponíveis preços de mercado observáveis para um determinado tipo de divida, o justo valor será normalmente determinado por referência a transacções de mercado observáveis noutros produtos relacionados com o crédito, incluindo títulos de dívida e derivados de crédito. Os pressupostos baseiam-se na relação entre o título de divida em causa e os dados de referência disponíveis. A utilização de pressupostos diferentes teria como resultado justos valores diferentes para estes activos. Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis para o spread de crédito (tendo em conta a moeda, a natureza e a notação subjacente) reduzi-se o justo valor em até 88 milhões ou aumenta-se em até 109 milhões.

Derivados – os preços dos derivados são estabelecidos utilizando preços cotados para os mesmos instrumentos ou instrumentos similares quando estes estão disponíveis. No entanto, a maioria dos derivados é avaliada utilizando modelos de preços. Os inputs para estes modelos são normalmente observados para estes mercados directamente no mercado ou derivados dos preços observados. Contudo, nem sempre é possível observar ou corroborar todos os inputs do modelo.

Os inputs não observáveis utilizados baseiam-se em estimativas tendo em conta uma série de informações disponíveis, incluindo a análise histórica, os níveis de negociação históricos, as praticas do mercado, a comparação com outros dados de referência relevantes observáveis e os dados de preços consensuais. Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, principalmente correlações, incluindo o impacto relativo dos inputs não observáveis comparados com os que podem ser observados, reduziria o justo valor em até 80 milhões de libras ou aumentá-lo-ia em até 80 milhões de libras.

Outras carteiras – para além das carteiras acima referidas existem outros instrumentos financeiros que são detidos ao justo valor determinado com base em dados que não são observáveis no mercado ou incorporando ajustamentos materiais aos dados observados no mercado. Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis apropriados para o activo ou passivo financeiro em causa, como os spreads de crédito, inputs de derivados e correlações de capital próprio, reduziria o justo valor em até 119 milhões de libras ou aumentá-lo-ia em até 117 milhões de libras.

Reclamações de seguros gerais

O Grupo faz provisões para o custo total da liquidação de reclamações pendentes decorrentes da sua actividades de seguros gerais na data do balanço, incluindo reclamações estimadas como tendo sido incorridas mas ainda não reportadas nessa data e as despesas de processamento de reclamações. As provisões para as reclamações de seguros gerais ascenderam a 5,466 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 5,247 milhões de libras).

As provisões são determinadas pela gestão com base na experiência de reclamações líquidas e em modelos estatísticos que exigem certos pressupostos relativamente à incidência, timing e montante das reclamações e quaisquer factores específicos, como condições atmosféricas adversas. Para calcular o valor total da provisão necessária, analisa-se o desenvolvimento histórico das reclamações através de metodologias estatísticas para extrapolar, dentro de parâmetros de probabilidade aceitáveis, o valor das reclamações pendentes na data do balanço. Na estimativa das reclamações pendentes também estão incluídos outros pressupostos como o factor inflacionário utilizado para as reclamações por danos pessoais que se baseia nas tendências históricas e, por conseguinte, permite um certo aumento devido a alterações da legislação comum e dos estatutos. Os custos relativos às despesas de processamento das reclamações directas e indirectas também estão incluídos. As recuperações dos seguros cedidos são registadas no mesmo período contabilístico que as reclamações directas a que se referem. A provisão para as reclamações pendentes baseia-se na informação disponível para a gestão e o resultado final pode variar em relação à avaliação original. A experiência com reclamações reais pode diferir do modelo histórico em que a estimativa se baseou e o custo de liquidação de reclamações invisivelmente pode exceder esse valor assumido.

Goodwill

O Grupo capitaliza seguros resultantes da aquisição de negócios, como referido na norma contabilística 5. O valor contabilístico do goodwill em 31 de Dezembro de 2007 era 42.369 milhões (2006 – 17.889 milhões)

E o excedente de custo de uma actividade adquirida em relação ao justo valor do seu active líquido. O apuramento do justo valor do active e do passivo das actividades adquiridas requer o exercício de apreciações de gestão; Por exemplo, o activo e passivo financeiros para os quais não existem preços cotados e o activo não financeiro em que as avaliações reflectem estimativas das condições do mercado como os bens imóveis.
Justos valores diferentes resultariam em alterações do Goodwill e do desempenho pós-aquisição da aquisição. O Goodwill não é amortizado, mas sim testado quanto a imparidade anualmente ou com mais frequência se os acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem que pode existir imparidade.

Para efeitos de testes de imparidade, o Goodwill adquirido numa combinação de actividades é atribuído a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo ou Grupos de unidades geradoras de caixa esperadas beneficiar da combinação. Os testes de imparidade do Goodwill envolvem a comparação do valor contabilístico de uma unidade geradora ou Grupo de unidades geradoras com o seu montante recuperável. O montante recuperável é o valor mais elevado do justo valor da unidade e o seu valor de uso. O valor de uso é o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados da unidade ou Grupo de unidades geradoras de caixa. O justo valor é o montante obtido pela venda da unidade geradora de caixa numa transacção na arm's length entre partes conhecedoras e dispostas.

Os testes de imparidade envolvem inerentemente uma série de áreas judgmental: a elaboração de previsões de fluxos de caixa durante períodos que ultrapassam os requisitos normais da informação da gestão; a avaliação da taxa de desconto apropriada para a actividade; a estimativa do justo valor das unidades geradoras de caixa; e a avaliação do activo separável de cada actividade cujo goodwill está a ser analisado.

Desenvolvimentos da contabilidade

Normas Internacionais de relato Financeira

A International Finantial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') emitiu a interpretação IFRIC 11 transacções de Grupo e acções próprias 'em Novembro de 2006. As entidades que compram as suas próprias acções ou cujos accionistas compram acções na entidade reportadora, a fim de dar incentivos aos trabalhadores devem contabilizar estes incentivos numa base de equity-settled. Este princípio também se aplica à contabilidade das subsidiárias. A interpretação vigora para períodos contabilísticos anuais com inicio a partir de 1 de Março de 2007 e não se espera que tenha efeito material no Grupo ou na empresa.

A interpretação da IFRIC 12 emitida pela IFRIC 'Acordos de Concessão de Serviço' em Novembro de 2006. As entidades que fornecem infraestruturas e serviços a governos mediante acordos de concessão devem contabilizar cada componente do acordo separadamente. A infraestrutura fornecida ao abrigo destes acordos pode ser reconhecida como activo financeiro ou activo incorpóreo. A interpretação vigora para períodos contabilísticos com inicio a partir de 1 de Janeiro de 2008 e não se espera que tenha efeito material no Grupo ou na empresa.

A IFRS 8 emitida pela IASD 'Segmentos Operacionais' em Novembro de 2006. Substitui a IAS 14 'Reporte por segmento' para períodos contabilísticos com inicio a partir de 1 de Janeiro de 2009. A IFRS 8 exige às entidades que reportem a informação por segmento conforme reportada à gestão e a reconciliem com as demonstrações financeiras. Não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou na empresa.

A IAS 23 revista emitida pela IASB 'custos de empréstimos obtidos' em Março de 2007. As entidades são obrigadas a capitalizar os custos de empréstimos obtidos atribuíveis ao desenvolvimento ou construção de activo incorpóreo ou imobilizações corpóreas. A norma vigora para períodos contabilísticos com inicio a partir de 1 de Janeiro de 2009 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou na empresa.

A interpretação IFRIC 13 emitida pela IFRIC 'Programas de fidelidade dos clientes' é em Junho de 2007. As entidades que fornecem aos clientes benefícios complementares a uma venda de produtos ou serviços devem atribuir as receitas da venda proporcionalmente a estes benefícios com base nos justos valores relativos. A interpretação vigora para períodos contabilísticos com inicio a partir de 1 de Julho de 2008 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou na empresa.

A interpretação IFRIC 14 emitida pela IFRIC 'IAS 19 – Limite a um activo de benefício definido, requisitos mínimos de fundos e sua interacção' em Julho de 2007. O activo liquido de pensões que pode ser reconhecido por uma entidade patrocinadora está limitado ao montante até ao qual tem um direito incondicional de refinanciamento ou pode ser recuperado através da liquidação do passivo do plano. As entidades legalmente obrigadas a exigências de fundos mínimas são obrigadas a ter em conta essas obrigações ao reconhecer o activo líquido ou o passivo de um plano de benefício para os trabalhadores. A interpretação vigora para períodos contabilísticos com inicio em 1 de Janeiro de 2008 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou na empresa.

A IASB emitiu uma IAS 1 revista 'Apresentação de demonstrações financeiras' em Setembro de 2007, que vigora para períodos contabilísticos com inicio a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações aos requisitos de apresentação para as demonstrações financeiras não se espera que tenham um efeito material no Grupo ou na empresa.

A IASB publicou uma IFRS 3 revista ' Combinações de Actividades' e revisões relacionadas da IAS 27 'Demonstrações financeiras consolidadas separadas' após a conclusão, em Janeiro de 2008, do seu projecto para aquisição e alienação de subsidiárias. As normas melhoram a convergência com as GAAP dos EUA e dão novas orientações sobre contabilidade de alterações de participações em subsidiárias. O custo de uma aquisição incluirá apenas o valor pago aos vendedores pelo capital próprio; outros custos serão expensed imediatamente. Os Grupos só contabilizam o goodwill da aquisição de uma subsidiária; alterações subsequentes da participação serão reconhecidas no capital próprio e apenas numa perda de controlo haverá um lucro ou perda da alienação a reconhecer no rendimento. As alterações vigoram para períodos contabilísticos com inicio a partir de 1 de Julho de 2009 mas ambas as normas podem ser adoptadas conjuntamente para períodos contabilísticos a partir de 1 de Julho de 2007. Estas alterações vão afectar a contabilidade do Grupo para futuras aquisições e alienações de subsidiárias.

A IASB publicou revisões da IAS 32 'Instrumentos financeiros: Apresentação' e revisões indirectas de outras normas em Fevereiro de 2008 para melhorar a contabilidade e a divulgação de instrumentos financeiros *puttable*. As revisões vigoram para períodos contabilísticos com inicio a partir de 1 de Janeiro de 2009, mas no seu conjunto podem ser adoptadas antes. Não de esperar que tenham um efeito relevante no Grupo ou na empresa.

Notas sobre as demonstrações

1 Rendimento de actividades comerciais

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Operações cambiais (1)	1.050	738	647
Taxa de juro (2)	1.466	973	943
Crédito (3)	(1.430)	841	666
Títulos de participação e mercadorias (4)	241	123	87
	1.327	2.675	2.343

A análise do resultado de exploração baseia-se na forma como a empresa está organizada e os riscos subjacentes são geridos.

Notas:

O resultado de exploração compreende os ganhos e perdas de instumentos financeiros detidos para negociação, realizados e não realizados, o rendimento dos juros e dividendos e os custos de financiamento relacionados.Os tipos de instrumentos incluem:

(1) Câmbio: contratos de câmbio spot,swaps e opções de câmbio, mercados emergentes e coberturas e fundos relacionados.

(2) Taxa de juro: swaps de taxa de juro, contratos cambiais a termo, contratos de taxa de juro a termo, opções de taxas de juro, futuros de taxas de juro e coberturas e fundos relacionados. (3) Crédito: títulos garantidos por activo, obrigações societárias, derivados de crédito e coberturas e fundos relacionados

(4) Capital próprio e mercadorias: derivados do capital próprio, contratos de mercadorias e coberturas e fundos relacionados.

2 Despesas operacionais

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Salários, Remunerações e outros encargos com o pessoal	6.387	5.652	5.084
Custos da segurança social	522	389	354
Compensação baseada em acções	65	65	44
Custos de pensões (ver Nota 3)			
– planos de benefício definido	489	580	462
– planos de contribuição definida	89	37	48
Encargos com o pessoal	7.552	6.723	5.992
Imobilizações corpóreas	1.766	1.421	1.313
Outras despesas administrativas	3.147	2.658	2.816
Imobilizações corpóreas (ver Nota 18)	1.311	1.293	1.326
Imobilizações incorpóreas (ver Nota 17)	659	385	499
Depreciação e amortização	1.970	1.678	1.825
	14.435	12.480	11.946

Os custos de integração incluídos nas despesas operacionais englobam os gastos incorridos com a redução de custos e os programas de aumento de receitas estabelecidos no âmbito das várias aquisições efectuadas pelo Grupo:

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	200539 m£131
Encargos com o pessoal	18	76	148
IImobilizações corpóreas	4	10	39
Outras despesas administrativas	26	32	131
Depreciação e amortização	60	16	140
	108	134	458

O número médio de pessoas afectas às operações contínuas do Grupo durante o exercício, excluindo pessoal temporário, era 164.700 (2006 – 142.600; 2005 – 144.900); na mesma base as operações descontinuadas empregaram 5.800 (2006 e 2005 – zero). O número médio de trabalhadores temporários durante 2007 foi 4,900. O número de pessoas afectas às operações contínuas do Grupo em 31 de Dezembro, excluindo pessoal temporário, foi o seguinte:

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Global Banking & Markets	9.300	7.700	6.900
RFS Holdings excluding minority interest	31.100	--	--
UK Corporate Banking	9.600	8.800	8.200
Retail	41.400	42.900	43.400
Wealth Management	5.000	4.600	4.300
Ulster Bank	6.400	5.600	5.200
Citizens	23.900	24.600	26.000
RBS Insurance	18.000	18.500	20.500
Manufacturing	26.300	26.600	26.700
Centre	2.700	2.500	2.300
RFS Holdings minority interest	59.900	--	--
Total	233.600	141.800	143.500
RU	108.600	105.700	107.200
EUA	27.100	26.200	27.400
Europa	41.300	8.100	7.800
Resto do mundo	56.600	1.800	1.100
Total	233.600	141.800	143.500

3. Custos de pensões

Os sócios do Grupo patrocinam uma série de planos de pensões no RU e no estrangeiro, predominantemente planos de benefício definido, cujos activos são independentes das finanças do Grupo. Os planos de benéfico definido do Grupo geralmente dão uma pensão de um sexto do salário final pensionável por cada ano de serviço antes da reforma até ao máximo de 40 anos. Os trabalhadores não fazem contribuições para as pensões básicas mas podem fazer contribuições voluntárias para garantir benéficos adicionais numa base de contribuições monetárias. Desde Outubro de 2006, o Fundo de Pensões do Grupo Royal Bank of Scotland ('Plano principal') foi encerrado para os recém-contratados.

O Grupo também atribui benefícios pós-reforma para além das pensões, principalmente através de subscrições de planos de seguro privados no RU e nos EUA e planos de benefícios pós-reforma não sob a forma de fundos. A provisão para os custos destes benefícios é imputada à demonstração de resultados ao longo do tempo de serviço futuro residual médio dos colaboradores elegíveis. Os montantes não são relevantes.

Foram elaboradas avaliações provisórias dos planos do Grupo em 31 de Dezembro por actuários independentes, utilizando os seguintes pressupostos:

Principais pressupostos actuariais em 31 de Dezembro	Plano principal			Todos os planos		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005
				Média ponderada		
Taxa de desconto	6,0%	5,3%	4,8%	5,8%	5,3%	4,8%
Retorno esperado do activo do plano (média ponderada)	6,9%	6,9%	6,5%	6,8%	6,9%	6,5%
Taxa de aumento dos salários	4,5%	4,2%	4,0%	4,0%	4,1%	3,9%
Taxa de aumento das pensões a pagamento	3,2%	2,9%	2,7%	2,8%	2,8%	2,6%
Pressuposto de inflação	3,2%	2,9%	2,7%	2,9%	2,9%	2,7%

Principais classes de activo do plano em percentagem do activo total do plano	Plano principal			Todos os planos		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005
Títulos de participação	61,0%	60,5%	61,3%	57,8%	60,7%	61,6%
Obrigações indexadas	18,2%	17,3%	18,1%	13,1%	16,1%	16,8%
Obrigações com juros fixados pelo governo	1,2%	2,5%	1,8%	12,9%	3,3%	2,6%
Obrigações societárias e outras	15,1%	14,0%	14,6%	12,0%	13,9%	14,6%
Bens imóveis	3,8%	4,3%	3,6%	3,0%	4,5%	3,7%
Caixa e outros activos	0,7%	1,4%	0,6%	1,2%	1,5%	0,7%

Os planos de pensões do Grupo detêm acções ordinárias da empresa ao justo valor de 69 milhões de libras (2006 – 89 milhões; 2005 – 78 milhões); 65 milhões (2006 – 87 milhões; 2005 – 76 milhões) no Plano Principal que também detém outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo pelo valor de 606 milhões de libras (2006 – 258 milhões de libras; 2005 – 299 milhões).

O retorno esperado do activo do plano em 31 de Dezembro baseia-se na média ponderada dos seguintes retornos previstos das principais classes de activo do plano:

Principais classes de activo do plano em percentagem do activo total do plano	Plano principal			Todos os planos		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005
Títulos de participação	8,1%	8,1%	7,7%	8,1%	8,1%	7,7%
Obrigações indexadas	4,5%	4,5%	4,1%	4,5%	4,5%	4,1%
Obrigações com juros fixados pelo governo	4,5%	4,5%	4,1%	4,7%	4,5%	4,1%
Obrigações societárias e outras	5,5%	5,3%	4,8%	5,5%	5,3%	4,8%
Bens imóveis	6,3%	6,3%	5,9%	6,3%	6,3%	5,9%
Caixa e outros activos	4,6%	4,6%	4,2%	4,5%	4,4%	3,7%

Previsões de mortalidade pós-reforma (Plano principal)	2007	2006	2005
Longevidade aos 60 anos para pensionistas actuais (anos)			
Pessoas do sexo masculino	26,0	26,0	25,4
Pessoas do sexo feminino	26,8	28,9	28,2
Longevidade aos 60 anos para futuros pensionistas (anos)			
Pessoas do sexo masculino	28,1	26,8	26,2
Pessoas do sexo feminino	28,2	29,7	29,0

Estes pressupostos de mortalidade pós-reforma são derivados das tabelas de mortalidade padrão utilizadas pelo actuário do plano para avaliar o passivo do plano principal. Após uma análise completa da experiência de mortalidade do plano principal ao longo dos últimos três anos pelo actuário do plano, foram utilizadas tabelas de mortalidade padrão (ajustadas conforme apropriado) para avaliar o passivo do plano em 31 de Dezembro de 2007.

3 Custos de pensões *(continuação)*

Alterações do valor do défice (excedente) de pensões	Plano principal			Todos os planos		
	Justo valor do activo do plano m£	Valor actual das obrigações benef., definidas m£	Défice líq. de pensão (excedente) m£	Justo valor do activo do plano m£	Valor actual das obrigações benef., definidas m£	Défice líq. de pensão (excedente) m£
Em 1 de Janeiro de 2006	15.914	19.118	3.204	17.388	21.123	3.735
Conversão monetária e outros ajustamentos	--	--	--	(59)	(65)	(6)
Demonstração de resultados:						
Retorno esperado	1.022		(1.022)	1.073		(1.073)
Encargos com juros		918	918		985	985
Custo actual do serviçc		571	571		645	645
Custo anterior do serviço		15	15		23	23
	1.022	1.504	482	1.073	1.653	580
Demonstração do rendimento e das despesas reconhecidos:						
Ganhos e perdas actuariais	552	(1.077)	(1.629)	587	(1.194)	(1.781)
Contribuições da entidade patronal	427	—	(427)	536	—	(536)
Benefícios pagos	(515) (	(515)	—	(538)	(538)	—
Despesas incluídas no custo do serviçc	(26)	(26)	—	(28)	(28)	—
Em 1 de Janeiro de 2007	17.374	19.004	1.630	18.959	20.951	1.992
Conversão monetária e outros ajustamentos	--	--	--	381	385	4
Demonstração de resultados:						
Retorno esperado	1.182		(1.182)	1.394		(1.394)
Encargos com juros		1.007	1.007		1.177	(1.177)
Custo actual do serviçc		566	566		684	684
Custo anterior do serviço		19	19		22	22
	1.182	1.592	410	1.394	1.883	489
Demonstração do rendimento e das despesas reconhecidos:						
Ganhos e perdas actuariais	163	(1.937)	(2.100)	19	(2.170)	(2.189)
Aquisição de subsidiárias	--	--	´--	6.997	6.960	(37)
Transferências intra-Grupo	30	30	--	--	--	--
Contribuições da entidade patronal	416	--	(416)	599	--	(599)
Contribuições dos participantes no plano	--	--	--	5	5	--
Benefícios pagos	(551)	(551)	--	(652)	(652)	--
Despesas incluídas no custo do serviçc	(39)	(39)	--	(40)	(40)	--
Em 31 de Dezembro de 2007	18.575	18.099	(476)	27.662	27.322	(340)

O excedente líquido de pensões compreende :	m£
Activo líquido de planos com excedentes (incluído em pré-pagamentos, rendimento acrescido e outros activos, Nota 19)	(836)
Passivo líquido de planos com défice	496
	(340)

A aquisição das subsidiárias inclui o justo valor do activo do plano de 6.118 milhões de libras e o valor actual das obrigações de benefício definido de 5.962 milhões de libras do plano de pensões principal do ABN AMRO nos Países Baixos. Em 31 de Dezembro de 2007, eram 6,417 milhões de libras e 6,189 milhões, respectivamente. Os principais pressupostos actuariais em 31 de Dezembro de 2007 foram: taxa de desconto 5,4%; retorno esperado do activo do plano (média ponderada) 6,2%; taxa de aumento dos salários 2,5%; taxa do aumento das pensões a pagamento 2,0% e pressuposto de inflação 2,0%.

O Grupo espera contribuir com 481 milhões de libras para os seus planos de pensões de benefício definido em 2008 (plano principal - 413 milhões de libras).
Do passivo líquido dos planos em défice, 212 milhões de libras (2006 – 106 milhões) estão relacionados com planos não em fundos.

Os ganhos actuariais cumulativos líquidos de 1.570 milhões de libras (2006 – 619 milhões de perdas; 2005 – perdas no valor de 2.400 milhões) foram reconhecidos na demonstração de proveitos e encargos reconhecidos, dos quais 1.579 milhões (2006 – perdas de 521 milhões de libras; 2005 – 2.150 milhões de libras em perdas) estão relacionados com o Plano Principal.

Alterações do valor do défice (excedente) de pensões	Plano principal				Todos os planos			
	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2004 m£	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2004 m£
Justo valor do activo do plano	18.575	17.374	15.914	13.569	27.662	18.959	17.388	14.798
Valor actual de obrigações de benefício definido	18.099	19.004	19.118	16.051	27.322	20.951	21.123	17.738
Excedente/(défice) líquido	476	(1.630)	(3.204)	(2.482)	340	(1.992)	(3.765)	(2.940)
Experiências perdas passivo do plano	(256)	(4)	(41)	(624)	(210)	(19)	(68)	(631)
Experiência ganhos activo do plano	163	552	1.556	392	19	587	1.660	408
Retorno efectivo do activo dos planos de pensões	1.345	1.574	2.486	1.230	1.413	1660	2.677	1.328

4 Remuneração dos auditores

Os valores pagos aos auditores da empresa pela auditoria regulamentar e outros serviços foram os seguintes:

	Grupo	
	2007 m£	2006 m£
Honorários pagos pela auditoria das contas anuais do Grupo	1,2	0,8
Honorários pagos aos auditores e aos seus sócios por outros serviços prestados ao Grupo:		
– Auditoria das subsidiárias da empresa de acordo com a legislação(1)	15,8	10,8
Total honorários de auditoria	17,0	11,6
– Outros serviços de acordo com a legislação (2)	4,9	5,9
– Outros serviços relacionados com as obrigações fiscais	0,4	0,2
– Serviços relacionados com transacções financeiras da empresa, incluindo aquisições de títulos	5,5	2,4
efectuadas pelo Grupo	3,4	2,6
– Todos os outros serviços		
Total honorários não de auditoria	14,2	11,1
Honorários a pagar aos auditores e entidades associadas relativamente a planos de pensões:		
– Auditoria	0,2	0,3
Total	31,4	23,0

Notas:
(1) Excluindo os honorários pagos relativamente ao ABN AMRO Holding B.V. que é auditado por outra empresa. (2) Inclui honorários abrangidos pela Secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA.

5 Obrigações fiscais

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Impostos correntes:			
Dotação para o exercício	2.522	2.626	2.280
Over provision in respect of prior periods	(39)	(253)	(101)
Isenção imposto estrangeiro	(198)	(147)	(171)
	2.285	2.226	2.008
Impostos diferidos: Dotação para o exercício			
(Under)/over provision in respect of prior periods	95	396	477
	(328)	67	(107)
Carga fiscal do exercício	2.052	2.689	2.378

A carga fiscal efectiva difere da carga fiscal esperada que foi calculada aplicando a taxa normal de IRC do RU de 30% como segue:

	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Carga fiscal esperada	2.970	2.756	2.381
Elementos não dedutíveis	263	288	309
Non-taxable items	(595)	(251)	(166)
Taxable foreign exchange movements	16	5	(10)
Lucros no estrangeiro a outras taxas	(37)	63	77
Redução das obrigações fiscais diferidas após a alteração do IRC no RU	(189)	--	--
Perdas não utilizadas transitadas de exercícios anteriores	(9)	14	(5)
Adjustments in respect of prior periods	(367)	(186)	(208)
Actual carga fiscal	2.052	2.689	2.378

A taxa de imposto efectiva do exercício foi de 20,7% (2006 – 29,3%; 2005 – 30,0%). A taxa de imposto beneficiou de uma redução de 189 milhões de libras das obrigações fiscais diferidas do Grupo após a alteração da taxa de IRC no RU, de 30% para 28% a partir de 1 de Abril de 2008.

6 Lucros a distribuir a outros titulares de participações

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Dividendos pagos a outros titulares de participações:			
Acções preferenciais não cumulativas de 0.01 dólares	152	99	58
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 euros	94	92	51
Total	246	191	109

Notas:

(1) De acordo com a IAS 32, certas acções preferenciais emitidas pela empresa estão incluídas no passivo subordinado e no custo financeiro relacionado nos juros a pagar.

(2) Entre 1 de Janeiro de 2008 e a data de aprovação destas demonstrações, foram declarados dividendos no valor de 161 milhões de dólares dos EUA referentes às acções preferenciais do capital para pagamento em 31 de Março de 2008.

7 Dividendos ordinários

Os dividendos ordinários do ano anterior por acção indicados na tabela abaixo foram reexpressos para ter em conta o efeito da emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio 2007.

	Grupo					
	2007 p por acção	2006 p por acção	2005 p por acção	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Dividendo final do ano anterior declarado durante o ano corrente	22,1	17.7	13.7	2.091	1.699	1.308
Dividendo provisório	10,1	8.1	6.5	953	771	619
Total dividendos pagos sobre acções ordinárias	32,2	25.8	20.2	3.044	2.470	1.927

Os dividendos finais só são contabilizados depois de terem sido ratificados pelos sócios numa assembleia geral. Na Assembleia Geral Anual de 23 Abril 2008, será proposto um dividendo relativamente à 2007 de 23,1 pence por acção (2006 – 22,1 pence por acção) num total de 2,3 mil milhões de libras (2006 – 2,1 mil milhões de libras). As demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 não reflectem este dividendo que, se for aprovado, será contabilizado no capital próprio como apropriação de lucros retidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

8 Lucro registado nas demonstrações da empresa

Conforme permitido pela secção 230(3) da Lei sobre as Empresas de 1985, as principais demonstrações financeiras da empresa não incluem a demonstração de resultados. Segue-se uma informação condensada:

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Dividendos recebidos da subsidiária bancária	2.330	3.502	20.82
Dividendos recebidos de outras subsidiárias	415	229	100
Total receitas	2.745	3.731	2.182
Juros recebidos de subsidiárias	460	518	577
Juros a pagar a subsidiárias	(307)	(246)	(189)
Outros juros líquidos a pagar e despesas operacionais	(526)	(515)	(638)
Lucro operacional antes de impostos	2.372	3.486	19.32
Impostos	127	13	142
Lucro do exercício	2.499	3.499	1.932
Lucro a distribuir por:			
Titulares de acções ordinárias	2.253	3.308	1.965
Outras participações	246	191	109
	2.499	3.499	2.074

9 Ganhos por acção ordinária

Os ganhos por acção baseiam-se no seguinte:

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Ganhos:			
Lucro atribuível a titulares de acções ordinárias rs	7.303	6.202	5.392
Dividendos integrados de acções não de participação convertíveis diluíveis	60	64	65
Ganhos diluíveis a distribuir pelos titulares de acções ordinárias	7.363	6.266	5.457
	Número de acções – milhões		
Número de acções ordinárias:			
Número médio ponderado de acções ordinárias em emissão durante o exercício	9.557	9.555	9.549
Efeito das opções de acções diluíveis e acções não de participação convertíveis	166	174	180
Número médio ponderado de acções ordinárias diluíveis durante o exercício	9.723	9.729	9.729

Os números de acções ordinárias em emissão em anos anteriores foram reexpressos para ter em conta o efeito da emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.
Todas as acções preferenciais convertíveis têm um efeito dilutivo em 2007, 2006 e 2005 e foram incluídas no cálculo dos ganhos por acção diluíveis.

O efeito das operações descontinuadas nos ganhos por acção não é relevante.

10 Instrumentos financeiros

As tabelas seguintes analisam o activo financeiro e o passivo financeiro do Grupo de acordo com as categorias de instrumentos financeiros na IAS 39. O activo e o passivo fora do âmbito da IAS 39 são apresentados separadamente.

	Grupo								
2007	Detid.p/-negoc. m£	Designados ao justo valor através de lucr ou perda m£	Derivados cobertura m£	Dispon. venda m£	Emp.e a.receber m£	Outro (custo amort) m£	Loc financ. m£	Activo passivo não financ. m£	Total m£
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos	—	—		—	17.866		—		17.866
centrais	18.027	—		202	—		—		18.229
Tít. tesouro e outros tít. elegíveis (1)	71.639	—		—	147.821		—		219.460
Empr. e adiant. a instit. de crédito (2)	104.387	3.067		—	709.226		12.570		829.250
Empr.e adiantamentos a clientes (3)	172.644	5.777		95.334	2.672		—		276.427
Títulos de dívida	37.546	7.866		7.614	—		—		53.026
Acções de participação	—	—		—	16.589		—		16.589
Saldos de compensação	334.857	—	2.553	—	—		—		337.410
Derivados								48.492	48.492
Imobilizações incorpóreas								18.750	18.750
Imobilizações corpóreas									
Contas regularização do activo	—	—		—	877		—	18.189	19.066
Activo de grupos p/ alienação								45.954	45.954
	739.100	16.710	2.553	103.150	895.051		12.570	131.385	1.900.519
Passivo									
Depósitos de bancos (4)	65.491	—				247.142	—		312.633
Contas de clientes (5, 6)	60.425	7.505				614.435	—		682.365
Títulos de dívida em emissão (7, 8)	9.455	41.834				222.326	—		273.615
Saldos compens. e posições curtas									
Derivados	73.501	—				17.520	—		91.021
Contas regularização passivo	329.351	—	2.709			—	—		332.060
Obrigações com benefícios de reforma									
Impostos diferidos	210	—				1.545	19	32.250	34.024
Passivo de seguros								496	496
Passivo subordinado								5.510	5.510
Passivos incluídos nos Grupos para								10.162	10.162
alienações	—	898				37.081	—	—	37.979
								29.228	29.228
	538.433	50.237	2.709			1.140.049	19	77.646	1.809.093
Capital próprio									91.426
									1.900.519

10 Instrumentos financeiros *(continuação)*

	Grupo								
2006	Detid.p/ negoc. m£	Designados ao justo valor através de lucr ou perda m£	Derivados cobertura m£	Dispon. venda m£	Emp.e a.receber m£	Outro (custo amort) m£	Loc financ. m£	Activo passivo não financ. m£	Total m£
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—		—	6.121		—		6.121
Tít. tesouro e outros tít. elegíveis (1)	4.516	—		975	—		—		5.491
Empr. e adiant. a instituições de crédito (2)	52.736	376		—	29.494		—		82.606
Empr.e adiant. a clientes (3)	72.462	1.327		—	381.583		11.521		466.893
Títulos de dívida	95.192	5.989		25.509	561		—		127.251
Acções de participação	3.038	2.610		7.856	—		—		13.504
Saldos de compensação	—	—		—	7.425		—		7.425
Derivados	115.500	—	1.181	—	—		—		116.681
Imobilizações incorpóreas								18.904	18.904
Imobilizações corpóreas								18.420	18.420
Contas regularização do activo									
	—	—		—	—	7.183	8.136		
				953					
	343.444	10.302	1.181	34.340	426.137	44.507	11.521	44.507	871.432
Passivo									
Depósitos de bancos (4)	57.452	—				74.691	—	—	132.143
Contas de clientes (5, 6)	46.797	3.922				333.503	—	—	384.222
Títulos de dívida em emissão (7, 8)	2.141	10.499				73.323	—	—	85.963
Saldos de compensação e posições curtas	43.809	--				5.667	--	--	49.476
Derivados	117.277	--	835			--	--	--	118.112
Contas de regularização do passivo	--	--				1.453	89	14.118	15.660
Obrigações com benefícios de reforma								1.992	1.992
Impostos diferidos								3.264	3.264
Passivo seguros								7.456	7.456
Passivo subordinado	--	124				27.530	--	--	27.654
	267.476	14.545	835			516.167	89	26.830	825.942
Capital próprio									45.490
									871.432

Notas:

(1) Inclui títulos de tesouraria e outros títulos no valor de 16,315 milhões de libras (2006 – 5,407 milhões de libras) e outros títulos elegíveis no valor 1,914 milhões de libras (2006 – 84 milhões de libras).

(2) Inclui operações de compra com acordo de revenda de 175,941 milhões de libras (2006 – 54,152 milhões de libras) e elementos em fase de cobrança de outros bancos de 3.095 milhões de libras (2006 – 3.471 milhões de libras).

(3) Inclui operações de compra com acordo de revenda de 142.357 milhões (2006 – £62,908 milhões).

(4) Inclui operações de compra com acordo de revenda £163,038 milhões (2006 – £76,376 milhões) e elementos durante o processo de transmissão para outros bancos de 372 milhões de libras (2006 – 799 milhões de libras). (5) Inclui operações de compra com acordo de revenda de 134.916 milhões (2006 – 63.984 milhões de libras).

(6) O valor contabilístico de outras contas de clientes designadas ao justo valor através de lucros ou perdas é superior em 77 milhões de libras (2006 – 140 milhões de libras) ao do valor do capital. Não foram reconhecidos quaisquer valores em lucros ou perdas para alterações do risco de crédito associadas a estes passivos uma vez que as alterações são irrelevantes avaliadas como o justo valor de movimentos do prémio do risco de crédito a pagar no período. Os montantes incluem contratos de investimento com um valor contabilístico de 5.555 libras (2006 – 2,246 milhões de libras).

(7) Compreende obrigações e títulos a curto prazo no valor de 119,021 milhões de libras (2006 – £43,408 milhões) e certificados de depósito e outro papel comercial de 154.594 libras (2006 – 42.555 milhões de libras).

(8) Foram reconhecidos 162 milhões de libras (2006 – zero) em lucro ou perda par alterações do risco de crédito associado a estes passivos avaliado como a alteração do justo valor de movimentos do prémio do risco de crédito a pagar pelo Grupo. O valor contabilístico é 317 milhões de libras (2006 – 383 milhões de libras inferior ao do valor do capital.

Montantes incluídos nas demonstrações de resultados consolidada

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Ganhos do activo/passivo financeiro designados ao justo valor através do lucros ou perdas	1.074	573	364
Ganhos da alienação ou liquidação de empréstimos concedidos e contas a receber	3	21	25

No reconhecimento inicial do activo e do passivo financeiros através de técnicas de avaliação que incorporam informação que não os dados do mercado observáveis, qualquer diferença entre o preço de transacção e o resultante da técnica de avaliação é diferido. Esses montantes são reconhecidos em lucros ou perdas ao longo da duração da transacção; quando os dados do mercado se tornam observáveis; ou quando a transacção vence ou é fechada conforme apropriado. Em 31 de Dezembro de 2007, transitaram para o balanço ganhos líquidos de 72 milhões de libras (2006 – 15 milhões de libras). Durante o exercício foram diferidos ganhos líquidos de 67 milhões de libras (2006 – 3 milhões de libras) e transferidos 10 milhões de libras (2006 – 4 milhões de libras) para lucros ou perdas.

As tabelas seguintes analisam a activo e o passivo financeiros da empresa de acordo com as categorias de instrumentos financeiros contidas na IAS 39. O activo e o passivo fora do âmbito da IAS 39 são apresentados separadamente.

	Empresa					
2007	Detid.p/-negoc. m£	Derivados cobertura m£	Emp.e a.receber m£	Outro (custo amort) m£	Activo passivo não financ. m£	Total m£
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (1)	--	--	7.686		--	7.686
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2)	--	--	307		--	307
Investimentos em empresas do Grupo	--	--	--		43.542	43.542
Derivados	173	--	--		--	173
Contas de regularização do activo	--	--	--		127	127
	173	--	7.993		43.669	51.835
Passivo						
Depósitos de bancos (3)	--	--		5.572	--	5.572
Títulos de dívida em emissão	--	--		13.453	--	13.453
Derivados	125	54		--	--	179
Contas de regularização do passivo	--	--		--	8	8
Impostos diferidos	--	--		--	3	3
Passivo subordinado	--	--		7.743	--	7.743
	125	54		26.768	11	26.958
Capital próprio						24.877
						51.836

2006						
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (1)	--	--	7.252		--	7.252
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2)	--	--	286		--	286
Investimentos em empresas do Grupo	--	--	--		21.784	21.784
Contas de regularização do activo	--	--	--		3	3
Capital próprio	125	54		26.768	11	26.958
Passivo						
Depósitos de bancos (3)	--	--		738	--	738
Títulos de dívida em emissão	--	--		2.139	--	2.139
Derivados	42	--		--	--	42
Contas de regularização do passivo	--	--		--	15	15
Passivo subordinado	--	--		8.194	--	8.194
	42	—		11.071	15	11.128
Capital próprio						18.197
						29.325

(1) Inclui montantes vencidos das subsidiárias de 7.130 milhões de libras(2006 – 7.252 milhões).

(2) Vencidos das subsidiárias.

(3) Devidos às subsidiárias.

10 Instrumentos financeiros *(continuação)*

A tabela seguinte apresenta os valores contabilísticos e os justos valores dos instrumentos financeiros on balanços contabilizados ao custo amortizado

	Grupo					Empresa			
	2007 Valor contab. m£	2007 Valor justo m£	2006 Valor contab. m£	2006 Valor justo m£		2007 Valor contab. m£	2007 Valor justo m£	2006 Valor contab. m£	2006 Valor justo m£
Activo financeiro									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.866	17.866	6.121	6.121		--	--	--	--
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito									
Emprest.concedidos e contas a receber	147.821	147.821	29.494	29.494		7.686	7.686	7.252	7.252
Empréstimos e adiantamentos a clientes									
Emprest.concedidos e contas a receber	709.226	711.481	381.583	382.671		307	307	286	286
Locações financeiras	12.570	12.376	11.521	11.504		--	--	--	--
Títulos de dívida									
Emprest.concedidos e contas a receber	2.672	2.644	561	561		--	--	--	--
Saldos de compensação	16.589	16.589	7.425	7.425		--	--	--	--
Passivo financeiro									
Depósitos de bancos									
Custo amortizado	247.142	246.966	74.691	74.510		5.572	5.572	738	738
Contas de clientes									
Custo amortizado	614.435	614.069	333.503	333.286		--	--	--	--
Títulos de dívida em emissão									
Custo amortizado	222.326	222.206	73.323	73.580		13.453	13.453	2.139	2.139
Saldos de compensação	17.520	17.520	5.667	5.667		--	--	--	--
Passivo subordinado									
Custo amortizado	37.081	35.729	27.530	28.606		7.743	6.983	8.194	8.369

Maturidade residual

	Grupo					
	2007			2006		
	Menos de 12 meses m£	Mais de 12 meses m£	Total m£	Menos de 12 meses m£	Mais de 12 meses m£	Total m£
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.866	—	17.866	6.121	—	6.121
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis	18.108	121	18.229	5.491	—	5.491
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	187.969	31.491	219.460	82.193	413	82.606
Empréstimos e adiantamentos a clientes	396.453	432.797	829.250	263.504	203.389	466.893
Títulos de dívida	51.980	224.447	276.427	25.324	101.927	127.251
Acções de participação	—	53.026	53.026	—	13.504	13.504
Saldos de compensação	16.561	28	16.589	7.425	—	7.425
Derivados	56.668	280.742	337.410	27.984	88.697	116.681
Passivo						
Depósitos de bancos	303.273	9.360	312.633	124.584	7.559	132.143
Contas de clientes	650.687	31.678	682.365	372.604	11.618	384.222
Títulos de dívida em emissão	155.742	117.873	273.615	41.957	44.006	85.963
Saldos de compensação e posições curtas	44.466	46.555	91.021	26.450	23.026	49.476
Derivados	60.451	271.609	332.060	30.082	88.030	118.112
Passivo subordinado	1.867	36.112	37.979	675	26.979	27.654

	Empresa					
	2007			2006		
	Menos de 12 meses m£	Mais de 12 meses m£	Total m£	Menos de 12 meses m£	Mais de 12 meses m£	Total m£
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	1.655	6.031	7.686	1.171	6.081	7.252
Empréstimos e adiantamentos a clientes	307	—	307	286	—	286
Derivados	127	46	173	—	—	—
Passivo						
Depósitos de bancos	5.572	—	5.572	—	738	738
Títulos de dívida em emissão	8.855	4.598	13.453	1.681	458	2.139
Derivados	102	77	179	23	19	42
Passivo subordinado	119	7.624	7.743	104	8.090	8.194

Qualidades do activo

O reporte e supervisão internos do activo com risco são diferenciados principalmente por notações de crédito. São utilizadas notações internas para avaliar a qualidade de crédito dos mutuários. Os clientes são classificados com uma pontuação de crédito interna baseada em vários modelos de notação de crédito que reflectem a probabilidade de incumprimento. Todas as notações de crédito no Grupo se inserem numa escala de qualidade do activo ao nível do Grupo.

Expressos como uma probabilidade anual, os limites superior e inferior e o ponto médio para cada um destes escalões de qualidade do active ao nível do Grupo são os seguintes:

Nível de qualidade dos activos	Probabilidade anual de incumprimento		
	Mínima %	Média %	Máxima %
AQ1	0,00	0,10	0,20
AQ2	0,21	0,40	0,60
AQ3	0,61	1,05	1,50
AQ4	1,51	3,25	5,00
AQ5	5,01	52,50	100,00

A tabela seguinte apresenta uma análise da qualidade de crédito do activo financeiro pelas notações de crédito do Grupo.

	Grupo								
2007	AQ1 m£	AQ2 m£	AQ3 m£	AQ4 m£	AQ5 m£	J. contab. em mora m£	J. não Contab. m£	Provisão impar. m£	Total m£
Caixa e disp. bancos centrais	17.866	—	—	—	—	—	—	—	17.866
Tit. tesouro e outros tit. elegíveis	18.218	—	11	—	—	—	—	—	18.229
Empr. e adiant. inst. crédito*	204.083	5.797	4.937	407	1.119	—	25	(3)	216.365
Empr. e adiant. a clientes	275.926	174.249	221.701	84.896	55.343	13.236	10.337	(6.438)	829.250
Títulos de dívida	240.677	15.688	2.328	1.372	16.361	—	5	(4)	276.427
Saldos de compensação	14.491	98	344	21	68	1.567	—	—	16.589
Derivados	300.122	23.333	11.299	2.352	304	—	—	—	337.410
Outros instrumentos financeiros	649	—	—	20	143	65	—	—	877
	1.072.032	219.165	240.620	89.068	73.338	14.868	10.367	(6.445)	1.173.013
Compromissos	131.750	89.682	74.126	25.320	17.301	--	--	--	338.179
Passivo contingente	26.120	16.314	11.740	4.032	3.714	--	--	--	61.920
Total extra-patrimonial	157.870	105.996	85.866	29.352	21.015	--	--	--	400.099

2006									
Caixa e disp. Em bancos centrais	6.121	—	—	—	—	—	—	—	6.121
Tít. tesouro e outros tit. Elegíveis	5.491	—	—	—	—	—	—	—	5.491
Empr. e adiant. a inst. de crédito*	77.513	748	416	346	111	1	2	(2)	79.135
Empr. e adiant. a clientes	149.221	85.511	124.215	72.622	24.703	8.324	6.230	(3.933)	466.893
Títulos de dívida	122.152	2.707	1.206	345	841	—	3	(3)	127.251
Saldos de compensação	4.936	473	261	454	—	1.301	—	—	7.425
Derivados	89.292	18.827	7.776	505	281	—	—	—	116.681
Outros instrumentos financeiros	604	—	—	29	269	51	—	—	953
	455.330	108.266	133.874	74.301	26.205	9.677	6.235	(3.938)	809.950
Compromissos	112.505	52.279	46.742	18.954	14.577	—	—	—	245.057
Passivo contingente	6.172	7.870	3.453	1.468	883	—	—	—	19.846
Total extra-patrimonial	118.677	60.149	50.195	20.422	15.460	—	—	—	264.903

* Excluindo elementos em cobrança de 3.095 milhões de libras (2006 – 3.471 milhões).

Risco industrial – análise geográfica

A tabela seguinte analisa o activo financeiro por arrendamento de instalações por tipo de indústria.

2007	Grupo					
	Empr. e Adiant. bancos e clientes m£	T. tesouro títulos de dívida e acções de participação m£	Derivados m£	Outros(1) m£	Total m£	Compens. (2) m£
RU						
Governo central e local	4.728	30.285	3.912	—	38.925	1.531
Indústria transformadora	21.083	2.751	4.800	—	28.634	4.032
Construção	12.363	456	741	—	13.560	1.684
Sector financeiro	295.366	106.201	299.867	12.716	714.150	246.428
Indústrias de serviços e actividades	74.399	16.801	4.411	—	95.611	6.687
comerciais	2.570	66	58	—	2.694	104
Agricultura, florestas e pescas	63.715	640	9			
Bens imóveis	69	7	65.331	2.033		
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	73.916	1.795	5	—	75.716	—
Outros	28.747	1.140	15	23	29.925	7
Locações financeiras e crédito a prestações	15.632	131	27	—	15.790	5
Total RU	596.031	161.873	314.805	12.746	1.085.455	262.511
EUA						
Governo central e local	386	23.506	10	212	24.114	—
Indústria transformadora	7.399	608	111	—	8.118	13
Construção	793	96	—	—	889	—
Sector financeiro	69.867	39.049	9.354	3.095	121.365	23.026
Indústrias de serviços e actividades	16.474	2.190	233	1	18.898	18
comerciais	20	4	—	—	24	—
Agricultura, florestas e pescas	6.456	4.089	—	—	10.545	—
Bens imóveis						
Particulares	27.882	—	—	—	27.882	—
Crédito hipotecário à habitação	10.879	—	—	—	10.879	—
Outros	2.228	—	—	—	2.228	—
Locações financeiras e crédito a prestações	1.421	379	—	—	1.800	2
Total EUA	143.805	69.921	9.708	3.308	226.742	23.059
Europa						
Governo central e local	2.371	30.593	132	—	33.096	9
Indústria transformadora	15.159	13	361	—	15.533	214
Construção	4.779	—	13	—	4.792	—
Finance	40.498	42.418	6.285	157	89.358	84.200
Indústrias de serviços e actividades	46.500	540	481	—	47.521	24.648
comerciais	4.650	2	42	—	4.694	—
Agricultura, florestas e pescas	15.768	67	8	—	15.843	—
Bens imóveis						
Particulares	81.557	18	—	—	81.575	—
Crédito hipotecário à habitação	16.292	3.292	—	—	19.584	—
Outros	1.620	—	—	—	1.620	—
Locações financeiras e crédito a prestações	2.872	1.101	—	—	3.973	—
Total Europa	232.066	78.044	7.322	157	317.589	109.071
Resto do Mundo						
Governo central e local	2.592	18.821	94	—	21.507	—
Indústria transformadora	8.078	46	738	—	8.862	—
Construção	825	79	3	—	907	1
Sector financeiro	37.502	16.919	3.797	1.210	59.428	6.059
Indústrias de serviços e actividades	14.449	1.825	661	—	16.935	103
comerciais	1.941	—	—	—	1.941	—
Agricultura, florestas e pescas	2.898	217	28	—	3.143	—
Bens imóveis						
Particulares	1.740	—	—	—	1.740	—
Crédito hipotecário à habitação	12.261	—	—	—	12.261	3
Outros	18	—	254	45	317	—
Locações financeiras e crédito a prestações	945	11	—	—	956	—
Total Resto do Mundo	83.249	37.918	5.575	1.255	127.997	6.166

11 Qualidade do activo *(continuação)*
Risco industrial – análise geográfica

2007	Grupo					
	Empr. e Adiant. bancos e clientes m£	T. tesouro títulos de dívida e acções de participação m£	Derivados m£	Outros(1) m£	Total m£	Compens. (2) m£
Total						
Governo central e local	10.077	103.205	4.148	212	117.642	1.540
Indústria transformadora	51.719	3.418	6.010	—	61.147	4.259
Construção	18.760	631	757	—	20.148	1.685
Sector financeiro	443.233	204.587	319.303	17.178	984.301	359.713
Indústrias de serviços e actividades	151.822	21.356	5.786	1	178.965	31.456
comerciais	9.181	72	100	—	9.353	104
Agricultura, florestas e pescas	88.837	5.013	1.005	7	94.862	2.033
Bens imóveis						
Particulares	185.095	1.813	5	—	186.913	—
Crédito hipotecário à habitação	68.179	4.432	15	23	72.649	10
Outros	19.498	131	281	45	19.955	5
Locações financeiras e crédito a prestações	8.750	3.098	—	—	11.848	2
	1.055.151	347.756	337.410	17.466	1.757.783	400.807

Notas:

(1) Inclui saldos de compensação of £16,589 milhões.

(2) Esta coluna mostra o montante pelo qual a exposição ao risco de crédito do Grupo é reduzida através de acordos, como acordos-quadro de compensação, que dão ao Grupo o direito legal de compensar o activo financeiro por contrapartida de um passivo financeiro devido à mesma contraparte. Além disso, o Grupo detém colaterais relativamente aos empréstimos e adiantamentos individuais a instituições financeiras e a clientes. Estes colaterais incluem hipotecas sobre imóveis (pessoais e comerciais); encargos sobre o activo das actividades, nomeadamente instalações, existências e devedores comerciais; e garantias de empréstimos de partes que não são o mutuário. O Grupo obtém colaterais sob a forma de títulos em operações de compra com acordo de revenda. O caixa e os títulos são referidos como colateral referente às transacções de derivados.

2006	Grupo					
	Empr. e Adiant. bancos e clientes m£	T. tesouro títulos de dívida e acções de participação m£	Derivados m£	Outros(1) m£	Total m£	Compens. (2) m£
RU						
Governo central e local	7.629	28.211	345	1.624	37.809	1.553
Indústria transformadora	15.259	521	915	49	16.744	4.540
Construção	9.667	115	179	3	9.964	1.458
Sector financeiro	128.463	47.274	80.577	2.199	258.513	93.403
Indústrias de serviços e actividades comerciais	57.895	4.330	2.616	769	65.610	5.289
Agricultura, florestas e pescas	2.819	61	3	—	2.883	99
Bens imóveis	51.303	561	646	11	52.521	1.291
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	70.884	—	1	—	70.885	—
Outros	28.594	861	29	58	29.542	61
Locações financeiras e crédito a prestações	14.218	5	—	—	14.223	189
Acréscimos de juros	1.890	62	—	—	1.952	—
Total RU	388.621	82.001	85.311	4.713	560.646	107.883
EUA						
Governo central e local	435	24.013	—	102	24.550	1
Indústria transformadora	3.842	251	157	—	4.250	52
Construção	790	48	12	—	850	—
Sector financeiro	31.785	28.333	29.989	3.495	93.602	26.037
Indústrias de serviços e actividades comerciais	10.678	1.267	168	—	12.113	22
Agricultura, florestas e pescas	64	—	—	—	64	—
Bens imóveis	5.781	—	24	—	5.805	19
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	34.230	—	—	—	34.230	—
Outros	11.643	—	—	—	11.643	—
Locações financeiras e crédito a prestações	2.282	—	—	—	2.282	—
Acréscimos de juros	526	343	—	—	869	2
Total EUA	102.056	54.255	30.350	3.597	190.258	26.133

2006	Grupo					
	Empr. e Adiant. bancos e clientes m£	T. tesouro títulos de dívida e acções de participação m£	Derivados m£	Outros(1) m£	Total m£	Compens. (2) m£
Europa						
Governo central e local	488	423	—	3	914	—
Indústria transformadora	4.067	—	—	—	4.067	—
Construção	2.751	—	—	—	2.751	—
Sector financeiro	6.067	1.938	860	49	8.914	7
Indústrias de serviços e actividades comerciais	9.607	100	7	7	9.721	—
Agricultura, florestas e pescas	469	2	—	—	471	—
Bens imóveis	8.781	21	—	—	8.802	—
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	13.661	—	—	—	13.661	—
Outros	3.774	—	—	—	3.774	—
Locações financeiras e crédito a prestações	1.325	—	—	—	1.325	—
Acréscimos de juros	221	—	—	—	221	—
Total Europa	51.211	2.484	867	59	54.621	7
Resto do Mundo						
Governo central e local	185	921	16	—	1.122	1
Indústria transformadora	129	—	3	—	132	3
Construção	80	—	—	—	80	—
Sector financeiro	6.116	6.652	106	7	12.881	2.271
Indústrias de serviços e actividades comerciais	2.664	2	27	2	2.695	2
Agricultura, florestas e pescas	13	—	—	—	13	—
Bens imóveis	1.250	19	1	—	1.270	—
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	273	—	—	—	273	—
Outros	782	—	—	—	782	—
Locações financeiras e crédito a prestações	10	—	—	—	10	—
Acréscimos de juros	44	—	—	—	44	—
Total Resto do Mundo	11.546	7.594	153	9	19.302	2.277

Total						
Governo central e local	8.737	53.568	361	1.729	64.395	1.555
Indústria transformadora	23.297	772	1.075	49	25.193	4.595
Construção	13.288	163	191	3	13.645	1.458
Sector financeiro	172.431	84.197	111.532	5.750	373.910	121.718
Indústrias de serviços e actividades comerciais	80.844	5.699	2.818	778	90.139	5.313
Agricultura, florestas e pescas	3.365	63	3	—	3.431	99
Bens imóveis	67.115	601	671	11	68.398	1.310
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	119.048	—	1	—	119.049	—
Outros	44.793	861	29	58	45.741	61
Locações financeiras e crédito a prestações	17.835	5	—	—	17.840	189
Acréscimos de juros	2.681	405	—	—	3.086	2
	553.434	146.334	116.681	8.378	824.827	136.300

Notas :

(1) Inclui saldos de compensação of £7,425 milhões.

(2) Esta coluna mostra o montante de redução da exposição ao risco de crédito do Grupo através de acordos como os acordos-quadro de compensação, que dão ao Grupo o direito legal de compensar o activo financeiro por contrapartida do passivo financeiro que é devido à mesma contraparte. Além disso, o Grupo dispõe de colaterais para os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e a clientes. Individualmente. Estes colaterais incluem hipotecas sobre bens imóveis (tanto pessoais como comerciais); encargos sobre imobilizações comerciais, como imobilizações corpóreas; e garantias de empréstimo de outras partes que não o mutuário. O Grupo obtém colaterais sob a forma de títulos em operações de compra com acordo de revenda. E recebe colaterais em numerário e títulos para as transacções de derivados.

12 Activo financeiro em mora e depreciado

A tabela seguinte apresenta o movimento nas provisões para perdas por imparidade para os empréstimos e adiantamentos

	Grupo					
	Avaliados individualmente m£	Avaliados colectivamente m£	Latente m£	Total 2007 m£	2006 m£	2005 m£
Em 1 de Janeiro	697	2.645	593	3.935	3.887	4.174
Implementação da IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005	—	—	—	—	—	(29
Conversão monetária e outros ajustamentos	58	61	18	137	(61)	51
Aquisição de subsidiárias	952	907	351	2.210	—	—
Montantes cancelados (1)	(525)	(1.646)	—	(2.171)	(1.841)	(2.040
Recuperações de montantes anteriormente cancelados	129	261	—	390	215	172
Imputadas à demonstração de resultados	274	1.744	88	2.106	1.877	1.703
Compensação de desconto	(28)	(138)	—	(166)	(142)	(144
	1.557	3.834	1.050	6.441	3.935	3.887

Notas:

(1) Os montantes cancelados incluem 2 milhões de libras em 2005 relacionados com empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito.

(2) As perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2007 incluem 3 milhões de libras relacionados com empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (2006 – 2 milhões de libras ; 2005 – 3 milhões de libras). (3) Não foi feita provisão para perdas por imparidade na empresa

	Grupo		
Perdas por imparidade imputadas à demonstração de resultados	2007 m£.	2006 m£.	2005 m£.
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.106	1.877	1.703
Títulos de dívida	20	--	--
Acções de participação	2		
	22	1	4
	2.128	1.878	1.707

Grupo	2007 m£.	2006 m£.	2005 m£.
ndimento bruto não reconhecido mas que teria sido reconhecido nas condições originais de empréstimos não contabilizados e restruturados			
Nacional	390	370	334
Estrangeiro	155	77	62
	545	447	396
Juros sobre empréstimos não contabilizados e restruturados incluídos no rendimento de juros líquido			
Nacional	165	142	130
Estrangeiro	16	15	14
	181	157	144

A tabela seguinte apresenta a análise dos activos financeiros que sofreram depreciação.

	2007			2006		
Grupo	Custo m£	Provisão m£	V. contab., líquido m£	Custo m£	Provisão m£	V. contab., líquido m£
Activo financeiro depreciado						
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (1)	25	3	22	2	2	--
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2)	10.337	5.388	4.949	6.230	3.340	2.890
Títulos de dívida (1)	5	4	1	3	3	--
Acções de participação (1)	142	70	72	182	85	97

Notas:

(1) Provisões para depreciações avaliadas individualmente

(2) Provisões para depreciações avaliadas individualmente com saldos de 3.178 milhões de libras (2006 – 1.196 milhões de libras).

O Grupo detém colaterais relativamente a certos empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e a clientes que estão em mora ou depreciados. Esses colaterais incluem hipotecas sobre bens imóveis (tanto pessoais como comerciais); encargos sobre imobilizações comerciais, como imobilizações corpóreas e garantias de empréstimo de outras partes que não o mutuário.

A tabela seguinte apresenta o activo financeiro e não financeiro, reconhecido no balanço do Grupo balanço, obtido durante o exercício através da pose de colaterais ou de outras melhorias de crédito.

Grupo	2007 m£.	2006 m£.
Imóveis residenciais	32	12
Outros bens imóveis	8	—
Caixa	18	9
Outros activos	5	3
	63	24

Em geral, o Grupo tenta alienar os bens imóveis e outros activos obtidos através da posse de colaterais que não são facilmente convertíveis em numerário tão rapidamente quanto o Mercado do imóvel o permite.

Os seguintes empréstimos e adiantamentos a clientes estavam em mora na data do balanço mas não eram considerados depreciados:

	Grupo				
	Em mora 1-29 dias m£	Em mora 30-59 dias m£	Em mora 60-89 dias m£	Em mora 90 dias ou more m£	Total m£
2007	8.768	2.745	1.354	369	13.236
2006	6.254	1.300	665	105	8.324

Estes saldos incluem empréstimos e adiantamentos a clientes que estão em mora devido a atrasos administrativos e outros no registo de pagamentos ou na finalização da documentação e outras ocorrências que não estão relacionadas com a qualidade do crédito.

Os empréstimos que foram renegociados nos últimos 12 meses e que de outro modo teriam ficado em mora ou depreciados cifraram-se em 930 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 744 milhões de libras).

13 Derivados

As empresas do Grupo transaccionam derivados de capital, no âmbito da sua actividade de negociação ou para gerir operações cambiais, taxas de juro e risco de crédito.

O Grupo participa em coberturas ao justo valor, coberturas de fluxos de caixa e coberturas de investimentos líquidos em operações estrangeiras. As coberturas ao juro de valor envolvem principalmente swaps de taxas de juro para cobertura do risco da taxa de juro em activo e passivo financeiro reconhecidos. De igual modo, a maioria das coberturas dos fluxos de caixa do Grupo estão relacionadas com a exposição à variabilidade dos pagamentos de juros futuros e recebimentos de transacções previstas e de activo financeiro e passivo financeiro reconhecidos e cobertos por swaps de taxas de juro durante períodos até 25 anos. O Grupo faz a cobertura dos seus investimentos líquidos em operações estrangeiras com empréstimos obtidos em moeda estrangeira e contratos de operações cambiaias a termo.

Para relações de cobertura de fluxos de caixa devido ao risco da taxa de juro os elementos cobertos são fluxos de caixa da taxa de juro variável real e prevista decorrentes do activo financeiro e do passivo financeiro com taxas de juro ligadas à LIBOR, EURIBOR ou à Taxa Bancária Oficial do Banco de Inglaterra. O activo financeiro consiste em empréstimos a clientes e o passivo financeiro em depósitos de clientes e títulos a médio prazo ligados à LIBOR e outros títulos emitidos.

Para as relações de cobertura de fluxos de caixa, a eficácia prospectiva inicial e continua é avaliada comparando os movimentos do justo valor dos fluxos de caixa com taxa de juro previsível altamente provável com os movimentos do justo valor das alterações esperadas dos fluxos de caixa do swap da taxa de juro de cobertura ou comparando as respectivas alterações do valor do preço de um ponto base.

A eficácia prospectiva é medida numa base cumulativa, i.e. ao longo de toda a duração de relação de cobertura. O método de cálculo da ineficácia da cobertura é o método derivado hipotético. A eficácia retrospectiva é avaliada comparando os movimentos reais do justo valor dos fluxos de caixa e os movimentos reais do justo valor dos fluxos de caixa cobertos do swap da taxa de juro ao longo do período até á data da relação de cobertura.

Para as relações de cobertura do justo valor do risco da taxa de juro os elementos cobertos são normalmente empréstimos a grandes empresas a taxa fixa, locações financeiras a taxa fixa, títulos a médio prazo a taxa fixa ou acções preferenciais classificados como dívida. A eficácia prospectiva inicial e contínua das relações de cobertura do justo valor é avaliada numa base cumulativa comparando os movimentos do justo valor do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto com alterações do justo valor do swap da taxa de juro da cobertura ou comparando as respectivas alterações do valor do preço de um ponto base. A eficácia retrospectiva é avaliada comparando os movimentos reais do justo valor dos elementos cobertos atribuíveis ao risco coberto com os movimentos reais do justo valor do derivado de cobertura ao longo do período até à data, da relação de cobertura.

	Grupo					
	Montantes nocionais mm£	Activo m£	Passivo m£	Montantes nocionais mm£	Activo m£	Passivo m£
Contratos sobre taxas de câmbio						
Spot, forwards e futuros	2.134	29.829	29.629	1.158	11.290	11.806
Swaps cambiais	887	14.785	13.789	255	5.023	4.735
Opções compradas	488	13.750	—	361	7.408	—
Opções subscritas	519	—	13.892	364	—	6.646
Contratos de taxas de juro						
Swaps de taxa de juro	24.798	202.478	201.487	12.038	76.671	78.979
Opções compradas	4.084	30.681	—	1.763	10.852	—
Opções subscritas	3.640	—	31.199	1.589	—	10.489
Futuros e forwards	3.164	807	987	1.823	285	328
Derivados de crédito						
Contratos de capital e mercadorias	2.402	34.123	29.855	346	2.336	2.338
	281	10.957	11.222	82	2.816	2.791
		337.410	332.060		116.681	118.112
As rubricas acima incluem derivados detidos para efeitos de cobertura como segue:						
Cobertura ao justo valor:						
Contratos de taxas de câmbio		62	344		--	--
Contratos de taxas de juro		1.598	1.062		804	384
Cobertura de fluxos de caixa:						
Contratos de taxas de câmbio		155	78		41	--
Contratos de taxas de juro		738	1.014		336	451
Cobertura de investimento líquido:						
Contratos de taxas de câmbio		--	211		--	--

A ineficácia da cobertura reconhecida noutro rendimento operacional compreendeu:

	2007 m£.	2006 m£.	2005 m£.
Cobertura do justo valor:			
Ganhos dos elementos cobertos imputáveis ao risco coberto	81	219	56
Perdas resultantes dos instrumentos	(87)	(215)	(80)
Ineficácia justo valor	(6)	4	(24)
Ineficácia da cobertura dos fluxos de caixa	9	4	12
	3	8	(12)

	Empresa					
	2007			2006		
	Montantes nocionais mm£	Activo m£	Passivo m£	Montantes nocionais mm£	Activo m£	Passivo m£
Contratos de taxas de câmbio	13	154	179	1	--	42
Contratos de taxas de juro	1	19	1	--	--	--
		173	179		--	43

As rubricas acima incluem o passivo ligado aos derivados de cobertura ao justo valor no valor de 54 milhões de libras (2006 – zero).

14 Títulos de dívida

2007	Grupo								
	Gov. RU m£	Gov. EUA, Agência estatal e federal m£	Outrosgovernos m£	Entidade patrocinada Gov. EUA m£	Banco e empresas de const. m£	Tít.-garantidos hipotecas(1) m£	Corporate m£	Outro m£	Total m£
Detidos para negociação	9.163	12.791	43.743	18.422	7.830	43.680	35.769	1.246	172.644
Design. justo valor através de lucros ou perdas	2.235	397	101	—	154	330	2.125	435	5.777
	1.030	6.867	33.840	5.830	11.835	23.680	6.505	5.747	95.334
Disponíveis para venda	—	—	1.988	—	—	612	—	72	2.672
	12.428	20.055	79.672	24.252	19.819	68.302	44.399	7.500	276.427
Disponíveis para venda									
Ganhos brutos não realizados	29	14	56	3	12	15	22	1	152
Perdas brutas não realizadas	—	(62)	(276)	(66)	(42)	(115)	(22)	(10)	(593)

2006									
Detidos para negociação	8.122	10.965	13.839	10.065	34	28.658	23.194	315	95.192
Designados ao justo valor através de lucros ou perda	11.730	--	85	--	609	98	2.867	600	5.989
Disponíveis para venda	843	6.234	1.218	6.651	4.584	3.434	2.211	334	25.509
Emprést.concedidos e contas a receber	—	—	—	—	—	—	21	540	561
	10.695	17.199	15.142	16.716	5.227	32.190	28.293	1.789	127.251
Disponíveis para venda									
Ganhos brutos não realizados	--	6	4	1	1	6	12	--	30
Perdas brutas não realizadas	(5)	)88)	(20)	(142)	(8)	(47)	(16)	(13)	(339)

Nota:

(1) Exclui títulos emitidos por organismos federais dosEUA e entidades patrocinadas pelo governo.

As tabelas seguintes analisam por emitente os títulos de dívida do Grupo disponíveis para venda por maturidade remanescente e o rendimento relacionado (baseado nas médias ponderadas).

2007	Dentro de 1 ano		Após 1 mas dentro de 5 anos		Após 5 mas dentro de 10 anos		Após 10 anos		Total	
	Montante m£	Rend. %	Montante m£	Rend. %	Montante m£	Rend. %	Montante m£	Rend. %	Montante m£	Rend. %
Governo do RU	96	4,9	306	5.5	625	4.2	3	5.2	1.030	4.7
Governo EUA, organ.fed. e estatais	99	4,6	167	4.9	1.431	4.2	5.170	5.2	6.867	5.0
Outras entid. governamentais	11.933	3,8	12.515	5.3	7.262	4.0	2.130	4.3	33.840	4.4
Entidade patrocinada governo dos EUA	—	—	—	—	44	5.5	5.786	5.0	5.830	5.0
Banco e empresa de construção	9.023	5,3	1.795	4.4	445	3.3	572	3.8	11.835	5.0
Títulos garantidos por hipotecas (1)	1.069	5,1	4.202	4.5	10.308	3.5	8.101	4.6	23.680	4.1
Corporate	1.616	3,7	3.119	5.3	1.357	4.7	413	4.7	6.505	4.7
Outros	1.603	3,5	1.600	4.2	1.851	4.9	693	5.5	5.747	4.4
Total justo valor	25.439	4,3	23.704	5.0	23.323	3.9	22.868	4.8	95.334	4,5

2006										
Governo do RU	562	5,6	146	5,7	97	5,0	38	4,7	843	5,5
Governo EUA, organ.fed. e estatais	11	4,8	627	4,8	22	4,7	5.574	5,1	6.234	5,1
Outras entid. governamentais	180	2,6	822	3,7	213	1,1	3	3,9	1,218	3,1
Entidade patrocinada governo dos EUA	—	—	140	5,4	368	5,6	6.143	5,0	6.651	5,0
Banco e empresa de construção	2,.27	5,1	1.368	4,8	28	5,4	761	6,9	4.584	5,3
Títulos garantidos por hipotecas (1)	259	5,1	232	5,6	294	5,5	2.649	4,9	3.434	5,0
Corporate	360	3,9	1.256	4,5	413	4,7	182	4,6	2.211	4,4
Outros	188	4,5	135	4,0	11	5,3	—	—	334	4,3
Total justo valor	3.987	4,9	4.726	4,6	1.446	4,6	15.350	5,1	25.509	4,9

Nota :

(1) Exclui os títulos emitidos pelos organismos federais e as entidades patrocinadas pelo governo dos EUA.

As tabelas abaixo apresentam o justo valor dos títulos de dívida disponíveis para venda que estavam em situação de perda não realizada.

	Menos de 12 meses		Mais de 12 meses		Total	
2007	Justo valor m£	Perdas brutas não real. m£	Justo valor m£	Perdas brutas não real. m£	Justo valor m£	Perdas brutas não real. m£
Governo do RU	—	—	114	—	114	—
Governo EUA, organ.fed. e estatais	2.704	38	2.146	24	4.850	62
Outras entid. governamentais	18.802	275	655	1	19.457	276
Entidade patrocinada governo dos EUA	1.133	11	4.190	55	5.323	66
Banco e empresa de construção	715	26	671	16	1.386	42
Títulos garantidos por hipotecas (1)	17.062	68	1.480	47	18.542	115
Corporate	1.053	11	542	11	1.595	22
Outros	1.403	10	—	—	1.403	10
	42.872	439	9.798	154	52.670	593

2006						
Governo do RU	263	5	—	—	263	5
Governo EUA, organ.fed. e estatais	829	10	4.215	78	5.044	88
Outras entidades governamentais	63	3	633	17	696	20
Entidade patrocinada governo dos EUA	1.102	17	5.149	125	6.251	142
Banco e empresa de construção	2.245	3	268	5	2.513	8
Títulos garantidos por hipotecas (1)	624	14	1.440	33	2.064	47
Corporate	827	14	62	2	889	16
Outros	44	13	—	—	44	13
	5.997	79	11.767	260	17.764	339

Nota :
((1) Exclui os títulos emitidos pelos organismos federais e as entidades patrocinadas pelo governo dos EUA .

Com a venda de títulos disponíveis parra venda realizaram-se ganhos brutos de 60 milhões de libras (2006 – 34 milhões de libras) e perdas brutas de 12 milhões de libras (2006 – 19 milhões de libras).

Os juros a receber incluem 2.197 milhões de libras (2006 – 1.559 milhões de libras; 2005 – 1.624 milhões de libras) respeitantes aos títulos de dívida.

15 Acções de participação

	Cotadas m£	Não cotadas m£	Total m£	Cotadas m£	Não cotadas m£	Total m£
Detidas para venda	33.696	3.850	37.546	3.033	5	3.038
Designadas ao justo valor através de lucros e perdas	1.856	6.010	7.866	2.051	559	2.610
Disponíveis para venda	5.622	1.992	7.614	6.367	1.489	7.856
	41.174	11.852	53.026	11.451	2.053	13.504
Disponíveis para venda						
Ganhos brutos não realizados	3.467	130	3.597	4.377	177	4.554
Perdas brutas não realizadas	(3)	(7)	(10)	--	(6)	(6)

Com a venda das acções de participação disponíveis para venda realizaram-se ganhos brutos de 475 milhões de libras (2006 – 357 milhões de libras) e perdas brutas de 9 milhões de libras (2006 – 3 milhões de libras).

O rendimento do dividendo de acções de participação disponíveis para venda foi de 137 milhões de libras (2006 – 92 milhões de libras; 2005 – 108 milhões de libras).

Os investimentos de capital privados do grupo são geralmente não cotados. São detidos para valorização a médio prazo. Em Dezembro de 2007, o Grupo alienou uma parte significativa da sua carteira de acções privadas a fundos de acções privados geridos pelo Grupo.

Os investimentos em acções não cotadas cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são contabilizados ao preço de custo e classificados como activo financeiro disponível para venda. Incluem capital (resgatável ao preço de custo) do Federal Home Loans Bank e do Federal Reserve Bank de 0,5 mil milhões de libras (2006 – 0,8 mil milhões de libras) que as subsidiárias bancárias do Grupo nos EUA são obrigadas a deter; e uma série de pequenas participações individualmente em empresas não cotadas. As alienações no exercício geraram ganhos de 0,5 milhões de libras (2006 – 56 milhões de libras; 2005 – 85 milhões de libras) com base no custo das vendas de 4 milhões de libras (2006 – 14 milhões de libras; 2005 – 17 milhões de libras).

16 Investimentos em empresas do Grupo

Os investimentos em empresas do Grupo são contabilizados ao preço de custo menos depreciação. Os movimentos durante o exercício foram os seguintes:

	Empresa	
	2007 m£	2006 m£
Em 1 de Janeiro	21.784	20.851
Conversão monetária e outros ajustamentos	535	(164
Entradas	17.566	—
Alienações	(6)	—
Investimentos adicionais em empresas do Grupo	3.663	1.097
	43.542	21.784

As principais subsidiárias da empresa estão indicadas abaixo. O seu capital consiste em acções ordinárias e acções preferenciais que não estão cotadas, à excepção de certas acções preferenciais emitidas pelo NatWest, o Royal Bank of Scotland plc, o RBS Insurance Group Limited e o RFS Holdings B.V. são directamente participados a 100% pela empresa, e todas as outras

Subsidiárias são participadas por estas empresas directa, ou indirectamente
através de empresas holding intermediárias. Todas estas subsidiárias estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e têm a data de referência contabilística de 31 de Dezembro

	Natureza da Actividade	País de constit. e principal área de operação	Partic. grupo
The Royal Bank of Scotland p	Bancária	Grã-Bretanha	100%
National Westminster Bank Plc (1)	Bancária	Grã-Bretanha	100%
Citizens Financial Grupo, Inc.	Bancária	EUA	100%
Coutts & Co (2)	Banca privada	Grã-Bretanha	100%
Greenwich Capital Markets, Inc.	Broker dealer	EUA	100%
RBS Insurance Grupo Limited	Insurance	Grã-Bretanha	100%
Ulster Bank Limited (3)	Bancária	Irlanda do Norte	100%
ABN AMRO Bank N.V. (4)	Bancária	Países Baixos	38%

Notas:

(1) As empresa não detém nenhuma das acções preferenciais em emissão do NatWest.

(2) A Coutts & Co é uma sociedade de responsabilidade ilimitada, com domicílio registado em 440 Strand, London WC2R 0QS.

(3) O Ulster Bank Limited e as suas subsidiárias também operam na República da Irlanda.

(4) A RFS Holdings B.V. (RFS) detém 99% das acções em circulação do ABN AMRO Holding N.V. (ABN AMRO). A empresa detém 38% da RFS; as restantes acções são detidas pelo Fortis N.V., Fortis SA/NV, e o Banco Santander S.A. (os bancos do consórcio). Embora a empresa não disponha da maioria dos direitos de voto na RFS, através dos termos do Contrato de Consórcio e Accionistas e dos Estatutos da RFS controla o Conselho da RFS e a RFS é uma subsidiária da empresa. O capital e os direitos ao rendimento das acções emitidas pela RFS estão ligados ao activo líquido e ao rendimento das unidades empresariais do ABN AMRO que os Bancos do Consórcio individualmente concordaram em adquirir

A informação acima é dada em relação é dada em relação às principais empresas relacionadas conforme permitido pela Secção 231(5) da Lei sobre as Empresas de 1985. O relatório anual entregue à Conservatória do Registo Comercial da Escócia inclui informações completas sobre todas as empresas relacionadas.

17 Imobilizações incorpóreas

2007	Grupo				
	Goodwill m£	Imob. incorp dep. m£	Outras imob inc Compr. m£	Software gerad nternamente m£	Total m£
Custo:	17.889	265	275	2.642	21.071
Em 1 de Janeiro de 2007	1.199	98	136	48	1.481
Conversão cambial e outros ajustamentos	23.321	1.842	2.452	717	28.332
Aquisição de subsidiárias	—	—	6	481	487
Entradas	(40)	—	—	—	(40)
Imparidade do "goodwill"	—	—	(3)	(84)	(87)
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado					
Em 31 de Dezembro de 2007	42.369	2.205	2.866	3.804	51.244
Amortização acumulada:					
Em 1 de Janeiro de 2007	--	127	97	1.943	2.167
Conversão cambial e outros ajustamentos	--	1	3	3	7
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado	--	--	(1)	(80)	(81)
Dotação para o exercício	--	110	124	425	659
Em 31 de Dezembro de 2007	--	238	223	2.291	2.752
Valor residual em 31 de Dezembro de 2007	42.369	1.967	2.643	1.513	48.492

2006					
Custo:					
Em 1 De Janeiro de 2006	18.823	299	325	2.294	21.741
Conversão monetária e outros ajustamento	(924)	(34)	(47)	(1)	(1.006)
Adições	—	—	19	382	401
Alienação de subsidiárias	(10)	—	(1)	—	(11)
Alienações e eliminação de activo totalmente amortizado	—	—	(21)	(33)	(54)
Em 31 de Dezembro de 2006	17.889	265	275	2.642	21.071

Amortização acumulada:					
Em 1 De Janeiro de 2006	—	85	64	1,660	1,809
Conversão monetária e outros ajustamentos	—	(12)	(7)	—	(19)
Alienações e eliminação de activo totalmente amortizado	—	—	—	(8)	(8)
Dotação para o exercício	—	54	40	291	385
Em 31 de Dezembro de 2006	—	127	97	1,943	2,167
Valor residual em 31 de Dezembro de 2006	17.889	138	178	699	18.904

Análise da imparidade

O goodwill do Grupo adquirido em combinações de negócios é analisado anualmente em 30 Setembro quanto a imparidades, comparando o montante recuperável de cada unidade geradora de caixa (CGU) a que o goodwill foi atribuído com o seu valor contabilístico.

O Grupo reconheceu goodwill no valor de 23,3 mil milhões de libras na sequência da atribuição preliminar do justo valor desde a aquisição do ABN AMRO em 17 de Outubro de 2007 (Nota 35). Os acontecimentos subsequentes não afectaram significativamente os pressupostos e estimativas que estão na base da decisão de investimento do consórcio e por isso o Grupo concluiu que o goodwill reconhecido não sofreu depreciação em 31 de Dezembro de 2007.

Outras CGUs em que o goodwill é significativo foram os seguintes:

		Goodwill em 30 de Setembro	
	Montante recuperável baseado no:	2007 m£	2006 m£
Global Banking & Markets	Justo valor menos custos de venda	2.346	2.341
UK Corporate Banking	Justo valor menos custos de venda	1.630	1.630
Retalho	Justo valor menos custos de venda	4.278	4.365
Wealth Management	Justo valor menos custos de venda	1.100	1.105
RBS Insurance	Justo valor menos custos de venda	1.064	1.069
Citizens – Retail Banking	Valor de uso	2.067	—
Citizens – Banca Comercial	Valor de uso	2.274	—
Citizens – Consumer Serviços financeiros	Valor de uso	1.701	—
Citizens – Midstates	Valor de uso	—	5.598

Os montantes recuperáveis para todas as CGUs, exceptuando o Citizens basearam-se no justo valor menos custos de venda. O justo valor baseou-se numa metodologia de preço-ganhos, utilizando os ganhos correntes para cada unidade. A cada unidade aplicaram-se múltiplos de ganhos de preços aproximados validados através de informação de analistas independentes. Os múltiplos utilizados tanto para 2007 como para 2006 situavam-se entre 9,5 – 13,0 vezes os ganhos após imputação dos custos de Manufacturing.

O goodwill atribuído às divisões de Global Banking & Markets, UK Corporate Banking, Retail e Wealth Management resultou principalmente da aquisição do NatWest em 2000. O montante recuperável destas unidades geradoras de caixas excede o seu valor contabilístico em mais de 15 mil milhões de libras. O goodwill atribuído ao RBS Insurance resultou principalmente da aquisição do Churchill em 2003. O montante recuperável para o RBS Insurance excede o valor contabilístico em mais de 1,5 mil milhões de libras. Os múltiplos ou ganhos teriam de ser inferiores a um terço dos utilizados para que o valor de uso das unidades fosse equivalente ao seu valor contabilístico.

Novos desenvolvimentos das actividades do Grupo nos EUA levaram à segmentação em divisões numa base de produtos em vez da base geográfica utilizada em 2006.

O montante recuperável baseou-se numa metodologia do valor de uso utilizando as previsões da gestão até 2012 (2006 – 2014). Foi utilizada uma taxa de crescimento terminal de 5% (2006 – 5%) e uma taxa de desconto de 11% (2006 – 10%). O valor recuperável do Citizens ultrapassa o seu valor contabilístico em mais de 5 mil milhões de dólares. A taxa de crescimento do lucro teria de ser aproximadamente metade da taxa projectada para que o valor se equiparasse ao seu valor contabilístico.

18 Imobilizações corpóreas

	Grupo						
2007	Bens invest. m£	Instal. Empresas m£	Instal.g arrendadas longo prazo m£	Instal. Arrend. c.prazo m£	Comput. e outros equipment m£	Activo loc operac m£	Total m£
Custo ou avaliação:							
Em 1 de Janeiro de 2007	4.885	2.579	310	1.254	3.069	11.589	23.686
Conversão monetária e outros ajustamentos	96	65	1	11	12	(10)	175
Aquisição de subsidiárias	—	955	—	157	191	202	1.505
Reclassificações	3	(4)	3	1	(3)	—	—
Entradas	450	592	34	309	857	2.791	5.033
Transferências para grupos para alienações	—	(4)	(13)	—	—	(422)	(439)
Custo dos bens de investimento	41	—	—	—	—	—	41
Alteração do justo valor dos bens do investimento	288	—	—	—	—	—	288
Alienações e anulação de activo totalmente depreciado	(2.332)	(533)	(120)	(44)	(197)	(2.713)	(5.939)
Em 31 de Dezembro de 2007	3.431	3.650	215	1.688	3.929	11.437	24.350
Depreciação e amortização acumuladas							
Em 1 de Janeiro de 2007	--	446	96	374	1.670	2.680	5.266
Conversão monetária e outros ajustamentos	--	(4)	--	(1)	(1)	2	(4)
Transferências para grupos para alienações	--	--	--	--	--	(52)	(52)
Reclassificações	--	(2)	2	--	--	--	--
Alienações e anulação de activo totalmente depreciado	--	(122)	(32)	(25)	(132)	(610)	(921)
Dotação para o exercício	--	73	8	88	415	727	1.311
Em 31 de Dezembro de 2007	--	391	74	436	1.952	2.747	5.600
Valor residual em 31 de Dezembro de 2007	3.431	3.259	141	1.252	1.977	8.690	18.750

2006							
Custo ou avaliação:							
Em 1 de Janeiro de 2006	4.347	2.681	338	1.045	3.310	11.569	23.290
Conversão monetária e outros ajustamentos	14	(38)	(1)	(29)	(98)	(587)	(739)
Reclassificações	--	(6)	(9)	12	--	3	--
Entradas	632	295	26	266	553	2.551	4.323
Custo dos bens de investimento	16	—	—	—	—	—	16
Alteração do justo valor dos bens do investimento	486	—	—	—	—	—	486
Alienações de subsidiárias	—	—	—	—	(3)	—	(3)
Em 31 de Dezembro de 2006	4.885	2.579	310	1.254	3.069	11.589	23.686
Depreciação e amortização acumuladas							
Em 1 de Janeiro de 2006	—	390	121	319	1.891	2.516	5.237
Conversão monetária e outros ajustamentos	—	(2)	—	(11)	(41)	(95)	(149)
Reclassificações	—	4	(7)	3	—	—	—
Alienações e anulação de activo totalmente depreciado	—	(5)	(26)	(15)	(539)	(528)	(1.113)
Alienações de subsidiárias	—	—	—	—	(2)	—	(2)
Dotação para o exercício	—	59	8	78	361	787	1.293
Em 31 de Dezembro de 2006	—	446	96	374	1.670	2.680	5.266
Valor residual em 31 de Dezembro de 2006	4.885	2.133	214	880	1.399	8.909	18.420

	2007 m£.	2006 m£.
Contratos para futuras despesas de capital não previstas nas contas no fim do exercício (excluindo os bens de investimento e activo em locações operacionais)	201	117
Obrigações contratuais de compra, construção ou desenvolvimento de bens de investimento ou de reparação, manutenção ou valorização de bens de investimento	9	6
Imobilizações corpóreas dados como garantia	935	1.222

Os bens de investimento são avaliados de modo a reflectirem o justo valor, ou seja, o valor de mercado da participação do Grupo na data de reporte, excluindo quaisquer termos ou circunstâncias especiais relacionados com o uso ou financiamento do bem e os custos de transacção que seriam incorridos com a venda. Os dados do mercado observáveis, como o rendimento das rendas, o custo de substituição e a vida útil, reflectem relativamente poucas transações em que estejam envolvidos bens que não são necessariamente idênticos aos bens detidos pelo Grupo.

As avaliações são efectuadas por inspectores que são membros do Royal Institution of Chartered Surveyors, ou um organismo estrangeiro equivalente. A avaliação de 31 de Dezembro de 2007 para uma maioria significativa dos bens de investimento do Grupo foi realizada por avaliadores externos.

O justo valor dos bens de investimento inclui 234 milhões de libras (2006 – 451 milhões) de valorização desde a aquisição.

O rendimento das rendas dos bens de investimento foi de 300 milhões de libras (2006 – 278 milhões de libras; 2005 – 250 milhões de libras). As despesas operacionais directas dos bens de investimento ascenderam a 49 milhões de libras (2006 – 54 milhões de libras; 2005 – 61 milhões de libras).

As imobilizações corpóreas, excluindo os bens de investimento, incluem 717 milhões (2006 – 607 milhões de libras) de activo durante a construção.

Os bens próprios e arrendados com um valor contabilístico líquido de 451 milhões (2006 – 164 milhões de libras; 2005 – 63 milhões de libras) foram vendidos mediante locações operacionais.

	Grupo		Empresa	
	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£
Pré-pagamentos	2.187	946	—	—
Rendimento acrescido	1.214	668	—	—
Despesas diferidas	385	367	—	—
Activo fiscal diferido	2.944	156	—	3
Planos de pensões com excedente líquido	836	—	—	—
Outros activos	11.500	5.999	127	—
	19.066	8.136	127	3

20 Saldos de compensação e posições curtas

	Grupo	
	2007 m£	2006 m£
Saldos de compensação (custo amortizado)	17.520	5.667
Posições curtas (detidas para negociação):		
Títulos de dívida – Governo	40.376	36.901
– Outros emitentes	25.310	5.843
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis	672	654
Acções de participação	7.143	411
	91.021	49.476

21 Contas de regularização do passivo

	Grupo		Empresa	
	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£
Notas em circulação	1.545	1.453	—	—
Impostos correntes	1.630	789	—	—
Acréscimos	8.193	4.412	—	—
Rendimento diferido	6.289	3.377	—	—
Outras rubricas do passivo (1)	16.367	5.629	8	15
	34.024	15.660	8	15

Nota:
(1) Outras rubricas do passivo incluem 9 milhões de libras (2006 – £10 milhões) referentes a incentivos baseados em acções.

	Grupo
	m£
Em 1 de Janeiro de 2007	200
Conversão cambial e outros movimentos	(5)
Aquisição de subsidiárias	39
Imputação à demonstração de resultados	184
Transferências para a demonstração de resultados	(39)
Provisões utilizada	(211)
Em 31 de Dezembro de 2007	168

Nota:
(1) Inclui as provisões para imóveis e outras provisões efectuadas no decurso normal da actividade

22 Impostos diferidos

Foi constituída uma provisão para impostos diferidos como segue:

	Grupo		Empresa	
	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£
Obrigações fiscais diferidas	5.510	3.264	3	—
Activo de impostos futuros (incluído em contas de regularização do activo, Nota 19)	(2.944)	(156)	—	(3
	2.566	3.108	3	(3

	Grupo										
	Pensão	Dot. capital Aceler. m£	Provisões m£	Ganhos dif. m£	Transição IAS m£	Justo valor de Instr. financ. m£	Incorp. m£	Cobert. fluxos caixa m£	Perdas fiscais Exerc. Ant. m£	Outros m£	Total m£
Em 1 de Janeiro de 2006	(1.182)	3.653	(664)	121	(327)	(108)	148	(45)	--	(67)	1.539
Imput. à demonstr. de resultados	57	254	360	131	(365)	(34)	127	(1)	--	(39)	499
Imput. directamente ao capital próprio	519	--	--	666	(2)	2	--	(41)	--	(14)	1.130
Outros	(22)	(89)	20	4	25	8	(20)	(10)	--	24	(60)
Em 1 de Janeiro de 2007	(628)	3.818	(284)	922	(669)	(132)	255	(97)	--	(77)	3.108
Aquisição / (alienações) de subsidiárias	(35)	(284)	(539)	50	--	(184)	1.076	--	(867)	83	(700)
Imput. demonstração de resultados	43	(138)	(44)	(141)	46	72	(65)	(48)	(57)	99	(233)
Imput. direct. capital próprio	660	--	--	(187)	--	17	--	(107)	--	43	426
Outros	(2)	(12)	(19)	(38)	4	(6)	28	--	20	(10)	(35)
Em 31 de Dezembro de 2007	38	3.384	(886)	606	(619)	(233)	1.294	(252)	(904)	138	2.566

	Empresa
	m£
Em 1 de Janeiro de 2006, 31 de Dezembro de 2006 e 1 de Janeiro de 2007	(3)
Imputação directamente ao capital próprio	6
Em 31 de Dezembro de 2007	3

* Tudo relacionado com coberturas.

Notas:

(1) Não foram reconhecidos activos fiscais diferidos of 687 milhões de dólares (2006 – 86 milhões de libras) relativamente às perdas fiscais transitadas de anos anteriores no valor de 43 milhões de libras (2006 – 254 milhões de libras) por não se considerar provável que surjam lucros tributáveis para os quais poderiam ser utilizados. Dessas perdas, 75 milhões de libras expirarão dentro de um ano, 238 milhões dentro de cinco anos 1.376 milhões posteriormente. O saldo de perdas fiscais transitadas não tem limite de tempo.

(2) Não foram reconhecidos passivos fiscais diferidos de 977 milhões de libras (2006 – 649 milhões de libras) relativamente aos ganhos retidos de subsidiárias no estrangeiro e ganhos pendentes da incorporação de sucursais estrangeiras. Espera-se que sejam os ganhos de subsidiárias estrangeiras sejam infinitamente reinvestidos ou remetidos para o RU sem mais impostos.

Não são de esperar impostos no futuro previsível relativamente aos ganhos pendentes.

23 Passivo de seguros

	Grupo	
	2007 m£	2006 m£
Actividade de seguros de vida:		
Contratos de seguro de capital variável	364	379
Outros contratos de seguro de capital variável	4.034	1.334
Outros contratos de seguro	298	496
	4.696	2.209
Actividade de seguros gerais	5.466	5.247
	10.162	7.456

Actividade de seguros gerais

(i) Reclamações e despesas de ajustamentos de perdas

	Grupo		
	Bruto m£	Resseguro m£	Lq. m£
Reclamações notificadas	3.465	(208)	3.257
Incorridas mas não reportadas	1.448	(140)	1.308
Em 1 de Janeiro de 2006	4.913	(348)	4.565
Pag. de caixa para liquidação de reclamações durante o exercício	(3.687)	106	(3.581)
Aumento / (diminuição) do passivo			
– resultante de das reclamações do exercício corrente	4.267	(53)	4.214
– resultante de reclamações do ano anterior	(242)	4	(238)
Diferenças cambiais líquidas	(4)	--	(4)
Em 31 de Dezembro de 2006	5.247	(291)	4.956
Reclamações notificadas	3.735	(205)	3.530
Incorridas mas não reportadas	1.512	(86)	1.426
Em 1 de Janeiro de 2007	5.247	(291)	4.956
Pagamentos de caixa para liquidação de reclamações durante o exercício	(3.876)	94	(3.782)
Aumento/(diminuição) do passivo			
– resultante das reclamações do exercício corrente	4.643	(49)	4.594
– resultante de reclamações do exercício anterior	(573)	(20)	(593)
Diferenças cambiais líquidas	25	3	28
Em 31 de Dezembro 2007	5.466	(263)	5.203
Reclamações notificadas	3.894	(264)	3.630
Incorridas mas não reportadas	1.572	1	1.573
Em 31 de Dezembro 2007	5.466	(263)	5.203

(ii) Provisões para prémios não recebidos e riscos de seguros a curto prazo não expirados

	Grupo		
Provisão para prémios não recebidos	Bruto m£	Resseguro m£	Lq. m£
Em 1 de Janeiro de 2006	2.883	(27)	2.856
Aumento no exercício	—	(16)	(16)
Transferência no exercício	(33)	—	(33)
Em 1 de Janeiro de 2007	2.850	(43)	2.807
Transferência no exercício	(98)	2	(96)
Em 31 de Dezembro 2007	2.752	(41)	2.711

Desempenho bruto da actividade de seguros de vida (contractos de seguro de vida)	Grupo 2007 m£	Grupo 2006 m£
Activo líquido inicial	579	707
Transferência para fundos dos accionistas	—	(185
Lucro das actividades existentes:		
Retorno esperado	35	26
Variâncias de experiência	(23)	(3
	12	23
Contribuição nova actividade (1)	5	12
Alterações dos pressupostos operacionais	6	5
Variâncias do retorno do investimento	(14)	1
Alterações dos pressupostos económicos	—	(1
Outras	16	17
Activo líquido final	604	579

(1) A contribuição da nova actividade representa o valor actual dos futuros lucros da nova actividade de contratos de seguro subscritos durante o exercício

Desempenho bruto da actividade de seguros de vida (contractos de seguro de vida)	Grupo Contratos de seg vida m£	Grupo Contratos Invst. m£
Em 1 de Janeiro de 2006	2.299	2.296
Prémios recebidos	588	83
Taxas e despesas	(30)	(19)
Retorno do investimento	235	182
Ajustamentos actuariais	(454)	--
Saldos de contas pagos por resgate e outros cancelamentos durante o exercício	(429)	(296)
Em 1 de Janeiro de 2007	2.209	2.246
Aquisição de subsidiárias	2.275	3.245
Prémios recebidos	784	140
Taxas e despesas	(30)	(25)
Retorno do investimento	251	93
Ajustamentos actuariais	(493)	--
Saldos de contas pagos por resgate e outros cancelamentos durante o exercício	(468)	(320)
Ajustamentos cambiais e outros ajustamentos	168	176
Em 31 de Dezembro de 2007	4.696	5.555

Os contratos de investimento são apresentados nos depósitos de clientes.
As alterações dos pressupostos durante o exercício não foram directamente relevantes para o lucro reconhecido.

Passivo ligado a garantias de activo	Grupo 2007 m£	Grupo 2007 m£
Títulos de dívida	2.899	1.540
Títulos de participação	6.863	2.243
Caixa e equivalentes de caixa	68	76
O passivo associado consiste em:		
Contratos de capital variável classificados como contratos de seguro	4.398	1.713
Contratos de capital variável classificados como contratos de investimento	5.432	2.146

Não existem opções e garantias relacionadas com contratos de seguro de vida que globalmente podem ter um efeito relevante no valor, no calendário e na incerteza dos fluxos de caixa futuros do Grupo.

24 Passivo subordinado

	Grupo		Empresa	
	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£
Capital emprestado a prazo fixo	23.065	13.772	5.585	5.531
Capital emprestado sem prazo fixo	9.866	9.555	781	834
Acções preferenciais	1.686	2.277	1.377	1.829
Trust preferred securities	3.362	2.050	—	—
	37.979	27.654	7.743	8.194

Certas acções preferenciais emitidas pela empresa são classificadas como passivo; estes títulos continuam a estar sujeitos às regras de conservação do capital contidas na Lei sobre as Empresas de 1985.

As tabelas seguintes analisam o prazo de vencimento residual do passivo subordinado por (1) a data de resgate final; e (2) a próxima data de resgate.

	Grupo						
2007 – resgate final	2008 m£	2009 m£	2010-2012 m£	2013-2017 m£	Depois 2017 m£	Perpétuo m£	Total m£
Libra esterlina	194	—	34	1.405	389	5.818	7.840
Dólar dos EUA	874	1.505	620	5.477	743	3.985	13.204
Euro	764	1.312	1.405	5.711	1.674	3.164	14.030
Outras	35	—	6	2.076	325	463	2.905
Total	1.867	2.817	2.065	14.669	3.131	13.430	37.979

	Grupo							
2007 – data de resgate	Nesta data m£	2008 m£	2009 m£	2010-2012 m£	2013-2017 m£	Depois 2017 m£	Perpétuo m£	Total m£
Libra esterlina	—	194	—	1.497	2.456	3.527	166	7.840
Dólar dos EUA	1.347	1.463	2.550	4.485	1.678	1.681	—	13.204
Euro	—	1.612	1.685	4.992	5.091	611	39	14.030
Outras	—	35	431	843	1.468	128	—	2.905
Total	1.347	3.304	4.666	11.817	10.693	5.947	205	37.979

	Grupo						
2006 – resgate final	2007 m£	2008 m£	2009-2011 m£	2012-2016 m£	Depois 2016r m£	Perpétuo m£	Total m£
Libra esterlina	352	—	—	772	391	5.960	7.475
Dólar dos EUA	112	87	1.123	3.938	229	4.893	10.382
Euro	187	173	955	2.656	1.578	2.381	7.930
Outras	24	—	—	984	445	414	1.867
Total	675	260	2.078	8.350	2.643	13.648	27.654

	Grupo							
2006 – data de resgate	Nesta data m£	2007 m£	2008 m£	2009–2011 m£	2012–2016 m£	Depois 2016 m£	Perpétuo m£	Total m£
Libra esterlina	—	502	—	1.103	2.161	3.543	166	7.475
Dólar dos EUA	1.843	1.200	469	3.835	1.859	1.176	—	10.382
Euro	—	274	948	1.634	4.473	565	36	7.930
Outras	—	24	—	701	1.043	99	—	1.867
Total	1.843	2.000	1.417	7.273	9.536	5.383	202	27.654

	Empresa						
	2008	2009	2010-2012	2013-2017	Depois 2017	Perpétuo	Total
2007 – resgate final	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£
Libra esterlina	13	—	—	—	399	199	611
Dólar dos EUA	61	199	148	1.204	2.259	1.935	5.806
Euro	45	—	—	—	1.281	—	1.326
Total	119	199	148	1.204	3.939	2.134	7.743

	Empresa							
	Nesta data	2008	2009	2010-2012	2013-2017	Depois 2017	Perpétuo	Total
2007 – data de resgate	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£
Libra esterlina	—	13	—	198	399	—	1	611
Dólar dos EUA	425	435	620	643	2.594	1.089	—	5.806
Euro	—	45	—	914	367	—	—	1.326
Total	425	493	620	1.755	3.360	1.089	1	7.743

	Empresa						
	2007	2008	2009-2011	2012-2016	Depois 2016	Perpétuo	Total
2006 – resgate final	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£
Libra esterlina	—	—	—	—	399	199	598
Dólar dos EUA	63	—	355	1.227	2.301	2.440	6.386
Euro	41	—	—	—	1.169	—	1.210
Total	104	—	355	1.227	3.869	2.639	8.194

	Empresa							
	Nesta data	2007	2008	2009–2011	2012–2016	Depois 2016	Perpétuo	Total
2006 – data de resgate	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£
Libra esterlina	—	—	—	198	—	399	1	598
Dólar dos EUA	762	203	380	1.287	2.643	1.111	—	6.386
Euro	—	41	—	—	1.169	—	—	1.210
Total	762	244	380	1.485	3.812	1.510	1	8.194

24 Passivo subordinado *(continuação)*
Capital emprestado a prazo fixo

	2007 m£	2006 m£
A empresa		
400 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2009 - 6,4% (1)	202	206
300 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2011 - 6,375 (1)	163	163
750 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2013 - 5% (1)	382	375
750 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2014 - 5% (1)	386	373
250 milhões de dólares dos EUA 5% títulos subordinados 2014 - 5% (1)	123	125
675 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2015 - 5,05% (1)	357	351
350 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2018 - 4,7% (1)	173	169
The Royal Bank of Scotland plc	1,786*	1,762*
50 milhões de libras 8,375% títulos subordinados 2007 (resgatados Janeiro de 2007)		
255 milhões de libras 5,25% títulos subordinados 2008	—	162
300 milhões de euros 4,875% títulos subordinados 2009	192	177
350 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados a taxa variável 2012 (resgatados Julho 2007)	228	212
500 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados a taxa variável 2012 (resgatados Julho 2007)	—	184
130 milhões de euros títulos subordinados a taxa variável 2012 (resgatados Julho 2007)	—	254
1,000 milhões de euros títulos subordinados a taxa variável 2013 (resgatáveis Outubro 2008)	—	88
50 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados a taxa variável 2013	744	677
1.000 milhões de euros 6% títulos subordinados 2013	26	25
500 milhões de euros 6% títulos subordinados 2013	790	745
150 milhões de libras 10,5% obrigações subordinadas 2013 (2)	374	342
1.250 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados a taxa variável 2014 (resgatáveis Julho 2009)	169	168
590 milhões de dólares australianos 6% títulos subordinados 2014 (resgatáveis Outubro 2009)	630	643
410 milhões dólares australianos títulos subordinados a taxa variável 2014 (resgatáveis Outubro 2009)	254	235
700 milhões de dólares canadianos títulos subordinados 2015 - 4,25% (resgatáveis Março 2010)	182	167
250 milhões de libras 9,625% obrigações subordinadas 2015	358	307
750 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados a taxa variável 2015 (resgatáveis Setembro 2010)	286	287
750 milhões de euros títulos subordinados a taxa variável 2015	374	381
400 milhões de francos suíços títulos subordinados 2015 - 2,375%	564	531
100 milhões de francos suíços títulos subordinados 2015 - 2,375%	166	160
200 milhões de francos suíços títulos subordinados 2015 - 2,375%	41	43
500 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados a taxa variável 2016 (resgatáveis Outubro 2011)	86	81
1.500 milhões de dólares títulos subordinados a taxa variável 2016 (resgatáveis Abril 2011)	252	257
500 milhões de euros subordinados 2016 - 4.5% (resgatáveis Janeiro de 2011)	757	773
200 milhões de francos suíços 2,75% títulos subordinados 2017 (resgatáveis Dezembro 2012)	379	350
100 milhões de euros títulos subordinados a taxa variável 2017	89	84
500 milhões de euros títulos subordinados a taxa variável 2017 (resgatáveis Junho 2012)	73	67
750 milhões de euros títulos subordinados 2017 - 4,35% (resgatáveis Outubro 2017)	371	337
450 milhões de dólares australianos títulos subordinados 2017 - 6,5% (resgatáveis Fevereiro 2012)	548	502
450 milhões de dólares australianos títulos subordinados a taxa variável 2017 (resgatáveis Fevereiro 2012)	202	184
1.500 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados taxa variável resgatáveis *step up* vencimento Agosto 2017 (emitidos Maio 2007; resgatáveis Agosto 2012)	199	182
125,6 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados a taxa variável 2020	752	—
1.000 milhões de euros títulos subordinados 2021 - 4.625% (resgatáveis Setembro 2016)	64	65
300 milhões euros títulos CMS subord. capital variável a taxa variável venc. Junho 2022 (emitidos Junho 2007)	724	687
	228	—
National Westminster Bank Plc		
1.000 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2009 - 7.375%	507	516
600 milhões de euros títulos subordinados 2010 - 6%	474	440
500 milhões de euros títulos subordinados 2011	376	343
300 milhões de libras 7,875% títulos subordinados 2015 - 5,125%	349	350
300 milhões de libras títulos subordinados 2021 - 6,5%	330	332
Charter One Financial, Inc		
400 milhões de dólares dos EUA títulos subordinados 2012 - 6,375%	212	218
Greenwich Capital Holdings, Inc		
500 milhões de dólares dos EUA títulos empréstimo capital 2010 subordinados taxa variável (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros)	249	256
170 milhões de dólares dos EUA títulos empréstimo capital subordinados a taxa variável 2008	85	87
100 milhões de dólares dos EUA crédito *revolving* sénior subordinado 2009 - 5,575% (emitidos Junho 2007)	50	—
First Active Plc		
35 milhões obrigações subordinadas 2012 - 7,24% (resgatadas Dezembro 2007)	—	22
60 milhões de libras obrigações subordinadas 2018 - 6,375% (resgatáveis Abril 2013)	65	65
Outras emissões subordinadas de participações minoritárias	16	24
ABN AMRO e subsidiárias		
113 milhões de euros títulos subordinados 2008 - 7,50%	83	—
182 milhões de euros títulos subordinados 2009 - 6,00%	132	—
€182 milhões 6,13% títulos subordinados 2009	127	—

Capital emprestado a prazo fixo *(continuação)*

	2007 m£	2006 m£
1.150 milhões de euros títulos subordinados 2009 - 4.,3%	848	—
250 milhões de euros títulos subordinados CMS linked 2019 – 4,70%	131	—
800 milhões de euros títulos subordinados 2010 - 6.25%	598	—
100 milhões de euros títulos subordinados *flip flop Bermudan* resgat. 2017 - 5.13% (resg. Dezembro 2012)	75	—
500 milhões de euros tit. subordinados Bermudan resgat. taxa variável lower tier 2 2018 (resg. Maio 2013)	350	—
1.000 milhões de euros tit. subordinados Bermudan resg. Taxa variável lower tier 2 2016 (resg. Setembro 2011)	710	—
13 milhões de euros títulos subordinados zero cupão 2029 (resgat. Junho 2009)	2	—
82 milhões de euros títulos subordinados a taxa variável 2017	55	—
103 milhões de euros tit. subordinados lower tier 2 taxa variável 2020	68	—
170 milhões de euros títulos subordinados sinkable taxa variável 2041	184	—
15 milhões de euros títulos subordinados CMS linked taxa variável lower tier 2 2020	11	—
1.500 milhões de euros tit. subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 2015 (resg. Junho 2010)	1,087	—
5 milhões de euros títulos subordin.Bermudan lower tier 2 2015 taxa variável (rsgat. Outubro 2010)	4	—
65 milhões de euros títulos subordinados Bermudan lower tier 2 2015 (resgatáveis Outubro 2010)	48	—
12 milhões de dólares americanos títulos subordinados a taxa variável 2008	6	—
12 milhões de dólares americanos títulos subordinados a taxa variável 2008	6	—
165 milhões de dólares americanos títulos subordinados 2019- 6,14%	94	—
72 milhões de dólares americanos títulos subordinados 2019 – 5,98%	7	—
500 milhões de dólares americanos títulos subordinados 2018 4,65%	214	—
500 milhões de dólares americanos títulos subordinados Bermudan taxa variável 2013 (resgatáveis Setembro 2008)	232	—
1.500 milhões de dólares americanos títulos subordinados Bermudan 2015 taxa variável (resgatáveis Março 2010)	717	—
100 milhões de dólares americanos títulos subordinados Bermudan– taxa variável lower tier 2 2015 (resgatáveis Outubro	50	—
2010)	18	—
36 milhões de dólares americanos títulos subord. Bermudan taxa variável lower tier 2 2015 (resgatáveis Outubro 2010)	479	—
1.000 milhões de dólares americanos títulos subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 2017 (resgatáveis Janeiro de	231	—
2012)	73	—
575 milhões de dólares australianos títulos subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 notas 2018 (resg. Maio 2013) -	20	—
6.50%	6	—
175 milhões dólares australianos 7.46% títulos subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 2018 (resg. Maio 2013)	190	—
26 milhões de euros títulos subordinados 2016 – 7,2%	9	—
7 milhões de euros títulos subordinados 2016 -	19	—
256 milhões de euros títulos subordinados 2008 – 5,25%	15	—
13 milhões de euros títulos subordinados a taxa variável 2008	642	—
42 milhões de libras títulos subordinados 2010 – 8,18%	127	—
25 milhões de libras Tit.. subord., amortiz. MTN lower tier 2 2011– 9,18%	76	—
750 milhões de libras títulos subordinados Bermudan resgat. upper tier 2 2016 - 5%	127	—
250 milhões de dólares americanos títulos subordinados 2023 – 7,75%	34	—
150 milhões de dólares americanos títulos subordinados 2093 – 7,13%	6	—
250 milhões de dólares americanos títulos subordinados 2008 – 7,00%	14	—
68 milhões de dólares americanos títulos subordinados a taxa variável 2009	71	—
12 milhões de dólares americanos títulos subordinados a taxa variável 2009	71	—
50 milhões de reais brasileiros títulos subordinados a taxa variável 2013	251	—
250 milhões de reais brasileiros títulos subordinados a taxa variável 2013	85	—
BRL250 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014	6	—
BRL885 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014	30	—
BRL300 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014	25	—
PKR0.80 milhões títulos subordinados a taxa variável 2012		
MYR200 milhões títulos subordinados 2017		
TRY60 milhões títulos subordinados		
	23,065	13,772

* Além disso, a empresa emitiu 0,5 milhões de títulos de empréstimo subordinados no valor de 1.000 libras cada, 1,95 milhões de títulos de empréstimo subordinados no valor de 1.000 dólares americanos cada e 0,4 milhões de empréstimos subordinados no valor de 1.000 libras cada. Estes títulos de empréstimo estão incluídos no balanço da empresa como capital de empréstimo mas são reclassificados como participação minoritária em Trust Preferred Securities na consolidação (ver Nota 25).

Notas:

(1) Arrendado ao The Royal Bank of Scotland plc numa base subordinada.

(2) Garantido incondicionalmente pela empresa.

(3) No caso de certas alterações da legislação fiscal, as emissões de capital de empréstimo a prazo fixo podem ser resgatadas na totalidade, mas não em parte, à opção do emitente pelo montante do capital e juros acrescidos, mediante a aprovação prévia das entidades reguladoras.

(4) Excepto conforme referido acima, as reclamações relativas ao capital de empréstimo a prazo fixo do Grupo, são subordinadas às reclamações de outros credores. Nenhuma parte do capital de empréstimo a prazo fixo do Grupo está garantida.

(5) Juro sobre todos os títulos subordinados a taxa variável é calculado por referência às taxas de mercado.

24 Passivo subordinado *(continuação)*

Capital emprestado sem prazo fixo

	2007 m£	2006 m£
Empresa		
350 milhões dólares americanos títulos de capital primário a taxa variável sem prazo fixo (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros) (1)	175	178
75 milhões dólares americanos títulos de capital perpétuos taxa variável (resgatados Outubro 2007)	—	38
US$1,200 milhões 7.648% perpétuos regulato. one securities (callable Setembro 2031) (1, 2)	606	618
	781	834
The Royal Bank of Scotland plc		
150 milhões de libras títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 5,,25% (resgatáveis Junho 2032)	144	144
175 milhões de libras títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 7,375% (resgatáveis Agosto 2010)	183	183
152 milhões de euros títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 5,,875% (resgatáveis Outubro 2008)	114	105
350 milhões de libras títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 6,25% (resgatáveis Dezembro 2012)	354	350
£500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo - 6% (resgatáveis Setembro 2014)	517	512
€500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo - 5,125% (resgatáveis Julho 2014)	371	350
€1.000 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – taxa variável (resgatáveis Julho 2014)	742	675
£500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo - 5,125% (resgatáveis Março 2016)	499	493
£200 milhões títulos subordinados upper tier 2 - 5.625% (resgatáveis Setembro 2026)	210	210
£600 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 5,5% (resgatáveis Dezembro 2019)	595	594
£500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 6,2% (resgatáveis Março 2022)	543	546
£200 milhões títulos subordinados sem prazo fixo - 9,5% (resgatáveis Agosto 2018) (3)	228	229
£400 milhões subordinares upper tier 2 – 5,625% (resgatáveis Setembro 2026)	397	397
£300 milhões títulos subordinados sem prazo fixo - 5,625% (resgatáveis Setembro 2026)	318	326
£350 milhões títulos subordinados sem prazo fixo - 5,625% (resgatáveis Junho 2032)	363	362
£150 milhões títulos subordinados sem prazo fixo step-up taxa variável (resgatados Março 2007)	—	150
£400 milhões 5% títulos subordinados sem prazo fixo (resgatáveis Março 2011)	402	395
JPY25 mil milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 2,605% (resgatáveis Novembro 2034)	103	99
CAD700 milhões títulos subordinados sem prazo fixo taxa fixa 5,37% (resgatáveis Maio 2016)	363	317
National Westminster Bank Plc		
500 milhões dólares dos EUA títulos primary capital taxa variável, Série A (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros)	251	256
500 milhões dólares dos EUA títulos primary capital taxa variável, Série B (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros)	256	267
500 milhões dólares dos EUA títulos primary capital taxa variável, Série C (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros)	255	254
500 milhões dólares dos EUA títulos subordinados reset 7,75% (resgatados Outubro 2007)	—	262
€400 milhões títulos subordinados taxa fixa/variável sem prazo fixo - 6.625% (callable Outubro 2009)	303	280
€100 milhões títulos step-up sem prazo fixo taxa variável (resgat. Outubro 2009)	74	68
£325 milhões títulos subordinados step-up sem prazo fixo - 7,625% (resg. Janeiro de 2010)	357	359
£200 milhões títulos subordinados step-up sem prazo fixo- 7,125% (resgat. Outubro 2022)	205	205
£200 milhões títulos subordinados sem prazo fixo - 11.,% (resgat. Dezembro 2022) (4)	269	272
	23	23
First Active plc	39	36
£20 milhões capital tier two perpétuos – 11,75%	2	2
€38 milhões capital tier two perpétuos - 11.,75%		
£1.3 milhões capital tier two perpétuos taxa variável		
	7	—
ABN AMRO e subsidiárias	598	—
€9 milhões 4.65% acções financ. perpétuas convertíveis		
€1,000 milhões 4.310% perpetuai Bermudan callable subordinated tier 1 notas (callable Março 2016)		
	9,866	9,555

Notas:

(1) Arrendado ao Royal Bank of Scotland plc numa base subordinada.
(2) A empresa pode cumprir as obrigações de pagamento de juros emitindo acções ordinárias a Administradores nomeados, em número suficiente para lhes permitir, ao vender estas acções, liquidar os juros.
(3) Garantido pela empresa.
(4) Permutáveis à opção do emitente por 200 milhões 8,392% (bruto) de acções preferenciais não cumulativas de 1 libra cada do National Westminster Bank Plc a qualquer momento.
(5) Excepto como indicado acima, as reclamações relativamente ao capital emprestado sem prazo fixo do Grupo estão subordinadas às reclamações de outros credores. Nenhuma parte do capital emprestado sem prazo fixo do grupo está garantida.
(6) caso de certas alterações da legislação fiscal, as emissões de capital de empréstimo a prazo fixo podem ser resgatadas na totalidade, mas não em parte, à opção do Grupo, pelo montante do capital acrescido de juros mediante a aprovação prévia das entidades reguladoras.
(7) O juro sobre todos os títulos subordinados a taxa variável é calculado por referência às taxas do mercado

Acções preferenciais

	2007 m£	2006 m£
Empresa		
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 dólares EUA (1)		
Série E US$200 milhões 8.1% (resgatadas Janeiro de 2007)	—	102
Série F US$200 milhões 7.65% (resgatáveis à opção do emitente)	100	102
Série G US$250 milhões 7.4% (resgatadas Janeiro de 2007)	—	126
Série H US$300 milhões 7.25% (resgatáveis à opção do emitente)	150	153
Série K US$400 milhões 7.875% (resgatadas Janeiro de 2007)	—	203
Série L US$850 milhões 5.75% (resgatáveis Setembro 2009)	421	429
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,01 dólares EUA (1)		
Série 1 US$1,000 milhões 9.118% (resgatáveis Março 2010)	510	515
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas of £0.01 (1)		
Série 1 £200 milhões 7.387% (resgatáveis Dezembro 2010)	201	200
Acções preferenciais cumulativas of £1		
£0.5 milhões 11% (não-resgatáveis)	1	1
£0.4 milhões 5.5% (não-resgatáveis)	—	—
	1,383	1,831
National Westminster Bank Plc		
Acções preferenciais não cumulativas of £1		
Série A £140 milhões 9% (não-resgatáveis)	143	142
Acções preferenciais não cumulativas of US$25		
Série B US$250 milhões 7.8752% (resgatadas Janeiro de 2007)	—	141
Série C US$300 milhões 7.7628% (2)	160	163
	1,686	2,277

Notas:

(1) Na Nota 23, página 179 encontram-se mais dados sobre os termos contratuais das acções preferenciais

(2) As acções preferenciais da série C proporcionam um dividendo bruto de 8,625% cada, incluindo o crédito fiscal associado. Resgatáveis à opção do emitente ao par.

Trust preferred securities

	2007 m£	2006 m£
1.250 milhões de euros à taxa de 6,467% (resgatáveis em Junho de 2012) (1)	979	918
750 milhões de dólares dos EUA á taxa de 6.8% (resgatáveis em Março de 2008) (1)	374	382
850 milhões de dólares dos EUA à taxa de 4,709% (resgatáveis em Julho de 2013) (1)	421	409
650 milhões dólares dos EUA à taxa de 6,425% (resgatáveis em Janeiro de 2034) (1)	344	341
ABN AMRO e subsidiárias		
1,285 milhões de dólares dos EUA à taxa de 6,03% Trust Preferred V (resgatáveis em Julho de 2008)	438	—
200 milhões de dólares dos EUA à taxa de 6,25% em Trust Preferred VI (resgatáveis em Setembro de 2008)	79	—
1.800 milhões de dólares dos EUA à taxa de 6,08% Trust Preferred VII (resgatáveis em Fevereiro de 2009)	727	—
	3.362	2.050

Nota:

(1) Os Trust Preferred Securities emitidos pelas subsidiárias não têm data de vencimentos não são resgatáveis à opção dos titulares a qualquer momento. Estes títulos podem ser resgatados, com a autorização da Autoridade dos Serviços Financeiros do RU, pelo emitente, nas datas especificadas acima ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente. Também podem ser resgatadas na totalidade, mas não em parte, após a ocorrência de certos acontecimentos fiscais e legislativos. A empresa classifica as suas obrigações para com estas subsidiárias como capital emprestado a prazo fixo

25 Participações minoritárias

	2007 m£	2006 m£
Em 1 de Janeiro	5.263	2.109
Ajustamentos de conversões monetárias e outros movimentos	1.834	(297
Aquisição do ABN AMRO	32.245	—
Lucros a distribuir por participações minoritárias	163	104
Dividendos pagos	(121)	(66
(Menos)/mais-valias de títulos disponíveis para venda, líquidas de imposto	(564)	2.140
Movimentos das reservas de cobertura de fluxos de caixa, líquidos de imposto	26	—
Ganhos actuariais reconhecidos nos planos de pensões, líquidos de imposto	19	—
Capital angariado	76	1.354
Capital retirado	(553)	(81
Em 31 de Dezembro	38.388	5.263

Nas participações minoritárias estão incluídos os seguintes *Trust Preferred Securities* (1):

	2007 m£	2006 m£
950 milhões de dólares dos EUA à taxa de 5,512% (resgatáveis em Setembro de 2014)	529	529
1.000 milhões de dólares dos EUA à taxa LIBOR $US mais 0,80% (resgatáveis em Setembro de 2014)	555	555
500 milhões de euros à taxa de 4,243% (resgatáveis em Janeiro de 2016)	337	337
400 milhões de dólares dos EUA à taxa de 5,6457% (resgatáveis em Junho de 2017)	400	400
	1.821	1.821

Nota:
(1) Os trust preferred securities emitidos por subsidiárias não têm data de vencimento e não podem ser resgatados à opção dos titulares a qualquer momento. Estes títulos podem ser resgatados, na totalidade ou em parte, pelo emitente, nas datas especificadas acima ou em qualquer data de pagamento especificada posteriormente mediante autorização da Autoridade dos Serviços Financeiros do RU. Também podem ser resgatados na totalidade, mas não em parte, após a ocorrência de certos acontecimentos fiscais e legislativos. A empresa classifica as suas obrigações para com estas subsidiárias como capital emprestado a prazo fixo.

26 Capital social

	Atrib., exigido e totalmente realizado			Autorizado	
	1 Janeiro 2007 m£	Emitido durante o exercício m£	31 Dezembro 2007 m£	31 Dezembro 2007 m£	31 Dezembro 2006 m£
Acções ordinárias de 25p	788	1.713	2.501	3.018	1.270
Acções diferidas sem direito a voto de 0,01 libras	27	—	27	323	323
Acções de Valor Adicional de 0,01 libras.	—	—	—	27	27
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 dólares EUA	1	1	2	2	2
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,01 dólares EUA	—	—	—	—	—
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 euros	—	—	—	—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,01 euros	—	—	—	—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,25 libras	—	—	—	225	225
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,01 libras.	—	—	—	—	—
Acções preferenciais cumulativas de 1 libra	1	—	1	1	1
Acções preferenciais não cumulativas de 1 libra	—	1	1	300	300

Número de acções – milhares	Atrib., exigido e totalmente realizado			Autorizado		
Acções ordinárias de 25p	10.006.215	3.152.844	3.196.544	12.070.492	5.079.375	5.079.375
Acções diferidas sem direito a voto de 0,01 libras.	2.660.556	2.660.556	2.660.556	32.300.000	32.300.000	32.300.000
Acções de Valor Adicional de 0,01 libras.	—	—	—	2.700.000	2.700.000	2.700.000
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 dólares EUA	308.015	240.000	206.000	419.500	419.500	419.500
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,01 dólares EUA	1.000	1.000	1.000	3.900	3.900	3.900
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 euros	2.526	2.500	2.500	66.000	66.000	66.000
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,01 euros	—	—	—	3.000	3.000	3.000
Acções pref. convertíveis não cumul. de 0,25 libras	—	—	—	900.000	900.000	900.000
Acções pref. convertíveis não cumulativas de 0,01 libras.	200	200	200	1.000	1.000	1.000
Acções preferenciais cumulativas of £1	900	900	900	900	900	900
Acções preferenciais não cumulativas of £1	750	—	—	300.000	300.000	300.000

Movimento das acções ordinárias em emissão durante o exercício:

	Número de acções — milhares
Em 1 de Janeiro de 2007	3.152.844
Emissão com bónus em Maio de 2007	6.304.299
Acções emitidas no âmbito da aquisição do ABN AMRO	530.621
Outras acções emitidas durante o exercício	19.146
Acções canceladas durante o exercício	(695)
Em 31 de Dezembro de 2007	10.006.215

26 Capital social *(continuação)*

Acções ordinárias

Em Maio de 2007, a empresa capitalizou 1.576 milhões da sua conta de prémios de acções a título de emissão de duas novas acções bonificadas de 25p cada, por cada acção ordinária detida pelos accionistas no fim do expediente em 4 de Maio de 2007.

Além disso, foram efectuadas as seguintes emissões de acções ordinárias durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007:

530,6 milhões de acções ordinárias emitidas a antigos accionistas do ABN AMRO; e

(b) 19,1 milhões acções ordinárias após o exercício das opções ao abrigo dos planos de acções da empresa.

Quando da emissão de acções ordinárias foi recebido um pagamento de 77 milhões de libras.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram concedidas opções sobre 44,8 milhões de acções ordinárias ao abrigo dos planos Executive e Sharesave da empresa. Em 31 de Dezembro de 2007, 188,7 milhões de acções ordinárias das opções concedidas ao abrigo dos vários planos da empresa, exercíveis até 2007, a preços entre 260p e 700p por acção, estavam por liquidar.

Além disso, 1 milhão de acções ordinárias exercíveis até 2009 a preços entre 228p e 308p por acção das opções concedidas ao abrigo do plano Executive do NatWest estavam por liquidar.

Os fundos em acções dos trabalhadores compraram 10,8 milhões de acções ordinárias pelo valor de 65,3 milhões de libras e concederam 19,8 milhões de acções ordinárias após o recebimento de 79 milhões de libras resultantes do exercício de *awards* ao abrigo dos planos de acções dos trabalhadores.

Os trusts de acções dos trabalhadores incorreram em custos de 0,4 milhões de libras com a compra de acções ordinárias da empresa.

Acções preferenciais

Em Janeiro de 2007, a empresa resgatou os 8 milhões de acções preferenciais não cumulativas da Série E, os 10 milhões da série G e os 16 milhões da Série K, de 0.01 dólares americanos cada a 25 dólares dos EUA por acção.

Em Junho de 2007, a empresa emitiu 38 milhões de acções preferenciais não cumulativas da Série S, de 0,01 dólares, a 25 dólares cada, sendo as receitas liquidas 920 milhões de dólares.

Em Setembro de 2007, a empresa emitiu 64 milhões de acções preferenciais não cumulativas da Série T, de 0,01 dólares, a 25 dólares cada, sendo as receitas líquidas 1.550 milhões de dólares.

Em Outubro 2007, a empresa emitiu:

(a) 26.000 acções preferenciais não cumulativas da Série 3, de 0,01 euros, a 50 euros cada, sendo as receitas líquidas 1.287 milhões de euros;

(b) 750.000 acções preferenciais não cumulativas da Série 1, de 1 libra, a 1.000 libras cada, sendo as receitas líquidas 742 milhões de libras; e

(c) 15.000 acções preferenciais não cumulativas da Série U de 0,01 dólares a 100.000 dólares cada, sendo as receitas líquidas 1.485 milhões de libras.

Os custos de emissão e os descontos concedidos sobre as acções preferenciais emitidas durante o exercício foram 64 milhões de libras.

Segundo as IFRS, algumas das acções preferenciais do Grupo são classificadas como débito e incluídas no passivo subordinado do balanço.

Outros títulos

Em Outubro de 2007, a empresa emitiu outros títulos subordinados sob a forma legal de dívida, que são classificados como capital próprio segundo as IFRS:

(a) 1.600 milhões de dólares de títulos de participação preferencial a taxa fixa/variável, sendo as receitas líquidas 1.584 milhões de dólares; e

(b) 600 milhões de dólares canadianos de títulos tier 1 inovadores, sendo as receitas líquidas 594 milhões de dólares canadianos.

Estes títulos conferem aos seus titulares o direito ao juro que pode ser diferido unicamente ao critério da empresa. O reembolso dos títulos fica exclusivamente ao critério da empresa mediante um aviso prévio de 30 e 60 dias.

Acções preferenciais não cumulativas

As acções preferenciais não cumulativas dão aos seus titulares o direito (sujeito aos termos da emissão) de receber dividendos em numerário não cumulativos a taxas fixas especificadas para cada série pagáveis a partir dos lucros distribuíveis da empresa.

As acções preferenciais não cumulativas são resgatáveis à opção da empresa, na totalidade ou em parte, de tempos a tempos, às taxas indicadas abaixo mais dividendos de outro modo pagos no período de dividendos então corrente até à data de resgate.

Classe de acção preferencial	Número acções em emissão	Taxa juro	Data resgate em ou após	Preço resgate por acção	Dívida ou cap. próprio (1)
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 dólares EUA					
Série F	8 milhões	7,65%	31 Março 2007	US$25	Dív.
Série H	12 milhões	7,25%	31 Março 2004	US$25	Dív.
Série L	34 milhões	5,75%	30 Setembro 2009	US$25	Dív.
Série M	37 milhões	6,4%	30 Setembro 2009	US$25	C.próp
Série N	40 milhões	6,35%	30 Junho 2010	US$25	C.próp
Série P	22 milhões	6,25%	31 de Dezembro de 2010	US$25	C.próp
Série Q	27 milhões	6,75%	30 Junho 2011	US$25	C.próp
Série R	26 milhões	6,125%	30 Dezembro 2011	US$25	C.próp
Série S	38 milhões	6,6%	30 Junho 2012	US$25	C.próp
Série T	64 milhões	7,25%	31 de Dezembro de 2012	US$25	C.próp
Série U	15,000	7,64%	29 Setembro 2017	US$100,000	C.próp
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de 0,01 dólares EUA					
Série 1	1 milhões	9.118%	31 Março 2010	US$1,000	Div.
Acções preferenciais não cumulativas de 0,01 euros					
Série 1	1.25 milhões	5.5%	31 de Dezembro de 2009	€1,000	C.próp
Série 2	1.25 milhões	5.25%	30 Junho 2010	€1,000	C.próp
Série 3	26,000	7.0916%	29 Setembro 2017	€50,000	C.próp
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas of 0,01 libras					
Série 1	200,000	7.387%	31 de Dezembro de 2010	£1,000	Div.
Acções preferenciais não cumulativas of £1					
Série 1	750,000	8.162%	5 Outubro 2012	£1,000	C.próp

Notas:

(1) As acções preferenciais em que o grupo tem a obrigação de pagar dividendos são classificadas como dívida; as acções preferenciais em que as distribuições são discricionárias são classificadas como capital próprio. Os direitos de conversão ligados às acções preferenciais convertidas podem ter como resultado a distribuição, pelo grupo, de um número variável de acções de participação aos titulares de acções preferenciais; estas acções preferenciais convertíveis são tratadas como dívida.

No caso de as acções preferenciais convertíveis não cumulativas não serem resgatadas até à data do resgate, o titular pode convertê-las em acções ordinárias da empresa.

Ao abrigo dos acordos existentes, a empresa não pode efectuar qualquer resgate ou compra de acções preferenciais não cumulativas pela empresa sem o consentimento prévio da Autoridade de Serviços Financeiros do RU.

Em caso de dissolução ou liquidação da empresa, os titulares das acções preferenciais não cumulativas terão o direito de receber, de qualquer activo excedente disponível para distribuição aos accionistas da empresa (após o pagamento dos dividendos em mora sobre as acções preferenciais cumulativas até à data do reembolso) pari passu com as acções preferenciais cumulativas e todas as outras acções da empresa classificadas pari passu com as acções preferenciais não cumulativas no que se refere á participação no activo excedente da empresa, uma distribuição de liquidação por acção igual ao preço de resgate aplicável indicado na tabela acima, juntamente com um montante igual aos dividendos no período de dividendos então corrente acumulado até á data de pagamento, antes de qualquer distribuição ou pagamento aos titulares das acções ordinárias no que se refere à participação no activo excedente da empresa.

Excepto conforme descrito acima, os titulares das acções preferenciais não cumulativas não têm direito a participar no activo excedente da empresa.

Os titulares de acções preferenciais não cumulativas não têm direito a receber notificação das assembleias gerais da empresa nem de assistir às mesmas excepto se for proposta qualquer resolução de adopção, pelos accionistas da empresa, para alterar ou cancelar qualquer um dos direitos ligados às acções preferenciais não cumulativas ou de dissolução ou liquidação da empresa. Nesse caso, têm o direito a receber notificação e assistir à assembleia geral de accionistas em que tal resolução vai ser proposta e de se pronunciarem e votarem a referida resolução (mas não qualquer outra resolução). Além disso, no caso de, antes de qualquer assembleia geral de accionistas, a empresa não ter efectuado, na totalidade, os três pagamentos trimestrais de dividendos mais recentes sobre as acções preferenciais não cumulativas em dólares (exceptuando a Série U) os dois mais recentes pagamentos de dividendos semi anuais sobre as acções preferenciais em dólares não cumulativas convertíveis e os pagamentos de dividendos mais recentes sobre as acções preferenciais em euros não cumulativas, as acções prefereciais em libras não cumulativas, as acções preferenciais em dólares não cumulativas da série U e as acções preferenciais em libras convertíveis não cumulativas, os titulares têm direito a receber notificação, assistir, pronunciar-se e votar nessa assembleia em todas as questões, juntamente com os titulares das acções ordinárias e, nessas circunstâncias apenas os direitos de voto dos titulares das acções preferenciais não cumulativas de votar se manterão até a empresa retomar o pagamento, na totalidade, dos dividendos em mora.

27 Capital próprio

	Grupo			Empresa		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Capital social exigido						
Em 1 de Janeiro	815	826	822	815	826	822
Implementação da IAS 32 em 1 de Janeiro de 2005	—	—	(2)	—	—	(2
Emissão de acções ordinárias bonificadas	1.576	—	—	1.576	—	—
Acções emitidas durante o exercício	139	2	6	139	2	6
Acções recompradas durante o exercício	—	(13)	—	—	(13)	—
Em 31 de Dezembro	2.530	815	826	2.530	815	826
Capital realizado						
Títulos emitidos durante o exercício	1.073	—	—	1.073	—	—
Em 31 de Dezembro	1.073	—	—	1.073	—	—
Conta de prémios de acções						
Em 1 de Janeiro	12.482	11.777	12.964	12.482	11.777	12.964
classificação das acções preferenciais com a implementação da IAS 32 em 1 de Janeiro de 2005	—	—	(3.159)	—	—	(3.159
Emissão acções ordinárias bonificadas	(1.576)	—	—	(1.576)	—	—
Acções emitidas durante o exercício	6.257	815	1.972	6.257	815	1.972
Acções recompradas durante o exercício	—	(381)	—	—	(381)	—
Resgate de acções preferenciais classificadas como dívida	159	271	—	159	271	—
Em 31 de Dezembro	17.322	12.482	11.777	17.322	12.482	11.777
Reserva para fusão						
Em 1 de Janeiro e de Dezembro	10.881	10.881	10.881	—	—	—
Reserva disponível para venda						
Em 1 de Janeiro	1.528	(73)		—	—	—
Implementação da IAS 32 e da IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005	—	—	289	—	—	—
(Menos)/mais-valias não realizadas no exercício	(191)	2.609	39	—	—	—
Mais-valias realizadas no exercício	(513)	(313)	(582)	—	—	—
Impostos	208	(695)	181	—	—	—
Em 31 de Dezembro	1.032	1.528	(73)	—	—	—
Reserva para cobertura dos fluxos de caixa						
Em 1 de Janeiro	(149)	59		(7)	(9)	
Implementação da IAS 32 e da IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005	—	—	67	—	—	(13
Valor reconhecido no capital próprio durante o exercício	(460)	(109)	18	—	—	—
Valor transferido do capital próprio para ganhos do exercício (1)	(138)	(140)	(85)	3	3	6
Impostos	192	41	59	(1)	(1)	(2
Em 31 de Dezembro	(555)	(149)	59	(5)	(7)	(9
Reserva cambial						
Em 1 de Janeiro	(872)	469	(320)	—	—	—
Reconversão do activo líquido	1.339	(2.159)	1.588	—	—	—
(Menos)/mais-valias cambiais de coberturas do activo líquido	(963)	818	(799)	—	—	—
Taxation	70	—	—	—	—	—
Em 31 de Dezembro	(426)	(872)	469	—	—	—
Reserva para resgate de capital						
Em 1 de Janeiro	170	157	157	170	157	157
Acções recompradas durante o exercício	—	13	—	—	13	—
Em 31 de Dezembro	170	170	157	170	170	157

Nota:
(1) Do montante transferido para ganhos, 138 milhões de libras (2006 – 140 milhões de libras; 2005 – 85 milhões de libras) foram registados no rendimento de juros líquido e zero (2006 e 2005 – zero) em outros rendimentos operacionais.

	Grupo			Empresa		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Ganhos retidos						
Em 1 de Janeiro	15.487	11.346	9.408	4.737	4.794	4.675
Implementação da IAS 32 e da IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005	—	—	(1.078)	—	—	81
Lucro atributível aos titulares de acções ordinárias e acções	7.549	6.393	5.501	2.499	3.499	2.074
preferenciais de participação	(3.044)	(2.470)	(1.927)	(3.044)	(2.470)	(1.927
Dividendos ordinários pagos	(246)	(191)	(109)	(246)	(191)	(109
Dividendos de acções preferenciais pagos	—	(624)	—	—	(624)	—
Acções recompradas durante o exercício	(159)	(271)	—	(159)	(271)	—
Resgate de acções preferências classificadas como dívida						
Mais/(menos-valias actuariais reconhecidos nos planos	1.517	1.262	(561)	—	—	—
de pensões, líquidas de impostos	(40)	(38)	—	—	—	—
Custo líq. acções compradas e utilizadas p/ pag. baseados em acções	8	80	112	—	—	—
Pag. baseados em acções, líq. de impostos						
Em 31 de Dezembro	21.072	15.487	11.346	3.787	4.737	4.794
Acções próprias detidas						
Em 1 de Janeiro	(115)	(7)	(7)	—	(7)	(7
Acções compradas durante o exercício	(65)	(254)	—	—	—	—
Acções emitidas ao abrigo dos planos acções colaboradores	119	146	—	—	7	—
	(61)	(115)	(7)	—	—	(7
Capital próprio em 31 de Dezembro	53.038	40.227	35.435	24.877	18.197	17.538

A reserva para fusões compreende o prémio das acções emitidas para a aquisição do NatWest, menos a amortização do goodwill contabilizada ao abrigo das anteriores GAAP. Não foi registado nenhum premio de acções nas demonstrações financeiras da empresa em virtude das cláusulas de isenção aplicáveis às fusões, nos termos da Lei sobre as Empresas de 1985.

A legislação britânica determina que apenas as reservas da empresa sejam tidas em conta para efeitos de distribuições e apuramento das aplicações admissíveis da conta de prémios de acções.

O grupo optimiza a eficiência de capital mantendo reservas nas subsidiárias, incluindo as entidades reguladas. Certas acções preferenciais e dívidas subordinadas também estão incluídas no capital regulamentar. A remessa de reservas para a empresa-mãe ou o resgate de acções ou capital subordinado pelas entidades reguladas pode estar sujeita à manutenção dos recursos de capital exigidos pela autoridade reguladora competente.

Em 31 de Dezembro de 2007, os Fundos de Acções dos Trabalhadores detinham 10.474.782 (2006 – 19.492.506) acções ordinárias de 25p cada da empresa relativamente aos prémios e opções em acções concedidos aos trabalhadores.

O capital próprio realizado representa títulos emitidos ao abrigo do programa de títulos a médio prazo da empresa com o valor nominal de 1.600 milhões de dólares dos EUA e 600 milhões de dólares canadianos, que são classificadas como capital próprio segundo as IFRS. Os títulos atraem cupões de 6,99% e 6,666% respectivamente até Outubro de 2017, data em que aumentam para 2,67% acima daLIBOR para os depósitos em dólares a três meses e 2,76% acima da taxa em dólares canadianos, respectivamente.

28 Locações

Valores mínimos a receber e a pagar de locações não canceláveis

2007	Grupo			
	Ano em que o receb. ou pag. ocorre			
	Dentro de 1 ano m£	Após 1 ano mas dentro de 5 anos m£	Após 5 anos m£	Total m£
Activo em locações financeiras: Montantes a receber				
Ajustamento do valor actual	1.297	4.968	11.648	17.913
Outros movimentos	(390)	(1.766)	(3.187)	(5.343)
	(23)	(144)	(288)	(455
Valor actual montantes a receber	884	3.058	8.173	12.115
Activo em locações operacionais:				
Valores mínimos futuros a receber de locações	1.073	3.046	1.473	5.592
Obrigações com locações operacionais:				
Valores mínimos futuros a receber de locações:				
Instalações	350	1.210	3.017	4.577
Equipamento	9	14	—	23
	359	1.224	3.017	4.600

2006				
Activo em locações financeiras				
Montantes a receber	1.235	4.331	11.166	16.732
Ajustamento do valor actual	(453)	(1.648)	(3.110)	(5.211)
Outros movimentos	(22)	(80)	(295)	(397)
Activo em locações operacionais				
Montantes mínimos futuros a receber de locações	444	2.391	2.640	5.475
Obrigações com locações operacionais:				
Montantes mínimos futuros a pagar de locações:				
Instalações	332	1,151	1,877	3,360
Equipamento	7	6	—	13
	339	1,157	1,877	3,373

	Grupo	
	2007 m£	2006 m£
Natureza do activo em locações operacionais in balanço		
Transportes	6.859	7.414
Veículos de passageiros e veículos comerciais ligeiros	1.390	1.204
Outros	441	291
	8.690	8.909
Montantes reconhecidos como rendimento e despesa		
Contas a receber de locações financeiras – Rendimento de rendas contingente	(23)	(37)
Locações operacionais a pagar – pagamentos mínimos	322	366
Contratos para despesas de capital futuras não previstas no fim do exercício		
Locações operacionais	545	1.437
Contas a receber de locações financeiras		
Rendimento financeiro não obtido	5.343	5.211
Dotação acumulada para contas a receber de locações mínimas incobráveis	63	67

Exposições a valores residuais

As tabelas abaixo indicam os valores residuais não garantidos incluídos no valor contabilístico das contas a receber de locações financeiras (ver página 148) e do activo em locações operacionais (ver página 164).

	Ano em que o valor residual será recuperado				
2007	Dentro de 1 ano m£	Após 1 ano mas dentro de 2 anos m£	Após 2 anos mas dentro de 5 anos m£	Após 5 anos m£	Total m£
Locações operacionais					
Transportes	485	253	1.762	2.505	5.005
Veículos de passageiros e veículos comerciais ligeiros	331	467	118	—	916
Outros	26	47	64	18	155
Locações financeiras	23	29	2.059	2.811	6.531

2006					
Locações operacionais					
Transportes	1.054	180	1.339	2.517	5.090
Veículos de passageiros e veículos comerciais ligeiros	168	295	329	—	792
Outros	13	30	77	24	144
Locações financeiras	22	22	58	295	397
	1.257	527	1.803	2.836	6.423

O Grupo fornece financiamento de activo aos seus cliente através da sua actuação como locador. Compra instalações, equipamentos e propriedade intelectual e arrenda-os aos clientes mediante contratos de locação que, dependendo dos respectivos termos, são considerados locações operacionais ou locações financeiras.

29 Colaterais

Contratos de recompra de títulos e transacções de empréstimos

O Grupo celebra contratos de recompra de títulos e transacções de empréstimo de títulos ao abrigo dos quais recebe ou transfere colaterais segundo a prática normal do mercado. Geralmente, os contratos requerem garantias adicionais se o valor dos títulos descer abaixo de um nível pré-determinado.

Segundo os termos habituais das transacções de recompra nos mercados do RU e dos EUA , o beneficiário da garantia tem o direito sem restrições de a vender ou dar de garantia, mediante a entrega de títulos equivalentes para liquidação da transacção.

O justo valor (e o valor contabilístico) dos títulos transferidos através de transacções de recompra incluído no balanço foi o seguinte:

	2007 m£	2006 m£
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis	7.090	1.426
Títulos de dívida	100.561	58.874
	107.651	60.300

Todos os títulos acima referidos podiam ser vendidos ou dados de garantia pelo titular. Os títulos recebidos como colateral em operações de compra com acordo de revenda ascenderam a 373,7 mil milhões de libras (2006 – 124,7 mil milhões de libras), dos quais 337,8 mil milhões (2006 – £107,2 mil milhões) tinham sido revendidos ou dados como garantia para as transacções do Grupo.

Outras garantias dadas

Activo do Grupo contabilizado como garantia do passivo	2007 m£	2006 m£
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	753	469
Empréstimos e adiantamentos a clientes	80.719	44.966
Títulos de dívida	29.709	8.560
Imobilizações corpóreas	935	1.222
Outros	1.765	13
	113.881	55.230

Passivo garantido por encargos sobre o activo do Grupo	2007 m£	2006 m£
Depósitos de bancos	21.693	11.680
Contas de clientes	6.670	7.095
Títulos de dívida em emissão	65.080	27.607
Outras rubricas do passivo	—	45
	93.443	46.427

Do activo acima, 62 mil milhões de libras (2006 – 30,1 mil milhões de libras) estão relacionados com securitizações (ver Nota 30). Os saldos remanescentes estão relacionados principalmente com activo contabilizado como garantia de depósitos de bancos centrais e federais e outros organismos do sector público

30 Securitizações e outras transferências

No decurso normal da sua actividade, o grupo angaria securitizações para facilitar as transações com os clientes e efectua securitizações para vender activo financeiro ou financiar carteiras de activo especificas. Também actua como subscritor e depositante de transações de securitização que envolvem os clientes e transações proprietárias. Numa securitização, o activo ou os interesses num grupo de activo, são transferidos geralmente para uma entidade de fins especiais ("SPE") que emite passivo a terceiros investidores.

As SPEs são veículos criados para um fim especifico limitado, normalmente não desempenham uma actividade ou profissão e não têm empregados. Assumem uma variedade de formas jurídicas, parcerias e empresas – e desempenham muitas funções diferentes. Para além de serem um elemento essencial das securitizações, as SPEs também são utilizadas actividades de gestão de fundos para dissociar as funções de depositário das de consultoria em gestão de fundos desempenhadas pelo Grupo.

Dependendo do acordo celebrado, as securitizações podem ter como resultado o reconhecimento contínuo do activo securitizado, o reconhecimento contínuo do activo na medida da até ao ponto da participação contínua do Grupo nesse activo; ou o desreconhecimento do activo e o reconhecimento separado, como activo ou passivo, de quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos na transferência (ver norma contabilística na página 129).
O Grupo tem securitizações em cada uma destas categorias.

Reconhecimento contínuo

A tabela abaixo apresenta as categorias de activo e os valores contabilísticos do activo e do passivo associado para essas securitizações e outras transferências de activo onde substancialmente todos os riscos e recompensas do activo foram retidos pelo Grupo.

	2007		2006	
Tipo de activo	Activo m£	Passivo m£	Activo m£	Passivo m£
Hipotecas residenciais	23.652	23.436	15.698	15.375
Contas as receber de cartões de débito	2.948	2.664	2.891	2.585
Outros empréstimos	1.703	1.149	1.931	1.346
Condutas de papel comercial	32.613	31.193	8.360	8.284
Contas a receber de locações financeiras	1.038	823	1.211	953

Securitizações de hipotecas residenciais – o Grupo possui carteiras securitizadas de hipotecas residenciais. As hipotecas foram transferidas para SPEs e finalmente detidas por fundos de organizações de beneficiência, financiadas principalmente através da emissão de títulos a taxa variável. O Grupo entrou em swaps de taxa de juro fixa/variável e swaps de divisas diferentes em regime independente com as SPEs de securitização e fornece serviços de gestão e intermediação de hipotecas às SPEs. No reembolso do financiamento, quaisquer outros montantes gerados pelas hipotecas serão pagos ao Grupo. As SPEs são consolidadas e as hipotecas permanecem no balanço do Grupo.

Securitizações de cartões de crédito – as contas a receber de cartões de crédito no RU foram securitizadas. Foram emitidos títulos por uma SPE. Os detentores dos títulos têm uma participação proporcional num grupo de contas a receber de cartões de crédito que foram equitativamente atribuídas pelo Grupo a um fundo de contas a receber. O Grupo continua a estar exposto aos riscos e recompensas das contas a receber transferidas através do seu direito ao spread excedente (após anulações). A SPE é consolidada e as contas a receber de cartões de crédito permanecem no balanço do grupo.

Outras securitizações – outros empréstimos originados pelo grupo foram transferidos para SPEs financiadas através da emissão de títulos. Quaisquer receitas dos empréstimos que excedam os montantes exigidos para o serviço e reembolso dos títulos serão pagas ao Grupo após a dedução das despesas. As SPEs são consolidadas e os empréstimos permanecem no balanço do Grupo.

Condutas de papel comercial – o Grupo patrocina condutas de papel comercial. O activo dos clientes é transferido para SPEs que emitem títulos no mercado de papel comercial. O Grupo fornece certos serviços e apoio de liquidez contingente a estas SPEs numa base de independência, assim como aumento do crédito do programa. As SPEs são consolidadas.

Contas a receber de locações financeiras – em certas contas a receber de locações financeiras (locações alavancadas) nos EUA o Grupo, como locador, obtém fundos sem recurso de terceiros. Este financiamento é garantido pelas locações subjacentes e o fornecedor do financiamento não tem qualquer recurso aos outros activos do Grupo. As transacções são registadas como valor bruto de financiamento de terceiros.

Participação contínua
Em certas securitizações de hipotecas residenciais nos EUA, grande parte dos riscos e recompensas não foi transferida nem retida, mas o Grupo manteve o controlo do activo, conforme definido pelas IFRS, e continua a reconhecer o activo na medida da sua participação contínua que assume a forma de retenção de certas obrigações subordinadas emitidas pelas SPE de securitização. Essas obrigações têm direitos diferentes e, dependendo dos seus termos, podem expor o Grupo ao risco da taxa de juro, quando têm um cupão fixo, ou ao risco de crédito, consoante a extensão da sua subordinação. Certas obrigações dão ao Grupo direito a um juro adicional se a carteira tiver um desempenho superior ao esperado e outras dão direito a receber penalizações por amortização antecipada das hipotecas securitizadas. Em 31 de Dezembro de 2007, o activo securitizado cifrava-se em 18,1 mil milhões de libras (2006 – 37,3 mil milhões de libras); as participações retidas 1,037 milhões de libras (2006 – 930 milhões de libras); o activo subordinado 314 milhões de libras (2006 – 694 milhões de libras) e o activo relacionado 314 milhões de libras (2006 – 694 milhões de libras).

Desreconhecimento
Outras securitazações do activo financeiro do Grupo nos EUA qualificam-se para desreconhecimento dado que grande parte todos os riscos e recompensas do activo foram transferidos. O Grupo continua a reconhecer participações retidas nos veículos de securitização.

31 Gestão de riscos

Políticas e objectivos da gestão de riscos financeiros

O Conselho de administração do Grupo define o apetite e a filosofia globais do risco; a estrutura de risco e de capital suporta a execução da estratégia do Conselho de administração.

Risco e capital

A política do Grupo é optimizar o retorno para os accionistas, mantendo uma forte base de capital e notação de crédito para suportar o crescimento do negócio e cumprir a todo o momento os requisitos regulamentares de capital.

O apetite pelo risco é medido como o nível máximo de risco retido que o Grupo aceita para alcançar os seus objectivos económicos.

O apetite pelo risco é geralmente definido através de técnicas quantitativas e qualitativas incluindo testes de esforço conc entração do risco, e os critérios de subscrição do risco, assegurando que os princípios, política e procedimentos estejam instituídos e sejam aplicados.

Os principais riscos financeiros a que o Grupo está exposto são os seguintes:

- Risco de crédito: é o risco decorrente da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento, pelos clientes, das suas obrigações.

- Risco de financiamento e de liquidez: é o risco de o Grupo não conseguir cumprir as suas obrigações à medida que vençam.

- Risco de mercado: o Grupo está exposto ao risco de mercado devido às posições detidas nas suas carteiras de negociação e às suas actividades não de negociação.

- Risco do capital próprio: ganhos ou perdas em investimentos de capital.

- Risco de seguro: o Grupo está exposto ao risco de seguro, directamente através das suas actividades ou utilizando o seguro como um instrumento para amenizar outras exposições a riscos.

Risco de crédito

O Grupo é gerido de modo a obter um desempenho risco/recompensa sustentado e superior, enquanto mantém as exposições dentro de parâmetros de apetite pelo risco aceitáveis. Consegue esse objectivo através da combinação de governação, políticas, sistemas e controlos escorados numa apreciação comercial sólida como descrito abaixo.

- Políticas e apetite pelo risco: as políticas criam um enquadramento claro para a avaliação, aprovação, monitorização e gestão do risco de crédito em que o apetite pelo risco define a tolerância à perda. São utilizados limites para gerir o risco de concentração por nome, sector e país.

- Decisores: é concedida autoridade de crédito a pessoas ou comissões independentes, com experiência, antiguidade e discernimento comercial apropriados. A autoridade de crédito não se estende aos gestores de relações. Departamentos internos especializados no risco de crédito supervisionam de forma independente o processo de crédito e tomam decisões de crédito ou fazem recomendações à comissão de crédito apropriada.

- Modelos: são utilizados modelos de crédito para medir e avaliar as decisões em matéria de riscos e auxiliar na monitorização contínua. São calculados parâmetros como Probabilidade de Incumprimento, Exposição ao Incumprimento, Perdas devido a incumprimento (ver página) e Perdas Esperadas, através de modelos devidamente autorizados. Todos os modelos de crédito estão sujeitos a análise independente antes da sua implementação e os modelos existentes são revistos pelo menos numa base anual.

31 Gestão de riscos *(continuação)*

- Técnicas de atenuação para diminuir o potencial de perda: o risco de crédito pode ser atenuado através de medidas de segurança financeiras ou físicas, da atribuição de contas a receber ou da utilização de derivados de crédito, garantias, participações de riscos, seguro de crédito ou compensação.

- Sistemas de riscos e qualidade dos dados: os sistemas estão bem organizados de modo a produzirem informação atempada, exacta e completa para a comunicação de riscos e a administração dos processos de crédito mais importantes.

- Análise e reporte: utiliza-se a análise da carteira e o reporte para assegurar a identificação de riscos de concentração emergentes e movimentos adversos na qualidade do risco de crédito.

- Testes de esforço: os testes de esforço fazem parte integrante da análise da carteira, indicando o nível de vulnerabilidade potencial a acontecimentos económicos e geopolíticos excepcionais, mas plausíveis, e ajudando a gestão a identificar riscos não aparentes em condições mais benignas. Os testes de esforço constituem uma fonte de informação importante para as decisões sobre o apetite pelo risco.

- Gestão da carteira: gestão activa das concentrações da carteira medidas pelo reporte de riscos e os testes de esforço, em que o risco de crédito pode ser atenuado através da promoção de vendas de activo, da compra de protecção de crédito ou da restrição do apetite pelo risco para as novas transacções.

- Gestão do crédito: a monitorização das transacções com os clientes e a sua gestão é um processo contínuo que assegura que o desempenho seja satisfatório e que a documentação, a segurança e as avaliações sejam completas e actualizadas.

- Identificação de dívidas problemáticos: as políticas e sistemas incentivam a identificação precoce dos problemas e a contratação de pessoal especializado em cobranças e gestão de dívidas problemáticas.

- Provisões: avaliação independente através de modelos de melhores práticas para as perdas colectivas e latentes. A avaliação profissional aplica-se caso a caso, para assegurar que tais perdas sejam identificadas de forma abrangente e devidamente tratadas.

- Recuperação: maximização do retorno para o Grupo através do processo de recuperação.

Modelos do risco de crédito

Em todo o Grupo são utilizados modelos do risco do crédito para dar apoio aos elementos analíticos da estrutura de gestão do risco de crédito, em particular a parte da avaliação do risco do processo de aprovação do crédito, a monitorização contínua, bem como a análise da carteira e reporte. Em termos gerais, os modelos de risco de crédito utilizados pelo Grupo podem ser agrupados em três categorias:

- Probabilidade de incumprimento ("PD"): a probabilidade de um cliente não reembolsar totalmente e a tempo as suas obrigações de crédito ao longo do horizonte de tempo de um ano. Os clientes são classificados com uma pontuação de crédito interna que corresponde à probabilidade de incumprimento. Cada grau de crédito do cliente em todas as escalas de graduação do Grupo pode ser integrado num grau de crédito ao nível do Grupo (ver página 74).

- Exposição ao incumprimento ("EAD"): estes modelos estimam o nível esperado de utilização das facilidades de crédito no momento do incumprimento do mutuário. O modelo EAD é normalmente superior à utilização corrente (p.ex. no caso de serem feitos novos levantamentos de uma facilidade de crédito renovável antes do incumprimento), mas normalmente não ultrapassa o limite da facilidade total.

- Perdas devido a incumprimento ("LGD"): modelos que estimam a perda económica que pode ocorrer em caso de incumprimento e de , sendo essa perda constituída pela parte da dívida que não pode ser recuperada. Os modelos LGD do Grupo têm em conta o tipo de mutuário, a facilidade de crédito e qualquer atenuação do risco, como uma garantia ou colateral detido.

Imparidades dos empréstimos

O Grupo classifica o activo depreciado como Elementos de Risco do Empréstimo (REIL) ou dos empréstimos Potencialmente Problemáticos (PPL). Os REIL representam empréstimos não contabilizados, empréstimos que estão contabilizados mas em mora de 90 dias e empréstimos reestruturados. Os PPL representam o activo depreciado que não está incluído nos REIL, mas em que a informação sobre possíveis problemas de crédito leva a gestão a ter sérias dúvidas sobre a capacidade futura do mutuário de cumprir as condições de reembolso do empréstimo.

Tanto os REIL como os PPL são reportados brutos do valor de qualquer garantia detida, que pode diminuir a perda final se ocorrer, e brutos de qualquer provisão feita. Por conseguinte, o activo depreciado que está altamente colateralizado, como as hipotecas, terá um baixo rácio de cobertura de provisões para saldos de imparidades reportados.

A tabela abaixo indica os empréstimos do Grupo que são classificados como REIL e PPL:

REIL e PPL	2007 m£	2006 m£
Empréstimos não contabilizados (1)	10.362	6.232
Empréstimos contabilizados em mora 90 dias (2)	369	105
Reestruturações de dívidas perturbadas (3)	—	—
Total REIL	10.731	6.337
PPL (4)	671	52
Total REIL e PPL	11.402	6.389
REIL e PPL como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto (5)	1,64%	1,57%

As subcategorias de REIL e PPL são calculadas como descrito nas Notas 1 a 4 abaixo.

Notas:

(1) Todos os empréstimos que estão abrangidos por uma provisão para imparidade são reportados na categoria não contabilizada.

(2) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade mas não foi reconhecida qualquer imparidade. Esta categoria é utilizada para facilidades de crédito não *revolving* totalmente colateralizadas.

(3) As reestruturações de dívidas perturbadas representam empréstimos que foram reestruturados após uma concessão pelo Grupo ao mutuário.

(4) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade, mas não é necessária qualquer provisão para imparidade. Esta categoria é utilizada para adiantamentos e facilidades de crédito *revolving* totalmente colateralidades em que a identificação como crédito em mora de 90 dias não é fiável.

(5) Bruto de provisões e excluindo operações de compra com acordo de revenda.

Metodologia de provisões para perdas por imparidade

As provisões para perda por imparidade são avaliadas em três categorias como descrito abaixo:

Provisões avaliadas individualmente são as provisões necessárias para activo significativamente depreciado, que é avaliado caso a caso, tendo em conta a situação financeira da contraparte e de qualquer avalista. Incorpora uma estimativa do valor descontado de quaisquer recuperações e a realização de uma garantia ou colateral. O activo continua a ser avaliado numa base individual até ser reembolsado na totalidade, transferido para a carteira de cumprimento ou cancelado.

Provisões avaliadas colectivamente são provisões para créditos depreciados abaixo de um limite acordado que são avaliados numa base de carteira para reflectir a natureza homogénea do activo, como é o caso dos cartões de crédito ou dos empréstimos pessoais. A provisão é determinada a partir de uma análise quantitativa da respectiva carteira, tendo em conta o nível de mora, a garantia e a experiência média de perdas ao longo do período de recuperação.

Provisões para perdas latentes são provisões para a imparidade estimada da carteira de títulos remunerados, que ainda têm de ser identificadas na data do balanço. Para avaliar a perda latente nas carteiras, o Grupo criou metodologias para estimar o tempo durante o qual um activo pode permanecer depreciado numa uma carteira de títulos remunerados antes de ser identificado e reportado como tal.

Análise das provisões

As carteiras de consumidores do Grupo, que consistem em créditos de baixo valor e alto volume dispõem de processos substancialmente automáticos e altamente eficientes para identificar os créditos problemáticos e calendários muito curtos, normalmente três meses, antes da resolução ou adopção de vários métodos de recuperação.

As carteiras empresariais consistem em créditos de valor mais elevado e baixo volume, que tendem a ser estruturados de modo a satisfazerem as necessidades individuais do cliente. As provisões são avaliadas caso a caso por especialistas experientes, com o contributo de avaliadores pessoais e contabilistas conforme for apropriado. O Grupo dispõe de uma estrutura de governação das provisões que define limites, com um sistema de vigilância e verificação adequado. Estas opiniões e níveis de provisões são supervisionados pela Comissão de Provisões de cada divisão. Os casos importantes são apresentados ao Fórum de Revisão da Exposição do Grupo a Problemas e examinadas por este.

A gestão precoce e activa das exposições aos problemas assegura que as perdas de crédito sejam minimizadas. São utilizadas unidades especializadas para diferentes tipos de clientes a fim de assegurar uma atenuação apropriada dos riscos de forma atempada.

As provisões da carteira são regularmente reavaliadas no âmbito do processo de monitorização contínua do Grupo.

31 Gestão de riscos *(continuação)*

A tabela seguinte apresenta uma análise da imputação das imparidades de empréstimos.

Encargos com a imparidade dos empréstimos	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Imputação das provisões para perdas latentes	88	87	14
Imputação das provisões avaliadas colectivamente	1.744	1.573	1.399
Imputação das provisões avaliadas individualmente	274	217	290
Imputação total à demonstração de resultados	2.106	1.877	1.703
Imputação como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes – valor bruto (1)	0,.30%	0.46%	0.46%

Nota:
(1) Bruto de provisões e excluindo acordos de compra com acordo de revenda.

Risco de liquidez

A política de liquidez do Grupo destina-se a assegurar que este possa cumprir sempre as suas obrigações à medida que vencem.

A gestão da liquidez no Grupo centra-se na estrutura geral do balanço e no controlo, dentro de limites prudentes, dos riscos resultantes da exposição ao desencontro dos vencimentos no balanço e de compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes. A gestão do risco de liquidez no Grupo é efectuada dentro de certos limites e outros parâmetros de política definidos pela Comissão de Gestão do Activo e do Passivo do Grupo (GALCO). O cumprimento é monitorizado e coordenado pela Tesouraria do Grupo tanto no que se refere à política interna como aos requisitos regulamentares da Autoridade de Serviços Financeiros.

Além disso, todas as subsidiárias e sucursais fora do Reino Unido asseguram o cumprimento de quaisquer requisitos de liquidez regulamentares locais e estão sujeitas à supervisão da Tesouraria do Grupo.

Diversificação das fontes de financiamento

A estrutura do balanço do Grupo é gerida de modo a manter uma diversificação substancial, minimizar a concentração nas suas várias fontes de depósitos e limitar a dependência em relação às fontes de fundos por grosso totais a curto prazo (brutas e líquidas de repos) dentro de limites prudentes.

Durante 2007, as fontes de financiamento do Grupo mantiveram-se bem diversificadas por contraparte, instrumento e vencimento, tanto antes como após a aquisição do ABN AMRO em Outubro de 2007.

Fontes de financiamento	2007 m£	%	2006 m£	%
Contas de clientes (excluindo repos)				
Reembolsáveis a pedido	346.074	24	197.771	28
Depósitos a prazos	201.375	14	122.467	17
Total contas de clientes (excluindo repos)	547.4498	38	320.238	45
Títulos de dívida em emissão ao longo do período de vencimento remanescente de um ano	117.873	8	44.006	6
Passivo subordinado	37.979	3	27.654	4
Capital próprio	53.038	4	40.227	6
Total contas de clientes e fundos a longo prazo	756.339	53	432.125	61
Operações de venda com acordo de recompra com clientes	134.916	10	63.984	9
Operações de venda com acordo de recompra com instituições de crédito	163.038	11	76.376	11
Total contas de clientes, fundos a longo prazo e empréstimos obtidos colaterizados	1.054.293	74	572.485	81
Títulos de dívida em emissão com vencimento residual até um ano	155.742	11	41.957	5
Depósitos de instituições de crédito (excluindo repos)	149.595	10	55.767	8
Posições curtas	73.501	5	43.809	6
Total	1.433.131	100	714.018	100

Actividade líquida de clientes

	2007 m£	2006 m£
Empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos, excluindo reverse repos)	693.331	407.918
Contas de clientes (excluindo repos)	547.449	320.238
Empréstimos clientes menos contas de clientes	145.882	87.680
Empréstimos e adiantamentos a clientes como % das contas de clientes (excluindo repos)	126,6%	127,4%

Gestão da estrutura de prazos

O Grupo avalia, numa base regular, o seu risco de liquidez estrutural e aplica uma série de estratégias de gestão do balanço e de financiamento a prazo para manter esse risco dentro dos seus parâmetros de política normais.

O grau de desencontro de vencimentos dentro da estrutura de longo prazo geral do activo e passivo do Grupo é gerido segundo directrizes de política interna para assegurar que os compromissos de activo a prazo possam ser financiados numa base económica ao longo da sua duração. Na gestão da sua estrutura de prazos geral, o Grupo analisa e tem em conta o efeito do comportamento dos clientes de retalho e empresariais nos vencimentos reais do activo e do passivo quando diferem de modo relevante dos vencimentos contratuais subjacentes.

Testes de esforço

O Grupo realiza testes de esforço para simular a forma como os acontecimentos podem ter impacto nas suas capacidades de financiamento e liquidez. Esses testes informam a estrutura geral do balanço e ajudam a definir limites prudentes para o controlo dos riscos resultantes do desencontro dos vencimentos no balanço e de compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes. A natureza dos testes de esforço é mantida sob revisão, em consonância com a evolução das condições do mercado.

Gestão diária

A estrutura de vencimentos a curto prazo do passivo e do activo do Grupo é gerida diariamente para assegurar que todas as obrigações materiais ou potenciais relacionadas com os fluxos de caixa decorrentes de compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes possam ser cumpridas. As potenciais fontes incluem entradas de caixa provenientes do activo que está a vencer, novos empréstimos concedidos ou a venda de vários títulos de dívida detidos (após permitir margens de segurança apropriadas).

O risco de liquidez a curto prazo é normalmente gerido numa base consolidada com limites de discrepâncias de liquidez internos definidos para todas as subsidiárias e sucursais não situadas no RU que têm actividades de tesouraria locais materiais, assegurando assim que a manutenção diária da posição de risco de liquidez geral do Grupo não seja comprometida. O ABN AMRO, Citizens Financial Group e o RBS Insurance gerem a liquidez localmente, segundo diferentes regimes reguladores, e essa gestão está sujeita a revisão pela Tesouraria do Grupo. À medida que a integração das actividades do ABN AMRO no Grupo prossegue, as políticas, parâmetros e métricas do risco de liquidez utilizados serão progressivamente alinhados numa única estrutura.

31 Gestão de riscos *(continuação)*

Actividade líquida do mercado grossista a curto prazo	2007 m£	2006 m£
Títulos de dívida, acções de participação cotadas disponíveis para venda, títulos de tesouraria e outros títulos elegíveis	328.352	135.775
Contratos de reverse repos com instituições bancárias e clientes	318.298	117.060
Menos: contratos de repos com instituições bancárias e clientes	(297.954)	(140.360)
Posições curtas	(73.501)	(43.809)
Títulos de dívida detidos por companhias de seguros	(8.062)	(6.149)
Títulos de dívida contabilizados como garantia de passivo	(29.709)	(8.560)
Activos negociáveis líquidos	237.424	53.957
Por maturidade residual até um mês:		
Depósitos de instituições bancárias (excluindo repos)	112.181	36.089
Menos: empréstimos e adiantamentos a instituições bancárias (brutos, excluindo reverse repos)	(25.609)	(21.136)
Títulos de dívida em emissão	66.289	19.924
Passivo líquido activ. por grosso com vencimento a um mês	152.861	34.877
Excedente líquido do activo negociável ou do passivo das act. Grossistas c/ venc. a um mês	84.563	19.080

A tabela seguinte apresenta fluxos de caixa a pagar sobre o passivo financeiro até um período de 20 anos incluindo pagamentos futuros de juros.

	Grupo					
2007	0-3 meses m£	3-12 meses m£	1-3 anos m£	3-5 anos m£	5-10 anos m£	10-20 anos m£
Depósitos de bancos	220.914	21.580	3.206	2.225	1.509	434
Contas de clientes	561.003	30.539	9.430	4.509	11.615	9.052
Títulos de dívida em emissão	111.292	37.292	57.562	34.917	44.166	4.223
Derivados detidos para cobertura	252	667	822	449	605	118
Passivo subordinado	641	3.720	5.603	3.466	22.735	6.354
Saldos de compensação e outras rubricas do passivo	17.998	5	14	6	12	7
	912.100	93.803	76.637	45.572	80.642	20.188
2006						
Depósitos de bancos	62.672	5.733	3.677	2.591	1.264	153
Contas de clientes	324.933	5.662	1.349	1.297	2.521	1.290
Títulos de dívida em emissão	44.113	10.949	15.046	7.571	7.499	5.005
Derivados detidos para cobertura	25	199	300	178	210	108
Passivo subordinado	953	1.140	3.689	4.606	12.788	15.934
Saldos de compensação e outras rubricas do passivo	7.142	20	26	16	9	4
	439.838	23.703	24.087	16.259	24.291	22.494

2007	Empresa					
	0-3 meses m£	3-12 meses m£	1-3 anos m£	3-5 anos m£	5-10 anos m£	10-20 anos m£
Depósitos de bancos	116	5.544	—	—	—	—
Títulos de dívida em emissão	824	8.477	3.447	1.372	—	—
Derivados detidos para cobertura	52	1	—	2	—	—
Passivo subordinado	116	347	1.119	1.045	3.282	3.909
	1.108	14.369	4.566	2.419	3.282	3.909
	1.108	14.369	4.566	2.419	3.282	3.909
2006						
Depósitos de bancos	10	30	778	—	—	—
Títulos de dívida em emissão	537	1.217	474	—	—	—
Passivo subordinado	553	336	1.145	1.503	3.117	3.542
	1.100	1.583	2.397	1.503	3.117	3.542

As tabelas acima mostram o calendário de saídas de caixa para liquidação de passivo financeiro. São elaboradas na seguinte base:

Passivo sujeito a amortização antecipada – quando um passivo financeiro pode ser antecipadamente amortizado pela contraparte, a saída de caixa é incluída na data mais cedo em que a contraparte pode exigir o reembolso independentemente de esse reembolso antecipado ter ou não como resultado uma penalização. Se o reembolso de um passivo financeiro for desencadeado por ou estiver sujeito a critérios específicos, como as barreiras aos preços de mercado que são atingidos, está incluído na data mais cedo possível em que as condições podiam ser cumpridas sem considerar a probabilidade de as condições serem satisfeitas. Por exemplo, se um título estruturado for amortizado antecipadamente de forma automática quando um índice de capital exceder um certo nível, a saída de caixa será incluída no período inferior a três meses seja qual for o nível do índice no final do ano. A data de liquidação dos títulos de divida em emissão, emitidos por certos veículos de securitização consolidados pelo Grupo, depende do momento em que os fluxos de caixa são recebidos do activo securitizado. Quando estes activos podem ser amortizados antecipadamente, a data da saída de caixa relacionada com os títulos pressupõe que cada activo seja antecipadamente amortizado na data mais cedo possível.

Passivo com vencimento contratual superior a 20 anos – os montantes de capital do passivo financeiro que são reembolsáveis após 20 anos ou quando a contraparte não tem direito a reembolso do capital estão excluídos da tabela, tal como os pagamentos de juros após 20 anos.

Passivo detido para negociação – o passivo detido para negociação, no valor de 538,4 mil milhões de libras (2006 – 267,5 mil milhões de libras) foi excluído da tabela atendendo à sua natureza de curto prazo.

Contratos de investimento – os contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo com um valor contabilístico de 5,6 mil milhões de libras (2006 – 2,2 mil milhões de libras) estão excluídos desta análise devido ao facto de o seu reembolso estar directamente ligado ao activo financeiro que garante estes contratos.

O activo financeiro detido pelo Grupo para satisfazer estas saídas de caixa inclui o caixa, os saldos em bancos centrais e títulos de tesouro no valor de 36, mil milhões de libras (2006 – 11,6 mil milhões de libras) empréstimos a bancos e clientes de 1,048.7 mil milhões de libras (2006 – 549,5 mil milhões de libras), incluindo 452,4 mil milhões de libras (2006 – 288,9 mil milhões de libras) reembolsáveis no prazo de três meses. O Grupo também detinha títulos de dívida com um valor de mercado de 276,4 mil milhões de libras (2006 – 127,3 mil milhões de libras) dos quais 130,3 mil milhões de libras (2006 – 67,4 mil milhões de libras) foram penhorados para garantir passivo. Podem ser angariados fundos a curto prazo de títulos com elevada liquidez detidos pelo Grupo através da venda ou da alienação ou venda e transacções de recompra independentemente do seu vencimento expresso.

Como explicado acima, a tabela é elaborada tendo por base que o passivo susceptível de ser antecipadamente amortizado é exigido na data mais cedo possível. Na prática, o vencimento médio desse passivo excede significativamente o indicado na tabela. Além disso, embora muitas contas de clientes sejam contratualmente reembolsáveis a pedido ou a curto prazo, a base de depósitos a curto prazo do Grupo é estável a longo prazo dado que as consolidações de depósitos e os novos depósitos compensam as saídas de caixa.

A tabela seguinte apresenta a maturidade prevista do passivo de seguros até 20 anos excluindo o que está directamente associado ao activo financeiro que garante estes contratos (2007 – 4.398 milhões; 2006 – 1.713 milhões).

2007	Grupo					
	0-3 meses m£	3-12 meses m£	1-3 anos m£	3-5 anos m£	5-10 anos m£	10-20 anos m£
Depósitos de bancos	710	1.796	1.961	882	395	33
2006	644	1.688	1.997	885	517	68

31 Gestão de riscos *(continuação)*

Outras obrigações de caixa contratuais

A tabela abaixo apresenta um resumo das outras obrigações de caixa contratuais do Grupo por data de pagamento

	Grupo					
2007	0-3 meses m£	3-12 meses m£	1-3 anos m£	3-5 anos m£	5-10 anos m£	10-20 anos m£
Locações operacionais	90	268	655	569	1.060	1.958
Obrigações contratuais de compra de bens ou serviços	441	1.007	748	199	5	2
	531	1.275	1.403	768	1.065	1.960
2006						
Locações operacionais	85	254	624	533	804	1.073
Obrigações contratuais de compra de bens ou serviços	378	449	969	101	114	39
	463	703	1.593	634	918	1.112

As facilidades formais não utilizadas do Grupo, linhas de crédito e outros compromissos de concessão de empréstimos atingiram 335.688 milhões de libras (2006 – 242.655 milhões de libras). Embora o Grupo tenha assumido os compromissos para fornecer estes fundos, algumas facilidades podem estar sujeitas ao cumprimento de certas condições pela contraparte. O Grupo não espera que todas as facilidades sejam utilizadas e algumas podem expirar antes de serem utilizadas.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda resultante de alterações adversas dos factores de risco, como as taxas de juro, as taxas de câmbio e os preços das acções, conjuntamente com factores relacionados, como as volatilidades do mercado.

O Grupo está exposto ao risco do mercado devido às posições detidas nas suas carteiras de negociação, assim como à sua actividade não de negociação, incluindo as operações de tesouraria.

Valor em risco ("VaR")

O VaR é uma técnica que produz estimativas da potencial alteração negativa do valor de mercado de uma carteira ao longo de um horizonte de tempo especificado com determinados níveis de confiança. Para efeitos de gestão de riscos interna, o VaR do grupo assume um horizonte de tempo de um dia de negociação e um nível de confiança da 95%. O Grupo utiliza modelos de simulação históricos para calcular o VaR. Esta metodologia, tal como muitos outros modelos VaR assume que as alterações de factores de risco observadas no passado, pressupõe que as alterações dos factores de risco observadas no passado são uma boa estimativa das que podem ocorrer no futuro e, por isso, é limitado pela relevância dos dados históricos utilizados. Contudo, o método do Grupo não utiliza quaisquer pressupostos acerca da natureza ou do tipo da distribuição das perdas subjacentes. O Grupo utiliza normalmente os 500 dias de negociação anteriores dos dados do mercado.

O grupo calcula tanto o risco de mercado geral (o risco devido ao movimento das referências do mercado em geral) como o risco de mercado idiossincrático (o risco devido a movimentos no valor dos títulos por referência a emitentes específicos) utilizando os seus modelos de VaR.

O VaR do Grupo deve ser interpretado à luz das limitações da metodologia utilizada. Essas limitações incluem:

- Os dados históricos podem não dar a melhor estimativa da distribuição conjunta das alterações dos factores de risco no futuro e não reflectir o risco de possíveis movimentos de mercado extremos adversos que não ocorreram na janela histórica utilizada para os cálculos.

- O VaR com um horizonte de tempo de um dia não reflecte totalmente o risco de mercado de posições que não podem ser liquidadas ou cobertas num dia.

- O VaR que utiliza um nível de com fiança de 95% não reflecte a extensão das perdas potenciais para além desse percentil.

O Grupo calcula em grande medida o VaR das carteiras de negociação no no fim do expediente e as posições podem mudar substancialmente ao longo do dia de negociação. Existem outros controlos para limitar a exposição do Grupo intra-dia, como o cálculo do VaR para carteiras seleccionadas. Essas limitações e a natureza da medição do VaR significam que o Grupo não pode garantir que as perdas não excedam os montantes do VaR indicados. O Grupo realiza testes de esforço para identificar o potencial de perdas para além do VaR.

Negociação

O principal enfoque das actividades de negociação do Grupo é a facilitação aos clientes – fornecer produtos a preços competitivos à base de clientes do Grupo. O Grupo também realiza: market making – praticar preços firmes de compra e venda com a intenção de explorar o spread entre as cotações; arbitragem – entrar em posições de compensação em mercados diferentes mas intimamente relacionados para tirar partido das imperfeições do mercado; e actividade de capitais próprios – adquirindo posições em instrumentos financeiros como comitente a fim de aproveitar condições de mercado previstas. Os principais factores de risco são as taxas de juro, os spreads de crédito, os preços das acções e os preços de câmbio. Os instrumentos financeiros detidos nas carteiras de negociação do Grupo incluem, mas de forma não restritiva, títulos de dívida, empréstimos, depósitos, acções, acordos de venda e recompra de títulos e instrumentos financeiros derivados (futuros, forwards, swaps e opções). Sobre as normas contabilísticas do Grupo para os instrumentos financeiros derivados, ver normas contabilísticas na página 130.

O VaR para as carteiras de negociação do Grupo discriminadas por tipo de exposição ao risco de mercado, incluindo o idiossincrático, está apresentado na tabela abaixo.

	2007				2006			
	Médio	Fim período	Máximo	Mínimo	Médio	Fim período	Máximo	Mínimo
Negociação	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£	m£
Taxa de juro	12,5	15,0	21,8	7,6	8,7	10,2	15,0	5,7
Spread de crédito	18,8	41,9	45,2	12,6	13,2	14,1	15,7	10,4
Cambial	2,6	3,0	6,9	1,1	2,2	2,5	3,5	1,0
Capital	5,4	14,0	22,0	1,4	1,1	1,6	4,4	0,5
Mercadorias	0,2	0,5	1,6	—	0,2	—	1,1	—
Diversificação		(28,7)				(12,8)		
Total VaR negociação	21,6	45,7	50,1	13,2	14,2	15,6	18,9	10,4

Não negociação

Os principais riscos de mercado decorrentes das actividades não de negociação do Grupo são o risco da taxa de juro, o risco cambial e o risco do capital.

A actividade de tesouraria e as discrepâncias entre o *repricing* do activo e do passivo nas suas operações de banca de retalho e comercial representam a maior parte do risco de taxas de juros nas actividades não de negociação. O risco cambial nas actividades não de negociação deriva dos investimentos do grupo em subsidiárias, associadas e sucursais estrangeiras.

O investimento estratégico do Grupo no Banco da China, na carteira de capital de risco e de investimentos detidos pela sua actividade de seguros gerais são as principais fontes de risco de preço das acções em actividades não de negociação.

As carteiras de instrumentos financeiros não de negociação do Grupo compreendem principalmente os empréstimos (incluindo locações financeiras), títulos de dívida, acções, depósitos, certificados de depósito e outros títulos de dívida emitidos, capital de empréstimo e derivados. Para reflectir a sua natureza distinta, o activo e o passivo de seguros a longo prazo do Grupo atribuível aos titulares de apólices foi excluído destas divulgações do risco de mercado.

Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro nas actividades não de negociação decorre das actividades de tesouraria do Grupo e das actividades de banca de retalho e comercial.

Tesouraria

As actividades de tesouraria do Grupo incluem a sua actividade no mercado monetário e a gestão do fluxo de fundos internos no seio das actividades do Grupo. As certeiras do mercado monetário incluem os instrumentos de caixa (principalmente títulos de dívida, empréstimos e depósitos) e os derivados de cobertura relacionados. O VaR para as carteiras de tesouraria do Grupo, que estão relacionadas principalmente com o risco da taxa de juro, incluindo os spreads de crédito, era de 5,5 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 1,5 milhões de libras).

Durante o exercício o VaR máximo foi de 6,4 milhões de libras (2006 – 4,4 milhões de libras), o mínimo 1,3 milhões de libras (2006 – 0,6 milhões) e o médio 3,7 milhões (2006 – 2,4 milhões).

Banca de retalho e comercial

O risco da taxa de juro nas actividades não de negociação é calculado em cada actividade com base na determinação do comportamento de *repricing* de cada activo, passivo e produto extra patrimonial. Para muitos produtos, as características de *repricing* da taxa de juro real diferem do *repricing* contratual. Na maioria dos casos, a maturidade de *repricing* é determinado pela taxa de juro de mercado que melhor se enquadra no comportamento histórico da taxa de juro do produto. Para as contas correntes não remuneradas, a maturidade de *repricing* é determinada pela estabilidade da carteira. As maturidades de *repricing* utilizadas são aprovadas pela Tesouraria do Grupo e pelas comissões de activo e passivo das divisões pelo menos anualmente. As principais convenções são revistas numa base anual pela GALCO.

É elaborado um relatório do *gap* de maturidade estático no fim do mês para cada divisão, em cada divisa funcional baseado no *repricing* determinado pelo comportamento para cada produto. O Grupo adoptou a política de incluir no relatório de *gap*, o activo e o passivo não financeiros, principalmente as imobilizações corpóreas e o capital e reservas do Grupo distribuídos por vencimentos a médio e a longo prazo. Esse relatório também inclui transacções de cobertura, principalmente derivados.

Quaisquer exposições residuais à taxa de juro não negociação são controladas limitando as discrepâncias de *repricing* nos balanços de cada actividade. As potenciais exposições aos movimentos da taxa de juro a médio e a longo prazo são medidas e controladas utilizando uma versão da mesma metodologia VaR que é utilizada para as carteiras de negociação do grupo, mas sem factores de desconto. As exposições do rendimento líquido contabilizado são medidas e controladas em termos da sensibilidade ao longo do tempo a movimentos das taxas de juro.

31 Gestão de riscos *(continuação)*

O risco é gerido dentro de limites aprovados pela GALCO através da execução de instrumentos de caixa e derivados. A execução da cobertura é efectuada pela respectiva divisão através da função de tesouraria do Grupo. A posição de risco residual é reportada às comissões de activo e passivo das divisões, à GALCO e ao Conselho.

VaR da taxa de juro não negociação

O VaR da taxa de juro não negociação para as actividades de tesouraria e de banca de retalho e comercial do Grupo foi de 42,9 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 40,2 milhões) sendo a maior exposição a alterações às taxas de juro a longo prazo em dólares dos EUA. Durante o exercício, o VaR máximo foi de 53,6 milhões de libras (2006 – 98,7 milhões de libras), o mínimo 32,9 milhões (2006 – 40,2 milhões de libras) e o médio 43,2 milhões (2006 – 76,6 milhões de libras).

O Citizens foi o que mais contribuiu para o VaR da taxa de juro não negociação geral. Investe numa carteira de investimentos altamente classificados e líquidos, principalmente títulos garantidos por hipotecas emitidos por entidades apoiadas pelo governo dos EUA. Este método de gestão do balanço é comum nos bancos de retalho dos EUA onde as hipotecas são originadas e subsequentemente vendidas a organismos federais para financiamento através dos mercados de capitais.

Risco cambial

O Grupo não mantém posições cambiais abertas não negociação a não ser as exposições à conversão cambial estruturais decorrentes dos seus investimentos em subsidiárias e associadas estrangeiras e ao seu financiamento em moeda relacionada. A política do Grupo em relação às posições estruturais é equiparar a exposição cambial estrutural decorrente do valor do activo líquido, incluindo o goodwill, em subsidiárias estrangeiras , em investimentos contabilizados pelo seu valor de consolidação e em sucursais, excepto quando essa política for susceptível de aumentar de forma relevante a sensibilidade dos rácios de capital regulamentares do Grupo ou da subsidiária aos movimentos cambiais. A política exige que as posições estruturais cambiais sejam revistas regularmente pela GALCO. As diferenças cambiais resultantes da conversão das operações estrangeiras são reconhecidas directamente no capital próprio, juntamente com a parte efectiva das diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura.

A classificação das emissões de acções preferenciais denominadas em moeda estrangeira no capital próprio requer que essas acções sejam detidas no balanço ao custo histórico. Consequentemente, as referidas emissões de acções têm o efeito de aumentar a posição cambial estrutural do Grupo.

As tabelas abaixo apresentam as exposições estruturais do Grupo às divisas estrangeiras.

2007	Inv..líq. oper. moeda estr m£	Cobert. Invest. Líq. m£	Expos. estrut. divisas Estrang 2007 m£
Dólar dos EUA	14.819	2.844	11.975
Euro	46.629	41.220	5.409
Franco suíço	910	863	47
RMB chinês	2.600	1.938	662
Real brasileiro	3.755	—	3.755
Outras não libra esterlina	2.995	875	2.120
2006			
Dólar dos EUA	15.036	5.278	9.758
Euro	3.059	1.696	1.363
Franco suíço	462	457	5
RMB chinês	3.013	—	3.013
Outras não libra esterlina	132	107	25
	21.702	7.538	14.164

A exposição em RMB chineses deriva do investimento estratégico do Grupo no Banco da China

Os ganhos e perdas de reconversão dos investimentos líquidos do Grupo em operações juntamente com os investimentos em instrumentos de cobertura destes investimentos são reconhecidos directamente no capital próprio. As alterações das taxas de câmbio afectam o capital próprio na proporção da exposição cambial estrutural. Um reforço de 5% das moedas estrangeiras teria como resultado a perda de 1,140 milhões de libras (2006 – 670 milhões de libras) reconhecida no capital próprio. Uma diminuição de 5% dos câmbios teria como resultado um ganho de 1.200 mil milhões de libras (2006 – 710 milhões de libras) reconhecido no capital próprio.

Risco de capital

As posições de capital não negociação podem resultar em alterações do rendimento não negociação do Grupo e reservas resultantes de alterações nos preços/rendimento do capital.

Os tipos, a natureza e os montantes das exposições negociadas na bolsa de valores, das exposições a capitais privados e outras exposições variam significativamente. Essas exposições podem assumir a forma de acções cotadas e não cotadas, warrants de acções e opções, investimentos em fundos de capital ligados, capitais privados e investimentos em capital de risco, acções preferenciais classificadas como capital próprio e capital social no Federal Home Loans Bank e no Federal Reserve Bank.

Risco de seguro

O Grupo está exposto ao risco de seguro, directamente através das suas actividades ou da utilização dos seguros como instrumento para diminuir as outras exposições a riscos.

O risco de seguro é o risco de flutuações no calendário, frequência ou gravidade dos acontecimentos segurados, relativamente às expectativas do Grupo no momento da subscrição.

Risco de subscrição e preços

O Grupo gere o risco de subscrição e preços através da utilização de directrizes da subscrição que especificam a classe, natureza e tipo da actividade que pode ser aceite; as políticas por linha de produtos e por marca; e o controlo centralizado do texto das apólices e quaisquer alterações subsequentes.

Risco de gestão das reclamações

O risco de as reclamações serem processadas ou pagas indevidamente é gerido através de uma série de controlos informáticos e processos manuais conduzidos por pessoal experiente. Estes, juntamente com uma série de políticas e procedimentos detalhados, asseguram que todas as reclamações sejam processadas de forma atempada, apropriada e exacta.

Risco de resseguro

O resseguro é utilizado para proteger contra o impacto de grandes acontecimentos catastróficos ou volumes imprevistos de ou tendências adversas em grandes reclamações individuais e transferir o risco que está fora do apetite de risco corrente do Grupo.

O resseguro de riscos acima do apetite de risco do Grupo só é efectivo se o prémio de resseguro fizer sentido económico e a contraparte for financeiramente segura. As resseguradoras aceitáveis são as que têm a classificação A- ou acima, a menos que especificamente autorizado.

Risco de reserva

O risco de reserva está relacionado com os prémios e as reclamações. É o risco de as reservas serem avaliadas incorrectamente, de tal modo que tenham sido retidos fundos insuficientes para pagar ou processar as reclamações à medida que os montantes vencem. Os dados de desenvolvimento das reclamações fornecem informações sobre o modelo histórico do risco de reserva.

	Ano acidente						
Reclamações de seguro – brutas	2002 m£	2003 m£	2004 m£	2005 m£	2006 m£	2007 m£	Total m£
Estimativas dos custos finais das reclamações:							
No fim do ano do acidente	3.013	3.658	3.710	4.265	4.269	4.621	23.536
Um ano depois	91	(140)	(186)	(92)	(275)	—	(602)
Dois anos depois	1	(106)	(88)	(147)	—	—	(340)
Três anos depois	(12)	(55)	(85)	—	—	—	(152)
Quatro anos depois	(17)	(47)	—	—	—	—	(64)
	(19)	—	—	—	—		(19)
Estimativa actual das reclamações cumulativas	3.057	3.310	3.351	4.026	3.994	4.621	22.359)
Pagamentos cumulativos até à data	(2.893)	(2.972)	(2.825)	(3.272)	(2.947)	(2.306)	(17.215)
	164	338	526	754	1.047	2.315	5.144
Passivo relativo a anos anteriores							202
Custos de processamento das reclamações							120
Passivo bruto das reclamações de seguros gerais							5.466

	Ano acidente						
Reclamações de seguro – líquidas de resseguros	2002 m£	2003 m£	2004 m£	2005 m£	2006 m£	2007 m£	Total m£
Estimativa dos custos das últimas reclamações							
No fim do ano acidente	2.584	3.215	3.514	4.168	4.215	4.572	22.268
Um ano depois	59	(106)	(168)	(67)	(261	—	(543)
Dois anos depois	(12)	(103)	(90)	(161)	—	—	(366)
Três anos depois	(3)	(53)	(81)	—	—	—	(137)
Quatro anos depois	(21)	(44)	—	—	—	—	(65)
	(24)	—	—	—	—		(24)
Estimativa actual das reclamações cumulativas	2.583	2.909	3.175	3.940	3.954	4.572	21.133
Pagamentos cumulativos até à data	(2.473)	(2.648)	(2.721)	(3.226)	(2.771)	(2.379)	(16.216)
	110	261	545	714	1.183	2.193	4.915
Passivo relativo a anos anteriores							168
Custos de processamento das reclamações							120
Passivo bruto das reclamações de seguros gerais							5.203

31 Gestão de riscos *(continuação)*

Reservas para reclamações

É política do Grupo manter reservas para reclamações não descontadas (incluindo reservas para cobrir as reclamações incorridas, mas não reportadas (reservas IBNR)) para todas as classes a um nível suficiente para cumprir todas as suas responsabilidades à medida que vencem.

O Grupo concentra-se em produtos de elevado volume e relativamente simples, por exemplo habitação e automóvel. Isso facilita a geração de dados completos de subscrição e reclamações, que são utilizados para definir os preços e monitorizar os riscos aceites.

A tabela seguinte indica a diversidade de ricos subscritos e os rácios de perda correspondentes para cada grande área de negócio, bruto e líquido de resseguros.

		2007			2006		2005	
		Prémios Obtidos m£	Recl.. Incorridas m£	Rácio Perda m£	Prémios Obtidos m£	Rácio Perda m£	Prémios Obtidos m£	Rácio Perda m£
Imóveis residenciais	Bruto	1.087	894	82	1.121	56	1.098	55
	Líq.	1.020	878	86	1.061	59	1.037	56
Automóvel pessoal	Bruto	3.254	2.616	80	3.384	84	3.312	79
	Líq.	3.161	2.560	81	3.279	85	3.257	80
Imóveis comerciais	Bruto	211	116	55	218	37	212	39
	Líq.	191	115	60	218	38	193	40
Automóvel comercial	Bruto	142	107	75	198	69	1102	53
	Líq.	133	107	80	90	68	96	46
Outros	Bruto	851	337	40	84288	47	853	63
	Líq.	839	340	41	833	49	761	67
Total	Bruto	5.545	4.070	73	5.655	71	5.577	70
	Líq.	5.344	4.000	75	5.459	73	5.344	71

O grupo não tem exposição a taxas de juro do passivo de seguros gerais porque as provisões para reclamações ao abrigo dos contratos de seguro a curto prazo não são descontadas.

Frequência e gravidade de riscos específicos e fontes de incerteza

A maior parte dos contratos de seguros gerais são subscritos numa base anual, o que significa que as responsabilidades do Grupo se estendem por um período de 12 meses, após o qual o Grupo tem o direito de recusar ou de renovar ou pode impor condições de renovação alterando o premio, os prazos e condições ou ambos.

A frequência e gravidade das reclamações e as fontes de incerteza para as principais classes a que o grupo está exposto são as seguintes:

Contratos de seguro automóvel (pessoais e comerciais) A experiência de reclamações é bastante variável devido a uma grande variedade de factores, mas os principais são a idade, o sexo e a experiência de condução do condutor, o tipo e a natureza do veículo, a utilização do veículo e a área.

Existem muitas fontes de incerteza que afectarão a experiência do grupo em termos de seguro automóvel, incluindo risco operacional, o risco de reserva, a taxas de prémios não adequadas às taxas de inf lação das reclamações, as condições climatéricas, a conjuntura social, económica e legislativa e o risco de falha do resseguro.

b) Contratos de seguro de imóveis (residenciais e comerciais)

As principais causas de reclamações nos seguros de imóveis são furto, inundação, fugas de água, incêndios, tempestades, aluimento e vários tipos de danos acidentais.

A principal fonte de incerteza nas contas de imóveis do Grupo é a volatilidade das condições climatéricas. As condições climatéricas no RU podem ter influência na maior parte dos perigos acima indicados. Durante um período mais longo, a robustez da economia também é um factor.

c) Outros contratos de seguro comerciais

Outras reclamações comerciais provêm principalmente da interrupção da actividade e perdas resultantes de negligência do segurado (seguro de responsabilidade civil). As perdas por interrupção da actividade derivam da perda de rendimento, receitas e/ou lucros devido a reclamações por danos de imóveis. O seguro de responsabilidade civil inclui a responsabilidade do empregador e a responsabilidade pública/pelos produtos. O seguro de responsabilidade civil é redigido numa base de ocorrência e está sujeito a reclamações que são identificadas ao longo de um período de tempo substancial, mas em que a situação de prejuízo ocorreu durante a vida útil da apólice.

As flutuações do clima social e económico são uma fonte de incerteza nas contas de interrupção da actividade e responsabilidade civil do Grupo. Outras fontes de incerteza são as alterações legislativas ou a sua interpretação e o risco de reserva. Outras ainda são acontecimentos importantes (por exemplo ataques terroristas) e quaisquer novas rubricas emergentes de danos ou tipos de reclamações que não estão previstas quando a apólice é subscrita.

Actividade de seguros de vida

As três companhias de seguros de vida do Grupo reguladas no RU. a National Westminster Life Assurance Limited, a Royal Scottish Assurance plc ("RSA") e a Direct Line Life Insurance Company Limited, são obrigadas a cumprir continuamente requisitos de capital mínimos ao abrigo do Prudential Sourcebook da Autoridade de Serviços Financeiros. Os recursos de capital que cobrem o requisito regulamentar não são transferíveis para outras áreas do Grupo. Para assegurar que o requisito de capital seja continuamente cumprido, cada companhia mantém um suplemento voluntario acima do mínimo legal.

O Grupo não está exposto aos riscos de preços, cambial, de crédito ou de juro nos seguros de vida de capital variável, mas está exposto à variação das taxas de gestão. Uma diminuição de 10% do valor do activo diminuiria as taxas de gestão do activo em 2 milhões de libras por ano (2006 – 5 milhões de libras). O Grupo também subscreve contratos de seguro com benefícios mínimos garantidos por morte, que o expõem ao risco de depreciações de os investimentos subjacentes poderem aumentar a sua exposição líquida ao risco de morte.

Os contratos de seguro a longo prazo do Grupo incluem contrato de seguro de vida inteira, seguro misto, seguro de vida inteira flexível, de pensão e renda vitalícia que se espera sejam mantidos em vigor por um período de tempo prolongado.

Os contratos ao abrigo dos quais o Grupo não aceita um risco de seguro significativo são classificados como contratos de investimento. As provisões comerciais a longo prazo são calculadas de acordo com a norma contabilística britânica FRS 27 'Seguro de Vida'.

São feitas estimativas (pressupostos) que incluem a mortalidade futura, a morbilidade, a persistência e os níveis de despesas incorridos no cálculo das reservas actuarias. Os principais parâmetros incluem:

	Europa		RU	
Pressupostos	2007	2007	2006	2006
Seguro temporário		3,00%	3,00%	2,85%
Juro	4,06%	3,00%	3,00%	2,85%
Crescimento da unidade	5,38%	3,50%	3,50%	2,85%
Inflação das despesas	3,00%	4,00%	4,00%	4,00%

Amostra de taxas de mortalidade, expressas como mortes por milhões ao ano, para os produtos de seguros temporários (40 anos de idade).

Mortalidade			
Sexo masculino não fumador	810	517	470
Sexo masculino fumador	1,830	983	893
Sexo feminino não fumadora	460	278	253
Sexo feminino fumadora	1,310	618	563

Em 2007, o Grupo mudou da série UK 80 para a série 00 em termos de mortalidade. Na Europa regista-se uma taxa de mortalidade total de 1.117 mortes por milhão por ano (40 anos de idade).

Despesas :			
Produtos antes de 2000 – RSA	2007 ao ano	2006 ao ano	2005 ao ano
Plano de protecção do estilo de vida	£25,18	£28,96	£29,81
Plano de poupança-habitação	£56,67	£65,15	£67,05
Produtos antes de 2000 – NatWest Life			
Seguros temporários	£26,01	£26,01	£26,79
Obrigações de capital variável com prémio único	£23,17	£23,17	£23,86
Produtos pós-2000			
Seguros temporários	£23,16	£23,16	£23,97
Obrigações garantidas	£25,71	£25,71	£26,92

31 Gestão de riscos *(continuação)*

Frequência e gravidade das reclamações – para os contratos em que a morte é um risco segurado, os factores mais significativos que podem aumentar a frequência global das reclamações são epidemias ou alterações generalizadas do estilo de vida, que têm como resultado reclamações mais cedo ou em maior número do que o esperado.

Para os contratos em que a sobrevivência é o risco segurado, o factor mais importante é a continuação do aperfeiçoamento da ciência médica e das condições sociais que aumentem a longevidade.

Para os contratos com benefício fixo e garantido e prémios futuros garantidos, não existem termos e condições de atenuação que reduzam o risco de seguro aceite. Os contratos de participação podem dar origem a que uma parte significativa do risco de seguro seja partilhada com a parte segurada.

Fontes de incerteza na estimativa dos pagamentos de benefícios e dos recebimentos de prémios – o Grupo utiliza tabelas básicas de mortalidade padrão apropriadas ao tipo de contrato subscrito e ao território em que a pessoa segurada reside. Estes são ajustados para reflectir a experiência, as melhorias de mortalidade e o comportamento de rescisão voluntária do Grupo.

Factor de sensibilidade	Descrição do factor de sensibilidade aplicado
Taxa de juro e retorno do investimento	Alteração da taxa de juro do mercado de ±1%. O teste tem em conta consistentemente alterações semelhantes do retorno do investimentos e os movimentos do valor de mercado dos títulos de garantia a taxa fixa.
Despesas	Aumento das despesas de manutenção de 10%
mortalidade/morbilidade do seguro	Aumento das taxas de mortalidade/morbilidade dos contratos de seguro de
Mortalidade do pensionista	Redução das taxas de mortalidade nos contratos de anuidade de 5%

Os factores de sensibilidade no RU acima indicados aplicam-se via modelos actuariais e estatísticos, com o seguinte impacto nas demonstrações financeiras.

		Impacto no lucro e no capital	
Factor de risco	Variabilidade	2007 m£	2006 m£
Taxas de juro	+1%	(18)	(19)
Taxas de juro	–1%	15	23
Despesas	+10%	(5)	(5)
Mortalidade/morbilidade seguro	+5%	(8)	(6)
Mortalidade do pensionista	–5%	—	—

Limitações da análise de sensibilidade: as tabelas acima demonstram o efeito de uma alteração do principal pressuposto no RU, enquanto outros pressupostos permanecem não afectados (os pressupostos relacionados com o ABN AMRO não são relevantes). Na realidade, tal ocorrência é improvável, devido à correlação entre os pressupostos e outros factores. Note-se que estas sensibilidades não são lineares e impactos maiores ou menores não devem ser interpolados nem extrapolados a partir destes resultados. As análises de sensibilidade não têm em consideração que o activo e o passivo é activamente gerado e pode variar no momento em que ocorre qualquer movimento de mercado real.

32 Recursos de capital

Os recursos de capital legais do Grupo em 31 de Dezembro de acordo com as definições da Autoridade dos Serviços Financeiros ('FSA') eram os seguintes:

Composição do capital regulamentar	2007 m£	2006 m£
Capital tier 1:		
Capital próprio e interesses minoritários	88.311	41.700
Títulos tier 1 inovadores e acções preferenciais transferidas do passivo subordinado	6.919	4.900
Goodwill capitalizado e outras imobilizações incorpóreas	(48.492)	(18.904
Ajustamentos regulamentares e outros ajustamentos	(2.374)	2.345
Total capital tier 1 qualificado	44.364	30.041
Capital tier 2:		
Mais-valias não realizadas de acções disponíveis para venda	3.115	3.790
Dotações para imparidades colectivas, líquidas de impostos	2.582	2.267
Dívidas subordinadas qualificadas	27.681	21.024
Participações minoritárias e outras participações no capital tier 2	315	410
Total capital tier 2 qualificado	33.693	27.491
Total capital tier 3 qualificado	200	—
Deduções de supervisão: Investimentos não consolidados	4.297	3.870
Investimentos noutras instituições bancárias	463	5.203
Outras deduções	5.523	1.510
Total capital regulamentar	67.974	46.949

O Grupo pratica a política de manter uma forte base de capital para a expandir conforme for apropriado e utilizar eficientemente em todas as suas actividades a fim de optimizar o retorno para os accionistas, mantendo uma relação prudente entre a base de capital e os riscos subjacentes à actividade. Na execução desta política, tem em conta os requisitos de supervisão da FSA. A FSA utiliza o Risco de Cobertura do Activo ("RAR"), como parâmetro de adequação do capital no sector bancário britânico, comparando os recursos de capital de um banco com o seu activo de risco ponderado (o activo e as exposições extra-patrimoniais são 'ponderados' para reflectir os riscos de crédito e outros inerentes); por convenção internacional, o RAR não deve ser inferior a 8%, com um componente tier 1 mínimo de 4%. O grupo cumpriu os requisitos de capital da FSA ao longo do exercício.

Uma série de subsidiárias e subgrupos no seio do grupo, principalmente entidades bancárias e de seguros, estão sujeitas a vários requisitos de capital regulamentares individuais no RU e no estrangeiro.

33 Itens do Memorando

Passivo contingente e compromissos

Os montantes indicados na tabela abaixo destinam-se apenas a dar uma indicação do volume de negócios pendentes em 31 de Dezembro. Embora o Grupo esteja exposto ao risco de crédito em caso de não cumprimento das obrigações assumidas pelos clientes, os montantes indicados não dão nem se destinam a dar qualquer indicação das expectativas do Grupo no que se refere a futuras perdas.

Grupo	Menos de 1 ano m£	Mais de 1 ano mas – do que 3 anos m£	Mais de 3 ano Mas – do que 5 anos m£	Mais de 5 anos m£	2007 m£	2006 m£
Passivo contingente:						
Garantias e activos dados como garantia	27.943	5.626	2.226	10.646	46.441	10.725
Outros passivos contingentes	7.954	2.073	1.456	3.996	15.479	9.121
	35.897	7.699	3.682	14.642	61.920	19.846
Compromissos:						
Facilidades standby formais não utilizadas, linhas de crédito e outros compromissos de empréstimo						
– menos de um ano	184.791	—	—	—	184.791	140.742
– a partir de um ano	16.456	38.966	58.405	37.070	150.897	101.913
Outros compromissos	2.001	324	165	1	2.491	2.402
	203.248	39.290	58.570	37.071	338.179	245.057

Os compromissos bancários e as obrigações contingentes, que foram assumidos em nome dos clientes e para os quais existem obrigações correspondentes da parte destes não estão incluídos no activo e no passivo. A exposição máxima do Grupo às perdas de crédito, em caso de não cumprimento pela outra parte e em que todas as outras contra-reclamações, colaterais ou garantias demonstram ser inúteis, está representada pelo montante nominal contratual destes instrumentos incluídos na tabela. Estes compromissos e obrigações contingentes estão sujeitos aos processos de aprovação de crédito normais do Grupo.

Passivo contingente

Garantias – o Grupo dá garantias em nome dos clientes. Uma garantia financeira representa um compromisso irrevogável de que o Grupo cumprirá as obrigações do cliente perante terceiros se este não o fizer. O montante máximo que o Grupo pode ser obrigado a pagar ao abrigo de uma garantia é o montante de capital indicado na tabela acima. O Grupo espera que a maioria das garantias expire sem ser utilizada.

Outro passivo contingente – inclui cartas de crédito standby, apoio nos problemas de dívidas dos clientes e passivo contingente relacionado com as actividades comerciais dos clientes, como as que resultam de obrigações de execução e alfandegárias, garantias e indemnizações.

Compromissos

Compromissos de empréstimo – ao abrigo de um compromisso de empréstimo, o Grupo concorda em disponibilizar fundos a um cliente numa data futura.
Os compromissos de empréstimo, que são válidos normalmente durante um período especificado podem ser incondicionalmente canceláveis ou persistir, desde que todas as condições da facilidade de empréstimo sejam satisfeitas ou haja uma renúncia às mesmas.
Os compromissos de empréstimo incluem facilidades comerciais standby e linhas de crédito, facilidades de liquidez para condutas de papel comercial e facilidades de descoberto não utilizadas.

Outros compromissos – incluem créditos documentários, designadamente cartas de crédito comerciais que prevêem o pagamento, pelo Grupo, a um beneficiário designado, contra apresentação de documentos especificados, compras de activo a prazo, depósitos a prazo e emissão de títulos não utilizados e facilidades de subscrição renováveis e outras transações relacionadas com operações comerciais a curto prazo.

Inquéritos e investigações regulamentares

No decurso normal da sua actividade, o Grupo e as suas subsidiárias colaboram com as autoridades reguladoras de várias jurisdições, nos seus inquéritos ou investigações a alegadas ou possíveis infracções aos regulamentos.

Conforme anteriormente divulgado pelo ABN AMRO, o Ministério da Justiça dos Estados Unidos está a realizar uma investigação criminal das actividades de compensação em dólares do ABN AMRO, dos procedimentos de cumprimento do Office of Foreign Assets Control e outras matérias relacionadas com o cumprimento da Lei do Sigilo Bancário. O ABN AMRO colaborou e continua a colaborar plenamente com a investigação. Antes da aquisição pelo Grupo, o ABN AMRO tinha chegado a um acordo de princípio com o Ministério da Justiça que resolveria todos os aspectos actualmente conhecidos da investigação em curso através de um acordo de acusação diferida em troca do pagamento pelo ABN AMRO de 500 milhões de dólares do EUA (cujo montante foi contabilizado pelo ABN AMRO nas suas demonstrações financeiras provisórias relativas aos seis meses findos em 30 de Junho de 2007).

Prosseguem negociações para permitir a celebração de um acordo por escrito.

Algumas das subsidiárias do Grupo receberam pedidos de informação de vários organismos governamentais dos EUA e de organizações auto-reguladoras incluindo em relação com as hipotecas subprime e securitizações, obrigações de dívidas colaterizadas e produtos sintéticos relacionados com as hipotecas subprime. O Grupo e as suas subsidiárias estão a colaborar com estes pedidos de informação e investigações.

Actividades de depositário e outras actividades fiduciárias

Na sua qualidade de depositário ou outra função fiduciária, o Grupo pode deter ou aplicar activo em nome de particulares, fundos, empresas, planos de pensões e outros. O activo e o respectivo rendimento não estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo obteve um rendimento de comissões de 695 milhões de libras (2006 – 472 milhões de libras; 2005 – 366 milhões de libras) destas actividades.

Contenciosc

Foram intentados processos nos EUA, incluindo acções de classe consolidada em nome dos antigos detentores de títulos Enron contra um grande número de arguidos, incluindo o Grupo, após o colapso da Enron. As reclamações contra o Grupo podem ser significativas, a posição do autor da acção é que cada arguido é responsável por um montante do dano global menos liquidações – não quantificou os danos contra o Grupo em particular. O Grupo considera que dispõe de meios de defesa legais e factuais importantes e credíveis para estas reclamações e vai continuar a defender-se vigorosamente. Decisões recentes do Supremo Tribunal e do Quinto Circuito vem reforçar a posição do Grupo. O Grupo não consegue estimar fiavelmente a responsabilidade que venha a ser eventualmente apurada ou o seu efeito no activo liquido consolidado do Grupo, nos seus resultados operacionais ou fluxos de caixa em qualquer período determinado.

Em 27 de Julho de 2007, após reuniões entre o Office of Fair Trading ('OFT'), o Financial Ombudsman Service, a Autoridade dos Serviços Financeiros e todos os principais bancos do RU (incluindo o Grupo) no primeiro semestre de 2007, o OFT emitiu processos num caso teste contra os bancos, incluindo o Grupo, para determinar o estatuto jurídico e aplicabilidade de certas acusações relacionadas com descobertos não autorizados. A audição do caso teste começou em 17 de Janeiro de 2008. O Grupo reafirma que as suas alegações são justas e aplicáveis e está a defender a sua posição vigorosamente. No entanto, nesta fase não pode prever com qualquer margem de certeza, o resultado do caso-teste e não consegue fiavelmente estimar a responsabilidade que venha eventualmente a ser apurada ou o seu efeito no activo liquido consolidado do Grupo, nos seus resultados operacionais ou nos fluxos de caixa em qualquer período determinado.

Os membros do Grupo estão envolvidos noutro litigio no RU e em várias jurisdições estrangeiras, incluindo os Estados Unidos, relacionado com reclamações por e contra eles resultantes do decurso normal da sua actividade. O Grupo reviu estas reclamações e processos reais, ameaças de processos ou potenciais processos conhecidos e segundo os seus consultores jurídicos, não é de esperar que o resultado destas reclamações e processos tenha um efeito adverso relevante no seu activo financeiro consolidado, nos resultados operacionais ou nos fluxos de caixa em qualquer período determinado.

As responsabilidades contingentes adicionais surgem no decurso normal da actividade do Grupo. Não está previsto que destas transações resulte qualquer perda relevante.

34 Entradas de caixa líquidas resultantes das actividades operacionais

	Grupo			Empresa		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Lucro operacional antes de impostos	9.900	9.186	7.936	2.372	3.486	1.932
(Aumento)/diminuição das contas de regularização do activo	(662)	322	1.064	(1	—	4
Juros sobre o passivo subordinado	1.542	1.386	1.271	470	520	583
(Aumento)/diminuição das contas de regularização do passivo	(818)	515	(1.200)	—	(27)	8
Provisões para perdas por imparidade	2.128	1.877	1.707	—	—	—
Empréstimos e adiantamentos amortizados líquidos de recuperações	(1.781)	(1.626)	(1.870)	—	—	—
Compensação de desconto sobre perdas por imparidade	(166)	(142)	(144)	—	—	—
Lucro da venda de imobilizações corpóreas	(741)	(216)	(91)	—	—	—
(Lucro)/perdas das venda de subsidiárias e associadas	(67)	(44)	80	—	—	—
Lucro da venda de títulos	(544)	(369)	(667)	—	—	—
Encargos com planos de pensões de benefício definido	489	580	462	—	—	—
Contribuição caixa para planos de pensões de benefício definido	(599)	(536)	(452)	—	—	—
Outras provisões utilizadas	(211)	(42)	(34)	—	—	—
Depreciação e amortização	1.970	1.678	1.825	—	—	—
Eliminação de diferenças cambiais	(10.282)	4.516	(3.060)	(58)	(22)	(30
Outras rubricas não monetárias	(373)	(1.395)	(257)	2	45	(116
(Saídas)/entradas de caixa líquidas das actividades de negociação	(215)	15.690	6.570	2.785	4.002	2.381
(Aumento)/dominados empr. e adiant. a inst.crédito e clientes	(90.829)	(44.525)	(36.778)	(8	346	(14
Aumento dos títulos	(26.167)	(16.703)	(28.842)	—	—	—
(Aumento)/diminuição de outras rubricas do activo	(384)	671	(2.390)	—	2	5
(Aumento)/diminuição dos activos derivados	(134.356)	(21.018)	(5.758)	(173)	55	50
Alterações do activo operacional	(251.736)	(81.575)	(73.768)	(181)	403	41
Aumento/(diminuição) de depósitos inst. crédito e clientes	81.645	63.091	32.424	4.677	(164)	832
Aumento do passivo de seguros	2.706	244	620	—	—	—
Aumento/(diminuição) dos títulos de dívida em emissão	59.735	(4.457)	24.147	10.936	(803)	1.328
(Diminuição)aumento de outras rubricas do passivo	(1.036)	935	571	(7	14	(55
Aumento/(diminuição) de passivos derivados	128.874	21.674	5.161	137	42	(96
Aumento dos saldos de compensação e posições curtas	8.073	4.068	10.326	—	—	—
Alterações do passivo operacional	279.997	85.555	73.249	15.743	(911)	2.009
Total imposto sobre o rendimento (pago)/recebido	(2.442)	(2.229)	(1.911)	6	154	(18
Entradas de caixa líquidas das actividades operacionais	25.604	17.441	4.140	18.353	3.648	4.413

35 Análise do investimento líquido em participações comerciais e imobilizações incorpóreas

(a) Aquisição de ABN AMRO

Em 17 de Outubro de 2007, o Grupo, através da sua subsidiária RFS Holdings B.V. ('RFS'), adquiriu 99% das acções ordinárias da ABN AMRO Holding N.V., a empresa holding de um grande grupo bancário europeu sediado nos Países Baixos com subsidiárias que realizam operações de banca comercial, banca de investimento e outras actividades financeiras relacionadas. Os justos valores provisionais do activo e passivo do ABN AMRO na data de aquisição e os valores pagos foram os seguintes:

	Pré aquis., montantes contab. m£	Grpos alienação (1) m£	Ajust justo valor prov. (2) m£	Valores acquis. reconh. (2) m£
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7,263	(186)	—	7,077
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	120,120	(3,646)	—	116,474
Empréstimos e adiantamentos a clientes	314,287	(26,158)	(1,843)q	286,286
Tít. e outros títulos elegíveis e títulos de dívida e de participação	166,018	(3,804)	—	162,214
Derivados	86,695	(322)	—	86,373
Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas	4,239	(3,522)	4,282	4,999
Imobilizações corpóreas	2,062	(747)	175	1,490
Outros activos	32,710	(7)	1,357	34,060
Activo de grupos para alienação (1)	2.987	38.392	787	42.166
Depósitos de bancos	(160,906)	2,808	(321)	(158,419)
Contas de clientes	(253,583)	13,786	(152)	(239,949)
Títulos de dívida em emissão	(134,630)	5,937	776	(127,917)
Saldos de compensação e posições curtas	(44,748)	36	—	(44,712)
Derivados	(85,491)	417	—	(85,074)
Passivo subordinado	(11,748)	868	685	(10,195)
Outras rubricas do passiv	(21,268)	271	(1,814)	(22,811)
Passivos incluídos nos grupos para alienações (1)	(2,377)	(24,123)	—	(26,500)
Activo e passivo líquido identificável	21,630	—	3.932	25.562
Participações minoritárias				(242)
Goodwill da aquisição (3)				23,255
Contrapartida				48,575
Cumprido por:				
Emissão de 531 milhões acções ordinárias da empresa (4)				2.719
Caixa				45.786
Honorários e despesas respeitantes à acquisition				70
Pagamento				48,575
Caixa líquido				45.856
Pagamento em numerário				(60.093)
Caixa adquirido				14.237

Notas:

(1) Na sequência de um acordo entre o Santander e o Banca Monte dei Paschi di Siena S.p.A., foi anunciado, em 10 de Setembro de 2007, que o Banca Antonveneta SpA., excluindo a sua subsidiária Interbanca será vendido pelo ABN AMRO ao Banca Monte dei Paschi di Siena S.p.A. pelo valor de 9 mil milhões de euros, (6.6 mil milhões de libras). A venda da actividade de gestão do activo do ABN AMRO ao Fortis obteve a aprovação do Conselho de Administração do ABN AMRO em 23 de Novembro de 2007. Estas actividades e a actividade de capitais priva dos do ABN AMRO foram classificadas como grupos para alienação no momento da aquisição do ABN AMRO. Além disso, nos termos do contrato de Consórcio e Accionistas, os membros do consórcio que não o Grupo, acordaram adquirir, oportunamente, várias actividades do ABN AMRO, incluindo operações no Brasil, as actividades comercial e de retalho nos Países Baixos, a actividade de clientes particulares e o Interbanca.

(2) A contabilidade inicial da aquisição foi determinada provisoriamente devido à sua complexidade e ao tempo limitado disponível entre a aquisição e a elaboração destas demonstrações financeiras.

(3) O goodwill resultante da aquisição é imputável às sinergias previstas de custos e receitas e ao potencial de ganhos a longo prazo das actividades adquiridas.

(4) Avaliado a um preço médio de 512p por acção ordinária de 25p, com base no preço de fecho no dia de negociação imediatamente antes da data da permuta.

(5) O ABN AMRO incorreu numa perda no período desde a sua aquisição de 123 milhões de libras, dos quais 136 milhões foram imputáveis às operações descontinuadas.

35 Análise do investimento líquido em participações comerciais e imobilizações incorpóreas *(continuação)*

(b) Outras aquisições e alienações

	Grupo		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Justo valor atribuído às actividades adquiridas	(280)	(21)	(85)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	5	—	--
Por contrapartida de rubricas não monetárias	—	—	10
Saída de caixa líquida relativa a compras	(275)	(21)	(75)
Caixa e equivalentes de caixa em actividades vendidas	21	229	10
Outros activos vendidos	16	36	208
Pagamentos não monetários	(2)	(1)	(30)
Lucro/(perda) de alienações	67	44	(80)
Entrada líquida de caixa respeitante a alienações	102	308	108
Dividendos recebidos de consórcios	11	29	16
Despesas de caixa imob. incorpóreas	(435)	(379)	(345)
Saída líquida	(597)	(63)	(296)

Excluindo o impacto da amortização dos ajustamentos ao justo valor e custos de financiamento, estima-se que o Grupo teria reportado um rendimento total de 40,7 mil milhões de libras e um lucro após impostos das operações contínuas no exercício de 9,2 mil milhões de libras se todas as aquisições tivessem ocorrido em 1 de Janeiro de 2007.

36 Juros recebidos e pagos

	Grupo			Empresa		
	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2007 m£	2006 m£	2005 m£
Juros recebidos	32.720	24.381	21.609	457	594	488
Juros pagos	(18.976)	(14.656)	(11.878)	(746)	(632)	(704)
	13.744	9.725	9.730	(289)	(38)	(216)

37 Análise das alterações de financiamentos durante o exercício

	Grupo				Empresa			
	Capital social, prém.acções e cap.realiz		Passivo subordinado		Capital social, prém.acções e cap.realiz		Passivo subordinado	
	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£	2007 m£	2006 m£
Em 1 de Janeiro de	13.297	12.603	27.654	28.274	13.297	12.603	8.194	9.242
Emissão de acções ordinárias	77	104			77	104		
Emissão de outros títulos de participação	4.673	671			4.673	671		
Recompra de acções ordinárias	—	(394)			—	(394)		
Receitas líquidas da emissão de passivo subordinado			1.018	3.027			—	399
Reembolso de passivo subordinado			(1.708)	(1.318)			(469)	(547
Entrada/(saída) líq. caixa de financiamentos	4.750	381	(690)	1.709	4.750	381	(469)	(148
Aquisição de subsidiárias	2.719	—	10.195	—	2.719	—	—	—
Conversão monetária e outros ajustamentos	159	313	820	(2.329)	159	313	18	(900
Em 31 de Dezembro	20.925	13.297	37.979	27.654	20.925	13.297	7.743	8.194

38 Análise of caixa e equivalentes de caixa

	Grupo			Empresa		
	2007 m£	2006 M£	2005 m£	2007 m£	2006 M£	2005 m£
Em 1 de Janeiro						
– caixa	28.378	25.476	23.723	11	30	60
– equivalentes de caixa	43.273	27.073	26.298	646	1.096	249
Aquisição de subsidiárias	60.098	--	--	—	--	--
Entrada/(saída) líquida de caixa	17.206	19.102	2.528	916	(469)	817
Em 31 de Dezembro	148.955	71.851	52.549	1.573	657	1.126
Englobando:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.428	5.752	4.456	—	--	--
Títulos do tesouro e outros títulos de dívida	6.818	1.596	998	—	--	--
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	124.709	64.303	47.095	1.573	657	1.12
Caixa e equivalentes de caixa	148,955	71.651	52.549	1,573	657	1.126

Certas empresas subsidiárias são obrigadas a manter saldos no Banco da Inglaterra que, em 31 de Dezembro de 2007, ascendiam a 439 milhões de libras (2006 – 369 milhões de libras). Certas empresas subsidiárias são obrigadas por lei a manter saldos de reserva no Federal Reserve Bank dos EUA. Esses saldos cifravam-se em 1 milhão de dólares em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 13 milhões de dólares). O ABN AMRO tinha depósitos de reserva obrigatórios de 6 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007.

39 Análise por segmento

(a) Divisões

Os administradores gerem o Grupo principalmente por classe de actividade e apresentam a análise por segmento nessa base. As actividades do Grupo estão organizadas como segue:

- A divisão de Global Banking & Markets é um parceiro bancário principal de grandes empresas e instituições financeiras em todo o mundo, fornecendo uma vasta gama de serviços de financiamento de dívida, gestão de riscos e investimentos aos seus clientes.

- A RFS Holdings, excluindo a participação minoritária, abrange as actividades do ABN AMRO que são atribuíveis ao Grupo, incluindo a banca de investimento, os pagamentos de caixa internacionais e o financiamento comercial.

- A UK Corporate Banking fornece serviços bancários, de financiamento e gestão de riscos aos clientes empresariais do RU. Através da sua rede de gestores de relações em todo o país, distribui a gama completa de produtos e serviços da Corporate Markets às empresas.

- A divisão de Retail compreende as marcas de retalho do Royal Bank e do NatWest e uma série de fornecedores directos que oferecem uma gama completa de produtos bancários e serviços financeiros relacionados aos mercados particulares, premium e das pequenas empresas através de vários canais de distribuição. Também inclui a actividade de retalho não baseada no balcão do Grupo, como o Tesco Personal Finance, que emite uma gama completa de cartões de crédito e débito a clientes particulares e empresariais e fornece serviços de processamento de cartões às actividades de retalho.

- A divisão de Wealth Management fornece serviços de banca privada e investimento aos seus clientes globais através do Coutts Group, Adam & Company, The Royal Bank of Scotland International e NatWest Offshore.

- O Ulster Bank Group reúne as actividades do Ulster Bank e do First Active. A divisão de Retail Markets serve clientes particulares através de balcões e fornecedores de Corporate Markets para as necessidades bancárias dos clientes comerciais e empresariais.

- O Citizens dedica-se às actividades bancárias de retalho e empresariais através da sua rede de balcões em treze Estados dos EUA e estabelecimentos não balcão noutros Estados. O Citizens inclui os dois bancos, RBS Citizens, NA e Citizens Bank of Pennsylvania. Também inclui o RBS Lynk, a nossa actividade *de merchant acquiring*, e o Kroger Personal Finance, o consórcio de cartões de crédito com o maior grupo de supermercados dos EUA.

- O RBS Insurance vende e subscreve seguros de a clientes de retalho e às PME pelo telefone e a internet, bem como através de mediadores e parcerias. O Direct Line, Churchill e Privilege vendem produtos de seguros gerais directamente ao cliente. Através da sua divisão internacional, o RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente automóvel, em Espanha, na Alemanha e na Itália. A Divisão de Intermediários e mediadores vende produtos gerais através de mediadores independentes.

- A divisão de Manufacturing apoia as actividades de atendimento ao cliente e fornece tecnologia operacional, apoio ao cliente por telefone, gestão de contas, crédito e transferência de dinheiro, compras globais, imobiliário e outros serviços.

- A participação minoritária na RFS Holdings compreende as actividades do ABN AMRO que são atribuíveis aos outros bancos do consórcio, incluindo a banca de retalho nos Países Baixos e no Brasil.

Os segmentos cobram preços de mercado pelos serviços prestados a outras partes do Grupo, à excepção da divisão de Mannufacturing e de Central Itens. Os gastos incorridos pela divisão de Manufacturing estão relacionados com custos principalmente referentes às operações bancárias e de seguros no Grupo no RU e na Irlanda. Estes custos reflectem actividades que são partilhadas entre as várias divisões de atendimento ao cliente. Estes custos partilhados e o activo e passivo relacionados não são atribuídos às divisões na gestão diária das actividades, mas às divisões do atendimento ao cliente para efeitos de reporte financeiro numa base que os administradores considerem razoável. Os encargos de financiamentos entre segmentos são determinados pela Tesouraria do Grupo, tendo em conta as exigências comerciais. Os resultados de cada divisão antes da amortização das imobilizações incorpóreas adquiridas, dos custos de integração e dos ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias e, quando apropriado a atribuição dos Custos de Manufacturing ('Contribuição') e após atribuição dos Custos de

	Grupo								
2007	Rend liq. juros m£	Rend. não juros m£	Total m£	Despesas de oper. e reclam. de Seg. m£	Deprec. e amortiz. m£	Perdas Impar. m£	Contribuição m£	Atrib. custos Manuf. m£	Lucro oper. antes imp m£
Global Banking & Markets	1,049	5,531	6,580	(2,254)	(455)	(39)	3,832	(145)	3,687
RFS Holdings excluindo participação minoritária	275	539	814	(816)	(48)	(65)	(115)	—	(115)
UK Corporate Banking	2,260	1,482	3,742	(836)	(328)	(180)	2,398	(437)	1,961
Retail	4,191	3,571	7,762	(2,468)	(25)	(1,196)	4,073	(1,603)	2,470
Wealth Management	569	459	1,028	(455)	(11)	(4)	558	(145)	413
Ulster Bank	923	374	1,297	(437)	(24)	(104)	732	(219)	513
Citizens	1,975	1,147	3,122	(1,340)	(118)	(341)	1,323	—	1,323
RBS Insurance	611	5,045	5,656	(4,708)	(46)	—	902	(219)	683
Indústria transformadora	(175)	36	(139)	(2,223)	(552)	—	(2,914)	2,914	—
Central items	(154)	(174)	(328)	(436)	15	(1)	(750)	(146)	(896)
RFS Holdings participação minoritária	1,144	437	1,581	(1,056)	(84)	(198)	243	—	243
	12,668	18,447	31,115	(17,117)	(1,970)	(2,128)	9,900	—	9,900
Amort. imob. incorpóreas	—	—	—	(40)	(234)	—	(274)	—	(274)
Custos de integração	—	—	—	(48)	(60)	—	(108)	—	(108)
	12,668	18,447	31,115	(17,117)	(1,970)	(2,128)	9,900	—	9,900

2006									
Global Banking & Markets	1.113	5.718	6.831	(2.351)	(472)	(85)	3.923	(144)	3.779
UK Corporate Banking	2.115	1.347	3.462	(742)	(338)	(189)	2.193	(431)	1.762
Retail	4.108	3.458	7.566	(2.396)	(30)	(1.310)	3.830	(1.580)	2.250
Wealth Management	496	393	889	(415)	(11)	(1)	462	(144)	318
Ulster Bank	812	313	1.125	(364)	(21)	(104)	636	(215)	421
Citizens	2,085	1,232	3,317	(1,398)	(156)	(181)	1,582	—	1,582
RBS Insurance	511	5,168	5,679	(4,671)	(44)	—	964	(215)	749
Indústria transformadora	(174)	45	(129)	(2,223)	(520)	—	(2,872)	2,872	—
Central items	(470)	(268)	(738)	(582)	24	(8)	(1,304)	(143)	(1,447)
	10,596	17,406	28,002	(15,142)	(1,568)	(1,878)	9,414	—	9,414
Amort. imob. incorpóreas	—	—	—	—	(94)	—	(94)	—	(94)
Custos de integração	—	—	—	(118)	(16)	—	(134)	—	(134)
	10,596	17,406	28,002	(15,260)	(1,678)	(1,878)	9,186	—	9,186

2005									
Global Banking & Markets	1,035	4,583	5,618	(1,814)	(473)	(139)	3,192	(139)	3,053
UK Corporate Banking	1,906	1,266	3,172	(646)	(343)	(196)	1,987	(416)	1,571
Retail	3,965	3,333	7,298	(2,393)	(37)	(1,135)	3,733	(1,526)	2,207
Wealth Management	439	345	784	(369)	(14)	(13)	388	(139)	249
Ulster Bank	713	290	1,003	(314)	(25)	(95)	569	(208)	361
Citizens	2,122	1,142	3,264	(1,407)	(151)	(131)	1,575	—	1,575
RBS Insurance	461	5,028	5,489	(4,527)	(27)	—	935	(208)	727
Indústria transformadora	(169)	50	(119)	(2,134)	(523)	—	(2,776)	2,776	—
Central items	(554)	(386)	(940)	(419)	5	2	(1,352)	(140)	(1,492)
	9,918	15,651	25,569	(14,023)	(1,588)	(1,707)	8,251	—	8,251
Amort. imob. incorpóreas	—	—	—	—	(97)	—	(97)	—	(97)
Custos de integração	—	—	—	(318)	(140)	—	(458)	—	(458)
Ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias	—	333	333	(93)	—	—	240	—	240
	9,918	15,984	25,902	(14,434)	(1,825)	(1,707)	7,936	—	7,936

39 Análise por segmentos (*continuação*)

Total receitas	2007			2006			2005		
	Externo m£	Inter segment m£	Total m£	Externo m£	Inter segment m£	Total m£	Externo m£	Inter segment m£	Total m£
Global Banking & Markets	12,512	9,614			7,638	19,057	8,501	3,623	12,124
RFS Holdings excluindo participação minoritária	2,845	399	3,244	—	—	—	—	—	—
UK Corporate Banking	7,277	44	7,321	5,962	18	5,980	6,104	101	6,205
Retail	12,041	1,895	13,936	11,143	1,612	12,755	10,698	1,516	12,214
Wealth Management	922	2,218	3,140	991	1,430	2,421	843	1,129	1,972
Ulster Bank	2,841	197	3,038	2,361	196	2,557	1,820	150	1,970
Citizens	5,528	—	5,528	5,872	2	5,874	4,878	4	4,882
RBS Insurance	6,333	89	6,422	6,365	82	6,447	6,194	67	6,261
Manufacturing	41	1	42	49	5	54	54	6	60
Central items	1,013	9,717	10,730	124	7,985	8,109	28	5,161	5,189
Participação minoritária na RFS Holdings	3,114	(399)	2,715	—	—	—	—	—	—
Eliminações	—	(23,775)	(23,775)	—	(18,968)	(18,968)	—	(11,757)	
	54,467	—	54,467	44,286	—	44,286	39,120	—	39,120
Ganhos líquidos da venda de invest. estratégicos	—	—	—	—	—	—	333	—	333
	54,467	—	54,467	44,286	—	44,286	39,453	—	39,453

Nota:
(1) As receitas representam o rendimento total incluído na demonstração de resultados majorada para juros a pagar e taxas e comissões a pagar.

Total receitas	2007			2006			2005		
	Externo m£	Inter segment m£	Total m£	Externo m£	Inter segment m£	Total m£	Externo m£	Inter segment m£	Total m£
Global Banking & Markets	8,578	(1,998)	6,580	8,502	(1,671)	6,831	6,338	(720)	5,618
RFS Holdings excluindo participação minoritária	415	399	814	—	—	—	—	—	—
UK Corporate Banking	5,980	(2,238)	3,742	5,231	(1,769)	3,462	4,699	(1,527)	3,172
Retail	8,175	(413)	7,762	7,903	(337)	7,566	7,556	(258)	7,298
Wealth Management	(1,046)	2,074	1,028	(507)	1,396	889	(265)	1,049	784
Ulster Bank	1,774	(477)	1,297	1,278	(153)	1,125	1,090	(87)	1,003
Citizens	3,178	(56)	3,122	3,399	(82)	3,317	3,353	(89)	3,264
RBS Insurance	5,649	7	5,656	5,662	17	5,679	5,501	(12)	5,489
Manufacturing	(135)	(4)	(139)	(108)	(21)	(129)	(85)	(34)	
Central items	(3,433)	3,105	(328)	(3,358)	2,620	(738)	(2,618)	1,678	
Participação minoritária na RFS Holdings	1,980	(399)	1,581	—	—	—	—	—	—
	31,115	—	31,115	28,002	—	28,002	25,569	—	25,569
Ganhos líquidos da venda de invest. estratégicos	—	—	—	—	—	—	333	—	333
	31,115	—	31,115	28,002	—	28,002	25,902	—	25,902

Nota:
(1) Os resultados por segmento para 2006 e 2005 foram reexpressos de modo a reflectirem as transferências de negócios entre segments em 2007.

2007	Grupo								
	Activo - Antes da atrib de activo de Manufacturing m£	Atrib de activo de Manufacturing m£	Activo m£	Passivo - Antes da atrib de passivo de Manufacturing m£	Atrib de pasivo de Manufacturing m£	Passivo m£	Custo para adquirir imob., corpóreas e incorpóreas – antes da atrib de activo de Manufacturing m£	Atrib de activo de Manufacturing m£	Custo para adquirir imob., incorpóreas m£
Global Banking & Markets	724,905	267	725,172	658,786	—	658,786	2,208	91	2,299
RFS Holdings excluindo participação minoritária	533,853	—	533,853	511,486	—	511,486	—	—	—
UK Corporate Banking	102,728	460	103,188	88,214	—	88,214	1,320	131	1,451
Retail	116,755	2,968	119,723	102,145	1,076	103,221	26	480	506
Wealth Management	14,014	199	14,213	34,950	—	34,950	33	59	92
Ulster Bank	54,790	255	55,045	44,307	—	44,307	35	77	112
Citizens	80,390	—	80,390	67,901	—	67,901	171	—	171
RBS Insurance	12,439	419	12,858	8,935	—	8,935	92	113	205
Manufacturing	5,375	(5,375)	—	1,950	(1,950)	—	1,001	(1,001)	—
Central items	14,818	807	15,625	74,596	874	75,470	—	50	50
Participação minoritária na RFS Holdings	240,452	—	240,452	215,823	—	215,823	675	—	675
Grupo	1,900,519	—	1,900,519	1,809,093	—	1,809,093	5,561	—	5,561

2006	Grupo								
	Activo - Antes da atrib de activo de Manufacturing m£	Atrib de activo de Manufacturing m£	Activo m£	Passivo - Antes da atrib de passivo de Manufacturing m£	Atrib de pasivo de Manufacturing m£	Passivo m£	Custo para adquirir imob., corpóreas e incorpóreas – antes da atrib de activo de Manufacturing m£	Atrib de activo de Manufacturing m£	Custo para adquirir imob., incorpóreas m£
Global Banking & Markets	498,267	228	498,495	444,496	—	444,496	2,069	14	2,083
UK Corporate Banking	88,694	417	89,111	80,254	—	80,254	1,284	46	1,330
Retail	113,383	3,546	116,929	92,981	1,014	93,995	13	186	199
Wealth Management	10,987	196	11,183	29,375	—	29,375	79	19	98
Ulster Bank	44,515	265	44,780	34,534	—	34,534	166	24	190
Citizens	82,531	—	82,531	69,770	—	69,770	203	—	203
RBS Insurance	12,252	397	12,649	9,085	—	9,085	83	54	137
Manufacturing	5,709	(5,709)	—	1,884	(1,884)	—	361	(361)	—
Central items	15,094	660	15,754	63,563	870	64,433	482	18	500
Grupo	871,432	—	871,432	825,942	—	825,942	4,740	—	4,740

Global Banking & Markets	11.584	10.745
RFS Holdings excluindo participações minoritários	18.162	—
UK Corporate Banking	7.619	6.987
Retail	5.977	6.057
Wealth Management	549	487
Ulster Bank	2.829	2.960
Citizens	11.001	11.765
RBS Insurance	2.646	2.461
Manufacturing	250	246
Central items	(7.579)	(1.481
	53.038	40.227

Nota:
(1) Os resultados por segmento para2006 foram reexpressos de modo a reflectirem as transferências de negócios entre segmentos em 2007.

A análise por segmento do goodwill é a seguinte:

	Grupo									
	Global Banking & Markets m£	UK Corporate Banking m£	Retail m£	Wealth Management m£	Ulster Bank m£	Citizens m£	RBS Insurance m£	ABN AMRO m£	Central items m£	Total m£
Em 1 de Janeiro de 2006	31	55	263	137	414	7,444	1,064	—	9,415	18,823
Conversão monetária e outros ajustamentos	4	—	(8)	(7)	(9)	(904)	—	—	—	(924)
Alienações	—	—	—	(3)	—	(7)	—	—	—	(10)
Em 1 de Janeiro de 2007	35	55	255	127	405	6.533	1.064	—	9.415	17.889
Conversão monetária e outros ajustamentos	2	(7)	10	7	38	(126)	1	1.274	—	1.199
Aquisições	—	—	—	—	—	66	—	23.255	—	23.321
Transferência entre divisões	—	—	(54)	—	54	—	—	—	—	—
Imparidade do goodwill	—	—	(40)	—	—	—	—	—	—	(40)
Em 31 de Dezembro de 2007	37	48	171	134	497	6.473	1.065	24.529	9.415	42.369

39 Análise por segmentos *(continuação)*
(b) Segmentos geográficos

As análise geográfica apresentadas na tabela abaixo foram compiladas com base no local das instalações em que as transacções são registadas.

	Grupo				
2007	RU m£	USA m£	Europa m£	Resto do mundo m£	Total m£
Total receitas	33,743	8,570	8,140	4,014	54,467
Receitas de juros líquidas	8,350	2,054	1,510	754	12,668
Taxas e comissões (líquidas)	3,933	1,176	560	485	6,154
Rendimento de actividades comerciais	1,252	(486)	348	213	1,327
Outro rendimento operacional	3,844	260	587	166	4,857
Rendim. de prémios seguro (líq da quota-parte de resseguradoras)	5,562	—	525	22	6,109
Total receitas	22,941	3,004	3,530	1,640	31,115
Lucros operacionais antes de impostos	7,761	719	1,136	284	9,900
Total do activo	998.088	340.170	421.724	140.537	1.900.519
Total passivo	962,364	326,499	392,028	128,202	1,809,093
Activo líquido atribuível ao capital próprio e às participações minoritárias	35,724	13,671	29,696	12,335	91,426
Passivo contingente e compromissos	197,637	95,547	82,316	24,599	400,099
Custo de aquisição de imobilizações corpóreas e incorpóreas	3,305	238	1,793	225	5,561

2006					
Total receitas	29.162	9.411	4.683	1.030	44.286
Rendimento de juros líquido	7.541	2.278	709	68	10.596
Taxas e comissões (líquidas)	3.443	1.245	412	94	5.194
Rendimento das actividades de negociação	1.585	939	108	43	2.675
Outro rendimento operacional	2.766	295	491	12	3.564
Rendimento de prémios de seguro (líquido da quota-parte de resseguradoras)	5.604	—	369	—	5.973
Total receitas	20.939	4.757	2.089	217	28.002
Lucros operacionais antes de impostos	6.038	2.334	785	29	9.186
Total do activo	589.962	201.134	60.759	19.577	871.432
Total do passivo	568.492	187.143	56.662	13.645	825.942
Activo líquido atribuível ao capital próprio e participações minoritárias	21.470	13.991	4.097	5.932	45.490
Passivo contingente e compromissos	186.627	57.873	13.244	7.159	264.903
Custo de aquisição de imobilizações corpóreas e incorpóreas	3.040	254	1.427	19	4.740

2005	Grupo RU m£	USA m£	Europa m£	Resto do mundo m£	Total m£
Total receitas	27.461	7.562	3.650	780	39.453
Rendimento de juros líquido	6.942	2.225	713	38	9.918
Taxas e comissões (líquidas)	3.466	1.100	263	80	4.909
Rendimento das actividades de negociação	1.263	959	56	65	2.343
Outro rendimento operacional	2.330	211	403	9	2.953
Rendimento de prémios de seguro (líquido da quota-parte de resseguradoras)	5.462	—	317	—	5.779
Total receitas	19.463	4.495	1.752	192	25.902
Lucros operacionais antes de impostos	5.278	2.032	602	24	7.936
Total do activo	492.962	205.514	62.203	16.148	776.827
Total do passivo	473.581	191.189	58.527	15.986	739.283
Activo líquido atribuível ao capital próprio e participações minoritárias	19.381	14.325	3.676	162	37.544
Passivo contingente e compromissos	168.887	51.392	10.714	1.164	232.157
Custo de aquisição de imobilizações corpóreas e incorpóreas	3.353	337	1.581	17	5.288

40 Remuneração dos administradores e dos principais quadros de gestão

Remuneração dos administradores	Grupo 2007 £000	2006 £000
Administradores não executivos – emolumentos	1.081	998
Presidente e administradores executivos – emolumentos	16.461	19.448
– contribuições e subsídios relativamente aos planos de pensões de contribuição definida	30	101
	17.572	20.547
– montantes a receber ao abrigo dos planos de incentivos a longo prazo	1.839	3.997
– ganhos do exercício de opções de acções	1.474	2
	20.885	24.546

São contabilizados benefícios para cinco administradores (2006 – cinco) ao abrigo de planos de benefício definido (2006 – dois) dos quais também benefícios contabilizados ao abrigo de planos de contribuição definida.

Os administradores executivos também podem participar nos planos share option e sharesave da empresa para os planos dos quadros; na página 111 encontram-se dados sobre as suas participações nas acções da empresa. As remunerações e os planos de que cada administrador beneficiou durante o exercício estão indicadas nas páginas 110 a 114.

Compensações dos principais quadros de gestão

As remunerações dos administradores e outros quadros de gestão principais durante o exercício foram:

	Grupo 2007 £000	2006 £000
Benefícios a curto prazo	37.763	41.003
Benefícios pós-relação laboral	10.051	11.264
Outros benefícios a longo prazo	708	3.309
Pagamentos baseados em acções	5.165	2.787
	53.687	58.363

41 Transacções com os administradores, os quadros superiores e outros colaboradores

(a) Em 31 de Dezembro de 2007, os montantes em dívida relacionados com transacções, acordos e contratos celebrados por instituições autorizadas no Grupo, como definido na legislação britânica, ascenderam a 527.021 libras referentes a empréstimos a quinze pessoas que foram administradores da empresa (ou a pessoas a elas ligadas), em qualquer momento durante o exercício financeiro

(b) Para efeitos da IAS 24 'Divulgações de Partes Relacionadas', os quadros de gestão principais compreendem os administradores da empresa e os membros da Comissão de Gestão Executiva do Grupo. As legendas nas demonstrações financeiras principais do Grupo incluem os seguintes montantes atribuíveis, em termos globais, aos principais quadros de gestão:

	2007	2006
	£000	£000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.023	2.188
Contas de clientes	13.309	18.575

Os quadros de gestão principais têm relações bancárias com entidades do Grupo, que são realizadas no decurso normal da actividade e substancialmente nas mesmas condições, incluindo taxas de juro e garantia, que transacções comparáveis com outras pessoas de posição similar ou, quando aplicável, com outros colaboradores. Estas transacções não envolveram um risco de reembolso superior ao normal nem apresentaram outras características desfavoráveis.

Os quadros de gestão principais não efectuaram transacções reportáveis ou saldos com a empresa exceptuando os dividendos.

42 Partes relacionadas

(a) As empresas do Grupo dão apoio de desenvolvimento e outros tipos de apoio em termos de capital às actividades, nas suas funções de financiadores. Estes investimentos são efectuados no decurso normal da actividade e em regime de independência. Em certos casos, o investimento pode estender-se à propriedade ou controlo sobre 20% ou mais dos direitos de cotação da empresa onde o investimento é efectuado. No entanto, não se considera que estes investimentos dêem origem a transacções com uma dimensão que exija a sua divulgação ao abrigo da IA S 24.

(b) O Grupo reimputa ao Fundo de Pensões do Royal Bank of Scotland Group o custo de serviços de administração por ele incorridos. Os montantes envolvidos não são relevantes para o Grupo

(c) De acordo com a IAS 24, as transacções ou saldos entre as entidades do Grupo que foram anuladas não são reportadas.

(d) As legendas nas principais demonstrações financeiras da empresa-mãe incluem os montantes atribuíveis às subsidiárias. Estes montantes foram divulgados no seu conjunto nas notas das respectivas demonstrações financeiras.

43 Acontecimentos pós balanços

Não ocorreram acontecimentos significativos entre o fim do exercício e a data de aprovação destas demonstrações que exijam uma alteração às contas ou a divulgação nas mesmas.

Informações complementares

214 Resumo financeiro
214 Montantes de acordo com as IFRS
223 Montantes de acordo com as GAAP do RU
230 Taxas de câmbio
231 Conjuntura económica e monetária
231 Supervisão e regulação
234 Descrição das imobilizações corpóreas
234 Grandes accionistas
234 Contratos relevantes
234 Divulgação das Regras de Cotação da FSA

Resumo financeiro

As demonstrações financeiras do Grupo são elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pela IASB. Os dados seleccionados segundo as IFRS para cada um dos quatro anos findos em 31 de Dezembro de 2007 estão apresentados na página 214 a 222. Os dados seleccionados segundo as GAAP do RU. para cada um dos dois anos findos em 31 de Dezembro de 2004 estão apresentados nas páginas 223 a 229. A informação financeira em dólares incluída abaixo foi convertida da libra esterlina à taxa de 1,00 libras: 1,9843 dólares dos EUA, que é a Noon Buying Rate em 31 de Dezembro de 2007.

Montantes de acordo com as IFRS

Resumo da demonstração de resultados consolidada– IFRS	2007 m$	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2004 m£
Rendimento de juros líquido	25,137	12,668	10,596	9,918	9,071
Receitas não provenientes de juros (1)	36,604	18,447	17,406	15,984	14,320
Total receitas	61,741	31,115	28,002	25,902	23,391
Despesas operacionais (2, 3, 4)	28,643	14,435	12,480	11,946	10,362
Lucro antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidade	33,098	16,680	15,522	13,956	13,029
Reclamações de seguro líquidas	9,231	4,652	4,458	4,313	4,260
Perdas por imparidade	4,222	2,128	1,878	1,707	1,485
Lucros operacionais antes de impostos	19,645	9,900	9,186	7,936	7,284
Imposto	4,072	2,052	2,689	2,378	1,995
Lucro das operações contínuas	15,573	7,848	6,497	5,558	5,289
Perda das operações descontinuadas, líquido de imposto	270	136	—	—	—
Lucro do exercício	15,303	7,712	6,497	5,558	5,289
Lucro atribuível por:					
Participações minoritárias	324	163	104	57	177
Outras participações	488	246	191	109	256
Titulares de acções ordinárias	14.491	7.303	6.202	5.392	4.856

Notas:

(1) Inclui os ganhos da venda de investimentos estratégicos de 333 milhões de libras em 2005.

(2) Inclui as perdas da venda de subsidiárias de 93 milhões em 2005.

(3) Inclui despesas de integração de £108 milhões de libras em 2007 (2006 – 134 milhões de libras; 2005 – 458 milhões de libras; 2004 –£520 milhões de libras).

(4) Inclui a amortização das imobilizações incorpóreas adquiridas de 274 milhões de libras em 2007 (2006 –£94 milhões de libras; 2005 – £97 milhõesd e libras; 2004 – 45 milhões de libras).

Resumo do balanço consolidado – IFRS	2007 m$	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2004 m£
Empréstimos e adiantamentos	2.080.955	1.048.710	549.499	487.813	408.324
Títulos de dívida e acções de participação	653.734	329.453	140.755	130.266	98.631
Derivados e saldos de compensação	702.440	353.999	124.106	101.668	23.482
Outras rubricas do activo	334.071	168.357	57.072	57.080	57.685
Total do activo	3.771.200	1.900.519	871.432	776.827	588.122
Participações	105.243	53.038	40.227	35.435	33.905
Interesses minoritários	76.173	38.388	5.263	2.109	3.492
Passivo subordinado	75.362	37.979	27.654	28.274	20.366
Depósitos	1.974.375	994.998	516.365	453.274	383.198
Derivados, saldos de compensação e posições curtas	839.520	423.081	167.588	140.426	51.866
Outras rubricas do passivo	700.527	353.035	114.335	117.309	95.295
Total passivo e capital próprio	3,771,200	1,900,519	871,432	776,827	588,122

Os dados por acção que figuram na tabela abaixo foram reexpressos para ter em conta o efeito da emissão de acções ordinárias bonificadas in Maio 2007.

Outros dados financeiros baseados nas IFRS	2007	2006	2005	2004
Ganhos por acção ordinária – pence	76,4	64,9	56,5	52,5
Ganhos diluídos por acção ordinária – pence (1)	75,7	64,4	56,1	52,0
Ganhos ajustados por acção ordinária – pence	78,7	66,7	58,6	56,7
Dividendos por acção ordinária – pence	32,2	25,8	20,2	17,5
Rácio de distribuição de dividendos (2)	43%	45%	41%	35%
Preço das acções por acção ordinária no fim do exercício – £	4,44	6,64	5,85	5,84
Capitalização do mercado no fim do exercício– mm£	44,4	62,8	56,1	55,6
Valor do activo líquido por acção ordinária – £	4,47	3,86	3,38	3,09
Retorno da média do activo total (3)	0,63%	0,74%	0,73%	0,94%
Retorno da média do capital dos titulares de acções ordinárias (4)	18,8%	18,5%	17,5%	18,3%
Retorno ajustado da média do capital dos titulares de acções ordinárias (5)	19,9%	19,0%	18,2%	18,9%
Média das participações como percentagem da média do total do activo	3,7%	4,4%	4,5%	5,9%
Rácio de solvabilidade - tier 1	7,3%	7,5%	7,6%	7,0%
Rácio de solvabilidade – Total	11,2%	11,7%	11,7%	11,7%
Rácio dos ganhos: Combinação dos encargos fixos e dividendos das acções preferenciais (6)				
– incluindo juros sobre depósitos	1,44	1,62	1,67	1,88
– excluindo juros sobre depósitos	5,74	6,12	6,05	7,43
Rácio ganhos: apenas encargos fixos (6)				
– incluindo juros sobre depósitos	1,46	1,64	1,69	1,94
– excluindo juros sobre depósitos	6,53	6,87	6,50	9,70

Notas:

(1) Todas as acções preferenciais convertíveis têm um efeito dilutivo em 2007, 2006 e 2005 e como tal foram incluídos no cálculo dos ganhos por acção. Em 2004 o seu efeito foi dilutivio.

(2) O rácio de distribuição de dividendos representa o dividendo provisório pago e o dividendo final do exercício corrente proposto como percentagem do lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias antes da descontinuação de operações, custos de integração, amortização das imobilizações incorpóreas adquiridas e ganho líquido da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias (líquido de impostos).

(3) O retorno da média do activo total representa o lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias como percentagem da média do activo total.

(4) O retorno da média do capital dos titulares de acções ordinárias representa o lucro a atribuível aos titulares de acções ordinárias expresso como percentagem da média do capital dos titulares de acções ordinárias.

(5) O retorno ajustado do capital dos titulares de acções ordinárias representa o lucro atribuível aos titulares de acções or dinárias antes da descontinuação de operações, dos custos de integração, da amortização das imobilizações incorpóreas adquiridas e dos ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias expressos como percentagem da média do capita dos titulares de acções ordinárias.

(6) Para este efeito, os ganhos consistem no rendimento antes de impostos e participações minoritárias, mais encargos fixos, menos o rendimento não remetido das empresas associadas (comparticipação nos lucros menos dividendos recebidos). Os encargos fixos consistem nas despesas de juros totais, incluindo ou excluindo os juros sobre depósito e os títulos de divida em emissão, conforme apropriado, e a proporção das despesas de arrendamento consideradas representativas do factor de juro (um terço do valor total das despesas de arrendamento).

Montantes de acordo com as IFRS *(continuação)*

Análise dos empréstimos e adiantamentos a clientes – IFRS

A tabela seguinte analisa os empréstimos e adiantamentos a clientes antes de provisões por maturidade residual, área geográfica e tipo de cliente. Os descobertos estão incluídos na categoria 'Dentro de 1 ano'

	Dentro de 1 ano m£	Após 1 mas dentro de 5 anos m£	Após 5 anos m£	2007 Total m£	2006 m£	2005 m£	2004 m£
RU							
Governo central e local	2.790	29	316	3.135	6.732	3.340	1.866
Indústria transformadora	7.836	3.584	2.032	13.452	11.051	11.615	6.292
Construção	6.427	2.443	1.332	10.202	8.251	7.274	5.024
Sector financeiro	64.624	4.283	1.783	70.690	25.017	27.091	24.638
Indústria de serviços e actividades comerciais	21.194	15.471	17.300	53.965	43.887	40.687	30.867
Agricultura, florestas e pescas	1.109	516	848	2.473	2.767	2.645	2.481
Sector imobiliário	15.236	17.596	17.219	50.051	39.296	32.899	26.448
Particulares – crédito hipotecário habitação	19.394	1.183	53.339	73.916	70.884	65.286	57.535
– outras	23.525	2.425	2.236	28.186	27.922	26.323	26.459
Locações financeiras e crédito a prestações	2.476	6.045	7.111	15.632	14.218	13.909	13.044
Juros acumulados	2.124	79	141	2.344	1.497	1.250	—
Total a nível nacional	166.735	53.654	103.657	324.046	251.522	232.319	194.654
Residentes estrangeiros	51.758	23.242	23.845	98.845	69.242	52.234	48.183
Total instalações RU	218.493	76.896	127.502	422.891	320.764	284.553	242.837
Estrangeiro							
EUA	72.268	26.017	36.774	135.059	92.166	90.606	74.027
Resto do Mundo	112.130	52.621	112.987	277.738	57.896	45.951	34.555
Total instalações no estrangeiro	184.398	78.638	149.761	412.797	150.062	136.557	108.582
Empréstimos e adiantamentos a clientes –brutos	402.891	155.534	277.263	835.688	470.826	421.110	351.419
Provisões para imparidades de empréstimos				(6.438)	(3.933)	(3.884)	(4.168)
Empréstimos e adiantamentos a clientes– líquidos				829.250	466.893	417.226	347.251
Taxa fixa	149.685	62.985	139.227	351.897	115.240	100.748	101.227
Taxa variável	253.206	92.549	138.036	483.791	355.586	320.362	250.192
	402.891	155.534	277.263	835.688	470.826	421.110	351.419

Exposições internacionais

As exposições internacionais são definidas como empréstimos a instituições bancárias e clientes (incluindo locações financeiras e crédito a prestações a receber) e outros activos monetários, incluindo reclamações noutras divisas que não a moeda local de estabelecimentos no estrangeiro sobre habitantes locais.

O Grupo monitoriza a distribuição geográfica destas exposições com base no país de domicílio do mutuário ou do avalista do risco final.

A tabela abaixo indica os valores pendentes do Grupo a nível internacional que excedem 0,75% do valor total do activo do Grupo (incluindo aceitações), que totalizaram 1.900,5 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (2006 – 871.4 mil milhões de libras; 2005 – 776.8 mil milhões de libras). Nenhum destes países teve dificuldades de reembolso que exigissem o refinanciamento do montante em dívida.

	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Estados Unidos	91,653	43,718	34,246
França	65,430	18,136	13,402
Alemanha	51,123	20,130	18,395
Japão	31,922	7,725	*
Espanha	31,651	9,341	7,392
Holanda	27,707	12,407	8,026
Itália	23,925	7,506	*
República da Irlanda	17,736	8,530	6,008
Ilhas Caimão	17,099	9,063	11,813
Noruega	*	7,768	*
Suíça	*	7,262	7,061
China	*	6,574	*

* Menos de 0,75% do activo total do activo

Provisões para imparidade dos empréstimos

Sobre os factores que determinam o valor das provisões, ver 'Imparidade dos empréstimos' na página 77 e 'Normas contabilísticas básicas – Provisões par imparidade dos empréstimos' nas páginas 131 e 132.

A tabela seguinte apresenta os elementos da imparidade dos empréstimos provisões.

	IFRS			
	2007 m£	2006 m£	2005 m£	2004 m£
Provisões no início do exercício				
A nível nacional	3.037	2.759	2.675	2.408
Estrangeiro	898	1.128	1.470	1.477
	3.935	3.887	4.145	3.885
Conversão monetária e outros ajustamentos				
A nível nacional	5	(17)	(7)	(8
Estrangeiro	132	(44)	58	(90
	137	(61)	51	(98
Aquisições de negócios				
A nível nacional	10	—	—	2
Estrangeiro	2.200	—	—	288
	2.210	—	—	290
Montantes amortizados				
A nível nacional	(1.222	(1.360)	(1.252)	(901
Estrangeiro	(949	(481)	(788)	(548
	(2.171	(1.841)	(2.040)	(1.449
Recuperações de montantes amortizados em anos anteriores				
A nível nacional	158	119	97	85
Estrangeiro	232	96	75	59
	390	215	172	144
Imputação à demonstração de resultados				
A nível nacional	1.420	1.663	1.376	960
Estrangeiro	686	214	327	442
	2.106	1.877	1.703	1.402
Compensação de desconto				
A nível nacional	(150	(127)	(130)	—
Estrangeiro	(16	(15)	(14)	—
	(166	(142)	(144)	—
Provisões no fim do exercício (1)				
A nível nacional	3.258	3.037	2.759	2.546
Estrangeiro	3.183	898	1.128	1.628
	6.441	3.935	3.887	4.174
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes				
A nível nacional	324.046	251.522	232.319	194.654
Estrangeiro	511.642	219.304	188.791	156.765
	835.688	470.826	421.110	351.419
Provisões finais para clientes como % dos empr. e adiantamentos brutos a clientes (2)				
A nível nacional	1,00%	1,21%	1,19%	1,31%
Estrangeiro	0,62%	0,41%	0,60%	1,04%
Total	0,77%	0,84%	0,92%	1,19%
Imputação clientes à demonstr. resultados como % dos empr. e adiant. brutos a clientes				
A nível nacional	0,44%	0,66%	0,59%	0,49%
Estrangeiro	0,13%	0,10%	0,17%	0,28%
Total	0,25%	0,40%	0,40%	0,40%

Notas:
(1) Inclui as provisões finais por contrapartida de empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito de 3 milhões de libras (2006 – 2 milhões de libras; 2005 – 3 milhões de libras; 2004 – 6 milhões de libras). (2) As provisões finais para clientes excluem as provisões finais por contrapartida de empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito.

Montantes de acordo com as IFRS *(continuação)*
Provisões para imparidade dos empréstimos *(continuação)*
A tabela seguinte apresenta informações complementares sobre as provisões para imparidade dos empréstimos.

	IFRS			
	2007 m£	2007 m£	2007 m£	2007 m£
Empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos)	835.688	470.826	421.110	351.419
Provisões para imparidade dos empréstimos no fim do exercício:				
– clientes	6.438	3.933	3.884	
– instituições bancárias	3	2	3	
Provisões específicas – clientes				3.607
Provisões específicas – instituições bancárias				6
Provisão geral				561
	6.441	3.935	3.887	4.174
Média dos empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos)	567.900	445.766	402.473	299.430
Como % da média dos empréstimos e adiantamentos a clientes durante o exercício: total de provisões para clientes imputado à demonstração de resultados	0.37%	0.42%	0.42%	0.47%
Montantes amortizados (líquidos de recuperações) – clientes	0.31%	0.36%	0.46%	0.44%

Análise das provisões finais para imparidade dos empréstimos
A tabela seguinte analisa cliente as provisões para imparidade dos empréstimos por área geográfica e tipo de cliente nacional

	IFRS							
	22007		2006		2005		2004	
	Provisão final m£	% empr: total empr. %	Provisão final m£	% Empr.: total Empr.E %	Provisão final m£	% Empr.: total Emppr. %	Provisão final m£	% Empr. total Empr. %
Nacional								
Governo central e local	—	0,4	—	1,4	—	0,8	—	0,6
Indústria transformadora	93	1,6	94	2,4	138	2,8	127	1,8
Construção	75	1,2	63	1,8	74	1,7	71	1,4
Sector financeiro	52	8,4	33	5,3	104	6,4	54	7,0
Indústrias de serviços e actividades comerciais	562	6,5	647	9,3	647	9,7	516	8,8
Agricultura, florestas e pescas	21	0,3	25	0,6	26	0,6	23	0,7
Sector imobiliário	85	6,0	70	8,3	63	7,8	64	7,5
Particulares – crédito hipotecário à habitação	36	8,8	37	15,1	36	15,5	32	16,4
– outros	2.043	3,4	1.826	5,9	1.513	6,3	1.277	7,5
Locações financeiras e crédito a prestações	132	1,9	103	3,0	88	3,3	122	3,7
Juros acumulados	—	0,3	—	0,3	—	0,3		
Total nacional	3.099	38,8	2.898	53,4	2.689	55,2	2.286	55,4
Estrangeiro	2.289	61,2	442	46,6	652	44,8	1.321	44,6
Provisões para as imparidades da carteira	5.388	100,00	3.340	100,0	3.341	100,0		100,0
Provisões para perdas latentes	1.050		593		543			
Provisões específicas							3,607	
Provisão geral							561	
Total provisões	6.438		3.933		3.884		4.168	

Análise das amortizações

A tabela seguinte analisa os montantes amortizados por área geográfica e tipo de cliente nacional.

	IFRS			
	2007 m£	2007 m£	2007 m£	2007 m£
Nacional				
Manufacturing	29	41	40	55
Construção	21	29	17	12
Sector financeiro	47	17	21	19
Indústrias de serviços e actividades comerciais	190	212	176	163
Agricultura, florestas e pescas	4	5	4	9
Sector imobiliário	9	6	25	33
Particulares – crédito hipotecário habitação	—	5	4	4
– outros	909	1,021	948	516
Locações financeiras e crédito a prestações	13	24	15	90
Total nacional	1.222	1.360	1.250	901
Estrangeiro	949	481	788	548
Total amortizações (1)	2.171	1.841	2.038	1.449

Nota:

(1) Exclui 2 milhões de libras de amortizações respeitantes aos empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito em 2005.

Análise das recuperações

A tabela seguinte analisa as recuperações de montantes amortizados por área geográfica e tipo de cliente nacional.

	IFRS			
	2007 m£	2007 m£	2007 m£	2007 m£
Nacional				
Manufacturing	—	—	1	1
Construção	—	—	1	—
Sector financeiro	—	—	—	2
Indústrias de serviços e actividades comerciais	7	5	2	1
Sector imobiliário	—	1	2	—
Particulares – crédito hipotecário habitação	—	—	—	1
Particulares – outros	143	101	84	78
Locações financeiras e crédito a prestações	8	12	7	2
Total nacional	158	119	97	85
Estrangeiro	232	96	75	59
Total recuperações	390	215	172	144

Montantes de acordo com as IFRS *(continuação)*
Elementos de risco do crédito e dos empréstimos potencialmente problemáticos

O controlo e os procedimentos de revisão dos empréstimos pelo Grupo não incluí a classificação dos empréstimos como não contabilizados, contabilizados vencidos, reestruturados e potencialmente problemáticos, conforme definido pela SEC nos EUA. A tabela seguinte mostra o valor estimado dos empréstimos que seriam reportados utilizando as classificações da SEC. Os números são expressos antes de deduzir o valor da garantia detida ou das provisões relacionadas.

As IFRS exigem que se reconheça o juro sobre um activo financeiro (ou um grupo de activos financeiros) após a imparidade à taxa de juro utilizada para as recuperações com desconto ao avaliar a perda por imparidade. Assim, o juro sobre o activo financeiro depreciado é creditado em lucros ou perdas, á medida que o desconto sobre as recuperações esperadas é compensado. Não obstante, esse activo não é considerado como remunerador. Todos os empréstimos que têm uma provisão para imparidades são classificados como não contabilizados. Isto constitui uma alteração em relação à prática em 2004 e nos anos anteriores em que certos empréstimos com provisões eram classificados como em mora de 90 dias ou empréstimos potencialmente problemáticos (e os juros acrescidos).

	IFRS			
	2007 m£	2007 m£	2007 m£	2007 m£
Empréstimos registados numa base de juros não contabilizados (2):				
Nacionais	5.599	5.420	4.977	3.658
Estrangeiro	4.763	812	949	1.075
Total	10.362	6.232	5.926	4.733
Empréstimos com juros contabilizados que estão contratualmente em mora de 90 dias ou mais em capital ou juros (3):	217	81	2	634
Nacionais	152	24	7	79
Estrangeiro				
Total	369	105	9	713
Empréstimos não incluídos acima, que são classificadas como restruturações de dívidas perturbadas' pela SEC:	—	—	2	14
Nacionais	—	—	—	10
Estrangeiro				
Total	—	—	2	24
Total elementos de risco na concessão de	10.731	6.337	5.937	5.470
Empréstimos potencialmente problemáticos (4)				
Nacionais	63	47	14	173
Estrangeiro	608	5	5	107
Total empréstimos potencialmente problemáticos	671	52	19	280
Provisões finais para imparidades como % dos elem. risco totais na conc. empr.	60%	62%	65%	76%
Provisões finais para imparidades como % dos elem. risco totais na conc. empr. e empréstimos potencialmente problemáticos	56%	62%	65%	72%
Elem. Risco na conc. Empr. Como % do crédito bruto a clientes excluindo reverse repos	1,55%	1,55%	1,60%	1,83%

Notas:

(1) Para a análise acima, 'Nacionais ' consiste nas transacções nacionais realizadas no RU do Grupo. 'Estrangeiro' compreende as transacções realizadas pelo Grupo através de estabelecimentos fora do RU e dos estabelecimentos do RU especificamente organizados para efectuar transacções bancárias internacionais.

(2) Todos os empréstimos para os quais é constituída uma provisão para imparidade são reportados na categoria não contabilizados.

(3) Empréstimos em que ocorreu um acontecimento de imparidade mas o mesmo não foi reconhecido. Esta categoria é utilizada para as facilidades de crédito não renováveis totalmente colaterizadas.

(4) Empréstimos relativamente aos quais ocorreu uma imparidade, mas não foi necessária uma provisão para imparidade. Esta categoria é utilizada para adiantamentos e facilidades de crédito renováveis em que a identificação como em mora de noventa dias não é viável.

	IFRS			
	2007 m£	2007 m£	2007 m£	2007 m£
Rendimento bruto não reconhecido mas que teria sido reconhecido nos termos originais dos empréstimos sem juros contabilizados e empréstimos restruturados				
Nacional	390	370	334	235
Estrangeiro	155	77	62	58
	545	447	396	293
Juros sobre empréstimos com juros não contabilizados e empréstimos restruturados incluídos no rendimento de juros líquido	165	142	130	58
Nacional	16	15	14	7
Estrangeiro				
	181	157	144	65

Análise dos depósitos – análise dos produtos

A tabela seguinte apresenta a distribuição dos depósitos do Grupo por tipo e área geográfica:

	IFRS		
	2007 m£	2007 m£	2007 m£
RU Nacional:			
Depósitos à vista – não Remunerados	43.721	39.149	28.833
– remunerados	121.343	118.315	91.564
Depósitos a prazo – poupanças	41.185	31.656	27.091
– outros	207.247	80.496	73.097
Residentes no estrangeiro:			
Depósitos à vista – não remunerados	563	573	396
– remunerados	25.129	37.729	26.663
Depósitos a prazo – poupanças	605	1.122	1.108
– outros	87.437	51.568	53.997
Total estabelecimentos UK	527.230	360.608	302.749
Estrangeiro			
Depósitos à vista – não remunerados	27.959	12.173	13.248
– remunerados	70.758	27.441	17.886
Depósitos a prazo – poupanças	52.381	19.049	21.691
– outros	316.670	97.094	97.700
Total estabelecimentos estrangeiro (ver abaixo)	467.768	155.757	150.525
Total depósitos	994.998	516.365	453.274
Detidos para negociação	125.916	104.249	66.712
Designados ao justo valor através de lucros ou perdas	7.505	3.922	3.683
Custo amortizado	861.577	408.194	382.879
Total depósitos	994.998	516.365	453.274
Estrangeiro			
EUA	152.324	115.121	120.405
Resto do Mundo	315.444	40.636	30.120
Total estrangeiro	467.768	155.757	150.525

Montantes de acordo com as IFRS *(continuação)*

Empréstimos obtidos a curto prazo

	IFRS		
	2007 m£	2007 m£	2007 m£
Papel comercial			
Em dívida no fim do exercício	78.612	12.675	14.110
Máximo em dívida no fim de qualquer mês durante o exercício	81.187	14.402	16.853
Valor médio aproximado durante o exercício	32.498	13.225	15.329
Taxa de juro média ponderada durante o exercício	4.8%	4.9%	3.7%
Taxa de juro média ponderada no fim do exercício	5.5%	5.0%	4.2%
Outros empréstimos obtidos a curto prazo			
Em dívida no fim do exercício	280.526	122.576	105.483
Máximo em dívida no fim de qualquer mês durante o exercício	312.557	130.867	117.913
Valor médio aproximado durante o exercício	188.326	112.008	100.681
Taxa de juro média ponderada durante o exercício	4.,%	4.5%	3.4%
Taxa de juro média ponderada no fim do exercício	4,1%	4.5%	3.5%

As taxas de juros medis durante o exercício são calculadas dividindo o total de encargos com juros pela quantia média do empréstimo. As taxas de juro médias no fim do exercício são taxas médias para um único dia e como tal podem reflectir distorções de mercado de um dia que podem não ser indicativas das taxas geralmente aplicáveis

Os vencimentos originais do papel comercial não ultrapassam um ano. A rubrica 'Outros empréstimos obtidos a curto praxo consiste principalmente em empréstimos nos mercados monetários incluídos em Depósitos de bancos' e 'Contas de clientes' nas demonstrações e geralmente têm vencimentos a um ano ou menos

Certificados de depósito e outros depósitos a prazo

A tabela seguinte apresenta os dados dos certificados de depósito do Grupo e outros depósitos a prazo no montante de 100.000 dólares dos EUA ou equivalente por maturidade residual.

	Dentro de 3 meses m£	mas dentro de 6 meses m£	mas dentro de 12 meses m£	+ 12 meses m£	2007 Total m£
Empresas e sucursais domiciliadas no RU					
Certificados de depósito	18.747	4.832	1.897	1.064	26.540
Outros depósitos a prazo	98.943	6.467	3.734	12.085	121.229
Empresas e sucursais domiciliadas no Estrangeiro					
Certificados de depósito	39.039	6.797	2.213	27.683	75.732
Outros depósitos a prazo	131.701	12.745	5.077	13.227	162.750
Total	288,430	30,841	12,921	54,059	386,251

Montantes de acordo com as GAAP do RU

Resumo da demonstração de resultados consolidada– GAAP DO RU	2004 m£	2003 m£
Rendimento de juros líquido	9.208	8.301
Receitas não provenientes de juros	13.546	10.980
Total receitas	22.754	19.281
Despesas operacionais excluindo amortização do goodwill (1)	9.931	8.753
Amortização do goodwill	915	763
Reclamações de seguros gerais (líquidas)	3.480	2.195
Lucro antes de provisões	8.428	7.570
Provisões para cobranças duvidosas	1.428	1.461
Montantes amortizados de investimentos em imobilizações	83	33
Lucro on actividades normais antes de impostos	6.917	6.076
Imposto sobre o lucro de actividades normais	2.155	1.888
Lucro das actividades normais depois de impostos	4.762	4.188
Participações minoritárias (incluindo não em acções)	250	210
Dividendos preferenciais – não em acções	256	261
	4.256	3.717
Dividendo das Acções de Valor Adicional – não em acções	—	1.463
Lucro a distribuir aos titulares de acções ordinárias	4.256	2.254

(1) Inclui despesas de integração de 269 milhões de libras em 2004 (2003 – 229 milhões de libras).

Resumo do balanço consolidado – GAAP do RU	2004 m£	2003 m£
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (líquidos de provisões)	58.260	51.891
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos de provisões)	345.469	252.531
Títulos de dívida e acções de participação	94.171	82.249
Imobilizações incorpóreas	17.576	13.131
Outros activos	67.991	54.626
Total do activo	583.467	454.428
Capital social exigido	822	769
Conta de prémios de acções	12.964	8.175
Outras reservas	10.856	11.307
Demonstração de resultados	7.223	5.847
Fundos dos accionistas	31.865	26.098
Participações minoritárias	3.829	2.713
Passivo subordinado	20.366	16.998
Total recursos de capital	56.060	45.809
Depósitos de bancos	99.081	67.323
Contas de clientes	285.062	236.963
Títulos de dívida em emissão	58.960	41.016
Outras rubricas do passivo	84.304	63.317
Total passivo	583.467	454.428

Montantes de acordo com as GAAP do RU *(continuação)*

Outros dados financeiros baseados nas GAAP do RU	2004	2003
Ganhos por acção ordinária – pence	46,0	25,6
Ganhos diluídos por acção ordinária – pence (1)	45,6	25,4
Ganhos ajustados por acção ordinária – pence	57,5	52,4
Dividendos por acção ordinária – pence	19,3	16,8
Rácio de distribuição de dividendos (2)	35%	32%
Preço das acções por acção ordinária no fim do período – £	5,84	5,49
Capitalização de mercado no fim do período – mm£	55,6	48,8
Valor do activo líquido por acção ordinária – £	2,87	2,61
Retorno da média do activo total (3)	0,82%	0,51%
Retorno da média dos fundos dos accionistas (4)	16,0%	9,8%
Retorno ajustado da média dos fundos dos accionistas (5)	20,1%	20,1%
Média do capital da participação dos accionistas como percentagem da média do total do activo	5.7%	5.9%
Rácio de solvabilidade - Tier 1	7.0%	7.4%
– Total	11.7%	1.8%
Rácio ganhos: combinação de encargos fixos e divid. acções preferenciais (5)		
– incluindo juro sobre depósitos	1,84	1,95
– excluindo juro sobre depósitos	7,09	7,08
Rácio de ganhos: apenas encargos fixos (6)		
– incluindo juro sobre depósitos	1,90	2,04
– excluindo juro sobre depósitos	9,26	9,73

Notas:

(1) As acções preferenciais convertíveis não foram incluídas no cálculo dos ganhos por acção diluídos, dado o seu efeito ser anti-dulitivo.

(2) O rácio de distribuição de dividendos representa o dividendo provisório pago e o dividendo final no exercício corrente proposto como percentagem do lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias antes dos custos de integração, amortização do goodwill e o dividendo das AVA em 2003 (líquido de impostos).

(3) O retorno da média do activo total representa o lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias como percentagem da média do activo total.

(4) O retorno da média dos fundos de capital dos accionistas representa o lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias expresso como percentagem da média dos fundos de capital dos accionistas.

(5) O retorno ajustado da média dos fundos de capital dos accionistas representa o lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias antes dos custos de integração, da amortização do goodwill e do dividendo das AVA, em 2003, expresso como percentagem da média dos fundos de capital dos accionistas.

(6) Para este efeito, os ganhos consistem no rendimento antes de impostos e participações minoritárias, mais encargos fixos menos o rendimento não remetido das empresas associadas (comparticipação nos lucros menos os dividendos recebidos). Os encargos fixos consistem nos custos de juros totais, incluindo ou excluindo o juro sobre depósitos e títulos de divida em emissão, conforme apropriado, e a proporção dos custos de arrendamento considerados representativos do factor de juro (um terço dos custos de arrendamento totais).

A tabela seguinte analisa os empréstimos e adiantamentos a clientes antes de provisões por área geográfica e tipo de cliente.

	GAAP do RU	
	2004 m£	2003 m£
RU		
Governo central e local	1.866	1.217
Indústria transformadora	6.292	6.384
Construção	5.024	3.960
Sector financeiro	25.157	18.948
Indústrias de serviços e actividades comerciais	30.850	29.290
Agricultura. florestas e pescas	2.480	2.562
Sector imobiliário	26.445	19.670
Particulares – crédito hipotecário à habitação	57.529	48.117
– outros	27.863	25.526
Locações financeiras e crédito a prestações	13.083	11.703
Total nacional	196.589	167.377
Residentes no Estrangeiro	44.053	27.168
Total estabelecimentos RU	240.642	194.545
Estrangeiro		
EUA	74.045	40.373
Resto do Mundo	35.004	21.535
Total estabelecimentos no estrangeiro	109.049	61.908
Empréstimos e adiantamentos a clientes – brutos	349.691	256.453
Provisões para cobranças duvidosas	(4.222)	(3.922)
Empréstimos e adiantamentos a clientes – líquidos	345.469	252.531
Taxa fixa	100.729	81.918
Taxa variável	248.962	174.535
Empréstimos e adiantamentos a clientes – brutos	349.691	256.453

Exposições internacionais

A tabela abaixo indica os montantes pendentes do Grupo a nível internacional num valor superior a „.75% do activo total do Grupo (incluindo aceitações), que totalizaram 583,8 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2004 (2003 – 455.0 mil milhões de libras). Nenhum destes países tive dificuldades de reembolso que exigissem o refinanciamento da dívida.

	GAAP do RU	
	2004 m£	2003 m£
Estados Unidos	28.795	14.618
Alemanha	14.050	15.073
França	9.604	7.524
Países Baixos	8.871	6.830
Ilhas Caimão	7.258	6.666
Espanha	5.249	3.421
Japão	4.610	4.141

Montantes de acordo com as GAAP do RU *(continuação)*

Provisões para cobranças duvidosas

A tabela seguinte apresenta os elementos das provisões para cobranças duvidosas segundo as GAAP do RU.

	GAAP do RU	
	2004	2003
	m£	m£
Provisões no início do exercício		
Nacional	2.452	2.581
Estrangeiro	1.477	1.346
	3.929	3.927
Conversão monetária e outros ajustamentos		
Nacional	(8)	(2)
Estrangeiro	(90)	(60)
	(98)	(62)
Aquisições de negócios		
Nacional	2	—
Estrangeiro	288	50
	290	50
Montantes amortizados		
Nacional	(920)	(1,097)
Estrangeiro	(548)	(422)
	(1,468)	(1,519)
Recuperações de montantes amortizados dos exercícios anteriores		
Nacional	88	38
Estrangeiro	59	34
	147	72
Imputadas à demonstração de resultados		
Nacional	986	932
Estrangeiro	442	529
	1.428	1.461
Provisões no fim do exercício (1)		
Nacional	2.600	2.452
Estrangeiro	1.628	1.477
	4.228	3.929
empréstimos e adiantamentos brutos a clientes		
Nacional	196.589	167.377
Estrangeiro	153.102	89.076
	349.691	256.453
Provisões finais para clientes como % dos empréstimos e adiantamentos brutos a clientes (2)		
Nacional	1,32%	1,46%
Estrangeiro	1,06%	1,65%
Total	1,21%	1,53%
Provisões para clientes por contrapartida do lucro como % dos empréstimos e adiantamentos brutos a clientes		
Nacional	0,50%	0,56%
Estrangeiro	0,29%	0,59%
Total	0,41%	0,57%

Notas:

(1) Inclui as provisões finais por contrapartida de empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito de 6 milhões de euros em 2004 (2003 – 7 milhões de euros).
(2) As provisões finais para clientes excluem as provisões finais por contrapartida com os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito.

A tabela seguinte apresenta informações complementares sobre as provisões para cobranças duvidosas segundo as GAAP do RU.

	GAAP do RU	
	2004 m£	2003 m£
Empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos)	349.691	256.453
Provisões no fim do exercício:		
Provisões específicas – clientes	3.648	3.356
– instituições bancárias	6	7
Provisão geral	574	566
	4.228	3.929
Provisão para clientes no fim do exercício como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes no fim do exercício:		
Provisões específicas	1,04%	1,31%
Provisão geral	0,17%	0,22%
	1,21%	1,53%
Média dos empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos)	298.150	245.798
As a % of A média dos empréstimos e adiantamentos a clientes durante o exercício:		
Total provisões para clientes imputadas a lucros e perdas	0,48%	0,59%
Montantes amortizados (líquido de recuperações) – clientes	0,44%	0,59%

Análise das provisões finais para cobranças duvidosas

A tabela seguinte analisa cliente provisões para cobranças duvidosas por área geográfica e tipo de cliente nacional.

	GAAP do RU			
	2004		2004	
	Provisões finais m£	% of Empr. total empr. %	Provisões finais m£	% Empr. total Empr. %
Nacional				
Governo central e local	—	0.5	—	0.5
Indústria transformadora	127	1.8	156	2.5
Construção	71	1.4	56	1.5
Finance	54	7.2	34	7.4
Indústrias de serviços e actividades comerciais	516	8.8	599	11.4
Agricultura, florestas e pescas	23	0.7	20	1.0
Bens imóveis	64	7.6	58	7.7
Particulares – crédito hipotecário à habitação	32	16.5	35	18.8
– outros	1,318	8.0	1,003	9.9
Locações financeiras e crédito a prestações	122	3.7	136	4.6
Total nacional	2,327	56.2	2,097	65.3
Estrangeiro	1,321	43.8	1,259	34.7
Provisões específicas	3,648	100.0	3,356	100.0
Provisão geral	574		566	
Total provisões	4,222		3,922	

Montantes de acordo com GAAP DO RU *(continuação)*

Análise das amortizações

A tabela seguinte analisa os montantes amortizados por área geográfica tipo de cliente nacional.

	GAAP do RU	
	2004 m£	2003 m£
Nacional		
Indústria transformadora	55	99
Construção	12	22
Sector financeiro	19	54
Indústrias de serviços e actividades comerciais	163	393
Agricultura. florestas e pescas	9	4
Bens imóveis	33	6
Particulares – crédito hipotecário à habitação	4	2
– outros	535	357
Locações financeiras e crédito a prestações	90	160
Total nacional	920	1,097
Estrangeiro	548	422
Total amortizações	1,468	1,519

Análise das recuperações

A tabela seguinte analisa as recuperações de montantes amortizados por área geográfica e tipo de cliente nacional.

	GAAP do RU	
	2004 m£	2003 m£
Nacional		
Indústria transformadora	1	--
Sector financeiro	2	--
Indústrias de serviços e actividades comerciais	1	3
Particulares – crédito hipotecário à habitação	1	--
– outros	81	26
Locações financeiras e crédito a prestações	2	9
Total nacional	88	38
Estrangeiro	59	34
Total amortizações	147	72

Elementos de risco no crédito e nos empréstimos potencialmente problemáticos

Os procedimentos de controlo e revisão não incluem ma classificação dos empréstimos como não contabilizados, contabilizados em mora, reestruturados e empréstimos potencialmente problemáticos, como definido pela SEC nos EUA. A tabela seguinte apresenta o valor estimado dos empréstimos que seria reportado utilizando as classificações da SEC. Os valores incorporam estimativas e são contabilizados antes de deduzir o valor da garantia detida ou das provisões relacionadas.

	GAAP do RU	
	2004 m£	2003 m£
Empréstimos registados numa base de não contabilização dos juros (3):		
Total nacional	3.705	3.221
Estrangeiro	1.075	1.211
Total amortizações	4.780	4.432
Empréstimos com juros que estão contratualmente em mora 90 dias ou mais no que respeita ao capital ou aos juros (4):		
Total nacional	646	561
Estrangeiro	79	81
Total amortizações	725	642
Os empréstimos não incluídos acima. que são classificados como 'reestruturações de dívidas perturbadas' pela SEC:		
Total nacional	14	53
Estrangeiro	10	30
Total amortizações	24	83
Total elementos de risco nos empréstimos	5.529	5.157
Empréstimos potencialmente problemáticos (5)		
Provisões finais para cobranças duvidosas como % dos elem. risco totais na conc. empr	76%	76%
Provisões finais para cobranças duvidosas como % dos elem. risco totais na conc. empr. e empréstimos	73%	68%
Elementos de risco nos emprést. como % dos emprést. e adiantam. brutos a clientes excluindo reverse repos	1.86%	2.22%

Notas:

(1) Para a análise acima, 'Nacionais ' consiste nas transacções nacionais realizadas no RU do Grupo. 'Estrangeiro' compreende as transacções realizadas pelo Grupo através de estabelecimentos fora do RU e dos estabelecimentos do RU especificamente organizados para efectuar transações bancárias internacionais.

(2) A classificação de um empréstimo como não contabilizado, vencido a 90 dias ou reestruturação da divida perturbada não indica necessariamente que o capital do empréstimo seja incobrável na totalidade ou em parte. A cobrança depende, em cada caso, das circunstâncias individuais do empréstimo, incluindo a adequação de qualquer colateral que garanta o empréstimo e, portanto, a classificação de um empréstimo como não contabilizado, vencido ou reestruturação da divida perturbada nem sempre exige que seja feita uma provisão para esse empréstimo. De acordo com a politica de provisões do Grupo para as dividas incobráveis ou de cobrança duvidosa, considera-se que foram feitas provisões adequadas para os elementos de risco do crédito acima mencionados.

(3) As empresas subsidiárias da actividade bancária do Grupo no RU registam os empréstimos numa base não contabilizados a partir do momento em que a comparabilidade do juro está significativamente em dívida. Certas subsidiárias do Grupo principalmente do Citizens, geralmente registam os empréstimos numa base não contabilizados quando o juro ou capital está vencido a 90 dias.

(4) Os descobertos geralmente não têm um prazo de reembolso fixo e, por conseguinte, não estão incluídos nesta categoria.

(5) Os empréstimos que estão em dia no pagamento do capital e dos juros mas relativamente aos quais a gestão tem sérias dúvidas acerca da capacidade do mutuário para cumprir as condições de reembolso contratuais. Para estes empréstimos existe uma garantia substancial e já foram feitas provisões adequadas de acordo com a política de provisões para dividas incobráveis e de cobrança duvidosa.

	GAAP do RU	
	2004 m£	2003 m£
Rendimento bruto não reconhecido, mas que teria sido reconhecido nos termos originais dos empréstimos não contabilizados reestruturados		
Total nacional	237	237
Estrangeiro	58	55
	295	292
Juro sobre empréstimos não contabilizados reestruturados incluídos no rendimento de juros líquido		
Total nacional	58	60
Estrangeiro	7	3
	65	63

Taxas de câmbio

Excepto como indicado, as tabelas seguintes mostram, para as datas ou períodos indicados, a Noon Buying Rate em Nova Iorque para as Transferências telegráficas
Em libras esterlinas como certificado para efeitos alfandegários pelo Federal Reserve Bank of New York (a "Noon Buying Rate"):

Dólar dos EUAs por £1	Janeiro 2008	Dezembro 2007	Novembro 2007	Outubro 2007	Setembro 2007	Agosto 2007
Noon Buying Rate						
Elevada	1.9895	2.0658	2.1104	2.0777	2.0389	2.0426
Baixa	1.9515	1.9774	2.0478	2.0279	1.9920	1.9813

	2007	2006	2005	2004	2003
Noon Buying Rate					
Taxa no fim do período	1.9843	1.9586	1.7188	1.9160	1.7842
Taxa média no período (1)	2.0073	1.8582	1.8147	1.8356	1.6450
Taxa de consolidação (2)					
Taxa no fim do período	2.0043	1.9651	1.7214	1.9346	1.7857
Taxa média no período	2.0015	1.8436	1.8198	1.8325	1.6354

Notas:

(1) A média das Noon Buying Rates no último dia de negociação de cada mês durante o período.
(2) As taxas utilizadas pelo Grupo para converter dólares dos EUA em libra esterlina para a elaboração das demonstrações financeiras. (3) Em 26 de Fevereiro de 2008, a Noon Buying Rate era 1,00 = US$1.9747.

Conjuntura económica e monetária

Os ganhos do Grupo são afectados pela conjuntura económica e monetária nos seus principais mercados (RU, EUA, Eurozona e Ásia Pacífico).

Os mercados financeiros globais entraram num período de tensão sem precedentes no segundo semestre de 2007, com as taxas de crédito interbancário de referência a registarem um aumento acentuado e partes do mercado monetário a curto prazo a estagnarem. Estas condições monetárias temporariamente difíceis, afectam a disponibilização de crédito e diminuem o apetite pelo risco da parte do investidor, numa altura em que o abrandamento da actividade económica já se faz sentir. Após uma série de esforços individuais, os bancos centrais do Canadá, da Eurozona, da Suíça, do RU e dos EUA intervieram de uma forma concertada, em Dezembro para melhorar as condições de liquidez dos mercados monetários em. Esta medida conseguiu trazer os spreads das taxas de juro nos mercados interbancários de volta às suas médias históricas, mas as incertezas em torno do impacto total na economia real e a evolução futura dos mercados de dívida mantêm-se.

O ciclo das taxas de juro no RU atingiu o pico em 2007, tendo a Comissão de Política Monetária (MPC) começado por aumentar a Taxa Bancária de 5% para 5,75% em três movimentos sucessivos de 25bps em Janeiro, Maio e Julho, antes de voltar a reduzi-la para 5,50% em Dezembro e, mais recentemente, 5,25% em Fevereiro. Os aumentos das taxas deveram-se a uma combinação de crescimento superior à tendência, de 3,1%, e à inflação CPI que excedeu a meta oficial de 2% durante a maior parte do ano, graças aos preços elevados das mercadorias. Os riscos da subida da inflação a médio prazo prevaleceram, impedindo o MPC de responder de uma forma mais musculada à diminuição de liquidez nos mercados financeiros em Dezembro. No cômputo geral, as condições monetárias estavam provavelmente em território restritivo, o deverá provocar um crescimento mais lento em 2008. A desvalorização de 6% da libra esterlina numa base de negociação ponderada só parcialmente compensa o impacto redutor das tensões dos mercados monetários e as elevadas taxas de juro ajustadas à inflação que só começaram a descer perto do fim do ano.

As condições monetárias nos EUA estiveram próximas do ponto neutro no inicio de 2007, com as taxas das apólices estagnadas em 5,25% até ao início da crise de liquidez em Agosto. Um acentuado abrandamento do mercado da habitação nos EUA, a deterioração da confiança dos consumidores e das empresas e a diminuição de liquidez nos mercados financeiros levaram o Federal Open Market Committee (FOMC) a baixar a taxa dos fundos federais para 4,25% no fim do ano. Apesar da desvalorização de 10% do valor do dólar numa base de negociação ponderada e do consequente estímulo para as exportações dos EUA, as perspectivas gerais da economia dos EUA obscureceram significativamente nos primeiros dois meses de 2008. O FOMC continuou a reagir agressivamente perante novas evidências de riscos de baixa do crescimento económico e reduziu ainda mais a taxa das apólices, em 125bps em duas reuniões realizadas em Janeiro, baixando-a para 3,00% no fim de Fevereiro de 2008. Apesar de a inflação CPI estar acima dos 4% no fim de 2007, os mercados de obrigações dos EUA não pareceram excessivamente preocupados com o aumento da pressão inflacionária a longo prazo, dado que a curva de rendimento também desenhou uma tendência descendente.

Num contexto de forte procura e de uma tendência para a subida da inflação CPI, o Banco Central Europeu subiu a taxa de refinanciamento oficial duas vezes no primeiro semestre de 2007, de 3,5% para 4%, mantendo-se na expectativa durante o resto do ano. O rápido crescimento económico das economias de mercado emergentes gerou uma acentuada procura dos bens de exportação da Eurozona, não obstante a valorização de negociação ponderada de 5% do euro. Em geral, a Eurozona parecia estar menos afectada pela penúria de liquidez do que o RU ou os EUA, em parte porque a procura interna estava menos dependente do crédito.

A região da Ásia Pacífico foi a mais dinâmica em 2007, com um crescimento económico a ultrapassar o ritmo de expansão registado noutras regiões. As exportações continuaram a ser o principal motor do crescimento económico, gerando um importante excedente da balança comercial e as correspondentes entradas de moeda estrangeira na região. Alguns países da região continuaram a gerir as suas divisas para impedir a valorização. Este abrandamento das condições monetárias impulsionou o investimento nacional. As pressões inflacionistas começaram a emergir, exigindo possivelmente uma atitude mais firme da política monetária.

Para além de influenciar o nível de procura efectiva que os países registam, as taxas de câmbio afectam os ganhos reportados pelas subsidiárias não britânicas do Grupo e o valor do activo e do passivo não denominado em libras esterlinas. A libra manteve-se forte em relação ao dólar em 2007, valorizando 1%, mas deslizando 8% em relação ao euro. Estes movimentos têm efeitos mistos nos proveitos registados pelo Grupo, no activo e no passivo, dando origem a uma valorização da libra quando denominados em euros, mas deprimindo-a quando denominados em dólares.

Supervisão e regulação

1. Reino Unido

Empresas autorizadas pelo Grupo

A Autoridade dos Serviços Financeiros do RU (FSA) é o supervisor consolidado do Grupo e do Royal Bank. Em 31 de Dezembro de 2007, 31 empresas do Grupo (à excepção da subsidiárias do Grupo ABN AMRO, abrangendo vários sectores dos serviços financeiros (banca, seguros e investimentos) foram autorizadas a realizar actividades financeiras reguladas pela FSA.

Os bancos do Grupo autorizados no RU incluem o Royal Bank, o NatWest, o Coutts & Co e o Ulster Bank Ltd. As actividades grossistas, que não as actividades de Tesouraria do Grupo estão concentradas na divisão de Corporate Markets do Grupo e são realizadas sob as denominações de Royal Bank e do NatWest. As actividades de banca de retalho geridas pela divisão de Retails Markets. A excepção é o Ulster Bank Ltd, que é dirigido como uma divisão separada no seio do Grupo. O Ulster Bank Ltd fornece serviços bancários na Irlanda do Norte e o Ulster Bank Irland Ltd, à República da Irlanda. Este último é supervisionado principalmente pela Autoridade Reguladora dos Serviços Financeiros Irlandesa.

A actividade de gestão dos investimentos é realizada principalmente pelas empresas da divisão de Retails Markets, incluindo a Adam & Company Investment Management Limited e da divisão de Corporate Markets, RBS Asset Management Limited.

A actividade de seguros gerais está predominantemente a cargo de empresas da divisão do RBS Insurance, incluindo a Direct Line Insurance plc e a Churchill Insurance Company Limited. A vertente de seguros de vida é realizada pelo Royal Scottish Assurance plc e o National Westminster Life Assurance Limited (com o parceiro do Grupo, o grupo AVIVA) e Direct Line Life Insurance Company Limited.

1.2 Desenvolvimentos e implementação da regulamentação.

O Basileia II é a alteração mais significativa à regulação da indústria bancária desde há muitos anos e vai ter um efeito prolongado nas nossas relações com os clientes, os investidores e outros *stakeholders* principais. A FSA no RU aprovou a metodologia de gestão do risco de crédito do Grupo ao abrigo do Basileia II, o que nos coloca entre o pequeno número de organizações de serviços financeiros britânicas que utilizam a metodologia Baseada na Notação Interna Avançada para o cálculo dos requisitos de capital com risco de crédito a partir de 1 de Janeiro de 2008. A partir de 2008, o grupo aplicará a Metodologia Uniformizada para o Risco Operacional, migrando para a Advanced Measurement Approach (AMA) em linha com os o programa dos EUA. O Grupo implementou o Pilar II e o Pilar III em consonância com os requisitos regulamentares.

Além disso, conseguiu implementar a Directiva Mercados de Instrumentos Financeiros ('MiFID') na data de implementação de 1 de Novembro de 2007. A A MiFID estabeleceu um enquadramento legislativo abrangente ao nível europeu que agora é implementado no RU para a constituição e gestão de empresas de investimento, facilidades comerciais multilaterais e mercados regulamentares.

Os princípios de alto nível da FSA exigem que todas as empresas regulamentadas tratem os seus clientes de uma forma justa e foi lançado um projecto específico de toda a indústria sobre Treating Customers Fairly ('TCF') em 2004. A FSA sublinhou que a TCF será uma área principal de enfoque para o legislador ao longo dos próximos anos. No Verão de 2007 avançou com a definição de metas específicas que espera que todas as empresas cumpram durante 2008 em relação à informação de gestão exigida para comprovar a possibilidade de integração da TCF. O Grupo já tinha vários princípios subjacentes integrados na proposta existente para o cliente que demonstravam claramente o conceito da equidade na prática. Estes valores empresariais fundamentais incluem demonstrar justiça, transparência e honestidade ao longo de toda a relação com os nossos clientes, assegurando que quaisquer declarações que façamos sejam claras, justas e inequívocas e instituiu mecanismos para evitar que as coisas corram mal e corrigir eventuais eficiências.

As empresas autorizadas pela FSA do RU também têm de cumprir regras destinadas a diminuir a possibilidade de as empresas serem utilizadas para o crime financeiro e, em particular, a lavagem de dinheiro. As Revised Joint Money Laundering Steering Group Guidance Notes foram emitidas em 13 de Novembro de 2007 para ter em conta os novos Regulamentos sobre Lavagem de Dinheiro de 2007. Estes Regulamentos entraram em vigor em 15 de Dezembro de 2007 e implementaram a Terceira Directiva da EU sobre Lavagem de Dinheiro. Entre outras disposições, os Regulamentos aprovam uma metodologia baseada no risco para combater a lavagem de dinheiro, prescrevendo também 'um reforço das medidas' para os clientes que não interagem cara a cara com o banco, 'pessoas politicamente expostas (PEPs) e banca correspondente. Enquanto que para todos os efeitos materiais o Grupo já está a cumprir – dado que estas disposições já tinham sido previstas nas directrizes da indústria há algum tempo – os processos internos são continuamente revistos para assegurar padrões de melhores práticas que sejam cumpridos. Em particular, o Grupo emitiu novas directrizes de política interna baseadas nos regulamentos e nas orientações de apoio à indústria, Face às quais todas as divisões efectuaram uma análise de *gap* como base para novos planos de acção quando necessários.

1.3 Information Commissioners Office

O Information Commissioners Office (ICO) é o organismo público independente do RU fundado para promover o acesso à informação oficial e proteger a informação pessoal. O ICO aplica a Lei de Protecção de Dados de 1998, a Lei da Liberdade de Informação de 2000, os Regulamentos sobre Privacidade e Comunicações Electrónicas de 2003 e os Regulamentos sobre Informação Ambiental de 2004, regulando as organizações que se inscrevem na sua área de competência. Promove o conhecimento dos direitos e obrigações relacionados com a informação e assegura o seu cumprimento. Reporta directamente ao Parlamento e tem poderes para fazer cumprir a legislação aplicável. O Grupo encara a protecção dos dados com muita seriedade e segue as orientações dadas pelo ICO. Continua a melhorar os seus processos de acordo com as alterações das directrizes e de modo a corresponder às expectativas crescentes dos clientes em relação à segurança da informação.

2. Internacional

2.1 ABN AMRO

O supervisor consolidado do ABN AMRO é o Banco Central Holandês, De Nederlandsche Bank (DNB)., que funciona em parte como o banco central holandês e supervisor prudencial de bancos e companhias de seguros e também como parte do Sistema Europeu de Bancos CentraisDepois da aquisição do ABN AMRO, o Grupo já está presente em mais de 50 países.

2.2 Estados Unidos

O grupo é uma empresa holding bancária e uma empresa holding financeira na afecção da Lei sobre as Empresas Holding de 1956. Como tal, está sujeito à regulação e supervisão do Conselho de governadores do Sistema de Reserva Federal (a "Reserva Federal").

Entre outros serviços, as actividades e investimentos directos e indirectos do Grupo nos Estados Unidos são apenas de 'natureza financeira' ou 'incidental' ou 'complementar' a uma actividade financeira, determinada pela Reserva Federal. O Grupo também é obrigado a obter a aprovação prévia da Reserva Federal antes de adquirir, directa ou indirectamente, a propriedade ou controlo de mais de 5% de qualquer classe de acções com direito a voto de qualquer banco ou empresa holding bancária dos EUA.

Segundo a política actual da Reserva Federal, o Grupo é obrigado a actuar como fonte de financiamento para as suas subsidiárias bancárias nos EUA. Entre outros aspectos, esta obrigação de financiamento pode exigir que o Grupo injecte capital em qualquer uma das suas subsidiárias bancárias nos EUA se ficarem subcapitalizadas.

As subsidiárias bancárias e não bancárias do Grupo nos EUA e as sucursais do RBS nos EUA também estão sujeitas à supervisão e regulação de vários outros organismos reguladores dos EUA. Em 1 de Setembro de 2007, as subsidiárias bancárias registadas do Citizens Financial Group (à excepção da sua subsidiária bancária no Estado da Pensilvânia) fundiram-se consolidaram-se num único banco de implantação nacional, o RBS Citizens, NA. Consequentemente, o RBS Citizens, NA é actualmente supervisionado pelo Office of the Comptroller of the Currency, um organismo do Ministério das Finanças dos EUA encarregado da regulação e supervisão dos bancos que operam ao nível nacional. O Citizens Financial Group continua sob a supervisão da Reserva Federal como empresa holding bancária. O Citizens Bank of Pennsylvania está sujeito à regulação e supervisão do Pennsylvania Department of Banking e do US Federal Deposit Insurance Corporation. A sucursal de Nova Iorque do RBS é supervisionada pelo Departamento Bancário do Estado de Nova Iorque e a sua sucursal de Connecticut é supervisionada pelo departamento bancário de Connecticut. Ambas as sucursais estão sujeitas à supervisão da Reserva Federal, através do Federal Reserve Bank of Boston.

As entidades de seguros do grupo nos EUA são reguladas por autoridades de seguro estatais. O mediador de seguros do grupo nos EUA, a Greenwich Capital Markets, Inc, está sujeita a regulação e supervisão da Bolsa de Valores dos Estados Unidos e da financial Industry National Regulatory Association (FINRA) no que se refere às suas actividades de títulos. Quanto às suas actividades futuras, o Greenwich Capital Markets, Inc. também está sujeita à regulação e supervisão pela US Commodity Futures Trading Commission e a Chicago Board of Trade.

O Grupo está sujeito a extensos regulamentos que impõem às instituições financeiras a obrigação e manter políticas, procedimentos e controlos apropriados para detectar, prevenir e reportar situações de lavagem de dinheiro e financiamento de terroristas e assegurar o cumprimento das sanções económicas dos EUA contra países estrangeiros designados, cidadãos norte-americanos e outros. Os regulamentos sobre sanções anti-lavagem de dinheiro, anti-terrorismo e económicas tornaram-se um importante foco da política do governo dos EUA relacionada com as instituições financeiras e são rigorosamente aplicados pelos organismos governamentais americanos.

2.3 Outras Jurisdições

O grupo e o Banco da China estabeleceram uma parceria estratégica exclusiva, Segundo a qual o Grupo e o Banco da China acordaram em colaborar numa série de actividades económicas, explorando as capacidades de distribuição do Banco da China e as competências de produtos do Grupo em áreas que incluem os cartões de crédito, a gestão de riqueza, a banca empresarial e os seguros de linhas pessoais. O Grupo também continua a desenvolver as suas outras actividades asiáticas, tendo recentemente aberto novas sucursais no Médio Oriente e no Extremo Oriente. Em todas as jurisdições em que opera considera o risco regulamentar como o principal componente do seu novo processo de aprovação de produtos para assegurar que cumpre os requisitos regulamentares locais.

Investigação do Ministério da Justiça

Conforme anteriormente divulgado pelo ABN AMRO, o Ministério da Justiça dos Estados Unidos tem em curso uma investigação criminal das actividades de compensação em dólares do ABN AMRO, procedimentos de cumprimento de controlo de activo do Office of Foreign Assets e outras matérias de cumprimento relacionadas com a Lei do Sigilo Bancário. O ABN AMRO colaborou e continua a colaborar activamente com a investigação. Antes da aquisição pelo Grupo, o ABN AMRO tinha chegado a um acordo de princípio com o Ministério da Justiça que resolveria todos os aspectos actualmente conhecidos da investigação em curso através de um acordo de acusação diferida mediante o pagamento, pelo ABN AMRO, de 500 milhões de dólares dos EUA (montante que foi contabilizado pelo ABN AMRO nas suas demonstrações financeiras provisórias dos seis meses findos em 30 de Junho de 2007). Estão em curso negociações para permitir a celebração de um acordo por escrito.

Exposições Subprime

Algumas das subsidiárias do Grupo receberam pedidos de informação de vários organismos governamentais dos EUA e organizações auto-reguladoras, incluindo em relação aos seus produtos de hipotecas subprime e securitizações, obrigações de dívida colateralizadas e produtos sintéticos relacionados com as hipotecas subprime. O grupo e as suas subsidiárias estão a colaborar totalmente com estes vários pedidos de informação e investigação.

Descrição das imobilizações corpóreas

O Grupo opera em vários locais em todo o mundo, principalmente no RU. Em 31 de Dezembro de 2007, o Royal Bank e o NatWest tinham 649 e 1.629 sucursais de retalho, respectivamente, no RU. O Ulster Bank e o First Active tinham uma rede de 282 sucursais na Irlanda do Norte e na República da Irlanda. O Citizens tinha 1.616 estabelecimentos de banca de retalho (incluindo balcões em lojas) cobrindo o Connecticut, Delaware, Illinois, Indiana, Massachusetts, Michigan, New Hampshire, Nova Jersey, Nova Iorque, Ohio, Pensilvânia, Rhode Island e Vermont. Uma maioria substancial de sucursais do RU são propriedade do Royal Bank, do NatWest e das suas subsidiárias ou são detidas por arrendamento com prazos não expirados superiores a 50 anos. Os principais imóveis do Grupo incluem a sua sede em Gogarburn, Edimburgo, os seus estabelecimentos principais em Londres, em 135 e 280 Bishopsgate, e o centro de administração Drummond House situado em South Gyle, Edimburgo.

Os gastos totais em instalações (excluindo bens de investimento), computadores e outros equipamentos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ascendiam a 179 milhões de libras (2006 – 1.140 milhões de libras; 2005 – 1.275 milhões de libras).

Principais accionistas

Os dados dos principais titulares das acções ordinárias e preferenciais da empresa figuram na página 98.

Não se verificaram alterações significativas, em termos percentuais, dos principais titulares de acções ordinárias e preferenciais da empresa durante os três anos findos em 27 de Fevereiro de 2008. Todos os accionistas de uma classe das acções da empresa têm os mesmos direitos de voto. A empresa não é directa nem indirectamente propriedade ou controlada por outra empresa ou qualquer governo estrangeiro e não tem conhecimento de qualquer acordo que possa ter como resultado uma mudança de controlo.

Em 27 de Fevereiro de 2008, os administradores da empresa detinham opções de compra de um total 8.603.307 acções ordinárias da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2007, quase todas as acções preferenciais denominadas em dólares dos EUA e ADSs que representam acções ordinárias da empresa eram detidos por accionistas registados nos EUA. Todas as outras acções eram predominantemente detidas por accionistas registados fora dos EUA.

Contratos relevantes

A empresa e as suas subsidiárias celebraram vários contratos no decurso normal da actividade. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a empresa celebrou um contrato de consórcio e accionistas datado de 28 de Maio de 2007, entre a empresa, o Banco Santander Central Hispano, S.A., o Fortis N.V., o Fortis SA/NV e o RFS Holdings B.V., que rege as relações entre estas partes no que se refere às propostas do RFS Holdings B.V. aos titulares das acções ordinárias no ABN AMRO e de Acções Depositárias Americanas, conforme está mais pormenorizadamente descrito na parte intitulada 'Resumo do Contrato de Consórcio e Accionistas' incluído no formulário da empresa, revisto (Reg. Nº. 333-144752). Para além do contrato acima referido, não foram celebrados contratos relevantes fora do decurso normal da actividade.

Divulgação segundo as Regras de Cotação da FSA

Com efeitos a partir de 17 de Outubro de 2007, o Grupo transferiu para o Santander (uma parte relacionada para efeitos das Regras de Cotação da FSA) os seus direitos e obrigações ao abrigo do Contrato de Consórcios e Accionistas, relativamente à actividade Global Clients do ABN AMRO no Brasil por 750 milhões de euros.

Informações aos accionistas

236 Calendário financeiro
236 Perguntas dos accionistas
237 Imposto sobre as mais-valias
238 Análise dos titulares de acções ordinárias
239 Mercado de negociação
242 Historial dos dividendos
243 Tributação dos Titulares nos Estados Unidos
247 Controlos cambiais
247 Estatutos
247 Constituição e registo
247 Código de ética
248 Endereços importantes
248 Estabelecimentos principais

Informações aos accionistas

Calendário financeiro

Assembleia Geral Anual	Abril 2008 às 14.00h Edinburgh International Conference Centre, The Exchange, Morrison Street, Edinburgh
Resultados provisórios	Agosto 2008
Dividendos	
Datas de pagamento	
Acções ordinárias (2007 Finais)	6 de Junho de 2008
Acções ordinárias (2008 Provisórios)	Outubro de 2008
Acções preferenciais cumulativas	30 de Maio e 31 de Dezembro de 2008
Acções preferenciais não cumulativas	31 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 2008
Ex-datas dos dividendos	
Acções ordinárias (2007 Final)	5 Março 2008
Acções preferenciais cumulativas	30 Abril 2008
Datas de registo	
Acções ordinárias (2007 Final)	7 Março 2008
Acções preferenciais cumulativas	2 Maio 2008

Perguntas dos accionistas

As participações na empresa podem ser verificadas consultando o nosso site (www.rbs.com/shareholder). Para ter acesso a esta informação é necessário o número de referência do accionista impresso no certificado das acções ou o comprovativo fiscal.

Pagamentos de dividendos

A empresa paga os seus dividendos em libras esterlinas embora os accionistas possam optar por receber o pagamento em dólares ou euros.

Os accionistas que pretendam receber o pagamento em dólares ou euros devem pedir um formulário de instruções ao registo da empresa:

Computershare Investor Serviços
PLC PO Box 82
The Pavilions
Bridgwater
Road Bristol
BS99 6ZZ
Telefone: 0870 702 0135
Fax: 0870 703 6009
Email: web.queries@computershare.co.RU

Os accionistas também podem descarregar um formulário de instruções através do nosso site (www.rbs.com/shareholder).

Os formulários de instruções preenchidos devem ser devolvidos ao registo o mais tardar até 15 dias úteis da data de pagamentos dos dividendos.

Revisão anual em braille e áudio do Resumo das Demonstrações Financeiras

Os accionistas que pretendam uma versão em braille ou áudio da Revisão e Resumo Anual das Demonstrações Financeiras devem contactar o Registo para o nº 0870 702 0135

ShareGift

A empresa sabe que os accionistas que detêm um pequeno número de acções podem estar a reter essas acções porque devidos aos custos de negociação pode não ser economicamente vantajoso aliená-las. O ShareGift, o plano de doação de acções para obras de beneficência é um serviço grátis operado pela Orr Mackintosh Foundation (instituição registada sob o nº 1052686) a fim de permitir aos accionistas doarem acções para fins de caridade.

Se pretender doar as suas acções a estas instituições, contacte o ShareGift para mais informações:

ShareGift, The Orr Mackintosh Foundation,
17 Carlton House Terrace, London SW1Y 5AH
Tel: 020 7930 3737
www.ShareGift.org

Doar as suas acções desta forma não dá origem a um ganho nem a uma perda para efeitos do imposto britânico sobre as mais-valias. Talvez possa reclamar o imposto sobre o rendimento referente às acções doadas. Para mais informações contacte o HM Revenue & Customs.

Imposto sobre as mais-valias

Para os accionistas que detêm acções ordinárias do RBS em 31 de Março de 1982, o valor de mercado de uma acção ordinária detida era de 103p. Após ajustamento para a emissão de direitos de 1 de Março de 1985, a emissão de capitalização de 1 de Setembro de 1989, a emissão de Acções de Valor Adicional Bonificadas em 12 de Julho de 2000 e a emissão de acções ordinárias bonificadas em 8 de Maio de 2007, o valor base ajustado em 31 de Março de 1982 de uma acção ordinária detida presentemente é 15,4p.

Para os accionistas que detinham acções ordinárias do NatWest em 31 de Março de 1982, o valor de mercado de uma acção detida era de 28,39p para os accionistas que aceitaram os termos básicos da oferta do RBS. Este valor tem em conta as emissões de direitos de Agosto de 1984 e Junho de 1986 e a emissão, em Junho de 1989, de acções ordinárias bonificadas do NatWest, bem como a emissão subsequente de Acções de Valor Adicional e a emissão de acções ordinárias bonificadas em 8 Maio de 2007.

Ao alienar as acções, os accionistas também têm direito a dedução de indexação (até Abril de 1998 apenas no caso dos titulares individuais e não empresariais), que é calculado com base no valor de 31 de Março de 1982, sobre o custo de aquisições subsequentes a partir da data de compra e no acto de subscrição para os direitos a partir da data desse pagamento. Têm de ser efectuados outros ajustamentos quando um accionista optar por receber dividendos em acções em vez de dinheiro. Os accionistas individuais e não empresariais também podem ter direito a algumas isenções fiscais para reduzir o montante de qualquer ganho tributável no momento da alienação das acções.

No Relatório Pré Orçamento de 9 de Outubro de 2007, foi anunciado que o tratamento do imposto sobre as mais-valias para os sujeitos passivos singulares vai sofrer alterações no que diz respeito às alienações efectuadas a partir de 6 de Abril de 2008. Haverá uma única taxa de imposto de 18% sobre mais-valias. A dedução de indexação e as isenções já não estarão disponíveis e para o activo detido em 31 de Março de 1982, o valor de mercado do activo nessa data será automaticamente utilizado para efeitos do cálculo dos ganhos ou perdas derivados de uma alienação.

A informação apresentada acima constitui apenas um guia de carácter geral, baseado na legislação actual do Reino Unido e nas práticas do HM Revenue & Customs nesta data. A presente informação refere-se apenas à situação dos accionistas particulares residentes no Reino Unido para efeitos fiscais, que são os proprietários reais das suas acções e que as detêm como investimento. Não se refere à situação dos accionistas que não são accionistas particulares, dos que residem fora do Reino Unido para efeitos fiscais ou de certos tipos de accionistas, como os correctores de títulos.

Análises dos titulares de acções ordinárias em 31 de Dezembro de 2007	Particip.	Número de acções – millions	%
S			
Particulares	174.438	693.7	6,9
Bancos e empresas titulares nominais	25.434	8.898.1	88,9
Fundos de investimento	172	4,3	0,1
Companhias de seguros	329	5,1	0,1
Outras empresas	2.148	321,6	3,2
Fundos de pensões	45	32,7	0,3
Outras pessoas colectivas	94	50,7	0,5
	202.660	10.006.2	100.00
Série participações:			
1 – 1.000	84.387	34,5	0,3
1.001 – 10.000	99.951	336,1	3,4
10.001 – 100.000	16.400	351,8	3,5
100.001 – 1.000.000	1.202	420,8	4,2
1.000.001 – 10.000.000	569	1,853,4	18,5
A partir de 10.000,00 e acima	151	7,009,6	70,1
	202.660	10,006,2	100,00

Mercado de negociação

Acções preferenciais não cumulativas em dólares

Em 26 de Março de 1997, 8 de Fevereiro de 1999, 30 de Setembro de 2004, 26 de Agosto de 2004, 19 de Maio de 2005, 9 de Novembro de 2005,
25 de Maio de 2006, 27 de Dezembro de 2006, 28 de Junho de 2007, 27 de Setembro de 2007 e 4 de Outubro de 2007 a empresa emitiu as seguintes Acções Depositárias Americanas ("ADSs") que representam acções preferenciais não cumulativas em dólares da empresa, nos Estados Unidos, que em 31 de Dezembro de 2007 estavam em circulação:

8.000.000 Série F ("ADSs da Série F") que representam 8.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série F;

12.000.000 Série H ("ADSs da Série H") que representam 12.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série H;

34.000.000 Série L ("ADSs da Série L") que representam 34.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série L;

37.000.000 Série M ("ADSs da Série M") que representam 37.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série M;

40.000.000 Série N ("ADSs da Série N") que representam 40.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série N;

22.000.000 Série P ("ADSs da Série P") que representam 22.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série P;

27.000.000 Série Q ("ADSs da Série Q") que representam 27.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série Q;

26.000.000 Série R ("ADSs da Série R") que representam 26.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série R;

38,000,000 Série S ("ADSs da Série S") que representam 38.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série S;

64.000.000 Série T ("ADSs da Série T") que representam 64.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série T; e

15.000 Série U ("ADSs da Série U") que representam 15.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série U.

Cada uma das respectivas ADS acima indicadas representa o direito a receber uma acção preferencial correspondente, é comprovada por um Recibo de Depósito Americano("ADR") e está cotada na Bolsa de Valores de Nova Iorque, uma subsidiária da Euronext NYSE ("NYSE").

Os ADR que comprovam as ADS acima foram emitidos de acordo com os Contratos de Depósito entre a empresa, o Banco de Nova Iorque, como depositário, e todos os titulares ocasionais de ADRs emitidos ao abrigo dos mesmos. Actualmente não existe mercado de negociação fora dos Estados Unidos para qualquer uma das acções preferenciais não cumulativas em dólares. Todas as acções preferenciais não cumulativas em dólares são detidas pelo depositário, como depositário, sob a forma de acções ao portador.

Em Janeiro de 2007, a empresa resgatou os 8 milhões de acções preferenciais não cumulativas da Série E de 0, 01 dólares cada, os 10 milhões de acções não cumulativas da Série G de 0,01 dólares cada e os 16 milhões de acções preferenciais não cumulativas da Série K de 0,01 dólares cada.

Em 31 de Dezembro de 2007 existiam 100 accionistas registados de ADSs da Série F, 60 accionistas registados de ADSs da Série H, 25 accionistas registados de ADSs da Série L, um accionista registado de ADSs da Série N, 40 accionistas registados de ADSs da Série N, 55 accionistas registados de ADSs da Série P, 17 accionistas registados de ADSs da Série Q, 1 accionista registado de ADSs da Série R, 1 accionista registado de ADSs da Série S, 23 accionistas registados de ADSs da Série T e 1 accionista registado de ADSs da Série U.

PROs

Em 20 de Agosto de 2001, a empresa emitiu 1,2 mil milhões de dólares em títulos perpétuos tier 1 ('PROs') ligados a uma oferta pública nos Estados Unidos. Os PROs estão cotados na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

ADSs que representam acções ordinárias

Em 17 de Outubro de 2007, as ADSs cotadas da empresa, cada uma representando uma acção ordinária com o valor nominal de 25p (ou o direito de receber uma acção ordinária) comprovados por um ADR ou títulos não certificados, na NYSE. No mesmo dia, a negociação começou numa base de 'quando emitida' e em 18 de Outubro de 2007, teve inicio a negociação regular. Em 31 de Dezembro de 2007, estavam em circulação 62,9 milhões de ADS. As ADSs foram emitidas no âmbito da oferta da empresa sobre as acções do capital social em circulaçãos em dívida do ABN AMRO Holding N.V.

As ADSs descritas no parágrafo acima foram emitidas de acordo com um Contrato de Depósito entre a empresa, o Bank of New York Mellon, como depositário, e todos os proprietários e titulares ocasionais de ADSs emitidas ao abrigo do mesmo. As acções ordinárias da empresa estão cotadas e são negociadas na bolsa de valores de Londres. Todas as acções ordinárias estão depositadas no estabelecimento principal, em Londres, do Bank of New York Mellon, como depositário para o depositário.

A tabela seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda elevados e baixos de cada uma das ADSs em circulação que representa acções preferenciais não cumulativas em dólares e PROs, conforme referido na fita de teleinformação da NYSE:

		Série F	Série H	Série L	Série M	Série N	Série P	Série Q	Série R	Série S	Série T	Série U	
Valores em US$		ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	ADSs	PROs (1)
Por mês													
Janeiro 2008	Altos	25,55	25,15	22,20	24,12	24,00	23,85	24,83	23,52	24,66	25,50	105,61	107,55
	Baixos	24,50	24,21	18,80	20,88	20,54	20,10	21,80	19,90	21,39	24,00	101,72	104,13
Dezembro 2007	Altos	25,54	25,10	20,66	22,44	22,12	21,99	23,69	21,50	22,75	25,22	102,81	106,64
	Baixos	23,60	22,70	17,90	19,68	19,50	19,25	20,71	18,96	20,26	22,61	98,34	100,49
Novembro 2007	Altos	25,75	25,25	20,89	23,01	22,81	22,60	24,52	21,93	23,30	25,25	104,94	109,95
	Baixos	25,25	22,77	18,44	20,19	20,14	19,94	21,30	19,44	20,73	23,35	101,16	103,08
Outubro 2007	Altos	25,85	25,50	21,34	23,23	23,10	22,89	24,80	22,54	24,11	25,48	107,98	109,95
	Baixos	25,25	24,98	20,76	22,57	22,50	22,21	24,26	21,78	23,52	25,00	103,43	105,90
Setembro 2007	Altos	25,60	25,60	21,98	23,98	23,82	23,37	25,03	22,85	24,49	25,10	—	112,14
	Baixos	25,25	24,95	20,67	22,22	21,98	21,76	23,49	21,20	22,77	24,95	—	104,94
Agosto 2007	Altos	25,90	25,52	21,91	24,54	23,87	23,49	25,24	23,25	25,20	—	—	111,88
	Baixos	25,34	25,00	20,30	22,90	22,93	22,45	24,20	21,76	23,22	—	—	108,28
Por trimestre													
2007: Quarto trimestre	Altos	25,85	25,50	21,34	23,23	23,10	22,89	24,80	22,54	24,11	25,48	107,98	109,95
	Baixos	23,60	22,70	17,90	19,68	19,50	19,25	20,71	18,96	20,26	22,61	98,34	100,49
2007: Terceiro trimestre	Altos	26,23	25,60	22,23	24,60	24,30	24,14	25,88	23,55	25,20	25,10	—	112,88
	Baixos	25,25	24,95	20,30	22,22	21,98	21,76	23,49	21,20	22,77	24,95	—	104,94
2007: Segundo trimestre	Altos	26,50	25,78	24,36	25,88	25,67	25,78	26,40	25,35	25,00	—	—	118,15
	Baixos	25,39	25,10	21,80	24,10	23,81	23,51	24,95	23,30	24,75	—	—	110,17
2007: Primeiro trimestre	Altos	25,76	25,85	24,75	25,99	25,75	25,83	26,91	25,50	—	—	—	122,07
	Baixos	25,26	25,21	24,02	25,50	25,35	25,25	26,08	24,79	—	—	—	115,81
2006: Quarto trimestre	Altos	26,73	25,95	24,62	26,08	25,96	26,07	26,76	—	—	—	—	121,54
	Baixos	25,29	25,17	23,80	25,23	25,21	24,91	25,97	—	—	—	—	114,47
2006: Terceiro trimestre	Altos	26,91	25,75	24,08	25,44	25,30	25,33	26,24	—	—	—	—	117,81
	Baixos	25,58	25,16	21,71	24,05	23,69	23,64	25,08	—	—	—	—	106,96
2006: Segundo trimestre	Altos	26,07	25,49	23,39	25,03	25,04	24,70	25,55	—	—	—	—	114,90
	Baixos	25,45	25,01	21,15	23,58	23,32	22,76	24,67	—	—	—	—	106,06
2006: Primeiro trimestre	Altos	27,25	25,78	24,50	25,62	25,60	25,35	—	—	—	—	—	122,23
	Baixos	25,72	25,25	23,09	25,08	25,10	24,72	—	—	—	—	—	114,75
Por ano													
2007	Altos	26,50	25,85	24,75	25,99	25,75	25,83	26,91	25,50	25,20	25,48	107,98	122,07
	Baixos	23,60	22,70	17,90	19,68	19,50	19,25	20,71	18,96	20,26	22,61	98,34	100,49
2006	Altos	27,25	25,95	24,62	26,08	25,96	26,07	26,76	—	—	—	—	122,23
	Baixos	25,29	25,01	21,15	23,58	23,32	22,76	24,67	—	—	—	—	106,06
2005	Altos	28,00	26,19	24,99	26,75	26,23	25,50	—	—	—	—	—	129,57
	Baixos	26,02	25,20	22,67	24,77	24,70	24,60	—	—	—	—	—	116,70
2004	Altos	28,45	25,87	24,68	26,16	—	—	—	—	—	—	—	125,14
	Baixos	25,65	24,45	23,51	25,13	—	—	—	—	—	—	—	110,58
2003	Altos	29,05	26,40	—	—	—	—	—	—	—	—	—	130,78
	Baixos	27,03	25,10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	111,06

Nota:

(1) Preço cotado como % de 1,000 dólares nominal.

Acções ordinárias

A tabela seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda altos e baixos das acções ordinárias da empresa na Bolsa de Valores de Londres, com base na Lista Diária Oficial da Autoridade de Cotações do RU:

		Acções ordin.			Acções ordin.			Acções ordin.
Valores em £			Valores em £			Valores em £		
Por mês			**Por trimestre**			**Por ano**		
Janeiro 2008	Altos	4.4250	2007: Quarto trimestre	Altos	5.695	2007	Altos	7.1900
	Baixos	3.4275		Baixo	3.972		Baixos	3.9725
Dezembro 2007	Altos	4.9000	2007: Terceiro trimestre	Altos	6.425	2006	Altos	6.6600
	Baixos	4.2425		Baixo	5.085		Baixos	5.5600
Novembro 2007	Altos	4.9875	2007: Segundo trimestre	Altos	6.900	2005	Altos	6.1000
	Baixos	3.9725		Baixo	6.230		Baixos	5.0700
Outubro 2007	Altos	5.6950	2007: Primeiro trimestre	Altos	7.190	2004	Altos	5.8700
	Baixos	5.0200		Baixo	6.510		Baixos	4.8800
Setembro 2007	Altos	5.8350	2006: Quarto trimestre	Altos	6.660	2003	Altos	5.9300
	Baixos	5.0850		Baixo	6.080		Baixos	4.1200
Agosto 2007	Altos	5.9900	2006: Terceiro trimestre	Altos	6.120			
	Baixos	5.4300		Baixo	5.560			
			2006: Segundo trimestre	Altos	6.250			
				Baixo	5.590			
			2006: Primeiro trimestre	Altos	6.440			
				Baixo	5.670			

Em 26 de Fevereiro de 2008, o preço de fecho das acções na Bolsa de Valores de Londres foi 4,135 libras, equivalente to 8,17 dólares por acção convertidos à Taxa de Compra de 1,9747 dólares por 1,00 libras em 26 de Fevereiro de 2008.

ADSs

A tabela seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda altose baixos para as ADSs ordinárias da empresa, como referido na fita de teleinformação da NYSE:

Valores em US$		ADSs	Valores em US$		ADSs	Valores em US$		ADSs
Por mês			**Por trimestre**			**Por ano**		
Janeiro 2008	Altos	8.90	2007: Quarto trimestre	Altos	11.30	2007	Altos	11.30
	Baixos	7.50		Baixo	8.43		Baixos	8.43
Dezembro 2007	Altos	10.26						
	Baixos	8.64						
Novembro 2007	Altos	10.58						
	Baixos	8.43						
Outubro 2007	Altos	11.30						
		10.50						

Em 26 de Fevereiro de 2008, o preço de fecho das ADSs ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque foi 8,34 dólares.

Historial dos dividendos

Dividendos de acções preferenciais e outros dividendos não relacionados com o capital próprio

	2007				2006		2005			
	Passivo subordinado		Capital		Passivo subordinado		Passivo subordinado			
	$	£	$	£	£	£	£	£	£	£
– Série B (resgatadas Janeiro 2003)	—	—			—		—		—	0,13
– Série C (resgatadas Janeiro 2003)	—	—			—		—		—	0,11
– Série D (resgatadas Março 2006)	—	—			0,21		1,13		1,11	1,23
– Série E (resgatadas Janeiro 2007)	0,08	0,04			1,10		1,12		1,10	1,21
– Série F	1,91	0,96			1,03		1,06		1,04	1,15
– Série G (resgatadas Janeiro 2007)	0,08	0,04			1,00		1,02		1,00	1,11
– Série H	1,81	0,91			0,98		1,00		0,98	1,09
– Série I (resgatadas Março 2006)	—	—			0,20		1,10		1,08	1,20
– Série J (resgatadas Novembro 2005)	—	—			—		1,06		1,15	1,27
– Série K (resgatadas Janeiro 2007)	0,08	0,04			1,06		1,09		1,07	1,18
– Série L	1,44	0,72			0,78		0,79		0,19	—
– Série M			1,60	0,80		0,87		0,88	0,30	—
– Série N			1,59	0,79		0,86		0,55	—	—
– Série P			1,56	0,78		0,85		0,13	—	—
– Série Q			1,69	0,84		0,53		—	—	—
– Série R			1,54	0,77		—		—	—	—
– Série S (emitidas Junho 2007)			0,83	0,41		—		—	—	—
– Série T (emitidas Setembro 2007)			0,47	0,23		—		—	—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativa de US$0.01										
– Série 1	91,18	45.58			50.26		50.33		49.05	54.89
– Série 2 (resgatadas Março 2005)	—	—			—		11.60		47.43	53.08
– Série 3 (resgatadas Dezembro 2005)	—	—			—		43.03		41.74	45.57
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de €0.01										
– Série 1 (resgatadas Março 2005)	—	—			—		11.54		44.19	49.58
– Série 1			79.43	39.63		37.18		41.14	3.45	—
– Série 2			71.19	35.52		36.22		—	—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0,01										
– Série 1	148.06	73.87			73.87		73.87		73.87	73.87
Acções Valor Adicional de £1	—	—			—		—		—	0.55

Dividendos ordinários

Os dividendos ordinários por acção dos anteriores indicados na tabela abaixo foram reexpressos para ter em conta o efeito da emissão de acções ordinárias bonificadas em Maio de 2007.

	2007		2006	2005	2004	2003
Valor por acção e Acções Depositárias Americanas(1)	cents	pence	pence	pence	pence	pence
Provisórios	20.01	10.1	8.1	6.5	5.6	4.9
Finais (2)	45.8	23.1	22.1	17.7	13.7	11.9
Total dividendos de acções de participação	65.9	33.2	30.2	24.2	19.3	16.8

Notas:
(1) Cada Acção Depositária Americana representa uma acção ordinária. Os valores históricos indicados na tabela aplicam-se às acções ordinárias, já que as Acções Depositárias Americanas só foram emitidas em Outubro 2007 como descrito acima em Mercado de Negociação.
(2) Dividendo final proposto em 2007.

Para mais informações, ver Notas 6 e 7 das demonstrações.

Tributação dos titulares dos EUA

Segue-se um resumo de certas consequências fiscais nos EUA e no Reino Unido da aquisição, propriedade e alienação de acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADSs que representam acções ordinárias ("ADSs ordinários"), ADSs que representam acções preferenciais não cumulativas em dólares ("ADSs preferenciais") ou PROs para um proprietário real que seja cidadão dos Estados Unidos ou residente nos Estados Unidos ou que de outro modo esta sujeito ao imposto sobre o rendimento nos EUA, numa base de rendimento liquido relativamente às acções ordinárias, às acções preferenciais não cumulativas em dólares, às ADSs ordinárias, às ADSs preferenciais ou PROs (um "titular dos EUA"). Este resumo parte do princípio de que um titular dos EUA detém acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADSs ordinárias, ADSs preferenciais ou PROs, conforme aplicável, como activo em capital. Não se refere ás consequências fiscais para um titular dos EUA (i) que resida (ou, no caso de um residente particular proprietário de títulos ordinários) no RU para efeitos fiscais no RU ou (ii) que seja, de um modo geral, uma empresa que, isoladamente ou em conjunto com uma ou mais empresas associadas, controle, directa ou indirectamente, 10% ou mais das acções com direito a voto da empresa.

As declarações e práticas abaixo enunciadas relativamente à legislação fiscal dos EUA e do RU, incluindo a convenção sobre dupla tributação EUA/RU relacionada com o rendimento e as mais-valias, que entrou em vigor em 31 de Março de 2003 (o "Tratado") e a convenção sobre dupla tributação EUA/RU relacionada com o imposto sucessório e o imposto sobre doações ("Tratado sobre o Imposto Sucessório"), baseiam-se nas leis e práticas em vigor e aplicadas na data do presente Relatório. Este resumo não abrange de forma exaustiva todas as situações fiscais, pelo que os titulares são aconselhados a informarem-se eles próprios sobres as consequências fiscais, incluindo especificamente as consequências ao abrigo da legislação federal estatal, local e outras leis e possíveis alterações das leis fiscais, nos EUA, da aquisição, propriedade e alienação de acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADSs ordinários, ADSs preferenciais ou PROs, junto dos seus consultores fiscais.

O texto seguinte parte do principio de que a empresa não é nem virá a ser uma empresa de investimento passivo ('PFIC') – ver 'Consideração Sobre as Empresas de Investimentos Estrangeiras' na página 246.

Acções ordinárias, acções, preferenciais, ADSs ordinários e ADSs preferenciais

Tributação dos dividendos

Para efeitos do Tratado, do Tratado sobre o Imposto Sucessório e do Internal Revenue Code dos EUA de 1986, revisto (o "Código"), os Titulares norte-americanos de ADSs ordinários e ADSs preferenciais devem ser tratados como proprietários de acções ordinárias e de acções preferenciais não cumulativas em dólares que estão subjacentes a essas ADSs.

O Ministério das Finanças dos EUA expressou a preocupação de que as partes a quem os ADSs são pré-atribuidos ou os intermediários na cadeia de propriedade entre titulares dos EUA e o emitente do título subjacente às ADSs podem tomar medidas que sejam inconsistentes com as reivindicações de créditos fiscais estrangeiros para Titulares de ADSs. Essas medidas também seriam inconsistentes com a reivindicação da redução da taxa de imposto aplicável aos dividendos recebidos por certos titulares não empresariais norte americanos. Assim, a disponibilidade da redução da taxa de imposto para os dividendos recebidos por certos titulares não empresariais norte americanos de ADSs ordinários poda ser afectada por medidas tomadas por essas partes ou intermediários.

A empresa não é obrigada a reter na fonte o imposto britânico sobre os pagamentos de dividendos que efectua ou de qualquer montante (incluindo montantes relacionados com dividendos acumulados) distribuídos pela empresa. Os titulares norte-americanos que não sejam residentes ou que não sejam habitualmente residentes no RU e não exerçam uma actividade, profissão ou vocação no RU através de uma sucursal, agência ou estabelecimento permanente em relação com o qual as suas acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADSs ordinários ou ADSs preferenciais são detidas, utilizadas ou adquiridas não estão sujeitos ao imposto britânico sobre quaisquer dividendos recebidos das respectivas acções ou ADSs.

As distribuições efectuadas pela empresa constituirão rendimento de dividendos de fonte estrangeira para efeitos de tributação do rendimento nos EUA na medida da distribuição dos ganhos correntes ou acumulados e dos lucros da empresa, conforme determinado para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Como a empresa não mantém cálculos dos seus ganhos e lucros segundo os princípios do imposto federal sobre o rendimento nos EUA, é de esperar que as suas distribuições sejam consideradas pelos Titulares norte americanos como dividendos. Os pagamentos não serão elegíveis para a dedução aplicável aos dividendos recebidos que é permitida aos Titulares empresariais norte-americanos.

Sujeito as limitações aplicáveis que podem variar dependendo das circunstâncias individuais do titular, os dividendos pagos a certos titulares não empresariais norte-americanos em anos tributáveis com início antes de 1 de Janeiro de 2011 serão tributados a uma taxa de imposto máxima de 15%. Os Titulares não empresariais norte-americanos devem informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais se estão sujeitos a quaisquer regras especiais que limitem a sua capacidade para serem tributados a essa taxa favorável.

Os dividendos recebidos pelos titulares norte-americanos serão incluídos no seu rendimento na data em que esses titulares (ou no caso das ADSs, o Depositário) os receba. O montante do rendimento do dividendo pago em libras esterlinas ou em euros será um montante em dólares dos EUA calculado por referência à respectiva taxa de câmbio em vigor na data do recibo independentemente de o pagamento ser de facto convertido em dólares dos EUA. Se o dividendo for convertido em dólares na data em que for recebido, o titular norte-americano não deve, de um modo geral, ser obrigado a reconhecer mais ou menos-valias relativamente ao rendimento do dividendo. Se o montante desse dividendo não for convertido em dólares na data em que for recebido, o titular norte-americano pode ter mais ou menos-valias cambiais.

Tributação das mais valias

Um titular norte-americano que não seja residente (ou no caso de um individuo normalmente residente) no RU não será normalmente obrigado a pagar o imposto, no RU, sobre mais-valias realizadas com a alienação de uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial a menos que, na altura da alienação, no caso de um titular empresarial norte americano, esse titular exerça uma actividade no RU através de um estabelecimento permanente ou, no caso de qualquer outro titular norte-americano, este exerça uma actividade, profissão ou vocação no RU através de uma sucursal ou agência no RU e essa acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares, ADS ordinária ou ADS preferencial é ou foi utilizada, detida ou adquirida por ou para efeitos dessa actividade (profissão ou vocação), estabelecimento permanente, sucursal ou agência. Aos indivíduos que são temporariamente não residentes ou normalmente residentes no RU aplicam-se regras especiais.

Um titular norte-americano, ao vender ou alienar de outro modo uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial, ou ao resgatar uma acção preferencial não cumulativa em dólares ou ADS preferenciais, geralmente reconhece mais ou menos-valias para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA (pressupondo que no caso de um resgate de uma acção preferencial não cumulativa em dólares ou uma ADS preferencial, esse titular norte-americano não possui nem se considera que possui quaisquer acções ordinárias ou ADS ordinárias da empresa) num montante igual à diferença entre o montante realizado (excluindo no caso de um resgate qualquer montante tratado como dividendo para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA, que será tributado em conformidade) e a base fiscal do titular norte-americano nessa acção ou ADS. Esta mais ou menos-valia será uma mais ou menos-valia de capital a longo prazo se o titular norte-americano detinha a acção ou ADS assim vendida, alienada ou resgatada há mais de um ano.

Um titular norte-americano que seja obrigado a pagar imposto sobre mais-valias reconhecidas no RU e nos EUA sobre a alienação de uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial terá geralmente direito, dentro de certos limites, de creditar o imposto no RU por contrapartida do imposto federal sobre o rendimento dessa mais-valia.aplicável nos EUA

Se um titular empresarial norte-americano estiver sujeito ao IRC no RU em virtude de exercer uma profissão no RU através de um estabelecimento permanente e a sua acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares ou ADS for ou tiver sido utilizada, detida ou adquirida para efeitos desse estabelecimento permanente, certas disposições introduzidas pela Lei das Finanças (Nº. 2) de 2005 aplicam-se se o titular norte-americano detiver a sua acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares ou ADS para "efeitos de evasão fiscal". Se estas disposições se aplicarem, os dividendos sobre a acção ordinária, a acção preferencial não cumulativa em dólares, a ADS ordinária ou a ADS preferencial, bem como certos créditos e débitos ao justo valor que surjam em relação com essa acção ou ADS, serão imputados ao imposto sobre o rendimento no RU e a situação fiscal no RU, descrita nos parágrafos anteriores não se aplica em relação a esse titular norte-americano.

Imposto sucessório e imposto sobre as doações

Sujeito à discussão do Tratado sobre o Imposto Sucessório no parágrafo seguinte, as acções ordinárias, as acções preferenciais não cumulativas em dólares, as ADSs ordinárias ou as ADSs preferenciais que um indivíduo detenha como proprietário real podem estar sujeitas ao imposto sucessório no RU (com isenções e reduções) por morte do individuo ou em certas circunstancias se essas acções ou ADSs forem doadas (incluindo uma transferência a um preço inferior ao valor de mercado) por esse individuo. (O imposto sucessório não se aplica geralmente às doações a indivíduos feitas mais de 7 anos antes da morte do doador). As acções ordinárias, as acções preferenciais não cumulativas em dólares, as ADSs ordinárias ou as ADSs preferenciais detidas pelos administradores de uma liquidação também estão sujeitos ao imposto sucessório no RU. A essas liquidações aplicam-se regras especiais.

Uma acção ordinária, uma acção não preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial detida por um proprietário real cujo domicilio esta determinado como os Estados Unidos para efeitos do Tratado Sobre o Imposto Sucessório e que não é um cidadão do RU, não está sujeito ao imposto sucessório no RU por morte do individuo ou por transferência em vida dessa acção ou ADS, excepto em certos casos em que a acção ou ADS (i) está incluída numa liquidação (a menos que no momento da liquidação, o individuo que efectua a liquidação esteja domiciliado nos Estados Unidos e não seja um cidadão do RU); (ii) faz parte do património comercial de um estabelecimento permanente de uma empresa no RU; ou (iii) faz parte da base fixa de um indivíduo no RU utilizada para a prestação de serviços pessoais independentes. O Tratado sobre o Imposto Sucessório geralmente proporciona um crédito fiscal no fisco dos Estados Unidos, pelo valor de qualquer imposto pago no RU no caso de acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares, ADS ordinária ou ADS preferencial estar sujeita tanto ao imposto sucessório no RU como ao imposto federal sucessório e ao imposto sobre as doações.

Imposto de selo no RU e stamp duty reserve tax ("SDRT") (imposto de selos nos Estados Unidos)

Segue-se um resumo das consequências, em termos de imposto de selo no RU e SDRT da transferência de uma ADS ou um ADR sob a forma registada (que não para um depositário ao cancelar uma ADS) ou da transferência de uma acção ordinária ou de uma acção preferencial não cumulativa. A transferência de uma ADS ou um ADR registada, executada e detida nos Estados Unidos não está sujeita ao imposto de selo e um acordo de transferência de um ADR ou de uma ADS registada não está sujeita ao SDRT. O imposto de selo ou SDRT será normalmente pago sobre ou relativamente a transferências de acções ordinárias ou acções preferenciais não cumulativas em dólares, por isso, qualquer titular que adquira ou tencione adquirir acções ordinárias ou acções preferenciais não cumulativas em dólares é aconselhado a informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais em relação ao imposto de selo e ao SDRT.

PRÓS

Estados Unidos

Os pagamentos de juros sobre um PRO (incluindo qualquer imposto de retenção no RU, explicitado abaixo) constituem rendimento sobre o dividendo de origem estrangeira para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA em função do dividendo recebido com base nos ganhos correntes ou acumulados e nos lucros da empresa, conforme determinado para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Os pagamentos não serão elegíveis para a dedução sobre os dividendos recebidos que é permitida aos titulares empresariais norte-americanos. Um titular norte-americano que tenha direito, ao abrigo do Tratado, ao reembolso do imposto no RU, se existir, retido sobre um pagamento não terá direito a exigir o crédito fiscal no estrangeiro relativamente a esse imposto.

Sujeito às limitações aplicáveis, que podem variar dependendo das circunstâncias individuais do titular, os dividendos pagos a certos titulares não empresariais norte-americanos em anos tributáveis com inicio antes de 1 de Janeiro de 2011, será tributado a uma taxa máxima de 15%. Os titulares não empresariais norte-americanos devem informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais se estão sujeitos a regras especiais que limitem a sua capacidade para serem tributados a esta taxa favorável.

Além disso, foram apresentados projectos de lei, tanto na Câmara dos Representantes como no Senado dos Estados Unidos que, se promulgadas, recusam as taxas de imposto favoráveis descritas no parágrafo anterior para os dividendos sobre certos títulos, incluindo títulos como os PROs, em que o emitente dos títulos tem direito a uma dedução ao abrigo das leis fiscais de um país estrangeiro relativamente a esse dividendo. A legislação proposta aplicar-se-ia a dividendos auferidos após a data da sua promulgação. Não é possível prever se a legislação proposta será promulgada, na sua forma actual ou outra. Os titulares não empresarias norte-americanos devem aconselhar-se com os seus consultores fiscais sobre a possível promulgação da legislação actualmente proposta e à respectiva aplicação nas suas circunstâncias específicas.

Um titular norte-americano, ao vender, permutar ou resgatar um PRO, reconhece geralmente mais ou menos-valias para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA (supondo que no caso de um resgate, esse titular norte-americano não possui nem se considera que possui acções ordinárias ou ADS ordinárias da empresa) num montante igual à diferença entre o montante realizado (excluindo qualquer montante relativo a um juro obrigatório e pagamentos omitidos que devem ser efectuados numa data de pagamento não cumprida e que seriam tratados como rendimento ordinário) e a matéria colectável do titular norte-americano no PRO.

Um titular norte-americano que esteja sujeito ao imposto, tanto no RU como nos EUA, sobre as mais valias reconhecidas com a alienação de PROs terá geralmente direito, mediante certas limitações, a creditar no imposto britânico o seu imposto sobre o rendimento federal nos EUA relativamente a essa mais valia.

Reino Unido

Tributação dos pagamentos relativos aos PRÓS

Os pagamentos relativos aos PROs constituirão juro e não dividendos para efeitos do imposto de retenção não britânico Contudo, os PROs constituem 'eurobonds cotados' na acepção da secção 987 da Lei do Imposto sobre o Rendimento de 2007 e, por conseguinte, os pagamentos de juros não estão sujeitos a retenção ou dedução para ou por conta da tributação no RU desde que os PROs permaneçam sempre cotados numa 'bolsa de valores reconhecida' nos termos da secção 1005 da Lei do Imposto sobre o Rendimento de 2007. Em todos os outros casos, será retido um montante por conta do imposto sobre o rendimento no RU à taxa de poupança (actualmente 20%) salvo orientações em contrário do HM Revenue & Customs ao abrigo do Tratado e exceptuando o facto de que a obrigação de retenção não se aplica relativamente aos pagamentos a pessoas que a empresa razoavelmente acredite estarem abrangidas pelo IRC ou inseridas em várias categorias que beneficiam do estatuto de imposto especial (incluindo instituições de beneficência e fundos de pensões), ou se trate de sociedades constituídas por essas pessoas (salvo se o HM Revenue & Customs der instruções em contrário). Se o juro tiver sido pago com retenção do imposto no RU, os titulares norte-americanos podem ter direito a receber o imposto deduzido ao abrigo do Tratado.

Qualquer agente pagador ou outra pessoa ou através da qual o juro é pago ou por quem o juro é recebido em nome de um indivíduo, pode ser obrigada a dar informações em relação ao pagamento e ao indivíduo em causa ao HM Revenue & Customs. O HM Revenue & Customs pode comunicar esta informação às autoridades fiscais de outras jurisdições.

O HM Revenue & Customs confirmou, na altura da emissão dos PRO's, que os pagamentos de juros não seriam tratados como distribuições para efeitos fiscais no RU em virtude (i) de o juro poder ser diferido nos termos da emissão; ou (ii) da natureza não datada dos PROs, desde que na altura em que o pagamento do juro é efectuado, os PRO's não sejam detidos por uma empresa 'associada' ou por uma 'empresa financiada'. Uma empresa será associada da empresa se, em termos globais, fizer parte do mesmo Grupo que a empresa. Será uma empresa financiada 'para estes efeitos se existirem acordos segundo os quais a empresa seja faça parte de fundos (directa ou indirectamente) da empresa ou uma entidade associada à empresa. Neste aspecto, o HM Revenue & Customs confirmou que uma empresa com uma participação em PROs que casualmente possua instalações bancárias com qualquer empresa associada à empresa não será uma 'empresa financiada' em virtude dessas facilidades. O juro sobre os PROs constitui rendimento na fonte no RU para efeitos fiscais no RU e, como tal, pode estar sujeito ao imposto sobre rendimento por avaliação directa mesmo quando pago sem retenção. Contudo, o juro com fonte no RU recebido sem dedução ou retenção por conta do imposto no RU não estará sujeito ao imposto no RU se for propriedade de um titular norte-americano a menos que, no caso de um titular empresarial norte-americano, esse titular exerça uma profissão no RU através de um estabelecimento permanente no RU ou no caso de outros titulares norte-americanos, essas pessoas exerçam uma actividade, profissão ou vocação no RU através de uma sucursal ou agência no RU em relação à qual o juro é recebido ou à qual os PROs são detidos. Existem isenções para o juro recebido por certas categorias de agentes como alguns corretores e gestores de investimentos).

Directiva da UE sobre a tributação do rendimento de poupanças

A União Europeia adoptou uma directiva sobre a tributação de rendimentos de poupanças. A directiva exige que os Estados-Membros da unia Europeia forneçam às autoridades fiscais dos outros Estados -Membros dados sobre os pagamentos de juros e outros rendimentos similares pagos por uma pessoa a um individuo ou a outras pessoas residentes noutro Estado-Membro, excepto se se tratar do Luxemburgo ou da Áustria, que podem, em vez disso, impor um sistema de retenção durante um período de transição a menos que durante esse período decidam de outro modo.

Alienação (incluindo resgate)

Uma alienação (incluindo resgate) de PROs por um titular não empresarial norte-americano não está sujeita a tributação de mais-valias, no RU, salvo se o titular norte-americano exercer uma profissão (que para este efeito inclui uma profissão ou vocação) no RU através de uma sucursal ou agência e os PROs forem ou tiverem sido detidos ou adquiridos para efeitos dessa actividade, sucursal ou agência.

A transferência de PROs para um titular norte-americano não está sujeita ao imposto britânico sobre os pagamentos de juros acrescidos mas não pagos, excepto se o titular norte-americano for um sujeito passivo não empresarial e a qualquer momento no ano da aplicação ou do período contabilístico exercer uma actividade no RU através de uma sucursal ou agência à qual os PROs são atribuíveis.

Impostos anuais

Os titulares empresariais norte-americanos de PROs podem estar sujeitos ao pagamento (ou isenção) de impostos anuais no RU em virtude de flutuações das taxas cambiais e lucros, ganhos e perdas resultantes dos PRO's, mas apenas se esses titulares empresariais norte-americanos exercerem uma actividade, profissão ou vocação no RU através de um estabelecimento permanente no RU a que os PRO's sejam atribuíveis.

Imposto sucessório

Em relação aos PRO's detidos através de DTC (ou qualquer outro sistema de compensação), a situação em matéria de imposto sucessório britânico não é totalmente clara no que diz respeito a uma transferência vitalícia ou morte de um titular norte-americano que não esteja domiciliado nem seja considerado domiciliado no RU para efeitos do imposto sucessório; como se sabe, o HM Revenue & Customs considera que o *situs* de títulos detidos desta forma não é necessariamente determinado pelo local onde os títulos estão registados. Em circunstâncias apropriadas, pode haver lugar ao imposto sucessório britânico em resultado de uma transferência vitalícia por um valor inferior ao valor de mercado por esse titular norte-americano ou por morte dele. O imposto sucessório não é geralmente aplicável às doações a indivíduos efectuadas mais de dez anos antes da morte do doador. No entanto, a isenção de ou a redução dessa obrigação fiscal no RU pode estar disponível ao abrigo do Tratado Sobre o Imposto Sucessório (ver abaixo).Os titulares norte-americanos devem informar-se junto dos seus consultores profissionais em relação a essa possível obrigação. Os PRO's detidos a titulo de proprietário real por um indivíduo cujo domicilio esteja determinado como sendo os Estados Unidos para efeitos do Tratado Sobre o Imposto Sucessório e que não seja cidadão do RU não estão sujeitos ao imposto sucessório no RU por morte do individuo ou transferência vitalícia do PRO excepto em certos casos em que o PRO (i) faz parte de uma liquidação (a menos que, na altura da liquidação, o liquidatário esteja domiciliado nos Estados Unidos e não seja um cidadão do RU); (ii) faz parte do imóvel comercial de um estabelecimento permanente de uma empresa no RU; ou (iii) faz parte da base fixa no RU de um indivíduo utilizada para a prestação de serviços pessoais independentes. O Tratado Sobre o Imposto Sucessório geralmente permite um crédito sobre o Estado Federal dos EUA ou uma responsabilidade fiscal por doação pelo montante de qualquer imposto pago no RU no caso de o PRO estar sujeito ao imposto sucessório britânico e ao imposto federal sobre as doações nos EUA

Imposto de selo e SDRT

A emissão, transferência ou resgate dos PRO's não está sujeito ao imposto de selo, SDRT ou imposto similar no RU.

Considerações sobre as empresas de Investimento Passivo Estrangeiras

Uma empresa estrangeira será uma PFIC em qualquer ano tributável em que, após ter em conta o rendimento e o activo da empresa e certas subsidiárias de acordo com as "look-through rules", (i) pelo menos 75% do seu rendimento bruto é "rendimento passivo" ou (ii) pelo menos 50% do valor médio do seu activo é atribuível a activo que produz rendimento passivo ou é detido para a produção de rendimento passivo. A empresa não pensa ser uma PFIC no ano tributável de 2007. Embora o rendimento sobre o juro seja geralmente rendimento passivo, uma regra especial permite aos bancos tratar o s eu rendimento da actividade bancária como não passivo. Para se qualificar para esta regra o banco deve cumprir certos requisitos em termos de licenças e actividades. A empresa está convicta de que neste momento cumpre esses requisites. Contudo, o estatuto possível da empresa como PFIC deve ser determinado anualmente e pode estar sujeito a alterações se a empresa não se qualificar ao abrigo desta regra especial em qualquer ano em que um titular norte-americano detenha acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADSs preferenciais ou PROs. Se a empresa fosse tratada como PFIC em qualquer ano durante o qual um titular norte-americano detivesse acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADSs ordinárias, ADS's preferenciais ou PROs, os titulares norte-americanos estariam normalmente sujeitos a consequências adversas em termos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Os titulares devem aconselhar-se com os seus próprios consultores fiscais quanto à potencial aplicação das regras PFIC à propriedade e alienação das acções ordinárias, das acções preferenciais não cumulativas em dólares, das ADSs ordinárias, das ADSs preferenciais ou dos PROs da empresa,.

Controlos cambiais

A empresa foi informada de que presentemente não existem leis, decretos ou regulamentos britânicos que impeçam a importação ou exportação de capital, incluindo a disponibilidade de caixa ou equivalentes de caixa para utilização pelo Grupo ou a remessa de dividendos, juros ou outros pagamentos a proprietários de títulos da empresa não residentes no RU.

Não existem restrições, ao abrigo dos estatutos da empresa ou da legislação britânica presentemente em vigor, que restrinjam o direito de proprietários não residentes no Reino Unido deterem, ou, quando tiverem direito a voto, votarem livremente os títulos da empresa.

Estatutos

Os Estatutos da Empresa em vigor na data do presente relatório anual estão inscritos na Conservatória do Registo Comercial da Escócia. Foram revistos pela última vez em 29 de Abril de 2004 e apresentados à SEC.

Na Assembleia Geral Anual que se realizará em 23 de Abril de 2008 será proposta uma resolução para alterar os Estatutos. As alterações propostas destinam-se a actualizar os Estatutos principalmente para terem em conta as alterações à legislação sobre as empresas introduzida pela Lei Sobre as Empresas de 2006.

Para uma descrição de certas disposições dos Estatutos da Empresa, ver a parte 'informação adicional – estatutos' do Relatório Anual da Empresa no formulário 20-F do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Constituição e registo

A empresa está constituída e registada na Escócia ao abrigo da Lei das Empresas de 1948, como empresa por quotas, desde 25 de Março de 1968 sob a denominação National and Comercial Banking Group Limited. Em 10 de Março de 1982 mudou de denominação para a actual e foi registada ao abrigo da Leis das Empresas de 1948 a 1980 como empresa pública de responsabilidade limitada. Está registada sob o número SC 45551.

Código de Ética

Conforme referido na página 95, o Grupo adoptou um código de ética que se aplica a todos os seus colaboradores e que pode ser disponibilizado a qualquer pessoa gratuitamente, a pedido, contactando o Secretariado do Grupo para o número de telefone indicado na página 248.

Endereços importantes

Perguntas dos accionistas
Registo
Computershare Investor Serviços PLC The Pavilions
Bridgwater Road
Bristol BS99 6ZZ Telefone: 0870 702 0135
Fax: 0870 703 6009
Email: web.queries@computershare.co.RU

ADR Depositary Bank
The Bank of New York Mellon
Investor Serviços
PO Box 11258
Church Street Station
New York NY 10286-1258
Telefone: 1 888 269 2377 (dos EUA) Telefone: 212 815 3700
(International) Email: shareowners@bankofny.com

Secretariado do Grupo
O Grupo Royal Bank of Scotland plc
PO Box 1000
Business House F Gogarburn
Edinburgh EH12 1HQ Telefone: 0131 556 8555
Fax: 0131 626 3081

Relações com os Investidores
280 Bishopsgate
London EC2M 4RB Telefone: 0207 672 1758
Email: investor.relations@rbsir.com

Escritório Registado
36 St Andrew Square Edinburgh EH2 2YB Telefone: 0131 556 8555
Registado na Escócia sob o Nº 45551

Site
www.rbs.com

Estabelecimentos principais

Empresa
PO Box 1000 Gogarburn Edinburgh EH12 1HQ
Telefone: 0131 626 0000

Royal Bank of Scotland plc
PO Box 1000 Gogarburn Edinburgh EH12 1HQ
280 Bishopsgate London EC2M 4RB

National Westminster Bank Plc
135 Bishopsgate London EC2M 3UR

Citizens
Citizens Financial Grupo, Inc.
One Citizens Plaza Providence Rhode Island 02903 USA

Ulster Bank
11-16 Donegall Square East Belfast BT1 5UB
George's Quay Dublin 2

RBS Insurance
Direct Line House 3 Edridge Road Croydon Surrey CR9 1AG
Churchill Court Westmoreland Road Bromley BR1 1DP

RBS Greenwich Capital
600 Steamboat Road
Greenwich Connecticut 06830 USA

Coutts Grupo
440 Strand London WC2R 0QS

The Royal Bank of Escócia International Limited
Royal Bank House 71 Bath Street
St Helier Jersey Channel Islands JE4 8PJ

NatWest Offshore
23/25 Broad Street
St Helier Jersey Channel Islands JE4 8QJ

ABN AMRO Holding N.V.
Gustav Mahlerlaan 10
1082 PP Amsterdam Países Baixos

Publicado por The Royal Bank of Scotland Group plc..
Concepção e direcção artística da Addison Corporate Marketing www.addison.co.RU
Impresso por Butler e Tanner

Impresso em: Era Silk que é um papel revestido, fabricado com fibras recicladas
de fontes pós-consumo (das quais metade são do RU) e fibras virgens
de florestas certificadas pela FSC.

Por favor retire a capa deste relatório se o reciclar.
Tem um laminado de protecção para prolongar a sua duração e estamos à espera de alternativas recicláveis que a indústria tipográfica está a desenvolver com urgência.

The Royal Bank of Scotland Group plc
Sede do Grupo
PO Box 1000
Gogarburn Edinburgh EH12 1HQ